

# PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



VVEO  
B3 LISTING

CM HOSPITALAR S.A.  
CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57  
NIRE: 35300486854  
Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial  
CEP 14072-055 - Ribeirão Preto, SP - Brasil  
87.305.746 Ações Ordinárias  
Valor da Oferta: R\$1.996.682.411,02  
Código ISIN: "BRVVEOACNOR0"  
Código de negociação das Ações na B3: "VVEO3"

Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária nº CVM/SRE/REM/2021/[ ] em [ ] de [ ] de 2021  
Registro da Oferta Pública de Distribuição Secundária nº CVM/SRE/SEC/2021/[ ] em [ ] de [ ] de 2021

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Genoma VI"), Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I ("Genoma I"), e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos" na página 47 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com o Genoma VI e o Genoma I, "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Banco J.P. Morgan S.A. ("Coordenador Líder"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America") e o Banco Safra S.A. ("Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o BTG Pactual, o Bradesco BBI e o Bank of America, "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações" e "Oferta", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, 30.120.482 (trinta milhões, cento e vinte mil, quatrocentos e oitenta e duas) novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 57.185.264 (cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentas e sessenta e quatro) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("Código ANBIMA"), e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores de Varejo (conforme abaixo definido) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo J.P. Morgan Securities LLC, Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Bradesco Securities Inc., BofA Securities, Inc. e Safra Securities, LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o "Placement Facilitation Agreement", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados ("qualified institutional buyers"), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no U.S. Securities Act of 1933 ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), e, em ambos os casos, desde que vivistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e da Resolução da CVM nº13, de 18 de novembro de 2020, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A." ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 17.461.149 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e uma mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 13.095.861 (treze milhões, noventa e cinco mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da CM Hospitalar S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a B3, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Colocação"), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, conforme notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido).

Na hipótese de o Preço por Ação (conforme definido abaixo) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido abaixo), hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), e será como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem inscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) <sup>(1)</sup>	Comissões (R\$) <sup>(2)(4)</sup>	Recursos Líquidos (R\$) <sup>(2)(3)(4)</sup>
Preço por Ação .....	22,87	0,91	21,96
Oferta Primária <sup>(4)</sup> .....	688.855.423,34	27.554.216,93	661.301.206,41
Oferta Secundária <sup>(4)</sup> .....	1.307.826.987,68	52.313.079,51	1.255.513.908,17
<b>Total da Oferta.....</b>	<b>1.996.682.411,02</b>	<b>79.867.296,44</b>	<b>1.916.815.114,58</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas, tributos e outras retenções da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Quantidade de Ações Ofertada, Montante e Recursos Líquidos", página 50 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao Novo Mercado, a realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 1º de fevereiro de 2021, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 101.326/21-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 2 e 3 de fevereiro de 2021, respectivamente.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no Dia Útil seguinte.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovados pelo Genoma I, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 17 de março de 2021, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. Não será necessária qualquer aprovação societária do Genoma VI e dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a realização da Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Suplementares, e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM no Brasil, a ser realizado em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de 25 de março de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

**"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."**

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 5 de fevereiro de 2021.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 27 E 96, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 551, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



Coordenadores da Oferta



A data deste Prospecto Preliminar é 08 de abril de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES</b> .....	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA</b> .....	<b>12</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO</b> .....	<b>13</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b> .....	<b>15</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b> .....	<b>30</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA</b> .....	<b>32</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA</b> .....	<b>45</b>
Composição do capital social.....	45
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores .....	46
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos.....	47
Modificação da Oferta .....	48
Características Gerais da Oferta.....	48
Descrição da Oferta .....	48
Aprovações Societárias .....	49
Preço por Ação.....	50
Ações em Circulação ( <i>Free Float</i> ) no Mercado após a Oferta .....	50
Quantidade, montante e recursos líquidos .....	50
Custos de Distribuição .....	52
Instituições Consorciadas .....	53
Público-Alvo .....	53
Cronograma Estimado da Oferta .....	54
Procedimento da Oferta .....	55
Oferta de Varejo .....	56
Oferta Institucional .....	60
Prazos da Oferta .....	62
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	62
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta .....	63
Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	65
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	66
Estabilização dos Preços das Ações .....	67
Violações das Normas de Conduta.....	68
Direitos, vantagens e restrições das Ações .....	68
Negociação das Ações Ordinárias.....	69
Contratação de Formador de Mercado.....	69
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de <i>Lock-up</i> ).....	70
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações .....	70
Inadequação da Oferta .....	71
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	71
Informações adicionais .....	71
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta .....	73
Instituições Consorciadas .....	74
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA</b> .....	<b>76</b>
Coordenador Líder .....	76
Banco Itaú BBA S.A. ....	77
Banco BTG Pactual S.A. ....	79
Banco Bradesco BBI S.A. ....	80
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ....	81
Banco Safra S.A. ....	82

<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>83</b>
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	83
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder .....	83
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA .....	84
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual.....	85
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI .....	87
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America.....	89
Relacionamento entre a Companhia e o Safra.....	90
<b>RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>92</b>
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA.....	92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.....	93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI .....	93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America.....	94
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Safra .....	94
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....</b>	<b>96</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>104</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>106</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>111</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....</b>	<b>115</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>137</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO GENOMA I, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA .....</b>	<b>165</b>
<b>MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>171</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400....</b>	<b>177</b>
<b>DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>183</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>199</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 .....</b>	<b>205</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....</b>	<b>467</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 .....</b>	<b>479</b>
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 .....</b>	<b>519</b>



## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “CM Hospitalar”, “Viveo” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, a CM Hospitalar S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

<b>“Acionistas Vendedores”</b>	Genoma VI, Genoma I, Carlos Alberto Mafra Terra e Consolação Goulart Terra.
<b>“Acionistas Vendedores Pessoas Físicas”</b>	Carlos Alberto Mafra Terra e Consolação Goulart Terra.
<b>“Ações”</b>	87.305.746 (oitenta e sete milhões, trezentas e cinco mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
<b>“Ações Adicionais”</b>	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 17.461.149 (dezessete milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
<b>“Ações Suplementares”</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 13.095.861 (treze milhões, noventa e cinco mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações Suplementares a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações.
<b>“Administração”</b>	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.

<b>“Administradores”</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
<b>“Agente Estabilizador” ou “Itaú BBA”</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>“Agentes de Colocação Internacional”</b>	J.P. Morgan Securities LLC, Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Bradesco Securities Inc., BofA Securities, Inc. e Safra Securities, LLC, considerados em conjunto.
<b>“ANBIMA”</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>“Anúncio de Encerramento”</b>	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a 6 (seis) meses contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
<b>“Anúncio de Início”</b>	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
<b>“Anúncio de Retificação”</b>	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto.
<b>“Assembleia Geral”</b>	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
<b>“Auditores Independentes”</b>	A KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
<b>“Aumento de Capital”</b>	Aumento de capital para entrega de ações aos beneficiários do programa de <i>phantom shares</i> da Companhia, que são os diretores estatutários e outros executivos da Companhia, de 80% do prêmio que a Companhia optou por pagar em ações, o qual será integralizado com créditos detidos pelos beneficiários contra a Companhia pelo direito de recebimento do prêmio, que passa a ser devido com a realização da Oferta, na data de fixação do Preço por Ação.

<b>“Aviso ao Mercado”</b>	Aviso divulgado em 18 de março de 2021 e novamente divulgado em 25 de março de 2021 (para identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta), em 26 de março de 2021 (para fins de alteração do cronograma da Oferta, em decorrência de feriado na CVM no dia 30 de março de 2021) e em 01 de abril de 2021 (para fins de alteração do cronograma da Oferta, em decorrência de ponto facultativo na CVM no dia 01 de abril de 2021), informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto.
<b>“B3”</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>“Banco Central” ou “BACEN”</b>	Banco Central do Brasil.
<b>“Bank of America”</b>	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
<b>“Bradesco BBI”</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>“Brasil” ou “País”</b>	República Federativa do Brasil.
<b>“BTG Pactual”</b>	Banco BTG Pactual S.A.
<b>“Câmara de Arbitragem do Mercado”</b>	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
<b>“CMN”</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>“CNPJ/ME”</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
<b>“CPF/ME”</b>	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
<b>“Código ANBIMA”</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
<b>“Companhia” ou “CM Hospitalar” ou “Viveo”</b>	CM Hospitalar S.A.

**“Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta”**

Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta e Abertura de Prazo para Desistência no Âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A., divulgado em 08 de abril de 2021, informando (i) que, em atendimento aos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, em razão de exigências formuladas pela CVM no âmbito do pedido de registro da Oferta, na seção “*Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta*”, na página 96 deste Prospecto, foi incluído o fator de risco “*Em virtude da presente Oferta, o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício*” e foi alterado o fator de risco “*Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações (phantom shares) e podem participar de novos programas e planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados*”; (ii) a abertura do prazo de desistência, pelos Investidores de Varejo, dos Pedidos de Reserva que tenham sido efetuados; e (iii) ajustes ao cronograma tentativo da Oferta.

**“Conselho de Administração”**

O conselho de administração da Companhia.

**“Conselho Fiscal”**

O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.

**“Contrato de Colocação”**

*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da CM Hospitalar S.A.*, a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

**“Contrato de Colocação Internacional”**

*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

**“Contrato de Empréstimo”**

*Contrato de Empréstimo das Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A.*, a ser celebrado entre os Acionistas Vendedores, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia.

<b>“Contrato de Estabilização”</b>	<i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A.</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
<b>“Contrato de Participação no Novo Mercado”</b>	<i>Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa</i> celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
<b>“Coordenador Líder” ou “J.P. Morgan”</b>	Banco J.P. Morgan S.A.
<b>“Coordenadores da Oferta”</b>	Banco J.P. Morgan S.A. (Coordenador Líder), Banco Itaú BBA S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Banco Safra S.A., considerados em conjunto.
<b>“Corretora”</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>“CVM”</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>“Deliberação CVM 476”</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>“Data de Liquidação”</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) aos respectivos investidores.
<b>“Data de Liquidação das Ações Suplementares”</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
<b>“Dia(s) Útil(eis)”</b>	Qualquer dia exceto, sábados, domingos, feriados nacionais declarados e/ou dias em que não haja expediente na B3.
<b>“Diretoria Estatutária”</b>	A diretoria estatutária da Companhia.
<b>“DOESP”</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>“Dólar”, “dólar”, “dólares” ou “US\$”</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>“Estados Unidos”</b>	Estados Unidos da América.

<b>“Estatuto Social”</b>	O estatuto social da Companhia, aprovado pela assembleia geral extraordinária em 1º de fevereiro de 2021.
<b>“Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa”</b>	Evento de fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.
<b>“Faixa Indicativa”</b>	O Preço por Ação estimado, o qual está estimado entre R\$19,92 (dezenove reais e noventa e dois centavos) e R\$25,81 (vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo de tais montantes, os quais são meramente indicativos.
<b>“Formulário de Referência”</b>	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, e anexo a este Prospecto.
<b>“Genoma I”</b>	Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I.
<b>“Genoma VI”</b>	Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
<b>“Instituição Escrituradora”</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>“Instituições Consorciadas”</b>	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores de Varejo, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
<b>“Instrução CVM 400”</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>“Instrução CVM 480”</b>	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>“Instrução CVM 505”</b>	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
<b>“Instrução CVM 539”</b>	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

<b>“Investidores Estrangeiros”</b>	Os (i) investidores institucionais qualificados ( <i>qualified institutional buyers</i> ), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país ( <i>non-U.S. persons</i> ), nos termos do Regulamento S, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
<b>“Investidores Institucionais”</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores profissionais, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas e globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.
<b>“Investidores de Varejo”</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor e/ou Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior R\$1.000.000,00, (um milhão de reais).
<b>“JUCESP”</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>“Lei das Sociedades por Ações”</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>“Lei do Mercado de Capitais”</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

<b>“Novo Mercado”</b>	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
<b>“Offering Memoranda”</b>	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
<b>“Oferta”</b>	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>“Oferta de Varejo”</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, destinada aos Investidores de Varejo.
<b>“Oferta Institucional”</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, destinada aos Investidores Institucionais.
<b>“Oferta Primária”</b>	A distribuição pública primária de, inicialmente, 30.120.482 (trinta milhões, cento e vinte mil, quatrocentas e oitenta e duas) Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<b>“Oferta Secundária”</b>	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 57.185.264 (cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentas e sessenta e quatro) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.



<b>“Opção de Ações Suplementares”</b>	Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações.
<b>“Ofício-Circular CVM/SRE”</b>	Ofício-Circular nº 01/2021/CVM/SRE, divulgado em 1º de março de 2021.
<b>“Pedido de Reserva”</b>	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores de Varejo, no âmbito da Oferta de Varejo, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico perante uma única Instituição Consorciada.
<b>“Período de Colocação”</b>	Prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 15 de abril de 2021 e se encerrará em 19 de abril de 2021, para efetuar a colocação das Ações.
<b>“Período de Reserva”</b>	Período compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 13 de abril de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo.
<b>“Período de Reserva para Pessoas Vinculadas”</b>	Período compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 29 de março de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas, exceto quanto aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, os quais não serão cancelados.

**“Pessoas Vinculadas”**

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

**“Preço por Ação”**

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. **Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

**“Procedimento de *Bookbuilding*”**

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e com Investidores Estrangeiros pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

**“Produto da Colocação das Ações”**

O produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas, (ii) pelo Preço por Ação.

**“Produto da Colocação das Ações Suplementares”**

O produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas, (ii) pelo Preço por Ação.

<b>“Prospecto Definitivo”</b>	O <i>Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A.</i> , incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, bem como seus demais anexos.
<b>“Prospecto Preliminar”</b>	Este <i>Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A.</i> , incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, bem como seus demais anexos.
<b>“Prospectos”</b>	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
<b>“Real”, “real”, “reais” ou “R\$”</b>	Moeda oficial corrente no Brasil.
<b>“Regra 144A”</b>	Regra 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>“Regulamento do Novo Mercado”</b>	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
<b>“Regulamento S”</b>	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterada.
<b>“Safra”</b>	Banco Safra S.A.
<b>“SEC”</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<b>“Securities Act”</b>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
<b>“Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva”</b>	O valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	CM Hospitalar S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.420.164/0001-57, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35300486854.
<b>Registro na CVM</b>	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 5 de fevereiro de 2021.
<b>Sede</b>	Localizada na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Localizada na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, Ribeirão Preto, SP, Brasil. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 11 98201-8302 e o seu endereço eletrônico é <a href="mailto:ri@viveo.com.br">ri@viveo.com.br</a> .
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	A KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “VVEO3”, a partir do primeiro Dia Útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
<b>Jornais nos Quais Divulga Informações</b>	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
<b>Website</b>	<a href="http://www.viveo.com.br">http://www.viveo.com.br</a>  As informações constantes do <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
<b>Informações Adicionais</b>	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 71 deste Prospecto.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro ou declarações prospectivas, principalmente nas seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*”, nas páginas 27 e 96, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “*4. Fatores de Risco*”, “*7. Atividades do Emissor*” e “*10. Comentários dos Diretores*” do Formulário de Referência a partir das páginas 551, 687 e 836, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de Coronavírus (COVID-19) (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;
- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de Coronavírus (COVID-19) em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto de Coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;
- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que são aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e/ou que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- nossa capacidade de manter os preços de nossos produtos face aqueles praticados por nossos concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;
- mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;

- dificuldades na manutenção e melhoria de nossas marcas e reclamações desfavoráveis de clientes, ou publicidade negativa, que afetem nossas marcas;
- aumento do custo da estrutura da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, custos de operação e manutenção, encargos regulatórios e ambientais e contribuições, taxas e impostos; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 27 e 96, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5 Gerenciamento de riscos e controles internos” do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 551 e 654, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar ou ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 467, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

**O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 467, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.**

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

*Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto. Leia este Prospecto e o nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.*

**ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO”, “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, CONSTANTES NAS PÁGINAS 13, 27 E 96 DESTE PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 467, ENFATIZANDO AS SEÇÕES “3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS”, “4. FATORES DE RISCO”, “5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” E “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, BEM COMO NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DE NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NOS TERMOS NO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400.**

### VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

A Viveo é um ecossistema de produtos e serviços em saúde cujo propósito é “cuidar de cada vida” com a missão de simplificar o mercado de produtos e serviços para o setor de saúde, por meio da oferta de soluções ágeis, confiáveis e inovadoras. A Viveo opera em um ambiente altamente complexo e ainda com muitas ineficiências, mas está sempre buscando ser um agente transformador do mercado em que atua para promover, cada vez mais, a democratização do acesso a saúde.

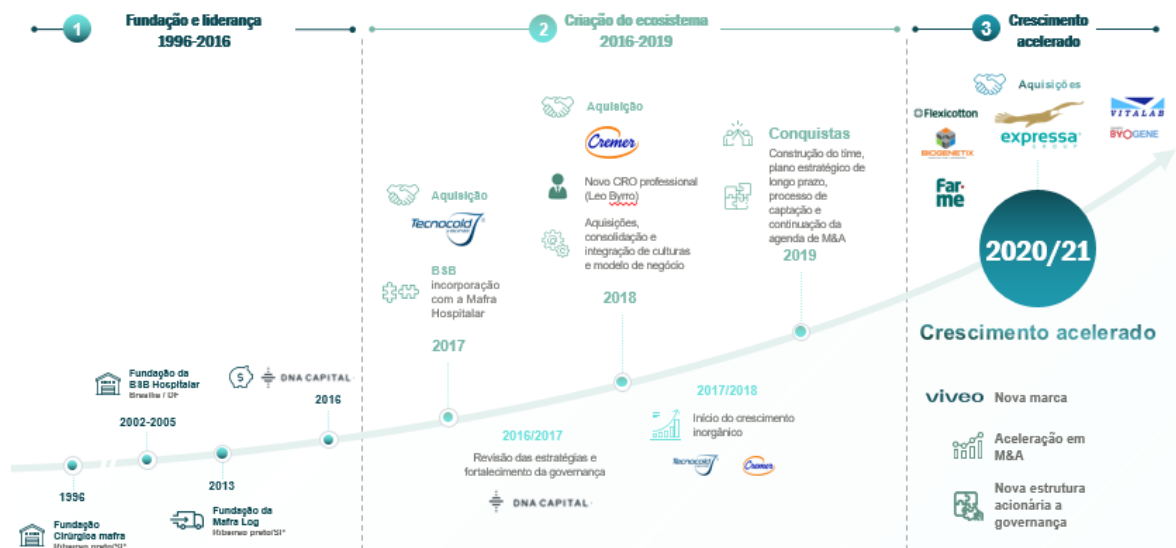
A formação do ecossistema Viveo teve origem na Mafra Hospitalar, que em 2016 era uma das líderes de mercado, conforme relatório Integration do Carlyle Group, considerando sua receita bruta, na distribuição de materiais médicos/hospitalares e medicamentos no Brasil, atendendo hospitais, clínicas e laboratórios pelo país.

A partir de 2017, a Companhia tomou a decisão estratégica de expansão de seus negócios em diversas direções. A Viveo mantém tradição e pioneirismo na distribuição de materiais médicos/hospitalares e medicamentos, oferecendo um serviço diferenciado para os seus diversos clientes e mantém a sua tradição que, desde o início de suas atividades empresariais, em 1996, já inovava no mercado, utilizando tecnologia diferenciada no seu relacionamento comercial e na prestação de serviços de qualidade. A Companhia acredita ser uma das únicas empresas do setor a investir em frota própria de caminhões para garantir o controle, confiabilidade e a qualidade das entregas.

Ao longo de sua história, a Companhia foi pioneira em diversas iniciativas, como a criação da Mafra Log, atual Health Logística Hospitalar S.A. (“[HealthLog](#)”), para elevar o nível e a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus clientes, melhorando o controle de toda a cadeia logística. Isso porque a Companhia passou a ter uma frota própria para entrega dos produtos, bem como oferecer serviços de armazenagem para hospitais e a utilização de *Vendor Management System* (VMI) junto a clientes e fornecedores.

Ao longo de sua trajetória de mais de 25 anos, a Viveo se tornou referência no setor de saúde brasileiro ao expandir sua atuação para todo o território nacional, atendendo aos principais hospitais e clínicas do Brasil, adicionando ao seu portfólio os medicamentos e materiais médicos dos principais laboratórios farmacêuticos e indústrias reforçando sempre uma cultura centrada na qualidade e inovação e amplo conhecimento do negócio de saúde.

O ecossistema da Viveo atua em um mercado de saúde que movimenta anualmente mais de R\$223 bilhões em nível nacional, segundo estimativas internas, composto pelos mais variados prestadores de serviços de saúde (mercado institucional privado e público), varejo, serviços e logística. Este mercado apresentou rápido crescimento nos últimos anos (segundo dados do IQVIA mais recentes, do período de setembro de 2019 a agosto de 2020 em comparação com o ano de 2017, o mercado de medicamentos cresceu em média 10,3% a.a. e, considerando apenas o segmento não-varejo, 12,0% a.a. ao ano), superando a economia brasileira que, no período de 2019 a 2020, apresentou crescimento pouco superior a 1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Companhia acredita ter um grande potencial de crescimento, tendo em vista que atua em um mercado altamente fragmentado com diversas oportunidades de consolidação. Nos últimos 3 anos (2018-2020), a Companhia apresentou um CAGR (taxa de crescimento anual composta) de receita líquida de 29,3% e de EBITDA Ajustado de 33,9%. Esse crescimento inclui não somente o crescimento orgânico da Companhia, mas também sua expansão via aquisições.





## Surgimento do Ecossistema Viveo

O ecossistema da Viveo surgiu a partir da decisão de expansão do negócio fundamental da Mafra, de distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos para hospitais, para um escopo muito mais amplo capaz de atender ao propósito de “cuidar de cada vida” e a missão de simplificar o mercado de saúde, mantendo no seu DNA o foco no atendimento ao cliente e a prestação de serviço superior. A Companhia identificou inúmeros desafios na gestão de materiais médico-hospitalares e medicamentos no mercado brasileiro, de modo que definiu que sua missão é a de simplificar toda essa cadeia complexa para melhorar o acesso a saúde e prover soluções aos seus clientes e fornecedores. Muito mais do que uma companhia que fornece apenas produtos, a Viveo está se consolidando como o parceiro na resolução dos maiores desafios do setor de saúde, possibilitando, por exemplo, que hospitais dediquem muito mais tempo ao cuidado ao paciente ou que fornecedores se preocupem cada vez mais com o desenvolvimento de seus produtos e menos em como distribuí-los aos seus clientes e pacientes com alto nível de serviço em todo o Brasil.



Atualmente, o ecossistema de serviços e produtos para a saúde da Viveo integra desde a fabricação dos produtos até a entrega ao cliente, colaborando em escala nacional com prestadores de serviço de saúde e a indústria farmacêutica para um maior acesso e melhor prestação de serviço aos pacientes. A Companhia oferece uma gama de serviços diferenciados para facilitar a gestão de materiais e medicamentos e atua em canais de venda diferenciados como hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias e atendimento direto ao paciente.

O braço de distribuição hospitalar e clínicas da Companhia conta com a Distribuidora Mafra Hospitalar e a recém adquirida Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”) que se juntou ao ecossistema Viveo em junho de 2020 e faturou R\$1,7 bilhão (2020) em vendas para mercado institucional privado, tendo sua maior fortaleza na relação de proximidade com a indústria farmacêutica, time comercial e liderança nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. O segmento de distribuição da Companhia constitui um elo entre as indústrias e os hospitais, clínicas, convênios, *home cares* e instituições de saúde no mercado privado e público, estando presente em todo o Brasil, pronta para atender o mercado com alto nível de serviço e qualidade. A Companhia também se destaca por ser a única que possui um portfólio diversificado de materiais médico-hospitalares e medicamentos, frota própria para principais capitais do País e a maior força de vendas entre todos os seus concorrentes. Esses diferenciais permitiram à Companhia alcançar a liderança de mercado com 7% de *market share* no mercado de distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos que, em 2020, foi de aproximadamente R\$84 bilhões, segundo dados do IQVIA a análises internas.

Em 2017, a Companhia adquiriu a Tecnocold – Promoção de Vendas e Participações Ltda. (“Tecnocold Vacinas”), empresa especializada em soluções para vacinas que tem vasto *expertise* na gestão e distribuição de vacinas para o mercado privado. Esse movimento não só expandiu o portfólio de produtos para uma das categorias que mais crescem globalmente, como também deu acesso ao canal de clínicas de vacinação onde a Companhia até então tinha pouca presença.

A Tecnocold Vacinas cresceu de forma acelerada após a aquisição pela Viveo, passando de R\$155 milhões de faturamento em 2017 para R\$368 milhões em 2020 (crescimento de 137%), crescimento que ressalta o potencial do ecossistema da Companhia em impulsionar os negócios de companhias adquiridas.

Na sequência, em 2018, a Companhia fez um importante movimento de integração vertical ao realizar a aquisição da Cremer S.A. (“Cremer”), empresa brasileira líder na fabricação de itens para as mais diversas necessidades incluindo materiais médicos, produtos aplicados em cirurgias, primeiros socorros, trato urinário, diagnósticos, esterilização, gerenciamento de feridas, higiene e proteção, infusão de medicamentos, nutrição clínica, ortopedia e trato respiratório, entregando mais de 3.200 produtos a mais de 12 mil clientes todos os anos.

A Companhia busca atender às mais altas certificações de qualidade na fabricação de seus produtos, submetendo-se a constantes auditorias que garantem a gestão de segurança e eficácia dos produtos e serviços prestados. A Companhia adquiriu, em 2020, a Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A (“Flexicotton”), sendo essa um braço industrial de produtos para cuidados pessoais e higiene. A Flexicotton se consolidou ao longo dos últimos anos como uma das maiores empresas fabricantes de produtos de saúde de marca própria para os grandes varejistas do Brasil, na opinião da Companhia. Hoje a Companhia acredita possuir liderança nos seus segmentos de atuação, oferecendo aos clientes uma gama de opções de produtos que atendem diferentes necessidades.

O mercado de medicina diagnóstica também é altamente fragmentado, contando hoje com mais de 15.000 laboratórios espalhados pelo Brasil. Esse segmento ainda carece de fornecedores com alcance nacional de portfólio amplo e nível de serviço diferenciado. Nossa estratégia é oferecer uma solução one-stop-shop para esses clientes não apenas no portfólio pré-analítico (produtos utilizados na coleta e manipulação de amostras), mas também em reagentes para processo de análises clínicas. A Companhia é também uma das principais fornecedoras relevantes do mercado de medicina diagnóstica com presença tanto em produtos pré-analíticos quanto em produtos para processo de análises clínicas.

O segmento da Companhia de atendimento a medicina diagnóstica cresceu organicamente 76% em 2020 e foram adquiridas 3 distribuidoras de reagentes da Roche Farmacêutica, a Byogene Comércio de Produtos Laboratório Clínico Hospitalar Ltda. (“Byogene”), a Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”) e a Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”). Com essas aquisições, a Companhia atingiu nessa divisão um patamar de R\$196 milhões de faturamento em um mercado potencial estimado de mais de R\$3.5 bilhões, segundo estimativas internas da Companhia.

A Companhia oferece, ainda, serviços e soluções de alto valor agregado, que possibilitam que prestadores de serviços de saúde e fabricantes de medicamentos melhorem sua eficiência na gestão de materiais e medicamento que proporcionam um melhor atendimento aos pacientes. Mais especificamente, a HealthLog, sua operadora especializada em serviços logísticos, busca aumentar a eficiência e atender às necessidades de seus clientes com o diferencial de ter alcance nacional amplo e nível de serviço diferenciado, fator este que representa uma significativa barreira de entrada, colocando a Companhia em uma posição vantajosa perante seus clientes pela dificuldade em se replicar seu modelo de negócios e toda a sua capilaridade.

A Companhia possui diversos casos de serviços de gestão para clientes e fornecedores e foi pioneira na oferta desse tipo de serviços no mercado de saúde como por exemplo o VMI (*vendor managed inventory*). A Companhia se consolidou na liderança desse serviço, conforme informações de portais de compras de mercado, como Bionexo, Fidelize, dentre outros:

## Faturamento das empresas da Viveo com VMI no período de 1 ano



Dentro do pilar de inovação e soluções, a Companhia desenvolveu a plataforma D2P (*Direct to Patient*) visando oferecer alternativas ágeis, simples e baratas para pacientes terem acesso a medicamentos e materiais médico-hospitalares em casa ou onde desejarem. A Companhia acredita que com o advento da tecnologia e mudanças regulatórias recentes durante a pandemia da COVID-19 será possível haver uma rápida mudança na forma como esses produtos são consumidos atualmente.

Em 6 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu uma participação relevante de 35,71% na Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda. (“Far.Me”), com a opção de compra de até 100% do capital social da Far.Me. O objetivo dessa aquisição é atender um mercado altamente fragmentado de distribuição de medicamentos para o consumidor final. A Companhia acredita estar em uma posição diferenciada para capturar esta oportunidade devido aos relacionamentos comerciais existentes e sua capacidade ampla de distribuição.

A Far.Me se posiciona como uma farmácia *on-line* e tem um modelo de negócio baseado em uma assinatura mensal para pacientes crônicos e idosos que precisam de medicamentos recorrentes. A empresa foi fundada em Belo Horizonte e expandiu suas operações no final de 2020, abrindo uma farmácia em São Paulo e iniciando o trabalho de divulgação. A Companhia acredita muito que o entendimento do mercado de saúde e relacionamento com principais *stakeholders* serão fundamentais para ajudar a criar soluções que facilitem acesso e ajudem na eficácia dos tratamentos.

### **Benefícios da estratégia de ecossistema**

A Companhia acredita que a estratégia de atuar como um ecossistema de produtos e serviços de saúde proporciona vantagens competitivas relevantes que incluem:

**Maior mercado endereçável:** A Companhia possui acesso a um mercado muito mais amplo em comparação, por exemplo, às companhias exclusivamente focadas em distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos. A Companhia acredita que o mercado de sua atuação engloba uma receita anual total de R\$223 bilhões de reais, versus um mercado de distribuição de medicamentos e materiais de R\$84 bilhões de reais.

**Maior resiliência:** A diversificação de atuação da Companhia em diferentes vertentes e segmentos provou-se uma estratégia vencedora na pandemia do COVID-19. Uma forte performance, por exemplo, de vendas de EPI (luvas) e vacinas, compensaram a queda da venda de outros materiais.

**Maiores retornos:** a atuação diversificada da Companhia em segmentos de alto retorno permite-a atingir resultados consolidados mais atrativos em comparação à, por exemplo, companhias exclusivamente focadas no segmento de distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos.

**Acesso amplo a dados, conhecimento e expertise ao longo da cadeia:** A Companhia acredita que existam grandes oportunidades de monetização de dados, advindos de uma presença ao longo da cadeia de saúde, que a permite ter visibilidade e identificar tendências e oportunidades de negócios.

## VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que as seguintes vantagens competitivas a diferenciam dos seus concorrentes e contribuem para seu sucesso:

**Modelo de negócios diferenciado, integrado, que proporciona alto crescimento, rentabilidade e retorno sobre o capital investido, além de uma experiência diferenciada aos seus clientes**

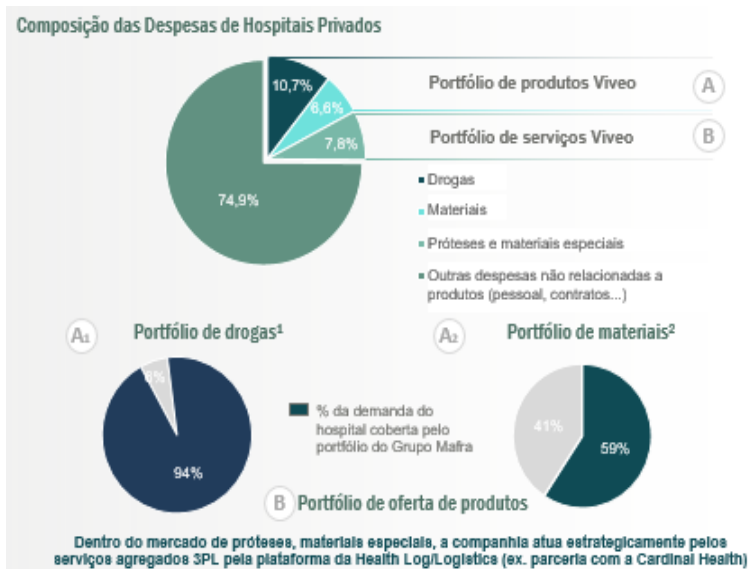


A Companhia atua de forma integrada desde a fabricação de produtos médico-hospitalares, até a entrega final ao cliente, incluindo unidades médicas e pacientes, sempre amparada pelo seu amplo portfólio de produtos e à sua capilaridade. Além disso, segundo estimativas internas da Companhia, a Viveo é líder no fornecimento de materiais médico-hospitalares e medicamentos no Brasil, com presença significativa em hospitais, clínicas, laboratórios e farmácias em todo o país, entregando seus produtos com agilidade e eficiência. Seu modelo integrado de negócios permite que a Companhia capture maiores oportunidades em seus mercados de atuação.

A Companhia também oferece a seus clientes serviços e soluções de alto valor agregado, buscando sempre entender suas necessidades e possibilitando que prestadores de serviços de saúde e fabricantes de medicamentos melhorem sua eficiência na gestão de materiais e medicamentos. Essas soluções incluem gestão de caixa, capital de giro, redução de tempo médio e de custo de estoque e redução de espaço para armazenamento de produtos, permitindo, portanto, a ampliação de leitos e maior geração de receita, redução na falta de materiais e medicamentos, melhora da rastreabilidade e redução de perdas de produtos e medicamentos e das rupturas de estoques.

A Companhia acredita que o seu alto nível de serviços e sua capilaridade, aliados à sua frota própria e flexível e ao conhecimento amplo da cadeia de valor dos seus clientes a posicionam de forma única para prover esses serviços ao mercado.

A Companhia oferece uma solução *one-stop shop* diferenciada para seus clientes e possui uma equipe de vendas robusta para atender diferentes canais e clientes



\*3PL significa Operador Logístico terceirizado que faz os serviços de armazenagem, separação, expedição e transporte dos contratantes







A gestão de fornecimento de um hospital é altamente complexa devido à extensa variedade de itens e produtos necessários. Estima-se que um hospital consuma, em média, mais de 12.000 SKUs (*Stock Keeping Unit* ou unidade de manutenção de estoque) anualmente – mas com uma limitada disponibilidade de espaço de armazenagem. Além disso, insumos, apesar de críticos para a operação do hospital, representam uma parcela pequena do total dos custos, o que representa um desafio para os administradores de hospitais. Cada vez mais, esses clientes buscam reduzir o número de fornecedores, devido à suas limitações de infraestrutura para recebimento, gestão e armazenagem.

A proposta de valor da Companhia endereça de forma precisa tal desafio. A Viveo possui o mais amplo portfólio de produtos hospitalares, oferecendo medicamentos e materiais médico-hospitalares capazes de atender aproximadamente 94% e 59%, respectivamente, das demandas de um hospital. A solução simplifica significativamente a gestão dos hospitais permitindo reduzir o número de fornecedores.

Essa vantagem é apenas possível como resultado da escala de sua operação e qualidade na prestação de seus serviços. A Companhia acredita ter um dos melhores níveis de serviço na distribuição de produtos hospitalares, oferecendo aos seus clientes uma experiência única e totalmente multicanal. Ter o cliente em primeiro lugar é um dos seus principais valores.

A Companhia possui equipes de vendas dedicadas para os diferentes canais nos quais atua o que permite atender de forma diferenciada as necessidades de seus diferentes clientes.

A Companhia acredita que tem a maior força de vendas nacional e em janeiro de 2020 era composta por mais de 450 pessoas, apoiadas por especialistas técnicos para cada plataforma de negócios, canal e terapia, além de uma equipe de *call center* e suporte para atender às demandas de seus clientes.

	Time de vendas	Principais clientes
 <p><b>Hospitais e Clínicas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe ~270 HC</li> <li>Time de vendas</li> <li>Time de marketing</li> <li>Time setor público</li> <li>Call Center e Suporte</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe B2C ~80</li> <li>Time de vendas</li> <li>Time de marketing</li> <li>Call Center e Suporte</li> </ul>	
 <p><b>Farmácias</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe ~100 HC</li> <li>Time de vendas</li> <li>Time de marketing</li> <li>Call Center</li> <li>Suporte</li> </ul>	
 <p><b>Laboratórios</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe ~40 HC</li> <li>Time de vendas</li> <li>Time de marketing</li> <li>Call center</li> </ul>	
 <p><b>D2P</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe ~8 HC</li> <li>Time de vendas</li> <li>Time de marketing</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais de 400 clientes recorrentes</li> <li>Foco atual em São Paulo e Belo Horizonte, com potencial para expansão.</li> </ul>

Notes: Gross sales figures refer to 2020 and are presented on a pro-forma basis. Other channels are not included in the page and represent R\$88mm in sales (2% of total) and R\$6mm in EBITDA (3% of total); <sup>1</sup> Only considers parent companies; <sup>2</sup> Source: Nielsen; <sup>3</sup> Source: IBGE;

## Solução logística proprietária diferenciada com cobertura nacional e altos níveis de serviço compatível com os maiores distribuidores hospitalares dos Estados Unidos

A Companhia conta com um dos maiores sistemas logísticos para a saúde do país, com 15 centros de distribuição, totalizando mais de 90.000 m<sup>2</sup> de área, e 5 operações de *crossdocking* espalhados estrategicamente pelos principais estados do Brasil, com alta cobertura geográfica e nível de capilaridade, que lhe permitem realizar entregas em todas as cidades do Brasil, com maior agilidade e eficiência. Com uma frota de mais de 200 veículos próprios exclusivamente focados no mercado hospitalar, a Viveo possui alcance nacional, podendo servir, segundo estimativas internas, 98% dos leitos privados no país em menos de 48 horas (sendo 81% em um período menor que 24 horas).

A HealthLog conta com uma moderna frota própria, monitorada e rastreada durante todo o percurso, para garantir segurança e pontualidade em suas entregas. A Companhia conta com frota de mais de 200 veículos, avaliados constantemente nos programas de manutenção preventiva, limpeza e renovação de frota.

A Companhia possui uma infraestrutura tecnológica que permeia todas as suas soluções inovadoras. Além de possuir uma frota própria, a Companhia emprega tecnologia de ponta no controle da distribuição dos produtos, incluindo WMS (*Warehouse Management System*) utilizado em todos os seus centros de distribuição, uso de aparelhos smartphone em todos os veículos de sua frota.

## Liderança nos segmentos de atuação, com reconhecimento no setor de saúde do Brasil.

A Viveo é líder na distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos no Brasil, com uma participação de mercado de 7%, conforme dados da IQVIA e análises internas da Companhia, atendendo aos principais hospitais, clínicas e laboratórios do país. A Companhia também acredita ser a maior fabricante de materiais médico-hospitalares com uma participação de mercado de 10%, segundo dados da IQVIA e análises internas, atendendo tanto empresas, quanto consumidores finais.

A posição de liderança garante à Companhia um maior poder de negociação na compra de produtos médico-hospitalares e medicamentos, além de melhores condições de vendas aos clientes. A Viveo possui relacionamento de longo prazo com os maiores fornecedores de materiais médico-hospitalares e medicamentos, desenvolvendo planejamentos conjuntos de negócio (*joint business plans*) não apenas para o portfólio atual de produtos, como para futuros lançamentos. A Companhia também segue padrões elevados de segurança e qualidade dos produtos que distribui, acompanhando o cumprimento de todas as determinações sanitárias da ANVISA e as certificações exigidas pelos seus fornecedores.

A escala e posição de liderança no mercado da Companhia, bem como sua capacidade de atendimento em nível nacional, proporcionou, nos últimos anos, uma posição favorável em um mercado de clientes fragmentado e em processo de consolidação. Consolidadores de mercado, ao passo que ampliam sua robustez operacional, necessitam de um parceiro comercial com escala nacional como a Viveo. Entre os anos de 2018 e 2020, o crescimento agregado de receita da Companhia e da Cremer advindo de consolidadores de

mercado (i.e. Grupo Fleury, DASA, Rede Impar, NotreDame Intermédica, Amil, Rede D'or) foi de 19% ao ano, enquanto o crescimento advindo de outros clientes foi de 10% ao ano.

### **Sistema proprietário de gerenciamento de ROIC que possibilita uma precificação correta de seus produtos, possibilitando à Companhia manter atrativo nível de retorno sobre o capital investido**

A Companhia desenvolveu ao longo dos anos um sistema proprietário que garante a correta precificação de seus produtos para atingimento de metas internas de retorno que utiliza a metodologia de retorno sobre o capital investido (ROIC).

A Companhia realiza cálculos mensais para garantir, tanto em um nível macro quanto micro, que todas as unidades de negócios da Companhia estão utilizando a metodologia de precificação de forma aderente. O crescimento da Companhia e direcionamento das unidades de negócios segue um processo disciplinado de retorno sobre o capital investido que são determinados e acompanhados nos comitês da Companhia. A Companhia monitora e ajusta frequentemente esse processo, inclusive com relatórios detalhados por produto e cliente, simuladores e sistema de *rating* que ponderam risco e retorno, para garantir um desvio baixo e consistência nos seus resultados.

Com isso o ROIC de 2019 foi de 19,6% enquanto o ROIC dos distribuidores Non Retail é de 11% (utilizando como proxy o cálculo do ROIC da Expressa).

### **Resiliência a condições adversas da economia brasileira e do setor de saúde**

A Companhia acredita ser mais resiliente a condições macroeconômicas gerais que outras sociedades atuantes no setor de saúde no Brasil, na medida em que as recentes desaceleração e estagnação da economia brasileira, o conseqüente aumento na taxa de desemprego, a redução do número de beneficiários de planos de saúde privados, bem como a redução da taxa de ocupação de hospitais em meio a pandemia do COVID-19, afetaram a Companhia em menor proporção em relação às demais empresas que atuam no setor de saúde no Brasil.

Enquanto seus clientes e prestadores de serviços apresentaram resultados negativamente impactados por toda a crise relacionada a pandemia da COVID-19, a Companhia conseguiu enfrentar toda a perda de volumes de certos medicamentos e produtos médico-hospitalares e conseqüente piora em sua performance operacional de forma eficiente, ajustando rapidamente sua oferta de produtos, o que possibilitou melhor desempenho operacional independentemente dos desafios relacionados à crise.

A diversidade de portfólio de produtos e serviços do setor de distribuição de medicamentos e produtos médico-hospitalares da Viveo, aliado a multicanalidade, constituiu-se como um *hedge* natural. Em 2020, o crescimento orgânico da receita da Companhia foi de 17%, em comparação à uma mediana de 6% de crescimento esperado de companhias de saúde selecionadas, segundo dados do Factset.

Apesar da atual volatilidade na economia brasileira, entre 2018 e 2020, a Companhia apresentou um CAGR de 29,3% em sua receita líquida, 33,9% em seu EBITDA Ajustado e 86,4% em seu lucro líquido, enquanto o PIB do Brasil apresentou modesto crescimento entre 2017 e 2019 e retração considerável em 2020. Adicionalmente, a Companhia acredita que (i) a escala e a relevância de suas operações; (ii) a capacidade de desenvolver e manter relacionamentos de longo prazo mutuamente benéficos com os prestadores de serviços à saúde e com a indústria farmacêutica; (iii) a efetividade dos serviços prestados; (iv) a qualidade técnica e profissional dos colaboradores da Companhia; (v) os investimentos em pesquisa e tecnologia realizados; (vi) o potencial de aumento no número de beneficiários de planos privados de assistência à saúde no Brasil em relação à população brasileira; (vii) o envelhecimento da população brasileira; e (viii) a elevada fragmentação do mercado de distribuição de produtos hospitalares brasileiro, contribuíram de forma significativa para seu crescimento sustentável e sua resiliência à volatilidade geral do mercado. A Companhia acredita que competidores menores se mostraram mais sensíveis a oscilações e desacelerações econômicas, em função de, entre outros, contarem com acesso mais restrito a crédito e possuírem menos relações consolidadas com prestadores de serviços à saúde e a indústria farmacêutica.

### **Administração com alto conhecimento do setor de saúde e da Companhia, formada por profissionais qualificados e cultura diferenciada.**

A Companhia conta com uma administração composta por profissionais qualificados, com reconhecida experiência no setor de saúde brasileiro, além de profissionais com formações complementares e extensa experiência em sociedades líderes de diferentes setores da economia. Alguns são profissionais que trabalham juntos há muitos anos na Viveo.



A cultura organizacional e de recursos humanos da Companhia é baseada na meritocracia e mentalidade empreendedora, com foco na atração e retenção de profissionais altamente qualificados em todos os níveis, com a consequente valorização dos executivos que apresentem melhor performance baseada em métricas qualitativas e quantitativas, conforme Política de Remuneração da Companhia aprovada em 15 de março de 2021 pelo Conselho de Administração (para mais informações sobre a Política de Remuneração, acessar o site de Relações com Investidores da Companhia ([ri.viveo.com.br](http://ri.viveo.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), categoria “Política de Remuneração”).

Além disso, os interesses dos administradores da Companhia estão altamente alinhados com os de seus acionistas, uma vez que todos os diretores e principais executivos são acionistas ou beneficiários de planos de *Phantom Shares* da Companhia.

Isso demonstra profunda consistência e forte comprometimento com o propósito da Companhia, além de serem alicerces para a manutenção de uma forte cultura corporativa e grande referências para os seus funcionários.

A Companhia acredita que essa gestão próxima, eficiente e experiente com uma visão estratégica consistente contribui para o seu crescimento, lucratividade e para fortalecer sua proposta de valor.

Para mais informações sobre o plano de *Phantom Shares* da Companhia, veja seção 13.4 do Formulário de Referência.

A administração da Companhia foi responsável pelo sólido crescimento das operações e pelo forte desempenho operacional e financeiro percebido pela Companhia no passado, estando bem posicionada para continuar implementando, de maneira bem-sucedida, sua estratégia de negócio.

Para mais informações sobre a administração da Companhia, veja seção 12 do Formulário de Referência.

#### **Alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com sua experiência no setor de saúde no Brasil, bem como forte comprometimento com as melhores práticas de ESG**

A Companhia conta com uma base de acionistas bastante alinhada e com visão de longo prazo. Muitos deles tem profundo conhecimento do mercado de saúde e contribuem com os executivos na definição de estratégias de longo prazo para o negócio. O Genoma VI e o Genoma I, maiores acionistas da Companhia, são fundos geridos pela DNA Capital Consultoria Ltda. (“DNA Capital”), um experiente investidor no setor, detendo participações em mais de 20 empresas de referência do setor incluindo prestadores de serviços, empresas de tecnologia aplicadas à saúde e produção e distribuição de medicamentos, o que propicia oportunidades únicas de intercâmbio e parcerias mutuamente benéficas para as empresas que participam de seu ecossistema.

Adicionalmente, a Companhia possui alto padrão de governança corporativa, incluindo um “Código de Ética e Conduta” formal e canal de denúncia confidencial.

Ademais, a Companhia busca estar alinhada com as principais práticas de responsabilidade ambiental e social. Para mais informações sobre tais programas, vide o item “7.8 Políticas socioambientais” do Formulário de Referência.

#### **ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO**

A Companhia pretende continuar expandindo seu ecossistema, ampliando sua oferta de produtos, nos atuais e novos canais, prestando, sempre, o melhor serviço e incrementando suas vantagens competitivas e aproveitando sua escala, sólida situação financeira e geração de caixa. O desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções para os clientes também é parte importante da nossa visão de crescimento.

A Companhia pretende estruturar o crescimento futuro em 4 pilares:

1. Consolidar e expandir a sua liderança nos seus principais mercados de atuação;
2. Reforçar o ecossistema da Viveo e se posicionar de maneira única na cadeia de valor;
3. Continuar a diversificar seu portfólio de produtos para uma maior resiliência e margem;
4. Alavancar-se em suas vantagens competitivas para reduzir a complexidade de execução.



### **Ampliar a liderança e participação no mercado brasileiro de materiais e medicamentos especializados para a saúde, continuamente aumentando seu portfólio de produtos e sua cooperação com os fabricantes por meio de parcerias estratégicas**

A Companhia acredita ser o parceiro preferencial para o lançamento de novos medicamentos e terapias especializadas que virão a mercado nos próximos anos. A receita bruta da Companhia nos últimos 5 anos com lançamento de novos produtos totalizou R\$580 milhões o que demonstra sua capacidade de parceria no lançamento de novas medicações.

Ainda, a Companhia pretende desenvolver plano de negócios conjunto com outros *players* da indústria farmacêutica, de forma colaborativa, visando maximizar o potencial comercial de novos lançamentos de produtos comercializados no Brasil, garantindo alinhamento estratégico da indústria e distribuidores, além de aumentar a diversidade de materiais que fabrica para disponibilizar a seus clientes um completo portfólio de produtos descartáveis, fortalecendo sua plataforma *one-stop shop*. Essa atuação diferenciada através de parcerias chamadas de JBP (*Joint Business Plans*) com os fornecedores.

### **Alavancar a sua liderança nos canais de distribuição existentes e aumentar sua participação em novos canais que apresentam um potencial de mercado significativo**

A distribuição de materiais e medicamentos ancora o crescimento da Companhia e reflete sua relevância na cadeia na qual atua. A Companhia continuará investindo para consolidar sua posição de liderança no canal hospitalar e fortalecendo a distribuição nos canais atuais e também fortalecendo os canais nos quais possui participação menor.

A Companhia continuará envidando esforços para manter a sua liderança no segmento de distribuição para clínicas de oncologia, um segmento que movimentou em medicamentos anualmente R\$14 bilhões, segundo estimativas da Companhia baseadas em informações da IQVIA.

Recentemente, a Companhia introduziu estratégias para aumentar sua participação no atrativo setor de distribuição de insumos para laboratórios, um segmento do mercado que movimentou R\$3,5 bilhões de reais anualmente e cresceu cerca de 9% ao ano durante o período de 2012 a 2018, de acordo com estimativas internas baseadas em estudo realizado pela Termo Fisher. A Companhia acredita que pode aumentar sua participação neste mercado de forma acelerada nos próximos anos.

Ainda, a Companhia acredita que determinados segmentos do setor público de distribuição hospitalar representam uma oportunidade relevante de crescimento, mantendo níveis atrativos de retorno. Este segmento de mercado movimentou R\$26 bilhões em 2020, de acordo com dados da IQVIA e estimativas internas feitas pela Companhia, sendo que a participação das vendas para o setor público na receita bruta da Companhia para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 era de apenas 6%. Dessa forma, a Companhia vai atuar de forma disciplinada nas licitações governamentais, com o objetivo de aumentar sua participação neste segmento.

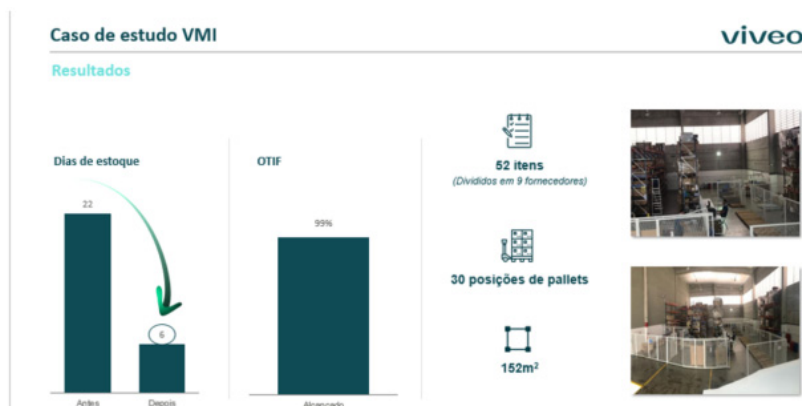
A Companhia ainda espera capturar uma fatia do canal direto ao paciente (D2P), mercado que fatura anualmente mais de R\$80 bilhões (incluindo medicamentos Rx, OTC e *Não medicamentos*), de acordo com IQVIA, e deve representar uma avenida de crescimento significativa para a Companhia no médio e longo prazo. Para acelerar sua participação neste mercado, a Companhia liderou em novembro de 2020 a rodada series A de investimento na Far.Me, uma start-up que continua se destacando no cenário farmacêutico nacional com sua proposta de facilitar a rotina de quem usa remédios todos os dias. Além do aporte financeiro, a parceria viabilizará novas possibilidades à Far.me, seu relacionamento com a indústria e sua logística em nível nacional permite que a Companhia auxilie a operação da empresa, garantindo maior fluidez para entrega de medicamentos e fortalecendo a operacionalização de todo o negócio.

### **Ampliação da oferta de serviços para agregar novas soluções e expandir os serviços existentes para um número maior de clientes**

A Companhia espera continuar oferecendo soluções e serviços inovadores que vão além da venda de produtos hospitalares e medicamentos, buscando continuamente ser uma prestadora de serviços para seus clientes. Suas amplas variedades de soluções são customizadas para a necessidade logística de cada cliente. A Companhia espera aumentar a penetração dos diversos serviços já prestados incluindo (i) Central de Unitarização, (ii) solução VMI (*Vendor Managed Inventory*), (iii) Outsourcing Operacional e (iv) Projeto Home Care nos próximos anos.

O VMI é um exemplo de solução completa que inclui acordos comerciais, políticas de estoque, troca de informações, monitoramento e reposição contínua. O serviço proporciona diversos benefícios para seus clientes incluindo, redução de espaço de armazenagem no hospital para o estoque pulmão da Companhia, menor custo dos estoques e necessidade de capital de giro, redução do tempo médio de estoque dentro do hospital, melhoria da rastreabilidade, redução de perda com material e medicamentos vencidos e faltas nos estoques além de possibilitar uma otimização do espaço para abertura de leitos e consequente geração de mais receita para seus clientes.

A Companhia foi pioneira na implementação desta solução e espera continuar a penetração da solução VMI para os atuais clientes. A Companhia é pioneira na implementação de VMI em hospitais do Brasil tendo em sua carteira mais de 7,8 mil leitos que se beneficiam de uma gestão inteligente para o planejamento e fornecimento de suas operações. No VMI, a Health Log, empresa de serviços da Companhia, tem acesso a dados relativos à movimentação dos estoques de seus clientes e assume o compromisso sobre os reabastecimentos. Alguns dos principais clientes da Companhia já rodam com a solução de VMI e podemos citar o estudo de caso abaixo.



### Continuar com sua estratégia de crescimento por meio de aquisições seletivas

A Companhia acredita que as aquisições foram e continuarão sendo um meio de atingir seus objetivos de crescimento. Consideramos aquisições como um meio para acelerar nossa estratégia, porém não um pilar de crescimento em si. A Companhia espera continuar sua estratégia de aquisições seletivas no Brasil, com três objetivos: (i) agregar novas competências, áreas de atuação, serviços e expertise; (ii) potencializar as oportunidades de *cross-selling* na base de clientes das companhias adquiridas e (iii) aumentar economias de escala. A Companhia pretende focar em aquisições de empresas de médio e pequeno porte, com operações complementares às da Companhia e que possam agregar valor à sua oferta de serviços e produtos, ao mesmo tempo em que minimizam os riscos de integração. Contudo, a Companhia não descarta realizar aquisições de maiores portes oportunísticas para o seu negócio.

A Companhia atua em um mercado altamente fragmentado que oferece diversas oportunidades de consolidação.

Além disso, para implementar essa estratégia, a Companhia conta com uma equipe dedicada responsável por analisar as oportunidades de aquisição, com profissionais com extensa experiência na avaliação e negociação de tais transações.

Sua experiência em adquirir e integrar operações permite que a Companhia integre rapidamente novas companhias à sua estrutura operacional, ao mesmo tempo em que mantém níveis adequados de alavancagem. Como exemplo, em 2020, a Companhia adquiriu 5 empresas que foram rapidamente integradas ao ecossistema Viveo adicionando R\$928 milhões de receita líquida no resultado da Companhia no mesmo ano.

A Companhia também tem um histórico de boa performance de integração das empresas adquiridas e extração de sinergias conforme demonstrado abaixo em alguns movimentos recentes.



## PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

**A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia, além do impacto na sua capacidade de continuar a operar referidos negócios.**

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que a Companhia opera, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, implementando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Nesse sentido, a pandemia afetou e pode, no futuro, também causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro, como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não puder comparecer, inclusive por motivo de doença, viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar sua capacidade de gerenciar e operar os negócios.

Nesse contexto, alguns produtos da Companhia sofreram queda no volume de vendas, diante da baixa demanda do mercado, como, por exemplo, produtos relacionados à cirurgias eletivas. A Companhia e suas controladas não podem garantir que conseguirão realocar a sua produção para atender as eventuais novas demandas do mercado, tais como anestésicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs, entre outros), e nem que tais produtos estarão de fato disponíveis para revenda pela Companhia. Ademais, em decorrência do aumento global de demanda por produtos diretamente relacionados com o aumento dos atendimentos hospitalares, os custos inerentes a tais produtos aumentaram de forma relevante, o que impactou adversamente a Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que

são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Ainda, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Nesse sentido, as novas variantes dos vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos para a Companhia, prolongando a queda no volume de vendas de determinados produtos da Companhia, conforme descrito neste fator de risco.

Não há conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Até a presente data, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 nos negócios, além daquela apresentada no item 10.9, bem como não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia da COVID-19 ainda não estão totalmente dimensionados no Formulário de Referência. A Companhia poderá ter seus resultados impactados negativamente.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes; e (iv) adversamente afetar a indústria de plano de saúde privado, reduzindo o número de segurados e adversamente impactando os principais clientes da Companhia (tal como hospitais e laboratórios privados), o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que oferecemos.

Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira.

Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Para mais informações, veja o item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

#### **Os parques fabris da Companhia estão sujeitos a acidentes diversos.**

Os parques fabris da Companhia estão sujeitos a acidentes de incêndio, explosão, de trabalho, dentre outros, que podem afetar adversamente a reputação e os resultados financeiros da Companhia. Adicionalmente, os acidentes podem incorrer na necessidade de paralisação das atividades fabris naquela localidade e/ou região e conseqüente realocação de recursos financeiros e humanos, bem como, em caso de acidentes nos parques fabris, gerar passivos de natureza cível, trabalhista e ambiental contra a Companhia, hipóteses que poderão afetar o desempenho operacional, a reputação e os negócios da Companhia.

Além disso, eventual dano ocorrido nos parques fabris da Companhia e/ou suas controladas podem impactar negativamente a saúde dos colaboradores, ou até mesmo provocar invalidez ou mortes. Nesse cenário, a Companhia poderá sofrer reclamações trabalhistas e até danos reputacionais, com potenciais impactos financeiros diante da possibilidade de desembolso de valores a título de indenizações.

#### **A Companhia pode vir a sofrer com estratégias de formação de preços adotadas por seus concorrentes.**

A formação de preços adotada por cada empresa no setor farmacêutico segue uma estratégia que pode estar baseada, entre outras possibilidades, em custos de produção e/ou aquisição das mercadorias, na margem de contribuição e na pesquisa de preços. Portanto, as estratégias adotadas pelo mercado, incluindo o segmento de atuação da Companhia, seguem, em geral, uma racionalidade baseada em custos, despesas e lucros.

Os concorrentes da Companhia podem adotar estratégias na formação de preços não baseadas em tais critérios, os quais podem se tornar mais atrativos para os consumidores e clientes da Companhia, o que poderia resultar em perda, pela Companhia, de market share para os concorrentes. Além disso, caso a Companhia decida acompanhar os preços estipulados pelos concorrentes baseados em critérios não racionais, poderá perder margem de lucro.

**Os movimentos grevistas dos sindicatos com os quais a Companhia mantém relações poderão afetar adversamente os seus resultados.**

A Companhia não pode garantir que não acontecerão movimentos grevistas por parte dos sindicatos aos quais ela ou seus funcionários são filiados, bem como que não terá suas operações e atividades parcialmente paralisadas durante o período de greve. Caso a Companhia tenha longos períodos de paralisação, sua capacidade de produção e distribuição poderá ser afetada adversamente e prejudicar seus resultados operacionais e financeiros.

**A Companhia pode sofrer com a inadimplência ou não cumprimento de disposições contratuais por parte de seus clientes.**

A Companhia está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento do produto entregue como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações com relação à compra dos produtos poderão resultar em perdas para a Companhia, bem como afetar o seu resultado operacional.

Adicionalmente, o recebimento dos pagamentos devidos pelo Poder Público depende da capacidade de crédito à época e da capacidade da Companhia de cobrá-los. O nível de inadimplência dos clientes do Poder Público pode atingir patamares elevados em um curto espaço de tempo em decorrência de motivos diversos, que estão fora do controle da Companhia, inclusive questões políticas e orçamentárias.

**EVENTOS RECENTES**

A Companhia, seguindo sua estratégia de fortalecer o ecossistema e de ampliar o portfólio de produtos oferecidos, dessa vez com fabricação própria, assinou, no dia 15 de março de 2021, 2 (dois) contratos de compra e venda de ações ("Contratos").

Os Contratos foram celebrados com as empresas Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A., com sede na cidade de São Paulo-SP ("Daviso") e FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene S.A., com sede na cidade de Blumenau-SC ("FW") e, em conjunto com Daviso, "Sociedades"). As Sociedades são especializadas na fabricação de lenços e toalhas umedecidas e contam com produtos direcionados a higiene infantil, adulta, hospitalar e se dedicam aos segmentos de varejistas, atacadistas e marcas próprias. As Sociedades apresentaram, em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receita líquida de R\$249 milhões, sendo que o preço de aquisição das participações societárias foi estipulado em R\$300,7 milhões (preço sem *earn-out*). O fechamento das transações está sujeito às condições precedentes usuais de mercado, dentre elas a obtenção de autorização do CADE.

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou a incorporação, via Assembleia Geral Extraordinária, de uma de suas controladoras, a Cromossomo Participações IV S.A. ("Cromossomo"). Em razão da incorporação, as 55.888.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia e detidas pela Cromossomo foram atribuídas à sua única acionista, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I, que passou a ser acionista direto da Companhia. Não houve alteração do capital social da Companhia em decorrência da incorporação.

Em 27 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, via Assembleia Geral Extraordinária, uma cisão parcial, por meio da qual a empresa Charlie Mike Juliet Participações S.A. incorporou a parcela cindida composta, essencialmente, por uma aeronave, no valor total de R\$10.363.343,00, conforme laudo de avaliação. Com a realização da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no mesmo montante da parcela cindida, com extinção de 2.189.416 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Para mais informações sobre a incorporação e a cisão acima referidas, ver item 15.7 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA,  
CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

**Companhia e Acionistas Vendedores**

---

**CM Hospitalar S.A.**

Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial  
CEP 14072-055 – Ribeirão Preto, SP - Brasil  
At.: Eduardo Maia Jereissati  
Tel.: +55 (11) 98201-8302

**Coordenadores da Oferta**

---

**Coordenador Líder**

**Banco J.P. Morgan S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares  
CEP 04538-905, São Paulo, SP  
At.: Marcelo Porto  
Tel.: +55 (11) 4950-3700  
[www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan](http://www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan)

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Renata G. Dominguez  
Tel.: + 55 (11) 3708-8876  
<http://www.itaub.com.br>

**Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar  
CEP 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Fabio Nazari  
Tel.: + 55 (11) 3383-2000  
<https://www.btgpactual.com>

**Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Claudia Bollina Mesquita  
Tel.: +55 (11) 3847-5488  
<https://www.bradescobbi.com.br>

**Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Bruno Saraiva  
Tel.: +55 (11) 2188-4298  
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>

**Banco Safra S.A.**

Avenida Paulista, nº 2.100, 17º andar  
CEP 01310-930, São Paulo, SP  
At.: João Paulo Feneberg Torres  
Tel.: +55 (11) 3175-3284  
<https://www.safra.com.br>

**Consultores Legais Locais  
da Companhia e dos Acionistas Vendedores**

---

**Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.144, 11º andar,  
CEP 01451-000, São Paulo, SP  
At.: Eliana Ambrósio Chimenti / Alessandra de Souza Pinto  
Tel.: +55 (11) 3150-7000  
[www.machadomeyer.com.br](http://www.machadomeyer.com.br)

**Consultores Legais Externos  
da Companhia e dos Acionistas Vendedores**

---

**Davis Polk & Wardwell LLP**

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - Torre E - CJ 17A  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Manuel Garcíadiaz  
Tel.: +55 (11) 4871 8401  
[www.davispolk.com](http://www.davispolk.com)

**Consultores Legais**  
**Locais dos Coordenadores da Oferta**

---

**Stocche Forbes Advogados**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100, 10º andar,  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Henrique Filizzola  
Tel.: +55 (11) 3755-5400  
www.stoccheforbes.com.br

**Consultores Legais**  
**Externos dos Coordenadores da Oferta**

---

**Simpson Thacher & Bartlett LLP**  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 12º  
andar, sala 121  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Grenfel Calheiros  
Tel.: +55 (11) 4871 8401  
www.stblaw.com

**Audidores Independentes da Companhia**

---

**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º -  
12º andar - Edifício EZ Towers  
Chácara Santo Antônio  
CEP 04711-904, São Paulo, SP  
At.: Felipe B. Silva  
Telefone: +55 (47) 3205-7800  
www.kpmg.com.br

**PricewaterhouseCoopers Auditores  
Independentes**  
Antônio Diederichsen 400, Edifício Metropolitan  
Business Center, 21º andar,  
CEP 14.020-250, Ribeirão Preto, SP  
At: Rodrigo Camargo  
Telefone +55 (16) 3516-6600  
www.pwc.com.br

**Declaração de Veracidade das Informações**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 177.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 27 e 96, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.*

<b>Acionistas Vendedores</b>	Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I, Carlos Alberto Mafra Terra e Consolação Goulart Terra.
<b>Acionistas Vendedores Pessoas Físicas</b>	Carlos Alberto Mafra Terra e Consolação Goulart Terra.
<b>Ações</b>	87.305.746 (oitenta e sete milhões, trezentas e cinco mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
<b>Ações Adicionais</b>	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 17.461.149 (dezessete milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
<b>Ações em Circulação (Free Float) no Mercado após a Oferta</b>	São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Considerando apenas a colocação das Ações inicialmente ofertadas, estimamos que 37,73% (trinta e sete vírgula setenta e três por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação após a realização da Oferta (considerando as ações de titularidade de Consolação Goulart Terra e Carlos Alberto Mafra Terra, que deixarão de ser acionistas controladores após a realização da Oferta). Para mais informações, veja seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 45 deste Prospecto.



**Ações Suplementares**

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 13.095.861 (treze milhões, noventa e cinco mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações Suplementares a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, conforme notificação por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação, na proporção indicada na página 49 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

**Agente Estabilizador**

O Banco Itaú BBA S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.

**Agentes de Colocação Internacional**

O J.P. Morgan Securities LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Bradesco Securities Inc., BofA Securities, Inc. e Safra Securities, LLC, considerados em conjunto.

**Aprovações Societárias**

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao Novo Mercado e a realização da Oferta Primária pela Companhia, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de fevereiro de 2021, cuja ata foi registrada na JUCESP em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 101.326/21-0, e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 2 e 3 de fevereiro de 2021, respectivamente.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil seguinte.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovados pelo Genoma I, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 17 de março de 2021, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. Não será necessária qualquer aprovação societária do Genoma VI e dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a realização da Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Suplementares, e a fixação do Preço por Ação.

#### **Atividade de Estabilização**

O Agente Estabilizador poderá, por intermédio da Corretora, a seu exclusivo critério, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

#### **Capital Social**

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$969.594.089,51 (novecentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 245.889.944 (duzentos e quarenta e cinco milhões e oitocentas e oitenta e nove mil e novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### **Coordenadores da Oferta**

O Coordenador Líder, o Itaú BBA, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o Bank of America e o Safra, considerados em conjunto.

<b>Cronograma Estimado da Oferta</b>	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 54 deste Prospecto.
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária Base serão destinados à expansão orgânica e inorgânica da Companhia. Veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 104 deste Prospecto.</p> <p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, inclusive o resultante da eventual emissão de Ações Adicionais e do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.</p>
<b>Direitos, Vantagens e Restrições das Ações</b>	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 115 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência.
<b>Distribuição Parcial</b>	<p>Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição das Ações da Oferta Primária (ou seja, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de até 3 (três) Dias Úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “<i>Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta</i>”, na página 96 deste Prospecto.</p>

**Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**

Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção *“Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta”*, na página 99 deste Prospecto.

**Faixa Indicativa**

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 (dezenove reais e noventa e dois centavos) e R\$25,81 (vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

**Fatores de Risco**

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções *“Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”* e *“Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”*, a partir das páginas 27 e 96 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos na seção *“4. Fatores de Risco”* do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

## **Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM e da Oferta pela CVM, estejam assinados e forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, seja disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

## **Inadequação da Oferta**

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*”. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações

## **Investidores Institucionais**

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores profissionais, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas e globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.

<b>Investidores de Varejo</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor e/ou Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
<b>Negociação na B3</b>	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do Dia Útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código “VVEO3”.
<b>Oferta</b>	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>Oferta de Varejo</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, destinada aos Investidores de Varejo, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 20% (vinte por cento), do total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, realizada pelas Instituições Consorciadas.
<b>Oferta Institucional</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, destinada aos Investidores Institucionais.
<b>Oferta Primária</b>	A distribuição pública primária de, inicialmente, 30.120.482 (trinta milhões, cento e vinte mil, quatrocentas e oitenta e duas) Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<b>Oferta Secundária</b>	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 57.185.264 (cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentas e sessenta e quatro) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

<b>Opção de Ações Suplementares</b>	Opção outorgada no Contrato de Colocação pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta, a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400.
<b>Pedido de Reserva</b>	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores de Varejo, no âmbito da Oferta de Varejo, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada.
<b>Período de Colocação</b>	Prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 15 de abril de 2021 e se encerrará em 19 de abril de 2021, para efetuar a colocação das Ações.
<b>Período de Reserva</b>	Período compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 13 de abril de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Período compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 29 de março de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas, exceto quanto aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, os quais não serão cancelados.



**Pessoas Vinculadas**

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

**Prazo de Distribuição**

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

**Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

**Procedimento de *Bookbuilding*** Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e com Investidores Estrangeiros pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*); ou (ii) que se enquadre dentre outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

**Público-Alvo da Oferta**

Os Investidores de Varejo e os Investidores Institucionais.

**Registro da Oferta**

Os pedidos de registro das Ofertas foram protocolados pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 5 de fevereiro de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “*Informações Adicionais*” na página 71 deste Prospecto.

## **Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)**

Por um período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores não poderão, direta ou indiretamente, tomar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer uma de suas ações ou quaisquer títulos conversíveis em, permutáveis ou exercíveis por qualquer uma de suas ações ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"): (i) oferecer, vender, emitir, contratar para vender, penhorar ou de outra forma alienar os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (ii) oferecer, vender, emitir, contratar para vender, contratar para comprar ou conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (iii) celebrar qualquer *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, as consequências econômicas da propriedade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (iv) estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra em Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* conforme estabelecido na Seção 16 do *United States Securities Exchange Act* de 1934, conforme aditado ou (v) publicamente demandar por, submeter ou arquivar uma declaração de registro nos termos do Securities Act com a SEC ou de acordo com a legislação brasileira da CVM com relação aos Valores Mobiliários sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de tomar tais medidas, sem o consentimento prévio por escrito dos Agentes de Colocação Internacional em nome dos Coordenadores da Oferta, exceto para (a) as Ações a serem vendidas nos termos Contrato de Colocação (incluindo as Ações Adicionais e Ações Suplementares), (b) emissões pela Companhia de ações ordinárias de acordo com a conversão ou troca de títulos conversíveis ou permutáveis ou o exercício de garantias ou opções, em cada caso em circulação na data de assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, (c) concessões pela Companhia de opções de ações a funcionários ou ações restritas, ou emissão ou entrega de ações ordinárias relacionadas ao exercício de quaisquer opções de ações ou emitidas sob qualquer outro plano de incentivo a funcionário ou a conselheiros, de acordo, em cada caso, com os termos de eventual plano em vigor na data da assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, e emissões ou entrega de ações ordinárias de acordo com o exercício de tais opções e (d) qualquer emissão de ações de emissão da Companhia no âmbito de uma incorporação, aquisição, *joint venture* ou parceria estratégica firmada pela Companhia, desde que tal emissão gere uma diluição de até 15% e o subscritor se obrigue com os termos do *lock-up*.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja o fator de risco “A emissão, a venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia” constante da seção “Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações” na página 96 deste Prospecto Preliminar.

**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva**

O valor mínimo de pedido de investimento igual ou superior a R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento igual ou inferior R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

**Valor Total da Oferta**

R\$1.996.682.411,02 (um bilhão, novecentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e dois centavos), considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$969.594.089,51 (novecentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 245.889.944 (duzentos e quarenta e cinco milhões e oitocentas e oitenta e nove mil e novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na data de fixação do Preço da Oferta, será aprovado um aumento de capital para entrega de ações aos beneficiários do programa de *phantom shares* da Companhia, que são os diretores estatutários e outros executivos da Companhia, de 80% do prêmio, líquido de impostos, que a Companhia optou por pagar em ações (“Aumento de Capital”). As ações serão emitidas pelo Preço por Ação e serão integralizadas com os créditos detidos pelos beneficiários contra a Companhia, pelo direito de recebimento do prêmio, que passa a ser devido com a realização da Oferta. Os 20% restantes do prêmio devido aos beneficiários, líquido de impostos, será pago pela Companhia em dinheiro. Considerando o ponto médio da Faixa Indicativa de Preço, (i) o aumento de capital seria de R\$127.588.573,94, mediante a emissão de 5.578.862 (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentas e sessenta e duas) ações, podendo ser maior ou menor a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e (ii) o montante a ser pago em dinheiro aos beneficiários seria de R\$31.891.088,00. Para maiores informações, ver seções “*Capitalização*” e “*Diluição*”, nas páginas 106 e 108 deste Prospecto, bem como a seção “*Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - Em virtude da presente Oferta, o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício*”, na página 103 deste Prospecto.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 1.289.221.800 (um bilhão, duzentas e oitenta e nove milhões, duzentas e vinte e uma mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração fixará o número, preço e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações, e estabelecerá se a subscrição será pública ou particular, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto e a previsão após o Aumento de Capital e a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição.

	Antes da Oferta		Após o Aumento de Capital		Após o Aumento de Capital e a Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$) <sup>(1)</sup>	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)(3)</sup>
Ações ordinárias .....	245.889.944	969.594.089,51	251.468.806	1.097.182.663,45	281.589.288	1.786.038.086,79
<b>Total .....</b>	<b>245.889.944</b>	<b>969.594.089,51</b>	<b>251.468.806</b>	<b>1.097.182.663,45</b>	<b>281.589.288</b>	<b>1.786.038.086,79</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa, o aumento de capital seria de R\$127.588.573,94, mediante a emissão de 5.578.862 ações.

(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(3) Considerando a colocação de 100% (cem por cento) da oferta primária na conta de capital social, percentual que poderá ser menor em função da decisão do Conselho de Administração da Companhia em alocar parcela deste montante à conta de reserva de capital.

Considerando que as Ações Adicionais e as Ações Suplementares são de titularidade dos Acionistas Vendedores, o quadro acima representa a composição do capital social da Companhia na data deste Prospecto e a previsão após o Aumento de Capital e a conclusão da Oferta, considerando a colocação da total das Ações e (i) sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais; (ii) considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais; (iii) sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais; e (iv) considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Antes da realização da Oferta, não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, estima-se que, aproximadamente, 106.240.677 (cento e seis milhões, duzentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 37,73% (trinta e sete vírgula setenta e três por cento) do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

### Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e a previsão para após o Aumento de Capital e a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após o Aumento de Capital		Após o Aumento de Capital e a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .....	128.918.008	52,43%	128.918.008	51,27%	118.428.406	42,06%
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I .....	55.888.818	22,73%	55.888.818	22,22%	51.341.343	18,23%
Consolação Goulart Terra .....	43.739.702	17,79%	43.739.702	17,39%	15.703.239	5,58%
Carlos Alberto Mafra Terra .....	17.343.416	7,05%	17.343.416	6,90%	3.231.692	1,15%
Beneficiários de <i>phantom shares</i> .....	0	0,00%	5.578.862	2,22%	5.578.862	1,98%
Outros .....	0	0,00%	0	0,00%	87.305.746	31,00%
<b>Total .....</b>	<b>245.889.944</b>	<b>100,00</b>	<b>251.468.806</b>	<b>100,0%</b>	<b>281.589.288</b>	<b>100,0%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após o Aumento de Capital		Após o Aumento de Capital e a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .....	128.918.008	52,43%	128.918.008	51,27%	116.026.207	41,20%
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I .....	55.888.818	22,73%	55.888.818	22,22%	50.299.936	17,86%
Consolação Goulart Terra .....	43.739.702	17,79%	43.739.702	17,39%	9.282.676	3,30%
Carlos Alberto Mafra Terra .....	17.343.416	7,05%	17.343.416	6,90%	0	0,00%
Beneficiários de <i>phantom shares</i> .....	0	0,00%	5.578.862	2,22%	5.578.862	1,98%
Outros .....	0	0,00%	0	0,00%	100.401.607	35,66%
<b>Total .....</b>	<b>245.889.944</b>	<b>100,00</b>	<b>251.468.806</b>	<b>100,0%</b>	<b>281.589.288</b>	<b>100,0%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após o Aumento de Capital		Após o Aumento de Capital e a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .....	128.918.008	52,43%	128.918.008	51,27%	112.723.246	40,03%
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia						
Genoma I .....	55.888.818	22,73%	55.888.818	22,22%	48.868.030	17,35%
Consolação Goulart Terra .....	43.739.702	17,79%	43.739.702	17,39%	6.420.563	2,28%
Carlos Alberto Mafra Terra .....	17.343.416	7,05%	17.343.416	6,90%	3.231.692	1,15%
Beneficiários de <i>phantom shares</i> ...	0	0,00	5.578.862	2,22%	5.578.862	1,98%
Outros .....	0	0,00	0	0,00%	104.766.895	37,21%
<b>Total .....</b>	<b>245.889.944</b>	<b>100,00</b>	<b>251.468.806</b>	<b>100,0%</b>	<b>281.589.288</b>	<b>100,0%</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após o Aumento de Capital		Após o Aumento de Capital e a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .....	128.918.008	52,43%	128.918.008	51,27%	110.321.047	39,18%
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia						
Genoma I .....	55.888.818	22,73%	55.888.818	22,22%	47.826.623	16,98%
Consolação Goulart Terra .....	43.739.702	17,79%	43.739.702	17,39%	0	0,00%
Carlos Alberto Mafra Terra .....	17.343.416	7,05%	17.343.416	6,90%	0	0,00%
Beneficiários de <i>phantom shares</i> ...	0	0,00	5.578.862	2,22%	5.578.862	1,98%
Outros .....	0	0,00	0	0,00%	117.862.756	41,86%
<b>Total .....</b>	<b>245.889.944</b>	<b>100,00</b>	<b>251.468.806</b>	<b>100,0%</b>	<b>281.589.288</b>	<b>100,0%</b>

#### Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

**GENOMA VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.964.232/0001-81, representado por sua gestora DNA Capital Consultoria Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 72, 20º andar, cj. 201, Itaim Bibi, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.966.381/0001-23.

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES GENOMA I**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.588.142/0001-14, representado por seu administrador, Oliveira Trust Services S.A., sociedade limitada devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 7.446, de 13 de outubro de 2003, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.150.453/0001-20.

**CONSOLAÇÃO GOULART TERRA**, brasileira, divorciada, empresária, portadora do documento de identidade RG nº 29.321.800-6, inscrita no CPF/ME sob o nº 122.470.508-40, residente e domiciliada na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 328, s/ número, km 310, casa 20, Condomínio Country Village.

**CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade RG nº 14.211.034 6, inscrito no CPF/ME sob o nº 055.818.678 52, residente e domiciliado na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Arlindo Rivoiro, 160.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. *Controle*” do Formulário de Referência, na página 1010 deste Prospecto.

### **Modificação da Oferta**

Em razão do Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta, divulgado em 08 de abril de 2021, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, os Investidores de Varejo que já tenham aderido à Oferta por meio de celebração de Pedido de Reserva junto à respectiva Instituição Consorciada poderão desistir do seu Pedido de Reserva, até às 18h00 do dia 14 de abril de 2021, mediante comunicação à respectiva Instituição Consorciada na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Não Institucional em não revogar sua aceitação. Se o Investidor Não Institucional que revogar sua aceitação já tiver efetuado qualquer pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

### **Características Gerais da Oferta**

#### **Descrição da Oferta**

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, 30.120.482 (trinta milhões, cento e vinte mil, quatrocentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de 57.185.264 (cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentas e sessenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 17.461.149 (dezessete milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.



Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento, ou seja, em até 13.095.861 (treze milhões, noventa e cinco mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, conforme notificação por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação de forma individual e não solidária. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

### **Aprovações Societárias**

A abertura de capital da Companhia, sua adesão e admissão ao Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de fevereiro de 2021, cuja ata foi registrada na JUCESP em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 101.326/21-0, e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 2 e 3 de fevereiro de 2021, respectivamente.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no Dia Útil seguinte.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovadas pelo Genoma I, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 17 de março de 2021, não sendo necessário qualquer registro ou publicação. Não será necessária qualquer aprovação societária do Genoma VI e dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a realização da Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Suplementares, e a fixação do Preço por Ação.

## **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

## **Ações em Circulação (*Free Float*) no Mercado após a Oferta**

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 106.240.677 (cento e seis milhões, duzentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 37,73% (trinta e sete vírgula setenta e três por cento) de seu capital social (considerando as ações de titularidade de Consolação Goulart Terra e Carlos Alberto Mafra Terra, que deixarão de ser acionistas controladores após a realização da Oferta) estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 117.862.755 (cento e dezessete milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 41,86% (quarenta e um vírgula oitenta e seis por cento) do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "*Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social*" na página 45 deste Prospecto.

## **Quantidade, montante e recursos líquidos**

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação <sup>(1)</sup> (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(2)(3)</sup> (R\$)
Companhia.....	30.120.482	22,87	688.855.423,34	39.897.758,00	648.957.665,00
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	10.489.602	22,87	239.897.197,74	10.620.795,00	229.276.403,00
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I.....	4.547.475	22,87	104.000.753,25	4.604.350,00	99.396.403,00
Consolação Goulart Terra.....	28.036.463	22,87	641.193.908,81	28.387.113,00	612.806.796,00
Carlos Alberto Mafra Terra.....	14.111.724	22,87	322.735.127,88	14.288.218,00	308.446.910,00
<b>Total.....</b>	<b>87.305.746</b>	<b>22,87</b>	<b>1.996.682.411,02</b>	<b>97.798.233,46</b>	<b>1.898.884.178,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação <sup>(1)</sup> (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(2)(3)</sup> (R\$)
Companhia.....	30.120.482	22,87	688.855.423,00	40.164.468,00	648.690.956,00
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	18.596.961	22,87	425.312.490,00	18.829.551,00	406.482.939,00
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I.....	8.062.195	22,87	184.382.408,00	8.163.029,00	176.219.379,00
Consolação Goulart Terra.....	43.739.702	22,87	1.000.326.985,00	44.286.751,00	956.040.234,00
Carlos Alberto Mafra Terra.....	17.343.416	22,87	396.643.924,00	17.560.329,00	379.083.595,00
<b>Total.....</b>	<b>117.862.756</b>	<b>22,87</b>	<b>2.695.521.229,72</b>	<b>129.004.126,93</b>	<b>2.566.517.103,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação <sup>(1)</sup> (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(2)(3)</sup> (R\$)
Companhia.....	30.120.482	22,87	688.855.423,00	40.015.753,00	648.839.670,00
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	12.891.801	22,87	294.835.489,00	13.053.038,00	281.782.451,00
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I.....	5.588.882	22,87	127.817.731,00	5.658.782,00	122.158.950,00
Consolação Goulart Terra.....	34.457.026	22,87	788.032.185,00	34.887.977,00	753.144.207,00
Carlos Alberto Mafra Terra.....	17.343.416	22,87	396.643.924,00	17.560.329,00	379.083.595,00
<b>Total.....</b>	<b>100.401.607</b>	<b>22,87</b>	<b>2.296.184.752,09</b>	<b>111.175.878,25</b>	<b>2.185.008.874,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando o exercício das Ações Adicionais:

<b>Ofertante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço por Ação<sup>(1)</sup></b>	<b>Montante</b>	<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(2)(3)</sup></b>
		<i>(R\$)</i>	<i>(R\$)</i>	<i>(R\$)</i>	<i>(R\$)</i>
Companhia.....	30.120.482	22,87	688.855.423,00	40.055.085,00	648.800.339,00
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	16.194.762	22,87	370.374.199,00	16.397.308,00	353.976.891,00
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I.....	7.020.788	22,87	160.565.429,00	7.108.597,00	153.456.833,00
Consolação Goulart Terra.....	37.319.139	22,87	853.488.709,00	37.785.886,00	815.702.823,00
Carlos Alberto Mafra Terra.....	14.111.724	22,87	322.735.128,00	14.288.218,00	308.446.910,00
<b>Total.....</b>	<b>104.766.895</b>	<b>22,87</b>	<b>2.396.018.888,65</b>	<b>115.635.094,20</b>	<b>2.280.383.794,00</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

<sup>(2)</sup> Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

<sup>(3)</sup> Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

### **Custos de Distribuição**

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Para mais detalhadas sobre as despesas, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Arcaremos com todas as despesas da Oferta, bem como arcaremos com as comissões da Oferta Primária, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta e afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma.” constante na página 102 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a colocação das Ações Adicionais:

<b>Custos</b>	<b>Valor<sup>(1)</sup></b> <i>(R\$)</i>	<b>% em Relação ao Valor Total da Oferta<sup>(5)</sup></b>	<b>Valor por Ação</b> <i>(R\$)</i>	<b>% em Relação ao Preço por Ação<sup>(1)</sup></b>
<b>Comissões da Oferta</b>				
Comissão de Coordenação <sup>(2)</sup> .....	10.981.753,26	0,55%	0,13	0,55%
Comissão de Colocação <sup>(3)</sup> .....	32.945.259,78	1,65%	0,38	1,65%
Comissão de Garantia Firme <sup>(4)</sup> .....	10.981.753,26	0,55%	0,13	0,55%
Remuneração de Incentivo <sup>(5)</sup> .....	24.958.530,14	1,25%	0,29	1,25%
<b>Total de Comissões</b> .....	<b>79.867.296,44</b>	<b>4,00%</b>	<b>0,91</b>	<b>4,00%</b>
Impostos, Taxas e Outras Retenções .....	8.530.375,33	0,43%	0,10	0,43%
<b>Despesas da Oferta</b>				
Taxa de Registro na CVM .....	634.628,72	0,03%	0,01	0,03%
Taxa de Registro da B3 .....	698.838,84	0,03%	0,01	0,03%
Taxa de Registro na ANBIMA .....	87.794,13	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Advogados e Consultores <sup>(6)</sup> .....	4.344.300,00	0,22%	0,05	0,22%
Despesas com Auditores .....	2.935.000,00	0,15%	0,03	0,15%
Outras despesas da Oferta <sup>(7)(8)</sup> .....	700.000,00	0,04%	0,01	0,04%
<b>Total de Despesas<sup>(9)</sup></b> .....	<b>17.930.937,02</b>	<b>0,90%</b>	<b>0,21</b>	<b>0,90%</b>
<b>Total de Comissões, Tributos e Despesas</b> .....	<b>97.798.233,460</b>	<b>4,90%</b>	<b>1,12</b>	<b>4,90%</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,92 e R\$25,81, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta relativamente aos serviços de coordenação da Oferta, na proporção das Ações ofertadas por cada um na Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), na Data de Liquidação, que será aplicada sobre o Produto da Colocação das Ações, nos termos previstos no Contrato de Colocação.

(3) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base, a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta na proporção das Ações ofertadas por cada um na Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), na Data de Liquidação, que será aplicada sobre o Produto da Colocação das Ações, nos termos previstos no Contrato de Colocação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base, a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta pela prestação de Garantia Firme de Liquidação, na Data de Liquidação, que será aplicada sobre o Produto da Colocação das Ações, nos termos previstos no Contrato de Colocação.

(5) A Remuneração de Incentivo será de até 1,25% sobre o Produto da Colocação das Ações e o Produto da Colocação das Ações Suplementares. A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para os Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

### **Instituições Consorciadas**

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores de Varejo.

### **Público-Alvo**

O público-alvo da Oferta consiste em Investidores de Varejo e Investidores Institucionais.

## Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data
1	Protocolo dos pedidos de registro da Oferta na CVM	05/02/21
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar inicial	18/03/21
3	Início das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	19/03/21
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	25/03/21
5	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com alteração do cronograma da Oferta) Nova divulgação do Prospecto Preliminar (com alteração do cronograma da Oferta)	26/03/21
6	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	29/03/21
7	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com alteração do cronograma da Oferta) Nova divulgação deste Prospecto Preliminar (com alteração do cronograma da Oferta)	01/04/21
8	Disponibilização do Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta Nova disponibilização do Aviso ao Mercado Nova disponibilização deste Prospecto Preliminar	08/04/21
9	Início do prazo para desistência da Oferta	08/04/21
10	Encerramento do Período de Reserva	13/04/21
11	Encerramento do prazo para desistência da Oferta Encerramento das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	14/04/21
12	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	15/04/21
13	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	16/04/21
14	Data de Liquidação	19/04/21
15	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	17/05/21
16	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	19/05/21
17	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	15/10/21

Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

É admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova divulgação do novo Aviso ao Mercado divulgado em 25 de março de 2021. O Pedido de Reserva preenchido pelo Investidor de Varejo passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor de Varejo aceitará participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. A subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, por meio do sistema de registro da B3 e de termo de aceitação da Oferta (o qual deve observar os termos previstos na Deliberação CVM 860). Diante do exposto, é dispensada a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre “*Procedimento de Distribuição na Oferta*”, “*Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta*”, “*Suspensão ou Cancelamento da Oferta*” e “*Inadequação da Oferta*” nas páginas 55, 63 e 71 deste Prospecto.

### **Procedimento da Oferta**

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de:

- I. uma oferta aos Investidores de Varejo, realizada pelas Instituições Consorciadas;
- II. uma oferta aos Investidores Institucionais, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto ao Coordenador Líder da Oferta.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as ações adicionais e as ações suplementares) inicialmente ofertadas por parte dos Investidores da Oferta de Varejo e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta*”, na página 100 deste Prospecto.

## Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva destinado à subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 13 de abril de 2021, inclusive, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, compreendido entre 25 de março de 2021, inclusive, e 29 de março de 2021, inclusive, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, o qual terminará em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas e que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva, conforme o caso, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto na alínea (g) abaixo.



Os Pedidos de Reserva serão efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b), (d), (g) e (i) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta”, na página 68 deste Prospecto, observadas as condições do próprio Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes; **RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES DE VAREJO INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE RESERVA QUE (I) LEIAM CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E AS CONDIÇÕES ESTIPULADOS NO PEDIDO DE RESERVA, SOBRETUDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DA OFERTA E AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTES PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ESPECIALMENTE AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, A PARTIR DAS PÁGINAS 27 E 96, RESPECTIVAMENTE, BEM COMO O ITEM “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA; (II) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE REALIZAR SEU PEDIDO DE RESERVA, SE ESTA EXIGIRÁ A MANUTENÇÃO DE RECURSOS EM CONTA ABERTA E/OU MANTIDA JUNTO A ELA PARA FINS DE GARANTIA DO PEDIDO DE RESERVA; (III) ENTREM EM CONTATO COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA PARA OBTER INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS SOBRE O PRAZO ESTABELECIDO PELA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA PARA A REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA OU, SE FOR O CASO, PARA A REALIZAÇÃO DO CADASTRO NA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA, TENDO EM VISTA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS POR CADA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA; E (V) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE PREENCHER E ENTREGAR O SEU PEDIDO DE RESERVA, A POSSIBILIDADE DE DÉBITO ANTECIPADO DA RESERVA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA. OS INVESTIDORES DE VAREJO INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA DEVERÃO LER CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NOS RESPECTIVOS PEDIDOS DE RESERVA, BEM COMO AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTES PROSPECTO PRELIMINAR.**
- (b) os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes;

- (c) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12 horas do Dia Útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo;
- (d) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10h30min da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (e) até às 16 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e (g) e (i) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta” na página 68 deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (f) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores de Varejo integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores de Varejo serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos da Seção “Oferta Institucional” na página 60 deste Prospecto;
- (g) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores de Varejo entre todos os Investidores de Varejo, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$3.000,00 (três mil reais) por Investidor de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores de Varejo remanescentes entre todos os Investidores de Varejo, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

- (h) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 19 do Ofício-Circular CVM/SRE, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b), (c) e (d) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste item, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes; e
- (i) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Nos termos da Deliberação da CVM 860, com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor de Varejo vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta de Varejo, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor de Varejo passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor de Varejo aceitará participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas.

**Para mais informações acerca das hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide a seção “Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta” na página 63 deste Prospecto.**

**Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

**Os Investidores de Varejo deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor de Varejo.**

### **Oferta Institucional**

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16 horas do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, por meio do sistema de registro da B3 e de termo de aceitação da Oferta (o qual deve observar os termos previstos na Deliberação CVM 860), sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente inscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada da Resolução CMN 4.373, de 29 de setembro de 2014, e da Resolução da CVM nº13, de 18 de novembro de 2020.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Institucional poderá desistir da respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento (1) até as 12 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que o Investidor Institucional for comunicado diretamente pelo Coordenador da Oferta sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, o respectivo Coordenador da Oferta deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Institucional não informe sua decisão de desistência da intenção de investimento nos termos deste inciso, a intenção de investimento será considerada válida e o Investidor Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos acima e venha a desistir da intenção de investimento nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento da respectiva intenção de investimento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

Caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos acima, os valores depositados serão devolvidos, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, sendo permitida a colocação de Ações a Pessoas Vinculadas até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, sendo permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

**A PARTICIPAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS NO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* PODERÁ IMPACTAR ADVERSAMENTE A FORMAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO E O INVESTIMENTO NAS AÇÕES POR INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS PODERÁ REDUZIR A LIQUIDEZ DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA NO MERCADO SECUNDÁRIO. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – A PARTICIPAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS NO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* PODERÁ IMPACTAR ADVERSAMENTE A FORMAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO, E O INVESTIMENTO NAS AÇÕES POR INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS PODERÁ PROMOVER REDUÇÃO DA LIQUIDEZ DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA NO MERCADO SECUNDÁRIO”, NA PÁGINA 97 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.**

### **Prazos da Oferta**

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 15 de abril de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer até 15 de outubro de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo Dia Útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

### **Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional**

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “*Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*”, na página 66 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção *“Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”*, na página 100 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto.

### **Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, na rede mundial de computadores, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor de Varejo manifeste que está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Nessa hipótese, em relação ao Investidor de Varejo que já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores e posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Ademais, caso ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, poderão os Investidores de Varejo desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada), nos termos acima descritos, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor de Varejo, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia” na página 99 deste Prospecto.

**Caso o Investidor de Varejo não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.**

Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.



A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400. No caso de rescisão voluntária ou involuntária do Contrato de Colocação, deverá ser submetido à análise prévia da CVM pleito justificado de cancelamento do registro da Oferta, para que seja apreciada a aplicabilidade do artigo 19, §4º, da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) rescisão do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

### **Suspensão ou Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

## Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

<b>Coordenador da Oferta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Coordenador Líder .....	24.096.385	23,00%
Itaú BBA .....	22.001.048	21,00%
BTG Pactual .....	22.001.048	21,00%
Bradesco BBI .....	13.095.862	12,50%
Bank of America .....	13.095.862	12,50%
Safra .....	10.476.690	10,00%
<b>Total .....</b>	<b>104.766.895</b>	<b>100,00%</b>

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, forem concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM e das Ofertas pela CVM, estejam assinados e forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, seja disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início

Caso as Ações e as Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

### **Estabilização dos Preços das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e dentro de até 30 (trinta) dias contados do início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 71 deste Prospecto.

## **Violações das Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

## **Direitos, vantagens e restrições das Ações**

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral e pelo Conselho de Administração;
- (c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

- (d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;
- (f) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e
- (g) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência da Companhia.

#### **Negociação das Ações Ordinárias**

A Companhia e a B3 celebrarão, oportunamente, o Contrato de Participação no Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data da disponibilização do Anúncio de Início, por meio do qual a Companhia estará sujeita às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens “5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos”, “12. Assembleia geral e administração”, “13. Remuneração dos Administradores”, “16. Transações com partes relacionadas”, “20. Política de negociação de valores mobiliários” e “21. Política de divulgação de informações”. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do Dia Útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “VVEO3”.

**Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.**

#### **Contratação de Formador de Mercado**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. No entanto, não houve e não haverá a contratação de formador de mercado para a Oferta.

### **Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)**

Por um período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores não poderão, direta ou indiretamente, tomar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer uma de suas ações ou quaisquer títulos conversíveis em, permutáveis ou exercíveis por qualquer uma de suas ações ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"): (i) oferecer, vender, emitir, contratar para vender, penhorar ou de outra forma alienar os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (ii) oferecer, vender, emitir, contratar para vender, contratar para comprar ou conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (iii) celebrar qualquer *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, as consequências econômicas da propriedade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, (iv) estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra em Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* conforme estabelecido na Seção 16 do *United States Securities Exchange Act de 1934*, conforme aditado ou (v) publicamente demandar por, submeter ou arquivar uma declaração de registro nos termos do Securities Act com a SEC ou de acordo com a legislação brasileira da CVM com relação aos Valores Mobiliários sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de tomar tais medidas, sem o consentimento prévio por escrito dos Agentes de Colocação Internacional em nome dos Coordenadores da Oferta, exceto para (a) as Ações a serem vendidas nos termos Contrato de Colocação (incluindo as Ações Adicionais e Ações Suplementares), (b) emissões pela Companhia de ações ordinárias de acordo com a conversão ou troca de títulos conversíveis ou permutáveis ou o exercício de garantias ou opções, em cada caso em circulação na data de assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, (c) concessões pela Companhia de opções de ações a funcionários ou ações restritas, ou emissão ou entrega de ações ordinárias relacionadas ao exercício de quaisquer opções de ações ou emitidas sob qualquer outro plano de incentivo a funcionário ou a conselheiros, de acordo, em cada caso, com os termos de eventual plano em vigor na data da assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, e emissões ou entrega de ações ordinárias de acordo com o exercício de tais opções, e (d) qualquer emissão de ações de emissão da Companhia no âmbito de uma incorporação, aquisição, *joint venture* ou parceria estratégica firmada pela Companhia, desde que tal emissão gere uma diluição de até 15% e o subscritor se obrigue com os termos do *lock-up*.

**A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco “A emissão, a venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto Preliminar.**

### **Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

## **Inadequação da Oferta**

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

## **Condições a que a Oferta esteja submetida**

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

## **Informações adicionais**

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, a partir das páginas 96 e 27, respectivamente, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

## **Companhia**

### **CM Hospitalar S.A.**

Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial

CEP 14072-055 – Ribeirão Preto, SP - Brasil

At.: Eduardo Maia Jereissati

Tel.: +55 (11) 98201-8302

<http://ri.viveo.com.br> (neste *website*, acessar o “Prospecto Preliminar”).

## **Coordenadores da Oferta**

### **Banco J.P. Morgan S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares

CEP 04538-905, São Paulo, SP

At.: Marcelo Porto

Tel.: +55 (11) 4950-3700

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cmhospitalar> (neste *website* clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Renata G. Dominguez

Tel.: + 55 (11) 3708-8876

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar no menu suspenso de ano, selecionar “2021”, e posteriormente clicar em “Buscar”, buscar “CM Hospitalar S.A.”, clicar em “2021”, em seguida em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em “Prospecto Preliminar”).

### **Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP

At.: Fabio Nazari

Tel.: + 55 (11) 3383-2000

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website* acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2021” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da CM Hospitalar S.A.”, clicar em “Prospecto Preliminar”)

### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Claudia Bollina Mesquita

Tel.: +55 (11) 3847-5488

<https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste *website*, identificar “IPO CM Hospitalar” e, posteriormente, escolher o link “Prospecto Preliminar”).

### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Bruno Saraiva

Tel.: +55 (11) 2188-4298

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “CM Hospitalar” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).



**Banco Safra S.A.**

Avenida Paulista, nº 2.100, 17º andar

CEP 01310-930, São Paulo, SP.

At.: João Paulo Feneberg Torres

Tel.: +55 (11) 3175-3284

<https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm> (neste *website* clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações – CM Hospitalar”).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

- (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (<http://sistemas.cvm.gov.br/>, neste *website* acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primária”, clicar no item “Ações”, depois, na tabela “Oferta Inicial (IPO)”, clicar em “Volume em R\$” e, então, acessar o link referente a “CM Hospitalar S.A.”, e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e
- (ii) B3 ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/) – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “CM Hospitalar S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

**Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta**

**O AVISO AO MERCADO DIVULGADO EM 18 DE MARÇO DE 2021, SUA NOVA VERSÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), DIVULGADA EM 25 DE MARÇO DE 2021, AS VERSÕES DO AVISO AO MERCADO (COM OS NOVOS CRONOGRAMAS DA OFERTA), DIVULGADAS EM 26 DE MARÇO DE 2021 E EM 01 DE ABRIL DE 2021, O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3, INDICADOS A SEGUIR:**

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400 e do inciso I, letra (a) da Deliberação CVM 476, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, a nova versão (com o logotipo das Instituições Consorciadas), divulgada em 25 de março de 2021, e as novas versões (com os novos cronogramas da Oferta), divulgadas em 26 de março de 2021 e em 01 de abril de 2021, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

**Companhia****CM Hospitalar S.A.**

<http://ri.viveo.com.br> (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

**Coordenadores da Oferta****Banco J.P. Morgan S.A.**

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cmhospitalar> (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

**Banco Itaú BBA S.A.**

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “CM Hospitalar S.A.”, depois em “2021” e, a seguir, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

**Banco BTG Pactual S.A.**

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website* acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2021” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da CM Hospitalar S.A.”, clicar no título do documento correspondente).

**Banco Bradesco BBI S.A.**

<https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste *website*, identificar “IPO CM Hospitalar” e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

**Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “CM Hospitalar” e, então, clicar no título do documento correspondente).

**Banco Safra S.A.**

<https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm> (neste *website* clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações – CM Hospitalar”).

**Instituições Consorciadas**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

**Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores que estes baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.**

**LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” A PARTIR DAS PÁGINAS 27 E 96, RESPECTIVAMENTE DESTES PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.**

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 5 de fevereiro de 2021.

**O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de Investment Banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *Private Banking*; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de Private Banking; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity* e *Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio “Best M&A House in Latin America” e, em 2009, o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House”, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Equity House in Latin America” pela Euromoney e “Best Investment Bank in Latin America” pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Investment Bank in Latin America” e, em 2017, “Bond House of Year in Latin America” pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro (“Latin America Equity Issue” em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão (“IPO of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova (“Follow-on of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), Nemark, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US\$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Bank of the Year” (2008, 2017 e 2018), “Equity House of the Year” (2008, 2009 e 2016), “Americas Equity House of the Year” (2016), “Bond House of the Year” (2008, 2019), “Derivatives House of the Year” (2008), “Loan House of the Year” (2012 e 2017), “Securitization House of the Year” (2008 e 2010), “Leveraged Loan House of the Year” (2008), “Leveraged Finance House of the Year” (2008), “High-Yield Bond House of the Year” (2012), “Financial Bond House of the Year” (2009), “Latin America Bond House of the Year” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “Best Investment Bank” da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como “Best Equity Bank” em 2018 e 2019.

### **Banco Itaú BBA S.A.**

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R\$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital.

Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

#### Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições. O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela *The Banker*, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela *Global Finance*, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela *Bloomberg* como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a *Institutional Investor*. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da *Dealogic*, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US\$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed e floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

## **Banco BTG Pactual S.A.**

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “Brazil’s Equity House of the Year”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World’s Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “Best Investment Bank” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da *Institutional Investor* de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista *Institutional Investor*.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnis, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnis, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum. Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light e da Petrório, assim como dos IPOs da HBR Realty e da Vamos.

#### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios “Melhor Banco de Investimentos da América Latina” e “Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina”, pela Institutional Investor.

Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.



O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no *Follow-on* da Minerva Foods, no montante de R\$1.235 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Ânima Educação, no montante de R\$1.100 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Positivo Tecnologia, no montante de R\$354 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R\$1.053 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Petrobras, no montante de R\$22.026 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Cogna Educação, no montante de R\$2.556 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R\$1.105 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R\$345 milhões, coordenador líder do *Follow-on* de Centauro, no montante de R\$900 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Via Varejo, no montante de R\$4.455 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R\$2.651 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$58,3 bilhões originados.

No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R\$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festival na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

#### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

### **Banco Safra S.A.**

O Grupo J. Safra, reconhecido conglomerado bancário e de private banking, possui mais de 175 anos de tradição em serviços financeiros e presença em 23 países, com atividades nos EUA, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Caribe. Entre as empresas financeiras incluídas no Grupo estão o Banco J. Safra S.A., o Safra National Bank of New York e o J. Safra Sarasin Holding. Em dezembro de 2020 o Grupo J. Safra possuía em valores agregados, gestão de recursos de terceiros no montante de R\$1,1 trilhão.

O Banco Safra S.A. atua como banco múltiplo e figura como o quarto maior banco privado por total de ativos, segundo dados do BACEN. Em 31 de março de 2020 os ativos totalizavam R\$249,5 bilhões e a carteira de crédito expandida R\$110,6 bilhões.

**Investment Banking:** atua na originação, execução e distribuição de ofertas de ações no mercado doméstico e internacional, bem como operações de fusões e aquisições, dentre outras.

**Fusões e Aquisições:** atua na assessoria junto às principais empresas e fundos do Brasil, tendo conduzido operações, como por exemplo, em 2016, a venda da Lotten Eyes para a Amil, em 2018 a assessoria exclusiva na venda da Alesat para Glencore e em 2020 a assessoria exclusiva na venda de 43 lojas do Grupo Pão de Açúcar para a gestora TRX, configurando entres os líderes deste mercado no primeiro semestre de 2020.

**Mercado de Capitais:** em 2019, os principais destaques do Safra foram a participação na estruturação e distribuição de operações de CRI, CRA, Debêntures de Infraestrutura, Debêntures, Bonds, Letras Financeiras, Notas Promissórias Ações e Cotas de Fundos de Investimento listados, totalizando mais de R\$17,5 bilhões em operações para fundos de investimento e empresas dos mais variados setores, tais como Banco RCI, CCP, Cosern, Cyrela, EDP, Engie, Gasmig, HSI, Klabin, Log-in, Raízen, Rede D'Or, Sabesp e Vinci.

Em Fundos de Investimento Imobiliário, o Safra atuou como Coordenador do IPO e *Follow-on* do HSI Malls FII, *follow-on* do fundo JS Real Estate Multigestão FII, IPO do fundo Vinci Offices FII e *follow-on* do Vinci Logística FII e do IPO do Blue Macaw Office Fund II FII, totalizando cerca de R\$3,0 bilhões em ofertas em 2019.

**Private Banking:** oferece assessoria financeira e patrimonial aos seus clientes e familiares, combinando soluções personalizadas com gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e confidencialidade.

**Asset Management:** atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, com oferta de variedade de produtos aos diversos segmentos de clientes. Em abril de 2020, possuía aproximadamente R\$94,6 bilhões de ativos sob gestão.

**Sales & Trading:** criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, Índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa "Research". Esta equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, dentre outros.

**Renda Fixa:** atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo bonds, CCB, CRA, CRI, debêntures, FIDC, notas promissórias, dentre outros, configurando entres os líderes deste mercado.

## RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

### RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

#### Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tem qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pelo disposto acima, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA**

Na data deste Prospecto Preliminar, além das relações referentes à Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, conforme a seguir:

### Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.

- (i) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), em que figuram como devedores solidários Tabuleiro Administração de Bens e Incorporação Imobiliária Ltda. EPP, Etienne Pierre Marie Gruhier e Jacinto Silveira Florzino, no valor total de R\$14 milhões, emitida em 03 de outubro de 2017, com vencimento em 30 de setembro de 2022, com taxa contratual de CDI+ 5,236% ao ano. A operação não conta com garantias;
- (ii) CCB, em que figuram como devedores solidários Tabuleiro Administração de Bens e Incorporação Imobiliária Ltda. EPP, Etienne Pierre Marie Gruhier e Jacinto Silveira Florzino, no valor total de R\$5,5 milhões, emitida em 20 de abril de 2020, com vencimento em 22 de abril de 2022, com taxa contratual de CDI+ 5,2910% ao ano. A operação não conta com garantias;
- (iii) Operação de Conta Garantida, em que figuram como devedores solidários Etienne Pierre Marie Gruhier e Jacinto Silveira Florzino, no valor de R\$275 mil, contratada em 12 de janeiro de 2021, com vencimento em 12 de abril de 2021, com taxa de 13,690% ao mês. A operação não conta com garantias;
- (iv) CCB no valor total de R\$40 milhões, em que figuram como devedores solidários CM Hospitalar S.A., Cremer S.A. e Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., emitida em 23 de dezembro de 2020, com vencimento em 26 de dezembro de 2023, com taxa de CDI+ 2,490% ao mês. A operação não conta com garantias.

### Tecnocold Promocao de Vendas e Participações Ltda.

- (i) Operação de Conta Garantida, no valor de R\$300 mil, em que figura como devedor solidário Juliana Tochini Gras, contratada em 11 de janeiro de 2021, com vencimento em 11 de abril de 2021, com taxa de 13,990% ao mês. A operação não conta com garantias.

### CM Hospitalar S.A.

- (i) Operação de Conta Garantida, no valor de R\$300 mil, em que figura como devedor solidário Carlos Roberto Mafra, contratada em 17 de janeiro de 2021, com vencimento em 17 de abril de 2021, com taxa de 12,930% ao mês. A operação não conta com garantias.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento desta Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão ou lastreados em créditos da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, serviços de banco comercial, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, sendo que, em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores e/ou a preços e condições de mercado, conforme aplicável.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

### **Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro possui o seguinte relacionamento com a Companhia:

- A Companhia possui aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 103% e 103,5% do CDIE, com saldo bruto total, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$24,228 milhões, sendo que a emissão de tais CDBs varia entre 03 de abril de 2020 e 26 de janeiro de 2021 e o vencimento entre 05 de abril de 2021 e 26 de janeiro de 2022. O saldo inicial total de tal operação era de aproximadamente R\$23,866 milhões. Tal operação não conta com nenhuma garantia por parte da Companhia e/ou sociedade do seu conglomerado econômico;

- A Cremer S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, possui aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 103% do CDIE, com saldo bruto total, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$15,209 milhões, sendo que a emissão de tais CDBs varia entre 29 de dezembro de 2020 e 27 de janeiro de 2021 e o vencimento 29 de dezembro de 2021 e 27 de janeiro de 2022. O saldo inicial de tal operação era de aproximadamente R\$19,352 milhões. Tal operação não conta com nenhuma garantia por parte da Companhia e/ou sociedade do seu conglomerado econômico;

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

### **Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI**

Em janeiro de 2021, além das relações referentes à Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico possuem relacionamento comercial com a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico. Nesse contexto, a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico contrataram, conforme o caso, operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

#### CM Hospitalar S.A.

- (i) O Banco Bradesco S.A. possui uma operação de Debêntures com data de contratação em dezembro de 2017 e com vencimento final em dezembro de 2025. O montante contratado foi de R\$100.000.000,00 e o saldo devedor atual é de R\$80.229.898,00. A operação conta com garantia de cessão fiduciária de recebíveis da CM Hospitalar S.A. e alienação de ações da Cremer S.A. A remuneração anual é de CDI + 2,40%.
- (ii) O Banco Bradesco S.A possui uma operação de FINAME com data de contratação em agosto de 2013 e com vencimento final em junho de 2023. O montante contratado foi de R\$17.680.000,00 e o saldo devedor atual é de R\$4.502.347,10. A operação conta com garantia de alienação fiduciária do bem financiado. Remuneração anual é pré-fixada em 3,00%.

Além das operações acima descritas, o Banco Bradesco S.A tem, ainda, parcerias de *cash management* para realização de pagamentos e recebimentos de cobranças, cartões de crédito corporativos e seguros contratados junto à Companhia.

#### Cremer S.A.

- (i) O Banco Bradesco S.A possui uma operação de Nota de Crédito à Exportação com data de contratação em abril de 2018 e com vencimento final em abril de 2023. O montante contratado foi de R\$9.000.000,00 e o saldo devedor atual permanece igual ao contratado. A operação foi realizada sem garantias e possui remuneração de CDI+1,93% ao ano.
- (ii) O Banco Bradesco S.A prestou uma fiança em junho de 2012, com valor original de R\$1.664.824,50 e saldo atual de R\$2.673.148,35, de modo a garantir obrigações da companhia. A operação possui prazo indeterminado de vencimento e não possui garantias. A comissão anual da garantia prestada é de 1,50%.

Além das operações acima descritas, o Banco Bradesco S.A tem, ainda, parcerias de *cash management* para realização de pagamentos e recebimentos de cobranças e cartões de crédito corporativos com a companhia.

#### Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.

- (i) O Banco Bradesco S.A possui uma operação de câmbio (4131) com data de contratação em setembro de 2019 e com vencimento final entre julho de 2021 e janeiro de 2023. O montante contratado foi de USD735.000,00 e o saldo atual é de USD428.750,00. A operação não possui garantias e possui remuneração anual de VC + 5,76%.

- (ii) O Banco Bradesco S.A possui uma operação de capital de giro FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) com data de contratação em setembro de 2020 e com vencimento final em setembro de 2024. O montante contratado foi de R\$5.000.000,00 e o saldo devedor atual é de R\$5.162.135,54. A operação conta com garantia do FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) e aval. A remuneração é pré-fixada a taxa de 0,63% ao mês.

Além das operações acima descritas, o Banco Bradesco S.A tem, ainda, parcerias de *cash management* para realização de pagamentos e recebimentos de cobranças com a companhia.

#### Health Logística Hospitalar S.A.

- (i) O Banco Bradesco S.A possui 5 operações de FINAME com data de contratação em outubro de 2018 e com vencimento final em setembro de 2024. O montante contratado foi de R\$1.458.720,00 e o saldo devedor atual é de R\$980.455,77. As operações contam com garantia de alienação fiduciária dos bens financiados. A remuneração anual é pré-fixada em 4,74%.
- (ii) O Banco Bradesco S.A possui 5 operações de FINAME com data de contratação em outubro de 2018 e com vencimento final em setembro de 2024. O montante contratado foi de R\$486.240,00 e o saldo devedor atual é de R\$358.408,62. As operações contam com garantia de alienação fiduciária dos bens financiados. A remuneração anual é pré-fixada em 5,02%.

Além das operações acima descritas, o Banco Bradesco S.A. tem, ainda, cartões de créditos corporativos com a companhia.

#### Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.

O Banco Bradesco S.A possui parcerias de *cash management* para realização de pagamentos e recebimentos de cobranças e cartões de crédito corporativos com a companhia.

Não obstante, o Bradesco BBI e/ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo vir a contratar com o Bradesco BBI e/ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis no que concerne à contratação da Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico.

O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu grupo econômico podem possuir outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos ou subscritos e integralizados em operações regulares a preços e condições de mercado. Todavia, a participação do Bradesco BBI e/ou das sociedades integrantes do seu grupo econômico em valores mobiliários da Devedora não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima, a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI ou seu conglomerado econômico.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária líder da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.



## Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento relevante comercial com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

Entretanto, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Nos últimos 12 (doze) meses, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

## **Relacionamento entre a Companhia e o Safra**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro possui o seguinte relacionamento com a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico:

### CM Hospitalar S.A.

- (i) Empréstimo da modalidade mútuo CDI com saldo devedor de R\$66.302 mil. A data de vencimento está marcada para o dia 29 de junho de 2021 e o índice de reajuste utilizado é CDI com uma sobretaxa de 1,95%. Como garantia possui uma aplicação financeira no valor de R\$33.264 mil.
- (ii) Operações de renda fixa que totalizam R\$84.974 mil de saldo contábil com um prazo de vencimento de, no mínimo, 1 (um) ano. As operações rendem, na média, 101,0% do CDI.
- (iii) Sacado de Créditos adquiridos de Terceiros pelo Banco Sem /Coobrigação pela modalidade de cessão fornecedor, sendo que o saldo devedor é de R\$2.446 mil. Esta operação não conta com garantias.

### Cremer S.A.

- (i) Operações de renda fixa que totalizam R\$43.168 mil de saldo contábil com um prazo de vencimento de, no mínimo, seis meses. As operações rendem, na média, 101,5% do CDI.

### Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.

- (i) Operações de renda fixa que totalizam R\$10.685 mil de saldo contábil com um prazo de vencimento de, no mínimo, seis meses. As operações rendem, na média, 101,5% do CDI.

### Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.

- (i) Empréstimo da modalidade mútuo CDI com saldo devedor de R\$3.017 mil. A data de vencimento está marcada para o dia 01 de setembro de 2025 e o índice de reajuste utilizado é CDI com uma sobretaxa de 5,15%. A garantia da operação é via FGC no valor de R\$2.400 mil.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Safra e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Safra no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Safra poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Safra como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

## **RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA**

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico (i) não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, (ii) não participaram em operações de financiamento e em reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA**

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários, incluindo, entre outros, conta corrente, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira para o Genoma I. Além disso e do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não tem qualquer relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores podem vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, conta corrente, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade integrantes de seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Além disso, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram, além das informações prestadas acima, que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI**

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta e de contas correntes mantidas pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas junto instituições do conglomerado do Bradesco BBI, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores podem vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America**

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores podem vir a contratar, no futuro, o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Safra**

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores podem vir a contratar, no futuro, o Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Safra como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Safra ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

*O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 27 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 551 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.*

*As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira adversa, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 551 deste Prospecto.*

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e resultados da Companhia, bem como o valor das ações.***

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais e nas ações de nossa emissão.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e lockdown, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.



Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente o processo de formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

***A emissão, a venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante determinado período, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia e detidas pelos Acionistas Vendedores e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

***Podemos diluir a participação societária dos titulares de ações ordinárias de nossa emissão se optarmos por captar recursos por meio de oferta subsequente de ações ou pela emissão de valores mobiliários conversíveis em ações.***

Podemos decidir expandir nosso negócio, agregando mais sócios por meio de oferta subsequente de ações de nossa emissão ou pela emissão de valores mobiliários conversíveis em ações. Nesses casos, como cada sócio detém uma parte percentual da empresa, quando entram novos sócios há uma diluição da fatia de cada um, em termos proporcionais. A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de nossa emissão pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas, podendo resultar na diluição da participação dos nossos acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil da participação dos nossos acionistas. Adicionalmente, ainda que sejam emitidas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de nossa emissão sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação em nosso capital social.

***Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações (phantom shares) e podem participar de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.***

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de um programa de pagamento baseado em ações (*phantom shares*), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2018, e ajustado na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de setembro de 2020, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia. Além disso, eles podem ser beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2021 (“Plano de Incentivo”) e de novos programas e planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

O fato dos administradores e executivos participarem do referido programa e de programas futuros com base no Plano de Incentivo e outros planos que vierem a ser aprovados pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no médio prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Além disso, tendo em vista que o Plano de Incentivo outorga amplos poderes ao Conselho de Administração para fixar as condições e parâmetros dos programas a serem aprovados no âmbito do Plano de Incentivo, a aprovação dos programas, em decorrência de potencial conflito de interesses entre os administradores e os acionistas, pode impactar a situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses dos seus acionistas.

***Para mais informações sobre referidos planos de pagamento baseado em ações, ver o item 13.4 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.***

***Imediatamente após a Oferta, a estrutura de controle da Companhia se manterá inalterada, de forma que os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.***

Não haverá alteração de controle imediatamente após a Oferta, o que pode ocasionar eventual conflito de interesses entre os acionistas controladores e os demais acionistas da Companhia. Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações. Por fim, caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais acionistas controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitante com os interesses dos demais acionistas.

***A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.***

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 30% (trinta por cento) de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

***A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.***

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores de Varejo decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 104 deste Prospecto e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos na expansão da capacidade produtiva e modernização das instalações e processos, bem como nos resultados da Companhia.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações objeto da Oferta.***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 63 deste Prospecto.

***A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos.

Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o conseqüente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante as Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” a partir da página 68 deste Prospecto.

***A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.***

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

***Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. O mercado de capitais brasileiro é também significativamente concentrado. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

***Arcaremos com todas as despesas da Oferta, bem como arcaremos com as comissões da Oferta Primária, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta e afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma.***

Por meio do Contrato de Colocação, arcaremos juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, na proporção das Ações ofertadas, além de assumirmos a obrigação de pagamento de todas as despesas da Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores por nós poderá impactar os valores líquidos por nós recebidos em decorrência da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao nosso patrimônio líquido o que poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” a partir da página 52 deste Prospecto.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

***O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme aplicável, o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, conseqüentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.***

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja as seções “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional, nas páginas 65 e 62 deste Prospecto, respectivamente. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, na página 71 deste Prospecto.

***Em virtude da Oferta, o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício.***

*Conforme descrito no item 13.5 do Formulário de Referência anexo ao presente Prospecto, os beneficiários do programa de phantom shares farão jus ao prêmio a eles devido no âmbito do programa com a realização da Oferta. O prêmio a ser pago aos beneficiários tem um valor bruto estimado de R\$250 milhões, calculado com base em uma estimativa do Preço por Ação, conforme previsto no item 13.2 do Formulário de Referência. O valor bruto do prêmio será reconhecido como despesa no resultado da Companhia, o que poderá impactar negativamente o resultado da Companhia no exercício corrente e, conseqüentemente, a sua capacidade de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.*

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, serão de aproximadamente R\$648.958 mil após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto.

Os recursos líquidos da Oferta Primária correspondem a 32,5% da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para a expansão orgânica e inorgânica da Companhia.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

<b>Destinação</b>	<b>Percentual Estimado dos Recursos Líquidos</b>	<b>Valor Estimado Líquido<sup>(1)(2)</sup></b>
	<i>(em %)</i>	<i>(em R\$)</i>
Expansão orgânica .....	50,0	324.479
Expansão inorgânica.....	50,0	324.479
<b>Total.....</b>	<b>100,0</b>	<b>648.958</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Em expansão inorgânica, a Companhia pretende utilizar parte dos recursos para aquisição da Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A. e da FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene S.A., cujos contratos de compra e venda foram celebrados em 15 de março de 2021, com preço de aquisição de R\$300,7 milhões (sem considerar eventual earn out). O fechamento das transações está sujeito às condições precedentes usuais de mercado, dentre elas a obtenção de autorização do CADE. As companhias a serem adquiridas não pertencem a partes relacionadas. Para maiores informações sobre essas aquisições ver seção “Sumário da Companhia – Eventos Recentes” deste Prospecto e a seção 15.7 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Além disso, a Companhia monitora constantemente e de forma seletiva, oportunidades no seu setor de atuação. A Companhia mantém constante análise de viabilidade de negócios, contudo, além das aquisições mencionadas acima, não possui nenhuma negociação em estágio conclusivo e não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas e nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências além de outros fatores que não se pode antecipar. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Na hipótese de serem necessários recursos adicionais para a destinação pretendida, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.



Um aumento de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$22,87, correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento de R\$28.915,662.72 nos recursos líquidos advindos da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 106 deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos, debêntures consolidados (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, indicando a: **(i)** posição real em 31 de dezembro de 2020; **(ii)** posição ajustada para refletir a redução de capital da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2021, no valor de R\$10.363.343,00 em decorrência da cisão parcial da Companhia; **(iii)** posição ajustada para refletir o futuro aumento de capital social da Companhia que será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na mesma data de fixação do Preço por Ação para entrega de ações aos beneficiários do programa de *phantom shares* da Companhia, no montante de R\$127.588.573,94, calculado com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa; e **(iv)** posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) estimados em R\$648.958 mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R\$39.897 mil, com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Real” foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 467 deste Prospecto.

	Efetivo	Em 31 de dezembro de 2020		
		Ajustado para refletir redução de capital <sup>(1)</sup>	Ajustado para refletir aumento de capital <sup>(2)</sup>	Ajustado para a Oferta <sup>(3)</sup>
<i>(em R\$ mil)</i>				
Empréstimos e financiamentos (circulante).....	599.285	599.285	599.285	599.285
Debêntures (circulante) .....	135.175	135.175	135.175	135.175
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	164.362	164.362	164.362	164.362
Debêntures (não circulante) .....	247.011	247.011	247.011	247.011
<b>Patrimônio líquido .....</b>	<b>1.201.028</b>	<b>1.190.665</b>	<b>1.318.253</b>	<b>1.967.211</b>
<b>Capitalização Total<sup>(4)</sup> .....</b>	<b>2.346.861</b>	<b>2.336.498</b>	<b>2.464.086</b>	<b>3.113.044</b>

<sup>(1)</sup> Ajustado para refletir a redução de capital social da Companhia aprovada em 27 de janeiro de 2021 no valor de R\$10.363.343,00 em decorrência da cisão parcial da Companhia.

<sup>(2)</sup> Ajustado para refletir o futuro aumento de capital social da Companhia que será aprovado pelo Conselho de Administração na data de fixação do Preço por Ação para entrega de ações aos beneficiários do programa de *phantom shares* da Companhia, no montante de R\$127.588.573,94, calculado com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. As ações serão emitidas pelo Preço por Ação e serão integralizadas com os créditos detidos pelos beneficiários contra a Companhia, pelo direito de recebimento do prêmio, que passa a ser devido com a realização da Oferta. Para mais informações, vide item “Diluição, na página 108 deste Prospecto.

<sup>(3)</sup> Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária, estimados em R\$648.958 mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R\$39.897 mil, calculado com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(4)</sup> Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e patrimônio líquido. Esta definição pode variar da definição utilizada por outras companhias.

Um aumento ou uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R\$37.631.377,92, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Exceto pelo disposto acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

## DILUIÇÃO

*Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.*

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.201.028 mil e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R\$4,84. O referido valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020.

Após a redução de capital da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2021, o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, é de R\$4,84. Para mais informações sobre essa redução, vide item “Eventos Recentes” do Sumário, na página 29 deste Prospecto.

Na data de fixação do Preço da Oferta, será aprovado um aumento de capital para entrega de ações aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia, que são os diretores estatutários e outros executivos da Companhia, da 80% do prêmio, líquido de impostos, que a Companhia optou por pagar em ações (“Aumento de Capital”). As ações serão emitidas pelo Preço por Ação e serão integralizadas com os créditos detidos pelos beneficiários contra a Companhia, pelo direito ao recebimento do prêmio, que passa a ser devido com a realização da Oferta. Os 20% restantes do prêmio devido aos beneficiários, líquido de impostos, será pago pela Companhia em dinheiro. Considerando o ponto médio da Faixa Indicativa de Preço, (i) o aumento de capital seria de R\$127.588.573,94 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos), mediante a emissão de 5.578.862 (cinco milhões, quinhentas e setenta e oito mil, oitocentas e sessenta e duas) ações, podendo ser maior ou menor a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e (ii) o montante a ser pago em dinheiro aos beneficiários seria de R\$31.891.088,00. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - Em virtude da presente Oferta, o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício*”, na página 103 deste Prospecto.

Após o Aumento de Capital, considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido estimado da Companhia seria de R\$1.967.210 mil, representando um valor patrimonial de R\$6,99 por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$1,75 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$15,88 para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 52 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	<b>Após a Oferta Primária</b> <i>(em R\$, exceto %)</i>
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	22,87
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 .....	4,84
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 ajustado pela redução de capital <sup>(2)</sup> .....	4,84
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 ajustado pelo Aumento de Capital <sup>(3)</sup> .....	5,24
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta <sup>(4)</sup> .....	6,99
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas .....	1,75
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores <sup>(3)</sup> .....	15,88
<b>Percentual de diluição dos novos investidores<sup>(5)</sup> .....</b>	<b>69,44%</b>

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

(2) Ajustado para refletir a redução de capital social da Companhia aprovada em 27 de janeiro de 2021 no valor de R\$10.363.343,00 em decorrência da cisão parcial da Companhia. Para mais informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário, na página 29 deste Prospecto.

(3) Ajustado para refletir o aumento de capital social da Companhia que será aprovado na data de fixação do Preço por Ação para entrega de ações aos beneficiários do programa de *phantom shares* da Companhia, calculado com base no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. As ações serão emitidas pelo Preço por Ação e serão integralizadas com os créditos detidos pelos beneficiários contra a Companhia, pelo direito de recebimento do prêmio, que passa a ser devido com a realização da Oferta. Assim, a diluição pode ser menor ou maior a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Caso, por exemplo, a Oferta seja precificada no topo da Faixa Indicativa (R\$25,81), o valor patrimonial após o Aumento de Capital seria de R\$5,53 e o valor patrimonial após a Oferta seria de R\$7,22, o que significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$1,69 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$18,59 para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta e um percentual de diluição de 72,03%.

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 45 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$22,87, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$37,631,377.92 milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$0.87 por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

## Planos de Remuneração Baseado em Ações

### Plano de Incentivo – Ações Restritas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um plano de opção de compra de ações. Não obstante, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de março de 2021, a Companhia aprovou um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas que estabelece as condições gerais para a outorga de ações restritas aos diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia, os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, por meio da instituição de programas.

O total de ações a ser entregue por meio do Plano não poderá ultrapassar 5% do capital social total da Companhia imediatamente após a liquidação da Oferta.

A entrega das ações restritas no âmbito dos programas a serem aprovados dentro do Plano de Incentivo não provocará qualquer diluição no seu capital social, uma vez que referidas ações deverão ser adquiridas no mercado secundário para serem entregues aos participantes.

Nenhuma ação foi ou será outorgada para os participantes do Plano de Incentivo no exercício social vigente.

Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações (phantom shares) e podem participar de novos programas e planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados*”, na página 98 deste Prospecto.

### **Programa de Pagamento Baseado em Ações**

Em 2 de abril de 2018, a Companhia aprovou um Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares (“Programa”), que dá o direito dos seus beneficiários de receberem um prêmio pela valorização das ações de emissão da Companhia, sendo que a Companhia tem o direito de pagar parte do prêmio em ações de emissão da Companhia. Com a ocorrência da Oferta, a Companhia optou por realizar o pagamento de parte do prêmio, líquido de impostos, aos Beneficiários mediante a entrega de ações. Assim, os beneficiários terão o direito de receber 20% do prêmio, a eles devido em dinheiro e 80% em ações de emissão da Companhia, em ambos os casos, líquido de impostos. As ações entregues aos beneficiários ficarão sujeitas a um período de *lock-up* de 4 anos, sendo que 25% das ações serão liberadas anualmente dessa restrição.

As ações relativas ao pagamento de parte do prêmio em decorrência da Oferta serão emitidas aos beneficiários no Aumento de Capital (conforme acima definido). A diluição decorrente da emissão de ações nesse Aumento de Capital e no aumento de capital decorrente da Oferta está demonstrada na tabela do item anterior.

Para mais informações sobre o Plano de Incentivo e o Programa, veja o item “13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” a “13.8 Informações Necessárias para Compreensão dos Dados Divulgados nos itens 13.5 a 13.7” e item “13.16 – Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes”, do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - Em virtude da presente Oferta, o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício”, na página 103 deste Prospecto.

### **Histórico do Preço de Emissão de Ações**

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos 5 (cinco) anos, subscritos por acionistas controladores e/ou administradores da Companhia:

<b>Data</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>Tipo de Ação</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Valor Pago (R\$)</b>	<b>Valor Pago por Ação (R\$)</b>
02/04/2020	Subscrição particular	Ordinária	91.392.436	725.833.144,71	7,94
12/03/2020	Incorporação de sociedade	Ordinária	204.369	498.706,61	2,44

### **Histórico de Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações**

A Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, nem no exercício social corrente.

## **ANEXOS**

---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO GENOMA I, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA**

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CM HOSPITALAR S.A.**  
CNPJ/MF N° 12.420.164/0001-57  
NIRE N° 35.300.486.854

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A **CM HOSPITALAR S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único** – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Novo Mercado.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior.

**Artigo 3º** - O objeto social da Companhia compreende exportar, importar, representar, armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive o controle especial, e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no comércio atacadista de produtos para saúde; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; comércio atacadista de saneantes, compreendendo o comércio atacadista de higiene e limpeza e conservação domiciliar, com ou sem acondicionamento associado; comércio atacadista de vacinas para uso humano; comércio atacadista de dietas e leites nutricionais; comércio atacadista de cosméticos; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros, exceto com emissão de warrants; atividades de embalar e reembalar produtos para saúde e correlatos; comércio atacadista de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias referidas nas demais atividades da matriz e das filiais; a locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e central de negócios, bem como deter participação em outras sociedades.

**Parágrafo Único** - O exercício, pela matriz e por suas filiais, das atividades acima indicadas e que constituem o objeto social da sociedade será realizado mediante transporte próprio ou terceirizado, sendo que este transporte rodoviário de cargas poderá ser realizado no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 969.594.089,51 (novecentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), divididos em 245.889.944 (duzentos e quarenta e cinco milhões e oitocentas e oitenta e nove mil e novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Parágrafo 2º** - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.289.221.800 (um bilhão, duzentas e oitenta e nove milhões, duzentas e vinte e uma mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

**Parágrafo 3º** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo 4º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 5º** - Mediante a aprovação prévia do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, observada a regulamentação aplicável. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme decidido pelo Conselho de Administração, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e disposições aplicáveis.

**Parágrafo 6º** - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo 7º** - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou ainda para fazer frente a planos de outorga

de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - Nos casos previstos em lei, o acionista poderá retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, calculado com base no valor de patrimônio líquido das ações de sua titularidade e no último balanço aprovado pela assembleia geral.

### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 7º** - A assembleia geral de acionistas (“Assembleia Geral”) realizar-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as disposições aplicáveis da lei e deste estatuto.

**Parágrafo 1º** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente. As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente das formalidades referentes à convocação de assembleias gerais aqui previstas, será regular a assembleia geral a que comparecerem todos os Acionistas.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei ou a regulamentação aplicável exigir quórum mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

**Parágrafo 3º** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na ausência deste, por outro conselheiro ou outra pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à assembleia geral da Companhia, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º** - Sem prejuízo às outras matérias previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral terá as seguintes atribuições:

- (i) quaisquer alterações a este Estatuto Social;
- (ii) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (iii) a participação em grupo de sociedades;
- (iv) a dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (v) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidante;
- (vi) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia;
- (vii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia;
- (viii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia;
- (ix) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia;
- (x) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xi) emissão de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, acima do limite do capital autorizado; e
- (xii) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia.

## **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I - Disposições Gerais**

**Artigo 9º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com a Lei das S.A. e com este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições dos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia. Não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos da administração da Companhia em violação ao disposto em tais acordos.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e a Diretoria tem competência exclusiva para representar a Companhia.

**Parágrafo 3º** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Artigo 8º, item (vi) acima, e o Conselho de Administração deverá distribuir tal montante entre os membros da administração.

**Parágrafo 5º** - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 6º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

### **Seção II - Conselho de Administração**

**Artigo 10** - A Companhia terá um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração ficam dispensados de apresentar caução em garantia de sua gestão.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração terá um Presidente que será designado pela Assembleia Geral que eleger os membros do órgão.

**Parágrafo 3º** - Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Parágrafo 4º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Artigo 11** - O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, mensalmente, mediante convocação de seu Presidente ou, se os interesses sociais da Companhia assim exigirem, por qualquer membro do Conselho de Administração, podendo, ainda, os membros do Conselho de Administração determinar periodicidade inferior, caso julguem necessário.

**Artigo 12** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A convocação pode ser feita por meio de e-mail (mediante confirmação de recebimento, ainda que automática) ou carta entregue em mãos, enviada pelo presidente do Conselho de Administração, do qual constará local, dia, hora e ordem do dia da reunião.

**Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto e na legislação vigente, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

**Artigo 13** – As reuniões do Conselho de Administração da Companhia só serão validamente instaladas com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo 1º abaixo. No caso de não instalação da reunião do Conselho de Administração da Companhia por insuficiência do quórum de instalação, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar nova reunião.

**Parágrafo 1º** - Será considerado presente às reuniões do conselho de administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, via fac-símile, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento), carta registrada ou carta entregue em mãos, com protocolo de entrega; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados. No caso de reunião realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, o membro do Conselho de Administração que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento) ou fac-símile entregue ao presidente do Conselho de Administração, imediatamente após a reunião.

**Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária



do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

**Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração. Em caso de empate na votação de qualquer deliberação, o presidente do conselho de administração deverá proferir o voto de minerva, que decidirá a deliberação.

**Parágrafo 4º** - No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral da Companhia. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição.

**Artigo 14** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia.

**Parágrafo 1º** - Ao término de cada reunião será lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Artigo 15** - O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes básicas para as políticas gerais da Companhia e suas subsidiárias, bem como verificar e monitorar a sua implementação pela Diretoria, sendo de sua competência e responsabilidade deliberar sobre as matérias descritas nos Parágrafos 1º a 3º abaixo, observadas a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável:

**Parágrafo 1º** - Compete ao Conselho de Administração aprovar as seguintes matérias, sem prejuízo de outras previstas na lei, na regulamentação e neste Estatuto:

(i) declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias;

(ii) o estabelecimento de qualquer obrigação sobre os ativos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal de seus negócios e não estabelecida no orçamento, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia, ressalvadas as obrigações assumidas no âmbito de novos investimentos, aquisições ou associações realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, observadas as demais limitações aqui previstas;

- (iii) a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, exceto pela concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital em favor de qualquer das subsidiárias; e
- (iv) a aprovação da aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de suas próprias ações, quotas ou outros valores mobiliários de sua emissão, observada a regulamentação aplicável;
- (v) investimentos, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture, associação ou aliança similar com terceiros, aquisição, promessa de aquisição, investimento ou promessa de investimento no capital social de qualquer outra pessoa jurídica, ou a constituição de ônus ou alienação de participação no capital social de qualquer sociedade;
- (vi) a aprovação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer investimento de capital (capex) não previsto no orçamento, que, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (vii) a aprovação de contratação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de despesas ou compras não previstas no orçamento, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses, exceto pelas aquisições de produtos e/ou estoque realizadas no curso normal de seus negócios;
- (viii) a venda ou alienação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer ativo não circulante não previsto no orçamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (ix) a aprovação de qualquer operação de contratação de dívida (incluindo contratos financeiros, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, *comprar*, *vender* e desconto de recebíveis), celebração de contrato ou negócio jurídico que resulte na assunção direta ou indireta de quaisquer obrigações (incluindo de passivos fiscais e/ou trabalhistas), pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias cujo valor, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (x) a aprovação da emissão de debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer outros títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer dos títulos e valores mobiliários referidos neste item;
- (xi) a contratação de operações com partes relacionadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

- (xii) a modificação da política de remuneração e/ou da remuneração individual dos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xiii) manifestação sobre as contas anuais da diretoria, das demonstrações financeiras anuais e intermediárias auditadas e/ou revisadas pelo auditor independente, da proposta de retenção de lucros com base em orçamento de capital, recomendando à assembleia geral sua aprovação ou não;
- (xiv) a aprovação e a alteração de política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia e das suas subsidiárias, incluindo bônus, distribuição de lucros, *phantom stock* e programas de incentivo à remuneração, caso referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;
- (xv) a eleição, substituição e destituição do auditor independente da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xvi) a aprovação do plano de negócios e do orçamento da Companhia, bem como as eventuais alterações em relação ao orçamento aprovado e em vigor, sempre que os valores indicados no orçamento ou nas eventuais alterações representem desvios superiores a 20% (vinte por cento) em relação aos valores previstos no plano de negócios;
- (xvii) a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias a qualquer terceiro, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia;
- (xviii) a aprovação da celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou similar envolvendo qualquer de suas subsidiárias;
- (xix) a aprovação da celebração, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer contrato que represente cessão ou transferência de tecnologia, *know how* e assistência técnica com terceiros, não contemplado no orçamento;
- (xx) aprovação da contratação dos seguros para administradores, bem como seus termos e condições das respectivas apólices;
- (xxi) a aprovação para a outorga de mandato para representação da Companhia (a) perante qualquer instituição financeira (incluindo para movimentação de contas, investimentos ou desinvestimentos, emissão de cheques ou outros títulos, contratação de capital de giro, empréstimo ou outras dívidas); e/ou (b) para assunção de obrigações fora do curso normal dos negócios; e/ou (c) para cessão, transferência, oneração ou alienação de ativos (exceto com relação ao estoque no curso normal dos negócios da Companhia);

(xxii) aprovação do voto da Companhia, na qualidade de acionista, quotista ou participante das subsidiárias, associações ou joint ventures, em relação às matérias listadas neste Parágrafo 1º do Artigo 15.

(xxiii) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (i);

(xxiv) aprovação e alteração de programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, diretores ou funcionários da Companhia, de acordo com os planos de opção de compra de ações aprovados pela assembleia geral da Companhia;

(xxv) outorgar opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração, Diretores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral e de programas aprovados pelo Conselho de Administração, conforme item (xxiv) acima, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em Assembleia Geral; e

(xxvi) elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado.

**Parágrafo 2º** - Os limites de valores indicados no Parágrafo 1º acima (i) devem ser sempre calculados de forma combinada para a Companhia e suas subsidiárias em questão, considerando, portanto, a soma dos valores de todas as sociedades; e (ii) serão corrigidos anualmente com base na variação positiva do IPCA.

### Seção III - Comitês

**Artigo 16** – O Conselho de Administração instalará um Comitê de Auditoria vinculado a ele, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - O Comitê de Auditoria deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinara detalhadamente as funções do Comitê de Auditoria, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria.

**Parágrafo 2º** - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração, é composto por, no mínimo, 03 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro é conselheiro independente e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características.

**Parágrafo 3º** - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

#### **Seção IV - Diretoria Executiva**

**Artigo 17** - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 8 (oito) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, permitida a cumulação de cargos e a reeleição. Expirado o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo 1º** - No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - A remuneração dos Diretores será fixada pelo Conselho de Administração a partir do montante global definido em Assembleia Geral, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

**Artigo 18** - A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, emitir e endossar cheques, abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias que dependem de aprovação do Conselho de Administração e a competência específica do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e do Diretor de Relação com Investidores, conforme estabelecido nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo 1º** - Ao Diretor Presidente compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria;
- (ii) dirigir e supervisionar as políticas de estratégia organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e
- (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

**Parágrafo 2º** - Ao Diretor Financeiro compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) a gestão financeira e do sistema de custos da Companhia;
- (ii) a elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (iii) o controle das obrigações tributárias e fiscais;
- (iv) o planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de projetos e investimentos, análise do ambiente macroeconômico e projeções de longo prazo;
- (v) a supervisão e envio de informações à auditoria externa; e
- (vi) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais.

**Parágrafo 3º** - Ao Diretor de Relações com Investidores compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

(i) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e

(ii) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

**Parágrafo 4º** - Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

**Artigo 19** - Sem prejuízo do disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (xxi), a Companhia somente será representada, (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador; (iii) pela assinatura isolada de um Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração para assinatura de determinados documentos, nos termos de ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada no livro próprio; (iv) pela assinatura isolada de um procurador; e (v) pela assinatura conjunta de dois ou mais procuradores.

**Parágrafo Único** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

## **Seção V - Conselho Fiscal**

**Artigo 20** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

**Parágrafo 2º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 21** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo Único** - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

## **Capítulo V - Exercício Social, do Balanço e dos Lucros**

**Artigo 22** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 23** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia exigidas por lei, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 24** - Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, (i) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

**Artigo 25** - Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de deliberação de seu pagamento, prescrevendo o direito ao seu recebimento por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início de pagamento de cada dividendo ou juros.

**Artigo 26** – As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.



## Capítulo VI - Liquidação e Dissolução da Companhia

**Artigo 27** - A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

## Capítulo VII – Alienação de Controle

**Artigo 28** – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## Capítulo VIII – Oferta Pública de Aquisição por Concentração de Ações

**Artigo 29** - Qualquer Acionista Comprador que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo (a) de ações de emissão da Companhia; ou (b) de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social ("Participação Relevante") deverá, salvo dispensa da assembleia geral por maioria absoluta de votos conforme item (v) do Parágrafo 6º deste Artigo, efetivar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo. O Acionista Comprador deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

**Parágrafo 1º** - A OPA deverá ser (a) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (b) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (c) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (d) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação ("Valor Econômico"); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 29, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia e

(iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo Acionista Comprador por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 29. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**Parágrafo 3º** - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 4º** - O Acionista Comprador deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese do Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

**Parágrafo 6º** - O disposto neste Artigo não se aplica:

(i) aos acionistas controladores da Companhia e aos acionistas ou quotistas indiretos dos acionistas controladores, identificados como tal na Seção 15 do Formulário de Referência da Companhia divulgado como anexo do prospecto definitivo da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Data Base") (em conjunto, "Acionistas Controladores");

(ii) aos Sucessores de qualquer Pessoa referida no item (i) deste Parágrafo, bem como aos seus respectivos Sucessores e assim sucessivamente;

(iii) a qualquer transferência de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos (a) entre qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo, e (b) para qualquer Sucessor de qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo;

(iv) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que: (a) adquira ou receba, direta ou indiretamente, a qualquer título, por meio de operação cursada fora de ambiente de bolsa, qualquer quantidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de qualquer das Pessoas identificadas nos itens (i) e (ii) deste Parágrafo nos termos de contrato celebrado com um ou mais Acionistas

Controladores; ou (b) celebre, a partir da Data Base, novo acordo de acionistas do qual também seja(m) parte Acionista(s) Controlador(es) que, em conjunto com tal Pessoa ou Grupo de Pessoas, representem mais da metade das ações de emissão da Companhia, ou (c) adquira ações de emissão da Companhia no âmbito de oferta pública exclusivamente secundária, na qual apenas Acionista(s) Controlador(es) aliene(m) ações de emissão da Companhia, observadas, nas hipóteses das alíneas (a), (b) e (c) deste item (iv), as regras aplicáveis relativas à alienação de controle da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social;

(v) a qualquer caso de aquisição de Participação Relevante dispensado de OPA prevista neste Artigo por maioria absoluta de votos de acionistas reunidos em Assembleia Geral, em que o Acionista Comprador não terá direito a voto;

(vi) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que, em tal oferta pública, tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao preço da OPA por atingimento de Participação Relevante;

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate, cancelamento, recompra ou grupamento de ações;

(c) por meio de subscrição de ações de emissão da Companhia, seja via direito de preferência ou prioridade ou por meio da cessão desses direitos pelos acionistas, no contexto de uma única emissão primária de ações, aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou reunião do Conselho de Administração, ou ainda no rateio e/ou leilão de sobras relativos a essa emissão primária, se for o caso;

(d) por meio de aquisição de ações de emissão da Companhia no contexto de uma única oferta pública de ações de emissão da Companhia, quando tal oferta for exclusivamente primária;

(e) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(f) em decorrência de: (x) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, ou (y) transferência para trust ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário a própria Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge; e

(g) em decorrência de dissolução e liquidação de participação ou qualquer outra hipótese de sucessão universal.

**Parágrafo 7º** - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo 8º** - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Comprador.

**Parágrafo 9º** - Para fins exclusivos deste Artigo 29, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Afiliada" significa, em relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, controle tal Pessoa, seja controlada por tal Pessoa ou esteja sob controle comum com tal Pessoa (i.e., mesmo controlador), e, especificamente com relação a qualquer entidade sem personalidade jurídica ou fundo de investimento, cujas quotas sejam detidas em sua maioria pela Pessoa em questão ou Afiliada sua ou em que a Pessoa em questão ou Afiliada sua detenha poderes de influenciar de modo determinante a gestão do respectivo fundo de investimento/entidade sem personalidade jurídica. Em relação aos Acionistas Controladores, para efeitos deste Artigo 29, qualquer Afiliada de um deles será considerada como sendo igualmente de todos os demais.

"Acionista Comprador" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Pessoas.

"Grupo de Pessoas" significa o conjunto de duas ou mais Pessoas: (i) vinculadas por acordos de voto, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, direta ou indiretamente; (ii) entre as quais haja relação de controle, direto ou indireto; (iii) que estejam sob controle comum, direto ou indireto; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando interesse comum, sendo certo que os Acionistas Controladores não serão considerados integrantes de qualquer Grupo de Pessoas. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma Pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra Pessoa; e (b) duas Pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas Pessoas. Quaisquer sociedades, associações, joint-ventures, fundações, clubes de investimento, condomínios, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos,

universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento serão considerados parte de um mesmo Grupo de Pessoas sempre que tiverem os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores estejam sob controle comum, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como um Grupo de Pessoas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor, em caráter discricionário.

“Outros Direitos” significa qualquer (a) usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia; (b) opção ou direito de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possa resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (c) derivativo referenciado em ações de emissão da Companhia que preveja a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (d) outro direito que assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia, observado que não são considerados "Outros Direitos" (1) a titularidade de bônus de subscrição ou de debêntures conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, até o seu efetivo exercício, conversão ou permuta (quando quaisquer ações recebidas em decorrência de seu exercício, conversão ou permuta serão computadas para fins deste Artigo), e (2) a constituição de garantia sobre ações de emissão da Companhia

“Pessoa” significa qualquer pessoa natural ou jurídica, sociedade, associação, joint venture, fundação, clube de investimento, condomínio, cooperativa, trust, fundo ou carteira de investimentos, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior; e

“Successor(es)” significa, com relação a qualquer Pessoa, seus respectivos herdeiros, sucessores e cônjuges ou companheiros, cotistas, sócios e investidores, a qualquer título, incluindo como resultado de reorganizações societárias, em sucessão legítima ou testamentária, antecipação de legítima, doações, meações ou partilhas (inclusive por divórcios ou separações consensuais) ou planejamentos sucessórios (tais como transferência para trust ou entidade fiduciária similar), bem como as respectivas Afiliadas de tais Pessoas.

**Artigo 30** - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma finalidade prevista neste Estatuto Social ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Artigo 31** - A Companhia, no caso de cancelamento do registro de companhia aberta, ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA, conforme assim definidos neste Estatuto Social e/ou nas demais regulamentações expedidas pela CVM, poderão viabilizar a sua efetivação por intermédio de terceiros, sem que isso signifique qualquer exoneração da obrigação de realizar a OPA pela Companhia e/ou pelos acionistas responsáveis, conforme o caso, sempre com observância das regras aplicáveis.

## Capítulo IX – Disposições Gerais

**Artigo 32** - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas, sempre que assim solicitado, acesso a eventuais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, acordos de acionistas dos quais a Companhia venha a ser signatária, bem como eventuais programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 33** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 34**- A Companhia deverá observar qualquer acordo de acionistas eventualmente arquivado em sua sede (“Acordo de Acionistas”), devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão abster-se de computar votos contrários aos termos dos Acordos de Acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, conforme o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

## Capítulo X – Arbitragem

**Artigo 35** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\*\*\*\*\*

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 1º DE  
FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

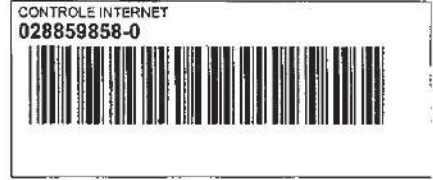




**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

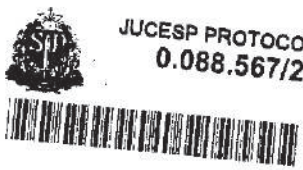
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

0514364 Gui



**CAPA DO REQUERIMENTO**

**DADOS CADASTRAIS**

DATADOR	INFORMAÇÕES	USO EXCLUSIVO DA JUCESP
<p><b>JUCESP</b> <b>SEDE</b> <b>Nº Guiche 11</b></p> <p>★ 01 FEV 2021 ★</p> <p><b>PROTOCOLO</b></p>	<p><b>DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96</b></p> <p>NOME EMPRESARIAL <b>CM HOSPITALAR S.A.</b></p>	<p><b>JUCESP PROTOCOLO</b> <b>0.088.567/21-7</b></p> 

<p>ATO(S) Arquivamento de Ata</p>
---------------------------------------

<p align="center"><b>PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA RETIRADA DO DOCUMENTO</b></p>			
<p align="center"><b>FAVOR PREENCHER TODOS OS CAMPOS COM ANTECEDÊNCIA</b></p>			
RESPONSÁVEL:			
RG:		EMAIL:	
TELEFONE:		ASSINATURA:	

**CM HOSPITALAR S.A.**

*NIRE: 35.300.486.854*

*CNPJ: 12.420.164/0001-57*

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE  
FEVEREIRO DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Às 9 horas, no dia 1º de fevereiro de 2021, na sede da **CM HOSPITALAR S.A.** (“Companhia”), localizada na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.
3. **MESA:** Leonardo Almeida Byrro – Presidente; Joseane Correia – Secretária.
4. **LEITURA DE DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.
5. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** alteração dos jornais de grande circulação nos quais a Companhia realiza as suas publicações legais; **(ii)** a abertura do capital da Companhia e a submissão à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) de pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria “A”, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480” e “Abertura de Capital”, respectivamente); **(iii)** a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) de pedido de listagem da Companhia no segmento especial da B3 denominado “Novo Mercado”, bem como de admissão à negociação de suas ações na B3 (“Listagem”); **(iv)** a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta”, respectivamente); **(v)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, bem como a Diretoria para que celebre todos os documentos necessários à realização da Oferta, da Abertura de Capital e da Listagem; **(vi)** em caso de aprovação pelos acionistas dos itens (i) a (v) acima, deliberar sobre a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado.

## 6. DELIBERAÇÕES:

Diante da ausência do Presidente do Conselho de Administração, os acionistas elegeram o Sr. Leonardo de Almeida Byrro, Diretor Presidente da Companhia, e a Sra. Joseane Correia, para comporem a mesa da presente Assembleia Geral na qualidade de presidente e secretária, respectivamente, conforme disposto no art. 7º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia.

Ato contínuo, os acionistas decidiram, por unanimidade, em quaisquer ressalvas ou restrições:

- (i) aprovar a inclusão do jornal “Valor Econômico” no rol de jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais e a exclusão do jornal “Tribuna”. Diante disto, ficam os Srs. Acionistas informados que a Companhia promoverá suas publicações, exigidas em lei, nos seguintes veículos de comunicação: “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico”;
- (ii) aprovar a realização da Abertura de Capital mediante a submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria A perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, autorizados a tomarem todas as medidas necessárias junto à CVM com vistas à obtenção do registro supracitado;
- (iii) aprovar a realização da Listagem mediante a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado, bem como de admissão à negociação das ações ordinárias da Companhia na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, autorizados a tomarem todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da Listagem;
- (iv) aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições aplicáveis, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto o Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

A Oferta será realizada sob a coordenação de determinadas instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição a serem contratadas pela Administração da Companhia (em conjunto, “Coordenadores da Oferta”).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

As Ações serão distribuídas sob o regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, e, nos termos dos artigos 30 da Instrução CVM 400, não será permitida a distribuição parcial no contexto da Oferta.

Serão definidos oportunamente pelo Conselho de Administração e pelos acionistas vendedores a quantidade de Ações a serem alienadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais no Brasil e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (*bookbuilding*).

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

- (v) conceder a autorização para que a Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta relativos à Companhia e celebre todos os contratos e realize todos os atos necessários relacionados à Oferta, inclusive, mas não se limitando a, deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ser realizado no contexto da Oferta, incluindo a fixação do preço de emissão das Ações; e (ii) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta, no que diz respeito à própria Companhia, incluindo contrato com agente escriturador, ressalvada a necessidade de aprovação, pelos respectivos acionistas de informações sobre os mesmos que sejam incluídas nos Prospectos, nos *Offering Memoranda* ou em qualquer documento relacionado à Oferta, bem como a decisão de qualquer acionistas de alienar suas ações ou não no âmbito da Oferta;

(vi) tendo em vista a aprovação dos itens (i) a (v) acima, aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, adaptando-o às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado. Ato contínuo, os acionistas deliberaram consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I da presente ata. Por fim, os acionistas presentes consignaram que, caso a Oferta não venha a ser liquidada, estes deverão promover nova reforma do Estatuto Social de forma que este volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas neste ato.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes. **Ribeirão Preto, 1º de fevereiro de 2021.** Leonardo Almeida Byrro – Presidente; Joseane Correia – Secretária. Acionistas Presentes: Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I, Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Carlos Alberto Mafra e Consolação Goulart Terra.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

**Mesa:**

---

**Leonardo Almeida Byrro**  
Presidente

---

**Joseane Correia**  
Secretária

**ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2021**

**Estatuto Social**

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º** - A **CM HOSPITALAR S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único** – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Novo Mercado.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior.

**Artigo 3º** - O objeto social da Companhia compreende exportar, importar, representar, armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive o controle especial, e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no comércio atacadista de produtos para saúde; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; comércio atacadista de saneantes, compreendendo o comércio atacadista de higiene e limpeza e conservação domiciliar, com ou sem acondicionamento associado; comércio atacadista de vacinas para uso humano; comércio atacadista de dietas e leites nutricionais; comércio atacadista de cosméticos; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros, exceto com emissão de warrants; atividades de embalar e reembalar produtos para saúde e correlatos; comércio atacadista de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias referidas nas demais atividades da matriz e das filiais; a locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e central de negócios, bem como deter participação em outras sociedades.

**Parágrafo Único** - O exercício, pela matriz e por suas filiais, das atividades acima indicadas e que constituem o objeto social da sociedade será realizado mediante transporte próprio ou terceirizado, sendo que este transporte rodoviário de cargas poderá ser realizado no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 969.594.089,51 (novecentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), divididos em 245.889.944 (duzentos e quarenta e cinco milhões e oitocentas e oitenta e nove mil e novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Parágrafo 2º** - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.289.221.800 (um bilhão, duzentas e oitenta e nove milhões, duzentas e vinte e uma mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

**Parágrafo 3º** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo 4º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 5º** - Mediante a aprovação prévia do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, observada a regulamentação aplicável. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme decidido pelo Conselho de Administração, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições aplicáveis.

**Parágrafo 6º** - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

**Parágrafo 7º** - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos



acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

**Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - Nos casos previstos em lei, o acionista poderá retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, calculado com base no valor de patrimônio líquido das ações de sua titularidade e no último balanço aprovado pela assembleia geral.

### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 7º** - A assembleia geral de acionistas (“Assembleia Geral”) realizar-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as disposições aplicáveis da lei e deste estatuto.

**Parágrafo 1º** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente. As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente das formalidades referentes à convocação de assembleias gerais aqui previstas, será regular a assembleia geral a que comparecerem todos os Acionistas.

**Parágrafo 2º** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

**Parágrafo 3º** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo presidente do conselho de administração da Companhia ou, na ausência deste, por outro conselheiro ou outra pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à assembleia geral da Companhia, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º** - Sem prejuízo às outras matérias previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral terá as seguintes atribuições:

- (i) quaisquer alterações a este Estatuto Social;
- (ii) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (iii) a participação em grupo de sociedades;
- (iv) a dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (v) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidante;
- (vi) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia;
- (vii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia;
- (viii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia;
- (ix) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia;

- (x) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xi) emissão de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, acima do limite do capital autorizado; e
- (xii) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia.

## **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I - Disposições Gerais**

**Artigo 9º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com a Lei das S.A. e com este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições dos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia. Não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos da administração da Companhia em violação ao disposto em tais acordos.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e a Diretoria tem competência exclusiva para representar a Companhia.

**Parágrafo 3º** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Artigo 8º, item (xi) acima, e o Conselho de Administração deverá distribuir tal montante entre os membros da administração.

**Parágrafo 5º** - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33 desse Estatuto Social.

**Parágrafo 6º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

## **Seção II - Conselho de Administração**

**Artigo 10** - A Companhia terá um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração ficam dispensados de apresentar caução em garantia de sua gestão.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração terá um Presidente que será designado pela Assembleia Geral que eleger os membros do órgão.

**Parágrafo 3º** - Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

**Parágrafo 4º** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Artigo 11** - O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, mensalmente, mediante convocação de seu Presidente ou, se os interesses sociais da Companhia assim exigirem, por qualquer membro do Conselho de Administração, podendo, ainda, os membros do Conselho de Administração determinar periodicidade inferior, caso julguem necessário.

**Artigo 12** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A convocação pode ser feita por meio de e-mail (mediante confirmação de recebimento, ainda que automática) ou carta entregue em mãos, enviada pelo presidente do Conselho de Administração, do qual constará local, dia, hora e ordem do dia da reunião.

**Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto e na legislação vigente, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

**Artigo 13** – As reuniões do Conselho de Administração da Companhia só serão validamente instaladas com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo 1º abaixo. No caso de não instalação da reunião do Conselho de Administração da Companhia por insuficiência do quórum de instalação, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar nova reunião.

**Parágrafo 1º** - Será considerado presente às reuniões do conselho de administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, via fac-símile, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento), carta registrada ou carta entregue em mãos, com protocolo de entrega; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados. No caso de reunião realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, o membro do Conselho de Administração que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento) ou fac-símile entregue ao presidente do Conselho de Administração, imediatamente após a reunião.

**Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

**Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho de Administração, incluindo a aprovação do Plano de Negócios e Orçamento, observado o quanto disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (xviii), serão tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração. Em caso de empate na votação de qualquer deliberação, o presidente do conselho de administração deverá proferir o voto de minerva, que decidirá a deliberação.

**Parágrafo 4º** - No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral da Companhia. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição.

**Artigo 14** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia.

**Parágrafo 1º** - Ao término de cada reunião será lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Artigo 15** - O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes básicas para as políticas gerais da Companhia e suas subsidiárias, bem como verificar e monitorar a sua implementação pela Diretoria, sendo de sua competência e responsabilidade deliberar sobre as matérias descritas nos Parágrafos 1º a 3º abaixo:

**Parágrafo 1º** - Compete ao Conselho de Administração aprovar as seguintes matérias, sem prejuízo de outras previstas na lei, na regulamentação e neste Estatuto:

- (i) a contratação de qualquer operação que envolva atividades fora do objeto social da Companhia ou das suas subsidiárias, como estabelecido nos respectivos estatutos ou contratos sociais, conforme aplicável;
- (ii) declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias;
- (iii) o estabelecimento de qualquer obrigação sobre os ativos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal de seus negócios e não estabelecida no orçamento, ressalvadas as obrigações assumidas no âmbito de novos investimentos, aquisições ou associações realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, observadas as demais limitações aqui previstas;
- (iv) a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, exceto pela concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital em favor de qualquer das subsidiárias; e
- (v) a aprovação da aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de suas próprias ações, quotas ou outros valores mobiliários de sua emissão e que não constitua uma operação com Partes Relacionadas;

- (vi) investimentos, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture, associação ou aliança similar com terceiros, aquisição, promessa de aquisição, investimento ou promessa de investimento no capital social de qualquer outra pessoa jurídica, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, ou a constituição de ônus ou alienação de participação no capital social de qualquer sociedade, excetuados, em qualquer hipótese, os novos investimentos em Negócios Principais, incluindo, sem limitação, investimentos para a aquisição de participação no capital social de outras pessoas que explorem os Negócios Principais (conforme definido abaixo);
- (vii) a aprovação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer investimento de capital (capex) não previsto no orçamento, que, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (viii) a aprovação de contratação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de despesas, compras ou investimentos (excluído capex) não previstos no orçamento, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses, exceto pelas aquisições de produtos e/ou estoque realizadas no curso normal de seus negócios;
- (ix) a venda ou alienação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer ativo não circulante não previsto no orçamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;
- (x) a aprovação de qualquer operação de contratação de dívida (incluindo contratos financeiros, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, *comprar*, *vender* e desconto de recebíveis), celebração de contrato ou negócio jurídico que resulte na assunção direta ou indireta de quaisquer obrigações (incluindo de passivos fiscais e/ou trabalhistas), pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias cujo valor, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (xi) a aprovação da emissão de debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer outros títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer dos títulos e valores mobiliários referidos neste item;
- (xii) a contratação de operações com partes relacionadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;
- (xiii) a modificação da política de remuneração e/ou da remuneração individual dos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias, exceto se referida política de remuneração for

determinada de acordo com parâmetros de mercado, com base em estudos realizados por consultoria independente;

- (xiv) manifestação sobre as contas anuais da diretoria, das demonstrações financeiras anuais e intermediárias auditadas e/ou revisadas pelo auditor independente, da proposta de retenção de lucros com base em orçamento de capital, recomendando à assembleia geral sua aprovação ou não;
- (xv) a aprovação e a alteração de política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia e das suas subsidiárias, incluindo bônus, distribuição de lucros, *phantom stock* e programas de incentivo à remuneração, caso referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;
- (xvi) a eleição, substituição e destituição do auditor independente da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xvii) a aprovação do orçamento, bem como as eventuais alterações em relação ao orçamento aprovado e em vigor, sempre que os valores indicados no Orçamento ou nas eventuais alterações representem desvios superiores a 20% (vinte por cento) em relação aos valores previstos no Plano de Negócios;
- (xviii) a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias a qualquer terceiro;
- (xix) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou similar que envolva a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias;
- (xx) a celebração, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer contrato que represente cessão ou transferência de tecnologia, *know how* e assistência técnica com terceiros, não contemplado no orçamento;
- (xxi) aprovação da contratação dos seguros para administradores, bem como seus termos e condições das respectivas apólices;
- (xxii) a aprovação para a outorga de mandato para representação da Companhia (a) perante qualquer instituição financeira (incluindo para movimentação de contas, investimentos ou desinvestimentos, emissão de cheques ou outros títulos, contratação de capital de giro, empréstimo ou outras dívidas); e/ou (b) para assunção de obrigações fora do curso normal dos negócios; e/ou (c) para cessão, transferência, oneração ou alienação de ativos (exceto com relação ao estoque no curso normal dos negócios da Companhia);



- (xxiii) aprovação do voto da Companhia, na qualidade de acionista, quotista ou participante das subsidiárias, associações ou joint ventures, em relação às matérias listadas neste Parágrafo 1º do Artigo 15.
- (xxiv) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (ii);
- (xiii) aprovação e alteração de programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, diretores ou funcionários da Companhia, de acordo com os planos de opção de compra de ações aprovados pela assembleia geral da Companhia; e
- (xiv) outorgar opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração, Diretores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral e de programas aprovados pelo Conselho de Administração, conforme item (xiii) acima.

**Parágrafo 2º** - Os limites de valores indicados no Parágrafo 1º acima (i) devem ser sempre calculados de forma combinada para a Companhia e suas subsidiárias em questão, considerando, portanto, a soma dos valores de todas as sociedades; e (ii) serão corrigidos anualmente com base na variação positiva do IPCA.

**Parágrafo 3º** - Para fins deste Estatuto Social, **(a)** o termo “Partes Relacionadas” significa (i) os fundos de investimento (ou estruturas similares) e/ou as pessoas naturais ou jurídicas que sejam titulares, direta ou indiretamente (inclusive por meio de cotas de fundos de investimento), de participação no capital social da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias; (ii) cônjuge e/ou qualquer ascendente, descendente ou colateral até o quarto grau das pessoas naturais mencionadas no item (i) acima; (iii) qualquer sociedade ou fundo de investimento (ou estrutura similar) que qualquer das partes mencionadas nos itens (i) e (ii) acima controle ou seja titular, direta ou indiretamente, de participação superior a 10% (dez por cento) do capital social ou das cotas (no caso de fundo de investimento); ou (iv) qualquer sociedade ou fundo de investimento (ou estrutura similar) em que as partes mencionadas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima exerçam função de empregado, gerente, administrador, consultor, prestador de serviços ou autônomo; e **(b)** o termo “Negócios Principais” significa as atividades, no Brasil, de (i) indústria (incluindo, mas não limitando, fabricação, manufatura, transformação e montagem), logística, distribuição, licenciamento, importação (exceto para uso próprio), exportação e comercialização, no varejo e no atacado, de produtos e equipamentos de saúde, materiais descartáveis, materiais cirúrgicos, materiais

clínicos, medicamentos, saneantes, instrumentos, reagentes, produtos têxteis (tecidos e não tecidos), adesivos cirúrgicos, cuidado e higiene da saúde humana para uso médico, cirúrgicos, hospitalares, em clínicas, consultórios médicos e/ou odontológicos e de laboratórios diagnósticos ou para primeiros socorros, cuidado e higiene pessoal; (ii) indústria (incluindo, mas não limitando, fabricação, manufatura, transformação e montagem), logística, distribuição, licenciamento, importação (exceto para uso próprio), exportação e comercialização, no varejo e no atacado, de fitas adesivas industriais; (iii) serviços logísticos e de tecnologia de informação à cadeia de suprimentos de saúde, notadamente hospitais, clínicas, laboratórios farmacêuticos, laboratórios diagnósticos, farmácias e consultórios médicos e odontológicos e a quaisquer de seus fornecedores de insumos.

### Seção III - Comitês

**Artigo 16** – O Conselho de Administração instalará um Comitê de Auditoria vinculado a ele, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - O Comitê de Auditoria deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinara detalhadamente as funções do Comitê de Auditoria, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria.

**Parágrafo 2º** - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração, é composto por, no mínimo, 03 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro é conselheiro independente e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características.

**Parágrafo 3º** - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

#### **Seção IV - Diretoria Executiva**

**Artigo 17** - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, permitida a reeleição. Expirado o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo 1º** - No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - A remuneração dos Diretores será fixada pelo Conselho de Administração a partir do montante global definido em Assembleia Geral, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

**Artigo 18** - A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, emitir e endossar cheques, abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias que dependem de aprovação do Conselho de Administração e a competência específica do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e do Diretor de Relação com Investidores, conforme estabelecido nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo 1º** - Ao Diretor Presidente compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria;
- (ii) dirigir e supervisionar as políticas de estratégia organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e
- (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

**Parágrafo 2º** - Ao Diretor Financeiro compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) a gestão financeira e do sistema de custos da Companhia;
- (ii) a elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (iii) o controle das obrigações tributárias e fiscais;
- (iv) o planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de projetos e investimentos, análise do ambiente macroeconômico e projeções de longo prazo;
- (v) a condução da auditoria interna e a supervisão e envio de informações à auditoria externa; e
- (vi) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais.

**Parágrafo 3º** - Ao Diretor de Relações com Investidores compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e
- (ii) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

**Parágrafo 4º** - Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

**Artigo 19** - Sem prejuízo do disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, inciso (xxiv), a Companhia somente será representada, (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador; (iii) pela assinatura isolada de um Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração para assinatura de determinados documentos, nos termos de ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada no livro próprio; (iv) pela assinatura isolada de um procurador; e (v) pela assinatura conjunta de dois ou mais procuradores.

**Parágrafo Único** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

## **Seção V - Conselho Fiscal**

**Artigo 20** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição (“Conselheiros Fiscais”). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

**Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 21** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo Único** - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros Fiscais presentes.

## **Capítulo V - Exercício Social, do Balanço e dos Lucros**

**Artigo 22** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 23** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia exigidas por lei, com observância dos preceitos legais pertinentes.

**Artigo 24** - Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, (i) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

**Artigo 25** - Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de deliberação de seu pagamento, prescrevendo o direito ao seu recebimento por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início de pagamento de cada dividendo ou juros.

**Artigo 26** – As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

## **Capítulo VI - Liquidação e Dissolução da Companhia**

**Artigo 27** - A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

## **Capítulo VII – Alienação de Controle**

**Artigo 28** – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## **Capítulo VIII – Disposições Gerais**

**Artigo 29** - O valor de reembolso das ações, nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor de patrimônio das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

**Artigo 30** - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas, sempre que assim solicitado, acesso a eventuais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, acordos de acionistas dos quais a Companhia venha a ser signatária, bem como eventuais programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 31** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 32** - A Companhia deverá observar qualquer acordo de acionistas eventualmente arquivado em sua sede (“Acordo de Acionistas”), devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou operações de ações a qualquer título, e o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão abster-se de computar votos contrários aos termos dos Acordos de Acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, conforme o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

## **Capítulo IX – Arbitragem**

**Artigo 33** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\*\*\*\*\*



## PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 01/02/2021

### Dados do Documento

Tipo de Documento Ata de Assembléia  
Referência Ata de AGE Aprovação da Oferta  
Situação Vigente / Ativo  
Data da Criação 01/02/2021  
Validade 01/02/2021 até Indeterminado  
Hash Code do Documento 33E9862C66709F7E14803D4312215261A4E3051DE3E4D8D57BC9D2E278167225

### Assinaturas / Aprovações

<b>Papel (parte)</b>	Acionistas	
<b>Relacionamento</b>	12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Mafra	
<b>Representante</b>		<b>CPF</b>
<b>Leonardo Almeida Byrro</b>		269.275.368-25
<b>Ação:</b>	Assinado em 01/02/2021 13:10:03 com o certificado ICP-Brasil Serial - 5888FBDC20542D66	<b>IP:</b> 177.190.200.210
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko	
<b>Localização</b>		
<b>Tipo de Acesso</b>	Normal	
<b>Representante</b>		<b>CPF</b>
<b>Joseane Correia</b>		948.219.689-91
<b>Ação:</b>	Assinado em 01/02/2021 12:54:33 com o certificado ICP-Brasil Serial - 42B9E644E2D603E3	<b>IP:</b> 200.247.161.195
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko	
<b>Localização</b>		
<b>Tipo de Acesso</b>	Normal	



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **FNEFU-KLQIX-6AX9G-0SP2U**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO GENOMA I, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA GENOMA I**  
CNPJ/ME nº 17.588.142/0001-14

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS**  
**REALIZADA 17 DE MARÇO DE 2021.**

**1 DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Realizada em 17 de março de 2021, às 16:00 horas, na sede da Oliveira Trust Servicer S.A., na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 07, sala 202, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, instituição administradora do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I (“**Administradora**” e “**Fundo**”, respectivamente).

**2 QUORUM:** Presentes à Assembleia cotistas titulares de 100% (cem por cento) das cotas de emissão do Fundo (“**Cotistas**”) e a instituição gestora do Fundo, a DNA Capital Consultoria Ltda. (“**Gestora**”), conforme lista de presença arquivada na sede da Administradora.

**3 CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 26, parágrafo 1º, da Instrução CVM 578/2016.

**4 COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sra. Roberta Tavares Bastos; e Secretário, Sr. Paulo Henrique Amaral Sá.

**5 ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a intenção do desinvestimento parcial, pelo Fundo, de ações ordinárias de emissão da sociedade CM Hospitalar S.A., com sede na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (“**Companhia**”), que atualmente são de titularidade do Fundo; (ii) aprovar os custos da Oferta da Companhia; e (iii) a autorização para que a Administradora e a Gestora do Fundo pratique todos os atos necessários para a formalização do desinvestimento parcial.

**6 DELIBERAÇÕES:** Os Cotistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovam:


(i) A intenção do desinvestimento parcial, pelo Fundo, até o limite de 8.062.195 ações ordinárias de emissão da Companhia, que atualmente são de titularidade do Fundo. O desinvestimento parcial será realizado por meio de uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta**”), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”). O preço por ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta, mediante procedimento de *bookbuilding*, não sendo necessário a aprovação do preço por ação por nova Assembleia de Cotistas;

(ii) Os custos no âmbito da Oferta de emissão da Companhia, nos termos da Instrução da CVM 400, conforme demonstrativo anexo (“**Anexo I**”), sendo certo que tais custos foram calculados considerando a média da faixa de preço por ação da Oferta;

(iii) a autorização para que a Administradora e a Gestora do Fundo pratique todos os atos necessários para a formalização do desinvestimento parcial, incluindo, mas não limitado, a transferência parcial de ações detidas pelo Fundo de forma escritural para ambiente de bolsa, atendo ao determinado na oferta, devendo ser utilizada a corretora do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., bem como, por conta e ordem do Fundo, firmar os contratos de colocação, empréstimo de ações, estabilização e eventual declaração de veracidade.

DS  
TNT

DS  
RTB

DS  


DS  
TA

DS  
PHAS

DS  
CC

Por fim, os Cotistas autorizaram a adoção, pela Administradora e pela Gestora, na qualidade de representante legal do Fundo, das medidas necessárias ao cumprimento das deliberações desta Assembleia Geral.

7 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, achada conforme e assinada pelos Cotistas do Fundo e pelo Administrador.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021.

DocuSigned by:  
*Roberta Tavares Bastos*  
D1ADA9FA3593401...  
**Roberta Tavares Bastos**  
- Presidente -

DocuSigned by:  
*Paulo Henrique Amaral Sá*  
B0F5312549C447F...  
**Paulo Henrique Amaral Sá**  
- Secretário -

DS  
*PH*

DS  
*[Signature]*

DS  
*ta*

DS  
*cc*

**ANEXO I DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA GENOMA I, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021.**

**CUSTOS DA OFERTA DA CM HOSPITALAR S.A.**

<b>Ofertante</b>	<b>Custo</b>
Companhia	R\$40.164.467,52
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	R\$18.829.550,60
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma I	R\$8.163.028,25
Consolação Goulart Terra	R\$44.286.750,84
Carlos Alberto Mafra Terra	R\$17.560.328,67
<b>Total</b>	<b>R\$129.004.125,89</b>

DS  
TNH

DS  
RTB

DS  


DS  
TA

DS  
PHAS

DS  
CC

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA GENOMA I, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021.**

NOME DO COTISTA	CNPJ/ME	ASSINATURA
CSHG 1122C FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CREDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	28.364.587/0001-37	DocuSigned by: <i>Claudete Correa</i> 944F95CA8E474EA...
CSHG 1122P FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CREDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	28.036.828/0001-19	DocuSigned by: <i>Claudete Correa</i> 944F95CA8E474EA...
CSHG 3921 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	15.693.787/0001-91	DocuSigned by: <i>Claudete Correa</i> 944F95CA8E474EA...

DocuSigned by:

*Paulo Henrique Amaral Sá*

B0F5312549C447F...

DocuSigned by:

*Thiago Ferreira Lucar*

E665752AFEAE4BE...

**OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A.**

- ADMINISTRADORA -

DocuSigned by:

*Thayan Nascimento Hartmann*

FE91B9F65128486...

DocuSigned by:

*ADL*

32A5F8DB3D75418...

**DNA CAPITAL CONSULTORIA LTDA.**

-GESTORA-



---

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE  
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CM HOSPITALAR S.A.**  
CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57  
NIRE 35.300.486.854

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM [.] DE [.] DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia [.] de [.] de 2021, às [.] horas, por conferência telefônica, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia e publicação de anúncios, nos termos do parágrafo único do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

3. **MESA:** [.] presidente; [.] secretário.

4. **ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: **(i)** a fixação do preço de emissão por unidade de ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior (“Oferta”); **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia em decorrência da Oferta, dentro do limite de seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a verificação do número de Ações subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, bem como a homologação do aumento do capital social da Companhia; e **(iv)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à conclusão da Oferta, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Oferta e à sua implementação.

5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, o quanto segue:

(i) Aprovar o preço de R\$ [.] ([.]) por Ação no âmbito da Oferta (“Preço por Ação”), o qual foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de fixação do Preço por Ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações subscritas e/ou adquiridas reflete o resultado das ordens de investimento apresentadas no contexto da Oferta.

(ii) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ [.] ([.]), sendo que (a) R\$ [.] ([.]) será destinado para a conta de reserva de capital, e (b)

R\$ [●] ([●]) destinado exclusivamente à conta de capital social, a qual passará de R\$ [●] ([●]) para R\$ [●] ([●]), mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de [●] ([●]) Ações, passando o capital social da Companhia de [●] ([●]) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Artigo 5º, Parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia.

As novas Ações emitidas no âmbito da Oferta conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta.

(iii) Aprovar: (a) a verificação da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta, correspondentes à totalidade das Ações emitidas em razão do aumento de capital realizado no âmbito da Oferta, dentro do limite do capital autorizado; e, conseqüentemente, (b) a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R\$ [●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta. Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia em consonância com as deliberações tomadas nos itens anteriores, no âmbito da Oferta.

**6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Ribeirão Preto, [●] de [●] de 2021.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

(Página de assinaturas da Reunião do Conselho de Administração da CM Hospitalar S.A. realizada em [•] de [•] de 2021)

**Mesa:**

---

[•]

Presidente

---

[•]

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

**CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.420.164/0001-57 ("Companhia"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

- (a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionistas Vendedores") e pelos Coordenadores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar") e, quando em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e do Prospecto Definitivo;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativas à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (e) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas nos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;
- (f) foram disponibilizados pela Companhia todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;
- (g) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da

elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor.

Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.

#### **CM HOSPITALAR S.A.**

---

**Nome:** Leonardo Almeida Byrro  
Cargo: Diretor Presidente e de Relações  
com Investidores

---

**Nome:** Guilherme Fonseca Goulart  
Cargo: Diretor Financeiro

# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

## Dados do Documento

Tipo de Documento      Declaração de Parceria  
Referência                Declaração Art. 56 - CM Hospitalar  
Situação                  Vigente / Ativo  
Data da Criação         16/03/2021  
Validade                 16/03/2021 até Indeterminado  
Hash Code do Documento    C3374C60BFF31D7974DBA7D68BB8B086BE4C1A6EA4868A0707E26CC10E667F9A

## Assinaturas / Aprovações

**Papel (parte)**      Representantes

**Relacionamento**    12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Mafra

### Representante

**Leonardo Almeida Byrro**

CPF

269.275.368-25

**Ação:**                Assinado em 16/03/2021 11:13:00 com o certificado ICP-Brasil Serial - 5888FBDC20542D66    **IP:**      177.128.150.78

**Info.Navegador**    Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso**    Normal

### Representante

**Guilherme Fonseca Goulart**

CPF

279.285.928-86

**Ação:**                Assinado em 16/03/2021 09:53:34 com o certificado ICP-Brasil Serial - 337D7545F0C33708    **IP:**      177.190.200.210

**Info.Navegador**    Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; Touch; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso**    Normal



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **OYL6J-IBSDG-AILEY-SIODT**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código OYL6J-IBSDG-AILEY-SIODT

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA  
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

**GENOMA VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações constituído de acordo com a Instrução CVM 391, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 34.964.232/0001-81, representado por sua gestora DNA Capital Consultoria Ltda, sociedade limitada, com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, 72, 20º andar, cj. 201, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-011, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.966.381/0001-23 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da **CM HOSPITALAR S.A.** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar" e, quando em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e do Prospecto Definitivo;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e ao Acionista Vendedor, os documentos e as informações adicionais relativas à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;
- (e) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo

Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas nos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;

- (f) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (g) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e



Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor.

Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.

**GENOMA VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**  
Por DNA Capital Consultoria Ltda

---

Nome: Thayan Nascimento Hartmann  
Cargo: Diretor

---

Nome: Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Cargo: Diretor

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps://validardocumentoscontent.aspx> através do código 56GV8-ZDQBR-ZCBLF-S07NN

# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

## Dados do Documento

Tipo de Documento	Declaração de Parceria
Referência	Declaração Art. 56 - Genoma VI
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	16/03/2021
Validade	16/03/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento	71F250FBD74EE64D83CE7395AB91584921BA70D4B76E8362EE6CECC4911C466B

## Assinaturas / Aprovações

**Papel (parte)** Representantes

**Relacionamento** 12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Viveo

### Representante

**Luiz Felipe Duarte Martins Costa** CPF 220.001.658-18

**Ação:** Assinado em 16/03/2021 15:07:18 com o certificado ICP-Brasil Serial - 68B878EEE85401C7 **IP:** 177.33.40.141

**Info.Navegador** Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso** Normal

### Representante

**Thayan Nascimento Hartmann** CPF 072.009.506-96

**Ação:** Assinado em 16/03/2021 11:36:56 com o certificado ICP-Brasil Serial - 523DD542939D5FB7 **IP:** 177.124.77.124

**Info.Navegador** Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; Touch; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso** Normal



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **56GV8-ZDQBR-ZCBLF-SO7NN**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código 56GV8-ZDQBR-ZCBLF-SO7NN

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES GENOMA I**, fundo de investimento em participações constituído de acordo com a Instrução CVM 391, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/ME") sob o n.º 17.588.142/0001-14, representado por sua gestora DNA Capital Consultoria Ltda, sociedade limitada, com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, 72, 20º andar, cj. 201, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-011, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.966.381/0001-23 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da **CM HOSPITALAR S.A.** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar" e, quando em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e do Prospecto Definitivo;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e ao Acionista Vendedor, os documentos e as informações adicionais relativas à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;
- (e) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de

determinadas informações contábeis e financeiras incluídas nos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;

- (f) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (g) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição

de Valores Mobiliários atualmente em vigor.

Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES GENOMA I**  
Por DNA Capital Consultoria Ltda

---

Nome: Thayan Nascimento Hartmann  
Cargo: Diretor

---

Nome: Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Cargo: Diretor

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps://validardocumentoscontent.aspx>  
através do código S1XB4-OKOR1-JUJIB-EZSVF

# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

## Dados do Documento

Tipo de Documento      Declaração de Parceria  
Referência              Declaração Art. 56 - Genoma I  
Situação                Vigente / Ativo  
Data da Criação        16/03/2021  
Validade                16/03/2021 até Indeterminado  
Hash Code do Documento    33B5A40DA4BC3080EC546E07AF2FB6AAF5EEC04F2B3CC115EB53A740D1F60E2B

## Assinaturas / Aprovações

**Papel (parte)**      Representantes

**Relacionamento**    12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Viveo

### Representante

**Luiz Felipe Duarte Martins Costa**

CPF

220.001.658-18

**Ação:**              Assinado em 16/03/2021 15:07:21 com o certificado ICP-Brasil Serial - 68B878EEE85401C7      **IP:**      177.33.40.141

**Info.Navegador**    Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso**    Normal

### Representante

**Thayan Nascimento Hartmann**

CPF

072.009.506-96

**Ação:**              Assinado em 16/03/2021 11:35:52 com o certificado ICP-Brasil Serial - 523DD542939D5FB7      **IP:**      177.124.77.124

**Info.Navegador**    Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; Touch; rv:11.0) like Gecko

### Localização

**Tipo de Acesso**    Normal



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **S1XB4-OKOR1-JUJIB-EZSVF**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código S1XB4-OKOR1-JUJIB-EZSVF

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

**CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade RG n.º 14.211.034-6, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/ME") sob o n.º 055.818.678-52, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Arlindo Rivoiro, 160 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da **CM HOSPITALAR S.A.** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar" e, quando em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e do Prospecto Definitivo;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e ao Acionista Vendedor, os documentos e as informações adicionais relativas à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;
- (e) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas nos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;
- (f) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (g) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor.

Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.

**CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA**

---



# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

## Dados do Documento

Tipo de Documento	Declaração de Parceria
Referência	Declaração Art. 56
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	16/03/2021
Validade	16/03/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento	F6CE22631604E42F1DB1AAFD74F9A78FFE16330B9648B07695B72F07B268D7C6

## Assinaturas / Aprovações

<b>Papel (parte)</b>	Acionistas		
<b>Relacionamento</b>	12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Mafra		
<b>Representante</b>		<b>CPF</b>	
<b>Carlos Alberto Mafra Terra</b>			055.818.678-52
<b>Ação:</b>	Assinado em 16/03/2021 10:37:19 com o certificado ICP-Brasil Serial - 39ED1C4D3DE9D15A	<b>IP:</b>	152.250.139.34
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko		
<b>Localização</b>			
<b>Tipo de Acesso</b>	Normal		



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **DTAIH-FJPNB-MVHAY-N5PKN**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

**CONSOLAÇÃO GOULART TERRA**, brasileira, divorciada, empresária portadora do documento de identidade RG n.º 29.321.800-6, inscrita no CPF/ME sob o n.º 122.470.508-40, residente e domiciliada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 328, s/ número, km 310, casa 20, Condomínio Country Village, CEP 14.110-970 ("Acionista Vendedor"), vem, na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da **CM HOSPITALAR S.A.** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (a) assessores legais foram constituídos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para tanto, foi efetuada diligência legal na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos considerados materialmente relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar" e, quando em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e do Prospecto Definitivo;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia e ao Acionista Vendedor, os documentos e as informações adicionais relativas à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;
- (e) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas nos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;
- (f) foram disponibilizados pelo Acionista Vendedor todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (g) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas pela ocasião do registro e fornecidas mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar, na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor.

Ribeirão Preto, 16 de março de 2021.

**CONSOLAÇÃO GOULART TERRA**

---

## PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

### Dados do Documento

Tipo de Documento	Declaração de Parceria
Referência	Declaração Art. 56 - Consolacao
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	16/03/2021
Validade	16/03/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento	11A161251BC99CFEA19E87DF14D2DE545FE0819BDA0279538A7CF10FDF29A10F

### Assinaturas / Aprovações

<b>Papel (parte)</b>	Acionistas	
<b>Relacionamento</b>	12.420.164/0001-57 - CM Hospitalar - Grupo Viveo	
<b>Representante</b>		CPF
<b>Consolação Goulart Mafra Terra</b>		122.470.508-40
<b>Ação:</b>	Assinado em 16/03/2021 12:16:01 com o certificado ICP-Brasil Serial - 4F7C55327C461877	<b>IP:</b> 2804:431:c7c3:a5b:3099:128a:6c42:573c
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko	
<b>Localização</b>		
<b>Tipo de Acesso</b>	Normal	



**As assinaturas contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) QualiSign ou outra ACT vinculada à ICP-Brasil**

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **QTLGR-HIMZC-OXDRT-URHJJ**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

---

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO  
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# J.P.Morgan

## DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

**Banco J.P. Morgan S.A.**, instituição financeira com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-905, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/ME") sob o nº 33.172.537/0001-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores ("Acionistas Vendedores") identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Preliminar"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America") e do Banco Safra S.A. ("Safra") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA, o BTG Pactual, o Bradesco BBI e o Bank of America, ("Coordenadores da Oferta"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em janeiro de 2021 ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CM Hospitalar S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;





- (D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos



investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo informações relacionadas às atividades da Companhia e à situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes, incluindo os riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta.

São Paulo, 16 de março de 2021.

**BANCO J.P. MORGAN S.A.**



Nome: Jorge C Santos  
Cargo:

Jorge Santos  
Diretor Estatutário



Nome:  
Cargo: Marcelo S. Barbosa  
CPF 134.426.968-01

Marcelo Barbosa  
Diretor Estatutário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AUDITADAS DA  
COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CM HOSPITALAR S.A.**  
**Demonstrações Financeiras**  
**Individuais e Consolidadas referente**  
**ao exercício de 31 de dezembro de**  
**2020 e Relatório da Administração.**

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

### ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, o Grupo Mafra continuou com seu plano estratégico focado na simplificação, inovação e rentabilidade, porém, neste ano, o Grupo precisou se reinventar de diversas formas, devido à crise causada pelo Covid-19. Rapidamente nos adaptamos à nova realidade e, mesmo nesse cenário adverso, continuamos crescendo, tanto organicamente, quanto através de cinco novas aquisições que fizemos ao longo do ano.

Desde o início da crise do Covid-19, o Grupo Mafra se dedicou totalmente a apoiar a área da saúde no combate a essa doença. Continuamos honrando nosso compromisso de abastecimento das instituições de saúde, ampliamos o número de compras de produtos de distribuição, como máscaras, luvas, aventais, álcool gel e intensificamos a fabricação de frascos de nutrição, equipos, sondas, cateteres, compressas, algodão, campo operatório, entre outros.

Durante essa crise, a Cremer, empresa fabricante de materiais hospitalares do Grupo, completou 85 anos no mercado e manteve 100% das suas operações, a fim de atender a alta demanda da sociedade em função do Coronavírus.

Nossas unidades fabris e centros de distribuição, desde o início da pandemia, trabalharam em período integral e receberam novos investimentos para garantir a capacidade máxima de produção e distribuição.

Trabalhamos todo esse período com a proteção adequada aos nossos mais de 3.500 colaboradores, reforçando o nosso propósito, que é cuidar de cada vida. Como prioridade, trabalhamos incansavelmente em preservar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, adotando práticas severas de higiene e prevenção, em conformidade com as normas da OMS.

Neste ano tivemos forte impacto nos custos devido ao aumento do dólar e conseqüentemente no custo de importação, visto que 85% das máscaras e luvas hospitalares usadas no Brasil são importadas da Ásia. Por outro lado, nos reinventamos para apoiar este cenário e investimos, em tempo recorde, na inauguração da produção local de máscaras e álcool gel.

Também em 2020 realizamos um investimento de R\$ 5 milhões na Health Log, empresa de operação logística e serviços do Grupo, para intensificar o transporte e entrega aos hospitais, laboratórios, clínicas e empresas de home care.

Em meio a toda essa mudança no cenário global, realizamos a compra das empresas Byogene, Biogenetix, Vitalab, Expressa e Flexicotton, que serão essenciais para continuarmos crescendo e simplificando o mercado da saúde.

Neste ano atípico, trabalhamos empenhados no esforço coletivo para abastecer o mercado da saúde do Brasil com todo o material e medicamento necessário, reforçando ainda mais que vidas são nossa prioridade.

Como resultado de todas essas ações, crescemos 47% em Receita Líquida YOY, totalizando R\$ 4,4 bilhões em 2020, com um EBITDA de R\$ 279 MM (+139% YOY), conforme tabela abaixo.

<b>R\$ mil</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	<b>2020 x 2019</b>
Lucro Líquido	121.766	35.747	240,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	67.819	(53.104)	-227,7%
Resultado Financeiro Líquido	7.436	79.259	-90,6%
Depreciação e amortização	82.265	55.021	49,5%
<b>EBITDA</b>	<b>279.286</b>	<b>116.923</b>	<b>138,9%</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>47,0%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>6,33%</b>	<b>3,89%</b>	<b>2,43pp</b>

Continuamos com uma forte e consistente geração de caixa em 2020 de R\$ 106 MM. Para 2021, daremos seguimento ao nosso plano estratégico de crescimento com rentabilidade e geração de caixa, com foco em (i) antecipação de tendências e seus impactos no nosso negócio (ii) aceleração da nossa agenda de digitalização e criação de novos serviços para o mercado da saúde (iii) foco no nosso cliente, oferecendo novas soluções que atendam às suas necessidades (iv) investimento em nossa malha logística para melhorar cada vez mais nosso nível de serviço.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou qualquer outro serviço que não seja a auditoria externa, junto ao auditor independente KPMG Auditores Independentes, que possam comprometer sua independência. A Companhia adota como princípio o fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.





KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas, conselheiros e diretores da  
CM Hospitalar S.A.**

*Ribeirão Preto - SP*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CM Hospitalar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CM Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Combinação de negócios

Veja as notas explicativas 4.2, e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia adquiriu participações acionárias em 2020, que resultaram no controle de múltiplas entidades, conforme descrito na nota explicativa nº 4.2, e que resultaram na aplicação do método de aquisição para a contabilização inicial de tais entidades. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Esses procedimentos normalmente envolvem um elevado grau de julgamento para a determinação da metodologia de cálculo de valor justo para diferentes tipos de ativos, e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram aquisição do controle e a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, conforme cálculo realizado por especialistas externos contratados pela Companhia.</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.</p> <p>Adicionalmente, realizamos a avaliação da adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros das combinações de negócios efetuada pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o reconhecimento, mensuração e divulgação da combinação de negócio no contexto das demonstrações individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.</p>

### Valor recuperável dos Ágios (*Goodwill*)

Veja as notas explicativas 3.3.1(f), 4.2, 4.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### Principal assunto de auditoria

A Companhia possui montantes significativos de Ágio em decorrência de aquisições realizadas durante o exercício e em momentos anteriores, os quais possuem vida útil indefinida e estão sujeitos ao teste do valor recuperável anual. A avaliação do valor recuperável dos Ágios (*Goodwill*) envolve incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas utilizadas para apurar os fluxos caixa futuros e seu desconto a valor presente, o qual é base para a avaliação do valor recuperável, principalmente no que diz respeito às premissas como, crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto.

Devido à relevância do valor dos Ágios (*Goodwill*), ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, e dos possíveis impactos que poderiam afetar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos estudos que suportam as análises de recuperabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto. Comparamos as premissas da Companhia com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e taxas de desconto, e realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.

Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor dos ativos para fins de avaliação da recuperação. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Passivos tributários, trabalhistas e passivos contingentes

Veja as notas explicativas 3.3.1(a) 4.11, 18, 19 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### Principal assunto de auditoria

Com o apoio dos seus assessores legais, a Companhia realiza a avaliação de potenciais passivos trabalhistas, tributários e passivos contingentes, decorrentes do curso de suas operações.

Para determinação dos potenciais passivos, assim como a mensuração dos impactos contábeis, os temas são avaliados considerando premissas e julgamentos dos assessores legais, a natureza e a complexidade dos assuntos, interpretações da legislação aplicável.

Devido ao uso de julgamentos significativos na avaliação dos temas relacionados a passivos

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco dos passivos tributários incluindo a mensuração dos potenciais impactos a serem registrados nas demonstrações financeiras. Obtivemos também as avaliações realizadas pelos assessores jurídicos da Companhia através de cartas de confirmação, assim como através de pareceres e opiniões legais, quando aplicável, para os passivos tributários, trabalhistas e demais passivos contingentes.

tributários, trabalhistas e passivos contingentes, utilizadas pela Companhia, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades, podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes.

Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 2 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	569.121	111.042	937.334	273.685
Aplicações financeiras	7	97.500	5.044	97.500	5.044
Contas a receber de clientes	8	525.137	424.481	978.549	515.383
Estoques	9	332.006	253.837	715.925	378.900
Tributos a recuperar	10	22.962	17.321	80.380	42.052
Direito de reembolso	21	1.998	27.829	1.998	27.829
Dividendos a receber	21	27.944	21.080	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	-	-	11.737	723
Outros ativos	11	8.646	3.758	46.423	29.716
Transação com partes relacionadas	21	134.250	-	449	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.719.564</b>	<b>864.392</b>	<b>2.870.295</b>	<b>1.273.332</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	8	867	1.212	9.155	1.222
Tributos a recuperar	10	395	203	152.433	4.357
Depósitos judiciais	22.d	5	60	280.589	5.309
Ativo fiscal diferido	20.a	-	-	38.927	37.734
Direito de reembolso	21	1.093	15.879	1.093	15.879
Outros ativos	11	84	3.508	891	3.508
Investimentos	12	1.182.408	600.335	4.397	-
Imobilizado	13	36.063	35.460	223.035	131.584
Intangível	14	13.525	5.255	880.391	498.198
Direito de uso de ativo	15.a	49.468	45.834	134.013	119.820
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.283.908</b>	<b>707.746</b>	<b>1.724.924</b>	<b>817.611</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.003.472</b>	<b>1.572.138</b>	<b>4.595.219</b>	<b>2.090.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	576.193	399.145	955.882	477.951
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	16.1	17.265	-	64.763	9.891
Empréstimos e financiamentos	17.a	219.947	3.422	599.285	84.055
Debêntures	17.b	135.175	68.806	135.175	140.534
Salários e obrigações sociais a pagar	18	43.963	51.473	77.494	72.054
Tributos a recolher	19	33.458	40.265	60.327	48.059
Tributos a recolher parcelados		207	-	2.873	-
Adiantamentos de clientes		3.015	729	14.925	729
Dividendos a pagar	21	37.753	8.856	49.081	8.856
Passivo de arrendamento	15.b	13.993	4.529	50.785	29.342
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	2.513	-	2.551	-
Outros passivos		7.764	4.124	51.459	15.023
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.091.246</b>	<b>581.349</b>	<b>2.064.600</b>	<b>886.494</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17.a	20.083	21.889	164.362	159.774
Debêntures	17.b	247.011	310.133	247.011	310.133
Obrigações por aquisição de investimento	4.2.5	362.231	179.818	362.231	179.818
Tributos a recolher	19	-	1.148	405	2.389
Tributos a recolher parcelados		874	-	12.702	-
Tributos diferidos	20.a	29.271	41.875	29.271	41.875
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	8.325	9.333	336.290	28.149
Passivo de arrendamento	15.b	41.258	44.439	101.125	99.799
Outros passivos	10	2.145	301	76.194	659
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>711.198</b>	<b>608.936</b>	<b>1.329.591</b>	<b>822.596</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	23	979.957	253.629	979.957	253.629
Reserva de capital		(30.963)	(30.963)	(30.963)	(30.963)
Reserva de lucros		252.034	159.187	252.034	159.187
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.201.028</b>	<b>381.853</b>	<b>1.201.028</b>	<b>381.853</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.003.472</b>	<b>1.572.138</b>	<b>4.595.219</b>	<b>2.090.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita	25	2.681.129	2.331.274	4.413.421	3.003.198
Custos das mercadorias e produtos vendidos	26	<u>(2.397.022)</u>	<u>(2.073.408)</u>	<u>(3.774.950)</u>	<u>(2.533.751)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>284.107</u></b>	<b><u>257.866</u></b>	<b><u>638.471</u></b>	<b><u>469.447</u></b>
Despesas com vendas	26	(59.991)	(55.839)	(162.338)	(137.567)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.1.d	(2.124)	(1.905)	(2.216)	(1.982)
Despesas gerais e administrativas	26	<u>(165.061)</u>	<u>(133.444)</u>	<u>(258.004)</u>	<u>(177.451)</u>
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	12	106.260	32.294	(251)	-
Outras receitas	27	7.363	18.596	96.905	27.914
Outras despesas	27	<u>(24.904)</u>	<u>(85.766)</u>	<u>(115.546)</u>	<u>(118.459)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>145.650</u></b>	<b><u>31.802</u></b>	<b><u>197.021</u></b>	<b><u>61.902</u></b>
Receitas financeiras	28	14.200	8.452	344.009	42.146
Despesas financeiras	28	<u>(40.213)</u>	<u>(56.991)</u>	<u>(351.445)</u>	<u>(121.405)</u>
		<b><u>(26.013)</u></b>	<b><u>(48.539)</u></b>	<b><u>(7.436)</u></b>	<b><u>(79.259)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>119.637</u></b>	<b><u>(16.737)</u></b>	<b><u>189.585</u></b>	<b><u>(17.357)</u></b>
Imposto de renda e de contribuição social correntes	20	(10.475)	(7.696)	(38.845)	(25.565)
Imposto de renda e de contribuição social diferidos	20	<u>12.604</u>	<u>60.180</u>	<u>(28.974)</u>	<u>78.669</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>121.766</u></b>	<b><u>35.747</u></b>	<b><u>121.766</u></b>	<b><u>35.747</u></b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores				121.766	35.747
Acionistas não controladores				-	-
				<b><u>121.766</u></b>	<b><u>35.747</u></b>
<b>Resultado por ação:</b>					
Resultado por ação – básico (em R\$)	24			<b>0,54</b>	0,23
Resultado por ação – diluído (em R\$)	24			<b>0,54</b>	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**  
 Demonstrações dos resultados abrangentes  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	121.766	35.747	121.766	35.747
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>121.766</u></b>	<b><u>35.747</u></b>	<b><u>121.766</u></b>	<b><u>35.747</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado						
	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>253.629</b>	<b>11.700</b>	<b>120.230</b>	<b>(30.963)</b>	-	<b>354.596</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	35.747	35.747
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal		-	1.787	-	-	(1.787)	-
Dividendos		-	-	-	-	(8.490)	(8.490)
Reserva de retenção de lucros		-	-	25.470	-	(25.470)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>253.629</b>	<b>13.487</b>	<b>145.700</b>	<b>(30.963)</b>	-	<b>381.853</b>
Aumento de capital	23.a	726.328	-	-	-	-	726.328
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	121.766	121.766
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal	23.b	-	6.088	-	-	(6.088)	-
Dividendos	23.c	-	-	-	-	(28.919)	(28.919)
Reserva de retenção de lucros		-	-	86.759	-	(86.759)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>979.957</b>	<b>19.575</b>	<b>232.459</b>	<b>(30.963)</b>	-	<b>1.201.028</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do ano</b>		<b>121.766</b>	<b>35.747</b>	<b>121.766</b>	<b>35.747</b>
Ajustes para:					
Imposto de renda		(2.129)	(52.484)	67.819	(53.104)
Depreciações e amortizações	26	12.763	17.132	82.265	55.021
Resultado na alienação de imobilizado e intangível		(1.730)	3.334	4.404	8.043
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	26	2.124	1.904	2.216	5.126
Juros sobre contas a pagar por compra de empresas	4.2.5	6.518	9.695	6.518	9.695
Juros, variações e cambiais, líquidos	28	32.269	35.719	88.262	59.011
Juros sobre passivos de arrendamento	28	4.043	4.052	9.852	10.331
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões	27	14.491	59.070	14.491	59.070
Provisão para contingências	27	1.240	(538)	8.414	6.491
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	(5)	961	(29.340)	449
Participação nos (lucros) prejuízos de controlada	12	(106.260)	(32.294)	251	-
Ganho de processos fiscais	10	-	-	(146.992)	-
Obrigações contratuais	10	-	-	73.891	-
Provisão para perdas de estoques		4.000	221	5.494	208
		<b>89.090</b>	<b>82.519</b>	<b>309.311</b>	<b>196.088</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber		(102.435)	(47.223)	(159.131)	(60.790)
Estoques		(82.169)	7.043	(136.409)	(2.253)
Impostos a recuperar		(5.833)	(10.935)	(9.208)	(2.326)
Depósitos judiciais		55	-	(420)	-
Imóveis mantidos para venda		-	-	-	57.835
Outros ativos		1.465	(693)	56.382	(20.200)
Fornecedores		187.463	49.432	185.860	50.407
Obrigações sociais e trabalhistas		1.032	5.273	(14.024)	7.619
Obrigações tributárias		(170)	3.217	(13.090)	6.332
Adiantamentos de clientes		2.286	258	14.196	(24.742)
Outros passivos		(1.261)	1.478	10.526	9.245
		<b>89.523</b>	<b>90.369</b>	<b>243.993</b>	<b>217.215</b>
<b>Caixa gerado (usado) nas operações</b>					
Juros pagos empréstimos e debêntures	17	(19.652)	(7.484)	(51.098)	(29.034)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(357)	(7.696)	(7.284)	(25.565)
		<b>69.514</b>	<b>75.189</b>	<b>185.611</b>	<b>162.616</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de investimentos, líquido de caixa	4.2.5	(322.254)	-	(263.888)	-
Aquisição de imobilizado	13	(6.439)	(4.467)	(49.358)	(20.530)
Aquisição de intangível	14	(11.044)	(3.075)	(4.026)	(5.523)
Recebimento pela venda de imobilizado		1.977	-	3.324	-
Dividendos recebidos	21	21.080	-	-	-
Dividendos pagos		(22)	-	-	-
Aplicação financeira		(92.456)	10.384	(92.456)	7.364
Resgates (aplicações) financeiras restritas		-	-	(2)	-
		<b>(409.158)</b>	<b>2.842</b>	<b>(406.406)</b>	<b>(18.689)</b>
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Emissão de ações	23	725.833	-	725.833	-
Captação de empréstimos e financiamentos	17	214.825	17.000	505.844	91.632
Captação de debêntures	17	65.000	-	65.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(3.890)	(32.059)	(261.988)	(115.476)
Pagamento de debêntures	17	(64.000)	(41.783)	(120.000)	(113.783)
Pagamento de passivos de arrendamento	15	(5.795)	(5.041)	(29.796)	(24.433)
Mutuo concedido para controladas/investidas	21	(134.250)	-	(449)	-
		<b>797.723</b>	<b>(61.883)</b>	<b>884.444</b>	<b>(162.060)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>					
<b>Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>458.079</b>	<b>16.148</b>	<b>663.649</b>	<b>(18.133)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		111.042	94.894	273.685	291.818
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		569.121	111.042	937.334	273.685
<b>Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>458.079</b>	<b>16.148</b>	<b>663.649</b>	<b>(18.133)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receitas</b>		<b>3.138.296</b>	<b>2.747.136</b>	<b>5.186.895</b>	<b>3.581.473</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		3.139.430	2.748.943	5.187.165	3.583.364
Outras receitas		990	98	1.946	91
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(2.124)	(1.905)	(2.216)	(1.982)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(2.729.767)</b>	<b>(2.383.365)</b>	<b>(4.285.806)</b>	<b>(2.926.612)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(2.611.657)	(2.245.751)	(3.970.628)	(2.871.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.110)	(137.614)	(315.178)	(55.609)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>408.529</b>	<b>363.771</b>	<b>901.089</b>	<b>654.861</b>
Depreciação e amortização	26	(12.763)	(17.132)	(82.265)	(55.021)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>395.766</b>	<b>346.635</b>	<b>818.824</b>	<b>599.840</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>120.462</b>	<b>40.747</b>	<b>343.812</b>	<b>42.146</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	106.260	32.294	(251)	-
Receitas financeiras	28	14.202	8.452	344.063	42.146
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>516.228</b>	<b>387.381</b>	<b>1.162.636</b>	<b>641.986</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>516.228</b>	<b>387.381</b>	<b>1.162.636</b>	<b>641.986</b>
<b>Pessoal</b>		<b>88.560</b>	<b>81.925</b>	<b>197.626</b>	<b>161.608</b>
Remuneração direta		62.954	60.804	140.295	121.640
Benefícios		20.004	15.597	44.963	29.458
F.G.T.S		5.602	5.524	12.368	10.510
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>262.214</b>	<b>210.716</b>	<b>486.063</b>	<b>317.856</b>
Federais		17.153	(34.182)	113.659	18.331
Estaduais		242.262	244.023	366.471	297.048
Municipais		2.799	875	5.933	2.477
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>43.688</b>	<b>58.993</b>	<b>357.181</b>	<b>126.775</b>
Juros		39.003	56.008	343.778	117.910
Aluguéis	26	3.647	1.926	10.350	5.731
Outras		1.032	1.059	3.053	3.134
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>121.766</b>	<b>35.747</b>	<b>121.766</b>	<b>35.747</b>
Dividendos		28.919	8.490	28.919	8.490
Lucros retidos		92.847	27.257	92.847	27.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1. Contexto operacional**

A CM Hospitalar S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), constituída em 16 de agosto de 2010 como CM Hospitalar Ltda., transformada em sociedade por ações de capital fechado em 7 de dezembro de 2015, tem sua sede social no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e filiais localizadas nas cidades de Londrina (Paraná), Catalão (Goiás), Marília (São Paulo), Cajamar (São Paulo), Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo), Brasília (Distrito Federal), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Recife (Pernambuco). As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”, “Consolidado” ou “Grupo Mafra”).

O Grupo atua preponderantemente na exportação, importação, produção, representação, armazenamento, distribuição e expedição de medicamentos, inclusive, de controle especial e comércio atacadista em geral, atuando principalmente no comércio de produtos para saúde, além da participação em outros investimentos. Atua em todo o Brasil com uma forte estrutura comercial e logística. O planejamento de médio e longo prazo do Grupo engloba a aquisição de empresas do segmento e um importante fortalecimento comercial em todo o Brasil, ampliando sua posição de distribuição de medicamentos e materiais hospitalares.

Em linha com o planejamento de médio e longo prazo, durante o exercício de 2020 foram adquiridas seis empresas, conforme demonstrado nas notas explicativas número 2 e 4.2.

#### **Corona Vírus (COVID-19)**

Desde o início da crise do Covid-19, o Grupo Mafra se dedicou totalmente a apoiar a área da saúde no combate a essa doença. Continuamos honrando nosso compromisso de abastecimento das instituições de saúde, ampliamos o número de compras de produtos de distribuição, como máscaras, luvas, aventais, álcool gel e intensificamos a fabricação de frascos de nutrição, equipamentos, sondas, cateteres, compressas, algodão, campo operatório, entre outros.

Durante essa crise, a controlada Cremer, empresa fabricante de materiais hospitalares do Grupo, completou 85 anos no mercado e manteve 100% das suas operações, a fim de atender a alta demanda da sociedade em função do Coronavírus.

Nossas unidades fabris e centros de distribuição, desde o início da pandemia, trabalharam em período integral e receberam novos investimentos para garantir a capacidade máxima de produção e distribuição.

Trabalhamos todo esse período com a proteção adequada aos nossos mais de 3.500 colaboradores, reforçando o nosso propósito, que é cuidar de cada vida. Como prioridade, trabalhamos incansavelmente em preservar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, adotando práticas severas de higiene e prevenção, em conformidade com as normas da OMS.

A crise causada pelo vírus provoca naturalmente muitas incertezas. O Grupo implementou diversas medidas para prevenir riscos relacionadas a pandemia e monitora constantemente potenciais riscos a ela associados.

#### *Impacto nas atividades do Grupo*

Como mencionado anteriormente mantivemos normalmente nossas atividades operacionais durante a crise. Não tivemos redução ou interrupção de fornecimento de insumos e matérias primas. Não tivemos redução de volumes vendidos e as margens operacionais de nossos segmentos não apresentam alterações relevantes. Alguns investimentos foram postergados, e o pagamento de determinados impostos, como facultado pelo Governo Federal, para reforçar a posição de caixa. A Administração entende que o atual nível de liquidez do Grupo é adequado em relação as demandas das atividades operacionais.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Principais fatores de risco relacionados a Pandemia

Os principais riscos que pandemia representa aos nossos negócios são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (*lockdown*) mais rigoroso; e o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado.

A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas subsidiárias seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à nossa continuidade.

## 2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem, além da Companhia:

Controlada	Principal atividade	% participação			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cremer S.A.	Fabricação de produtos hospitalares	100,00	-	100,00	-
Cremer Administradora de Bens Ltda.	Administradora de bens	-	100,00	-	100,00
Health Logística Hospitalar S.A.	Transporte de cargas médico hospitalares	100,00	-	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	99,99	-	99,99	-
Byogene Com. De Prod. Para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.	Distribuição de reagentes e materiais para laboratórios	100,00	-	-	-
Biogenetix Importação e Exportação Ltda.	Distribuição de reagentes e materiais para laboratórios	100,00	-	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	Distribuição de reagentes e materiais para laboratórios	100,00	-	-	-
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	Distribuição de medicamentos	100,00	-	-	-
Flexicotoon Ind. e Com. de Produtos de Higiene Pessoal S.A.	Fabricação de itens de higiene pessoal	100,00	-	-	-
Diagnóstica Serviços Ltda.	Comércio e prestação de serviços tecnológicos	100,00	-	-	-

Todas a controladas estão sediadas no Brasil.

Descrição das controladas:

### Cremer S.A. (“Cremer”)

A Cremer S.A. com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, atua como fornecedora de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. A Companhia conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e em Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco Centros de Distribuição em diferentes estados do Brasil.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **Cremer Administradora de Bens Ltda. (“CAB”)**

A Cremer Administradora de Bens Ltda com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, atua como administradora de bens próprios (Aluguel e Venda).

### **Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.**

A Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, atua no comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano e comércio varejista de produtos farmacêuticos.

### **Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”)**

Em 30 de abril de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda., com sede na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo. A Empresa atua no setor de distribuição de reagentes e material para laboratórios de medicina diagnóstica.

### **Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”)**

Em 30 de abril de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa Biogenetix Importação e Exportação Ltda., com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa atua no setor de distribuição de reagentes e material para laboratórios de medicina diagnóstica.

### **Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”)**

Em 30 de abril de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda., com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. A empresa atua no setor de distribuição de reagentes e material para laboratórios de medicina diagnóstica.

### **Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”)**

Em 1º de junho de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. A empresa adquirida atua no setor de distribuição de medicamentos para hospitais e clínicas.

### **Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. (“Flexicotton”)**

Em 2 de outubro de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. com sede na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina. A empresa adquirida atua no setor de fabricação de itens de higiene pessoal, incluindo algodão e hastes flexíveis para consumo.

### **Diagnóstica Serviços Ltda. (“Diagnóstica”)**

Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia adquiriu o controle da empresa, que tem sede na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo. A empresa adquirida atua em comércio e prestação de serviços tecnológicos, assistência técnica e assessoria científica de equipamentos para laboratório clínico e hospitalar e materiais para uso médico cirúrgico, odontológico e laboratorial em geral.

### **Health Logística Hospitalar Ltda. (“Health”)**

Fundada em 2 de abril de 2013, com sede na cidade de Ribeirão Preto, localizada no estado de São Paulo, a mesma está operando como transportadora de carga municipal, intermunicipal e interestadual em geral, principalmente com transporte de carga médica e hospitalar.



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **3. Base de preparação**

#### **3.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto instrumentos financeiros derivativos, que é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

#### **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### **(a) Operações e saldos em moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### **3.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. O Grupo revisa suas estimativas em uma base contínua. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **3.3.1 Incertezas sobre estimativas e premissas**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **(a) Nota explicativa 22 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **(b) Nota explicativa 20 – Ativo fiscal diferido**

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais e bases negativas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

#### **(c) Nota explicativa 8 - Provisão para perda de crédito esperada**

A provisão foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

#### **(d) Nota explicativa 16 - Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos**

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

#### **(e) Notas explicativas 13 e 14 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, são detalhadas em nota explicativa 14.

### **3.3.2 Julgamentos**

#### **Nota explicativa 15 - Arrendamentos - Determinação do prazo de arrendamento**

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

### **3.3.3 Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3 - Instrumentos financeiros derivativos;
- Nota explicativa 4.2 - Aquisição de negócio.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **3.4. Mudanças nas principais políticas contábeis**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, estão descritas a seguir:

#### **(a) Alterações ao IFRS3 / CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do Grupo em função com entrada em vigor desta nova norma.

#### **(b) Alterações ao IAS 1 e IAS 8 / CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do Grupo em função com entrada em vigor desta nova norma.

#### **(c) Alterações IFRS 16 / CPC06 (R2) : Arrendamento**

Em maio de 2020 o CPC 06(R2) – Arrendamento (IFRS 16 - Leases) foi revisado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (*International Accounting Standards Board*) para permitir que uma alteração nas condições de um contrato de arrendamento motivado pela Pandemia do Covid-19 possa, por opção do arrendador, não ser considerado como uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas não aplicou a isenção permitida.

Uma série de novas normas (ou alterações de normas existentes) entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Nenhuma dessas normas ou alterações teve efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo quando da sua entrada em vigor.

## **4. Principais políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### **4.1. Base de consolidação**

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

#### **(a) Controladas**

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

### **(b) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio. Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

### **(c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

## **4.2. Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado, anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ao nível de sua unidade geradora de caixa, a qual não excede o seu segmento de reporte. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Como parte do planejamento de médio e longo prazo do Grupo, durante o exercício de 2020 ocorreram a aquisição de seis empresas, conforme demonstrado na nota explicativa número 2.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***4.2.1 Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos***Alocação de valor justo aos ativos identificados e passivos assumidos*

	<b>Biogenetix</b>	<b>Byogene</b>	<b>Vitalab</b>	<b>Expressa</b>	<b>Flexicotton</b>
	<b>30/04/2020</b>	<b>30/04/2020</b>	<b>30/04/2020</b>	<b>01/06/2020</b>	<b>02/10/2020</b>
<b>Ativo líquido da data da aquisição</b>	<b>(675)</b>	<b>(5.759)</b>	<b>408</b>	<b>(118.711)</b>	<b>(45.241)</b>
Valor justo de ativos identificados					
Ativos imobilizados	10.148	7.127	917	7.378	43.719
Estoques	4.230	5.595	1.256	183.241	13.155
Marca	599	968	265	2.404	1.298
Acordo de não competição	358	703	1.144	5.485	6.133
Carteira de clientes	6.060	6.874	5.946	74.318	21.215
<b>Total de ativos líquidos a valor justo</b>	<b>20.720</b>	<b>15.508</b>	<b>9.936</b>	<b>154.115</b>	<b>40.279</b>

*Ágio*

	<b>Biogenetix</b>	<b>Byogene</b>	<b>Vitalab</b>	<b>Expressa</b>	<b>Flexicotton</b>	<b>Total</b>
Parcela adquirida	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Contraprestação transferida a valor justo	26.306	22.638	21.780	335.845	50.000	456.569
Contraprestação contingente	-	-	-	-	41.580	41.580
Valor justo dos ativos líquidos identificados	20.720	15.508	9.936	154.115	40.279	240.558
<b>Ágio</b>	<b>5.586</b>	<b>7.130</b>	<b>11.844</b>	<b>181.730</b>	<b>51.301</b>	<b>257.591</b>

A legislação tributária vigente permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, gerados na data da aquisição, quando, após a aquisição, a Companhia realizar a incorporação dos negócios adquiridos por ela própria ou por uma de suas controladas. Assim, na data de aquisição, a base fiscal e a contábil dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas. Nesse sentido, considerando que para os negócios adquiridos abaixo mencionados a Companhia tem certeza que irá incorporar (ou fazer com que outra controlada incorpore) e, portanto, terá direito à dedutibilidade fiscal da amortização do ágio e da depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido foi registrado nessas demonstrações financeiras na data de aquisição para essas subsidiárias.

O ágio é atribuído à força de trabalho das empresas adquiridas e, principalmente, às sinergias esperadas com a integração dos negócios adquiridos às atividades da Companhia e suas controladas, uma vez que os negócios adquiridos são complementares aos atualmente mantidos pelo Grupo. Adicionalmente, a Administração acredita que com as aquisições haverá aumento de participação de mercado, dado a maior capacidade de atendimento alcançado. Os ágios da Companhia, no montante de R\$ 257.591, são tratados fiscalmente como não dedutíveis, até que uma provável transação de incorporação ocorra.

**(a) Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”)**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”), composto por 8.516.460 quotas de capital. A Biogenetix é uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no interior do estado de São Paulo e com 10 anos de atuação no mercado. O valor de aquisição foi de R\$ 26.306, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 23.786 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 1.250 pagos a título de ajuste de preço; (iii) R\$ 1.270 a título de parcela retida, que será liberada mediante a cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, pelo prazo de 5 anos, parcelas estão atualizadas pela variação do preço índice CDI entre a Data do Fechamento até a data do seu efetivo pagamento. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Byogenetix concentra suas atividades operacionais.



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **(b) Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”)**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”), empresa que conta com 25 anos de atuação no mercado, é uma distribuidora autorizada da Roche para atuar na grande São Paulo, Alto do Tiete, Baixada Santista e Sorocaba. Foram adquiridos todas as 7.500.000 quotas de capital pelo valor de R\$ 22.638, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 20.669 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 500 pagos a título de ajuste de preço; (iii) 1.469 a título de parcela retida, que poderá ser pago integral ou parcialmente após cumprimento das cláusulas determinadas no contrato de compra e venda. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Byogene concentra suas atividades.

### **(c) Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”)**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social (representado por 2.300.000 quotas) da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”), uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no Distrito Federal. Atua há 18 anos no mercado de distribuição. O valor de aquisição foi de R\$ 21.780, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 19.431 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$333 pagos a título de parcela diferida conforme cronograma determinado entre as partes; (iii) R\$2.016 a título de parcela retida, que poderá ser pago, parcial ou integralmente após eventual ajuste de preço. A aquisição visa reforçar a capacidade da Companhia na distribuição de insumos e equipamentos médicos no centro-oeste do Brasil.

### **(d) Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”)**

Em 01 de junho de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu a integralidade do capital social (47.451.690 ações) da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”), uma empresa de Distribuição de Medicamentos com 34 anos de atuação, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor de aquisição foi de R\$ 335.845, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 201.856 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 4.429 pago após período de diligências; (iii) R\$ 120.000 a título de parcela fixa retida que será pago no decorrer de seis anos em cumprimento das cláusulas determinantes no contrato de compra e venda; e (iv) R\$ 9.560 a título de passivos contratuais assumidos relacionados a contas a receber, cujos valores serão reembolsados aos vendedores. Com a aquisição a Companhia espera reforçar sua capacidade de distribuição de medicamentos no centro-oeste do Brasil.

### **(e) Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. (“Flexicotton”)**

Em 02 de outubro de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social, representado por 526.316 ações, da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. (“Flexicotton”), uma empresa de terceirização de produtos para higiene pessoal localizada em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis (SC). A contraprestação totaliza R\$ 91.580, sendo composta da seguinte forma:

- (i) R\$ 50.000, pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores;
- (ii) Parcela contingente, denominada contratualmente como “Preço de Aquisição Adicional”. Essa parcela será paga aos vendedores, com base no resultado futuro a ser auferido durante um “Período de Apuração” estabelecido em contrato, O valor será calculado da seguinte forma: “Preço de Aquisição Adicional = (EBITDA Ajustado x 7,0) – Preço de Aquisição Inicial – Dívida Líquida + / - Ajuste de Capital de Giro”. O valor justo da contraprestação contingente foi determinado pela média ponderada de probabilidade de pagamentos associados a cada resultado possível ('abordagem de pagamento ponderada por probabilidade' / 'probability-weighted payout approach') e totalizou numa contraprestação contingente, de R\$ 41.580, na data da aquisição.

A Flexicotton é uma Companhia que tem um portfólio de produtos de cuidados para a saúde (“health care”) complementares aos da controlada Cremer, sendo uma aquisição relevante para aumentar a capacidade de produção do Grupo.

Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia adquiriu o controle da Diagnóstica Serviços Ltda. O preço de aquisição era R\$5 e o valor do patrimônio líquido é considerado imaterial para fins de divulgação pela administração da Companhia.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.2.2 Mensuração de valor justo

A tabela abaixo resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos na data da aquisição, os quais foram registrados pela Companhia pelo seu valor justo.

	<u>Biogenetix</u>	<u>Byogene</u>	<u>Vitalab</u>	<u>Expressa</u>	<u>Flexicotton</u>	
	<u>30/04/2020</u>	<u>30/04/2020</u>	<u>30/04/2020</u>	<u>01/06/2020</u>	<u>02/10/2020</u>	<u>Total</u>
Ativos imobilizados	10.148	7.127	917	7.378	43.719	69.289
Estoques	4.230	5.595	1.256	183.241	13.155	207.477
Marca	599	968	265	2.404	1.298	5.534
Acordo de não competição	358	703	1.144	5.485	6.133	13.823
Carteira de clientes	6.060	6.874	5.946	74.318	21.215	114.413
Alocação definitiva do ágio	5.586	7.130	11.844	181.730	51.301	257.591
<b>Total</b>	<b><u>26.981</u></b>	<b><u>28.397</u></b>	<b><u>21.372</u></b>	<b><u>454.556</u></b>	<b><u>136.821</u></b>	<b><u>668.127</u></b>

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

#### Ativos imobilizados

Foi utilizado a abordagem de custo, utilizando o método de comparação de mercado: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

#### Estoques

Os produtos em elaboração foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda menos a soma de seus custos para conclusão, custos de venda e uma previsão de lucro razoável para a conclusão dos esforços de venda da entidade adquirente com base no lucro de produtos semelhantes. Os produtos acabados foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda deduzidos dos custos para a comercialização.

#### Intangível – Marca

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca. Como a propriedade da Marca existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (*royalties*), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos são evitados. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de *royalties* (*Royalties rate*) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA (*Weighted Average Return on Assets*) formado pelo WACC (*Weighted Average Capital Cost*) adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

	<u>Biogenetix</u>	<u>Byogene</u>	<u>Vitalab</u>	<u>Expressa</u>	<u>Flexicotton</u>
Valor justo da marca	599	968	265	2.404	1.298
Principais premissas:					
<i>Royalties rate</i>	0,5%	0,5%	0,5%	0,1%	0,9%
WARA	14,5%	14,5%	14,5%	12,56%	14,5%
Vida útil	9,7 anos	9,7 anos	9,7 anos	4,6 anos	5 anos



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Intangível – Acordo de não competição

O método utilizado para a avaliação do acordo de não competição foi o *With and Without*. Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas à competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil, considerando o prazo contratual de não competição estabelecido em cada operação.

	<u>Biogenetix</u>	<u>Byogene</u>	<u>Vitalab</u>	<u>Expressa</u>	<u>Flexicotton</u>
Valor justo de acordo de não competição	358	703	1.144	5.485	6.133
Principais premissas:					
Percentual das receitas expostas à competição	40%	73%	69%	29%	45%
Probabilidade de competição	30%	30%	30%	30%	30%
WARA	14,5%	14,5%	14,5%	12,56%	14,5%
Vida útil	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

### Intangível – Carteira de cliente

Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (*churn rate*), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil estimada.

	<u>Biogenetix</u>	<u>Byogene</u>	<u>Vitalab</u>	<u>Expressa</u>	<u>Flexicotton</u>
Valor justo carteira de clientes	6.060	6.874	5.946	74.318	21.215
Principais premissas:					
Taxa de retenção	13,29%	18,28%	18,77%	17,97%	26,76%
Rentabilidade média atribuída	21,0%	18,9%	26,8%	5,8%	29,6%
Representatividade média dos ativos contributivos	8,0%	8,2%	6,9%	1,5%	8,4%
WARA	14,5%	14,5%	14,5%	12,56%	14,5%
Vida útil econômica	13,7 anos	12,7 anos	12,7 anos	13,6 anos	8,25 anos

### 4.2.3 Informações sobre o desempenho operacional

Os montantes das receitas líquidas e dos resultados líquidos do período de cada adquirida a partir da data da aquisição que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado está abaixo indicado:

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>Biogenetix</u>	<u>Byogene</u>	<u>Vitalab</u>	<u>Expressa</u>	<u>Flexicotton</u>	<u>Total</u>
Receita contribuída da data de aquisição até 31 de dezembro de 2020	21.333	35.154	11.278	837.234	23.557	928.556
Lucro líquido contribuído da data de aquisição até 31 de dezembro de 2020	3.239	1.752	1.321	3.931	(2.453)	7.790

Abaixo demonstramos as receitas e o resultado do período das adquiridas combinadas para o exercício de 2020, como se a data da aquisição, para todas as combinações ocorridas durante o exercício de 2020, fossem 1º de janeiro de 2020:

	<b>Biogenetix</b>	<b>Byogene</b>	<b>Vitalab</b>	<b>Expressa</b>	<b>Flexicotton</b>	<b>CM Hospitalar e subsidiárias</b>	<b>Total</b>
Receita líquida	30.626	48.362	16.473	1.465.123	78.819	3.484.865	5.124.268
Lucro líquido	4.346	364	3.493	-41.877	3.957	113.976	84.259

Na determinação desses montantes a Administração assumiu que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data da aquisição, seriam os mesmos se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

**4.2.4 Custos incorridos**

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 6.074 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como Despesas administrativas na demonstração de resultado.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.2.5 Obrigações para aquisições de investimentos

As obrigações para aquisições de investimentos está composta na tabela a seguir:

	31/12/2019	Considerações transferido (incluído consideração contingente)	Caixa transferido para vendedor	Juros	31/12/2020
Cremer S.A.	179.818	-	-	4.724	184.542
Biogenetix	-	26.306	(25.036)	18	1.288
Byogene	-	22.638	(21.169)	21	1.490
Vitalab	-	21.780	(19.764)	361	2.377
Expressa	-	335.845	(206.285)	1.375	130.935
Flexicotton	-	91.580	(50.000)	19	41.599
Total	179.818	498.149	(322.254)	6.518	362.231
Caixa adquirido na combinação de negócios			58.366		
<b>Aquisição do investimento, líquido</b>			<b>(263.888)</b>		

### 4.3. Instrumentos Financeiros

#### (a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### (b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **(i) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **(ii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### (iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### (iv) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

## (c) Desreconhecimento

### (i) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### (ii) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **(d) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas tem um rígido processo de concessão e monitoramento de crédito, mitigando o risco de perdas de suas contas a receber por vendas. Pelo perfil de parte de sua carteira de clientes é esperado algum atraso no recebimento dos títulos.

A Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de seus clientes mensalmente e registra provisão para perda quando o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente.

#### **(ii) Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### **(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Swap	-	-	11.737	723

Em dezembro de 2018 a subsidiária Cremer S.A. obteve do Banco do Brasil um empréstimo de 11.000 mil euros. Para proteger seus fluxos de caixa contra variação cambial, a Cremer S.A. firmou um contrato de swap na mesma data, com o mesmo vencimento e para o mesmo valor principal notional de 11.000 mil euros. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo notional do contrato era de 3.666 mil euros (7.333 mil euros em 31 de dezembro de 2019).

A subsidiária Expressa obteve do Banco Santander um empréstimo de US\$ 5.884 mil e um segundo empréstimo de US\$ 1.685 mil. Para proteger seus fluxos de caixa contra variação cambial, a Expressa celebrou um contrato de swap na mesma data, com o mesmo vencimento e para os mesmos valores nominais de principal de US\$ 5.884 mil e US\$ 1.685 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo notional destes contratos era respectivamente de US\$ 4.119 mil e US\$ 842 mil.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. A Administração projeta os fluxos da ponta ativa e passiva do instrumento, descontando a valor presente com base em taxas de mercado.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta.

### 4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 4.5. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### 4.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas em nota explicativa. A Companhia efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 27 (IAS 16) exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento.

### **4.7. Ativos intangíveis**

#### **4.7.1 Reconhecimento e mensuração**

##### **(a) Programas de computador (*softwares*)**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

##### **(b) Carteira de clientes**

Refere-se as carteiras de clientes identificadas em combinação de negócios.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, têm vida útil finita. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

##### **(c) Marca**

As marcas adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente são contabilizadas pelo seu valor de custo. As marcas com vida útil definidas são amortizadas com base na expectativa de vida útil das mesmas. As marcas com vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testados para fins de *impairment* anualmente.

##### **(d) Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **4.7.2 Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 14.

### **4.8 Arrendamentos**

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### **(a) Ativos de direito de uso**

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 3 a 25 anos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### **(b) Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### **(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **4.9 Impairment de ativos não financeiros**

A cada data do relatório o grupo revisa o valor contábil dos seus ativos não financeiros (outros que não estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) para determinar, se há alguma indicação de *impairment*. Se existe alguma indicação, assim o valor recuperável deste ativo está sendo estimado. O Ágio é testado anualmente para *impairment*.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização de ágio, não é revertida. Para outros ativos uma perda pelo *impairment* é revertido somente na medida que o valor do valor contábil deste ativo não excede o valor contábil que será determinado, líquido de depreciação ou amortização respectivamente, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas circunstâncias utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente no final do exercício ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no final do exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Durante 2020, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

### **4.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **4.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos em nota explicativa.

Os direitos de reembolso são reconhecidos quando se espera que os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte. O reembolso é reconhecido quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão é apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso

### **4.12 Receita de contrato com cliente**

O Grupo atua no ramo de fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços

#### **(a) Venda de produtos**

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **(b) Contraprestação variável**

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

### **(c) Serviços de transporte e distribuição**

A Companhia realiza o transporte de produtos cirúrgicos e hospitalares, produtos nutricionais, dermocosméticos e medicamentos. As receitas de serviços são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos transportados para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. As receitas são realizadas com prazo de recebimento de 60 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas receitas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando o transporte é finalizado, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

### **(d) Abatimentos por volume**

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber de clientes. O Grupo aplica o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. O método do valor mais provável é utilizado em contratos que incluem uma única meta, enquanto o método do valor esperado é utilizado para contratos que incluem mais de uma meta de volume de vendas. Em seguida, o Grupo aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, conseqüentemente, reconhecida a receita.

## **4.13 Imposto de renda e contribuição social**

### **(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### **(b) Imposto de renda e contribuição social – diferidos**

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

### **4.14 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores**

#### **(a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **(b) Acordos de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ou em ações (“phantom shares”)**

A Companhia mantém plano de remuneração baseado em ações para seus executivos que pode ser liquidável em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. As condições não haviam satisfeitas até 31 de dezembro de 2020.

#### **(c) Participação nos lucros e resultados**

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados e é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

### **4.15 Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

### **4.16 Informações por segmento**

Um segmento operacional (vide nota explicativa 29) é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pela Diretoria Estatutária, da qual é responsável para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, tais como receita líquida de vendas, resultado bruto, resultado antes das despesas financeiras, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis, os quais são revisados pelo Conselho de Administração. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

### **4.17 Demonstração do valor adicionado**

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Companhias e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

### **4.18 Subvenções governamentais**

O Grupo possui subvenções governamentais relativos a redução na carga tributária de ICMS. Tais incentivos são usuais para o mercado de distribuição de medicamentos e para o mercado de produtos para a saúde, e são concedidos pelos entes federativos (Estados) onde a companhia tem presença. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas.

O Grupo cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

### **4.19 Investimentos em entidades sob o método de equivalência patrimonial**

As entidades da Companhia contabilizados sob método de equivalência patrimonial estão incluindo os juros da investida, da qual a mesma tem influência significativa, mas não controle.

Tais investimentos são calculados ao custo, cujo valor inclua o custo de transação. Após reconhecimento inicial a participação da Companhia no lucro líquido ou na perda do ano fiscal e outras receitas da investida são divulgados nas demonstrações financeiras, até a data quando a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em subsidiárias são contabilizados também sob deste método.



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.20 Mudança nas principais políticas contábeis

#### CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia.

Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Na adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com o CPC 06 (R1). Até a demonstração financeira de 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial variou de 6,78% a 8,80%. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;

Não havia montantes garantidos de residual a pagar para a arrendadora ao final do contrato, bem como não havia custos de desinstalação ou outros valores obrigatórios quando do encerramento dos contratos. Os direitos de uso de ativos foram mensurados pelo valor igual ao montante do passivo de arrendamento, ajustados por qualquer montante de pagamentos antecipados e provisões de pagamentos de arrendamentos relacionados ao contrato reconhecido em 01 de janeiro de 2019. Não tiveram contratos de arrendamentos onerosos que requerem um ajuste ao direito de uso do ativo na data da aplicação inicial.

O Grupo optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, o Grupo aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. O Grupo também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Impacto no balanço patrimonial conforme tabela abaixo:

	2019		1º de janeiro de 2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativos</b>				
Direito de uso de ativo	45.834	119.819	49.958	143.244
<b>Passivos</b>				
Passivo de Arrendamento	48.968	129.141	49.958	143.244
Circulante	4.529	29.342		
Não circulante	44.439	99.799		

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto na Demonstração do Resultado conforme tabela abaixo:

	2019	
	Controladora	Consolidado
<b>Demonstração do resultado</b>		
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	4.124	23.425
Despesas financeiras – juros e atualização monetária de arrendamentos	4.052	10.331

Impacto financeiro conforme tabela abaixo:

	2019	
	Controladora	Consolidado
<b>Arrendamento mercantil</b>		
Pagamentos realizados em 2019	5.041	24.434

Não há impacto tributários relevantes e em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

Uma série de novas normas e/ou melhorias se tornaram efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020, sendo as mais relevantes em relação à Companhia e suas controladas as abaixo resumidas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Revisão do CPC 06/IFRS16 - Revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Não houve impacto relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas com a entrada em vigor de tais normas.

### 4.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de alterações ou novos requerimentos de normas entrarão em vigor nos próximos exercícios. O Grupo não adotou nenhuma dessas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações alteradas que são aplicáveis à Companhia estão abaixo relacionadas:

- CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingências: modificações na forma de registrar e classificar os custos com passivos onerosos;
- CPC 27 (IAS 16) – Ativo imobilizado: tratamento de receitas originadas antes que um ativo esteja concluído;
- CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das demonstrações financeiras: modificações em critérios para classificação de passivos como circulante e não circulante.

Na avaliação da Administração os novos requerimentos não trarão impactos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Além dessas modificações, entrará em vigor determinadas melhorias introduzidas após o ciclo de revisão (2018 – 2020) de normas realizado pelo IASB/CPC. A Administração também não identificou nenhum requerimento que trará impactos relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, até o presente momento.

## 5. Gestão de risco financeiro

### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais fatores de risco aos quais o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

O Grupo possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira	Avaliação de sensibilidade	Swap cambial
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Avaliação de sensibilidade	Política de aplicação financeira de baixo risco pós fixada, bem como contratos de empréstimos pós fixados
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contrato	Análise de vencimento; Avaliação de crédito.	Diversificação das instituições financeiras; Robusta política de análise de liberação de crédito; Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

### (a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação de demanda e preços de mercado, tais como retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

### b) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As taxas de juros dos ativos e passivos financeiros estão substancialmente atreladas às variações do CDI. A Companhia entende que o montante de dívida líquida apresentada na nota explicativa 5.1.d – Gestão de capital, está sujeito as variações dessa taxa, no entanto não espera efeitos relevantes em decorrências de possíveis flutuações significativas nesse indicador.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação das taxas de juros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base nas variações dos indexadores (CDI e TJPL) para o próximo ano (taxa anual a final de período) divulgados pelo Boletim Focus também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento. A análise foi elaborada apenas para a variação exposta ao indexador, e não considera os juros pré-fixados.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A exposição de juros e a correspondente análise de sensibilidade estão demonstrados a seguir:

**Controladora**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2020	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	660.935	16.611	19.934	24.917	31.147	37.376
Empréstimos	CDI	(235.529)	(5.920)	(7.104)	(8.879)	(11.099)	(13.319)
Debêntures	CDI	(386.573)	(9.716)	(11.659)	(14.574)	(18.217)	(21.861)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>38.833</b>	<b>975</b>	<b>1.171</b>	<b>1.464</b>	<b>1.831</b>	<b>2.196</b>
Empréstimos	TJLP	(4.873)	(145)	(174)	(218)	(272)	(327)
		<b>33.960</b>	<b>830</b>	<b>997</b>	<b>1.246</b>	<b>1.559</b>	<b>1.869</b>

**Consolidado**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2020	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	1.000.357	25.142	30.171	37.713	47.142	56.570
Empréstimos	CDI	(735.837)	(18.494)	(22.193)	(27.741)	(34.676)	(41.612)
Debêntures	CDI	(386.573)	(9.716)	(11.659)	(14.574)	(18.217)	(21.861)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(122.053)</b>	<b>(3.068)</b>	<b>(3.681)</b>	<b>(4.602)</b>	<b>(5.751)</b>	<b>(6.903)</b>
Empréstimos	TJLP	(10.411)	(310)	(372)	(465)	(582)	(698)
		<b>(132.464)</b>	<b>(3.378)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(5.067)</b>	<b>(6.333)</b>	<b>(7.601)</b>

**Controladora**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2019	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	113.982	1.444	1.733	2.166	2.707	3.248
Empréstimos	CDI	(19.379)	(245)	(295)	(368)	(460)	(552)
Debêntures	CDI	(384.204)	(4.867)	(5.840)	(7.300)	(9.125)	(10.950)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(289.601)</b>	<b>(3.668)</b>	<b>(4.402)</b>	<b>(5.502)</b>	<b>(6.878)</b>	<b>(8.254)</b>
Empréstimos	TJLP	(6.925)	(225)	(270)	(337)	(422)	(506)
		<b>(296.526)</b>	<b>(3.893)</b>	<b>(4.672)</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(7.300)</b>	<b>(8.760)</b>

**Consolidado**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2019	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	270.403	3.425	4.110	5.138	6.422	7.706
Empréstimos	CDI	(237.740)	(3.011)	(3.614)	(4.517)	(5.646)	(6.776)
Debêntures	CDI	(455.932)	(5.775)	(6.930)	(8.663)	(10.828)	(12.994)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(423.269)</b>	<b>(5.361)</b>	<b>(6.434)</b>	<b>(8.042)</b>	<b>(10.052)</b>	<b>(12.064)</b>
Empréstimos	TJLP	(6.925)	(225)	(270)	(337)	(422)	(506)
		<b>(430.194)</b>	<b>(5.586)</b>	<b>(6.704)</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(10.474)</b>	<b>(12.570)</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***c) Risco de taxas de câmbio**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas, ou variações em suas receitas financeiras por conta de oscilações em contas a receber em moeda estrangeira, bem como em relação a fornecedores em moeda estrangeira. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

A tabela abaixo demonstra a exposição cambial a que o Grupo está exposto. São apresentados os saldos convertidos para Reais na data dos balanços.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	3.409	1.426
Adiantamentos	181	-	181	-
Instrumentos derivativos	-	-	11.737	723
<b>Total do ativo</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>15.327</b>	<b>2.149</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(2.787)	(866)	(2.975)	(866)
Empréstimos e financiamentos *	-	-	(166.970)	(93.696)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(2.787)</b>	<b>(866)</b>	<b>(169.945)</b>	<b>(94.562)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(2.606)</b>	<b>(866)</b>	<b>(154.618)</b>	<b>(92.413)</b>

\* Como mencionado na Nota 5.3, o Grupo adotou instrumentos derivativos para proteger seus fluxos de caixa contra variações cambiais relacionadas a esses empréstimos.

Sensibilidade a taxa de câmbio:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial a qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base na variação cambial projetada para os próximos 12 meses, tendo como base o saldo em moedas estrangeiras na data dos balanços e as cotações do Dólar e do Euro divulgados pelo Boletim Focus também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento.

Controladora		Saldo exposto 31/12/2020	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
Operação	Risco		Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	181	(41)	(64)	(6)	38	82
Passivos	USD	(2.787)	627	987	87	(587)	(1.262)
		(2.606)	586	923	81	(549)	(1.180)
		<b>(2.606)</b>	<b>586</b>	<b>923</b>	<b>81</b>	<b>(549)</b>	<b>(1.180)</b>

**Consolidado**

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Operação	Risco	Saldo	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
		exposto	31/12/2020	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%
Ativos	USD	2.912	(656)	(1.032)	(91)	614	1.319
Passivos	USD	(26.413)	5.946	9.357	829	(5.567)	(11.963)
		(23.501)	5.290	8.325	738	(4.953)	(10.644)
Ativos	EUR	7.985	(1.797)	(2.829)	(345)	1.565	3.475
Passivos	EUR	(143.532)	33.670	50.847	6.205	(28.127)	(62.459)
		(135.547)	31.873	48.018	5.860	(26.562)	(58.984)
		<b>(159.048)</b>	<b>37.163</b>	<b>56.343</b>	<b>6.598</b>	<b>(31.515)</b>	<b>(69.628)</b>
<b>Controladora</b>							
Operação	Risco	Saldo	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
		exposto	31/12/2019	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%
Ativos	USD	-	-	-	-	-	-
Passivos	USD	(866)	161	279	(15)	(235)	(455)
		<b>(866)</b>	<b>161</b>	<b>279</b>	<b>(15)</b>	<b>(235)</b>	<b>(455)</b>
Ativos	EUR	-	-	-	-	-	-
		<b>(866)</b>	<b>161</b>	<b>279</b>	<b>(15)</b>	<b>(235)</b>	<b>(455)</b>
<b>Consolidado</b>							
Operação	Risco	Saldo	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
		exposto	31/12/2019	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%
Ativos	USD	1.214	(226)	(391)	21	330	638
Passivos	USD	(33.943)	(6.322)	10.925	(584)	(9.215)	(17.847)
		(32.729)	(6.548)	10.534	(563)	(8.885)	(17.209)
Ativos	EUR	936	(174)	(301)	374	701	1.028
Passivos	EUR	(60.618)	(7.245)	19.511	(24.211)	(45.419)	(66.626)
		(59.682)	(7.419)	19.210	(23.837)	(44.718)	(65.598)
		<b>(92.411)</b>	<b>(13.967)</b>	<b>29.744</b>	<b>(24.400)</b>	<b>(53.603)</b>	<b>(82.807)</b>

**(d) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Parcela majoritária dos clientes do Grupo tem relacionamento superior há mais de um ano e não há cliente que individualmente represente mais que 5% das receitas. A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes tem como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os demais ativos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito são: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras; e (iii) direito de reembolso advindo de aquisições de negócios. A Companhia gerencia o risco de crédito considerando que os principais ativos financeiros estão localizados no país, possuem um histórico irrelevante de perda, e os equivalentes de caixa estão aplicados em instituições financeiras considerados pela Administração de baixo risco. Para o direito de reembolso há valores ainda a pagar aos vendedores de negócios combinados que podem ser utilizados para compensar eventual falha das contrapartes não tiverem condições de honrar seus débitos.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A exposição máxima dos ativos é representada pelos saldos das respectivas contas conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidas ao resultado perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber no valor de R\$ 2.124 na controladora e R\$ 2.216 no consolidado (R\$ 1.905 e R\$ 1.982, respectivamente em 2019). Detalhes sobre a composição da carteira por vencimento, política de provisionamento, perda por faixa de atraso encontra-se divulgada na nota explicativa 8. A companhia registra provisão para títulos vencidos em prazo superior a 180 dias sem garantias reais. Adicionalmente, um percentual de perda esperada é mensurado com base no histórico de perda os últimos 3 anos e análise sobre fatores de mercado que poderiam indicar um aumento do risco histórico, tais como aumento repentino de inadimplência da carteira. Perda complementar para títulos a vencer e saldos vencidos até 179 dias são registrados se relevantes. Nas datas dos balanços os valores de perdas esperadas foram considerados imateriais.

**(e) Risco de liquidez**

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar interrupções em suas operações.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria, além de uma política conservadora de capital de giro.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Controladora				TOTAL
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	576.193	-	-	-	576.193
Contas a pagar por operações de <i>reverse factoring</i>	17.265	-	-	-	17.265
Empréstimos e financiamentos	204.405	10.652	26.814	8.559	250.430
Debêntures	149.035	67.390	196.815	-	413.240
Aquisições por compra de empresas	-	-	362.231	-	362.231
Outros passivos financeiros	2.643	2.145	-	-	4.788
Passivo de arrendamento	13.993	4.932	5.860	30.466	55.251
Saldo 31 dezembro 2020	<u>963.534</u>	<u>85.119</u>	<u>591.720</u>	<u>39.025</u>	<u>1.679.398</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	399.145	-	-	-	399.145
Empréstimos e financiamentos	3.422	19.260	-	2.629	25.311
Debêntures	68.806	64.000	64.000	182.133	378.939
Aquisições por compra de empresas	-	179.818	-	-	179.818
Outros passivos financeiros	4.425	-	-	-	4.425
Passivo de arrendamento	4.529	4.529	13.587	26.323	48.968
Saldo 31 dezembro de 2019	<u>480.327</u>	<u>267.607</u>	<u>77.587</u>	<u>211.085</u>	<u>1.036.606</u>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<b>Consolidado</b>				<b>TOTAL</b>
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	955.882	-	-	-	955.882
Contas a pagar por operações de <i>reverse factoring</i>	64.763	-	-	-	64.763
Empréstimos e financiamentos	581.330	80.804	104.002	33.424	799.560
Debêntures	149.035	67.390	196.815	-	413.240
Aquisições por compra de empresas	-	-	362.231	-	362.231
Outros passivos financeiros	51.459	-	-	-	51.459
Passivo de arrendamento	50.785	25.197	7.679	68.249	151.910
Saldo 31 dezembro 2020	<u>1.853.253</u>	<u>173.391</u>	<u>670.727</u>	<u>101.673</u>	<u>2.799.045</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	477.951	-	-	-	477.951
Contas a pagar por operações de <i>reverse factoring</i>	9.891	-	-	-	9.891
Empréstimos e financiamentos	84.055	103.520	-	56.254	243.829
Debêntures	140.534	64.000	64.000	182.133	450.667
Aquisições por compra de empresas	-	179.818	-	-	179.818
Outros passivos financeiros	15.682	-	-	-	15.682
Passivo de arrendamento	29.342	29.342	29.342	41.115	129.141
Saldo 31 dezembro de 2019	<u>757.455</u>	<u>376.680</u>	<u>93.342</u>	<u>279.502</u>	<u>1.506.979</u>

**(f) Gestão de capital**

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Total dos empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.145.833	694.496
Menos caixa e equivalentes de caixa	(937.334)	(273.685)
Menos aplicações financeiras	(97.500)	(5.044)
Dívida líquida	110.999	415.767
Total de patrimônio líquido	1.201.028	381.853
<b>Total de capital</b>	<b>1.312.027</b>	<b>797.620</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>8%</b>	<b>52%</b>

**(g) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

### 5.2. Instrumentos financeiros por categoria

	Categoria de instrumento financeiro	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	569.121	111.042	937.334	273.685
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	526.004	425.693	987.704	516.605
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	97.500	5.044	97.500	5.044
Dividendos a receber	Custo amortizado	27.944	21.080	-	-
	Valor justo por meio do resultado	3.091	43.708	3.091	43.708
Direito de reembolso	Custo amortizado	5	60	5.729	5.309
Depósitos judiciais					
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	-	11.737	723
Outros ativos	Custo amortizado	8.730	7.266	47.314	33.224
<b>Total</b>		<b>1.232.395</b>	<b>613.893</b>	<b>2.090.409</b>	<b>878.298</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	576.193	399.145	955.882	477.951
Contas a pagar operações de <i>reverse factoring</i>	Custo amortizado	17.265	-	64.763	9.891
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	240.030	25.311	763.647	243.829
Debêntures	Custo amortizado	382.188	378.939	382.186	450.667
Dividendos a pagar	Custo amortizado	37.753	8.856	49.081	8.856
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	55.251	48.968	151.910	129.140
Obrigações por aquisição de investimentos	Custo amortizado	362.231	179.818	362.231	179.818
Outros passivos	Custo amortizado	9.909	4.425	127.653	15.682
<b>Total</b>		<b>1.680.820</b>	<b>1.045.462</b>	<b>2.857.353</b>	<b>1.515.834</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo seu custo amortizado, representam uma aproximação de seu valor justo.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Valor justo dos instrumentos financeiros:

	Nível hierárquico	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>					
Aplicações financeiras	1	97.500	5.044	97.500	5.044
Dividendos a receber	2	27.944	21.080	-	-
Direito de reembolso	2	3.091	43.708	3.091	43.708
Depósitos judiciais	2	5	60	280.589	5.309
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	11.737	723
Outros ativos	2	8.730	7.266	47.314	33.224
<b>Total</b>		<b>137.270</b>	<b>77.158</b>	<b>440.231</b>	<b>88.008</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	2	240.130	25.311	755.243	243.829
Debêntures	2	382.188	378.939	366.950	450.667
Dividendos a pagar	2	37.753	8.856	49.081	8.856
Passivo de arrendamento	2	55.251	48.968	150.369	129.141
Obrigações por aquisição de investimentos		362.231	179.818	362.231	179.818
Outras contraprestações	2	320.633	179.818	320.633	179.818
Contraprestação contingente	3	41.598	-	41.598	-
Outros passivos	2	9.909	4.425	127.653	15.682
<b>Total</b>		<b>1.087.462</b>	<b>646.317</b>	<b>1.811.527</b>	<b>1.027.993</b>

**Contraprestação contingente mensurada a valor justo – Nível 3**

**Técnica de avaliação:** Abordagem de receita baseada no modelo de precificação de opção com base no Sequential Monte Carlo (SMC). O modelo de avaliação considera o valor presente da média de múltiplos cenários e métricas, incluindo EBITDA futuro esperado, capital de giro estimado e dívida líquida descontada utilizando uma taxa de desconto livre de risco.

**Inputs não observáveis significativos**

Dados variáveis:

EBITDA esperado em 30 de junho de 2021: entre R\$ 11.370 e R\$ 42.801.

Múltiplo EBTIDA ajustado esperado em 30 de junho de 2021: entre R\$ 79.589 e R\$ 161.000.

Dados não observáveis:

Volatilidade: 17,99%.

Required Metric Risk Premium (RMRP): 11,78%



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Relação entre entradas não observáveis significativas e mensuração do valor justo

O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se:

O EBITDA esperados fosse superior (inferior);

A volatilidade projetada fosse superior (inferior); ou

A taxa de desconto e riscos fossem inferiores (superiores).

### Análise de sensibilidade

Para o valor justo da contraprestação contingente, a mudança de um ou mais dos dados não observáveis significativos usados para premissas alternativas razoavelmente possíveis teria os seguintes efeitos no resultado do exercício:

31 de dezembro de 2020	Aumenta	Diminui
Ajuste no EBITDA (movimento de 10,00%):	(+10%) 7.770	(-10%) (10.231)
Ajuste na volatilidade (movimento de 5,00%):	(+5%) 2.478	(-5%) (2.226)
Ajuste no <i>Required Metric Risk Premium</i> (RMRP) (movimento de 2,00%):	(-2%) 895	(+2%) (909)

### 5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Ativo circulante	Consolidado	
	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	11.737	723

Em dezembro de 2018 a controlada Cremer S.A. contratou com o Banco do Brasil um empréstimo de EURO 11.000 mil. Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de SWAP foi contratado na mesma data, com mesmo vencimento e com valor nocional também de EURO 11.000 mil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo o saldo de nocional do contrato era de EURO 3.666 mil (EURO 7.333 mil em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Expressa mantém com o Banco Santander um empréstimo de USD 5.884 mil e outro de USD 1.685 mil. Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de SWAP foi contratado na mesma data, com mesmo vencimento e com valor nocional também de USD 5.884 mil e USD 1.685 mil respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo o saldo de nocional dos contratos eram de USD 4.119 mil e USD 842 mil, respectivamente.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	5.686	2.104	34.492	8.328
Aplicações financeiras (i)	563.435	108.938	902.842	265.357
<b>Total</b>	<b>569.121</b>	<b>111.042</b>	<b>937.334</b>	<b>273.685</b>

(i) Estão representadas por saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento médio de 100,8% (101,4% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

### 7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicação CDB (i)	97.500	5.044	97.500	5.044
<b>Total</b>	<b>97.500</b>	<b>5.044</b>	<b>97.500</b>	<b>5.044</b>

(i) Aplicações com rentabilidades de aproximadamente 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (100,5% em 2019) com prazo de resgate superior há 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

#### (a) Garantias

Os saldos registrados em aplicações financeiras nas datas dos balanços são utilizados como garantias para contratos de empréstimos com instituições financeiras, cujos vencimentos ocorrerão em julho de 2021.

### 8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes no país	540.958	414.551	1.013.869	515.774
Contas a receber de clientes do exterior	-	-	3.409	1.426
Acordos a receber de clientes (i)	-	24.962	-	24.961
Partes relacionadas (nota explicativa 21)	2.794	1.805	-	1.801
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(17.748)	(15.625)	(29.574)	(27.357)
<b>Total</b>	<b>526.004</b>	<b>425.693</b>	<b>987.704</b>	<b>516.605</b>
<b>Circulante</b>	<b>525.137</b>	<b>424.481</b>	<b>978.549</b>	<b>515.383</b>
<b>Não circulante</b>	<b>867</b>	<b>1.212</b>	<b>9.155</b>	<b>1.222</b>

(i) Renegociações efetuadas com clientes com títulos atrasados, para os quais um novo acordo para pagamento foi definido entre as partes. O saldo de 31 de dezembro de 2019 foi integralmente recebido durante o exercício de 2020.

Composição por idade de vencimento de contas a receber, antes da dedução da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Valores a vencer</b>	<b>486.571</b>	382.179	919.296	464.577
<b>Vencidos</b>				
Até 30 dias	<b>17.181</b>	23.183	29.487	26.782
Entre 31 a 60 dias	<b>7.525</b>	7.039	10.109	8.723
Entre 61 a 90 dias	<b>4.190</b>	4.522	4.839	5.482
Entre 91 a 180 dias	<b>4.941</b>	4.148	7.884	4.993
Entre 181 a 360 dias	<b>5.047</b>	18.530	8.139	19.629
Acima de 361 dias	<b>18.297</b>	1.717	37.521	13.776
<b>Total</b>	<b>543.752</b>	<b>441.318</b>	<b>1.017.275</b>	<b>543.962</b>

Os critérios adotados pelo Grupo para estimar a necessidade de provisão para está descrita na nota explicativa 4.3.e

Além da avaliação por faixa de vencimento, a Companhia realiza uma avaliação de risco de crédito para clientes do setor público e privado.

As seguintes tabelas estão providenciando informações sobre a exposição do risco de crédito e estimativas de perdas de créditos de contas a receber dos clientes públicos e privados em 31 de dezembro de 2020.

2020	<b>Consolidado</b>		
	<b>Taxa de perda média ponderada</b>	<b>Valor bruto</b>	<b>Valor de impairment</b>
Clientes privados			
Risco baixo	<b>0,09%</b>	904.806	851
Risco médio	<b>11,74%</b>	33.426	3.924
Risco alto	<b>68,49%</b>	32.167	22.030
Clientes públicos			
Risco baixo	<b>0,09%</b>	41.926	38
Risco alto	<b>55,18%</b>	4.950	2.731
<b>Total</b>		<b>1.017.275</b>	<b>29.574</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo no início do exercício	15.625	13.720	27.357	25.375
Constituição de provisão	2.123	1.905	2.216	1.982
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>17.748</b>	<b>15.625</b>	<b>29.573</b>	<b>27.357</b>

A constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(a) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía R\$246.388 (R\$ 290.306 no consolidado) de contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos (R\$ 288.500 em 31 de dezembro de 2019), na controladora e consolidado.

**9. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	289.859	253.277	540.151	285.390
Produtos acabados	38.448	-	88.713	46.775
Produtos em elaboração	603	-	2.875	17.650
Matéria-prima	2.036	-	49.616	19.085
Material de embalagem	86	311	4.945	5.308
Outros materiais	974	249	29.625	4.692
<b>Total</b>	<b>332.006</b>	<b>253.837</b>	<b>715.925</b>	<b>378.900</b>

A movimentação da provisão para perdas de estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.004	782	1.839	1.631
Constituição de provisão para perdas de estoques	4.000	222	5.494	208
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.004</b>	<b>1.004</b>	<b>7.333</b>	<b>1.839</b>

A provisão para perdas com estoques é realizada levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício.

**(a) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há estoques dados em garantias de empréstimos, financiamentos, debêntures ou processos judiciais.

**10. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS				
(i)	9.013	2.040	32.041	18.953
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	16	51	3.769	4.060
Imposto de renda e contribuição social (ii)	5.125	9.146	28.792	11.955
INSS	658	-	3.797	-
Pis e Cofins a compensar (iii)	8.545	5.654	164.331	5.654
Outros	-	633	83	5.787
<b>Total</b>	<b>23.357</b>	<b>17.524</b>	<b>232.813</b>	<b>46.409</b>
<b>Circulante</b>	<b>22.962</b>	<b>17.321</b>	<b>80.380</b>	<b>42.052</b>
<b>Não circulante</b>	<b>395</b>	<b>203</b>	<b>152.433</b>	<b>4.357</b>

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se a créditos de ICMS gerados na compra de insumos, materiais, transferências entre filiais e ICMS na aquisição de imobilizado o qual é aproveitado à razão de 1/48 avos.
- (ii) Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de renda e contribuição social no ano de 2018 que será compensado com os impostos a pagar do exercício fiscal de 2020.
- (iii) Como mencionado na nota explicativa 22.c, a Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais pleiteando o direito de excluir da base de cálculo da apuração do PIS e da COFINS o ICMS incidente sobre suas vendas. As controladas Cremer S.A. e Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A., tiveram trânsito em julgado em suas ações em 21 de outubro de 2020 e 18 de setembro de 2020, respectivamente. Adicionalmente a controlada Biogenetix Imp. e Exp. Ltda. teve trânsito em julgado em 2019. O montante de crédito fiscal decorrente das decisões totalizou R\$146.992, sendo que R\$82.067 se refere ao valor histórico e R\$64.925 se refere a juros. O valor do crédito foi reconhecido à rubrica de outras receitas operacionais e juros em receitas financeiras. De acordo com os contratos de compra e venda celebrados pela Companhia e os acionistas vendedores das controladas adquiridas a Cremer S.A., a Flexicotton Ind. E Com. de Produtos de Higiene Pessoal S.A. e a Biogenetix Importação e Exportação Ltda. o valor dos créditos tributários decorrentes das ações, líquido dos impostos, deve ser pago aos acionistas vendedores. Desta forma, uma obrigação para com os acionistas vendedores foi registrado por cada controlada. O valor consolidado das obrigações constituídas totaliza R\$73.891 em 31 de dezembro de 2020, tendo sido registrado às contas de outras contas a pagar, tendo como contrapartida outras despesas operacionais.

## 11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	5.218	1.677	16.816	2.822
Adiantamento funcionários	574	108	2.220	659
Prêmios e seguros	941	727	2.550	1.529
Adiantamento de seguros	609	1.024	624	1.424
Contas a receber relacionados a venda de imóveis (i)	-	-	18.961	21.319
Mútuos com partes relacionadas (nota explicativa 21)	-	3.508	198	3.508
Outros	1.389	222	5.945	1.963
	<b>8.731</b>	<b>7.266</b>	<b>47.314</b>	<b>33.224</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.646</b>	<b>3.758</b>	<b>46.423</b>	<b>29.716</b>
<b>Não circulante</b>	<b>84</b>	<b>3.508</b>	<b>891</b>	<b>3.508</b>

- (i) Refere-se aos valores a receber a prazo oriundos dos bens destinados a vendas, relacionados a: (i) venda de um terreno, em agosto de 2019 para a BLUMOB no valor de R\$ 2.319, (ii) venda de um terreno, realizada em outubro de 2019, para a Hennings Administradora S.A. no valor de R\$ 19.000, sendo os valores atualizados pelo índice do CDI até a data de liquidação.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Investimentos****(a) Composição dos investimentos em sociedades controladas e investidas**

	Cremer	Flexiconon	Expressa	Vitalab	Byogene	Health Log	Tecnocold	Biogenetix	Diagnóstica	Far.me	Total investimentos 2020	Total investimentos 2019
Percentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	35,75%		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	112.439	298	8.060	1.832	2.429	407	(132)	3.939	49	(274)	129.047	51.898
Patrimônio líquido de acordo com os livros da controlada	306.438	8.907	79.971	4.177	7.764	608	6.283	13.716	49	4.295	432.208	227.119
Ágio (deságio) na aquisição da controlada	220.181	51.301	181.732	11.843	7.994	-	5.390	5.585	(5)	-	484.021	225.898
Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos – Marca	82.513	1.298	2.404	265	968	-	-	599	-	-	88.047	82.513
Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos- Carteira de clientes	66.225	21.215	74.318	5.946	6.874	-	-	6.060	-	-	180.638	66.225
Valor justo de ativos imobilizados	9.141	-	-	185	1.628	-	-	3.926	-	-	14.880	9.141
Valor justo de estoques	-	2.084	-	-	-	-	-	-	-	-	2.084	-
Valor acordado não competição	-	6.133	5.485	1.144	703	-	-	358	-	-	13.823	-
Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos	(24.463)	(2.751)	(4.137)	(511)	(677)	-	-	(699)	-	-	(33.238)	(10.451)
Outras movimentações	2	-	(3)	51	-	(2)	(111)	-	10	-	(55)	(110)
Patrimônio líquido ajustado	660.037	88.187	339.770	23.100	25.254	606	11.562	29.545	54	4.295	1.182.408	600.335

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b) Movimentação dos investimentos em sociedades controladas e investidas**

	Cremer	Flexicotton	Expressa	Vitalab	Byogene	Health Log	TecnoCold	Biogenetix	Diagnóstica	Far.me	Total investimentos 2020	Total investimentos 2019
Saldo inicial em 31 de dezembro do ano anterior	588.313	-	-	-	-	-	12.022	-	-	-	600.335	604.873
Aquisição do patrimônio líquido	-	9.549	71.908	2.396	5.335	499	-	9.777	-	4.546	104.010	-
Mais valia ativo imobilizado	-	2.084	-	185	1.628	-	-	3.926	-	-	7.823	-
Carteira de clientes	-	21.215	74.318	5.946	6.874	-	-	6.060	-	-	114.413	-
Marca	-	1.298	2.404	265	968	-	-	599	-	-	5.534	-
Acordo não competição	-	6.133	5.485	1.144	703	-	-	358	-	-	13.823	-
Ágio (deságio)	-	51.301	181.732	11.843	7.994	-	(327)	5.585	(5)	-	258.123	-
Investimentos adquiridos	-	91.580	335.847	21.779	23.502	499	(327)	26.305	(5)	4.546	503.726	-
Baixa de mais valia de bens destinados a venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.132)
Proposição de dividendos	(26.704)	(940)	-	-	-	(300)	-	-	-	-	(27.944)	(17.322)
Resultado de equivalência patrimonial e efeitos de mais valia:												
Equivalência patrimonial	112.439	298	8.060	1.832	2.429	407	(132)	3.939	49	(274)	129.047	32.294
Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos	(14.012)	(2.751)	(4.137)	(511)	(677)	-	-	(699)	-	-	(22.787)	(6.518)
Outras movimentações	1	-	-	-	-	-	(1)	-	10	23	31	(10.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	660.037	88.187	339.770	23.100	25.254	606	11.562	29.545	54	4.295	1.182.410	600.335

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c) Informações financeiras resumidas das sociedades investidas**

	2020					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Flexicotoon Ind. e Com. de Produtos de Higiene Pessoal S.A.	78.374	44.490	73.740	39.277	9.847	3.957
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	627.115	49.439	497.455	99.128	79.971	(41.873)
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	10.369	11.408	17600	-	4177	3493
Byogene Com. De Prod. Para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.	42.094	15.660	49.558	432	7.764	364
Health Logística Hospitalar S.A.	29.802	15.979	37.963	6.910	908	1.263
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	6.103	185	7	(2)	6.283	(132)
Cremer S.A.	714.019	319.150	502.304	197.723	333.142	112.439
Cremer Administradora de Bens Ltda	23.734	-	3.188	1	20.545	42
Biogenitix Importação e Exportação Ltda.	19.905	11.218	17.344	63	13.716	4.346
Diagnóstica Serviços Ltda.	1.078	45	1.074	-	49	49
Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda.	3.995	271	321	95	3.850	(766)

264

**2019**

	2019					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Cremer S.A.	413.803	357.161	336.959	213.301	220.704	52.097
Cremer Administradora de Bens Ltda.	57.551	-	36.691	357	20.503	22.044
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	6.198	218	1	-	6.415	-

**(d) Outras transações**

Em 06 de outubro de 2020 a Companhia adquiriu 35,75% do capital social da Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda ("Far.Me"), que tem sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que atua no comércio varejista de produtos farmacêuticos. A Far.Me detém o controle da Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda. ("Santa Cruz"), estabelecida na cidade de Jardim Paulista, Estado de São Paulo, também atuando no segmento de varejo de produtos farmacêuticos. A Companhia não detém o controle da investida, portando o investimento é registrado pelo método de equivalência patrimonial, e não é consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas, como descrito na Nota explicativa 4.19.

60



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Imobilizado**

Controladora	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	9.039	3.775	11.496	1.296	36.725	62.331
Adições	397	2.097	754	224	850	4.322
Baixas e transferências	158	(44)	(117)	(2)	(2.790)	(2.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.594	5.828	12.133	1.518	34.785	63.858
Adições	1.055	2.828	591	232	1.733	6.439
Baixas	-	(16)	-	-	(1.724)	(1.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.649	8.640	12.724	1.750	34.794	68.557
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(939)	(2.270)	(5.466)	(401)	(15.838)	(24.914)
Depreciação no exercício	(709)	(640)	(1.199)	(132)	(2.542)	(5.222)
Baixas	-	29	68	-	1.641	1.738
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.648)	(2.881)	(6.597)	(533)	(16.739)	(28.398)
Depreciações no exercício	(784)	(1.098)	(1.248)	(165)	(2.293)	(5.588)
Baixas	-	10	-	0	1.482	1.492
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.432)	(3.969)	(7.845)	(698)	(17.550)	(32.494)
<b>Valor contábil líquido</b>						
Em 31 de dezembro de 2019	7.946	2.947	5.536	985	18.046	35.460
Em 31 de dezembro de 2020	8.217	4.671	4.879	1.052	17.244	36.063
Taxa anual de depreciação %	4	20	10	10	20	

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terras e terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo</b>								
<b>Saldo em em 1º de janeiro de 2019</b>	4.405	13.282	16.213	163.150	15.408	37.966	26.261	276.685
Adições	-	252	3.165	2.509	501	850	13.251	20.528
Alienações / Baixas	(3.481)	(1.571)	(289)	9.233	(139)	(2.870)	(13.041)	(12.158)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	924	11.963	19.089	174.892	15.770	35.946	26.471	285.055
Adições	-	2.547	4.120	26.879	686	1.734	13.392	49.358
Alienações / Baixas	(260)	(214)	(740)	(19.863)	(100)	(1.715)	(29.715)	(3.183)
		49.565		(19.863)	13			
Bens adquiridos em transação de negócio	260	6.071	1.181	43.630	1.083	8.036	8.283	68.544
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	924	69.932	23.649	225.384	17.453	44.001	18.430	399.773
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldo em em 1º de janeiro de 2019</b>	-	1.334	(11.649)	(103.985)	(9.255)	(16.693)		(140.248)
Depreciações no exercício	-	(4.196)	(1.545)	(8.160)	(1.192)	(2.354)		(17.447)
Alienações / Baixas	-	86	260	2.357	196	1.325		4.224
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	(2.776)	(12.934)	(109.788)	(10.251)	(17.722)		(153.471)
Depreciações no exercício	-	(5.057)	(2.276)	(13.653)	(1.405)	(3.734)		(26.125)
Transferências	-	(29.098)	-	29.098	-	-		-
Alienações / Baixas	-	-	510	640	63	1.645		2.858
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	(36.931)	(14.700)	(93.703)	(11.593)	(19.811)		(176.738)
<b>Valor contábil líquido</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	924	9.187	6.155	65.104	5.519	18.224	26.471	131.584
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	924	33.001	8.949	131.681	5.860	24.190	18.430	223.035
Taxa anual de depreciação %		4	20	10	10	20		

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(a) Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado**

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, o Grupo realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01 (IAS36) - Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*).

**(b) Garantias**

A Companhia possui um saldo de R\$27.000 (R\$58.182 no consolidado) de ativos imobilizados dados em garantias a empréstimos e financiamentos.

**14. Intangível****(a) Composição e movimentação dos ativos intangíveis**

	<b>Controladora</b>		
	<b>Software, marcas e patentes</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.448</b>	-	<b>3.448</b>
Adições	2.355	720	3.075
Amortização	(1.190)	(78)	(1.268)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.613</b>	<b>642</b>	<b>5.255</b>
Adições	10.705	339	11.044
Amortização	(2.337)	(437)	(2.774)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>12.981</b>	<b>544</b>	<b>13.525</b>
<b>Custo em 31 de dezembro de 2020</b>	19.250	1.060	20.310
<b>Amortização em 31/12/2020</b>	<b>(6.269)</b>	<b>(516)</b>	<b>(6.785)</b>
	<b>12.981</b>	<b>544</b>	<b>13.525</b>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Software, marcas e patentes</b>	<b>Ágios</b>	<b>Marcas</b>	<b>Carteira de clientes</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Vida útil determinada	5 anos	-	30 anos	12 anos	5 anos	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.398</b>	<b>306.103</b>	<b>120.732</b>	<b>67.711</b>	<b>7.122</b>	<b>507.066</b>
Adições	4.648	-	-	-	875	5.523
Adições – aquisição Cremer S.A.	(108)	-	-	-	-	(108)
Amortização	(2.102)	-	-	(6.949)	(5.232)	(14.283)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.836</b>	<b>306.103</b>	<b>120.732</b>	<b>60.762</b>	<b>2.765</b>	<b>498.198</b>
Reclassificações	-	5.713	(11.176)	5.463	-	-
Adições de combinações de negócios	14.247	257.591	5.534	114.413	14.994	406.779
Amortização	(3.913)	-	(7.567)	(6.627)	(10.504)	(28.611)
Adições	3.986	-	39	-	-	4.025
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>22.156</b>	<b>569.407</b>	<b>107.562</b>	<b>174.011</b>	<b>7.255</b>	<b>880.391</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Teste de recuperabilidade dos ágios com vida útil indefinida**

Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

<b>Negócio adquirido</b> <sup>(1)</sup>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
P. Simon S.A. <sup>(2)</sup>	19.251	19.251
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda. <sup>(2)</sup>	66.671	66.671
Cremer S.A.	220.181	220.181
Byogene Com. de Prod. Para Lab. Clínico Ltda.	7.130	-
Biogenetix Imp. e Exp. Ltda.	5.586	-
Vitalab Com.de Prod. para Lab. Ltda	11.844	-
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	181.730	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	5.385	-
Flexicotton	51.301	-
	<b>569.079</b>	<b>306.103</b>

*(1) Cada negócio adquirido é controlado como uma Unidade Geradora de Caixa.**(2) Ágio das entidades P. Simon S.A. e Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda. foram incorporados in 2011 e 2019, respectivamente, na subsidiária Cremer S.A. Valores dos Ágios são monitorados ao nível menor do CGU relacionado ao cada negócio.*

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias adquiridas, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

	<b>Taxa Desconto</b>	<b>Taxa de desconto antes dos impostos</b>	<b>Taxa Crescimento Perpetuidade (1)</b>	<b>EBITDA médio projetado</b>
P. Simon S.A.	10,5%	12,0%	3,3%	23,3%
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	10,5%	11,6%	3,3%	22,8%
Cremer S.A.	10,5%	11,7%	3,3%	20,3%
Byogene Com. de Prod. Para Lab. Clínico Ltda.	10,5%	11,8%	3,3%	16,6%
Biogenetix Imp. e Exp. Ltda.	10,5%	11,9%	3,3%	21,0%
Vitalab Com.de Prod. para Lab. Ltda	10,5%	11,7%	3,3%	31,9%
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	10,5%	11,6%	3,3%	4,9%
Flexicotton Ind. e Com. de Prod. Higiene Pessoal S.A.	10,5%	11,8%	3,3%	29,7%

*(1) Foi considerado o crescimento de 3,3%, correspondente a inflação de longo prazo na data base da avaliação. Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade.*

As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 6% a 7% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 10,46% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês (representa aproximadamente uma taxa de 12% antes dos impostos).

Como resultado do teste realizado foi concluído que o (*custo contábil*) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Abaixo demonstramos o montante pelo qual alterações individuais na taxa de desconto utilizada poderia resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

	<b>Taxa de desconto utilizada na avaliação</b>	<b>Taxa desconto máxima (1)</b>	<b>Valor contábil (2)</b>
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	10,5%	13,7%	124.862
Cremer S.A.	10,5%	19,2%	639.612
Byogene Com. de Prod. Para Lab. Clínico Ltda.	10,5%	18,9%	24.112
Biogenetix Imp. e Exp. Ltda.	10,5%	12,5%	27.420
Vitalab Com.de Prod. para Lab. Ltda	10,5%	14,2%	32.195
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	10,5%	18,3%	355.775
Flexicotton Ind. e Com. de Prod. Higiene Pessoal S.A.	10,5%	20,3%	91.598

(1) *Cenário de sensibilidade: Foi realizado um teste de sensibilidade gerando um cenário de estresse para extrair qual a taxa de desconto máxima que o fluxo de caixa suportaria para suportar o Carrying Amount da UGC.*

(2) *Carrying Amount das empresas incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações, imobilizado e intangível diretamente atribuível, ativos corporativos e ramp-up do capital de giro. Carrying Amount das empresas não incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações e patrimônio líquido da UGC.*

Tais projeções foram aprovadas pela administração da companhia em reunião realizada no dia 05 de janeiro de 2021, as quais foram preparadas com base nos resultados históricos e na expectativa de resultado de cada UGC.

**15. Arrendamentos****(a) Ativo de direito de uso**

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

		Controladora						
Período médio em anos		01/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo								
Centros de distribuição	27	-	49.958	-	49.958	8.812	(777)	57.993
		-	49.958	-	49.958	8.812	(777)	57.993
Amortização								
Centros de distribuição		-	(4.124)	-	(4.124)	(4.401)	-	(8.525)
		-	(4.124)	-	(4.124)	(4.401)	-	(8.525)
Líquido		-	45.834	-	45.834	4.411	(777)	49.468

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Consolidado									
	Período mec em anos	31/12/2019			31/12/2020				
		01/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2019	Cominação de negócios	Adições	Baixas	31/12/2020
<b>Custo</b>									
Centros de distribuição	24	-	49.958	-	49.958	2.010	17.133	(777)	68.324
Edificações	10	-	93.286	-	93.286	12.315	20.942	(6.892)	119.651
		-	143.244	-	143.244	14.325	38.075	(7.669)	187.975
Amortização									
Centros de distribuição		-	(4.124)	-	(4.124)	(1.181)	(7.077)	-	(12.382)
Edificações		-	(19.300)	-	(19.300)	(1.827)	(20.453)	-	(41.580)
		-	(23.424)	-	(23.424)	(3.008)	(27.530)	-	(53.962)
Líquido		-	119.820	-	119.820	11.317	10.545	(7.669)	134.013

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável.

**(b) Passivos de arrendamento**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 30 contratos de locação (23 contratos em 31 de dezembro de 2019) para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional.

Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 6,78% a 8,80% a.a.

**Composição e movimentação**

Controladora										
	01/12/2019	Pagamentos de principal e Juros			31/12/2019	Pagamentos de principal e Juros			Baixas	31/12/2020
		Adições	juros	Juros apropriados		Adições	e juros	apropriados		
Centros de distribuição	-	49.958	(5.042)	4.052	48.968	8.812	(5.795)	4.043	(777)	55.251
	-	49.958	(5.042)	4.052	48.968	8.812	(5.795)	4.043	(777)	55.251
Circulante					4.529					13.993
Não circulante					44.439					41.258

Consolidado

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Pagamentos de					Pagamentos de					
	01/12/2019	Adições	principal e juros	Juros apropriados	31/12/2019	Combinação de negócios	Adições	principal e juros	Juros apropriados	Baixas	31/12/2020
Centros de											
distribuição	-	49.958	(5.042)	4.052	48.968	983	17.133	(7.603)	4.394	(777)	63.098
Edificações	-	93.286	(19.393)	6.279	80.172	11.323	20.942	(22.193)	5.458	(6.890)	88.812
	-	143.244	(24.435)	10.331	129.140	12.306	38.075	(29.796)	9.852	(7.667)	151.910
Circulante					29.342						50.785
Não circulante					99.799						101.125

**Estimativa de realização**

<b>Cronograma de amortização</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2021	13.993	50.785
2022	4.932	25.197
2023 em diante	36.326	75.928
	<b>55.251</b>	<b>151.910</b>

**Informações adicionais**

Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos (PIS e COFINS).

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020, uma vez que não teve ajustes de termos ou valores por conta da crise causada pela Pandemia do Covid-19.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46B, é uma modificação do contrato de arrendamento.

O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

**16. Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fornecedores mercado interno	555.714	383.732	952.907	474.998
Fornecedores mercado externo	2.787	866	2.975	866
Fornecedor – partes relacionadas (nota explicativa 21)	17.692	14.547	-	2.087
<b>Total</b>	<b>576.193</b>	<b>399.145</b>	<b>955.882</b>	<b>477.951</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à aquisições de mercadorias para revenda e matéria-prima para industrialização. O Grupo possui transações para aquisições de mercadorias de fornecedores no mercado interno e externo, estas estão sujeitas à variação cambial.

**(a) Fornecedores – factoring reverso**

A rubrica de Fornecedores - *reverse factoring*, no passivo circulante consolidado no montante de R\$64.763 (R\$9.891 em 2019), refere-se a operações de *factoring* reverso efetuados por fornecedores da companhia (R\$17.265 na controladora em 31 de dezembro de 2020). As operações de *factoring* reverso possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. A decisão de efetuar *factoring* reverso é única e exclusivamente do fornecedor que arca integralmente com os encargos financeiros da operação. Os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores não foram afetados.

**17. Empréstimos, financiamentos e debêntures****(a) Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Moeda nacional</b>					
Aquisição de imobilizado (Finame e Finimp)	2,00 a 12,00% a.a.	4.699	6.731	4.699	6.731
Crédito rural	8,00% a 8,60% a.a.	-	-	-	10.268
Aquisição do imobilizado	5,00% a 15,00% a.a.	221	1.130	221	2.129
Capital de giro	CDI + VC USD	68.529	17.392	71.088	17.392
Capital de giro	CDI + 1,90 % a.a.	-	-	172.605	-
Capital de giro	6,00% a 16,00% a.a.	-	-	83.480	-
ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	4,78% a.a.	-	-	-	1.036
Crédito à exportação	CDI +1,70% a.a.	-	-	14.377	27.141
Nota de taxa de flutuação	CDI +1,51% a.a.	-	-	20.171	40.695
Notas comerciais	CDI +1,79% a.a.	-	-	31.909	44.682
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	6,00% a 16,00% a.a.	4	58	692	58
CCB – Cédula de Crédito Bancário	CDI + 1,90% a.a.	166.577	-	207.133	-
		<b>240.030</b>	<b>25.311</b>	<b>606.375</b>	<b>150.132</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Capital de giro em moeda estrangeira (EUR)	CDI + 2,00% a 18,00% a.a.	-	-	23.438	33.079
Capital de giro em moeda estrangeira (USD)	CDI +1,93% a.a.	-	-	133.834	60.618
		-	-	<b>157.272</b>	<b>93.697</b>
<b>Total</b>		<b>240.030</b>	<b>25.311</b>	<b>763.647</b>	<b>243.829</b>
<b>Circulante</b>		<b>219.947</b>	<b>3.422</b>	<b>599.285</b>	<b>84.055</b>
<b>Não circulante</b>		<b>20.083</b>	<b>21.889</b>	<b>164.362</b>	<b>159.774</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	19.260	-	103.520
2022 e 2023	20.079	-	135.490	-
2024 em diante	4	2.629	28.872	56.253
<b>Total</b>	<b>20.083</b>	<b>21.889</b>	<b>164.362</b>	<b>159.773</b>



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **Cláusulas restritivas:**

(i) Cremer S.A.: a controlada contratou uma nota de taxa flutuante, que inclui cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser realizados anualmente. Esses índices são os seguintes:

Manutenção do índice obtido pela Dívida Líquida consolidada dividido pelo EBITDA, inferior a "3" (considerando as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia) e dívida líquida consolidada sobre o EBITDA, inferior a "3,5"(considerando as demonstrações financeiras consolidadas da Cremer S.A.), considerando os seguintes termos:

Dívida líquida: soma de empréstimos e empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros, impostos a pagar financiados, passivos de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos e outras cláusulas contratuais, menos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA: soma do lucro líquido/prejuízo, custos financeiros líquidos, provisão de imposto de renda, depreciação e amortização.

(ii) Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.: a controlada contratou empréstimos com instituições financeiras que incluem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser aferidos anualmente. Estes índices são os seguintes:

Banco Santander: Manutenção do índice obtido pelo custo financeiro líquido da dívida consolidado sobre o EBITDA, inferior a "2", e liquidez corrente acima de "1", considerando os seguintes termos:

EBITDA: lucro líquido/prejuízo, menos qualquer provisão, juros, instrumentos de hedge, depreciação, amortização, dividendos, contingências, custos capitalizados e outras cláusulas contratuais.

Liquidez corrente: ativos correntes sobre passivo circulante.

Banco ABC: Manutenção do índice obtido pela Dívida Líquida consolidada sobre o EBITDA, menos de 3 considerando os seguintes termos:

Dívida líquida: soma de empréstimos e empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros, impostos a pagar financiados, passivos de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos e outras cláusulas contratuais, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA: soma do lucro líquido/perda, custos financeiros líquidos, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização, custos e despesas decorrentes da emissão, equivalência patrimonial, ganhos (perdas) na avaliação de ativos e outras cláusulas contratuais.

### **Garantias**

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais de diretores e direitos creditórios e foram contratados com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Debêntures**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Moeda nacional</b>					
Debêntures	(CDI + 2,00% a.a 2,50% a.a.)	386.573	384.204	386.573	456.029
(-) custos de transação na emissão de debêntures		(4.387)	(5.265)	(4.387)	(5.362)
<b>Total</b>		<b>382.186</b>	<b>378.939</b>	<b>382.186</b>	<b>450.667</b>
<b>Circulante</b>		<b>135.175</b>	<b>68.806</b>	<b>135.175</b>	<b>140.534</b>
<b>Não circulante</b>		<b>247.011</b>	<b>310.133</b>	<b>247.011</b>	<b>310.133</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante, bruto dos custos de transação na emissão de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
2022	49.402	64.000
2023	49.402	64.000
2024	49.402	64.000
2025	49.402	64.000
2026	49.403	54.133
<b>Total</b>	<b>247.011</b>	<b>310.133</b>

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

**(i) 1ª emissão de Debêntures - Controladora**

Em 27 de dezembro de 2017, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de março de 2026, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

**Montante:** R\$ 400.000;

**Datas:** (a) emissão: 27 de dezembro de 2017 e (b) vencimento: 27 de março de 2026;

**Amortização:** trimestral, com início de pagamento ao final do 24º mês, a contar da data de emissão;

**Remuneração:** As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,40%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

**Pagamento da Remuneração:** os valores deverão ser pagos trimestralmente, a partir da data da emissão com carência de 24 meses, sendo o primeiro pagamento em 27 de dezembro de 2019 e o último pagamento devido na data do vencimento.

**Cláusulas restritivas**

As debêntures da primeira emissão mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente, tendo como base os saldos consolidados. Os referidos índices são os seguintes:

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA menor que 3, considerando os seguintes termos:

Dívida líquida: soma de empréstimos e empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros, impostos a pagar financiados, passivos de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos e outras cláusulas contratuais, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA: soma do lucro líquido/perda, custos financeiros líquidos, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização, custos e despesas decorrentes da emissão, equivalência patrimonial, ganhos (perdas) na avaliação de ativos e outras cláusulas contratuais.

	Índice contratual para 2020	Índice realizado em 2020	Índice contratual para 2021
Debêntures	3	2.1	3

### (ii) 2ª emissão de Debêntures - Controladora

Em 27 de maio de 2020, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações. Essa emissão foi aprovada em assembleia geral extraordinária em 11 de maio de 2020 e tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 65.000;

Datas: (a) emissão: 14 de maio de 2020 e (b) vencimento: 27 de março de 2026;

Amortização: trimestral, com início de pagamento ao final do 24º mês, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,56% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos em parcela única na data do vencimento.

### (iii) 4ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 15 de abril de 2014, a controlada Cremer S.A. efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de abril de 2014. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 200.000;

Datas: (a) emissão: 15 de abril de 2014 e (b) vencimento: 15 de abril de 2020;

Amortização: em cinco parcelas iguais anuais, a partir do 24º mês, contados da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,0%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: 6 parcelas anuais, com vencimentos em abril de 2015 a abril de 2020.

### Cláusulas restritivas

A referida 4ª emissão de Debêntures possuía cláusulas relacionados a índices econômicos e financeiros que deveriam ser cumpridos anualmente. Esses índices eram os seguintes:

Manutenção do índice obtido pela dívida líquida consolidada sobre EBITDA, inferior a "3,5", e índice de custo do serviço financeiro acima de "1,3" considerando os termos a seguir:

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Dívida Líquida: soma de empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros, impostos a pagar financiados, obrigações de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos e outras cláusulas contratuais, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros.

EBITDA: soma do lucro/prejuízos, custos financeiros líquidos, provisão para imposto de renda, depreciação e amortização.

Índice de custos de serviços financeiros: Caixa gerado (caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros mais EBITDA) sobre amortização de principal e juros.

As debêntures emitidas pela controlada Cremer foram completamente quitadas na data do seu vencimento, abril de 2020.

### **(iv) 6ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.**

Em 11 de abril de 2017, a controlada Cremer S.A. efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 11 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de abril de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 80.000;

Datas: (a) emissão: 11 de abril de 2017 e (b) vencimento: 11 de abril de 2020;

Amortização: semestral, com início de pagamento ao final do 12º mês, inclusive, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,50%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos semestralmente, a partir da data da emissão, em outubro e abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de outubro de 2017 e o último pagamento devido na data do vencimento.

### **Cláusulas restritivas**

A referida 4ª emissão de Debêntures possuía cláusulas relacionados a índices econômicos e financeiros que deveriam ser cumpridos anualmente. Esses índices eram os seguintes:

Manutenção do índice obtido pela dívida líquida consolidada sobre EBITDA, inferior a "3,5", e índice de custo do serviço financeiro acima de "1,3" considerando os termos a seguir:

Dívida Líquida: soma de empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros, impostos a pagar financiados, obrigações de arrendamento, instrumentos financeiros derivativos e outras cláusulas contratuais, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros.

EBITDA: soma do lucro/prejuízos, custos financeiros líquidos, provisão para imposto de renda, depreciação e amortização.

Índice de custos de serviços financeiros: Caixa gerado (caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros mais EBITDA) sobre amortização de principal e juros.

As debêntures emitidas pela controlada Cremer foram completamente quitadas na data do seu vencimento, abril de 2020.

### **Garantias**

Em garantias às debêntures são oferecidas duplicatas a receber de clientes, equivalentes aos saldos devedores nas datas de balanço.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(c) Reconciliação dos movimentação de passivos relacionados à atividade de financiamento (controladora)**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>38.727</b>	<b>394.130</b>	<b>432.857</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>			
Captações	17.000	-	17.000
Pagamentos de principal	(32.059)	-	(32.059)
Pagamentos de juros	(157)	-	(157)
Pagamentos de debêntures	-	(41.783)	(41.783)
Pagamentos de juros de debêntures	-	(7.327)	(7.327)
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>			
Provisão de juros de debêntures	-	33.919	33.919
Provisão de juros e variações cambiais	1.800	-	1.800
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>25.311</b>	<b>378.939</b>	<b>404.250</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>			
Captações	214.825	65.000	279.825
Pagamentos de principal	(3.890)	(64.000)	(67.890)
Pagamentos de juros	(1.037)	-	(1.037)
Pagamentos de juros de debêntures	-	(18.615)	(18.615)
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>			
Provisão de juros de debêntures	-	20.862	20.862
Provisão de juros e variações cambiais	4.821	-	4.821
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>240.030</b>	<b>382.186</b>	<b>622.216</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(d) Reconciliação dos movimentação de passivos relacionados à atividade de financiamento (consolidado)**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total de dívida
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>261.602</b>	<b>540.543</b>	<b>802.145</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>			
Obtenção de empréstimos	91.633	-	91.633
Pagamentos de empréstimos	(115.477)	-	(115.477)
Pagamentos de juros	(10.403)	-	(10.403)
Pagamentos de debêntures	-	(113.783)	(113.783)
Caixa e equivalentes de caixa, resgate e aplicações líquidas	-	(18.631)	(18.631)
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>			
Provisão de juros e variações cambiais	16.474	-	16.474
Provisão de juros de debêntures	-	42.538	42.538
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>243.829</b>	<b>450.667</b>	<b>694.496</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>			
Obtenção de empréstimos/emissão debêntures	505.844	65.000	570.844
Pagamentos de empréstimos	(261.988)	(120.000)	(381.988)
Pagamentos de juros	(15.393)	-	(15.393)
Pagamentos de juros de debêntures	-	(35.705)	(35.705)
Saldos advindos de combinação de negócios	310.201	-	310.201
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>			
Provisão de juros de debêntures	(18.846)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>763.647</b>	<b>382.186</b>	<b>1.145.832</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***18. Salários e obrigações sociais a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários e ordenados a pagar	30.494	3.877	34.715	6.450
Encargos sociais a pagar	6.353	4.018	13.200	6.052
Provisões de férias	6.404	7.372	14.212	14.969
Provisões de passivos trabalhistas e de encargos sociais	218	35.522	14.252	35.522
Outros	494	684	1.115	9.061
<b>Total</b>	<b>43.963</b>	<b>51.473</b>	<b>77.494</b>	<b>72.054</b>

**19. Tributos a recolher**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS (i)	21.306	16.745	42.331	20.894
Imposto de renda e contribuição social – IRPJ e CSLL	5.906	371	10.417	2.399
Provisões de passivos tributários (ii)	6.049	22.963	6.049	22.871
Outros	197	1.334	1.935	4.284
<b>Total</b>	<b>33.458</b>	<b>41.413</b>	<b>60.732</b>	<b>50.448</b>
<b>Circulante</b>	<b>33.458</b>	<b>40.265</b>	<b>60.327</b>	<b>48.059</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.148</b>	<b>405</b>	<b>2.389</b>

- (i) Com a entrada em vigor do convênio ICMS 93/2015, passou a ser exigido o diferencial de alíquota das operações de origem no estado de Goiás. Este convênio obriga o mencionado estado a compensar ou devolver os valores do diferencial de alíquota de origem, do período de janeiro a junho de 2016, integralmente à Companhia. Até a publicação do convênio regendo a compensação ou devolução desses valores de origem, a Companhia não realizou os pagamentos do ICMS. Os demais são tributos a pagar correntes oriundos da operação normal do Grupo.
- (ii) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reavaliou a probabilidade considerando a expiração dos seus períodos prescricivos e concluiu que um desembolso de caixa não é provável. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no resultado do exercício deste ano fiscal sob outras despesas no valor de R\$ 14.491 (R\$ 59.070 em 31 de dezembro de 2019).

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***20. Imposto de renda e contribuição social****(a) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e diferenças temporárias enquanto os passivos foram constituídos sobre os efeitos da contabilização do custo atribuído, da diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e pela vida útil econômica dos ativos sobre os ágios (amortizado fiscalmente, mas não contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	60.120	37.912
Provisão para perda de crédito	320	479	320	479
Provisões trabalhistas	9.173	12.077	9.173	12.077
Provisões para impostos	2.057	5.080	2.057	5.080
Provision for contingencies	2.070	2.329	2.070	2.329
Outras provisões	2.471	5.234	49.552	22.646
<b>Tributos diferidos ativos líquidos</b>	<b>16.091</b>	<b>25.199</b>	<b>123.292</b>	<b>80.523</b>
<b>Passivo</b>				
Ágio <sup>(1)</sup>	-	-	(12.203)	(7.679)
Vida útil	-	-	(8.602)	(8.874)
Efeito de ganho de processo <sup>(2)</sup>	-	-	(46.898)	-
Custo atribuído	-	-	(571)	(1.037)
Direito de reembolso	-	(14.861)	-	(14.861)
Mais valia ativo imobilizado <sup>(3)</sup>	(3.415)	(5.444)	(3.415)	(5.444)
Marca <sup>(3)</sup>	(25.483)	(28.054)	(25.483)	(28.054)
Carteira de clientes <sup>(3)</sup>	(16.464)	(18.715)	(16.464)	(18.715)
<b>Tributos diferidos passivos líquidos</b>	<b>(45.362)</b>	<b>(67.074)</b>	<b>(113.636)</b>	<b>(84.664)</b>
<b>Total tributos diferidos líquidos</b>	<b>(29.271)</b>	<b>(41.875)</b>	<b>9.656</b>	<b>(4.141)</b>
Total Ativo	-	-	38.927	37.734
Total Passivo	(29.271)	(41.875)	(29.271)	(41.875)

(1) O imposto de renda diferido é relacionado ao benefício fiscal de amortização (para fins fiscais apenas) dos ágios descritos como “P.Simon S.A.” e “Embramed Ind. e Com. Prod. Hosp. Ltda.” Esse benefício fiscal foi reconhecido pela controlada Cremer S.A. tendo como base incorporações ocorridas em 2011 e 2019, respectivamente.

(2) Com mencionado na nota explicativa 10 as controladas Cremer, Flexicotton e Biogenetix obtiveram trânsito em julgado em suas ações pleiteando o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins. Em decorrência do desfecho favorável do processo, o valor dos créditos tributários correspondentes foi registrado no resultado. A controlada Cremer obteve o termo de trânsito em julgado, mas aguarda os ritos de encerramento dos tribunais para que encaminhar à Receita Federal seu pedido de homologação dos créditos. Em função do registro do crédito a controlada registrou um imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ganho reconhecido enquanto ainda aguarda a liberação do processo judicial para homologar o crédito e realizar o crédito fiscal.

(3) O imposto de renda diferido passivo é relativo à amortização de ativos mensurados a valor justo, originados na aquisição da controlada Cremer S.A. em 2018. Na data de aquisição, a Companhia reconheceu um imposto de



## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

renda diferido passivo, baseado nas limitações fiscais e legais para conduzir um futuro processo de incorporação entre a controlada e a Companhia.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2021, elaborado pela Administração da Companhia e apresentado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de janeiro de 2021. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2024.

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2020</b>
2020	-
2021	19.077
2022	21.155
2023	8.092
2024	9.906
Após 2025	1.890
<b>Total</b>	<b>60.120</b>

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Os impostos diferidos passivos da controladora e suas controladas estão apresentados líquidos dos impostos diferidos ativos, conforme demonstrado no tópico (a) acima. A exceção deve-se a CM Hospitalar S.A. e a controlada direta Cremer Administradora de Bens Ltda., que não possuem imposto diferido ativo em seu balanço individual, desta forma, está apresentando seu imposto diferido no passivo.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	119.637	(16.737)	189.585	(17.357)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa a alíquota básica	(40.677)	5.691	(64.459)	5.901
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	36.128	10.980	-	-
Multas e doações	14	497	14	497
Impacto fiscal da reversão do direito de reembolso (diferença permanente)	2.808	18.020	2.808	19.395
Impacto fiscal relacionado à atualização de riscos fiscais de impostos sobre o lucro	2.119	13.337	2.119	13.337
Impostos presumidos de subsidiária	-	-	-	10.390
Outras adições (exclusões) permanentes	1.737	3.959	(8.301)	3.584
<b>Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.129</b>	<b>52.484</b>	<b>(67.819)</b>	<b>53.104</b>
Alíquota efetiva	-1,8%	-313%	-36%	-305%
<b>Imposto de renda e de contribuição social correntes</b>	<b>(10.475)</b>	<b>(7.696)</b>	<b>(38.845)</b>	<b>(25.565)</b>
<b>Imposto de renda e de contribuição social diferidos</b>	<b>12.604</b>	<b>60.180</b>	<b>(28.974)</b>	<b>78.669</b>

**21. Partes relacionadas**

O saldo de partes relacionadas refere-se substancialmente à operações com empresas do o Grupo e pessoas físicas decorrente da revenda de mercadorias.

Saldos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber clientes				
CM Medicamentos Especiais Ltda.	339	926	-	926
CMI Hospitalar Ltda.	749	874	-	874
CCM Industria e Com. De Prod. Descartáveis	-	1	-	1
Diagnóstica Serviços Ltda.	15	-	-	-
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	2.580	-	-	-
Health Logística Hospitalar S.A	60	-	-	-
Cremer S.A.	139	4	-	-
	<b>3.882</b>	<b>1.805</b>	<b>-</b>	<b>1.801</b>
Dividendos a receber – Cremer S.A.	26.704	21.080	-	-
Dividendos a receber – Flexicotton	940	-	-	-
Dividendos a receber – Health Log	300	-	-	-
	<b>27.944</b>	<b>21.080</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

<b>Mútuos a receber</b>				
Far.me	449	-	449	-
Biogenetix	7.100	-	-	-
Byogene	29.550	-	-	-
Vitalab	6.350	-	-	-
Expressa	80.000	-	-	-
Health	10.801	-	-	-
	<b>134.250</b>	-	449	-
Direito de reembolso (i)	<b>1.998</b>	27.829	1.998	27.829
<b>Total ativo circulante</b>	<b>168.074</b>	<b>50.714</b>	<b>2.447</b>	<b>29.630</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Conta corrente – Health Logística S.A.	-	3.508	-	3.508
Direito de reembolso (i)	1.093	15.879	1.093	15.879
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>1.093</b>	<b>19.387</b>	<b>1.093</b>	<b>19.387</b>
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
Cremer S.A.	11.220	8.557	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	4.290	4.290	-	-
Health Logística S.A.	96	7	-	395
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	6.632	1.691	-	1.691
CM Medicamentos Especiais Ltda.	6	1	6	1
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	2.086	-	-	-
	<b>24.330</b>	<b>14.546</b>	<b>6.636</b>	<b>2.087</b>
<b>Dividendos a pagar</b>				
Cromossomo Participações IV S.A.	135	135	135	135
Carlos Alberto Mafra Terra	101	101	101	101
Consolação Goulart Terra	101	101	101	101
Cleber Aparecida Ribeiro	28	28	28	28
Acionistas vendedores – Vitalab <sup>(ii)</sup>	-	-	11.328	-
Dividendos propostos mínimos pela Administração	37.388	8.491	37.388	8.491
	<b>37.753</b>	<b>8.856</b>	<b>49.081</b>	<b>8.856</b>
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	<b>1.637</b>	1.747	-	-
	<b>1.637</b>	<b>1.747</b>	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2015, Carlos Alberto Mafra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro, Consolação Goulart Terra e CAMT Empreendimentos e Participações Ltda., em conjunto, “Acionistas Originais” do Grupo, firmaram acordo de investimentos com o investidor Cromossomo Participações IV S.A. (“Cromossomo” ou “Investidor”), que estabeleceu cláusula de indenização devida pelos acionistas originais do Grupo à Companhia, no caso de existirem, atos, fatos, eventos, ações ou omissões realizadas pelo Grupo antes de 1º de março de 2016 (data do acordo) ou cujo fato gerador seja anterior ao fechamento ainda que seus efeitos se materializem após o fechamento do acordo. Sob tal cláusula, a Companhia tem direito de reembolso decorrente de cláusula de indenização formalizada entre seus acionistas para cobrir possíveis contingências e passivos fiscais, que fossem originados em períodos anteriores a 1º de março de 2016. O contrato prevê que a Companhia será reembolsada e não terá qualquer encargo financeiro ou ônus fiscal, incluindo juros e multas. A administração avaliou as cláusulas relacionadas ao direito de reembolso, garantias, capacidade de pagamento do fiador, entre outras, e concluiu sobre o montante requerido a ser registrado nas demonstrações financeiras para contingências e passivos fiscais devido às suas probabilidades de perda serem avaliada como provável. Tal direito de reembolso foi reconhecido para atender à condição de ser "praticamente certo", conforme exigido

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pele CPC 25 (IAS 37). A administração entende que tais valores registrados referentes ao direito de reembolso são suficientes para garantir que a Companhia não terá prejuízo em caso de necessidade de desembolso para honrar os passivos garantidos por esse direito. O ativo de direito de reembolso foi reconhecido na data do contrato, e o saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.091 (R\$ 43.708 em 31 de dezembro de 2019). Em 2020, houve o desreconhecimento de R\$ 40.616 (R\$ 163.656 em 31 de dezembro de 2019), que foram reconhecidos em outras despesas operacionais, devido ao desreconhecimento de passivos contingentes a eles correlacionados. Não houve efeito de caixa nesta transação.

(ii) A controlada Vitalab tem em seu passivo um valor de dividendos a pagar para os sócios vendedores da companhia dividendos relativamente a resultados auferidos em data anterior a compra ainda pendentes de pagamento.

As operações de mútuo a receber de controladas não tem incidência de encargos, não tem garantias formalizadas e têm prazo de vencimento de um a dois anos.

Transações	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de vendas</b>				
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	-	13	-	13
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	663	-	663
CM Medicamentos Especiais Ltda.	-	6.020	-	-
Cremer	314	-	-	-
Expressa	44.921	-	-	-
CMI Hospitalar Ltda.	-	7.493	-	7.493
<b>Total</b>	<b>45.235</b>	<b>14.189</b>	<b>-</b>	<b>8.169</b>
<b>Compra de serviços e produtos</b>				
Health Logística Hospitalar S.A.	27.669	28.723	-	28.723
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	-	21.193	-	21.193
Expressa	46.421	-	-	-
Biogenetix	59	-	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	-	16	-	16
Cremer S.A.	68.167	97.462	-	-
<b>Total</b>	<b>142.316</b>	<b>147.394</b>	<b>-</b>	<b>49.932</b>

As transações comerciais de vendas e compras de mercadorias, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

### (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia e de suas controladas. As despesas relativas à remuneração de curto prazo do pessoal chave registradas na demonstração do resultado do exercício foram R\$ 8.962 (R\$ 8.818 em 31 de dezembro de 2019). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável. O pessoal-chave da Administração possui benefícios de longo prazo, como plano de pensão, plano de pagamento baseado em ações, entre outros.

### Plano de pagamento baseado em ações

Em 02 de abril de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Programa de Pagamento Baseado em Ações da Companhia, denominado “Phantom Shares”. O Programa tem por objetivo outorgar aos diretores e gerentes (os beneficiários) direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia. A liquidação do benefício poderá ser realizada em caixa ou ações.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os beneficiários são escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, sendo que a outorga não é, necessariamente, igual para cada beneficiário, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração a cada caso. As condições a serem cumpridas e o benefício a que faz jus cada beneficiário é formalizada através de Contratos de Outorga assinados individualmente por cada executivo com a Companhia.

As regras do Programa determinam um “Valor Referencial Inicial” e um “Valor Referencial Final”, que é a forma de cálculo para apurar a valorização das ações da Companhia e, com isso, os valores a serem pagos para os Beneficiários sobre essa valorização. Em 30 de setembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou um aditivo ao Programa outrora estabelecido, no qual foi ajustado o *valuation* base do Programa para que estivesse de acordo com o valor que foi capitalizado na Companhia em 2020. Em 30 de setembro de 2020, o Conselho de Administração concedeu esse plano aos seus beneficiários. O “Valor Referencial Final” significa o valor, expresso em Reais, de 1 (uma) ação de emissão da Companhia na Data de Apuração, sendo que:

- (i) a qualquer momento antes da consumação de um Evento de Liquidez, corresponderá ao preço da ação obtido através da (A) multiplicação do EBITDA LTM (EBITDA dos últimos doze meses) pelo múltiplo de (x) 8,33 (oito vírgula trinta e três) ou (y) caso, desde a presente data até a Data de Apuração, ocorra uma ou mais capitalizações da Companhia, o múltiplo utilizado para avaliação da Companhia na sua capitalização mais recente, menos (B) a Dívida Líquida da Companhia, dividido (C) pelo número total de ações de emissão da Companhia na Data de Apuração;
- (ii) ou, na hipótese de um Evento de Liquidez, o preço por ação da Companhia praticado no Evento de Liquidez.

O valor justo a pagar aos Beneficiários do Programa, que é liquidado em dinheiro, é reconhecido como uma despesa com um aumento correspondente no passivo, durante o período de *vesting* em que os Beneficiários passam a ter direito incondicional ao pagamento. O passivo é reavaliado a cada data de relatório e na data de liquidação com base no valor justo do Benefício. Qualquer mudanças no passivo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi reconhecido as despesas relativas aos serviços prestados (considerando o período de *vesting*) e o passivo correspondente pois os valores não foram considerados materiais em relação às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

## 22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração.

### (a) Contingências e riscos de perda prováveis

Referem-se a contingências trabalhistas e tributárias de provável pagamento pela Companhia, consistido, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual, e a procedimentos fiscais adotados pelo Grupo que envolve alto grau de julgamento.

A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	2019	Saldos advindos de combinação de negócios	Provisões	Baixas	Encargos	2020
<b>Controladora</b>						
Trabalhistas	9.333	-	1.240	-	265	10.838
Circulante	-					2.513
Não circulante	9.333					8.325
<b>Consolidado</b>						
Tributárias	8.221	291.741	21.064	(7.276)	140	313.890
Trabalhistas	12.721	1.801	4.668	(3.223)	-	15.967
Cíveis	7.207	2	109	-	1.666	8.984
	<b>28.149</b>	<b>293.544</b>	<b>25.841</b>	<b>(10.499)</b>	<b>1.806</b>	<b>338.841</b>
Circulante	-					2.551
Não circulante	28.149					336.290

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A principal ação tributária refere-se a medida judicial ingressada pela controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. em setembro de 2017, em 25 Estados da federação, pleiteando pagamento dos valores relativos ao Diferencial de Alíquota (DIFAL) do ICMS incidente nas vendas interestaduais oriundas do seu centro de distribuição, localizado no Distrito Federal, via depósito judicial, uma vez que ainda não ocorreu o julgamento da ADIN 5439, pelo Supremo Tribunal Federal (SRF). O valor atualizado da provisão e o valor do saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$274.860.

### **(b) Contingências e riscos de perda possíveis - Consolidado**

A Companhia avaliou o montante de aproximadamente R\$ 292.365 (R\$ 205.373 em 31 de dezembro de 2019) relacionados aos riscos tributários e trabalhistas sobre os quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas. As principais demandas são substancialmente relacionadas a:

#### **(i) Controladora - Autos de infração**

Relacionados ao questionamento pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás sobre a utilização de isenção na tributação da saída de determinados medicamentos revendidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 estes autos apresentam um montante de R\$ 37.799 (R\$ 41.035 em 31 de dezembro de 2019). Os mais significativos infrações referentes a estes notícias são:

- (a) Processo nº 4011403583605 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco por omissão de pagamento de ICMS em razão de escrituração indevida de valores, alegando aproveitamento maior de Crédito Outorgado a que teria direito. O assunto se encontra na Delegacia de Catalão, estado de Goiás, para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 4.819.
- (b) Processo nº 4011403585306 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco em razão de saída de mercadorias, no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, por meio de Nota Fiscal utilizando carga tributária inferior à estabelecida na legislação tributária. O assunto se encontra com agente do Fisco para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 29.775.

#### **(ii) Controlada Cremer S.A.**

##### *Contingências tributárias*

A Cremer S.A durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às amortizações de ágio. O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível. A Cremer S.A, durante o segundo trimestre de 2016, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração lavrado em face da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., por meio do qual a fiscalização da Receita Federal do Brasil tratou as vendas de imóveis de sua propriedade como operações sujeitas à apuração de ganho de capital. Segundo nossos assessores jurídicos, o prognóstico é de perda possível.

##### *Contingências trabalhistas*

A Cremer S.A e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, atualização monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária.

##### *Contingências cíveis*

A Cremer S.A e suas controladas figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por danos morais e materiais. A Companhia e suas controladas também possuem passivos judiciais relativos a cobrança de verbas relacionadas às rescisões de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Companhia provisiona verbas em seu balanço.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (iii) Controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos

A controlada está envolvida em diversos processos tributários surgidos no curso normal de seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível e consequentemente nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2020 as principais causas avaliadas pelos assessores jurídicos com risco possível referem-se a processos relativas ao IRPJ e a CSLL no valor de R\$49.419 (R\$ 20.695 em 2019).

### (c) Ativos contingentes - Consolidado

#### (i) Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui ação judicial visando reconhecer seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, o referido pleito encontra-se aguardando o julgamento dos agravos da União. Os assessores legais da Companhia compreendem que o êxito destas ações é provável, entretanto, devido à não ocorrência do trânsito em julgado em nenhum dos processos da Companhia, bem como, da indefinição do STF quanto à questão suscitada no *leading case* pela União Federal quanto à modulação dos efeitos daquela decisão e forma de cálculo do crédito, os valores estimados poderão sofrer relevantes alterações. Desta forma, os referidos pleitos ativos contingentes não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto estão sendo divulgados.

Para os presentes processos, a Companhia possui levantamento preliminar de documentos e realização de cálculos em 31 de dezembro de 2020, considerando dois cenários possíveis, com base no valor destacado em nota fiscal de saída e considerando as orientações da Receita Federal do Brasil que leva em consideração os valores líquidos recolhidos. Os levantamentos apontam para uma estimativa de créditos que podem variar de R\$ 7.000 a R\$13.000 e de R\$31.000 a R\$95.000 numa base consolidada, considerando o primeiro cenário e o segundo cenário, respectivamente.

#### (d) Depósitos judiciais (consolidado)

	2019	Saldos advindos de combinação negócios	Provisões	Baixas	2020
Tributárias	3.748	264.885	10.541	-	279.084
Trabalhistas	1.132	99	42	(135)	1.138
Cíveis	429	-	11	(73)	367
	<b>5.309</b>	<b>264.984</b>	<b>10.594</b>	<b>(208)</b>	<b>280.589</b>

Em dezembro de 2009, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5002307.54.2010.404.7205, visando discutir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas, adquiridos de terceiros, os quais haviam sido negados pela Secretaria da Receita Federal. Durante o 3º trimestre de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 2.111 (R\$ 2.111 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia obteve decisão favorável em primeiro grau, acarretando Apelação por parte da União. Com o julgamento da Apelação pelo TRF da 4ª Região, houve reforma do julgado. Tal decisão acarretaria a cobrança de parcelas consideradas atrasadas no âmbito do PAES. Desta forma, a Companhia efetuou o depósito do alegado saldo devedor, a fim de evitar sua exclusão do PAES e os procedimentos fiscais relacionados à cobrança dos valores e aguarda julgamento dos recursos extraordinário e especial apresentados. Na análise dos advogados da Companhia, os riscos de perdas são classificados como possíveis.

A controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos mantém depósito judicial com relação à discussão mantida com diversos estados da federação relativamente ao diferencial de alíquota de ICMS, como mencionado na nota explicativa 22.a.



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***23. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 979.957 (R\$ 253.629 em 2019) está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está distribuída da seguinte forma:

	2020		2019	
	Ações	%	Ações	%
Genoma VI Fundo Investimento	130.065.900	52,43%	-	-
Cromossomo Participações IV S.A.	56.386.455	22,73%	57.898.545	37,00%
Carlos Alberto Mafra Terra	17.497.843	7,05%	43.377.889	27,72%
Consolação Goulart Terra	44.129.162	17,79%	43.377.889	27,72%
Cleber Aparecido Ribeiro	-	-	11.828.232	7,56%
	<u>248.079.360</u>	<u>100,00%</u>	<u>156.482.555</u>	<u>100,00%</u>

Em 12 de março de 2020 os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram um aumento do capital social de R\$ 498 mediante emissão de 204.369 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O montante de 204.369 ações foi mensurado pelo valor histórico das ações da Companhia na data de 12 de março de 2020. Esse aumento de capital não teve efeito caixa. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Carlos Alberto Mafra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro, Consolação Goulart Terra e Cromossomo Participações IV S.A., na proporção de suas participações, mediante a conferência de 89.201 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social da sociedade Health Logística Hospitalar S.A. Como esse aumento, o capital social da Companhia passou de R\$253.629, representado por 156.482.555 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R\$254.127, dividido em 156.686.924 ações. Esta transação foi considerada como uma combinação de negócios sob controle comum e contabilizada considerando o valor contábil.

O acervo líquido utilizado para fins de aumento de capital está abaixo demonstrado:

	<u>29.02.2020</u>
Caixa e equivalentes	614
Contas a receber	7.313
Outros ativos	272
Imobilizado	8.234
Direito de uso	829
Fornecedores	(3.270)
Empréstimos e financiamentos	(3.654)
Passivo de arrendamento	(983)
Salários e obrigações a pagar	(2.460)
Partes relacionadas	(3.158)
Tributos a recolher	(813)
Outros passivos	(2.129)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(297)
Patrimônio líquido	<u>498</u>

Em 2 de abril de 2020 em assembleia geral extraordinária os acionistas aprovaram um aumento de capital de R\$725.830, por meio de emissão de 91.392.436 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O aumento foi integralmente subscrito pelo acionista Genoma VI Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, em moeda corrente nacional. Desta forma o capital social passou de R\$ 254.124 divididos em 156.686.924 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 979.957, dividendo em 248.079.360 ações. Com o aumento o acionista Cleber Aparecido Ribeiro saiu da sociedade e os sócios remanescentes tiveram suas participações diluídas.



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Reservas de lucros

#### (ii) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu R\$ 6.088 a título de reserva legal (R\$ 1.787 em 2019). Os valores constituídos atendem os limites impostos pela legislação societária brasileira.

#### (iii) Reserva de retenção de lucros

Reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2020 foi constituída no montante de R\$ 86.759 (R\$ 25.470 em 31 de dezembro de 2019).

### (c) Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. Entretanto, o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, determina que qualquer modalidade de remuneração aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, estão limitados a 25% do lucro líquido do período. A emissão das Debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017 pela totalidade dos acionistas da Companhia.

Desta forma, os dividendos propostos pela Administração estão limitados a 25%, nos termos das leis societária e respeitando as cláusulas restritivas da debentures. O Conselho de Administração recomendou a capitalização desses dividendos propostos, cuja deliberação será discutida na próxima assembleia dos acionistas.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	121.766	35.747
Constituição de reserva legal (5%)	(6.088)	(1.787)
Base de dividendos	115.678	33.960
Dividendos obrigatórios (25%)	<b>28.920</b>	<b>8.490</b>

## 24. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinárias e o número médio ponderado de ações em circularização após ajuste para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. As ações estão sujeitas aos efeitos de potencial diluição em função do plano de pagamento baseado em ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Básico e diluído</b>		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	121.766	35.747
Média ponderada de ações ordinárias	223.992.849	156.482.555
Lucro por ação – básico e diluído	<u>0,54362</u>	<u>0,22844</u>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***25. Receita**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas e serviços prestados	3.179.706	2.784.683	5.277.729	3.636.423
(-) Abatimentos, vendas canceladas e devoluções	(40.275)	(35.741)	(90.564)	(53.059)
(-) Tributos sobre vendas	(458.302)	(417.668)	(773.744)	(580.166)
<b>Total</b>	<b>2.681.129</b>	<b>2.331.274</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>

A receita de vendas do Grupo refere-se principalmente ao fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. As controladas Cremer S.A. e Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. atuam na produção de materiais descartáveis e de consumo para cuidado com a saúde, com inúmeros produtos nas linhas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, compressas de gaze, compressas cirúrgicas, ataduras gessadas, esparadrapos, algodão hidrófilo, fralda de pano, equipamentos e sondas.

As receitas do grupo no mercado doméstico representam 98% e 2% para o exterior.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A Companhia monitora os prazos de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

A receita operacional do Grupo está concentrada principalmente no mercado brasileiro e o Grupo não possui nenhum cliente individualmente significativo, ou seja, que representa 10% ou mais das receitas operacionais do exercício.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, que representa uma parcela pequena do faturamento do Grupo, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A desagregação da receita com base nos segmentos reportáveis está demonstrada na nota explicativa 29 de informações por segmento.

**26. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matéria-prima, produtos de revenda e custos de propriedade	2.397.022	2.073.408	3.578.974	2.294.423
Salários, férias e benefícios a empregados	70.223	75.448	224.461	221.828
Encargos sociais	22.653	21.644	33.162	39.569
Serviços de consultoria	16.431	11.591	22.585	15.402
Comissões	18.259	5.922	25.928	13.099
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.124	1.905	2.216	1.982
Frete	53.697	42.846	107.934	82.302
Embalagens	2.106	2.532	4.000	2.532
Aluguéis	1.957	1.308	8.508	5.731
Serviços de terceiros	4.146	7.237	45.488	93.283
Despesas de viagens	6.133	5.448	6.908	9.648
Depreciação e amortização	12.763	17.132	82.265	55.021
Materiais de uso e consumo	2.517	912	26.602	2.964
Outros gastos	14.167	3.782	28.477	12.833
<b>Total</b>	<b>2.624.198</b>	<b>2.264.595</b>	<b>4.197.508</b>	<b>2.850.751</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Classificadas como	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos das mercadorias e produtos vendidos	2.397.022	2.073.408	3.774.950	2.533.751
Despesas com vendas	59.991	55.839	162.338	134.425
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.124	1.904	2.216	5.124
Despesas gerais e administrativas	165.061	133.444	258.004	177.451
<b>Total</b>	<b>2.624.198</b>	<b>2.264.595</b>	<b>4.197.508</b>	<b>2.850.751</b>

**27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Outras despesas	(1.765)	(16.722)	(1.767)	(5.771)
Doações e bonificações concedidas	(2.435)	(3.796)	(4.957)	(4.156)
Outros serviços de terceiros	(433)	(1.486)	(7.325)	(2.524)
Reversão (provisão) para contingências	(1.240)	9	(8.414)	(7.020)
Multas	(41)	(155)	(202)	(649)
Carta de fiança	-	(84)	-	(85)
Ociosidade fabril / perda de estoque	-	-	-	(2.778)
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões (ii)	(14.491)	(59.070)	(14.491)	(59.070)
Mensuração ao valor justo dos bens destinados a venda (i)	-	-	-	(31.943)
Arrendamento mercantil	(4.499)	(4.124)	(4.499)	(4.124)
Créditos de impostos relacionados ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS e Cofins (nota 10)	-	-	(73.891)	-
Parcelamento tributário	-	(339)	-	(339)
	(24.904)	(85.767)	(115.546)	(118.459)
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Outras receitas	2.000	10.354	5.580	19.190
Doações e bonificações recebidas	1.800	2.968	1.553	2.968
Resultado na alienação do ativo imobilizado	1.978	98	3.324	131
Créditos de impostos relacionados ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS e Cofins (nota 10)	-	-	82.067	-
Reversão de provisões trabalhistas e de encargos sociais	1.585	5.176	4.381	5.625
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>7.363</b>	<b>18.596</b>	<b>96.905</b>	<b>27.914</b>
	(17.541)	(67.171)	(18.641)	(90.545)

(i) A subsidiária indireta Cremer Administradora de Bens Ltda. ("Cremer Administradora") assinou um contrato de venda de terrenos edifícios em 6 de março de 2017, que foram reclassificados como ativos mantidos à venda, pois sua realização deve ser efetiva assim que determinadas condições precedentes do contrato entre as partes forem atendidas. A Cremer Administradora recebeu o valor de R\$ 25,000 como adiantamento referente a este contrato, que é foi registrado à conta adiantamentos de clientes no passivo circulante. Em 4 de abril de 2018, foi adquirido o controle da Cremer S.A. e foi registrada uma valorização dos ativos mantidos à venda no valor de R\$ 38.083 (nota 15). No ano 2019 a controlada Cremer Administradora de Bens Ltda. recebeu uma proposta para venda das propriedades classificados como bens destinados a venda. No mesmo tempo a controlada remensurou destes ativos

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no valor justo menos custos de venda, cujo valor gerou uma despesa no resultado do exercício de R\$ 31.943.

- (ii) Como garantia ao cumprimento de tais obrigações de reembolso, os Acionistas Originais alienaram fiduciariamente a integralidade de suas participações societárias remanescentes ou 63% do capital social da Companhia, além, também da integralidade de suas participações societárias na empresa CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda., outra parte relacionada da Companhia. O passivo contingente foi reconhecido em 2016 e avaliado como uma provável estimativa de saída de fluxos de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, os valores de passivos contingentes relacionados a questões tributárias e trabalhistas são de R\$ 41.805 (R\$ 67.931 em 31 de dezembro de 2019). Em 2020, o valor de R\$ 26.125 (R\$ 104.586 em 31 de dezembro de 2019) foi reconhecido em outras despesas, devido a decadência dos temas. Não houve impacto de caixa nesta transação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reavaliou a probabilidade de desembolso considerando os aspectos decadenciais e concluiu que as saídas de caixa não são prováveis. Os efeitos dessa reavaliação foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica contábil de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da reversão do direito de reembolso. Veja mais detalhes sobre a reversão do ativo na Nota 21.

## 28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.574	3.308	15.945	10.153
Juros ativos	2.514	3.437	4.086	3.784
Ganhos com derivativos	5	-	131.584	7.997
Varição cambial	520	1.707	125.163	19.285
Juros de créditos tributários relacionados ao ICMS excluído na base de cálculo de PIS e Cofins (nota 10)	-	-	64.925	-
Outras	587	-	2.306	927
<b>Total</b>	<b>14.200</b>	<b>8.452</b>	<b>344.009</b>	<b>42.146</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.498)	(37.775)	(27.889)	(72.136)
Juros arrendamento	(4.043)	(4.052)	(9.852)	(10.331)
Perdas com derivativos	-	(2.410)	(102.244)	(6.311)
Despesas bancárias	(1.223)	(1.112)	(7.404)	(1.115)
Descontos concedidos	(1.847)	(1.190)	(7.837)	(1.190)
Varição cambial	(7.291)	(10.452)	(195.908)	(30.783)
Outras despesas financeiras	(311)	-	(311)	(461)
<b>Total</b>	<b>(40.213)</b>	<b>(56.991)</b>	<b>(351.445)</b>	<b>(121.405)</b>

## 29. Informações por segmento

O CPC 22 e o IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, principais tomadores de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Saúde, e Não Saúde. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- Material – distribuição e fabricação de materiais das categorias: cardíaca, cirúrgica, uníunarios, diagnósticos, esterilização, paramentação, higiene e proteção entre outros.
- Medicamento – distribuição de medicamentos, analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatório, oncológico, anestésico, vacinas, entre outros.
- Outros: o segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Health Logística Hospitalar S.A., cuja atividade compreende a logística de produtos médicos e hospitalares e operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo

2020	Consolidado				Total
	Medicamento	Material	Total de segmentos reportáveis	Outros	
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>3.155.646</b>	<b>1.243.283</b>	<b>4.398.929</b>	<b>14.492</b>	<b>4.413.421</b>
Mercado interno	3.155.646	1.233.628	4.389.274	14.492	4.403.766
Mercado externos	-	9.655	9.655	-	9.655
Custo dos produtos vendidos	(2.869.988)	(898.785)	(3.768.773)	(6.177)	(3.774.950)
<b>Lucro bruto</b>	<b>285.658</b>	<b>344.498</b>	<b>630.156</b>	<b>8.315</b>	<b>638.471</b>
Despesas com vendas	(45.852)	(116.486)	(162.338)	(2.216)	(164.554)
Despesas gerais e administrativas	(162.108)	(93.276)	(255.384)	(2.620)	(258.004)
Participação nos resultados de controladas	-	-	-	(251)	(251)
Outras receitas (despesas), líquidas	(17.000)	(3.951)	(20.951)	2.312	(18.639)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>60.698</b>	<b>130.785</b>	<b>191.483</b>	<b>5.540</b>	<b>197.023</b>
Depreciação, amortização	(32.093)	(46.178)	(78.271)	(3.994)	(82.265)
Ativos	3.221.334	1.030.602	4.251.936	69.515	4.321.451
Passivos	2.109.259	963.102	3.072.361	48.062	3.120.423

2019	Consolidado				Total
	Medicamento	Material	Outros	Total	
<b>Receita líquida de vendas</b>	1.991.484	961.156	50.558	3.003.198	
Mercado interno	1.991.484	951.501	50.558	2.993.543	
Mercado externos	-	9.655	-	9.655	
Custo dos produtos vendidos	(1.807.319)	(696.633)	(29.799)	(2.533.751)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>184.165</b>	<b>264.523</b>	<b>20.759</b>	<b>469.447</b>	
Despesas com vendas	(105.465)	(32.102)	-	(137.567)	
Despesas gerais e administrativas	(47.938)	(127.061)	(2.452)	(177.451)	
Participação nos resultados de controladas	-	-	-	-	
Outras receitas (despesas), líquidas	(57.417)	(34.685)	(425)	(92.527)	
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>(26.655)</b>	<b>70.675</b>	<b>17.882</b>	<b>61.902</b>	
Depreciação, amortização	29.009	26.012	-	55.021	
Ativos	1.350.508	682.884	57.551	2.090.943	
Passivos	1.017.629	654.413	37.048	1.709.090	

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita operacional do Grupo é gerada substancialmente no mercado brasileiro e o Grupo não tem nenhum cliente que individualmente seja significativo, ou seja, cliente que represente 10% ou mais da receita operacional do exercício.

As vendas no mercado doméstico representam 98% em cada um dos segmentos de negócio e as vendas ao mercado externo representam 2%. Os principais países para os quais o Grupo exporta são a Bolívia, o Paraguai e o México. Não há venda relevante entre os segmentos.

O segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Health Logística Hospitalar S.A., cuja atividade compreende a logística de produtos médicos e hospitalares e operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo.

Todas as instalações industriais e de distribuição do Grupo estão localizados no Brasil.

### 30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram determinadas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguros é ser assim resumida:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Operacionais	133.303	556.515
Lucros cessantes	5.500	63.341
Responsabilidade civil	20.000	40.000

### 31. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reversão do direito de reembolso, líquido de provisões	14.491	59.070	14.491	59.070
Aumento de capital (Nota 23)	498	-	498	-

### 32. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Companhia, de uma de seus acionistas, a Cromossomo Participações IV S.A., através da aprovação do Protocolo de incorporação e justificativa.

Devido a aprovação dessa incorporação, as 55.888.818 ações ordinárias sem valor nominal mantidas pela Cromossomo Participações IV S.A. foram destinadas ao seu único acionista, o Fundo de Investimento em Participações Multiestrégia Genoma I. Não houve alteração no capital social da Companhia.

\* \* \* \* \*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro  
Presidente

### Membros:

Carlos Alberto Mafra Terra  
Carlos Alberto Mafra Terra Júnior  
Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Ricardo Pechinho Hallack  
Thayan Nascimento Hartmann

## DIRETORIA

Leonardo Almeida Byrro	Diretor Presidente
Guilherme Fonseca Goulart	Diretor Financeiro
Lúcio Flavio Bueno	Diretor
Renan de Almeida Havelha	Diretor Comercial
Thiago Liska	Diretor Diagnóstica

## CONTADOR

Guilherme Fonseca Goulart  
CRC 1SP – 217101/O-8

## DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da CM hospitalar S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Ribeirão Preto, 03 de fevereiro de 2021.



**Guilherme Fonseca Goulart**  
Diretor Financeiro



**Leonardo Almeida Byrro**  
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



**Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas**

**CM HOSPITALAR S.A.**

31 de dezembro de 2019

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

---

### ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Demonstrações do valor acionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas, conselheiros e diretores da  
CM Hospitalar S.A.**

*Ribeirão Preto - SP*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CM Hospitalar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CM Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável dos Ágios (*Goodwill*)

Veja as notas explicativas 3.3.1(e), 4.2, 4.10 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui montantes significativos de Ágio em decorrência de aquisições realizadas durante o exercício e em momentos anteriores, os quais possuem vida útil indefinida e estão sujeitos ao teste do valor recuperável anual. A avaliação do valor recuperável dos Ágios (<i>Goodwill</i>) envolve incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas utilizadas para apurar os fluxos caixa futuros e seu desconto a valor presente, o qual é base para a avaliação do valor recuperável, principalmente no que diz respeito às premissas como, crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto.</p> <p>Devido à relevância do valor dos Ágios (<i>Goodwill</i>), ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, e dos possíveis impactos que poderiam afetar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos estudos que suportam as análises de recuperabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto. Comparamos as premissas da Companhia com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e taxas de desconto, e realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor dos ativos para fins de avaliação da recuperação. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

### Passivos tributários, trabalhistas e passivos contingentes

Veja as notas explicativas 3.3.1(a) 4.12, 19, 20 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Com o apoio dos seus assessores legais, a Companhia realiza a avaliação de potenciais passivos trabalhistas, tributários e passivos contingentes, decorrentes do curso de suas operações.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco dos passivos tributários incluindo a mensuração dos potenciais</p>

<p>Para determinação dos potenciais passivos, assim como a mensuração dos impactos contábeis, os temas são avaliados considerando premissas e julgamentos dos assessores legais, a natureza e a complexidade dos assuntos, interpretações da legislação aplicável.</p> <p>Devido ao uso de julgamentos significativos na avaliação dos temas relacionados a passivos tributários, trabalhistas e passivos contingentes, utilizadas pela Companhia, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades, podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>impactos a serem registrados nas demonstrações financeiras. Obtivemos também as avaliações realizadas pelos assessores jurídicos da Companhia através de cartas de confirmação, assim como através de pareceres e opiniões legais, quando aplicável, para os passivos tributários, trabalhistas e demais passivos contingentes.</p> <p>Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes.</p> <p>Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	--

#### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 2 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	111.042	94.894	273.685	291.818
Aplicações financeiras	7	5.044	10.304	5.044	10.304
Contas a receber de clientes	8	424.481	378.635	515.383	459.008
Estoques	9	253.837	261.102	378.900	376.853
Tributos a recuperar	10	17.321	6.589	42.052	34.288
Direito de reembolso	22	27.829	135.213	27.829	135.213
Dividendos a receber	22	21.080	3.758	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	-	961	723	1.172
Outros ativos	12	3.758	2.364	29.716	9.729
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	-	-	-	57.837
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>864.392</b>	<b>893.820</b>	<b>1.273.332</b>	<b>1.376.221</b>
Aplicações financeiras	7	-	5.125	-	5.125
Contas a receber de clientes	8	1.212	1.740	1.222	1.933
Tributos a recuperar	10	203	-	4.357	10.260
Depósitos judiciais	23.d	60	59	5.309	5.611
Ativo fiscal diferido	21.a	-	-	37.734	37.268
Direito de reembolso	22	15.879	72.151	15.879	72.151
Outros ativos	12	3.508	4.209	3.508	2.991
Investimentos	13	600.335	604.873	-	-
Imobilizado	14	35.460	37.417	131.585	136.438
Intangível	15	5.255	3.448	498.198	506.932
Direito de uso de ativo	16.a	45.834	-	119.819	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>707.746</b>	<b>729.022</b>	<b>817.611</b>	<b>778.710</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.572.138</b>	<b>1.622.842</b>	<b>2.090.943</b>	<b>2.154.931</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	17	399.145	349.714	477.951	430.124
Fornecedores - <i>confirming</i>	17.a	-	-	9.891	7.311
Empréstimos e financiamentos	18.a	3.422	30.824	84.055	105.647
Debêntures	18.b	68.806	15.395	140.534	105.917
Salários e obrigações sociais a pagar	19	51.473	51.621	72.054	69.855
Tributos a recolher	20	40.265	136.476	48.059	140.991
Adiantamentos de clientes	11	729	471	729	25.471
Dividendos a pagar	22	8.856	365	8.856	365
Passivo de arrendamento	16.b	4.529	-	29.342	-
Outros passivos		4.124	2.512	15.023	9.482
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>581.349</b>	<b>587.378</b>	<b>886.494</b>	<b>895.163</b>
Empréstimos, financiamentos	18.a	21.889	7.903	159.774	155.954
Debêntures	18.b	310.133	378.735	310.133	434.627
Obrigações por aquisição de investimento	4.2.a	179.818	170.123	179.818	170.123
Tributos a recolher	20	1.148	1.414	2.389	2.819
Tributos diferidos	21	41.875	112.914	41.875	120.077
Provisão para contingências	23	9.333	9.342	28.149	21.129
Passivo de arrendamento	16.b	44.439	-	99.799	-
Outros passivos		301	437	659	443
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>608.936</b>	<b>680.868</b>	<b>822.596</b>	<b>905.172</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	24				
Capital social		253.629	253.629	253.629	253.629
Reserva de capital		(30.963)	(30.963)	(30.963)	(30.963)
Reserva de lucros		159.187	131.930	159.187	131.930
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>381.853</b>	<b>354.596</b>	<b>381.853</b>	<b>354.596</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.572.138</b>	<b>1.622.842</b>	<b>2.090.943</b>	<b>2.154.931</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita	26	2.331.274	2.140.605	3.003.198	2.641.158
Custos das mercadorias e produtos vendidos	27	<u>(2.073.408)</u>	<u>(1.891.037)</u>	<u>(2.533.751)</u>	<u>(2.242.157)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>257.866</b>	<b>249.568</b>	<b>469.446</b>	<b>399.001</b>
Despesas com vendas	27	(133.444)	(60.420)	(137.567)	(140.524)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(1.905)	(315)	(1.982)	(1.204)
Despesas gerais e administrativas	27	(55.839)	(76.363)	(177.451)	(106.062)
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	13	32.294	4.823	-	-
Outras receitas operacionais	28	18.596	9.820	27.914	8.130
Outras despesas operacionais	28	<u>(85.767)</u>	<u>(42.719)</u>	<u>(118.459)</u>	<u>(50.295)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>31.802</b>	<b>84.394</b>	<b>61.903</b>	<b>109.050</b>
Receitas financeiras	29	8.452	18.152	42.146	40.242
Despesas financeiras	29	<u>(56.991)</u>	<u>(51.811)</u>	<u>(121.405)</u>	<u>(96.471)</u>
		<b>(48.539)</b>	<b>(33.659)</b>	<b>(79.259)</b>	<b>(56.229)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(16.737)</b>	<b>50.735</b>	<b>(17.356)</b>	<b>52.821</b>
Imposto de renda e da contribuição social correntes	21	(7.696)	(23.145)	(25.565)	(27.260)
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	21	<u>60.180</u>	<u>6.501</u>	<u>78.669</u>	<u>9.496</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>35.747</b>	<b>34.091</b>	<b>35.747</b>	<b>35.057</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas controladores				35.747	34.091
Acionistas não controladores				-	966
				<u>35.747</u>	<u>35.057</u>
<b>Resultado por ação:</b>					
Resultado por ação – básico (em R\$)	25			0,23	0,22
Resultado por ação – diluído (em R\$)	25			0,23	0,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	35.747	34.091	35.747	35.057
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>35.747</u></b>	<b><u>34.091</u></b>	<b><u>35.747</u></b>	<b><u>35.057</u></b>

---

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Atribuível a acionistas controladores							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de Lucros		Reserva de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	
		Legal	Retenção					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>253.629</b>	<b>9.872</b>	<b>87.967</b>	-	-	<b>351.468</b>	-	<b>351.468</b>
Aumento de capital em controlada com exercício das opções das opções de ações	-	-	-	4.705	-	4.705	-	4.705
Aumento de capital de participações de não controladores	-	-	-	(35.668)	-	(35.668)	(966)	(36.634)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.091	34.091	966	35.057
Constituição de reserva legal	-	1.828	-	-	(1.828)	-	-	-
Reserva de retenção lucros	-	-	32.263	-	(32.263)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>253.629</b>	<b>11.700</b>	<b>120.230</b>	<b>(30.963)</b>	-	<b>354.596</b>	-	<b>354.596</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.747	35.747	-	35.747
Constituição de reserva legal (nota explicativa 24.b)	-	1.787	-	-	(1.787)	-	-	-
Dividendos (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	(8.490)	(8.490)	-	(8.490)
Reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.b)	-	-	25.470	-	(25.470)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>253.629</b>	<b>13.487</b>	<b>145.700</b>	<b>(30.963)</b>	-	<b>381.853</b>	-	<b>381.853</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

## Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>35.747</b>	<b>50.734</b>	<b>35.747</b>	<b>52.821</b>
Ajustes para:					
Imposto de renda e contribuição social		(52.484)	16.644	(53.104)	17.764
Depreciações e amortizações	27	17.132	16.820	55.021	29.420
Resultado na alienação de imobilizado		3.334	(12)	8.043	(76)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	1.904	315	1.982	1.204
Correção monetária sobre aquisições de investimentos		6.518	10.937	6.518	10.937
Lucros não realizados no estoque		-	-	-	969
Juros sobre contas a pagar por compra de empresas		9.695	-	9.695	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		35.719	27.531	59.011	50.609
Juros sobre passivos de arrendamento	29	4.052	-	10.331	-
Provisões (reversões) sem direito de reembolso	28	59.070	(6.252)	59.070	(6.252)
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões		-	16.559	-	16.559
Provisão para contingências		(538)	2.946	6.491	3.376
Despesa com plano de outorga de ações		-	-	-	4.314
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	961	(1.532)	449	(1.744)
Equivalência patrimonial	12	(32.294)	(4.823)	-	-
Provisão para perdas de estoques	9	222	-	208	-
		<b>82.519</b>	<b>113.224</b>	<b>196.088</b>	<b>162.137</b>
Variações em:					
Contas a receber		(47.223)	14.367	(57.646)	76.362
Títulos e valores mobiliários		-	7.005	-	7.005
Estoques		7.043	(29.989)	(2.253)	(42.541)
Impostos a recuperar		(10.935)	(2.517)	(2.326)	(25.478)
Imóveis mantidos para venda		-	-	57.835	15.597
Depósitos judiciais		-	(59)	-	297
Outras contas a receber		(693)	(358)	(20.200)	(2.493)
Fornecedores		49.432	9.903	50.407	10.551
Obrigações sociais e trabalhistas		5.273	3.488	7.619	(7.039)
Obrigações tributárias		3.217	(6.101)	6.332	(11.915)
Adiantamentos de clientes		258	5	(24.742)	(203)
Outros passivos		1.478	(10.396)	9.245	(15.450)
<b>Caixa gerado (usado) nas operações</b>		<b>7.848</b>	<b>(14.652)</b>	<b>24.271</b>	<b>9.679</b>
Juros pagos empréstimos e debêntures	18	(7.484)	(34.552)	(29.034)	(62.531)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.696)	(19.425)	(25.565)	(23.527)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>75.189</b>	<b>44.595</b>	<b>162.616</b>	<b>85.758</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de imobilizado	14	(4.467)	(4.140)	(20.530)	(19.775)
Aquisição de intangível	15	(3.075)	(42)	(5.523)	(8.048)
Venda de instrumentos financeiros		-	422	-	2.968
Caixa adquirido em combinação de negócios		-	-	-	111.111
Aquisição de investimentos	4.2/ 13	-	(404.048)	-	(404.048)
Aplicações financeiras		(10.384)	404.048	(7.364)	404.048
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>		<b>2.842</b>	<b>(3.760)</b>	<b>(18.689)</b>	<b>86.256</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	17.000	54.602	91.632	258.707
Captação de debêntures	18	-	276	-	276
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(32.059)	(59.328)	(115.476)	(129.440)
Pagamento de debêntures	18	(41.783)	-	(113.783)	(72.000)
Pagamento de passivos de arrendamento	16 e 18	(5.041)	-	(24.433)	-
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>(61.883)</b>	<b>(4.450)</b>	<b>(162.060)</b>	<b>57.543</b>
<b>Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>16.146</b>	<b>36.385</b>	<b>(18.133)</b>	<b>229.557</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		94.894	58.509	291.818	62.261
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		111.040	94.894	273.685	291.818
<b>Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>16.146</b>	<b>36.385</b>	<b>(18.133)</b>	<b>229.557</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Demonstrações do valor acionado**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>		<b>2.747.136</b>	<b>2.499.827</b>	<b>3.581.473</b>	<b>3.110.512</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		2.748.943	2.493.913	3.583.364	3.103.543
Outras receitas		98	6.229	91	8.173
Perda por redução ao valor recuperável de contas a re	8	(1.905)	(315)	(1.982)	(1.204)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(2.383.365)</b>	<b>(1.984.546)</b>	<b>(2.926.612)</b>	<b>(2.317.164)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(2.245.751)	(1.891.037)	(2.871.003)	(2.242.157)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(137.614)	(93.509)	(55.609)	(75.007)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>363.771</b>	<b>515.281</b>	<b>654.861</b>	<b>793.348</b>
Depreciação e amortização	14/15/16	(17.132)	(16.822)	(55.021)	(29.420)
		<b>346.639</b>	<b>498.459</b>	<b>599.840</b>	<b>763.928</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>40.746</b>	<b>22.975</b>	<b>42.146</b>	<b>40.242</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	32.294	4.823	-	-
Receitas financeiras	28	8.452	18.152	42.146	40.242
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>387.385</b>	<b>521.434</b>	<b>641.986</b>	<b>804.170</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>387.381</b>	<b>521.434</b>	<b>641.986</b>	<b>804.171</b>
<b>Pessoal</b>		<b>81.925</b>	<b>45.602</b>	<b>161.608</b>	<b>145.445</b>
Remuneração direta		60.804	32.556	121.640	116.296
Benefícios		15.597	10.647	29.458	20.464
F.G.T.S		5.524	2.399	10.510	8.685
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>210.716</b>	<b>380.273</b>	<b>317.856</b>	<b>511.620</b>
Federais		(34.182)	47.340	18.331	124.570
Estaduais		244.023	332.786	297.048	385.935
Municipais		875	147	2.477	1.115
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>58.993</b>	<b>61.468</b>	<b>126.775</b>	<b>112.049</b>
Juros		56.008	38.664	117.910	45.142
Aluguéis		1.926	6.349	5.731	27.402
Outras		1.059	16.455	3.134	39.505
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>35.747</b>	<b>34.091</b>	<b>35.747</b>	<b>35.057</b>
Dividendos		8.490	-	8.490	-
Lucros retidos		27.257	34.091	27.257	34.091
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	-	966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 1. Contexto operacional

A CM Hospitalar S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “o Grupo”), constituída em 16 de agosto de 2010 como CM Hospitalar Ltda., transformada em sociedade por ações de capital fechado em 7 de dezembro de 2015, tem sua sede social no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e filiais localizadas nas cidades de Londrina (Paraná), Catalão (Goiás), Marília (São Paulo), Cajamar (São Paulo), Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo), Brasília (Distrito Federal), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Recife (Pernambuco). As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”, “Consolidado”).

O Grupo atua preponderantemente na exportação, importação, representação, armazenamento, distribuição e expedição de medicamentos, inclusive, de controle especial e comércio atacadista em geral, atuando principalmente no comércio de produtos para saúde, além da participação em outros investimentos. O Grupo atua em todo o Brasil com uma forte estrutura comercial e logística. O planejamento de médio e longo prazo do Grupo engloba a aquisição de empresas do segmento e um importante fortalecimento comercial em todo o Brasil, ampliando sua posição de liderança e referência em distribuição de medicamentos e materiais hospitalares.

Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09% de participação do capital social da Cremer S.A., grupo econômico situado na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com atividade preponderante o fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. A Cremer S.A. conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco centros de distribuição em diferentes estados do Brasil. Na mesma data da aquisição, a Cremer aprovou a extinção de seu plano de opções e do período de carência para exercício de opções de compra. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações, diluindo, assim, a participação da Companhia na controlada de 91,09% para 88,52%. Adicionalmente, em 16 de outubro de 2018 a Cremer realizou uma Oferta Pública para Aquisições de Ações (OPA) tendo recomprado ações representativas de 11,27% de suas ações em circulação e em 26 de novembro de 2018 um lote adicional representando mais 0,21%, passando a deter 100% do capital social da Cremer.

Em 16 de outubro de 2018 a companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações que culminou na aquisição do saldo residual, a partir desta data 100% do capital social da Cremer S.A.

Em 27 de dezembro de 2019 foi assinado o contrato de compra da totalidade das quotas da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Expressa). A Companhia compreende que as condições precedentes para a conclusão dos negócios não estavam cumpridas até a autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, especialmente no que tange ao cumprimento das cláusulas precedentes relacionadas a autorização do CADE, dentre outras condições. Portanto, até 31 de dezembro de 2019, a Companhia não obteve o controle e não está sendo consolidada nessas demonstrações financeiras. Até 31 de dezembro de 2019, o Grupo e a Expressa mantiveram suas operações de forma totalmente independente, mantendo inalteradas equipes, qualidade de prestação de serviço e as relações comerciais de cada uma das empresas. Veja demais informações na nota explicativa 32.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem, além da Companhia:

Nome	Principal atividade	País-sede	2019		% participação 2018	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cremer S.A.	Fabricação de produtos hospitalares	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Cremer Administradora de Bens Ltda	Administradora de bens	Brasil	100,00	100,00	95,27	100,00
Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda	Fabricação de produtos hospitalares	Brasil	<sup>1</sup> -	<sup>1</sup> -	99,00	100,00
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	Brasil	99,90	99,90	99,90	99,90

<sup>1</sup> Em 30 de setembro de 2019, a controlada Cremer S.A. realizou a incorporação da empresa Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.

Todas as controladas estão sediadas no Brasil.

### Descrição das controladas:

#### Cremer S.A. (“Cremer”)

A Cremer S.A. com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, atua como fornecedora de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. A Companhia conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e em Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco Centros de Distribuição em diferentes estados do Brasil.

#### Cremer Administradora de Bens Ltda. (“CAB”)

A Cremer Administradora de Bens Ltda com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, atua como administradora de bens próprios (Aluguel e Venda).

#### Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.

A Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, atua no comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano e comércio varejista de produtos farmacêuticos.

## 3. Base de preparação

### 3.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto instrumentos financeiros derivativos, que é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### (a) Operações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### 3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

#### 3.3.1 Incertezas sobre estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Nota explicativa 23 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### (b) Nota explicativa 21 – Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais e bases negativas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### (c) Nota explicativa 8 - Provisão para perda de crédito esperada

A provisão foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

### (d) Nota explicativa 16 - Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

### (e) Notas explicativas 13 e 14 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, são detalhadas em nota explicativa 14.

## 3.3.2 Julgamentos

### Nota explicativa 15 - Arrendamentos - Determinação do prazo de arrendamento

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

## 3.3.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3.f - Instrumentos financeiros derivativos;
- Nota explicativa 4.2 - Aquisição de negócio.

### 3.4. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) / IFRS 16, Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto da mudança da adoção desta nova norma estão descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

#### (a) CPC 06 (R2) / IFRS 16– Arrendamentos

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não há rerepresentações de informações e saldos em base comparativa. Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia.

Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS16, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com o CPC 06 (R1) / IFRS 16. Até a demonstração financeira de 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial variou de 6,78% a 8,80%. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;

Não havia montantes garantidos de residual a pagar para a arrendadora ao final do contrato, bem como não havia custos de desinstalação ou outros valores obrigatórios quando do encerramento dos contratos. Os direitos de uso de ativos foram

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurados pelo valor igual ao montante do passivo de arrendamento, ajustados por qualquer montante de pagamentos antecipados e provisões de pagamentos de arrendamentos relacionados ao contrato reconhecido em 01 de janeiro de 2019. Não tiveram contratos de arrendamentos onerosos que requerem um ajuste ao direito de uso do ativo na data da aplicação inicial.

O Grupo optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, o Grupo aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. O Grupo também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

### Impacto no balanço patrimonial conforme tabela abaixo:

	2019		1º de janeiro de 2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativos</b>				
Direito de uso de ativo	45.834	119.819	49.958	143.244
<b>Passivos</b>				
Passivo de Arrendamento	48.968	129.141	49.958	143.244
Circulante	4.529	29.342		
Não circulante	44.439	99.799		

### Impacto na Demonstração do Resultado conforme tabela abaixo:

	2019	
	Controladora	Consolidado
<b>Demonstração do resultado</b>		
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	4.124	23.425
Despesas financeiras – juros e atualização monetária de arrendamentos	4.052	10.331

### Impacto financeiro conforme tabela abaixo:

	2019	
	Controladora	Consolidado
<b>Arrendamento mercantil</b>		
Pagamentos realizados em 2019	5.041	24.434

Não há impacto tributários relevantes e em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

## (b) ICPC 22 / IFRIC 23- Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O Grupo determinou, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às controladas) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

### 4. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

#### 4.1. Base de consolidação

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

##### (a) Controladas

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

##### (b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio. Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

#### 4.2. Combinação de negócios ocorrida durante o exercício de 2018

Em 4 de abril de 2018, o Grupo obteve o controle da Cremer S.A., grupo econômico situado na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com atividade preponderante o fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene, ao adquirir mais 91,09% das ações do capital votante dessa entidade. A Cremer S.A. conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco centros de

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

distribuição em diferentes estados do Brasil. A aquisição de controle da Cremer S.A. permitiu ao Grupo acesso a cadeia de produção do segmento de cuidados pessoais.

O acervo líquido Cremer S.A. em 4 de abril de 2018 era formado desta forma:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111.111	Obrigações sociais e trabalhistas	27.068
Contas a receber	116.182	Fornecedores	81.071
Estoques	101.802	Obrigações fiscais	10.207
Tributos a recuperar	20.030	Empréstimos e financiamentos	155.164
Despesas antecipadas	1.980	Outras obrigações	41.909
Outros ativos circulantes	<u>43.907</u>	Provisões	4.360
Total do circulante	<u>395.012</u>	Total do circulante	<u>319.779</u>
Não circulante		Não circulante	
Contas a receber	291	Empréstimos e financiamentos	157.031
Tributos diferidos	39.037	Outras obrigações	1.615
Outros ativos não circulantes	24.926	Tributos diferidos	11.912
Imobilizado	83.542	Provisões	11.357
Intangível	<u>129.970</u>		
Total do não circulante	<u>277.766</u>	Total do não circulante	<u>181.915</u>
		Patrimônio líquido	<u>171.084</u>
Total do ativo	<u><u>672.778</u></u>	Total do passivo	<u><u>672.778</u></u>

**(a) Contraprestação transferida**

O preço pago pela aquisição de 91,09% do capital votante da Cremer S.A. foi de R\$ 506.712, dos quais R\$347.526 foram pagos através de transferência bancária eletrônica para a conta corrente dos acionistas vendedores. O valor remanescente de R\$159.186 foi retido pelo comprador para eventuais demandas judiciais existentes ou futuras e serão pagos em até 6 anos, caso as demandas judiciais não se concretizem. Esse montante é atualizado mensalmente pela variação do índice do CDI e em 31 de dezembro de 2019 compreende o montante de R\$ 179.818 (R\$ 170.123 em 31 de dezembro de 2018).

**(b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

A tabela abaixo resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, os quais foram registrados pela Companhia com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada,

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Patrimônio líquido na data de aquisição (91,09%)	155.789
Valor justo de bens destinados a venda	38.083
Valor justo de ativos imobilizados	11.273
Valor justo da marca	82.513
Valor justo da carteira de clientes	66.225
Ágio	220.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo de ativos identificados	<u>(67.352)</u>
Contraprestação total	<u><u>506.712</u></u>



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### (c) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

#### Imobilizado e bens destinados a venda:

Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

#### Intangível – Marca:

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário legítimo do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca. Como a propriedade da Marca existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (*royalties*), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos de royalties são evitados. As principais premissas foram: (i) taxa de royalties (*Royalties rate*) para o prazo de 10 anos de 1,57% e 0,78% na perpetuidade (formada por elementos comparáveis, (ii) taxa de desconto WARA de 13,2%, formados pelo WACC de 12,2%, adicionando um ajuste pelo risco de 1,0%.

#### Intangível – Carteira de cliente:

Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação.

As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (*attrition rate / churn rate*) obtido através do método *Constant Attrition Rate Method* (CAM), identificando-se *churn rate* de 24,58%, (ii) rentabilidade atribuída a carteira de clientes está sendo calculada pela rentabilidade (EBITDA) do negócio da empresa adquirida, considerando uma volta de despesa adicional de 1,57% (*add back*), obtidos da média histórica dos gastos dos últimos 5 anos com publicidade, propaganda e comercialização, (iii) ativos contributivos, considerando: (i) capital de giro, (ii) ativos fixos incluindo bens destinados a venda e mais valia, (iii) força de trabalho, e (iv) taxa de desconto WARA de 13,2%, formados pelo WACC de 12,2%, adicionando um ajuste pelo risco de 1,0%.

### (d) Transações com não controladores

Em reunião do Conselho de Administração da Cremer S.A. realizada em 4 de abril de 2018, foi aprovada a extinção do plano de opções e o período de carência para exercício de opções de compra de ações, em razão da transferência do controle acionário acima. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações, diluindo assim a participação da Companhia na Controlada de 91,09% para 88,52%.

Em 16 de outubro de 2018 e 26 de novembro de 2018 a Companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações que culminou na aquisição do saldo residual de 11,27% e 0,21% respectivamente, passando a deter a partir desta última data, 100% do capital social da Cremer S.A. Estas aquisições foram consideradas transações entre sócios e o ágio relacionado a esta aquisição foi registrado no patrimônio líquido da Companhia.

O preço pago pela aquisição de 11,48% do capital votante residual da Cremer S.A., durante o processo de Oferta Pública de Ações (OPA), foi de R\$ 56.557, sobre um patrimônio líquido equivalente de R\$ 20.889, gerando um ágio sobre a referida aquisição no montante de R\$ 35.669, conforme divulgado em nota explicativa 24.d.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 4.3. Instrumentos Financeiros

#### (a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### (b) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### (i) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### (ii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### **(iv) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

## **(c) Desreconhecimento**

### **(i) Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### **(ii) Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **(d) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### (e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### (i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas tem um rígido processo de concessão e monitoramento de crédito, mitigando o risco de perdas de suas contas a receber por vendas. Pelo perfil de parte de sua carteira de clientes é esperado algum atraso no recebimento dos títulos.

A Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de seus clientes mensalmente e registra provisão para perda quando o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente.

#### (ii) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### (iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### (f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. A Administração projeta os fluxos da ponta ativa e passiva do instrumento, descontando a valor presente com base em taxas de mercado.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

## **CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta.

### **4.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **4.5. Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### **4.6. Imóveis destinados a venda**

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é reconhecida no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos não são mais depreciados.

### **4.7. Imobilizado**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas em nota explicativa. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 27 / IAS16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 4.8. Ativos intangíveis

#### 4.8.1 Reconhecimento e mensuração

##### (a) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

##### (b) Carteira de clientes

Refere-se as carteiras de clientes identificadas em combinação de negócios.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

##### (c) Marca

As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil indefinida e são contabilizadas pelo seu valor de custo.

##### (d) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

#### 4.8.2 Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 15.

### 4.9. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### **(a) Ativos de direito de uso**

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 3 a 25 anos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

### **(b) Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### **(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 4.10. *Impairment* de ativos não financeiros

A cada data do relatório o grupo revisa o valor contábil dos seus ativos não financeiros (outros que não estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) para determinar, se há alguma indicação de *impairment*. Se existe alguma indicação, assim o valor recuperável deste ativo está sendo estimado. O Ágio é testado anualmente para *impairment*.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente no final do exercício ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no final do exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Durante o exercício de 2019, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

### 4.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 4.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal” ou “não formalizada”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos em nota explicativa.

Os direitos de reembolso são reconhecidos quando se espera que os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte. O reembolso é reconhecido quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão é apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso. Nota explicativa 22.

### 4.13. Receita de contrato com cliente

O Grupo está no ramo de fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Grupo conclui, de modo geral, que é o principal agente em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

#### (a) Venda de produtos

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

### **(b) Contraprestação variável**

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

### **(c) Serviços de transporte e distribuição**

A Companhia realiza o transporte de produtos cirúrgicos e hospitalares, produtos nutricionais, dermocosméticos e medicamentos. As receitas de serviços são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos transportados para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. As receitas são realizadas com prazo de recebimento de 60 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas receitas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando o transporte é finalizado, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

### **(d) Abatimentos por volume**

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber de clientes. O Grupo aplica ou método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. O método do valor mais provável é utilizado em contratos que incluem uma única meta, enquanto o método do valor esperado é utilizado para contratos que incluem mais de uma meta de volume de vendas. Em seguida, o Grupo aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, conseqüentemente, reconhecida a receita.

## **4.14. Imposto de renda e contribuição social**

### **(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### (b) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

## 4.15. Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

### (a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### (b) Acordos de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“phantom shares”)

A Companhia mantém plano de remuneração baseado em ações para seus executivos que pode ser liquidável em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. As condições não haviam satisfeitas até 31 de dezembro de 2019.

### (c) Participação nos lucros e resultados

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados e é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 4.16. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

### 4.17. Informações por segmento

Um segmento operacional (vide nota explicativa 30) é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

### 4.18. Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Companhias e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

### 4.19. Subvenções governamentais

O Grupo possui subvenções governamentais relativos a redução na carga tributária de ICMS. Tais incentivos são usuais para o mercado de distribuição de medicamentos e para o mercado de produtos para a saúde, e são concedidos pelos entes federativos (Estados) onde a companhia tem presença. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas.

O Grupo cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

### 4.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não aplicáveis para estas demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Revisão do CPC 06/IFRS16 - Revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Não houve impacto relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas com a entrada em vigor de tais normas.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de risco financeiro

#### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Os principais fatores de risco aos quais o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

O Grupo possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira	Avaliação de sensibilidade	Swap cambial
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Avaliação de sensibilidade	Política de aplicação financeira de baixo risco pós fixada, bem como contratos de empréstimos pós fixados
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contrato	Análise de vencimento; Avaliação de crédito.	Diversificação das instituições financeiras; Robusta política de análise de liberação de crédito; Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

#### (a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação de demanda e preços de mercado, tais como retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

#### (i) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A taxa de juros dos ativos e passivos financeiros estão substancialmente atrelados as variações do CDI. A Companhia entende que o montante de dívida líquida apresentada na nota explicativa 5.1.d – Gestão de capital, está sujeito as variações dessa taxa, no entanto não espera efeitos relevantes em decorrências de possíveis flutuações significativas nesse indicador.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação das taxas de juros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base nas variações dos indexadores (CDI e TJPL) para o próximo ano (taxa anual a final de período) divulgados pelo Boletim Focus também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento. A análise foi elaborada apenas para a variação exposta ao indexador, e não considera os juros pré-fixados.

A exposição de juros e a correspondente análise de sensibilidade estão demonstrados a seguir:

**Controladora**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2019	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	113.982	1.444	1.733	2.166	2.707	3.248
Empréstimos	CDI	(19.379)	(245)	(295)	(368)	(460)	(552)
Debêntures	CDI	(384.204)	(4.867)	(5.840)	(7.300)	(9.125)	(10.950)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(289.601)</b>	<b>(3.668)</b>	<b>(4.402)</b>	<b>(5.502)</b>	<b>(6.878)</b>	<b>(8.254)</b>
Empréstimos	TJLP	(6.925)	(225)	(270)	(337)	(422)	(506)
		<b>(296.526)</b>	<b>(3.893)</b>	<b>(4.672)</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(7.300)</b>	<b>(8.760)</b>

**Consolidado**

Operação	Risco	Saldo exposto 31/12/2019	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	270.403	3.425	4.110	5.138	6.422	7.706
Empréstimos	CDI	(237.740)	(3.011)	(3.614)	(4.517)	(5.646)	(6.776)
Debêntures	CDI	(455.932)	(5.775)	(6.930)	(8.663)	(10.828)	(12.994)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(423.269)</b>	<b>(5.361)</b>	<b>(6.434)</b>	<b>(8.042)</b>	<b>(10.052)</b>	<b>(12.064)</b>
Empréstimos	TJLP	(6.925)	(225)	(270)	(337)	(422)	(506)
		<b>(430.194)</b>	<b>(5.586)</b>	<b>(6.704)</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(10.474)</b>	<b>(12.570)</b>

**(ii) Risco de taxas de câmbio**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas, ou variações em suas receitas financeiras por conta de oscilações em contas a receber em moeda estrangeira, bem como em relação a fornecedores em moeda estrangeira. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A tabela abaixo demonstra a exposição cambial a que o Grupo está exposto. São apresentados os saldos convertidos para Reais na data dos balanços.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	1.426	3.995
Adiantamentos	-	355	-	355
Instrumentos derivativos	-	961	723	1.172
<b>Total do ativo</b>	-	-	<b>2.149</b>	<b>5.522</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(866)	(2.803)	(866)	(2.803)
Empréstimos e financiamentos	-	(10.000)	(93.696)	(58.755)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(866)</b>	<b>(12.803)</b>	<b>(94.562)</b>	<b>(61.558)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(866)</b>	<b>(11.448)</b>	<b>(92.413)</b>	<b>(56.036)</b>

Sensibilidade a taxa de câmbio:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial a qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base na variação cambial projetada para os próximos 12 meses, tendo como base o saldo em moedas estrangeiras na data dos balanços e as cotações do Dólar e do Euro divulgados pelo Boletim Focus também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento.

Controladora		Saldo exposto	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco		31/12/2019	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	USD	(866)	161	279	(15)	(235)	(455)	
		<b>(866)</b>	<b>161</b>	<b>279</b>	<b>(15)</b>	<b>(235)</b>	<b>(455)</b>	
		<b>(866)</b>	<b>161</b>	<b>279</b>	<b>(15)</b>	<b>(235)</b>	<b>(455)</b>	
Consolidado		Saldo exposto	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco		31/12/2019	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	1.214	(226)	(391)	21	330	638	
Passivos	USD	(33.943)	(6.322)	10.925	(584)	(9.215)	(17.847)	
		<b>(32.729)</b>	<b>(6.538)</b>	<b>10.534</b>	<b>(563)</b>	<b>(8.885)</b>	<b>(17.209)</b>	
Ativos	EUR	936	(174)	(301)	374	701	1.028	
Passivos	EUR	(60.618)	(7.245)	19.511	(24.211)	(45.419)	(66.626)	
		<b>(59.682)</b>	<b>(7.419)</b>	<b>19.210</b>	<b>(23.837)</b>	<b>(44.718)</b>	<b>(65.598)</b>	
		<b>(92.411)</b>	<b>(13.967)</b>	<b>29.744</b>	<b>(24.400)</b>	<b>(53.603)</b>	<b>(82.807)</b>	

**(b) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Parcela majoritárias dos clientes do Grupo tem relacionamento superior há mais de um ano e não há cliente que individualmente represente mais que 5% das receitas. A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes tem como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os demais ativos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito são: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras; e (iii) direito de reembolso advindo de aquisições de negócios. A Companhia gerencia o risco de crédito considerando que os principais ativos financeiros estão localizados no país, possuem um histórico irrelevante de perda, e os equivalentes de caixa estão aplicados em instituições financeiras considerados pela Administração de baixo risco. Para o direito de reembolso há valores ainda a pagar aos vendedores de negócios combinados que podem ser utilizados para compensar eventual falha das contrapartes não tiverem condições de honrar seus débitos.

A exposição máxima dos ativos é representada pelos saldos das respectivas contas conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidas ao resultado perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber no valor de R\$ 1.905 na controladora e R\$ 1.982 no consolidado. Detalhes sobre a composição da carteira por vencimento, política de provisionamento, perda por faixa de atraso encontra-se divulgada na nota explicativa 8. A companhia registra provisão para títulos vencidos em prazo superior a 180 dias sem garantias reais. Adicionalmente, um percentual de perda esperada é mensurado com base no histórico de perda os últimos 3 anos e análise sobre fatores de mercado que poderiam indicar um aumento do risco histórico, tais como aumento repentino de inadimplência da carteira. Perda complementar para títulos a vencer e saldos vencidos até 179 dias são registrados se relevantes. Nas datas dos balanços os valores de perdas esperadas foram considerados imateriais.

### **(c) Risco de liquidez**

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar interrupções em suas operações.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria, além de uma política conservadora de capital de giro.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<b>Controladora</b>				<b>Total</b>
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>					
Fornecedores	399.145	-	-	-	399.145
Empréstimos e financiamentos	3.422	19.260	-	2.629	25.311
Debêntures	68.806	64.000	64.000	182.133	378.939
Obrigações por aquisição de investimento	-	179.818	-	-	179.818
Passivo de arrendamento	4.529	4.529	13.587	26.323	48.968
Outras contas a pagar	4.425	-	-	-	4.425
	<b>480.327</b>	<b>267.607</b>	<b>77.587</b>	<b>211.085</b>	<b>1.036.606</b>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>					
Fornecedores	349.714	-	-	-	349.714
Empréstimos e financiamentos	31.670	3.221	5.091	-	39.982
Debêntures	200.308	200.108	-	-	400.416
Obrigações por aquisição de investimento	-	-	-	202.924	202.924
Outras contas a pagar	3.314	-	-	-	3.314
	<b>585.006</b>	<b>203.329</b>	<b>5.091</b>	<b>202.924</b>	<b>996.350</b>
<b>Consolidado</b>					
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	<b>Total</b>
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>					
Fornecedores	487.842	-	-	-	487.842
Empréstimos e financiamentos	84.055	103.520	-	56.254	243.829
Debêntures	140.534	64.000	64.000	182.133	450.667
Obrigações por aquisição de investimento	-	179.818	-	-	179.818
Passivo de arrendamento	29.342	29.342	29.342	41.115	129.141
Outras contas a pagar	15.682	-	-	-	15.682
	<b>757.455</b>	<b>376.680</b>	<b>93.342</b>	<b>279.502</b>	<b>1.506.979</b>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>					
Fornecedores	437.435	-	-	-	437.435
Empréstimos e financiamentos	67.821	65.956	76.129	-	209.906
Debêntures	329.357	224.987	-	-	554.344
Obrigações por aquisição de investimento	-	-	-	202.924	202.924
Outras contas a pagar	5.908	-	-	-	5.908
	<b>840.521</b>	<b>290.943</b>	<b>76.129</b>	<b>202.924</b>	<b>1.410.517</b>

**(d) Gestão de capital**

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:



## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos, financiamentos e Debêntures	694.496	802.145
Menos caixa e equivalentes de caixa	(273.685)	(291.818)
Menos aplicações financeiras	(5.044)	(15.429)
Dívida líquida	415.767	494.898
Total de patrimônio líquido	381.853	354.596
<b>Total de capital</b>	<b>797.620</b>	<b>849.494</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>52%</b>	<b>58%</b>

### (e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***5.2. Instrumentos financeiros por categoria**

	Categoria de instrumento financeiro	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	111.042	94.894	273.685	291.818
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	425.693	380.375	516.605	460.941
Aplicações financeiras	VJR	5.044	15.429	5.044	15.429
Dividendos a receber	Custo amortizado	21.080	3.758	-	-
	Valor justo por				
Direito de reembolso	meio do resultado	43.708	207.364	43.708	207.364
Depósitos judiciais	Custo amortizado	60	59	5.309	5.611
Instrumentos financeiros	Valor justo por				
derivativos	meio do resultado	-	961	723	1.172
Outros ativos	Custo amortizado	7.266	4.484	33.224	2.248
<b>Total</b>		<b>613.893</b>	<b>707.324</b>	<b>878.298</b>	<b>984.583</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	399.145	349.714	487.842	437.435
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	25.311	38.727	243.829	261.601
Debêntures	Custo amortizado	378.939	394.130	450.667	540.544
Dividendos a pagar	Custo amortizado	8.856	365	8.856	365
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	48.968	-	129.140	-
Obrigações por aquisição de					
investimentos	Custo amortizado	179.818	170.123	179.818	170.123
Outros passivo	Custo amortizado	4.425	2.949	15.682	5.542
<b>Total</b>		<b>1.045.462</b>	<b>956.008</b>	<b>1.515.834</b>	<b>1.415.610</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo seu custo amortizado, representam uma aproximação de seu valor justo.

**5.3. Instrumentos financeiros derivativos**

Ativo circulante	Consolidado	
	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	723	1.172

Em dezembro de 2018 a controlada Cremer S.A. contratou com o Banco do Brasil um empréstimo de EURO 11.000 mil. Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de SWAP foi contratado na mesma data, com mesmo vencimento e com valor nocional também de EURO11.000 mil. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo o saldo de nocional do contrato era de EURO 7.333 mil.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	2.104	7.593	8.328	11.196
Aplicações financeiras (i)	108.938	87.301	265.357	280.622
<b>Total</b>	<b>111.042</b>	<b>94.894</b>	<b>273.685</b>	<b>291.818</b>

- (i) Estão representadas por saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Debêntures indexados entre 98% a 101,4% (95% a 100,5% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

### 7. Aplicação financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicação CDB (i)	5.044	10.304	5.044	10.304
Aplicação restritas (ii)	-	5.125	-	5.125
<b>Total</b>	<b>5.044</b>	<b>15.429</b>	<b>5.044</b>	<b>15.429</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.044</b>	<b>10.304</b>	<b>5.044</b>	<b>10.304</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>5.125</b>	<b>-</b>	<b>5.125</b>

- (i) Aplicações com rentabilidades de 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com prazo de resgate superior há 90 dias.
- (ii) Estas aplicações estavam mantidas em instituições financeiras de primeira linha indexadas de 98% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo de 2018 estava vinculado a compra de participações na controlada Cremer S.A. e foram liberados para a utilização durante o exercício de 2019.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

### 8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber dos clientes	414.551	366.116	517.200	458.337
Acordos a receber de clientes (i)	24.962	26.554	24.961	26.554
Partes relacionadas (nota explicativa 22)	1.805	1.425	1.801	1.425
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.625)	(13.720)	(27.357)	(25.375)
<b>Total</b>	<b>425.693</b>	<b>380.375</b>	<b>516.605</b>	<b>460.941</b>
<b>Circulante</b>	<b>424.481</b>	<b>378.635</b>	<b>515.383</b>	<b>459.008</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.212</b>	<b>1.740</b>	<b>1.222</b>	<b>1.933</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(i) Renegociações efetuadas com clientes com títulos atrasados, para os quais um novo acordo para pagamento foi definido entre as partes.

Composição por idade de vencimento de contas a receber, bruto da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Valores a vencer</b>	<b>382.179</b>	<b>338.071</b>	<b>464.577</b>	<b>409.112</b>
<b>Vencidos</b>				
Até 30 dias	23.183	15.368	26.782	20.727
Entre 31 a 60 dias	7.039	8.273	8.723	9.743
Entre 61 a 90 dias	4.522	4.445	5.482	5.644
Entre 91 a 180 dias	4.148	6.396	4.993	7.893
Entre 181 a 360 dias	18.530	4.067	19.629	15.722
Acima de 361 dias	1.717	17.475	13.776	17.475
<b>Total</b>	<b>441.318</b>	<b>394.095</b>	<b>543.962</b>	<b>486.316</b>

Os critérios adotados pelo Grupo para estimar a necessidade de provisão para está descrita na nota explicativa 4.3.e.

Além da avaliação por faixa de vencimento, a Companhia realiza uma avaliação de risco de crédito para clientes do setor público e privado.

As seguintes tabelas estão providenciando informações sobre a exposição do risco de crédito e estimativas de perdas de créditos de contas a receber dos clientes públicos e privados em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado		
	Percentual médio de risco	Saldo contábil	Provisão de perda
Cientes privados:			
Baixo risco	0,08%	421.764	338
Risco médio	7%	32.615	2.272
Alto risco	76%	29.101	22.069
Setor público:			
Baixo risco	0,08%	56.477	45
Alto risco	61%	4304	2.633
		<b>543.962</b>	<b>27.357</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	13.720	13.405	25.375	13.405
Aquisição Cremer S.A. em 4 de abril de 2018	-	-	-	10.766
Constituição de provisão	1.905	315	1.982	1.204
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>15.625</b>	<b>13.720</b>	<b>27.357</b>	<b>25.375</b>

A constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R\$288.500 de contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos (R\$305.500 em 31 de dezembro de 2018)

## 9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	253.277	260.584	285.390	310.358
Produtos acabados	-	-	46.775	20.231
Produtos em elaboração	-	-	17.650	15.785
Matéria-prima	-	-	19.085	19.946
Material de embalagem	311	254	5.308	5.393
Outros materiais	249	264	4.692	5.140
<b>Total</b>	<b>253.837</b>	<b>261.102</b>	<b>378.900</b>	<b>376.853</b>

Os estoques em 31 de dezembro de 2019 nas demonstrações financeiras consolidadas contemplavam um montante de R\$ 1.259 de depreciação (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação da provisão para perdas de estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	782	782	1.631	1.773
Constituição (reversão) de provisão para perdas de estoques	222	-	208	(142)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.004</b>	<b>782</b>	<b>1.839</b>	<b>1.631</b>

A provisão para perdas com estoques é realizada levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

### (a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há estoques dados em garantias de empréstimos, financiamentos, debêntures ou processos judiciais.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	2.040	483	18.953	27.639
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	51	1	4.060	3.278
Imposto de renda e contribuição social (ii)	9.146	5.723	11.955	9.714
Outros	6.287	382	11.441	3.917
<b>Total</b>	<b>17.524</b>	<b>6.589</b>	<b>46.409</b>	<b>44.548</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.321</b>	<b>6.589</b>	<b>42.052</b>	<b>34.288</b>
<b>Não circulante</b>	<b>203</b>	<b>-</b>	<b>4.357</b>	<b>10.260</b>

(i) Refere-se a créditos de ICMS gerados na compra de insumos, materiais, transferências entre filiais e ICMS na aquisição de imobilizado o qual está sendo aproveitado à razão de 1/48 avos.

(ii) Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de renda e contribuição social no ano de 2018 que será compensado com os impostos a pagar do exercício de 2020.

### 11. Ativos não circulantes mantidos para venda

A subsidiária indireta Cremer Administradora de Bens Ltda. ("Cremer Administradora") assinou um contrato de venda de terrenos edifícios em 6 de março de 2017, que foram reclassificados como ativos mantidos à venda, pois sua realização deve ser efetiva assim que determinadas condições precedentes do contrato entre as partes forem atendidas. A Cremer Administradora recebeu o valor de R\$ 25,000 como adiantamento referente a este contrato, que é foi registrado à conta adiantamentos de clientes no passivo circulante. Em 4 de abril de 2018, foi adquirido o controle da Cremer S.A. e foi registrada uma valorização dos ativos mantidos à venda no valor de R\$ 38.083 (nota 15). No ano 2019 a controlada Cremer Administradora de Bens Ltda. recebeu uma proposta para venda das propriedades classificados como bens destinados a venda. No mesmo tempo a controlada remensurou destes ativos no valor justo menos custos de venda, cujo valor gerou uma despesa no resultado do exercício de R\$ 31.943.

### 12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	1.677	402	2.822	726
Adiantamento funcionários	108	77	659	1.130
Prêmios e seguros	727	1.061	1.529	1.703
Adiantamento de seguros	1.024	-	1.424	96
Contas a receber relacionados a venda de imóveis (i)	-	-	21.319	-
Mútuos com partes relacionadas (nota explicativa 22)	3.508	4.209	3.508	4.209
Outros	222	824	1.963	4.856
	<b>7.266</b>	<b>6.573</b>	<b>33.224</b>	<b>12.720</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.758</b>	<b>2.364</b>	<b>29.716</b>	<b>9.729</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.508</b>	<b>4.209</b>	<b>3.508</b>	<b>2.991</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (i) Refere-se aos valores a receber a prazo oriundos dos bens destinados a vendas, relacionados a: (i) venda de um terreno, em agosto de 2019 para a BLUMOB no valor de R\$ 2.319, (ii) venda de um terreno, realizada em outubro de 2019, para a Hennings Administradora S.A. no valor de R\$ 19.000, sendo os valores atualizados pelo índice do CDI até a data de liquidação.

**13. Investimentos****(a) Composição dos investimentos em sociedades controladas e investidas**

	<b>Tecnocold</b>	<b>Cremer (i)</b>	<b>Total investimentos 2019</b>	<b>Total investimentos 2018</b>
<b>Em sociedades controladas:</b>				
Percentual de participação	99,99%	100%		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(199)	52.097	<b>51.897</b>	10.270
Patrimônio líquido de acordo com os livros da controlada	6.415	220.704	<b>227.119</b>	191.739
Ágio na aquisição da controlada (nota explicativa 15)	-	220.181	<b>220.181</b>	225.500
Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos – Marca (nota explicativa 15)	-	82.513	<b>82.513</b>	82.513
Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos- Carteira de clientes (nota explicativa 15)	-	60.762	<b>60.762</b>	61.964
Valor justo de ativos imobilizados	-	9.870	<b>9.870</b>	11.273
Valor justo ativos destinados a venda	-	-	-	31.945
Outras movimentações	(110)	-	<b>(110)</b>	(61)
Patrimônio líquido ajustado	<b>6.305</b>	<b>594.030</b>	<b>600.335</b>	604.873
<b>Movimentação dos investimentos em controladas</b>				
Saldo inicial em 31 de dezembro do ano anterior	6.504	598.368	<b>604.873</b>	14.054
Aquisição do patrimônio líquido da CREMER S.A. em 4 de abril de 2018	-	-	-	155.789
Mais valia bens destinados a venda	-	-	-	38.083
Mais valia ativo imobilizado	-	-	-	11.273
Carteira de clientes	-	-	-	66.225
Marca	-	-	-	82.513
Ágio	-	-	-	220.181
Investimentos adquiridos	-	-	-	574.064
Baixa de mais valia de bens destinados a venda	-	(2.132)	(2.132)	(6.138)
Aumento de capital em controlada para o exercício de opções do plano de ações	-	-	-	4.706
Aquisição de ações em circulação de não controladores	-	-	-	20.888
Proposição de dividendos	-	(17.322)	(17.322)	(3.758)
Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos	-	(6.518)	(6.518)	(4.736)
Resultado de equivalência patrimonial	(199)	32.093	32.294	4.823
Outras movimentações	-	(10.461)	(10.860)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.305</b>	<b>594.030</b>	<b>600.335</b>	<b>604.873</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Informações financeiras resumidas das sociedades controladas**

	2019					
	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido</u>
Cremer S.A.	413.803	357.161	336.959	213.301	220.704	52.097
Cremer Administradora de Bens Ltda.	57.551	-	36.691	357	20.503	22.044
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	6.198	218	1	-	6.415	-

- (i) Como mencionado na nota explicativa 4.2 em abril de 2018 a Companhia adquiriu 91,09% do capital social da Cremer. Na mesma data a Cremer encerrou seu programa de remuneração baseada em ações, gerando novas ações em decorrência do encerramento e, com isso, diluindo o percentual de participação da Companhia para 88,52%. Em outubro do mesmo ano a Cremer realizou uma Oferta Pública para Aquisição de Ações de sua própria emissão, tendo recomprado ações que totalizaram 11,48%. As ações foram adquiridas pelo montante de R\$ 56.557, sendo que o valor de R\$ 35.668 se refere a ágio na aquisição de participação dos não controladores (classificado em reservas de capital no patrimônio líquido). Com a realização da OPA a Companhia passou a deter 100% do capital social da Cremer,



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Imobilizado**

Controladora	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo</b>							
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	8.048	3.163	9.926	1.055	36.409	-	58.601
Adições	846	613	1.595	242	699	145	4.140
Alienações / Baixas / Transferências	-	(1)	(25)	(1)	(383)	-	(410)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	9.039	3.775	11.496	1.296	36.725	145	62.331
Adições	397	2.097	754	224	850	-	4.322
Alienações / Baixas / Transferências	158	(44)	(117)	(2)	(2.790)	(145)	(2.795)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	9.594	5.828	12.133	1.518	34.785	-	63.858
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	(522)	(1.767)	(4.332)	(275)	(13.080)	-	(19.976)
Depreciação no exercício	(417)	(503)	(1.134)	(126)	(2.758)	-	(4.938)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	(939)	(2.270)	(5.466)	(401)	(15.838)	-	(24.914)
Depreciações no exercício	(709)	(640)	(1.199)	(132)	(2.542)	-	(5.222)
Alienações / Baixas	-	29	68	-	1.641	-	1.738
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	(1.648)	(2.881)	(6.597)	(533)	(16.739)	-	(28.398)
<b>Valor contábil líquido</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	7.955	1.505	6.030	895	20.887	145	37.417
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	7.801	2.947	5.536	985	18.046	-	35.460
<i>Taxa anual de depreciação %</i>	4	20	10	10	20	4	

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terras e terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Imobilizado em andamento e outros	Total
<b>Custo</b>								
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	-	(3.963)	12.096	106.157	9.095	37.357	4.245	164.987
Adições	-	1.188	2.462	4.013	435	727	10.950	19.775
Adições – aquisição Cremer	4.405	14.116	1.655	43.183	5.878	292	14.013	83.542
Valo justo – Mais valia do imobilizado	-	1.941	-	9.797	-	-	(465)	11.273
Alienações / Baixas / Transferências	-	-	-	-	-	(410)	(2.482)	(2.892)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	4.405	13.282	16.213	163.150	15.408	37.966	26.261	276.685
Adições	-	252	3.165	2.509	501	850	13.251	20.528
Alienações / Baixas / Transferências	(3.481)	(1.571)	(289)	9.233	(139)	(2.870)	(13.041)	(12.158)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	924	11.963	19.089	174.892	15.770	35.946	26.471	285.055
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	-	3.721	(10.515)	(97.931)	(8.293)	(13.478)	363	(126.133)
Depreciação no exercício	-	(2.375)	(1.134)	(6.295)	(962)	(3.284)	(363)	(14.413)
Depreciação mais valia de imobilizado	-	(12)	-	241	-	69	-	298
Alienações / Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	1.334	(11.649)	(103.985)	(9.255)	(16.693)	-	(140.248)
Depreciações no exercício	-	(4.354)	(1.545)	(8.509)	(1.192)	(2.357)	(218)	(18.174)
Depreciação mais valia de imobilizado	-	158	-	567	-	3	-	728
Alienações / Baixas	-	86	260	1.971	196	1.325	386	4.222
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	-	(2.776)	(12.934)	(109.788)	(10.251)	(17.722)	-	(153.471)
<b>Valor contábil líquido</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	4.405	22.395	4.438	56.635	6.156	22.439	19.970	136.438
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	924	16.966	6.029	62.406	5.522	19.390	20.348	131.585
Taxa anual de depreciação %		4	20	10	10	20	4	

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(a) Recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado**

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, o Grupo realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01 / IAS 36- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*).

**(b) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2019 estão vinculados, como garantia de processos judiciais (penhora ou hipoteca judicial), bens móveis e imóveis de propriedade da Companhia, no valor do custo contábil, no montante de R\$ 40.848, e dado em garantia de empréstimos e financiamentos o valor de R\$ 28.395.

**15. Intangível**

	<b>Controladora</b>					
	<b>Software, marcas e patentes</b>		<b>Outros</b>		<b>Total</b>	
Vida útil estimada (média)	5 anos		5 anos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.414</b>		-		<b>4.414</b>	
Adições	42		-		42	
Amortização	(1.008)		-		(1.008)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.448</b>		-		<b>3.448</b>	
Adições	2.355		720		3.075	
Amortização	(1.190)		(78)		(1.268)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.613</b>		<b>642</b>		<b>5.255</b>	
<b>Custo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.545</b>		<b>720</b>		<b>9.265</b>	
<b>Amortização em 31/12/2019</b>	<b>(3.932)</b>		<b>(78)</b>		<b>(4.010)</b>	
	<b>Consolidado</b>					
	<b>Software, marcas e patentes</b>	<b>Ágios</b>	<b>Marcas</b>	<b>Outros</b>	<b>Carteira de clientes</b>	<b>Total</b>
Vida útil estimada (média)	5 anos	-	30 anos	5 anos	12 anos	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.414</b>	-	-	-	<b>9.650</b>	<b>13.930</b>
Adições (i)	485	220.181	82.513	7.281	66.225	376.685
Adições – aquisição Cremer (ii)	2.529	85.922	38.219	3.434		130.104
Amortização	(2.030)	-	-	(3.593)	(8.164)	(13.787)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.398</b>	<b>306.103</b>	<b>120.732</b>	<b>7.122</b>	<b>67.711</b>	<b>506.932</b>
Adições	4.648	-	-	875	-	5.523
Alienações / baixas / transferência	(108)	-	-	-	-	(108)
Amortização	(2.102)	-	-	(5.425)	(6.622)	(14.149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.836</b>	<b>306.103</b>	<b>120.732</b>	<b>2.572</b>	<b>61.089</b>	<b>498.198</b>

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 88,52% de participação do capital social da Cremer S.A. Nessa transação foi registrado ágio no montante de R\$ 220.181, valor justo de marca no montante de R\$ 82.513, carteira de clientes no montante de R\$ 66.225 e mais valia de imobilizados e de bens destinados a venda nos montantes de R\$ 11.273 (Nota 14) e R\$ 38.083 (Nota 11), respectivamente.

(ii) Com a aquisição da Cremer S.A. durante o exercício de 2018, os ativos intangíveis daquela controlada passaram a ser consolidados. Os intangíveis consolidados se referem a Ágio no montante de R\$ 85.922 gerado, substancialmente, nas aquisições de participações majoritárias das Companhias P.Simon pelo montante de R\$ 19.251, Embramed R\$ 67.750, Paraisoplex R\$ 1.011 e Ktorres R\$ 42. Em 2013, o valor de R\$ 2.132 foi alocado para o ativo imobilizado e outros intangíveis, como resultado do processo de alocação do preço de compra da aquisição de compra da Embramed e Paraisoplex.

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

### (a) Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. – Aquisição de controle

A Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. em 1º de agosto de 2017 pelo valor de R\$ 11.800. A empresa atua no ramo de distribuição de vacinas com sede na cidade de São Paulo – SP com atuação nacional. O objetivo desta aquisição está, substancialmente, pautado na expansão do portfólio de produtos ofertados pela Companhia e da carteira de clientes do grupo. A aquisição da empresa gerou um ganho por "compra vantajosa" no montante de R\$ 7.083 que foi reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado na mesma data da aquisição. Adicionalmente a referida aquisição gerou uma única alocação para carteira de clientes no montante de R\$ 9.855, que vem sendo amortizada pelo prazo determinado nos estudos de alocação.

### (b) Cremer S.A. – Aquisição de controle

Conforme nota explicativa 4.2, em 4 de abril de 2018 a Companhia obteve o controle da Cremer S.A., e com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada registrou os ativos identificáveis adquiridos a valor justo.

### (c) Teste de recuperabilidade dos ágios com vida útil indefinida

Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

<u>Negócio adquirido</u> <sup>(1)</sup>	<u>2018</u>
P. Simon S.A. <sup>(2)</sup>	19.251
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda. <sup>(2)</sup>	66.671
Cremer S.A.	220.181
	<u>306.103</u>

(1) Cada negócio adquirido é controlado como uma Unidade Geradora de Caixa.

(2) Empresas incorporadas, para as quais se mantiveram os controles por UGC individuais.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias adquiridas, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

	<b>Taxa Desconto</b>	<b>Taxa de desconto antes dos impostos</b>	<b>Taxa Crescimento Perpetuidade (1)</b>	<b>EBITDA médio projetado</b>
P. Simon S.A.	11,7%	13,5%	3,6%	23,3%
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	11,7%	11,7%	3,6%	17,3%
Cremer S.A.	11,7%	13,1%	3,6%	17,8%

(1) Foi considerado o crescimento de 3,6%, correspondente a inflação de longo prazo na data base da avaliação. Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade.

As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 6% a 7% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 11,70% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês (representa aproximadamente uma taxa de 12% antes dos impostos).

Como resultado do teste realizado foi concluído que o (*custo contábil*) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

Abaixo demonstramos o montante pelo qual alterações individuais na taxa de desconto utilizada poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

	<b>Taxa de desconto utilizada na avaliação</b>	<b>Taxa desconto máxima (1)</b>	<b>Valor contábil (2)</b>
P. Simon	11,7%	19,5%	27.785
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	11,7%	12,0%	156.280
Cremer S.A.	11,7%	19,3%	620.679

(1) *Cenário de sensibilidade: Foi realizado um teste de sensibilidade gerando um cenário de estresse para extrair qual a taxa de desconto máxima que o fluxo de caixa suportaria para suportar o Carrying Amount da UGC.*

(2) *Carrying Amount das empresas incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações, imobilizado e intangível diretamente atribuível (incluindo marcas), ativos corporativos e ramp-up do capital de giro. Carrying Amount das empresas não incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações (incluindo marcas) patrimônio líquido da UGC.*

Tais projeções foram aprovadas pela administração da companhia, as quais foram preparadas com base nos resultados históricos e na expectativa de resultado de cada UGC.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***16. Arrendamentos****(a) Ativo de direito de uso de ativo**

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

Controladora

	Período médio em anos	01/12/2019		31/12/2019
			Adições	
Custo				
Centros de distribuição	27	-	49.958	49.958
			-	49.958
Amortização				
Centros de distribuição		-	(4.124)	(4.124)
			-	(4.124)
Líquido		-	45.834	45.834

Consolidado

	Período médio em anos	01/12/2019		31/12/2019
			Adições	
Custo				
Centros de distribuição	24	-	49.958	49.958
Edificações	10	-	93.286	93.286
			-	143.244
Amortização				
Centros de distribuição		-	(4.124)	(4.124)
Edificações		-	(19.300)	(19.300)
			-	(23.425)
Líquido		-	119.819	119.819

Todos os ativos de direito de uso referem-se a instalações alugadas de propriedades imobiliárias, dentre elas salas comerciais e parques fabris.

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(b) Passivos de arrendamento**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 23 contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional.

Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 6,78% a 8,80% a.a.

Descrição	Prazo	Taxa de desconto nominal	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Arrendamento IFRS 16	3 a 25 anos, conforme contrato	6,78% a 8,80%.	48.968	-	129.141	-
			<b>48.968</b>	<b>-</b>	<b>129.141</b>	<b>-</b>
		<b>Circulante</b>	<b>4.529</b>	<b>-</b>	<b>29.342</b>	<b>-</b>
		<b>Não circulante</b>	<b>44.439</b>	<b>-</b>	<b>99.799</b>	<b>-</b>
					<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
					-	-
					Adições de novos contratos	143.244
					Acréscimo de juros	10.331
					Pagamentos	(24.434)
					<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>129.141</b>

**Estimativa de realização**

	Controladora	Consolidado
2020	4.529	29.342
2021	4.932	51.244
2022 em diante	39.507	48.555
	<b>48.968</b>	<b>129.141</b>

**Informações adicionais**

Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação a CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, a Companhia realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	383.732	333.950	484.889	431.697
Fornecedores internacionais	866	2.804	866	2.804
Fornecedor – partes relacionadas (nota explicativa 22)	14.547	12.960	2.087	2.934
<b>Total</b>	<b>399.145</b>	<b>349.714</b>	<b>487.842</b>	<b>437.435</b>

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente aquisições de mercadorias para revenda e matéria-prima para industrialização. O Grupo possui transações para aquisições de mercadorias de fornecedores no mercado interno e externo, estas estão sujeitas à variação cambial.

Fornecedores nacionais consolidados apresentam o montante de R\$ 9.891 (R\$ 7.311 em 31 de dezembro de 2018) referente a operações de *confirming* efetuados por fornecedores de controladas. As operações de *confirming* possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. A decisão de efetuar *confirming* é única e exclusivamente do fornecedor que arca integralmente com os encargos financeiros da operação. Os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores não foram afetadas.

### 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

#### (a) Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Moeda nacional</b>					
Aquisição de Imobilizado (Finame e Finimp)	2,00 a 12,00% a.a. TJLP + 1,50% até	6.731	8.914	6.731	8.914
BNDES	2,21% a.a.	-	-	-	10.381
Crédito rural	8,00% a 8,60% a.a.	-	-	10.268	19.967
Aquisição do Imobilizado (Leasing)	5,00% a 15,00% a.a.	1.130	2.186	2.129	3.615
Capital de Giro	2,00% a 19,00% a.a.	17.392	16.713	17.392	16.713
ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	4,78% a.a.	-	-	1.036	5.334
Crédito à Exportação	CDI +1,70% a.a.	-	-	27.141	35.588
Nota de taxa de flutuação	CDI +1,51% a.a.	-	-	40.695	50.952
Notas comerciais	CDI +1,79% a.a.	-	-	44.682	50.469
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	6,00% a 16,00% a.a.	58	914	58	914
		<b>25.311</b>	<b>28.727</b>	<b>150.132</b>	<b>202.847</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Capital de Giro em moeda estrangeira (EUR)	CDI + 2,00% a 18,00% a.a.	-	10.000	33.079	58.754
Capital de Giro em moeda estrangeira (USD)	CDI +1,93% a.a.	-	-	60.618	-
<b>Total</b>		<b>25.311</b>	<b>38.727</b>	<b>243.829</b>	<b>261.601</b>
<b>Circulante</b>		<b>3.422</b>	<b>30.824</b>	<b>84.055</b>	<b>105.647</b>
<b>Não circulante</b>		<b>21.889</b>	<b>7.903</b>	<b>159.774</b>	<b>155.954</b>



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	3.015	-	67.290
2021	19.260	2.074	103.520	63.061
2022 a 2023	2.629	2.814	56.253	25.603
<b>Total</b>	<b>21.889</b>	<b>7.903</b>	<b>159.773</b>	<b>155.954</b>

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais de diretores e direitos creditórios e foram contratados com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

**(b) Debêntures**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Moeda nacional</b>					
Debêntures	(CDI + 2,00% a.a 2,50% a.a.)	384.204	400.272	456.029	547.288
(-) custos de transação na emissão de debêntures		(5.265)	(6.142)	(5.362)	(6.744)
<b>Total</b>		<b>378.939</b>	<b>394.130</b>	<b>450.667</b>	<b>540.544</b>
<b>Circulante</b>		<b>68.806</b>	<b>15.395</b>	<b>140.534</b>	<b>105.917</b>
<b>Não circulante</b>		<b>310.133</b>	<b>378.735</b>	<b>310.133</b>	<b>434.627</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante, bruto dos custos de transação na emissão de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	68.602	-	124.494
2021	64.000	64.000	64.000	64.000
2022	64.000	64.000	64.000	64.000
2023	64.000	64.000	64.000	64.000
2024	64.000	64.000	64.000	64.000
2025	54.133	54.133	54.133	54.133
<b>Total</b>	<b>310.133</b>	<b>378.735</b>	<b>310.133</b>	<b>434.627</b>

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

**(i) 1ª emissão de Debêntures - Controladora**

Em 21 de dezembro de 2017, a CMH efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de março de 2026, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 400.000;

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Datas: (a) emissão: 27 de dezembro de 2017 e (b) vencimento: 27 de março de 2026;

Amortização: trimestral, com início de pagamento ao final do 24º mês, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,40%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos trimestralmente, a partir da data da emissão com carência de 24 meses, sendo o primeiro pagamento em 27 de dezembro de 2019 e o último pagamento devido na data do vencimento.

### (ii) 6ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 11 de abril de 2017, a controlada Cremer S.A. efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 11 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de abril de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 80.000;

Datas: (a) emissão: 11 de abril de 2017 e (b) vencimento: 11 de abril de 2020;

Amortização: semestral, com início de pagamento ao final do 12º mês, inclusive, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,50%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos semestralmente, a partir da data da emissão, em outubro e abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de outubro de 2017 e o último pagamento devido na data do vencimento.

### (iii) 4ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 15 de abril de 2014, a Controlada Cremer S.A. efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de abril de 2014. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 200.000;

Datas: (a) emissão: 15 de abril de 2014 e (b) vencimento: 15 de abril de 2020;

Amortização: em cinco parcelas iguais anuais, a partir do 24º mês, contados da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,0%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: 6 parcelas anuais, com vencimentos em abril de 2015 a abril de 2020.

### (c) Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada (empréstimos, financiamentos, debêntures menos caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras) pelo EBITDA, igual ou menor a 3,5. Conforme o contrato o EBITDA é apurado da seguinte forma:

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido;
  - (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida, exceto as contas de juros em operações ativas com clientes, descontos concedidos a clientes e descontos recebidos de fornecedores;
  - (+) Provisão para IRPJ e CSLL;
  - (+) Depreciações, Amortizações e Exaustões;
  - (+) Custos e despesas decorrentes da Aquisição ou da Oferta;
  - (+) Despesas com indenizações de qualquer natureza que estejam cobertas por direito contratual de indenização;
  - (+) Despesas com planos de remuneração baseada em ação sem efeito caixa;
  - (+) despesas em operações de aquisição (incluindo mediante operações societárias), incorridas com assessores legais e financeiras, auditores, empresas de consultoria (inclusive para identificação e implementação de sinergias) e comissões;
  - (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou Dividendos e Outros Proventos Recebidos);
  - (+/-) Perdas/Ganhos contábeis na avaliação de ativos, desde que sem efeito caixa.
- 
- Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes;

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(d) Reconciliação dos movimentação de passivos relacionados à atividade de financiamento (controladora)**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	42.094	393.229	-	435.323
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>				
Captações	54.000	-	-	54.000
Pagamentos de principal	(59.328)	-	-	(59.328)
Pagamentos de juros	-	(34.552)	-	(34.552)
Comissões sobre debêntures	-	878	-	878
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>				
Provisão de juros e variações cambiais	1.961	34.575	-	36.536
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>38.727</b>	<b>394.130</b>	-	<b>432.857</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>				
Captações	17.000	-	-	17.000
Pagamentos de principal	(32.059)	-	-	(32.059)
Pagamentos de juros	(157)	(7.327)	-	(7.484)
Pagamentos de debêntures	-	(41.783)	-	(41.783)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(5.041)	(5.041)
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>				
Adoção inicial	-	-	49.958	49.958
Provisão de juros e variações cambiais	1.800	33.919	4.052	39.771
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>25.311</b>	<b>378.939</b>	<b>48.968</b>	<b>453.218</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(e) Reconciliação dos movimentação de passivos relacionados à atividade de financiamento (consolidado)**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>42.094</b>	<b>393.229</b>	-	<b>435.323</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>				
Captações	258.105	-	-	258.105
Pagamentos	(129.440)	(72.000)	-	(201.440)
Pagamentos de juros	(7.723)	(54.808)	-	(62.531)
Comissões sobre debêntures	-	878	-	878
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>				
Adições de empréstimos aquisição Cremer S.A.	84.178	228.017	-	312.195
Provisão de juros e variações cambiais	14.387	45.228	-	59.615
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>261.601</b>	<b>540.544</b>	-	<b>802.145</b>
<b>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</b>				
Captações	91.633	-	-	91.633
Pagamentos	(115.477)	(113.783)	(24.434)	(253.694)
Pagamentos de juros	(10.403)	(18.631)	-	(29.034)
<b>Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa</b>				
Adoção inicial	-	-	143.244	143.244
Provisão de juros e variações cambiais	16.474	42.538	10.331	69.343
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>243.828</b>	<b>450.668</b>	<b>129.141</b>	<b>823.637</b>

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***19. Salários e obrigações sociais a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salários e ordenados a pagar	<b>3.877</b>	2.441	<b>6.450</b>	6.364
Encargos sociais a pagar	<b>4.018</b>	2.229	<b>6.052</b>	4.983
Provisões de férias	<b>7.372</b>	3.821	<b>14.969</b>	13.122
Provisões de passivos trabalhistas e de encargos sociais	<b>35.522</b>	40.943	<b>35.522</b>	40.943
Provisão para participação nos resultados	-	1.650	-	3.177
Outros	<b>684</b>	537	<b>9.061</b>	1.266
<b>Total</b>	<b>51.473</b>	<b>51.621</b>	<b>72.054</b>	<b>69.855</b>

**20. Tributos a recolher**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Prestação de Serviços				
– ICMS (i)	<b>16.745</b>	13.512	<b>20.894</b>	17.764
Imposto de renda e contribuição social – IRPJ e CSLL	<b>371</b>	32	<b>2.399</b>	32
Provisões de passivos tributários (ii)	<b>22.963</b>	122.565	<b>22.871</b>	122.565
Outros	<b>1.334</b>	1.781	<b>4.284</b>	3.449
<b>Total</b>	<b>41.413</b>	<b>137.890</b>	<b>50.448</b>	<b>143.810</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.265</b>	<b>136.476</b>	<b>48.059</b>	<b>140.991</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.148</b>	<b>1.414</b>	<b>2.389</b>	<b>2.819</b>

- (i) Com a entrada em vigor do convênio ICMS 93/2015, passou a ser exigido o diferencial de alíquota das operações de origem no estado de Goiás. Este convênio obriga o mencionado estado a compensar ou devolver os valores do diferencial de alíquota de origem, do período de janeiro a junho de 2016, integralmente à Companhia. Até a publicação do convênio regendo a compensação ou devolução desses valores de origem, a Companhia não realizou os pagamentos do ICMS. Os demais são tributos a pagar correntes oriundo da operação normal do Grupo.
- (ii) Refere-se a valores tributários devidos pelo Grupo até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou uma avaliação das probabilidades de desembolso de caixa futuro, os quais anteriormente eram considerados prováveis e neste exercício reavaliados com expectativa de desembolso possível. Os efeitos dessa reavaliação foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica contábil de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da reversão do direito de reembolso (nota explicativa 22). A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias enquanto os passivos foram constituídos sobre os efeitos da contabilização do custo atribuído, da diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e pela nova vida útil econômica dos ativos e, referentes ao ágio (não amortizado contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	37.912	44.385
Diferenças temporárias:				
Arrendamentos	-	-	2.298	-
Provisão de fretes	-	-	1.036	-
Provisão para devedores duvidosos	479	404	1.716	1.780
Provisões trabalhistas e de encargos sociais	12.077	13.920	14.508	13.920
Provisões de passivos tributários	5.080	7.244	11.469	7.244
Provisão para contingência	2.329	2.052	2.329	5.967
Outras provisões	5.234	(126)	9.255	(2.086)
	<b>25.199</b>	<b>23.494</b>	<b>80.523</b>	<b>71.228</b>
Passivo:				
Ágio (i)	-	-	(7.679)	(6.546)
Vida útil	-	-	(8.874)	(9.427)
Custo atribuído	-	-	(1.037)	(1.656)
Direito de reembolso	(14.861)	(70.504)	(14.861)	(70.504)
Marca (ii)	(28.054)	(28.054)	(28.054)	(28.054)
Carteira de clientes (ii)	(18.715)	(20.968)	(18.715)	(20.968)
Mais valia de imobilizado e bens destinados a vendas (ii)	(5.444)	(16.882)	(5.444)	(16.882)
	<b>(67.074)</b>	<b>(136.408)</b>	<b>(84.664)</b>	<b>(154.037)</b>
<b>Total tributos diferidos líquidos</b>	<b>(41.875)</b>	<b>(112.914)</b>	<b>(4.141)</b>	<b>(82.809)</b>
<b>Classificado no ativo não circulante</b>	-	-	37.734	37.268
<b>Classificado no passivo circulante</b>	(41.875)	(112.914)	(41.875)	(120.077)

- (i) O imposto de renda diferido é relacionado ao benefício fiscal de amortização (para fins fiscais apenas) dos ágios descritos como “P.Simon S.A.” e “Embramed Ind. e Com. Prod. Hosp. Ltda.” Esse benefício fiscal foi reconhecido pela controlada Cremer S.A. tendo como base incorporações ocorridas em 2011 e 2019, respectivamente.
- (ii) O imposto de renda diferido passivo é relativo à amortização de ativos mensurados a valor justo, originados na aquisição da controlada Cremer S.A. em 2018. Na data de aquisição, a Companhia reconheceu um imposto de renda diferido passivo, baseado nas limitações fiscais e legais para conduzir um futuro processo de incorporação entre a controlada e a Companhia.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2019, elaborado pela Administração da Companhia e apresentado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de janeiro de 2019. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2024.

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2019</u>
2020	7.417
2021	8.642
2022	10.305
2023	11.378
2024	170
<b>Total</b>	<b>37.912</b>

**(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes dos impostos	(16.737)	50.735	(17.356)	52.821
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa a alíquota básica	5.691	(17.250)	5.901	(17.959)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	10.980	1.640	-	-
Plano de opções de ações	-	-	-	(2.006)
Multas e doações	497	(1.532)	497	(408)
Impacto fiscal da reversão do direito de reembolso (diferença permanente)	18.020	-	19.395	-
Impacto fiscal relacionado à atualização de riscos fiscais de impostos sobre o lucro	13.337	-	13.337	-
Impostos presumidos de subsidiária	-	-	10.390	-
Outras adições (exclusões) permanentes	3.959	498	4.584	2.609
<b>Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>52.484</b>	<b>(16.644)</b>	<b>53.104</b>	<b>(17.764)</b>
Alíquota efetiva	(313,58%)	(32,81%)	(305,97%)	(33,63%)
<b>Imposto de renda e da contribuição social correntes</b>	<b>(7.696)</b>	<b>(23.145)</b>	<b>(25.565)</b>	<b>(27.260)</b>
<b>Imposto de renda e da contribuição social diferidos</b>	<b>60.180</b>	<b>6.501</b>	<b>78.669</b>	<b>9.496</b>



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***22. Partes relacionadas**

O saldo de partes relacionadas refere-se substancialmente à operações com empresas do o Grupo e pessoas físicas decorrente da revenda de mercadorias.

Saldos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber clientes				
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	93	-	93
CM Medicamentos Especiais Ltda.	926	548	926	548
CMI Hospitalar Ltda.	874	784	874	784
CCM Industria e Com. De Prod. Descartáveis	1	-	1	-
Cremer S.A.	4	-	-	-
	<b>1.805</b>	<b>1.425</b>	<b>1.801</b>	<b>1.425</b>
Dividendos a receber – Cremer S.A.	<b>21.080</b>	3.758	-	-
Direito de reembolso (i)	<b>27.829</b>	135.213	<b>27.829</b>	135.213
<b>Ativo não circulante</b>				
Conta corrente - Health Logística S.A.	<b>3.508</b>	4.209	<b>3.508</b>	4.209
Direito de reembolso (i)	<b>15.879</b>	72.151	<b>15.879</b>	72.151
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores				
Cremer S.A.	<b>8.557</b>	5.736	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	<b>4.290</b>	4.290	-	-
Health Logística S.A.	7	842	<b>395</b>	842
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	<b>1.691</b>	2.076	<b>1.691</b>	2.076
CM Medicamentos Especiais Ltda.	1	9	1	9
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda.	-	7	-	7
	<b>14.547</b>	<b>12.960</b>	<b>2.087</b>	<b>2.934</b>
Dividendos a pagar				
Cromossomo Participações IV S.A.	<b>135</b>	135	<b>135</b>	135
Carlos Alberto Mafra Terra	<b>101</b>	101	<b>101</b>	101
Consolação Goulart Terra	<b>101</b>	101	<b>101</b>	101
Cleber Aparecida Ribeiro	<b>28</b>	28	<b>28</b>	28
Dividendos propostos mínimos pela administração	<b>8.491</b>	-	<b>8.491</b>	-
	<b>8.856</b>	<b>365</b>	<b>8.856</b>	<b>365</b>
Conta Corrente				
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	<b>1.637</b>	1.747	-	-
	<b>1.637</b>	<b>1.747</b>	-	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2015, Carlos Alberto Mafra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro, Consolação Goulart Terra e CAMT Empreendimentos e Participações Ltda., em conjunto, “Acionistas Originais” do Grupo, firmaram acordo de investimentos com o investidor Cromossomo Participações IV S.A. (“Cromossomo” ou “Investidor”), que estabeleceu cláusula de indenização devida pelos acionistas originais do Grupo à Companhia, no caso de existirem, atos, fatos, eventos, ações ou omissões realizadas pelo Grupo até a data de 1º de março de 2016 ou cujo fato gerador seja anterior ao fechamento ainda que seus efeitos se

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

materializem após o fechamento do acordo, incluindo os tributos incidentes pela Companhia, decorrente do direito reembolso de seus acionistas originais. A Companhia tem direito de reembolso decorrente de cláusula de indenização formalizada entre seus acionistas para cobrir possíveis contingências e passivos fiscais, que foram originados em períodos anteriores a 1º de março de 2016. O contrato prevê que a Companhia será reembolsada e não terá qualquer encargo financeiro ou ônus fiscal, incluindo juros e multas. A administração avaliou as cláusulas relacionadas ao direito de reembolso, garantias, capacidade de pagamento do fiador, entre outras, e concluiu que, para contingências e passivos fiscais registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua probabilidade de perda ser avaliada como provável, o direito de reembolso foi reconhecido para atender à condição de ser "praticamente certo", conforme exigido pelo CPC 25 (IAS 37). A administração entende que os valores referentes ao direito de reembolso são suficientes para garantir que a Companhia não terá prejuízo em caso de necessidade de desembolso para honrar os passivos garantidos por esse direito. O ativo de direito de reembolso foi reconhecido na data do contrato conforme descrito abaixo, e o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 43.708. Em 2019, houve o desreconhecimento de R\$ 163.656, que foram reconhecidos em outras despesas operacionais, devido ao desreconhecimento de passivos contingentes a eles correlacionados. Não houve efeito de caixa nesta transação. O passivo contingente foi reconhecido em 2016 e avaliado como uma provável estimativa de saída de fluxos de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, os valores de passivos contingentes relacionados a questões tributárias e trabalhistas são de R\$ 67.931. Em 2019, o valor de R\$ 104.586 foi reconhecido em outras despesas, devido a decadência dos temas. Não houve impacto de caixa nesta transação.

Transações	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receita de vendas</b>				
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	13	9	13	9
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	663	972	663	972
CM Medicamentos Especiais Ltda.	6.020	4.086	-	-
CMI Hospitalar Ltda.	7.493	7.049	7.493	7.049
<b>Total</b>	<b>14.189</b>	<b>12.116</b>	<b>8.169</b>	<b>8.030</b>
<b>Compra de serviços e produtos</b>				
Health Logística Hospitalar S.A.	28.723	4.488	28.723	4.488
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	21.193	18.198	21.193	18.198
CM Medicamentos Especiais Ltda.	16	255	16	255
Cremer S.A.	97.462	43.152	-	-
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda.	-	9	-	9
<b>Total</b>	<b>147.394</b>	<b>66.102</b>	<b>49.932</b>	<b>22.950</b>

As transações comerciais de vendas e compras de mercadorias, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia e de suas controladas. As despesas relativas à remuneração de curto prazo do pessoal chave registradas na demonstração do resultado do exercício foram R\$ 8.818 (R\$ 10.178 em 31 de dezembro de 2018). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável. O pessoal-chave da Administração não possui benefícios de longo prazo, como plano de pensão, plano de remuneração em ações, entre outros.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Plano de pagamento baseado em ações

Em 02 de abril de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Programa de Pagamento Baseado em Ações da Companhia, denominado “Phantom Shares”. O Programa tem por objetivo outorgar aos executivos da Companhia (os beneficiários) direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia. A liquidação do benefício será realizada em caixa. Não há emissão de ações da Companhia para quitação da obrigação.

Os beneficiários são escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, sendo que a outorga não é, necessariamente, igual para cada beneficiário, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração a cada caso. As condições a serem cumpridas e o benefício a que faz jus cada beneficiário é formalizada através de Contratos de Outorga assinados individualmente por cada executivo com a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foi reconhecido as despesas relativas aos serviços prestados (considerando o período de *vesting*) e o passivo correspondente pois os valores não foram considerados materiais em relação às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

## 23. Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com o apoio de seus consultores legais externos.

### (a) Contingências e riscos de perda prováveis

Referem-se a contingências trabalhistas e tributárias de provável pagamento, consistido, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual, e a procedimentos fiscais adotados pelo Grupo que envolve alto grau de julgamento.

A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Controladora	2018	Provisões	Baixas	Encargos	2019
Trabalhistas	9.342	-	(9)	-	9.333
<b>Consolidado</b>	<b>2018</b>	<b>Provisões</b>	<b>Baixas</b>	<b>Encargos</b>	<b>2019</b>
Tributárias	4.660	7.492	(4.146)	215	8.221
Trabalhistas	12.143	2.655	(2.222)	146	12.722
Cíveis	4.326	2.421	(11)	470	7.206
	<b>21.129</b>	<b>12.568</b>	<b>(6.379)</b>	<b>831</b>	<b>28.149</b>

### (b) Contingências e riscos de perda possíveis - Consolidado

A Companhia possui o montante de aproximadamente R\$ 214.629 (R\$ 179.501 em 31 de dezembro de 2018) relacionado riscos tributários e trabalhistas sobre os quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como sendo de possível ou remota perda. As principais demandas são substancialmente relacionadas a:

#### (i) Controladora - Auto de infração:

Relacionado ao questionamento pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás sobre a utilização de isenção na tributação da saída de determinados medicamentos revendidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 estes autos apresentam um montante de R\$ 41.035 (R\$ 38.701 em 31 de dezembro de 2018). Os principais processos referentes a estes autos de infrações são:

- Processo nº 4011403583605 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco por omissão de pagamento de ICMS em razão de escrituração indevida de valores, alegando

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

aproveitamento maior de Crédito Outorgado a que teria direito. O assunto se encontra na Delegacia de Catalão para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 4.682.

- (b) Processo nº 4011403585306 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco em razão de saída de mercadorias, no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, por meio de Nota Fiscal Eletrônica utilizando carga tributária inferior à estabelecida na legislação tributária. O assunto se encontra com agente do Fisco para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 28.930.

### (ii) Controlada Cremer S.A.:

#### *Contingências tributárias*

A Cremer S.A durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às amortizações de ágio. O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível. A Cremer S.A, durante o segundo trimestre de 2016, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração lavrado em face da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., por meio do qual a fiscalização da Receita Federal do Brasil tratou as vendas de imóveis de sua propriedade como operações sujeitas à apuração de ganho de capital. Segundo nossos assessores jurídicos, o prognóstico é de perda possível.

#### *Contingências trabalhistas*

A Cremer S.A e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, atualização monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária.

#### *Contingências cíveis*

A Cremer S.A e suas controladas figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por danos morais e materiais. A Companhia e suas controladas também possuem passivos judiciais relativos a cobrança de verbas relacionadas às rescisões de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Companhia provisiona verbas em seu balanço.

### (c) Ativos contingentes - Consolidado

#### *Crédito de PIS e COFINS*

A Companhia e suas controladas possuem quatro ações judiciais visando reconhecer seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, os referidos pleitos encontram-se aguardando o julgamento dos agravos da União. Os assessores legais da Companhia compreendem que o êxito desta ações é provável, entretanto, devido à não ocorrência do trânsito em julgado em nenhum dos processos da Companhia, bem como, da indefinição do STF quanto à questão suscitada no *leading case* pela União Federal quanto à modulação dos efeitos daquela decisão e forma de cálculo do crédito, os valores estimados poderão sofrer relevantes alterações. Desta forma, os referidos pleitos ativos contingentes não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto estão sendo divulgados.

Em 21 de outubro de 2020 a controlada Cremer S.A. teve o trânsito em julgado de sua ação. O montante de crédito fiscal decorrente das decisões totalizou R\$137.936, sendo que R\$75.391 se refere ao valor histórico e R\$62.545 se refere a atualizações monetárias. De acordo com os contratos de

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compra e venda celebrados pela Companhia e os acionistas vendedores das controladas adquiridas o valor dos créditos tributários decorrentes das ações, líquido dos impostos, deve ser pago aos acionistas vendedores. Desta forma, uma obrigação para com os acionistas vendedores foi gerado e totaliza R\$73.891 em 31 de dezembro de 2020.

Para os processos ainda em andamento, a Companhia possui levantamento preliminar de documentos e realização de cálculos em 31 de dezembro de 2019, considerando dois cenários possíveis, com base no valor destacado em nota fiscal de saída e considerando as orientações da Receita Federal do Brasil que leva em consideração os valores líquidos recolhidos. Os levantamentos apontam para uma estimativa de créditos que podem variar de R\$ 7.000 a R\$13.000, considerando o primeiro cenário e o segundo cenário, respectivamente.

### (d) Depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Saldo em 1º de janeiro	59	5.611
Constituição (reversão), líquida	1	(302)
Saldo em 31 de dezembro	60	5.309

Em dezembro de 2009, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5002307.54.2010.404.7205, visando discutir a utilização de prejuízos fiscais e base negativa, adquiridos de terceiros, os quais haviam sido negados pela Secretaria da Receita Federal. Durante o 3º trimestre de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 2.111 (R\$ 2.846 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve decisão favorável em primeiro grau, acarretando Apelação por parte da União. Com o julgamento da Apelação pelo TRF da 4ª Região, houve reforma do julgado. Tal decisão acarretaria a cobrança de parcelas consideradas atrasadas no âmbito do PAES. Desta forma, a Companhia efetuou o depósito do alegado saldo devedor, a fim de evitar sua exclusão do PAES e os procedimentos fiscais relacionados à cobrança dos valores e aguarda julgamento dos recursos extraordinário e especial apresentados. Na análise dos advogados da Companhia, os riscos de perdas são classificados como possíveis.

## 24. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 no valor de R\$ 253.629 está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está distribuída da seguinte forma:

	2019		2018	
	Ações	%	Ações	%
Cromossomo Participações IV S.A.	57.898.545	37,00%	57.898.545	37,00%
Carlos Alberto Mafra Terra	43.377.889	27,72%	43.377.889	27,72%
Consolação Goulart Terra	43.377.889	27,72%	43.377.888	27,72%
Cleber Aparecido Ribeiro	11.828.232	7,56%	11.828.232	7,56%
	156.482.555	100,00%	156.482.555	100,00%

### (b) Reservas de lucros

#### (i) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu R\$ 1.787 a título de reserva legal (R\$ 1.828 em 2018). Os valores constituídos atendem os limites impostos pela legislação societária brasileira.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (ii) Reserva de retenção de lucros

Reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2019 foi constituída no montante de R\$ 25.470 (R\$ 32.263 em 31 de dezembro de 2018).

### (c) Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. Entretanto, o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, determina que qualquer modalidade de remuneração aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, estão limitados a 25% do lucro líquido do período. A emissão das Debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017 pela totalidade dos acionistas da Companhia.

Desta forma, os dividendos propostos pela administração estão limitados a 25%, nos termos das leis societária e respeitando as cláusulas restritivas da debentures.

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	35.747
Constituição de reserva legal (5%)	(1.787)
	<u>33.960</u>
<b>Dividendos obrigatórios (25%)</b>	<b><u>8.490</u></b>

## 25. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Básico e diluído</b>		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	35.747	34.091
Média ponderada de ações ordinárias	<u>156.483</u>	<u>156.083</u>
Lucro por ação – básico e diluído	<u>0,22844</u>	<u>0,21786</u>

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Receita

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados	<b>2.784.683</b>	2.534.293	<b>3.636.423</b>	3.120.707
(-) Abatimentos, vendas canceladas e devoluções	<b>(35.741)</b>	(33.051)	<b>(53.059)</b>	(17.164)
(-) Tributos sobre vendas	<b>(417.668)</b>	(360.637)	<b>(580.166)</b>	(462.385)
<b>Total</b>	<b><u>2.331.274</u></b>	<b><u>2.140.605</u></b>	<b><u>3.003.198</u></b>	<b><u>2.641.158</u></b>

A receita de vendas do Grupo refere-se principalmente ao fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. A controlada Cremer S.A. atua na produção de materiais descartáveis e de consumo para cuidado com a saúde, com inúmeros produtos nas linhas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, compressas de gaze, compressas cirúrgicas, ataduras gessadas, esparadrapos, algodão hidrófilo, fralda de pano, equipamentos e sondas.

As receitas do grupo no mercado doméstico representam 98% e 2% para o exterior.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A Companhia monitora os prazos de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

A receita operacional do Grupo está concentrada principalmente no mercado brasileiro e o Grupo não possui nenhum cliente individualmente significativo, ou seja, que representa 10% ou mais das receitas operacionais do exercício.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, que representa uma parcela pequena do faturamento do Grupo, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A desagregação da receita com base nos segmentos reportáveis está demonstrada na nota explicativa 30 de informações por segmento.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***27. Despesas por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matéria-prima, materiais e produtos de revenda	2.066.694	1.891.037	2.294.423	2.042.881
Salários, férias e benefícios a empregados	75.448	49.967	221.828	191.045
Encargos sociais	21.644	11.746	39.569	31.957
Serviços de consultoria	11.591	14.550	15.402	18.183
Comissões	5.922	6.269	13.099	7.492
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.905	315	1.982	1.204
Frete e carretos	42.846	18.116	82.302	47.597
Embalagens	2.532	1.894	2.532	1.894
Aluguéis	1.308	6.349	5.731	25.317
Serviços de terceiros	7.237	5.248	93.283	85.236
Despesas de viagens	5.448	4.446	9.648	7.477
Depreciação e amortização	17.132	5.946	55.155	14.953
Materiais de uso e consumo	912	1.290	2.964	3.950
Outros gastos	3.782	11.277	12.833	27.558
<b>Total</b>	<b>2.264.596</b>	<b>2.028.135</b>	<b>2.850.752</b>	<b>2.489.947</b>

<b>Classificadas como</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Custos das mercadorias e produtos vendidos	2.073.408	1.891.037	2.533.751	2.242.157
Despesas com vendas	133.444	60.420	137.567	140.524
Despesas gerais e administrativas	55.839	76.363	177.451	106.062
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.905	315	1.982	1.204
<b>Total</b>	<b>2.264.596</b>	<b>2.028.135</b>	<b>2.850.752</b>	<b>2.489.947</b>



**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Outras despesas	(16.722)	(10.874)	(5.771)	(14.467)
Doações e bonificações concedidas	(3.796)	(1.779)	(4.156)	(3.467)
Outros serviços de terceiros	(1.486)	(6.809)	(2.524)	(6.809)
Reversão (provisão) para contingências	9	(2.946)	(7.020)	(3.376)
Multas	(155)	(1.532)	(649)	(1.737)
Carta de fiança	(84)	(2.220)	(85)	(2.220)
Ociosidade fabril / perda de estoque	-	-	(2.778)	(1.660)
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões (nota explicativa 22.i)	(59.070)	(16.559)	(59.070)	(16.559)
Mensuração ao valor justo dos bens destinados a venda (nota explicativa 11)	-	-	(31.943)	-
Arrendamento mercantil	(4.124)	-	(4.124)	-
Parcelamento tributário	(339)	-	(339)	-
	<b>(85.767)</b>	<b>(42.719)</b>	<b>(118.459)</b>	<b>(50.295)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Outras receitas e despesas (ii)	10.354	(945)	19.190	(2.699)
Doações e bonificações recebidas	2.968	4.501	2.968	4.501
Resultado na alienação do ativo imobilizado	98	12	131	76
Reversão de provisões trabalhistas e de encargos sociais	5.176	6.252	5.625	6.252
	<b>18.596</b>	<b>9.820</b>	<b>27.914</b>	<b>8.130</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(67.171)</b>	<b>(32.899)</b>	<b>(90.545)</b>	<b>(42.165)</b>

- (i) Referem-se principalmente a outras receitas, incluindo créditos tributários que no consolidado somam R\$ 8.371 registrados na controladora direta Cremer S.A.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.308	10.543	10.153	13.820
Juros ativos	3.437	3.847	3.784	4.345
Ganhos (perdas) com derivativos	-	1.462	7.997	5.858
Variação cambial	1.707	2.300	19.285	16.219
Outras	-	-	927	-
<b>Total</b>	<b>8.452</b>	<b>18.152</b>	<b>42.146</b>	<b>40.242</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.775)	(39.414)	(72.136)	(56.907)
Juros arrendamento	(4.052)	-	(10.331)	-
Ganhos (perdas) com derivativos	(2.410)	-	(6.311)	-
Despesas bancárias	(1.112)	(1.160)	(1.115)	(1.627)
Descontos concedidos	(1.190)	(1.586)	(1.190)	(1.725)
Variação cambial	(10.452)	(9.517)	(30.783)	(30.221)
Outras despesas financeiras	-	(134)	(461)	(5.991)
<b>Total</b>	<b>(56.991)</b>	<b>(51.811)</b>	<b>(121.405)</b>	<b>(96.471)</b>

### 30. Informações por segmento

O CPC 22 e o IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, principais tomadores de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Saúde, e Não Saúde. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Material – distribuição e fabricação de materiais das categorias: cardíaca, cirúrgica, uniaxiais, diagnósticos, esterilização, paramentação, higiene e proteção entre outros.
- Medicamento – distribuição de medicamentos, analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatório, oncológico, anestésico, vacinas, entre outros.
- Outros: o segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo.

**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

2019	Consolidado			
	Medicamento	Material	Outros	Total
<b>Receita líquida de vendas</b>	1.991.484	961.156	<b>50.558</b>	<b>3.003.198</b>
Mercado interno	1.991.484	951.501	<b>50.558</b>	<b>2.993.543</b>
Mercado externos	-	9.655	-	<b>9.655</b>
Custo dos produtos vendidos	(1.807.319)	(696.633)	<b>(29.799)</b>	<b>(2.533.751)</b>
Lucro bruto	184.165	264.523	<b>20.759</b>	<b>469.447</b>
Despesas com vendas	(105.465)	(32.102)	-	<b>(137.567)</b>
Despesas gerais e administrativas	(47.938)	(127.061)	<b>(2.452)</b>	<b>(177.451)</b>
Participação nos resultados de controladas	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(57.417)	(34.685)	<b>(425)</b>	<b>(92.527)</b>
Resultado antes do resultado financeiro	<b>(26.655)</b>	<b>70.675</b>	<b>17.882</b>	<b>61.902</b>
Depreciação, amortização	29.009	26.012	-	<b>55.021</b>
Ativos	1.350.508	682.884	57.551	<b>2.090.943</b>
Passivos	1.017.629	654.413	37.048	<b>1.709.090</b>

2018	Consolidado			
	31/12/2018			
	Medicamento	Material	Outros	Total
<b>Receita líquida de vendas</b>	1.786.251	837.360	17.547	2.641.158
Mercado interno	1.786.251	824.600	17.547	2.628.398
Mercado externos	-	12.760	-	12.760
Custo dos produtos vendidos	(1.610.590)	(615.970)	(15.597)	(2.242.157)
Lucro bruto	175.661	221.390	1.950	399.001
Despesas com vendas	(31.519)	(110.205)	-	(141.724)
despesas gerais e administrativas	(65.368)	(39.806)	(888)	(106.062)
Outros resultados operacionais	(27.366)	(14.536)	(263)	(42.165)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<b>51.408</b>	<b>56.843</b>	<b>799</b>	<b>109.050</b>
Depreciação, amortização	5.005	22.879	18	27.902
Ativos	1.359.994	777.439	17.498	2.154.931
Passivos	1.058.364	729.846	13.095	1.801.305

A receita operacional do Grupo é gerada substancialmente no mercado brasileiro e o Grupo não tem nenhum cliente que individualmente seja significativo, ou seja, cliente que represente 10% ou mais da receita operacional do exercício.

As vendas no mercado doméstico representam 98% em cada um dos segmentos de negócio e as vendas ao mercado externo representam 2%. Os principais países para os quais o Grupo exporta são a Bolívia, o Paraguai e o México. Não há venda relevante entre os segmentos.

O segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo.

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as instalações industriais e de distribuição do Grupo estão localizados no Brasil.

### 31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram determinadas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros é ser assim resumida:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Operacionais	68.000	142.834
Lucros cessantes	-	45.700
Responsabilidade civil	-	20.000

### 32. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões	59.070	-	59.070	-

### 33. Eventos subsequentes

#### (i) Corona Vírus (COVID-19)

Desde o início da crise do Covid-19, o Grupo Mafra se dedicou totalmente a apoiar a área da saúde no combate a essa doença. Continuamos honrando nosso compromisso de abastecimento das instituições de saúde, ampliamos o número de compras de produtos de distribuição, como máscaras, luvas, aventais, álcool gel e intensificamos a fabricação de frascos de nutrição, equipos, sondas, cateteres, compressas, algodão, campo operatório, entre outros.

Durante essa crise, a controlada Cremer, empresa fabricante de materiais hospitalares do Grupo, completou 85 anos no mercado e manteve 100% das suas operações, a fim de atender a alta demanda da sociedade em função do Coronavírus.

Nossas unidades fabris e centros de distribuição, desde o início da pandemia, trabalharam em período integral e receberam novos investimentos para garantir a capacidade máxima de produção e distribuição.

Trabalhamos todo esse período com a proteção adequada aos nossos mais de 3.500 colaboradores, reforçando o nosso propósito, que é cuidar de cada vida. Como prioridade, trabalhamos incansavelmente em preservar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, adotando práticas severas de higiene e prevenção, em conformidade com as normas da OMS.

A crise causada pelo vírus provoca naturalmente muitas incertezas. O Grupo implementou diversas medidas para prevenir riscos relacionadas a pandemia e monitora constantemente potenciais riscos a ela associados.

#### *Impacto nas atividades do Grupo*

Como mencionado anteriormente mantivemos normalmente nossas atividades operacionais durante a crise. Não tivemos redução ou interrupção de fornecimento de insumos e matérias primas. Não tivemos redução de volumes vendidos e as margens operacionais de nossos segmentos não apresentam alterações relevantes. Alguns investimentos foram postergados, e o pagamento de determinados impostos, como facultado pelo Governo Federal, para reforçar a posição

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

de caixa. A Administração entende que o atual nível de liquidez do Grupo é adequado em relação as demandas das atividades operacionais.

### *Principais fatores de risco relacionados a Pandemia*

Os principais riscos que pandemia representa aos nossos negócios são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (*lockdown*) mais rigoroso; e o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado.

A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas subsidiárias seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à nossa continuidade.

### **(ii) Aquisições de negócios**

A Companhia realizou aquisições de controle de outras empresas seguindo sua estratégia de negócios. O resumos das aquisições de negócios e das negociações estão descritos abaixo:

#### **Aquisição da Biogenetix Importação e Exportação Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”), composto por 8.516.460 quotas de capital. A Biogenetix é uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no interior do estado de São Paulo há 10 anos. O valor de aquisição foi de R\$ 26.306, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 23.786 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 1.250 pagos a título de ajuste de preço; (iii) R\$ 1.270 a título de parcela retida, que será liberada mediante a cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, pelo prazo de 5 anos, parcelas estas corrigidas pela variação do IPCA entre a Data do Fechamento até a data do seu efetivo pagamento. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Byogene concentra suas atividades operacionais.

#### **Aquisição da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”), uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar na grande São Paulo, Alto do Tiete, Baixada Santista e Sorocaba, há 25 anos. Foram adquiridos todas as 7.500.000 quotas de capital pelo valor de R\$ 22.638, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 20.669 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 500 pagos a título de ajuste de preço; (iii) 1.469 a título de parcela retida, que poderá ser pago integral ou parcialmente após cumprimento das cláusulas determinadas no contrato de compra e venda. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Byogene concentra suas atividades.

#### **Aquisição da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social (representado por 2.300.000 quotas) da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”), uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no Distrito Federal, há 18 anos. O valor de aquisição foi de R\$ 21.780, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 19.431 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$333 pagos a título de parcela diferida conforme cronograma determinado entre as partes; (iii) R\$2.016 a título de parcela retida, que poderá ser pago, parcial ou integralmente após eventual ajuste de preço. A aquisição visa reforçar a capacidade da Companhia na distribuição de insumos e equipamentos médicos no centro-oeste do Brasil.

#### **Aquisição da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.**

Em 01 de junho de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu a integralidade do capital social (47.451.690 ações) da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”), uma empresa de Distribuição de Medicamentos com 34 anos de atuação, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor de aquisição foi de R\$ 359.125, a serem pagos da

## CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

seguinte forma: (i) R\$ 186.233 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 15.623 pagos por conta e ordem dos vendedores, diretamente assessores financeiros do vendedor, a título de comissão pela atuação na qualidade de assessor financeiro dos acionistas vendedores. (iii) R\$ 4.429 a ser pago após período de diligências; (iv) R\$ 120.000 a título de parcela retida que será pago no decorrer de seis anos em cumprimento das cláusulas determinantes no contrato de compra e venda; e (v) R\$ 9.560 a título de passivos contratuais assumidos relacionados a contraprestação contingente. Com a aquisição a Companhia espera reforçar sua capacidade de distribuição de medicamentos no centro-oeste do Brasil.

### **Aquisição da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.**

Em 02 de outubro de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social, representado por 526.316 ações, da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. (“Flexicotton”), uma empresa de terceirização de produtos para higiene pessoal localizada em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis (SC). A contraprestação totaliza R\$ 67.782, sendo composta da seguinte forma:

- (i) R\$ 44.813, pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores;
- (ii) R\$ 5.187, pagos por conta e ordem dos vendedores, diretamente assessores financeiros do vendedor, a título de comissão pela atuação na qualidade de assessor financeiro dos Acionistas Vendedores;
- (iii) Parcela contingente, denominada contratualmente como “Preço de Aquisição Adicional”. Essa parcela será paga aos vendedores, com base no resultado futuro a ser auferido durante um “Período de Apuração” estabelecido em contrato. O valor será calculado da seguinte forma: “Preço de Aquisição Adicional = (EBITDA Ajustado x 7,0) – Preço de Aquisição Inicial – Dívida Líquida + / - Ajuste de Capital de Giro”. O valor justo da contraprestação contingente foi determinado pela média ponderada de probabilidade de pagamentos associados a cada resultado possível ('abordagem de pagamento ponderada por probabilidade' / 'probability-weighted payout approach') e totalizou numa contraprestação contingente, de R\$ 17.782, na data da aquisição.

A Flexicotton é uma Companhia que tem um portfólio de produtos de cuidados para a saúde (“health care”) complementares aos da controlada Cremer, sendo uma aquisição relevante para aumentar a capacidade de produção do Grupo.

#### **(iii) Incorporação de empresas**

Em janeiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Companhia, de uma de seus acionistas, a Cromossomo Participações IV S.A., através da aprovação do Protocolo de incorporação e justificativa.

Devido a aprovação dessa incorporação, as 55.888.818 ações ordinárias sem valor nominal mantidas pela Cromossomo Participações IV S.A. foram destinadas ao seu único acionista, o Fundo de Investimento em Participações Multiestrégia Genoma I. Não houve alteração no capital social da Companhia.

\* \* \* \* \*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro  
Presidente

### Membros:

Carlos Alberto Mafra Terra  
Carlos Alberto Mafra Terra Júnior  
Luiz Felipe Duarte Martins Costa  
Ricardo Pechinho Hallack  
Thayan Nascimento Hartmann

## DIRETORIA

Leonardo Almeida Byrro  
Guilherme Fonseca Goulart  
Lúcio Flavio Bueno  
Renan de Almeida Havelha  
Thiago Liska

Diretor Presidente  
Diretor Financeiro  
Diretor  
Diretor Comercial  
Diretor Diagnóstica

## CONTADOR

Guilherme Fonseca Goulart  
CRC ISP – 217101/O-8

---

***CM Hospitalar S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2018***  
***e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
CM Hospitalar S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CM Hospitalar S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CM Hospitalar S.A. e da CM Hospitalar S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Chamamos a atenção para as Notas 2.1 (c) e (d) as demonstrações financeiras, que descrevem a atualização e reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar na Comissão de Valores Monetários (CVM) para o processo de abertura de capital (Nota 35). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 3 de abril de 2019 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas aprovadas para emissão em 3 de abril de 2019. Devido as atualizações descritas nas Notas 2.1 (c) e (d), estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

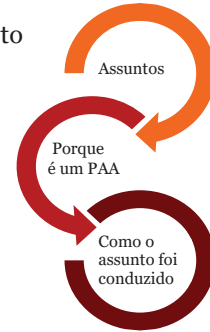
---

*PricewaterhouseCoopers, Av. Antônio Diederichsen 400, 21º e 22º, Ed. Metropolitan Business Center, Ribeirão Preto, SP, Brasil, 14020-250, Caixa Postal 308, T: +55 (16) 3516 6600, www.pwc.com.br*

CM Hospitalar S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme divulgado nas Notas 2.8, 3.1 (e), 4.1(b) e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito, principalmente relacionada as contas a receber de clientes.

A administração exerce julgamento quanto às expectativas de perdas estimadas e incorridas na realização dessas contas a receber, considerando atrasos nos recebimentos, expectativas de perda sobre valores não vencidos, garantias obtidas, estágios de negociações em andamento, bem como deterioração do risco de crédito de seus clientes.

Focamos nossos trabalhos nessa área por se tratar de estimativa contábil sujeita a alto grau de julgamento por parte da administração.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (a) Entendimento dos controles internos da Companhia e de suas controladas associados à mensuração e reconhecimento da provisão para perda.
- (b) Entendimento e teste das premissas relevantes utilizadas na estimativa adotada pela administração, tais como idade em atraso dos títulos vencidos, características do cliente (público ou privado), valores estimados de realização de garantias e potencial perda esperada para títulos não vencidos de clientes.
- (c) Comparação da estimativa registrada no exercício anterior com os resultados reais incorridos no exercício corrente.
- (d) Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração na determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.



CM Hospitalar S.A.

---

**Porque é um PAA**

---

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Combinação de negócios - aquisição da Cremer S.A.**

Conforme divulgado nas Notas 1, 2.25 e 13, às demonstrações financeiras, em 4 de abril de 2018 a Companhia adquiriu o controle da Cremer S.A. por meio da aquisição de 88,52% de participação do capital social dessa investida, pelo montante de R\$ 506.712 mil.

Pela aquisição, a Companhia registrou mais-valias de ativos tangíveis e intangíveis no montante total de R\$ 350.923 mil, líquidos dos tributos diferidos, sendo R\$ 220.181 mil referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Adicionalmente, posteriormente à aquisição de controle, foram adquiridas as participações remanescentes dos não controladores que representavam 11,48% de participação no capital da controlada pelo montante de R\$ 56.557 mil.

Focamos nossos trabalhos nessa área por se tratar de transações complexas e que envolvem julgamentos significativos na determinação do valor justo dos do preço de compra na combinação de negócios, ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (a) Discussões com a administração acerca da combinação de negócios e seus efeitos contábeis e fiscais.
- (b) Análise dos contratos, atos societários e do laudo realizado por especialista contratado pela administração para apoiar a determinação das mais valias, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Avaliação da capacidade técnica e independência do especialista contratado pela administração.
- (d) Conferência dos valores justos apurados na combinação de negócios e a adequação dos correspondentes registros contábeis de ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado.
- (e) Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos e reportamos ajustes que foram corrigidos, bem como ajustes que reportamos e que não foram corrigidos por terem sido considerados imateriais pela administração.

Consideramos que os dados e métodos de cálculos utilizados na mensuração do valor justo dos do preço de compra na combinação de negócios, ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio apurado são razoáveis, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.

---

---

**Porque é um PAA**

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida - ágio e marca**

Conforme divulgado nas Notas 13 e 15, às demonstrações financeiras, em virtude da aquisição da Cremer S.A., a Companhia é requerida a realizar anualmente o teste do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida relacionados ao ágio e a marca.

O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, que utiliza as projeções de resultado como base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, tais como percentuais de crescimento de receitas, de custos e de despesa, entre outras, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida. Adicionalmente, a definição das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's") também demanda julgamentos relevantes por parte da administração.

Focamos nossos trabalhos nessas projeções da administração em virtude do significativo grau de julgamento na determinação das premissas relevantes e nem sempre objetivas para a estimativa do valor em uso. Variações na realização dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (a) Atualização do nosso entendimento dos principais controles relacionados aos processos de avaliação dos indicadores de impairment e de determinação do valor recuperável dos ativos não circulantes.
- (b) Avaliação da definição das UGCs pela administração vis-à-vis os critérios estabelecidos pelas normas contábeis relevantes.
- (c) Entendimento do modelo de avaliação aplicado pela administração, incluindo a adequacidade da taxa de desconto utilizada com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de ativos.
- (d) Teste da consistência entre as principais premissas utilizadas, comparando-as com dados internos e externos observáveis, quando aplicável, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções. Também efetuamos teste da exatidão matemática dos cálculos.
- (e) Avaliação da análise de sensibilidade elaborada pela administração e recálculo das projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

---

CM Hospitalar S.A.

---

### **Porque é um PAA**

#### **Provisão para passivos tributários e trabalhistas**

A Companhia mantém passivos trabalhistas, tributários e provisão para contingências, conforme divulgados nas Notas 18, 19 e 22 às demonstrações financeiras.

A análise para determinação da provisão de potenciais passivos tributários e trabalhistas, é efetuada com base em julgamentos críticos exercidos pela administração da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos e tributários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía provisões tributárias registradas nas rubricas "Salários e obrigações sociais a pagar", "Tributos a recolher" e "Provisão para contingências" nos montantes de R\$ 40.943 mil, R\$ 122.565 mil e R\$ 9.342 mil, respectivamente, para fazer face a essas eventuais exigências.

Focamos nossos trabalhos nessas provisões em virtude da relevância dos valores envolvidos e o julgamento crítico exercido pela administração na determinação das referidas provisões.

---

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (a) Discussões com a administração sobre a natureza, classificação e probabilidade de materialização dos riscos envolvidos, bem como sobre os procedimentos adotados pela administração à luz das normas e políticas contábeis aplicáveis;
- (b) Obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos da administração e terceiros, quando aplicável, embasando as discussões acima mencionadas; e
- (c) Avaliação dos riscos existentes com dados observáveis no mercado de situações semelhantes e com julgamentos já efetuados ou em andamento.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos e reportamos ajustes que não foram corrigidos, por terem sido considerados imateriais pela administração.

Consideramos que a determinação da provisão de potenciais passivos tributários e trabalhistas são razoáveis, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.

---

### **Direito de reembolso**

Conforme divulgado na Nota 21 às demonstrações financeiras, a Companhia firmou acordo em 31 de dezembro de 2015 com seus acionistas originais e acionista investidor, que estabelece cláusula de reembolso à Companhia para quaisquer desembolsos exigidos por autoridades fiscais e previdenciárias em decorrência de procedimentos realizados pela administração anterior até a data de 1º de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui direito de reembolso, no montante de

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (a) Leitura do acordo firmado entre os acionistas.
- (b) Entendimento e testes sobre as premissas adotadas pela administração no cálculo do direito de reembolso.
- (c) Avaliação quanto a capacidade financeira dos acionistas originais cumprirem este compromisso.

CM Hospitalar S.A.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>R\$ 207.364 mil, que serão utilizados para compensar os eventuais passivos exigíveis no assunto anteriormente mencionado.</p> <p>Focamos nossos trabalhos nessa área em virtude da relevância dos valores envolvidos e o julgamento crítico exercido na determinação do valor recuperável.</p>	<p>(d) Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação do direito de reembolso são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos, bem como divulgações em notas explicativas.</p>

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International*



CM Hospitalar S.A.

*Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.





CM Hospitalar S.A.

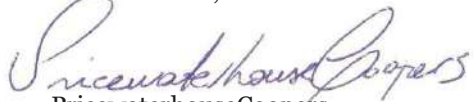
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

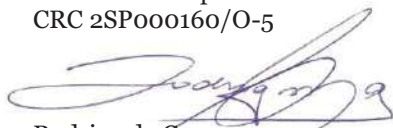
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 1º de fevereiro de 2021

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Rodrigo de Camargo  
Contador CRC 1SP219767/O-1



## **Relatório da Administração**

### Mensagem da Diretoria

Em 2018 o Grupo Mafra evoluiu muito em sua missão de simplificar o mercado da saúde, conseguindo manter seu forte ritmo de crescimento e se consolidando cada vez mais como um dos principais distribuidores de medicamentos e materiais para hospitais e clínicas do Brasil. Além disso, foi um ano de consolidação das operações da Tecnocold, empresa líder na distribuição de vacinas no Brasil, adquirida em 2017.

Seguindo a estratégia de crescimento e simplificação do mercado da saúde, o Grupo Mafra adquiriu 100% das ações da Cremer S.A., empresa líder na produção de materiais hospitalares, tendo sua marca reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Essa aquisição agregou ao grupo uma vertente industrial que até esse momento não possuía, melhorando a qualidade de entrega e a satisfação de seus clientes.

Após a aquisição da Cremer, o Grupo passou a ter duas grandes atuações: distribuição de medicamentos e materiais hospitalares e produção de materiais hospitalares. As principais linhas de produtos são materiais têxteis, plásticos e adesivos, além de medicamentos de alto custo, oncológicos, etc.

O ano de 2018 apresentou uma conjuntura econômica positiva para o Grupo, possibilitando garantir um crescimento na receita líquida de 29,3% da Controladora e 55,7% no Consolidado. O crescimento consolidado foi impactado pela aquisição da Cremer que ocorreu nesse ano.

O Grupo encerrou o ano de 2018 com 2.920 funcionários, 2.264 a mais que 2017. Esse grande crescimento do número de funcionários é oriundo da aquisição da Cremer, que, no final de 2018, possuía 2.342 funcionários.

Em 2018 foram feitos investimentos de aproximadamente R\$ 20 milhões em imobilizado. Esses investimentos tiveram como principais objetivos aumento de frota, melhorias nos centros de distribuição e projetos de melhoria de produtividade nas fábricas.

Conforme estatuto social da CM Hospitalar S.A. (“Companhia”), os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. Entretanto, o Instrumento Particular de Escritura da 1º Emissão de Debêntures Simples, determina que qualquer modalidade de remuneração aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, estaria vedada até a primeira Data de Amortização das debêntures acordada para 27 de dezembro de 2019, sob pena de vencimento antecipado da dívida. A emissão das Debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017 pela totalidade dos acionistas da Companhia. Desta forma, os lucros retidos contribuíram para aumentar a capacidade de investimento do Grupo para 2019, possibilitando acelerar os planos estratégicos de crescimento com rentabilidade e geração de caixa, com foco em (i) antecipação de tendências e seus impactos no nosso negócio (ii) aceleração da nossa agenda de digitalização e criação de novos serviços para o mercado da saúde (iii) foco no nosso cliente, oferecendo novas soluções que atendam às suas necessidades (iv) investimento em nossa malha logística para melhorar cada vez mais nosso nível de serviço.

Para conseguir alcançar esses objetivos, o Grupo segue com foco na qualidade da prestação de serviços, mantendo-se como referência de entrega e nível de serviço, além da busca constante por melhorias operacionais para manter sua competitividade. Também seguimos analisando as principais tendências de mercado para aumentar a oferta de produto e simplificar a cadeia de suprimentos hospitalar.

## Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
1 Informações gerais.....	8
2 Resumo das principais políticas contábeis.....	9
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	26
4 Gestão de risco financeiro .....	28
5 Instrumentos financeiros por categoria .....	34
6 Caixa e equivalentes de caixa .....	34
7 Títulos e valores mobiliários .....	35
8 Contas a receber de clientes .....	35
9 Estoques .....	36
10 Tributos a recuperar .....	37
11 Ativos não circulantes mantidos para venda.....	37
12 Aplicações financeiras restritas.....	37
13 Investimento (Controladora) .....	38
14 Imobilizado .....	40
15 Intangível .....	42
16 Fornecedores.....	46
17 Empréstimos, financiamentos e debêntures .....	47
18 Salários e obrigações sociais a pagar .....	53
19 Tributos a recolher.....	53
20 Imposto de renda e contribuição social.....	54
21 Partes relacionadas .....	55
22 Provisão para contingências.....	56
23 Patrimônio líquido.....	60
24 Lucro por ação .....	62
25 Receitas .....	63
26 Despesas por natureza .....	64
27 Outras despesas operacionais, líquidas.....	65
28 Resultado financeiro.....	65
29 Outras divulgações sobre fluxos de caixa .....	66
30 Subvenção governamental .....	70
31 Valor justo .....	70
32 Informações por segmento .....	71
33 Benefícios a empregados .....	75
34 Cobertura de seguros .....	76
35 Eventos Subsequentes .....	76

# CM Hospitalar S.A.

## Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017		2018	2017		
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	6	94.894	58.509	291.818	62.261	16	349.714	339.811	437.435	345.418
Títulos e valores mobiliários	7	10.304	17.371	10.304	17.371	17 (a)	30.824	30.033	105.647	30.033
Instrumentos financeiros derivativos		961	-	1.172	-	17 (b)	15.395	249	105.917	249
Contas a receber de clientes	8	378.636	391.152	459.008	403.835		-	571	-	571
Estoques	9	261.102	231.113	376.853	232.037	18	51.621	53.431	69.855	53.990
Tributos a recuperar	10	6.589	4.072	34.288	5.051	19	136.476	149.528	140.991	150.286
Direito de reembolso	21	135.213	148.019	135.213	148.019	11	471	466	25.471	466
Outros ativos		6.122	2.006	9.729	2.336		2.877	9.446	9.847	8.998
		893.820	852.242	1.318.385	870.910		587.377	583.534	895.163	590.001
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda</b>	11	-	-	57.836	-		-	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		893.820	852.242	1.376.221	870.910	17 (a)	7.903	12.061	155.954	12.061
						17 (b)	378.735	392.980	434.627	392.980
<b>Não circulante</b>						13	170.123	-	170.123	-
Aplicações financeiras restritas	12	5.125	400.105	5.125	400.105	19	1.414	-	2.819	-
Contas a receber de clientes	8	1.740	3.905	1.933	3.905	20	112.914	52.064	120.077	55.421
Tributos a recuperar	10	-	-	10.260	-	22	9.342	6.396	21.129	6.396
Depósitos judiciais	22	59	-	5.611	-		437	-	443	-
Tributos diferidos	20	-	-	37.268	-		680.869	463.501	905.172	466.858
Direito de reembolso	21	72.151	80.487	72.151	80.487		1.268.246	1.047.035	1.800.335	1.056.859
Outros ativos		4.209	3.700	2.991	-		-	-	-	-
		83.284	488.197	135.340	484.497		-	-	-	-
<b>Investimento</b>	13	604.873	15.024	-	-	23	253.629	253.629	253.629	253.629
Imobilizado	14	37.417	38.625	136.438	38.855		(30.963)	-	(30.963)	-
Intangível	15	3.448	4.414	506.932	14.064		131.930	97.839	131.930	97.839
<b>Total do ativo não circulante</b>		729.022	546.260	778.710	537.416		354.596	351.468	354.596	351.468
<b>Total do ativo</b>		1.622.842	1.398.503	2.154.931	1.408.327		1.622.842	1.398.503	2.154.931	1.408.327
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Debitores										
Instrumentos financeiros derivativos										
Salários e obrigações sociais a pagar										
Tributos a recolher										
Adiantamento de clientes										
Outros passivos										
<b>Total do passivo circulante</b>										
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Debitores										
Obrigações por aquisição de investimento										
Tributos a recolher										
Tributos diferidos										
Provisão para contingências										
Outros passivos										
<b>Total do passivo não circulante</b>										
<b>Total do passivo</b>										
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social										
Reservas de capital										
Reservas de lucros										
<b>Total do patrimônio líquido</b>										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CM Hospitalar S.A.

### Demonstração do resultado do exercício

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita das mercadorias vendidas	25	2.140.605	1.656.023	2.641.158	1.695.818
Custo das mercadorias vendidas	26	(1.891.037)	(1.449.794)	(2.242.157)	(1.494.728)
<b>Lucro bruto</b>		<b>249.568</b>	<b>206.229</b>	<b>399.001</b>	<b>201.090</b>
Despesas com vendas	26	(60.735)	(52.573)	(141.724)	(53.032)
Despesas gerais e administrativas	26	(76.363)	(61.641)	(106.062)	(63.944)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(32.899)	(15.917)	(42.165)	(15.847)
Participação nos resultados de controladas	13	4.823	(2.352)	-	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>84.394</b>	<b>73.746</b>	<b>109.050</b>	<b>68.267</b>
Receitas financeiras	28	18.152	13.770	40.242	17.973
Despesas financeiras	28	(51.811)	(12.149)	(96.471)	(12.149)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(33.659)</b>	<b>1.621</b>	<b>(56.229)</b>	<b>5.824</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>50.735</b>	<b>75.367</b>	<b>52.821</b>	<b>74.091</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(23.145)	(32.432)	(27.260)	(32.432)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	6.501	15.843	9.496	17.119
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.091</b>	<b>58.778</b>	<b>35.057</b>	<b>58.778</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da Companhia				34.091	58.778
Participação dos não controladores				966	-
				<b>35.057</b>	<b>58.778</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R\$ por lote de mil ações)</b>				<b>0,22</b>	<b>0,41</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CM Hospitalar S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

---

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	34.091	58.778	35.057	58.778
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>34.091</b>	<b>58.778</b>	<b>35.057</b>	<b>58.778</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Acionistas da Companhia			34.091	58.778
Participação dos não controladores			966	-
			<b>35.057</b>	<b>58.778</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Atribuível a acionistas controladores							
	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de Capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros à disposição dos acionistas					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	158.574	6.934	36.816	-	-	202.324	-	202.324
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.778	58.778	-	58.778
Incorporação (Nota 23)	95.055	-	-	-	(4.689)	90.366	-	90.366
Constituição de reserva legal (Nota 23)	-	2.938	-	-	(2.938)	-	-	-
Reserva de lucros (Nota 23)	-	-	51.151	-	(51.151)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	253.629	9.872	87.967	-	-	351.468	-	351.468
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.091	34.091	966	35.057
Constituição de reserva legal (Nota 23)	-	1.828	-	-	(1.828)	-	-	-
Reserva de lucros (Nota 23)	-	-	32.263	-	(32.263)	-	-	-
Aumento de capital em controlada com exercício das opções de ações	-	-	-	4.705	-	4.705	-	4.705
Aquisição de participações de não controladores (Nota 23)	-	-	-	(35.668)	-	(35.668)	(966)	(36.634)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	253.629	11.700	120.230	(30.963)	-	354.596	-	354.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CM Hospitalar S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		50.735	75.367	52.821	74.091
Ajustes de:					
Depreciações e amortizações	26	5.946	7.761	14.953	9.054
Amortizações de mais valias	27	10.874	-	14.467	-
Ganho proveniente de compra vantajosa	27	-	(7.083)	-	(7.083)
Resultado na alienação de imobilizado	27	(12)	(155)	(76)	(155)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	315	2.144	1.204	2.144
Correção monetária sobre obrigações por aquisição de investimento		10.937	-	10.937	-
Lucros não realizados no estoque		-	-	969	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		27.531	6.853	50.609	6.853
Provisões (reversões) trabalhistas e de encargos sociais	27	(6.252)	10.634	(6.252)	10.634
Provisões (reversões) de passivos tributários	27	(4.583)	(13.364)	(4.583)	(13.364)
Reversão de ganho de direitos de reembolso	27	21.142	27.642	21.142	27.642
Provisão para contingências	27	2.946	127	3.376	127
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		-	-	4.314	-
Instrumentos financeiros derivativos		(1.532)	571	(1.744)	571
Participação nos (lucros) prejuízos de controlada	13	(4.823)	2.352	-	-
Variações no capital circulante:					
Contas a receber de clientes	8	14.367	(66.861)	76.362	(55.929)
Títulos e valores mobiliários	7	7.005	5.680	7.005	5.680
Estoques	9	(29.989)	(16.658)	(42.541)	(5.707)
Tributos a recuperar	10	(2.517)	10.321	(25.478)	10.159
Imoveis destinados a venda	11	-	-	15.597	-
Depósitos judiciais	22	(59)	-	297	-
Outros ativos		(358)	(339)	2.493	(570)
Fornecedores	16	9.903	86.655	10.551	67.528
Obrigações com pessoal e sociais	18	3.488	390	(7.039)	89
Obrigações tributárias	19	(6.101)	(20.435)	(11.915)	(20.495)
Adiantamentos de clientes	11	5	165	(203)	165
Outras obrigações		(10.396)	(20.987)	(15.450)	(16.846)
<b>Caixa gerado nas operações</b>		98.572	90.780	171.816	94.588
Juros pagos		(34.552)	(3.605)	(62.531)	(3.605)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.425)	(36.783)	(23.527)	(36.783)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		44.595	50.392	85.758	54.200
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de bens do imobilizado e intangível		(4.182)	(3.222)	(27.823)	(3.277)
Recebimento pela venda de imobilizado		422	1.902	2.968	1.902
Aquisições de participações em controladas		(404.048)	(9.075)	(404.048)	(9.075)
Caixa e equivalentes de caixa advindo de acervo líquido incorporado		-	7.797	111.111	7.797
Resgates (aplicações) financeiras restritas	29	404.048	(400.000)	404.048	(400.000)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos</b>		(3.760)	(402.598)	86.256	(402.653)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Obtenção de empréstimos e financiamentos	29	54.000	27.579	258.105	27.579
Obtenção de debêntures	29	878	392.980	878	392.980
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	29	(59.328)	(36.785)	(201.440)	(36.785)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>		(4.450)	383.774	57.543	383.774
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		36.385	31.568	229.557	35.321
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício</b>		58.509	26.940	62.261	26.940
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício</b>	6	94.894	58.509	291.818	62.261

As transações das atividades que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 29 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CM Hospitalar S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>	<b>2.499.827</b>	<b>1.916.709</b>	<b>3.110.512</b>	<b>1.974.595</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.493.913	1.905.090	3.103.543	1.954.843
Outras receitas	6.229	13.763	8.173	21.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(315)	(2.144)	(1.204)	(2.144)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>(1.984.546)</b>	<b>(1.539.159)</b>	<b>(2.317.164)</b>	<b>(1.586.506)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.891.037)	(1.449.794)	(2.242.157)	(1.494.728)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(93.509)	(89.365)	(75.007)	(91.778)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>515.281</b>	<b>377.550</b>	<b>793.348</b>	<b>388.089</b>
<b>Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	<b>(16.822)</b>	<b>(7.761)</b>	<b>(29.419)</b>	<b>(9.054)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>498.459</b>	<b>369.789</b>	<b>763.929</b>	<b>379.035</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>22.975</b>	<b>11.418</b>	<b>40.242</b>	<b>17.973</b>
Resultado de equivalência patrimonial	4.823	(2.352)	-	-
Receitas financeiras	18.152	13.770	40.242	17.973
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>521.434</b>	<b>381.207</b>	<b>804.171</b>	<b>397.008</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>521.434</b>	<b>381.207</b>	<b>804.171</b>	<b>397.008</b>
<b>Pessoal</b>	<b>45.602</b>	<b>31.908</b>	<b>145.445</b>	<b>34.048</b>
Remuneração direta	32.556	22.192	116.296	23.889
Benefícios	10.647	7.947	20.464	8.085
F.G.T.S	2.399	1.769	8.685	2.074
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>380.273</b>	<b>273.249</b>	<b>511.620</b>	<b>284.315</b>
Federais	47.340	42.801	124.570	44.098
Estaduais	332.786	230.343	385.935	240.106
Municipais	147	105	1.115	111
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>61.468</b>	<b>17.272</b>	<b>112.049</b>	<b>19.867</b>
Juros	38.664	5.429	45.142	5.429
Aluguéis	6.349	5.187	27.402	5.187
Outras	16.455	6.656	39.505	9.251
<b>Remuneração de Capitais próprios</b>	<b>34.091</b>	<b>58.778</b>	<b>35.057</b>	<b>58.778</b>
Lucros retidos no exercício	34.091	58.778	34.091	58.778
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		-	966	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 Informações gerais

A CM Hospitalar S.A. (“Companhia”) constituída em 16 de agosto de 2010, como CM Hospitalar Ltda., transformada em sociedade por ações de capital fechado em 7 de dezembro de 2015, tem sua sede social no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas adquiridas ao longo dos anos de 2017 e 2018, em conjunto são denominadas o “Grupo”.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía nove filiais localizadas nas cidades de Londrina (Paraná), Catalão (Goiás), Marília (São Paulo), Cajamar (São Paulo), Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo), Brasília (Distrito Federal), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Recife (Pernambuco).

A Companhia atua preponderantemente na exportação, importação, representação, armazenamento, distribuição e expedição de medicamentos, inclusive, de controle especial e comércio atacadista em geral, atuando principalmente no comércio de produtos para saúde. A Companhia atua em todo o Brasil com uma forte estrutura comercial e logística. O planejamento de médio e longo prazo da Companhia engloba a aquisição de empresas do segmento e um importante fortalecimento comercial em todo o Brasil, ampliando sua posição de liderança e referência em distribuição de medicamentos e materiais hospitalares.

Em 31 de março de 2017, foi feita a incorporação da BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A. pela Companhia, empresa do mesmo grupo e segmento de distribuição de medicamentos e materiais hospitalares com sede no Distrito Federal. Esta incorporação teve como objetivo a simplificação operacional e ganhos de sinergia, uma vez que as duas companhias possuíam como principal investidor o mesmo grupo econômico.

Em 1º de agosto de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda., empresa que está situada na cidade de São Paulo-SP e tem como atividade preponderante o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09% de participação do capital social da Cremer S.A. (“Cremer S.A.” ou “Cremer”). Companhia que está situada na cidade de Blumenau - SC e tem como atividade preponderante o fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. A Cremer conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco centros de distribuição em diferentes estados do Brasil. Na mesma data da aquisição, a Cremer aprovou a extinção de seu plano de opções e do período de carência para exercício de opções de compra. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações, diluindo, assim, a participação da Companhia na controlada de 91,09% para 88,52%. Adicionalmente, em 16 de outubro de 2018 a Cremer realizou uma Oferta Pública para Aquisições de Ações (OPA) tendo recomprado ações representativas de 11,27% de suas ações em circulação e em 26 de novembro de 2018 um lote adicional representando mais 0,21%, passando a deter 100% do capital social da Cremer.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 1º de fevereiro de 2021.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, declaramos que as demonstrações financeiras atendem simultaneamente o BRGAAP e IFRS.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### (c) Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 3 de abril de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na CVM e com o processo de abertura de capital (Nota 35), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, mas foram necessárias a adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como:

- Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros;
- Adição de divulgações sobre valor justo de Empréstimos e financiamentos e Debêntures;
- Apresentação de lucro por ação;
- Apresentação de Nota explicativa de Subvenção governamental;
- Apresentação de Nota explicativa de Valor Justo;
- Apresentação de Nota explicativa de Informações por segmento;
- Apresentação de Nota explicativa de Benefícios a empregados;
- Apresentação de Nota explicativa de Eventos subsequentes;
- Reclassificação dos saldos de contas a receber e a pagar à partes relacionadas para os grupos de contas de outros ativos e outros passivos no balanço patrimonial;

#### (d) Correções realizadas nas demonstrações financeiras

Em conexão com a reemissão das demonstrações financeiras mencionadas na Nota 2.1 (c) acima, a Companhia e o Grupo realizaram determinadas reclassificações para correção de erros de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:.

- (a) Reclassificação na Demonstração dos fluxos de caixa para o grupo de atividades de investimentos dos montantes de Caixa e equivalentes de caixa advindos de acervos líquidos incorporados em combinação de negócios, em 31 de dezembro de 2018 no consolidado o montante de R\$ 111.111, e em 31 de dezembro de 2017 na controladora e consolidado o montante de R\$ 7.797, conforme determina o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 2.2 Consolidação

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas diretas e indiretas da Companhia no encerramento de cada exercício, e que estão sendo consolidadas nestas demonstrações financeiras:

	Principal atividade	Participação			
		Direta 2018	Indireta 2018	Direta 2017	Indireta 2017
<b>Controladas diretas da Companhia</b>					
Cremer S.A.	Fabricação de produtos hospitalares	100%			
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	100%		100%	
		Participação			
		Direta 2018	Indireta 2018	Direta 2017	Indireta 2017
<b>Controladas indiretas da Companhia (controladas diretas da Cremer S.A.)</b>					
Cremer Administradora de Bens Ltda.	Administradora de bens	95,27%	4,73%	95,27%	4,73%
Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.	Fabricação de produtos hospitalares	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

Em 2012, a controlada Cremer, adquiriu a empresa Embramed Ind. e Com. de Produtos hospitalares Ltda., e unificou os processos produtivos das duas empresas e elevou os critérios de qualidade aos padrões Cremer de produção. A Embramed se tornou líder em diversos segmentos e de distribuição de produtos para todas as regiões do Brasil, em 30 de setembro de 2019 a Embramed foi incorporada pela Cremer S.A.

## 2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

### Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) CPC 47/ IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS 11- "Contratos de Construção", CPC 30 / IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.
- (b) CPC 48/ IFRS 9 - "Instrumentos financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38/ IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

No que se refere à interpretação ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

#### (i) **Novos critérios de classificação de ativos financeiros**

O Grupo classificava todos seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis, com a adoção da nova norma, os ativos financeiros do Grupo estão classificados na categoria "mensurados ao custo amortizado" (Nota 5).

	Classificação	
	Até 31 de dezembro de 2017	A partir de 1º de janeiro de 2018
Ativos conforme balanço patrimonial		
Aplicações financeiras restritas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Direito de reembolso	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (*)

(\*) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(\*\*) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado.

#### (ii) *Novo modelo de impairment para ativos financeiros*

O novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, em substituição ao modelo atual que é de perdas incorridas, passa a ser híbrido que considera perdas esperadas e incorridas, e assim, prevê o reconhecimento das perdas esperadas no momento da contabilização das receitas dos serviços prestados. Na prática, o Grupo deve reconhecer somente o valor total da contraprestação que espera receber pelo comércio e entrega de produtos por ele comercializados e a prestação do serviço, ou seja, a inadimplência já conhecida e esperada já será considerada no momento do reconhecimento das receitas, com base em informações mantidas pelo Grupo.

#### 2.4 Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

CPC 06 (R2) / IFRS 16- "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 (R2) / IFRS 16- "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia optou por adotar a nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019, pelo método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial.

A Companhia realizou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018. Em resumo, espera-se que haja impactos relevantes entre as contas de ativo e passivo e entre despesas operacionais e resultado financeiro referentes aos contratos de locação de galpões e imóveis.

Devido à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a avaliação é que o lucro operacional da Companhia melhorará, enquanto sua despesa com juros e depreciação aumentarão. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.5 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

##### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### **2.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **2.7 Ativos financeiros**

##### **2.7.1 Classificação**

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Instrumentos financeiros derivativos



## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

#### **2.7.2 Reconhecimento e mensuração**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham sido recebidos ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### **2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

#### **Instrumentos de dívida**

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.7.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.7.5 Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 / IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incorrida, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7.6 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48 / IFRS 9, a nova norma foi adotada pelo Grupo a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as políticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

#### 2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxas de juros efetiva e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é estabelecida por meio de políticas contábeis aprovadas pela alta administração que consideram, entre outros, os seguintes aspectos:

16 de 79

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Total de dias em atraso do título;
- Característica do cliente: privado ou público;
- Avaliação se o título já foi objeto de renogociação;
- Avaliação se novas vendas estão sendo efetuadas para o cliente;
- Verificação se o cliente possui outros títulos que estão sendo protestados judicialmente;
- Avaliação das garantias apresentadas pelos clientes; e
- Perdas esperadas para clientes devedores e adimplentes.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e são ajustados, quando aplicáveis, a valor presente.

#### 2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### 2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

#### 2.11 Ativos intangíveis

##### (a) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

#### (b) Carteira de clientes

As carteiras de clientes foram identificadas nas alocações do preço pago referente as aquisições dos controles da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. e da Cremer S.A (Nota 2.25). As carteiras de clientes são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

#### (c) Marca

As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, e possuem vidas úteis indefinidas.

#### (d) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

### 2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas adquiridas em combinação de negócios, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio e marcas são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio foi alocado para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.14 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustado a valor presente quando aplicável.

#### **2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **2.16 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Podem existir obrigações relativas a tributos de exercícios anteriores (últimos cinco anos) do Grupo, uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2018, não tem conhecimento de ações de vulto formalizadas, ou não, contra o Grupo que implicassem na constituição de provisão adicional para cobrir eventuais desembolsos futuros.

#### **2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social do período representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes antecipadamente pagos que excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direito e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

#### **2.18 Outros passivos circulante e não circulante**

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

#### **2.19 Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e

21 de 79

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Por fim, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A adoção da contabilidade de hedge é opcional e atualmente não é aplicada pelo Grupo na contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

#### 2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

#### 2.21 Reservas

Representadas pelas reservas de capital e reservas de lucros, de acordo com as disposições contidas no estatuto social da Companhia. Essas reservas só são movimentadas mediante previsões legais, transações entre acionistas, e amparadas em deliberações em assembleia de acionistas.

#### 2.22 Dividendos

Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado: (a) pela importância destinada à constituição da reserva legal na proporção de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício; (b) pela importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) pelos lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. A Companhia classifica a distribuição de dividendos como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. Com a emissão das Debêntures em 21 de dezembro de 2017 (Nota 17 (b)), não será permitido que o Grupo distribua dividendos aos acionistas até a data da primeira amortização do contrato, em 27 de dezembro de 2019 (Nota 23 (b)).

#### 2.23 Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 47– Receitas de contrato com cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, correspondente ao IFRS 15 – *Revenue from contracts with costumers*, emitido pelo *International Accounting Standard Board*.

O CPC 47 / IFRS 15 têm como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Grupo possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos:

- (i) Identificar o contrato com o cliente;
- (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) Determinar o preço das transações;
- (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

O Grupo monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O Grupo atua no mercado com um grande portfólio de produtos de fabricação própria e revenda no ramo de distribuição de produtos de grandes laboratórios, indústrias farmacêuticas (medicamentos), e indústrias de materiais hospitalares.

As controladas diretas e indiretas da Companhia atuam na distribuição e/ou na produção de materiais descartáveis e de consumo para cuidado com a saúde, com inúmeros produtos nas linhas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, compressas de gaze, compressas cirúrgicas, ataduras gessadas, esparadrapos, algodão hidrófilo, fralda de pano, equipos e sondas. Também produz e vende adesivos industriais para as indústrias calçadista, automobilística e eletroeletrônicos.

As entregas de mercadorias são feitas via terrestre por transportadoras contratadas e também de forma aérea

#### **(a) Venda de produtos**

As vendas são reconhecidas no momento da entrega efetiva dos produtos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo comprador, (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido efetivamente transferidos para o comprador, (iii) o comprador tenha aceitado formalmente os produtos de acordo com o contrato de venda e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

#### (b) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

#### 2.24 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

#### 2.25 Combinação de negócios

Em 1º de agosto de 2017, a Companhia, adquiriu o controle da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. (“Tecnocold”), por meio da aquisição da totalidade das quotas da empresa, que atua no comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

A aquisição da empresa gerou um ganho “compra vantajosa” no montante de R\$ 7.083 que foi reconhecida diretamente na demonstração do resultado (Nota 27). Segue resumo da contraprestação paga para os acionistas da Tecnocold e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Patrimônio líquido na data de aquisição	9.887
Valor justo da carteira de clientes	9.855
Valor justo dos estoques	3.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor justo dos ativos identificáveis	<u>(4.634)</u>
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>18.883</u>
Compra vantajosa	<u>(7.083)</u>
Contraprestação total	<u><u>11.800</u></u>

Em 4 de abril de 2018, a Companhia, adquiriu o controle da Cremer S.A., por meio da aquisição de 91,09% das ações, conforme demonstrado abaixo:

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Patrimônio líquido na data de aquisição	155.789
Valor justo de bens destinados a venda	38.083
Valor justo de ativos imobilizados	11.273
Valor justo da marca	82.513
Valor justo da carteira de clientes	66.225
Ágio	220.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor justo dos ativos identificáveis	(67.352)
Contraprestação total	<u>506.712</u>

Em reunião do Conselho de Administração da Cremer S.A. realizada em 4 de abril de 2018, foi aprovada a extinção do plano de opções e o período de carência para exercício de opções de compra de ações, em razão da transferência do controle acionário acima. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações, diluindo assim a participação da Companhia na controlada de 91,09% para 88,52%.

Vide acervo líquido da controlada adquirida Cremer S.A. em 4 de abril de 2018:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	111.111	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.068
Contas a Receber	116.182	Fornecedores	81.071
Estoques	101.802	Obrigações Fiscais	10.207
Tributos a Recuperar	20.030	Empréstimos e Financiamentos	155.164
Despesas Antecipadas	1.980	Outras Obrigações	41.909
Outros Ativos Circulantes	<u>43.907</u>	Provisões	<u>4.360</u>
Total do circulante	<u>395.012</u>	Total do circulante	<u>319.779</u>
Não Circulante		Não Circulante	
Contas a Receber	291	Empréstimos e Financiamentos	157.031
Tributos Diferidos	39.037	Outras Obrigações	1.615
Outros Ativos Não Circulantes	24.926	Tributos Diferidos	11.912
Imobilizado	83.542	Provisões	<u>11.357</u>
Intangível	<u>129.970</u>	Total do não circulante	<u>181.915</u>
Total do não circulante	<u>277.766</u>	Patrimônio Líquido (i)	<u>171.084</u>
Total do Ativo	<u>672.778</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>672.778</u>

Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09% de participação do capital social da Cremer S.A., sendo que o valor do patrimônio líquido apresentado no quadro acima representa 100% do patrimônio da Cremer S.A. na data da compra.

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Atualmente a Cremer S.A é a maior empresa de materiais descartáveis e de consumo para cuidado com a saúde do Brasil. São 3 mil produtos nas linhas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, sendo uma marca tradicional de referência nos mercados em que atua.

A Cremer é líder nos mercados de compressas de gaze, compressas cirúrgicas, ataduras gessadas, esparadrapos, algodão hidrófilo, fralda de pano, equipos e sondas. Adicionalmente a Cremer S.A. também produz e vende adesivos industriais para as indústrias calçadista, automobilística e eletroeletrônicos.

A marca Cremer é reconhecida no mundo todo pela alta qualidade de seus produtos. Sendo referência internacional, nas linhas de ataduras gessadas, adesivos hospitalares, frascos de aspiração e ataduras de crepom

As maiores variações no balanço patrimonial, demonstrações de resultado, demonstração do valor adicionado no consolidado são em decorrência da aquisição pela Companhia da Cremer S.A. em 2018.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (b) Estimativa de vida útil de ativos imobilizados e intangíveis,

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

#### (c) Perda (*impairment*) de ativos

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, o Grupo realiza uma análise de recuperabilidade de ativos tangíveis de acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Independentemente de haver indicação ou não de perda, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios e marcas de vida útil indefinida também de acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 15).

#### (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, que ocorrerá futuramente, a despesa de imposto de renda deverá ser reconhecida nesse mesmo exercício, ou seja, o imposto incidente sobre elas que será pago em exercícios futuros. Da mesma maneira, se as despesas reconhecidas atualmente não puderem ser consideradas dedutíveis fiscalmente, mas sim no futuro, o Grupo reconhece os tributos diferidos, desde que, também, reúna todas as condições para reconhecimento de tributos diferidos ativos.

#### (e) Contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo nosso julgamento, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

### 3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

#### (a) Direito de reembolso

A Companhia possui um direito de reembolso decorrente de cláusula de indenização firmada em acordo de acionistas firmado por seus controladores para fazer face à eventuais contingências, passivos tributários, e outros, que tenham origem em períodos anteriores à 1º de março de 2016 e venha ser requerida a liquidar após esta data. O documento prevê que a Companhia será reembolsada e não terá nenhum tipo de ônus financeiro ou tributário, inclusive sobre tributos relacionados ao recebimento da própria indenização. A administração avaliou as cláusulas relacionadas ao direito de reembolso, garantias, capacidade de pagamento

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

do garantidor, entre outros, e concluiu que para as contingências e passivos tributários contabilizados nas demonstrações financeiras em função de suas probabilidades de perda serem consideradas prováveis, o direito ao reembolso foi reconhecido por atender a condição de ser “praticamente certo” de ser recebido, conforme requerido pelo CPC 25 / IAS 37.

A administração entende que os valores a título de direito de reembolso são suficientes para garantir que a Companhia não tenha nenhum tipo de prejuízo em caso de necessidade de desembolso de caixa de qualquer contingência garantida por esse direito.

#### **4 Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

Os principais fatores de risco aos quais o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

O Grupo possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Swaps cambial
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Política de aplicação financeira de baixo risco pós fixada, bem como contratos de empréstimos pós fixados
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento  Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras  Robusta política de análise e liberação de crédito  Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

#### (a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação de demanda e preços de mercado, tais como retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

#### (i) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que o Grupo possui, foram analisadas às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição à variação das taxas de juros da Companhia e do Grupo está desmonstrada a seguir:

Controladora		(perdas) / ganhos financeiros					
Operação	Risco	31 de dezembro de 2018	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	87.301	2.794	4.190	5.587	6.984	8.381
Debêntures	CDI	(394.130)	(12.612)	(18.918)	(25.224)	(31.530)	(37.836)
		<u>(306.829)</u>	<u>(9.819)</u>	<u>(14.728)</u>	<u>(19.637)</u>	<u>(24.546)</u>	<u>(29.456)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	<u>(8.914)</u>	<u>(311)</u>	<u>(467)</u>	<u>(622)</u>	<u>(778)</u>	<u>(933)</u>

Consolidado		(perdas) / ganhos financeiros					
Operação	Risco	31/12/2018	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	280.622	8.980	13.470	17.960	22.450	26.940
Debêntures	CDI	(541.146)	(17.317)	(25.975)	(34.633)	(43.292)	(51.950)
Crédito a Exportação	CDI	(35.588)	(1.139)	(1.708)	(2.278)	(2.847)	(3.416)
Nota de taxa de flutuação	CDI	(50.952)	(1.630)	(2.446)	(3.261)	(4.076)	(4.891)
Notas comerciais	CDI	(50.469)	(1.615)	(2.423)	(3.230)	(4.038)	(4.845)
		<u>(397.533)</u>	<u>6.481</u>	<u>12.840</u>	<u>119</u>	<u>(6.241)</u>	<u>(12.601)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	<u>(8.914)</u>	<u>(31.110)</u>	<u>(46.665)</u>	<u>(62.220)</u>	<u>(77.775)</u>	<u>(93.330)</u>

#### (ii) Risco de taxas de câmbio

Esse risco advém da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras. O Grupo monitora continuamente a volatilidade das flutuações nas taxas de câmbio.

A exposição cambial da Companhia e do Grupo está desmonstrada a seguir:

	2017			2018	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo			Ativo		
Adiantamentos	67	67	Contas a receber de clientes	-	3.995
Total Ativo	67	67	Adiantamentos	355	355
			Instrumentos financeiros derivativos	961	1.172
			Total Ativo	1.315	5.522
Passivo			Passivo		
Fornecedores	(396)	(396)	Fornecedores	(2.803)	(2.803)
Empréstimos e financiamentos	(17.646)	(17.646)	Empréstimos e financiamentos	(10.000)	(58.755)
Instrumentos financeiros derivativos	(571)	(571)	Total Passivo	(12.803)	(61.558)
Total Passivo	(18.613)	(18.613)			
Exposição Líquida	<u>(18.546)</u>	<u>(18.546)</u>	Exposição Líquida	<u>(11.488)</u>	<u>(56.036)</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Sensibilidade da taxa de cambio:

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo usou a taxa de câmbio de fechamento de R\$ 3,8748/US\$ e R\$ 4,4390/EUR.

A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50%, para mais ou para menos, sobre a cotação vigente em 31 de dezembro de 2018:

Saldos	Risco	31/12/2018	Controladora - Receita (despesas) financeiras			
			(-) 25%	(-) 50%	(+) 25%	(+) 50%
Ativos	USD	354	(3)	(7)	3	7
Ativos	EUR	961	(11)	(21)	11	21
		<u>1.315</u>	<u>(14)</u>	<u>(28)</u>	<u>14</u>	<u>28</u>
Passivos	USD	(2.803)	27	54	(27)	(54)
Passivos	EUR	(10.000)	111	222	(111)	(222)
		<u>(12.803)</u>	<u>138</u>	<u>276</u>	<u>(138)</u>	<u>(276)</u>

Saldos	Risco	31/12/2018	Consolidado - Receita (despesas) financeiras			
			(-) 25%	(-) 50%	(+) 25%	(+) 50%
Ativos	USD	3.376	(33)	(65)	33	65
Ativos	EUR	2.146	(24)	(48)	24	48
		<u>5.522</u>	<u>(57)</u>	<u>(113)</u>	<u>57</u>	<u>113</u>
Passivos	USD	(2.803)	27	54	(27)	(54)
Passivos	EUR	(58.755)	652	1.304	(652)	(1.304)
		<u>(61.558)</u>	<u>679</u>	<u>1.358</u>	<u>(679)</u>	<u>(1.358)</u>

#### (b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes têm como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria, além de uma política conservadora de capital de giro.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

São mantidas pelo Grupo aplicações financeiras, substancialmente, em fundos de investimentos com características de alta liquidez, baixo risco e em bancos de primeira linha.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Controladora Acima de cinco anos</b>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>				
Fornecedores	349.714	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	31.670	3.221	5.091	-
Debêntures	200.308	200.108	-	-
Obrigações por aquisição de investimento	-	-	-	202.924
Outras contas a pagar	3.314	-	-	-
	<u>585.006</u>	<u>203.329</u>	<u>5.091</u>	<u>202.924</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>				
Fornecedores	339.811	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	28.722	7.079	8.338	947
Debêntures	200.308	200.108	-	-
Outras contas a pagar	9.439	-	-	-
	<u>578.281</u>	<u>207.188</u>	<u>8.338</u>	<u>947</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Consolidado Acima de cinco anos
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>				
Fornecedores	437.435	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	67.821	65.956	76.129	-
Debêntures	329.357	224.987	-	-
Obrigações por aquisição de investimento				202.924
Outras contas a pagar	5.908			
	<u>840.521</u>	<u>290.943</u>	<u>76.129</u>	<u>202.924</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>				
Fornecedores	345.418	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	28.722	7.079	8.309	947
Debêntures	200.308	200.108	-	-
Outras contas a pagar	9.439			
	<u>583.887</u>	<u>207.188</u>	<u>8.309</u>	<u>947</u>

#### (d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

#### (e) Gestão de capital

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos (inclui debêntures)	432.857	435.323	802.145	435.323
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(94.894)	(58.509)	(291.818)	(62.261)
Menos: títulos e valores mobiliários	(10.304)	(17.371)	(10.304)	(17.371)
Menos: aplicações financeiras restritas	(5.125)	(400.105)	(5.125)	(400.105)
Dívida líquida	322.534	(40.662)	494.898	(44.414)
Total do patrimônio líquido	354.596	350.498	354.596	350.498
Total de capital	677.130	309.836	849.494	306.084
Índice de alavancagem financeira - %	48%	-13%	58%	-15%

Em 2018 o Grupo teve aumento relevante no índice de alavancagem financeira em virtude das aquisições de participações na Cremer S.A. (Nota 13).

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Categoria de instrumento financeiro	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	94.894	58.509	291.818	62.261
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	380.375	395.057	460.941	407.740
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	10.304	17.371	10.304	17.371
Aplicações financeiras restritas	Custo amortizado	5.125	400.105	5.125	400.105
Direito de reembolso	Custo amortizado	207.364	228.506	207.364	148.019
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	961	-	1.172	-
Outros ativos financeiros	Custo amortizado	8.301	4.533	7.858	2.336
		707.324	1.104.081	984.583	1.037.832
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	349.714	339.811	437.435	345.418
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	38.727	42.094	261.601	42.094
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	571	-	571
Debêntures	Custo amortizado	394.130	393.229	540.544	393.229
Obrigações por aquisição de investimento	Custo amortizado	170.123	-	170.123	-
Outros passivos financeiros	Custo amortizado	3.314	9.439	5.908	9.439
		956.008	785.144	1.415.610	790.751

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	7.593	5.032	11.196	5.033
Aplicações financeiras (i)	87.301	53.477	280.622	57.228
	94.894	58.509	291.818	62.261

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Estão representadas por saldo de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Debêntures indexados de 95% a 100,50% (2017 – 98% a 100%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

#### 7 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicação CDB (i)	10.304	17.371	10.304	17.371
	10.304	17.371	10.304	17.371

- (i) Aplicações com rentabilidades de 101% (2017 – 100,8% a 101%) do CDI com prazo de resgate superior há 90 dias e inferior a 360 dias.

#### 8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	366.116	380.572	454.342	390.441
Acordos a receber de clientes (i)	26.554	26.321	26.554	26.321
Contas a receber de clientes do exterior	-	-	3.995	2.814
Partes relacionadas	1.425	1.569	1.425	1.569
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.720)	(13.405)	(25.375)	(13.405)
	380.375	395.057	460.941	407.740
Circulante	378.635	391.152	459.008	403.835
Não circulante	1.740	3.905	1.933	3.905

- (i) Renegociações efetuadas com clientes com títulos atrasados e que se dispuseram a um novo acordo para pagamento dos valores em aberto.

Composição por idade de vencimento de contas a receber, bruto da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Valores a vencer</b>	338.071	347.576	409.112	358.986
<b>Vencidos</b>				
Até 30 dias	15.368	22.519	20.727	23.759
Entre 31 a 60 dias	8.273	8.540	9.743	8.548
Entre 61 a 90 dias	4.445	4.661	5.644	4.679
Entre 91 a 180 dias	6.396	5.796	7.893	5.802
Entre 181 a 360 dias	4.067	4.715	15.722	4.716
Acima de 361 dias	17.475	14.655	17.475	14.655
	<u>56.024</u>	<u>60.886</u>	<u>77.204</u>	<u>62.159</u>
	<u>394.095</u>	<u>408.462</u>	<u>486.316</u>	<u>421.145</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	13.405	5.292	13.405	5.292
Aquisição Cremer S.A, em 4 de abril de 2018	-	-	10.766	-
Constituição para créditos de liquidação duvidosa	315	2.144	1.204	2.144
Provisão para créditos de liquidação duvidosa referente acervo líquido incorporado	-	5.969	-	5.969
Saldo em 31 de dezembro	<u>13.720</u>	<u>13.405</u>	<u>25.375</u>	<u>13.405</u>

#### (a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo possuía R\$ 291.687 (2017 – R\$ 19.410) de contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures (Nota 17).

#### 9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	260.584	230.604	310.358	231.528
Produtos acabados	-	-	21.200	-
Produtos em elaboração	-	-	15.785	-
Matéria-prima	-	-	19.946	-
Materiais para embalagem	254	218	5.393	218
Outros materiais	264	291	5.140	291
(-) Lucros não realizados nos estoques	-	-	(969)	-
	<u>261.102</u>	<u>231.113</u>	<u>376.853</u>	<u>232.037</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	483	425	27.639	427
Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI	1	109	3.278	109
Imposto de renda e contribuição social	5.723	3.189	9.714	4.166
Outros	382	349	3.917	349
	<u>6.589</u>	<u>4.072</u>	<u>44.548</u>	<u>5.051</u>
Circulante	<u>(6.589)</u>	<u>(4.072)</u>	<u>(34.288)</u>	<u>(5.051)</u>
Não circulante (i)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.260</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se, a créditos de ICMS gerados pelas compras de insumos, materiais e transferências entre filiais e ICMS na aquisição de imobilizado o qual está sendo aproveitado à razão de 1/48 avos. Esse saldo será consumido, principalmente, com as operações de vendas do centro de distribuição da controlada Cremer S.A. em São Paulo, conforme expectativa abaixo:

Ano	Expectativa de realização - Grupo		
	ICMS incentivo fiscal	ICMS Imobilizado	Total
2020	9.416	422	9.838
2021	-	211	211
2022	-	211	211
	<u>9.416</u>	<u>844</u>	<u>10.260</u>

#### 11 Ativos não circulantes mantidos para venda

A controlada indireta Cremer Administradora de Bens Ltda. (“Cremer Administradora”) assinou um acordo de intenção de venda de terrenos e edificações em 6 de março de 2017, os quais foram reclassificados para a conta de imóveis destinados a venda, pois sua realização deverá ser efetivada assim que forem atendidas determinadas condições precedentes do contrato entre as partes. Até o momento a Cremer Administradora, recebeu R\$ 25.000 a título de adiantamento referente a esse acordo, os quais estão registrados na rubrica “Adiantamento de clientes” no passivo circulante.

Em 4 de abril de 2018 foi adquirido o controle da Cremer S.A. e registrado mais valia de bens destinados a venda no montante de R\$ 38.083 (Nota 15).

#### 12 Aplicações financeiras restritas

Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras indexadas de 98% a 100% (2017 – 98% 100%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo remanescente em 2018 referente a compra

37 de 79

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de participações na Cremer S.A., está em negociação com os emissores das debêntures para a possível utilização deste montante para as operações do Grupo.

#### 13 Investimento (Controladora)

	Tecnocold (i)	Cremer (ii)	Total
<b>Em sociedades controlada:</b>			
Percentual de participação	99,99%	100,00%	
Patrimônio líquido	6.615	184.454	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.032)	11.302	
<b>Investimento:</b>			
Aquisição do patrimônio líquido da Tecnocold em 1º de agosto de 2017	9.887	-	9.887
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	8.996	-	8.996
Outros	-	-	970
Total do investimento adquirido	18.883	-	19.853
Amortização do valor justo dos ativos e passivos adquiridos	(2.477)	-	(2.477)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.352)	-	(2.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.054	-	15.024
Aquisição do patrimônio líquido da Cremer S.A em 4 de abril de 2018	-	155.789	155.789
Mais valia bens destinados a venda	-	38.083	38.083
Mais valia ativo imobilizado	-	11.273	11.273
Carteira de clientes	-	66.225	66.225
Marca	-	82.513	82.513
Ágio	-	220.181	220.181
Total do investimento adquirido		574.064	574.064
Baixa de mais valia de bens destinados a venda	-	(6.138)	(6.138)
Aumento de capital em controlada para o exercício de opções do plano de ações (iii)	-	4.706	4.706
Aquisição de ações em circulação de não controladores (iv)	-	20.888	20.888
Proposição de dividendos	-	(3.758)	(3.758)
Amortização do valor justo dos ativos e passivos adquiridos	(475)	(4.261)	(4.736)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.032)	5.855	4.823
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.547	591.356	604.873

- (i) A Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. em 1º de agosto de 2017 pelo valor de R\$ 11.800. A empresa atua no ramo de distribuição de vacinas com sede na cidade de São Paulo – SP com atuação nacional. O objetivo desta aquisição está, substancialmente, pautado na expansão do portfólio de produtos ofertados e carteira de clientes do Grupo.
- (ii) Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09% de participação do capital social da Cremer S.A.

Do preço de aquisição, o montante R\$ 159.186 permanecerá retido pela Companhia, a fim de garantir obrigações de indenização assumidas pelo vendedor no âmbito do Contrato, e será mantido na conta de “Obrigações por aquisição de investimento”. Este montante é atualizado mensalmente pela variação do índice CDI.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (iii) A Cremer S.A, encerrou em abril de 2018, seu plano de opções de compra de ações e o período de carência para o exercício de opções de compra, em razão da transferência do controle acionário para a Companhia. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentas e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações com valor patrimonial de R\$ 10.228. Referidas emissões de ações fizeram com que a participação da Companhia na Cremer S.A. fosse diluída de 91,09% para 88,52%, incorrendo em uma perda de participação no montante de R\$ 4.348. O aumento de capital realizado para a recompra das ações do plano de ações gerou um aumento de participação da Companhia na controlada de R\$ 9.054.
- (iv) Em 16 de outubro de 2018 e 26 de novembro de 2018 foram adquiridas pelo montante de R\$ 56.557, 11,27% e 0,21% de participações no capital da Cremer S.A., respectivamente, sendo que o valor de R\$ 35.668 refere-se a ágio na aquisição de participação dos não controladores (classificado em reservas de capital no patrimônio líquido), passando a deter 100% do capital social.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14

#### Imobilizado

	Controladora									
	Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios, instrumentos	Veículos	Veículos leasing	Máquinas e equipamentos leasing	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	13	7.826	1.300	5.109	473	24.151	1.080	677	-	40.629
Adições referente incorporação	-	-	154	647	106	267	66	-	-	1.240
Adições	-	21	505	77	291	2.328	-	-	-	3.222
Baixas	(13)	-	(20)	(5)	(16)	(1.619)	(74)	-	-	(1.747)
Depreciação	-	(321)	(543)	(843)	(74)	(2.380)	(490)	(68)	-	(4.719)
Saldo contábil, líquido	-	7.526	1.396	4.985	780	22.747	582	609	-	38.625
Em 31 de dezembro de 2017	-	8.048	3.163	9.243	1.055	34.145	2.264	683	-	58.601
Custo total	-	(522)	(1.767)	(4.258)	(275)	(11.398)	(1.682)	(74)	-	(19.976)
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	7.526	1.396	4.985	780	22.747	582	609	-	38.625
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	7.526	1.396	4.985	780	22.747	582	609	-	38.625
Adições	-	846	613	1.595	242	699	-	-	145	4.140
Baixas	-	-	(1)	(25)	(1)	(383)	-	-	-	(410)
Depreciação	-	(417)	(503)	(1.066)	(126)	(2.395)	(363)	(68)	-	(4.938)
Saldo contábil, líquido	-	7.955	1.505	5.489	895	20.668	219	541	145	37.417
Em 31 de dezembro de 2018	-	8.894	3.775	10.813	1.296	34.461	2.264	683	145	62.331
Custo total	-	(939)	(2.270)	(5.324)	(401)	(13.793)	(2.045)	(142)	-	(24.914)
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	7.955	1.505	5.489	895	20.668	219	541	145	37.417
Taxa anual de depreciação %	4	-	20	10	10	20	20	10	4	4

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terras e terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos e ferramentas	Móveis, utensílios, instrumentos	Veículos	Veículos leasing	Máquinas e equipamentos leasing	Imobilizado em andamento, adiantamentos e outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	13	7.826	1.300	5.109	473	24.151	1.080	677	-	40.629
Adições	-	21	555	79	294	2.328	-	-	-	3.277
Adições - aquisição Tecnocold	-	13	12	100	25	45	-	-	-	195
Adições - incorporação BSB	-	-	154	647	106	267	66	-	-	1.240
Baixas	(13)	-	(20)	(5)	(19)	(1.619)	(74)	-	-	(1.750)
Depreciação	-	(323)	(546)	(842)	(75)	(2.391)	(491)	(68)	-	(4.736)
Saldo contábil, líquido	-	7.526	1.455	5.087	805	22.781	581	609	-	38.855
Em 31 de dezembro de 2017	-	8.102	3.342	9.498	1.158	34.343	2.264	683	-	59.390
Depreciação acumulada	-	(585)	(1.887)	(4.411)	(353)	(11.562)	(1.683)	(74)	-	(20.535)
Saldo contábil, líquido	-	7.537	1.455	5.087	805	22.781	581	609	-	38.855
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	7.537	1.455	5.087	805	22.781	581	609	-	38.855
Adições	-	1.188	2.462	4.013	435	727	-	-	10.950	19.775
Adições - aquisição Cremer	4.405	14.116	1.655	43.183	5.878	292	-	-	14.013	83.542
Ajuste mais valia de Imobilizado	-	1.941	-	9.797	-	-	-	-	(465)	11.273
Baixas/Transferências	-	-	-	-	-	(410)	-	-	(2.482)	(2.892)
Depreciação mais valia de Imobilizado	-	(12)	-	241	-	-	-	-	69	298
Depreciação	-	(2.375)	(1.134)	(6.227)	(962)	(2.511)	(363)	(68)	(773)	(14.413)
Saldo contábil, líquido	4.405	22.395	4.438	56.094	6.156	20.879	218	541	21.312	136.438
Em 31 de dezembro de 2018	-	25.347	7.459	66.491	7.471	34.952	2.264	683	22.016	171.088
Custo total	-	(2.952)	(3.021)	(10.397)	(1.315)	(14.073)	(2.046)	(142)	(704)	(34.650)
Depreciação acumulada	4.405	22.395	4.438	56.094	6.156	20.879	218	541	21.312	136.438
Saldo contábil, líquido	-	4	20	10	10	20	20	10	20	20
Taxa anual de depreciação %	-	4	20	10	10	20	20	10	20	20

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Imobilizado em andamento, adiantamento e outros

Referem-se a projetos que foram ativados em 2019, tendo como objetivo upgrade nas máquinas produtivas, resultando em aumento da produção. Entre as aquisições: máquina para produção de Hastes Flexíveis, aquisição de máquinas de alvejamento de Campo Estéril, aquisição de máquinas Tear de tecelagem, também a aquisição de sistema de corte para máquinas da tecelagem, aumentando a produção do corte do Campo Operatório, aquisição de sistema de selagem, aumentando o tempo de produção das máquinas de produção de algodão, entre outras aquisições. Benfeitorias e melhorias nas instalações da controlada Cremer S.A., como: tanque de efluentes, troca de pisos e telhados, isolamentos térmicos, ampliação de salas de máquinas, além de benfeitorias na Companhia no Centro de Distribuição de Pernambuco.

#### (b) Composição dos bens de ativo imobilizado em garantia de processos judiciais

Estão vinculados, como garantia de processos judiciais (penhora ou hipoteca judicial), bens móveis e imóveis de propriedade da controlada Cremer S.A., no valor do custo contábil, o montante de R\$ 40.848 (2017 - R\$ 40.917). Classificam-se nesta categoria terrenos com edificações localizados na cidade de Blumenau, Santa Catarina, máquinas de fiar e teares localizados na Fábrica Têxtil em Blumenau, Santa Catarina.

#### (c) Composição dos bens de ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos

Estão vinculados, como garantia de empréstimos e financiamentos, bens móveis e imóveis do Grupo, no valor de custo contábil, o montante de aproximadamente R\$ 28.395 (2017 - R\$ 26.999) (Nota 17).

## 15 Intangível

	<b>Controladora</b>	
	<b>Softwares, marcas e patentes</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	904	904
Adições	4.075	4.075
Amortização	(565)	(565)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	4.414	4.414
Adições	42	42
Amortização	(1.008)	(1.008)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	3.448	3.448

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Softwares, marcas e patentes	Ágios	Marcas	Contrato de não competição	Carteira de clientes	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	904	-	-	-	-	904
Adições	4.075	-	-	-	9.855	13.930
Amortização	(565)	-	-	-	(205)	(770)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	4.414	-	-	-	9.650	14.064
Adições (i)	485	220.181	82.513		66.225	369.404
Adições (ii)				7.281		7.281
Adições -aquisição Cremer (iii)	2.529	85.922	38.219	3.300		129.970
Amortização	(2.030)	-	-	(3.593)	(8.164)	(13.787)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.398</b>	<b>306.103</b>	<b>120.732</b>	<b>6.988</b>	<b>67.711</b>	<b>506.932</b>

- (i) Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09%% de participação do capital social da Cremer S.A. Nessa transação foram registrados ágio no montante de R\$ 220.181, valor justo de marca no montante de R\$ 82.513, carteira de clientes no montante de R\$ 66.225 e mais valia de imobilizados e de bens destinados a venda nos montantes de R\$ 11.273 (Nota 14) e R\$ 38.083 (Nota 11), respectivamente.
- (ii) Em 1º de janeiro de 2018, a controlada Cremer S.A assinou um contrato de 3 (três) anos de exclusividade de fornecimento no Brasil de produtos da empresa chinesa XuChang ZhengDe Environstar Medical Products Co. Ltd, sendo que os principais produtos comercializados mediante este acordo são kits de paramentação cirúrgica descartável, os quais são vendidos pela Cremer S.A. para os principais hospitais do Brasil.
- (iii) Ágio no montante de R\$ 85.922 gerado, substancialmente, nas aquisições de participações majoritárias pela Cremer S.A. das companhias P.Simon pelo montante de R\$ 19.251, Embramed R\$ 67.750, Paraisoplex R\$ 1.011 e Ktorres R\$ 42. Em 2013, o valor de R\$ 2.132 foi alocado para o ativo imobilizado e outros intangíveis, como resultado do processo de alocação do preço de compra da aquisição de compra da Embramed e Paraisoplex. Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das companhias, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

As principais premissas utilizadas pelo Grupo na avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida e demais ativos e passivos foram:

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Unidades geradoras de caixa:

Entidade jurídica	Cremer S.A.				CM Hospitalar S.A.	
	Top	Embramed	Psimon	Cremer	Materiais	Medicamentos
Unidade Geradora de Caixa	Top	Embramed	Psimon	Cremer	Materiais	Medicamentos
Segmento a que pertence a UGC	Materiais	Materiais	Materiais	Materiais	Materiais	Medicamentos
Atividade preponderante	Fabricação de produtos de higiene pessoal	Fabricação de materiais hospitalares ("equipos")	Fabricação de materiais hospitalares (frascos drenagem e aspiração)	Fabricação de produtos têxteis para saúde e cuidados saúde	Distribuição materiais hospitalares	Distribuição de medicamentos

#### Principais premissas utilizadas para os cálculos de *enterprise value* das UGC's testadas:

Os ágios mantidos pela Companhia e suas controladas estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido <sup>(1)</sup>	2018
P. Simon S.A. <sup>(2)</sup>	19.251
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda. <sup>(2)</sup>	66.671
Cremer S.A.	220.181
	<u>306.103</u>

(1) Cada negócio adquirido é controlado como uma Unidade Geradora de Caixa.

(2) Empresas incorporadas, para as quais se mantiveram os controles por UGC individuais.

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias adquiridas, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

	Taxa Desconto	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa Crescimento Perpetuidade (1)	EBITDA médio projetado
TOPz Ind. e Com. Cosméticos Ltda.	10,7%	22,2%	3,9%	16,6%
P. Simon S.A.	10,7%	22,6%	3,9%	16,1%
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	10,7%	17,8%	3,9%	8,6%
Cremer S.A.	11,6%	13,4%	3,9%	14,1%

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Foi considerado o crescimento de 3,9%, correspondente a inflação de longo prazo na data base da avaliação. Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade.

As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 6% a 7% em termos nominais.

As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes.

As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 10,7% a 11,6% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês.

Como resultado do teste realizado foi concluído que o (*custo contábil*) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

Abaixo demonstramos o montante pelo qual alterações individuais na taxa de desconto utilizada poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

	<b>Taxa de desconto utilizada na avaliação</b>	<b>Taxa desconto máxima (1)</b>	<b>Valor contábil (2)</b>
TopZ	10,7%	27,8%	59.264
P. Simon	10,7%	27,8%	28.388
Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda.	10,7%	28,2%	137.534
Cremer S.A.	11,6%	20,2%	575.077

- (1) *Cenário de sensibilidade: Foi realizado um teste de sensibilidade gerando um cenário de estresse para extrair qual a taxa de desconto máxima que o fluxo de caixa suportaria para suportar o Carrying Amount da UGC.*
- (2) *Carrying Amount das empresas incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações (incluindo marcas, quando aplicável), imobilizado e intangível diretamente atribuível, ativos corporativos e ramp-up do capital de giro. Carrying Amount das empresas não incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações (incluindo marcas, quando aplicável) e patrimônio líquido da UGC.*

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais projeções foram aprovadas pela administração da companhia, as quais foram preparadas com base nos resultados históricos e na expectativa de resultado de cada UGC.

#### 16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	333.950	339.390	424.386	344.997
Contas a pagar por operações de <i>confirming</i> (i)			7.311	
Fornecedores internacionais	2.804	396	2.804	396
Fornecedores - partes relacionadas	12.960	25	2.934	25
	<u>349.714</u>	<u>339.811</u>	<u>437.435</u>	<u>345.418</u>

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente aquisições de mercadorias para revenda e matéria-prima para industrialização. O Grupo possui transações para aquisições de mercadorias de fornecedores no mercado interno e externo, sendo que estas últimas estão sujeitas à variação cambial.

#### (i) Contas a pagar por operações de *Confirming*

O Grupo possui o saldo de R\$ 7.311 em 31 de dezembro de 2018, referente a operações “confirming” efetuados pelos seus fornecedores. As operações de “confirming” possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse período. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. A decisão de efetuar *confirming* é única e exclusivamente do fornecedor que arca integralmente com os encargos financeiros da operação.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

##### (a) Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora			Consolidado		
	Encargos financeiros incidentes	Garantias	2018	Vencimento	2017	Vencimento
<b>Moeda Nacional</b>						
Aquisição de Imobilizado (fínance e Finimp	2% a 12% a.a. (2017 - 2% a 12% a.a.)	Alienação Fiduciária	8.914	set/24	11.468	set/24
BNDES	TJLP + 1,50% até 2,21% a.a.	-	-	-	-	-
Crédito rural	8% a 8,6% a.a. (2017 - 8% a 8,6% a	-	-	-	-	-
Aquisição de Imobilizado (Leasing)	5% a 15% a.a. (2017 - 5% a 15% a.a.)	Alienação Fiduciária	2.186	fev/22	3.162	fev/22
Capital de Giro	2% a 19% a.a. (2017 - 2% a 17% a.a	Duplicatas R\$ 10.200	16.713	ago/19	7.637	ago/18
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câ	4,78% a.a. (2017 - 4,78% a.a.)	-	-	-	-	-
Crédito a Exportação	CDI + 1,70% a.a.	-	-	-	-	-
Nota de taxa de flutuação	CDI + 1,51% a.a.	-	-	-	-	-
Notas comerciais	CDI + 1,79% a.a.	-	-	-	-	-
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	6% a 16% a.a. (2017 - 6% a 16% a.a	N/A	914	dez/20	2.181	dez/20
			28.727	24.448		
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Capital de Giro em moeda estrangeira (EU	2% a 18% a.a.	Duplicatas EUR\$ 2.074.689	10.000	mar/19	17.646	ago/18
			38.727	42.094		
			(30.824)	(30.033)		
			7.903	12.061		



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019		4.148		4.148
2020	3.015	3.018	67.290	3.018
2021	2.074	3.630	63.061	3.630
2022 a 2023	<u>2.814</u>	<u>1.265</u>	<u>25.603</u>	<u>1.265</u>
	<u>7.903</u>	<u>12.061</u>	<u>155.954</u>	<u>12.061</u>

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais das controladas, direitos creditórios e alienação fiduciária dos próprios bens financiados, e foram contratados com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros incidentes			Controladora			Consolidado				
	Garantias	2018	Vencimento	Garantias	2018	Vencimento	Garantias	2018	Vencimento	2017	Vencimento
<b>Moeda Nacional</b>											
Debêntures 1ª Emissão		CDI + 2,40% a.a.	Aval controlada Health Log e Duplicatas 50% sobre saldo devedor	400.272	dez/25	400.249	dez/25	400.272	dez/25	400.249	dez/25
(-) custos de transação				(6.142)		(7.020)		(6.142)		(7.020)	
Debêntures 4ª Emissão		CDI + 2,00% a.a.		-		-		98.132	abr/20	-	
(-) custos de transação				-		-		(267)		-	
Debêntures 6ª Emissão		CDI + 2,50% a.a.		-		-		48.884	abr/20	-	
(-) custos de transação				-		-		(335)		-	
				394.130		393.229		540.544		393.229	
Circulante				(15.395)		(249)		(105.917)		(249)	
Não circulante				378.735		392.980		434.627		392.980	

As emissões de debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (i) Debêntures emitidas pela Companhia (Controladora):

- Debêntures – 1ª emissão

Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples (1ª Emissão), em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de março de 2025, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 400.000;

Datas: (a) emissão: 27 de dezembro de 2017 e (b) vencimento: 27 de março de 2025;

Amortização: trimestral, com início de pagamento ao final do 24º mês, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,40%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos trimestralmente, a partir da data da emissão sem carência, sendo o primeiro pagamento em 27 de março de 2018 e o último pagamento devido na data do vencimento.

#### (ii) Debêntures emitidas pela controlada Cremer S.A. (Consolidado):

- Debêntures – 6ª emissão

Em 11 de abril de 2017, a Cremer S.A. efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 11 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de abril de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 80.000;

Datas: (a) emissão: 11 de abril de 2017 e (b) vencimento: 11 de abril de 2020;

Amortização: semestral, com início de pagamento ao final do 12º mês, inclusive, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,50%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos semestralmente, a partir da data da emissão, em outubro e abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de outubro de 2017 e o último pagamento devido na data do vencimento.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Debêntures - 4ª emissão

Em 15 de abril de 2014, a Cremer S.A. efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de abril de 2014. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 200.000;

Datas: (a) emissão: 15 de abril de 2014 e (b) vencimento: 15 de abril de 2020;

Amortização: em cinco parcelas iguais anuais, a partir do 24º mês, contados da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,0%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: 6 parcelas anuais, com vencimentos em abril de 2015 a abril de 2020.

No dia 10 de outubro de 2016, foi realizada uma “AGED” Assembleia Geral Extraordinária de Debenturistas, as principais deliberações foram: (i) suspensão dos efeitos do vencimento antecipado automático em decorrência da realização da cisão parcial da emissora, com a incorporação pela CMN Solutions, (ii) a alteração da sobretaxa da remuneração das debentures, (iii) inclusão de garantia real em favor dos debenturistas, por cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes das vendas realizadas pela emissora.

Os montantes registrados no passivo não circulante, bruto dos custos de transação na emissão de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019		15.719		15.719
2020	63.122	62.876	119.122	62.876
2021 a 2025	315.613	314.385	315.505	314.385
	378.735	392.980	434.627	392.980

#### (c) Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Na data das demonstrações financeiras, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures do Grupo é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimos em condições de mercado de CDI + spread de 1,60% a 2,5%. e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	38.727	38.900	42.094	42.446	261.601	266.267	42.094	42.446
Debêntures	400.272	400.416	400.249	400.416	547.288	548.603	400.249	400.416

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (d) Clausulas contratuais restritivas – *Covenants*

##### (i) Obrigações da Companhia (Controladora):

Semestralmente a Companhia deve apresentar calculo de divida liquida/EBITDA menor que 3 (três) até a data de vencimento (“índice financeiro”), com base nas demonstrações pro forma combinados. (soma das demonstrações financeiras das empresas do grupo, eliminando valores de equivalência patrimonial).

Para apuração do calculo a Companhia deve utilizar demonstrações financeiras consolidadas, em caso de aquisição deve ser levado em consideração um período de 12 meses imediatamente anterior ao final de cada semestre pela adquirida.

Adicionalmente, a Companhia deve entregar as demonstrações financeiras auditadas por auditor independente em até 90 dias após o encerramento do exercício.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia cumpriu com todas as clausulas restritivas financeiras e não financeiras exigidas em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures.

##### (ii) Obrigações das controladas (Consolidado)

As debêntures mencionadas anteriormente emitidas pela Cremer S.A. possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA, calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,5;
- Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes;
- Aplicação dos recursos do financiamento aos fins pactuados no cronograma de desembolso;
- Cumprir a execução do projeto sem paralisação culposa;
- Não ter recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado;
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Não distribuir dividendos em montante superior ao mínimo de 35%, caso a escritura de emissão seja superior a 2,5x a partir de 01 de janeiro de 2017.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo cumpriu com todas as clausulas restritivas financeiras e não financeiras exigidas em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18 Salários e obrigações sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e ordenados a pagar	2.441	1.330	6.364	1.332
Encargos sociais a pagar	2.229	974	4.983	1.080
Provisões de férias	3.821	3.094	13.122	3.442
Provisões de passivos trabalhistas e de encargos sociais (i)	40.943	47.194	40.943	47.194
Provisão para participação nos resultados	1.650	-	3.177	-
Outros	537	839	1.266	932
	<u>51.621</u>	<u>53.431</u>	<u>69.855</u>	<u>53.980</u>

- (i) Refere-se a valores trabalhistas e previdenciários devidos pelo Grupo até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### 19 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (i)	13.512	10.290	17.764	10.964
Imposto de Renda e Contribuição social - IRPJ e CSLL	32	9.829	32	9.912
Provisões de passivos tributários (ii)	122.565	127.148	122.565	127.148
Outros	1.781	2.261	3.449	2.262
	<u>137.890</u>	<u>149.528</u>	<u>143.810</u>	<u>150.286</u>
Circulante	<u>(136.476)</u>	<u>(149.528)</u>	<u>(140.991)</u>	<u>(150.286)</u>
Não circulante	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>2.819</u>	<u>-</u>

- (i) Com a entrada em vigor do convênio ICMS 93/2015, passou a ser exigido o diferencial de alíquota das operações de origem no estado de Goiás. Este convênio obriga o mencionado estado a compensar ou devolver os valores do diferencial de alíquota de origem, do período de janeiro a junho de 2016, integralmente à Companhia. Até a publicação do convênio regindo a compensação ou devolução desses valores de origem, a Companhia não realizou os pagamentos do ICMS, acumulando um saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 9.240 (2017 - R\$ 19.513) de saldo a pagar, já atualizado com multas e juros, que já foi objeto de parcelamento subsequente. Os demais são tributos a pagar correntes oriundos das operações normais do Grupo.
- (ii) Refere-se a valores tributários devidos pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 / IAS 37 afim de assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados para tributos sobre o lucro e provisões.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Imposto de renda e contribuição social

O Grupo utiliza a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

##### (a) Natureza dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
	Cremer				
	Administradora				
	de Bens Ltda. CM Hospitalar S.A.				
<b>Ativo</b>					
Prejuízos fiscais e base negativa			(44.384)		
Impairment			(2.583)		
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(404)	(704)	(1.376)	(404)	(704)
Instrumentos financeiros derivativos	327	(194)		327	(194)
Provisões trabalhistas e de encargos sociais	(13.920)	(16.046)		(13.920)	(16.046)
Provisões de passivos tributários	(7.244)	(7.973)		(7.244)	(7.973)
Provisões programa de participação nos lucros	(561)		(986)	(561)	
Deságio valor justo Tecnocold	(162)			(162)	
Provisão para contingências	(2.052)	(1.049)	(3.915)	(2.052)	(1.048)
Outras provisões			(1.652)		
<b>Total do ativo</b>	<b>(24.016)</b>	<b>(25.966)</b>	<b>(54.896)</b>	<b>(24.016)</b>	<b>(25.965)</b>
<b>Passivo</b>					
Leasing financeiro	522	337		522	337
Direito de reembolso	70.504	77.692		70.504	77.692
Marca	28.054			28.054	
Carteira de clientes	20.968			20.968	
Mais valia de imobilizados e bens destinados a vendas	16.882			16.882	3.357
Ágio			6.547		
Diferença entre vida útil e vida econômica de itens do imobilizado			9.427		
Custo atribuído			1.655	7.163	
<b>Total do passivo</b>	<b>136.930</b>	<b>78.029</b>	<b>17.629</b>	<b>136.930</b>	<b>81.386</b>
<b>Total dos tributos diferidos líquidos</b>	<b>112.914</b>	<b>52.064</b>	<b>(37.268)</b>	<b>112.914</b>	<b>55.421</b>

##### (b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.735	75.367	52.821	74.091
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(17.250)	(25.625)	(17.959)	(25.191)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	1.640	(800)	-	-
Ganho proveniente de compra vantajosa	-	2.408	-	2.408
Multas e doações	(408)	(532)	(408)	(710)
Reversão de provisões tributárias de imposto de renda e contribuição social	2.977	4.913	2.977	4.913
Outras adições (exclusões) permanentes, e tributos diferidos não constituídos no exercício, ou constituídos de exercícios anteriores	(3.603)	3.046	(2.374)	3.267
<b>No resultado do exercício</b>	<b>(16.644)</b>	<b>(16.589)</b>	<b>(17.764)</b>	<b>(15.313)</b>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 21 Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas refere-se substancialmente à operações com empresas do Grupo Mafra e pessoas físicas decorrente de revenda de mercadorias.

Saldos	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes				
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	-	3	-	3
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	93	97	93	97
CM Medicamentos Especiais Ltda.	548	347	548	347
CMI Hospitalar Ltda.	784	1.122	784	1.122
	<u>1.425</u>	<u>1.569</u>	<u>1.425</u>	<u>1.569</u>
Partes relacionadas				
Dividendos a receber				
Cremer S.A	3.758	-	-	-
Conta corrente				
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigrados Ltda.	-	3.700	-	-
	<u>3.758</u>	<u>3.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Direito de reembolso (i)	<u>135.213</u>	<u>148.019</u>	<u>135.213</u>	<u>148.019</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Partes relacionadas				
Conta corrente				
Health Logística Hospitalar S.A	4.209	-	4.209	-
	<u>4.209</u>	<u>-</u>	<u>4.209</u>	<u>-</u>
	<u>7.967</u>	<u>3.700</u>	<u>4.209</u>	<u>-</u>
Direito de reembolso (i)	<u>72.151</u>	<u>80.487</u>	<u>72.151</u>	<u>80.487</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores				
Cremer S.A	5.736	-	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigrados Ltda.	4.290	-	-	-
Health Logística Hospitalar S.A	842	-	842	-
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	2.076	13	2.076	13
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	12	-	12
CM Medicamentos Especiais Ltda.	9	-	9	-
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda	7	-	7	-
	<u>12.960</u>	<u>25</u>	<u>2.934</u>	<u>25</u>
Partes relacionadas				
Dividendos a pagar				
Cromossomo Participações IV S.A.	135	135	135	135
Carlos Alberto Mafra Terra	101	101	101	101
Consolação Goulart Terra	101	101	101	101
Cleber Aparecido Ribeiro	28	28	28	28
Conta corrente				
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigrados Ltda.	1.747	-	-	-
	<u>1.747</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.112</u>	<u>365</u>	<u>365</u>	<u>365</u>



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31 de dezembro de 2015, Carlos Alberto Mafra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro, Consolação Goulart Terra e CAMT Empreendimentos e Participações Ltda., em conjunto, “Acionistas Originais” do Grupo, firmaram acordo de investimentos com o investidor Cromossomo Participações IV S.A. (“Cromossomo” ou “Investidor”), que estabeleceu cláusula de indenização devida pelos acionistas originais ao Grupo ou ao Investidor, por atos, fatos, eventos, ações ou omissões realizadas pelo Grupo até a data de fechamento desse acordo ou cujo fato gerador seja anterior ao fechamento ainda que seus efeitos se materializem após o fechamento do acordo, incluindo os tributos incidentes pela companhia, decorrente do direito reembolso de seus acionistas originais. A data de fechamento ocorreu em 1º de março de 2016.

Como garantia ao cumprimento de tais obrigações de reembolso, os Acionistas Originais alienaram fiduciariamente a integralidade de suas participações societárias remanescentes ou 63% do capital social da Companhia, além, também da integralidade de suas participações societárias na empresa CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda., outra parte relacionada da Companhia.

Transações	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de vendas				
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	9	5	9	5
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	972	978	972	978
CM Medicamentos Especiais Ltda.	4.086	3.036	-	-
CMI Hospitalar Ltda.	7.049	6.741	7.049	6.741
Compra de serviços e produtos				
Health Logística Hospitalar S.A.	4.488	-	4.488	-
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	18.198	12.559	18.198	12.559
CM Medicamentos Especiais Ltda.	255	5	255	5
Cremer S.A.	43.152	-	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	-	-	-	-
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda.	9	-	9	-
Reversão do direito de reembolso	(21.142)	(27.642)	(21.142)	(27.642)

As transações comerciais de vendas e compras de mercadorias, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes. O Grupo cede caminhões para sua parte relacionada Health Logística Hospitalar S.A. mediante contrato de comodato não oneroso.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas relativas à remuneração dos membros da diretoria registradas na demonstração do resultado do exercício do Grupo foram de R\$ 10.787 (2017 – R\$ 2.642).

## 22 Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Contingências e riscos de perda prováveis

A natureza das contingências são trabalhistas e tributárias, de provável pagamento, consistido, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual, e a procedimentos fiscais adotados pelo Grupo que envolve alto grau de julgamento.

<b>Controladora</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>Provisões</b>	<b>Baixas</b>	<b>Encargos</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	
Trabalhistas	6.396	2.946			9.342	
Total	<b>6.396</b>	<b>2.946</b>	-	-	<b>9.342</b>	

<b>Consolidado</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>Aquisição de controlada (i)</b>	<b>Provisões</b>	<b>Baixas</b>	<b>Encargos</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Tributárias	-	3.924	1.002	(532)	266	4.660
Trabalhistas	6.396	1.801	6.123	(2.384)	207	12.143
Cíveis	-	4.931	69	(1.016)	342	4.326
Total	<b>6.396</b>	<b>10.656</b>	<b>7.194</b>	<b>(3.933)</b>	<b>814</b>	<b>21.129</b>

#### Controladora

Refere-se a valores trabalhistas e previdenciários devidos pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### Consolidado

#### (i) Constituição por aquisição da Cremer S.A.:

##### Contingências tributárias

A Cremer S.A. é ré em ações relativas a cobrança de ICMS substituição tributária no montante de R\$ 1.931, questionamentos sobre créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrente de prejuízos fiscais no montante de R\$ 2.389 e outros no montante de R\$ 340.

A Controlada Cremer S.A., durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às amortizações de ágio.

O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que ha uma probabilidade de perda, a Companhia entende o risco e mantém provisão de R\$ 2.389.

A Controlada Cremer S.A. é ré em ações relativas a cobrança de ICMS substituição tributária, até outubro de 2016 a companhia vendia fraldas com a NCM 6209 - Acessórios para Bebês, não havia incidência de ICMS ST para essa NCM, tributação normal de ICMS, houve uma reclassificação de NCM para 9619 a mais tempo, porem a companhia alterou apenas nessa data.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Estado de São Paulo notificou a companhia para recolher a ICMS ST retroativo a 5 anos, sobre essas operações, a assunto ainda está em discussão, a Companhia entende o risco e mantém provisão de R\$ 1.931

#### Contingências trabalhistas

A Cremer S.A e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária e totalizaram R\$ 2.801 (2017 - R\$ 1.801). Em 31 de dezembro de 2018 são mantidos depósitos judiciais nos montantes de R\$ 1.355 (2017 – R\$ 1.685).

#### Contingências cíveis

A Cremer S.A e suas controladas figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por danos morais e materiais. A Cremer S.A. e suas controladas também possuem passivos judiciais relativos a cobrança de verbas relacionadas às rescisões de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Cremer S.A. provisiona verbas em seu balanço, no valor de R\$ 4.327 (2017 - R\$ 4.931). A Cremer S.A. e suas controladas possuem R\$ 449 (2017 - R\$ 586) em depósitos judiciais, para cobrir eventuais processos que estão sendo discutidos judicialmente.

#### (b) Contingências e riscos de perda possíveis

##### Controladora

A Companhia possui determinados riscos tributários e trabalhistas sobre os quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como sendo de possível perda. Essas demandas são substancialmente relacionadas a:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências		
Tributárias (i)	64.874	81.116
Tributárias - autos de infração e processos judiciais (ii)	93.587	29.905
Trabalhistas (i)	34.215	41.469
Cível	1.459	
	<u>194.135</u>	<u>152.490</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Riscos tributários e trabalhistas assumidos:

Relacionados às apurações do IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, ICMS e encargos trabalhistas de assuntos diversos daqueles consideradas como de probabilidade de perdas prováveis ou passivos em eventuais fiscalizações e autuação fiscal ou trabalhista sobre a Companhia. Na opinião de seus consultores jurídicos estes assuntos possuem probabilidade de perda possível em caso de questionamentos, e portanto não integram o montante das contingências quantificadas e descritas acima na Nota 22 (a).

Estas contingências ainda que de perdas consideradas improváveis pelos consultores jurídicos, mas que caso venham a ser questionadas e devidas pelas autoridades fiscais tributárias e trabalhistas, e desde que oriundas de procedimentos adotados pela Companhia anteriores à 1º de março de 2016, também estão cobertas pelo mesmo direito de reembolso com os Acionistas Originais, conforme descrito na Nota 21 (i) acima.

#### (ii) Autos de infração:

Em 2017 e 2018 os autos de infração estão relacionados ao questionamento pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás sobre a utilização de isenção na tributação da saída de determinados medicamentos revendidos pela Companhia, e em 2018, relacionado ao questionamento do Estado do Paraná sobre a utilização de crédito de ICMS naquele estado.

#### Consolidado

O valor total das contingências consideradas como perdas possíveis e que não foram objeto de provisionamento no consolidado, são conforme abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências		
Administrativo	18	-
Cíveis (i)	19.660	-
Tributárias	64.874	81.116
Tributárias - autos de infração e processos judiciais (ii)	167.398	29.905
Trabalhistas	<u>52.324</u>	<u>41.469</u>
	<u>304.274</u>	<u>152.490</u>

#### (i) Contingências cíveis:

Referem-se, substancialmente, a multa contratual por cancelamento de contrato de fornecimento de energia e quebra de contrato de prestação de serviços comerciais em que a Cremer S.A. está envolvida.

#### (ii) Contingências tributárias relativos a fiscalizações da controlada Cremer S.A.

A Cremer S.A durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

amortizações de ágio. O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da controlada entendem que a probabilidade de perda é possível.

A Controlada Cremer S.A., durante o segundo trimestre de 2016, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em autuação contra a controlada indireta da Companhia, Cremer Administradora de Bens Ltda., por meio do qual a fiscalização da Receita Federal do Brasil tratou as vendas de imóveis de sua propriedade como operações sujeitas à apuração de ganho de capital, exigindo o IR e CSLL sobre ganho de capital da Cremer Administradora de Bens Ltda., na venda de imóveis.

#### (c) Depósitos judiciais

A composição dos depósitos judiciais é conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro				
Constituição por aquisição - Cremer	-	-	5.908	-
Constituição (reversão), líquida	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>(297)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>5.611</u>	<u>-</u>

## 23 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 no valor de R\$ 253.629 está representado por 156.482.555 (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e duas mil, quinhentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está distribuída da seguinte forma:

	<u>2018 e 2017</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Cromossomo Participações IV S.A.	57.898.545	37,00%
Carlos Alberto Mafra Terra	43.377.889	27,72%
Consolação Goulart Terra	43.377.889	27,72%
Cleber Aparecido Ribeiro	11.828.232	7,56%
	<u>156.482.555</u>	<u>100,00%</u>

Em 1º de abril de 2017, foi incorporada a BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A. pela Companhia, empresa do mesmo Grupo e do segmento de distribuição de medicamentos e matérias hospitalares com sede no Distrito Federal. Esta incorporação teve como objetivo a simplificação operacional e ganhos de sinergia,

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma vez que as duas companhias possuem como principal investidor o mesmo grupo econômico. O resumo do acervo líquido incorporado está demonstrado abaixo:

<b>Ativo</b>	<b>01/04/2017</b>
Contas a receber de clientes	95.484
Estoques	54.610
Direito de reembolso	68.528
Outros ativos	20.676
Total do ativo	<u>239.298</u>
<b>Passivo</b>	
Fornecedores	59.497
Obrigações tributárias	48.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.299
Outros passivos	17.592
Total do passivo	<u>148.932</u>
Patrimônio líquido	<u>90.366</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>239.298</u>

#### (b) Destinação do lucro

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a destinação da seguinte forma:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social; e
- distribuição de 25% do lucro líquido, ajustado pelos efeitos acima como dividendos mínimos obrigatórios.

No entanto, com a emissão do instrumento particular de emissão de debêntures (Nota 17 (b)), cláusula 5.1 do instrumento, está determinado que a Companhia não poderá distribuir ou pagar dividendos ou qualquer outra modalidade de remuneração aos acionistas, até a primeira data de amortização das debêntures (27 de dezembro de 2019). Desta forma, neste exercício o saldo remanescente após a dedução da reserva legal, ficará a disposição da Assembléia para outras destinações que não seja a distribuição aos acionistas.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (c) Reservas de lucros

##### i. Reserva legal

A reserva legal da Companhia é constituída anualmente pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

##### ii. Reserva de retenção de lucros (lucros a disposição dos acionistas) -

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, após as destinações definidas por lei.

#### (d) Reservas de capital

##### i. Ágio em transações entre acionistas

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, ou pagamento de dividendos a ações preferenciais.

Em abril de 2018 a Cremer S.A decidiu por encerrar o programa de *Stock Options*, e com o encerramento houve uma diluição do capital da C.M Hospitalar S.A. resultando um ganho no montante de R\$ 4.706 (Nota 13 (iii)). Adicionalmente em outubro de 2018 foi feita uma oferta pública para aquisição de ações (“OPA”), gerando um ágio no montante de R\$ 35.668 (Nota 13 (iv)). Conforme o CPC 36 (R3) / IFRS 10, essas operações são classificadas como operações com acionistas e conseqüentemente classificadas no patrimônio líquido.

## 24 Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
<b>Básico</b>		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	35.057	58.778
Média ponderada de ações ordinárias	156.484	141.775
<b>Lucro por ação - Básico</b>	<b>0,22</b>	<b>0,41</b>
<b>Diluído</b>		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	35.057	58.778
Média ponderada de ações ordinárias	156.484	141.775
<b>Lucro por ação - Diluído</b>	<b>0,22</b>	<b>0,41</b>

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação mais potenciais conversões de opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

Para os exercícios findos em 2018 e 2017, a Companhia não possui instrumentos com potencial para diluição de ações ordinárias e, conseqüentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

## 25 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e serviços prestados	2.526.964	1.926.679	3.120.707	1.980.723
Icms credito outorgado/Bonificação	7.329	4.159		
(-) Abatimentos, vendas canceladas e devoluções	(33.051)	(25.748)	(17.164)	(25.880)
(-) Tributos sobre vendas	(360.637)	(249.067)	(462.385)	(259.025)
	<b>2.140.605</b>	<b>1.656.023</b>	<b>2.641.158</b>	<b>1.695.818</b>



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima, materiais e produtos para revenda	1.891.037	1.449.794	2.011.687	1.491.179
Custo de venda de imóveis	-	-	15.597	-
Salários, férias e benefícios a empregados	49.967	31.654	191.045	33.085
Encargos sociais	11.746	8.114	31.957	8.790
Serviços de consultoria	14.550	9.206	18.183	9.206
Comissões	6.269	6.381	7.492	6.381
Fretes e carretos	18.116	10.836	47.597	10.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	315	2.144	1.204	2.144
Embalagens	1.894	1.183	1.894	1.204
Aluguéis	6.349	5.187	25.317	5.426
Serviços de terceiros	5.248	4.973	85.236	5.233
Despesas com viagens	4.446	4.805	7.477	4.810
Depreciação e amortização	5.946	7.761	14.953	9.054
Combustíveis e lubrificantes	5.335	5.161	9.248	5.166
Manutenção de bens, veículos e equipamentos	4.067	10.376	6.456	10.393
Materiais de uso e consumo	1.290	3.855	3.950	4.751
Outros gastos	1.561	2.578	10.651	3.889
	<u>2.028.135</u>	<u>1.564.008</u>	<u>2.489.943</u>	<u>1.611.704</u>

Classificadas como:	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	1.891.037	1.449.794	2.242.157	1.494.728
Despesas gerais e administrativas	76.363	61.641	106.062	63.944
Despesas com vendas	60.735	52.573	141.724	53.032
	<u>2.028.135</u>	<u>1.564.008</u>	<u>2.489.943</u>	<u>1.611.704</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 27 Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas e despesas	(946)	7.134	(2.699)	7.203
Doações e bonificações concedidas	(1.779)	(5.015)	(3.467)	(5.015)
Doações e bonificações recebidas	4.501	-	4.501	-
Outros serviços de terceiros	(6.809)	-	(6.809)	-
Provisão para contingências	(2.946)	(127)	(3.376)	(127)
Multas	(1.532)	(235)	(1.737)	(234)
Carta fiança	(2.220)	-	(2.220)	-
Ociosidade fabril	-	-	(1.660)	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	12	155	76	155
Amortização combinação de negócios (i)	(10.874)	-	(14.467)	-
Reversões (provisões) trabalhistas e de encargos sociais (Nota 18)	6.252	(10.634)	6.252	(10.634)
Reversões de provisões de passivos tributários (Nota 19)	4.583	13.364	4.583	13.364
Ganho proveniente de compra vantajosa (Nota 2.22)	-	7.083	-	7.083
Reversão de ganho referente a direitos de reembolso (Nota 21)	(21.142)	(27.642)	(21.142)	(27.642)
	<u>(32.899)</u>	<u>(15.917)</u>	<u>(42.165)</u>	<u>(15.847)</u>

- (i) Amortizações referentes substancialmente a mais valia de imobilizado e destinados a venda, no montante de R\$ 6.318 (Nota 13) e carteira de clientes da Cremer, no montante de R\$ 4.557 (Nota 15).

#### 28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.543	2.543	13.820	2.543
Juros ativos	3.847	3.819	4.345	3.869
Descontos obtidos	-	5.749	-	9.902
Ganhos com derivativos	1.462	-	5.858	-
Variação cambial	2.301	1.659	16.218	1.659
	<u>18.152</u>	<u>13.770</u>	<u>40.242</u>	<u>17.973</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(39.414)	(4.858)	(56.907)	(4.858)
Despesas bancárias	(1.160)	(1.086)	(1.627)	(1.086)
Descontos concedidos	(1.586)	(2.588)	(1.725)	(2.588)
Variação cambial passiva	(9.517)	(2.778)	(30.221)	(2.778)
Outras despesas financeiras	(133)	(839)	(5.991)	(839)
	<u>(51.811)</u>	<u>(12.149)</u>	<u>(96.471)</u>	<u>(12.149)</u>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 29 Outras divulgações sobre fluxos de caixa

##### (a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valor contábil líquido (Nota 13)	410	1.747	2892	1.750
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	12	155	76	155
Valores recebidos da alienação de imobilizado	422	1.902	2.968	1.905

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Movimentação da dívida líquida (Controladora)

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Títulos e valores mobiliários	Aplicações financeiras restritas	Dívida líquida
Divida líquida em 1º de janeiro de 2017	41.608	-	41.608	(26.940)	(23.051)	-	(8.383)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Valor recebido pela emissão de títulos	-	400.000	400.000	-	-	(400.000)	-
Custos na emissão das debêntures	-	(7.020)	(7.020)	-	-	-	(7.020)
Obtenção de empréstimos	27.579	-	27.579	(27.579)	-	-	-
Obtenção de empréstimos incorporação BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A.	6.587	-	6.587	-	-	-	6.587
Pagamento de empréstimos	(36.785)	-	(36.785)	36.785	-	-	-
Pagamento de juros	(3.605)	-	(3.605)	3.605	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, resgate e aplicações, líquidos	-	-	-	(48.132)	5.680	-	(42.452)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de juros e variações cambiais	6.710	249	6.959	-	-	(105)	6.854
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>42.094</b>	<b>393.229</b>	<b>435.323</b>	<b>(62.261)</b>	<b>(17.371)</b>	<b>(400.105)</b>	<b>(44.414)</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de empréstimos	54.000	-	54.000	-	-	-	54.000
Pagamento de empréstimos	(59.328)	-	(59.328)	-	-	-	(59.328)
Pagamento de juros	-	(34.552)	(34.552)	-	-	-	(34.552)
Comissões sobre debêntures	-	878	878	-	-	-	878
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, resgate e aplicações líquidos	-	-	-	(32.633)	7.005	404.048	404.048
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de juros e variações cambiais	1.961	34.575	36.536	-	62	(9.068)	27.531
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>38.727</b>	<b>394.130</b>	<b>432.857</b>	<b>(94.894)</b>	<b>(10.304)</b>	<b>(5.125)</b>	<b>322.534</b>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Movimentação da dívida líquida (Consolidado)

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Títulos e valores mobiliários	Aplicações financeiras restritas	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017	41.608	-	41.608	(26.940)	(23.051)	-	(8.383)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Valor recebido pela emissão de títulos	-	400.000	400.000	-	-	(400.000)	-
Custos na emissão das debêntures	-	(7.020)	(7.020)	-	-	-	(7.020)
Obtenção de empréstimos	27.579	-	27.579	(27.579)	-	-	-
Obtenção de empréstimos incorporação BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A.	6.587	-	6.587	-	-	-	6.587
Pagamento de empréstimos	(36.785)	-	(36.785)	36.785	-	-	-
Pagamento de juros	(3.605)	-	(3.605)	3.605	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, resgate e aplicações, líquidos	-	-	-	(48.132)	5.680	-	(42.452)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de juros e variações cambiais	6.710	249	6.959	-	-	(105)	6.854
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>42.094</b>	<b>393.229</b>	<b>435.323</b>	<b>(62.261)</b>	<b>(17.371)</b>	<b>(400.105)</b>	<b>(44.414)</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Adições de empréstimos aquisição Cremer S.A.	84.178	228.017	312.195	-	-	-	312.195
Obtenção de empréstimos	258.105	-	258.105	-	-	-	258.105
Pagamento de empréstimos	(129.440)	(72.000)	(201.440)	-	-	-	(201.440)
Pagamento de juros	(7.723)	(54.808)	(62.531)	-	-	-	(62.531)
Comissões sobre debêntures	-	878	878	-	-	-	878
Adições de caixa e equivalentes Cremer S.A.	-	-	-	(111.111)	-	-	(111.111)
Aquisições de investimento	-	-	-	-	-	404.048	404.048
Caixa e equivalentes de caixa, resgate e aplicações líquidas	-	-	-	(118.446)	7.005	-	(111.441)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de juros e variações cambiais	14.387	45.228	59.615	-	62	(9.068)	50.609
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>261.601</b>	<b>540.544</b>	<b>802.145</b>	<b>(291.818)</b>	<b>(10.304)</b>	<b>(5.125)</b>	<b>494.898</b>

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Itens que não afetam caixa e alterações de passivos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aquisição de controlada e incorporação				
Contas a receber de clientes		(95.484)	(116.473)	(119.099)
Estoques		(54.610)	(101.802)	(66.485)
Direito de reembolso		(68.527)		(68.527)
Impostos a recuperar			(35.027)	
Outros ativos		(11.640)	(8.417)	(12.555)
Ativos mantidos para venda			(41.491)	
Depósitos judiciais			(5.908)	
Tributos diferidos		23.299	(27.125)	23.299
Investimentos			171.084	9.887
Imobilizado		(1.240)	(83.542)	(1.435)
Intangível			(129.970)	
Fornecedores		59.497	81.071	84.231
Empréstimos e financiamentos		6.587	84.178	6.587
Debêntures			228.017	
Salários e encargos		8.196	27.068	9.046
Tributos		48.544	10.207	49.361
Adiantamentos de clientes			25.005	
Outras contas a pagar		2.809	22.879	3.121
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais			11.357	
Patrimônio líquido		90.366		90.366

Em 2018 as transações não caixa referem-se a aquisição da Cremer S.A. Em 2017 referem-se a aquisição da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda, bem como também neste ano a Companhia aprovou aumento de capital de R\$ 90.366 o qual foi subscrito com ações do capital social da BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 30 Subvenção governamental

O Grupo possui subvenções governamentais padrões para o mercado de distribuição de medicamentos,. concedidos pelos entes federativos que a companhia tem presença. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, sendo que os valores auferidos de benefícios fiscais pela redução na carga tributária de ICMS pelo Grupo montam R\$ 47.680 em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$ 41.409).

O Grupo cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

#### 31 Valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, o Grupo utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Controladora</b>	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.325	-	-	-	-
Mais valia bens dest. Venda - Cremer	-	-	32.240	-	-	-
Mais valia - imob. Aquisi. Cremer	-	-	11.273	-	-	-
Carteira de clientes - aquisi. Cremer	-	-	61.668	-	-	-
Marca - aquisi. Cremer	-	-	82.513	-	-	-
Agio - aquisi. Cremer	-	-	220.181	-	-	-
Valor justo ativos e passivos adquirir - Tecnocold	-	-	-	-	-	6.549
	<b>-</b>	<b>1.324</b>	<b>407.875</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.549</b>
<b>Passivo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	-	365	-	-	365	-
	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>						
<b>Ativo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.537	-	-	-	-
Mais valia bens dest. Venda - Cremer	-	-	32.240	-	-	-
Mais valia - imob. Aquisi. Cremer	-	-	11.273	-	-	-
Carteira de clientes - aquisi. Cremer	-	-	61.668	-	-	-
Marca - aquisi. Cremer	-	-	82.513	-	-	-
Agio - aquisi. Cremer	-	-	220.181	-	-	-
Valor justo ativos e passivos adquirir - Tecnocold	-	-	6.549	-	-	6.549
	<b>-</b>	<b>1.537</b>	<b>414.424</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.549</b>
<b>Passivo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	-	365	-	-	365	-
	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>-</b>

## 32 Infomações por segmento

O CPC 22 / IFRS 8 - Informações por Segmento, requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, principais tomadores de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo divide seu negócio em três divisões: Materiais, Medicamentos e Outros. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. A administração utiliza dados analíticos e identificáveis na classificação das receitas e custos dos segmentos reportados, e para as demais rubricas contábeis a administração e o principal gestor das operações proporcionaliza os montantes de ativos, passivos e resultado em função representatividade da receita líquida de vendas dos segmentos identificados.

As principais características para cada uma das divisões são:

Material – distribuição e fabricação de materiais das categorias: cardíaca, cirúrgica, uníunarios, diagnósticos, esterilização, paramentação, higiene e proteção entre outros.



## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Medicamento – distribuição de medicamentos, analgésicos, antialérgicos, antibióticos, antiinflamatório, oncológico, anestésico, vacinas, entre outros.

Outros - o segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo.

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/12/2018</b>			<b>31/12/2017</b>		
	Medicamento	Material	Total	Medicamento	Material	Total
Receita líquida de vendas	1.786.291	354.314	2.140.605	1.337.400	318.623	1.656.023
Mercado interno	1.786.291	354.314	2.140.605	1.337.400	318.623	1.656.023
Mercado externos	-	-	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(1.610.648)	(280.389)	(1.891.037)	(1.198.905)	(250.889)	(1.449.794)
Lucro bruto	175.643	73.925	249.568	138.495	67.734	206.229
Despesas com vendas	(31.491)	(29.244)	(60.735)	(26.457)	(26.116)	(52.573)
despesas gerais e administrativas	(63.723)	(12.640)	(76.363)	(49.781)	(11.860)	(61.641)
Outros resultados operacionais	4.025	798	4.823	(12.855)	(3.062)	(15.917)
Participação nos resultados de controladas	(27.454)	(5.445)	(32.899)	(1.899)	(453)	(2.352)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	57.000	27.394	84.394	47.504	26.242	73.746
Depreciação, amortização	4.962	984	5.946	4.267	1.017	5.284
Desempenho operacional	88.751	33.692	122.443	81.358	34.308	115.666
Ativos	1.353.419	268.453	1.621.872	1.128.645	268.888	1.397.533
Passivos	1.058.326	209.920	1.268.246	845.583	201.452	1.047.035

	<b>Consolidado</b>						
	<b>31/12/2018</b>				<b>31/12/2017</b>		
	Medicamento	Material	Outros	Total	Medicamento	Material	Total
Receita líquida de vendas	1.786.251	837.361	17.547	2.641.158	1.369.539	326.279	1.695.818
Mercado interno	1.786.251	824.601	17.547	2.628.398	1.369.539	326.279	1.695.818
Mercado externos	-	12.760	-	12.760	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(1.610.590)	(615.970)	(15.597)	(2.242.157)	(1.234.495)	(260.233)	(1.494.728)
Lucro bruto	175.661	221.390	1.950	399.001	135.044	66.046	201.090
Despesas com vendas	(31.519)	(110.205)	-	(141.724)	(26.878)	(26.154)	(53.032)
despesas gerais e administrativas	(65.368)	(39.806)	(888)	(106.062)	(51.641)	(12.303)	(63.944)
Outros resultados operacionais	(27.366)	(14.535)	(263)	(42.165)	(12.798)	(3.049)	(15.847)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	51.408	56.844	799	109.050	43.727	24.540	68.267
Depreciação, amortização	5.005	22.878	18	27.902	4.447	1.059	5.506
desempenho operacional	88.751	110.201	1.910	200.863	83.603	34.843	118.445
Ativos	1.359.995	777.438	17.498	2.154.931	1.137.362	270.965	1.408.327
Passivos	1.058.364	729.845	13.095	1.801.305	854.300	203.529	1.057.829

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2018			Controladora 2017		
	Medicamento	Material	Total	Medicamento	Material	Total
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	79.187	15.707	94.894	47.252	11.257	58.509
Títulos e valores mobiliários	8.599	1.706	10.304	14.029	3.342	17.371
Instrumentos financeiros derivativos	802	159	961	-	-	-
Contas a receber de clientes	315.963	62.672	378.635	315.893	75.259	391.152
Estoques	217.885	43.218	261.102	186.646	44.467	231.113
Tributos a recuperar	5.498	1.091	6.589	3.289	783	4.072
Direito de reembolso	112.833	22.381	135.213	119.540	28.479	148.019
Outros ativos	5.109	1.013	6.122	1.620	386	2.006
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>745.875</b>	<b>147.945</b>	<b>893.820</b>	<b>688.269</b>	<b>163.973</b>	<b>852.242</b>
<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras restritas	4.277	848	5.125	323.124	76.981	400.105
Contas a receber de clientes	1.452	288	1.740	3.154	751	3.905
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	50	10	59	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-
Direito de reembolso	60.208	11.942	72.151	65.001	15.486	80.487
Outros ativos	3.512	697	4.209	2.988	712	3.700
	69.499	13.785	83.284	394.267	93.930	488.197
Investimento	503.945	99.958	603.903	11.350	2.704	14.054
Imobilizado	31.224	6.193	37.417	31.193	7.432	38.625
Intangível	2.877	571	3.448	3.565	849	4.414
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>607.545</b>	<b>120.507</b>	<b>728.052</b>	<b>440.375</b>	<b>104.915</b>	<b>545.290</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.353.419</b>	<b>268.453</b>	<b>1.621.872</b>	<b>1.128.645</b>	<b>268.888</b>	<b>1.397.533</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	291.829	57.885	349.714	274.431	65.380	339.811
Empréstimos e financiamentos	25.722	5.102	30.824	24.255	5.778	30.033
Debêntures	12.847	2.548	15.395	201	48	249
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	461	110	571
Salários e obrigações sociais a pagar	43.077	8.544	51.621	43.151	10.280	53.431
Tributos a recolher	113.886	22.589	136.476	120.758	28.770	149.528
Adiantamento de clientes	393	78	471	376	90	466
Outros passivos	2.401	476	2.877	7.629	1.817	9.446
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>490.154</b>	<b>97.223</b>	<b>587.377</b>	<b>471.261</b>	<b>112.273</b>	<b>583.534</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	6.595	1.308	7.903	9.740	2.321	12.061
Debêntures	316.047	62.688	378.735	317.370	75.610	392.980
Obrigações por aquisição de investimento	141.964	28.159	170.123	-	-	-
Tributos a recolher	1.180	234	1.414	-	-	-
Tributos diferidos	94.225	18.690	112.914	42.047	10.017	52.064
Provisão para contingências	7.796	1.546	9.342	5.165	1.231	6.396
Outros passivos	365	72	437	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>568.171</b>	<b>112.698</b>	<b>680.869</b>	<b>374.322</b>	<b>89.179</b>	<b>463.501</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.058.325</b>	<b>209.920</b>	<b>1.268.246</b>	<b>845.583</b>	<b>201.452</b>	<b>1.047.035</b>

# CM Hospitalar S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018				Consolidado		
	Medicamento	Material	Outros	Total	Medicamento	Material	Total
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	184.169	105.280	2.370	291.818	50.282	11.979	62.261
Títulos e valores mobiliários	6.503	3.717	84	10.304	14.029	3.342	17.371
Instrumentos financeiros derivativos	740	423	10	1.172	-	-	-
Contas a receber de clientes	289.684	165.597	3.727	459.008	326.136	77.699	403.835
Estoques	237.835	135.958	3.060	376.853	187.393	44.644	232.037
Tributos a recuperar	21.639	12.370	278	34.288	4.079	972	5.051
Direito de reembolso	85.334	48.781	1.098	135.213	119.540	28.479	148.019
Outros ativos	6.140	3.510	79	9.729	1.887	449	2.336
	<u>832.043</u>	<u>475.637</u>	<u>10.705</u>	<u>1.318.385</u>	<u>703.345</u>	<u>167.565</u>	<u>870.910</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	36.501	20.865	470	57.836	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>868.544</b>	<b>496.502</b>	<b>11.175</b>	<b>1.376.221</b>	<b>703.345</b>	<b>167.565</b>	<b>870.910</b>
<b>Não circulante</b>							
Aplicações financeiras restritas	3.235	1.849	42	5.125	323.124	76.981	400.105
Contas a receber de clientes	1.220	698	16	1.933	3.154	751	3.905
Tributos a recuperar	6.475	3.702	83	10.260	-	-	-
Depósitos judiciais	3.541	2.024	46	5.611	-	-	-
Tributos diferidos	23.520	13.445	303	37.268	-	-	-
Direito de reembolso	45.535	26.030	586	72.151	65.001	15.486	80.487
Outros ativos	1.888	1.079	24	2.991	-	-	-
	<u>85.414</u>	<u>48.827</u>	<u>1.099</u>	<u>135.340</u>	<u>391.279</u>	<u>93.218</u>	<u>484.497</u>
Investimento							
Imobilizado	86.107	49.223	1.108	136.438	31.379	7.476	38.855
Intangível	319.929	182.887	4.116	506.932	11.358	2.706	14.064
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>491.450</b>	<b>280.937</b>	<b>6.323</b>	<b>778.710</b>	<b>434.016</b>	<b>103.400</b>	<b>537.416</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.359.995</b>	<b>777.439</b>	<b>17.498</b>	<b>2.154.931</b>	<b>1.137.362</b>	<b>270.965</b>	<b>1.408.327</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	257.017	177.238	3.180	437.435	278.959	66.459	345.418
Empréstimos e financiamentos	62.073	42.806	768	105.647	24.255	5.778	30.033
Debêntures	62.232	42.915	770	105.917	201	48	249
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	461	110	571
Salários e obrigações sociais a pagar	41.044	28.304	508	69.855	43.594	10.386	53.980
Tributos a recolher	82.840	57.126	1.025	140.991	121.371	28.915	150.286
Adiantamento de clientes	14.966	10.320	185	25.471	376	90	466
Outros passivos	5.386	4.383	79	9.847	8.050	1.918	9.968
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>526.527</b>	<b>363.092</b>	<b>6.515</b>	<b>895.163</b>	<b>477.267</b>	<b>113.704</b>	<b>590.971</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	91.631	63.189	1.134	155.954	9.740	2.321	12.061
Debêntures	255.367	176.101	3.160	434.627	317.370	75.610	392.980
Obrigações por aquisição de investimento	99.956	68.930	1.237	170.123	-	-	-
Tributos a recolher	1.656	1.142	20	2.819	-	-	-
Tributos diferidos	70.552	48.652	873	120.077	44.758	10.663	55.421
Provisão para contingências	12.415	8.561	154	21.129	5.165	1.231	6.396
Outros passivos	260	179	3	443	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>531.837</b>	<b>366.754</b>	<b>6.580</b>	<b>905.172</b>	<b>377.033</b>	<b>89.825</b>	<b>466.858</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.058.364</b>	<b>729.846</b>	<b>13.095</b>	<b>1.800.335</b>	<b>854.300</b>	<b>203.529</b>	<b>1.057.829</b>

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **33 Benefícios a empregados**

##### **(a) Plano de previdência privada**

O Grupo possui contrato de adesão aos Planos Geradores de Benefícios Livres e Vida Geradores de Benefícios Livres, respectivamente conhecidos como PGBL e VGBL instituídos pela Zurich Vida e Previdência S.A.. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida, que permite a adesão de todos os colaboradores do Grupo. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições do Grupo e dos participantes. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Zurich Vida e Previdência S.A.

##### **(b) PPR - Programa Participação dos Resultados**

O Grupo, possui Programa de Participação dos Resultados, ou PPR, este benefícios é estendido a todos colaboradores do Grupo. As regras para pagamento são descritas na Política de Remuneração do Grupo, sendo as metas contratadas anualmente observando as Convenções Coletivas do Trabalho e a Consolidação das Leis de Trabalho vigente.

##### **Assistência Médica**

O Grupo possui contrato de assistência médica com operadoras locais e nacionais onde atua. Trata-se de planos coletivos de assistência médica com contrato por adesão, conforme regulamentação da ANS, o custeio se dá mediante a subsídio da mensalidade e desconto em folha de pagamento do colaborador.

##### **(c) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador**

O Grupo possui contratos com fornecedores para o Programa de Alimentação do Trabalhador, ou PAT, este fornecimento é através de cartão ou restaurantes em suas unidades, o benefícios é estendido a todos colaboradores da Companhia. As regras para fornecimento respeitam os critérios estabelecidos no Programa de Alimentação do Trabalhador instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e observam as Convenções Coletivas do Trabalho.

##### **(d) Vale Transporte - VT**

O Grupo possui contratos com fornecedores para o Vale Transporte, este fornecimento é através de cartão para utilização no sistema público de transporte ou fretado onde não possui transporte público, sendo estendido a todos os colaboradores. As regras de subsídio do colaborador observam as Convenções Coletivas do Trabalho além da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 34 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<b>Riscos cobertos</b>	<b>Controladora</b> <b>Importâncias</b> <b>seguradas</b>	<b>Consolidado</b> <b>Importâncias</b> <b>seguradas</b>
Predial	79.203.000	89.473.000
	US\$ - Dolar	US\$ - Dolar
Aeronáutico	34.700.000	34.700.000
Carga		
Cobertura básica ampla	1.500.000	1.500.000
Veículos frota	1.025.000	1.025.000
Carta fiança		
Share purchase and sale agreement	159.183.341	159.183.341
Administradores	4.010.500.000	4.010.500.000

#### 35 Eventos Subsequentes

##### (a) Aquisições de empresas

A Companhia realizou aquisições de controle de outras empresas seguindo sua estratégia de negócios. O resumos das aquisições de negócios e das negociações estão descritos abaixo:

##### **Aquisição da Biogenetix Importação e Exportação Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”), composto por 8.516.460 quotas de capital. A Biogenetix é uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no interior do estado de São Paulo há 10 anos. O valor de aquisição foi de R\$ 26.306, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 23.786 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 1.250 pagos a título de ajuste de preço; (iii) R\$ 1.270 a título de parcela retida, que será liberada mediante o cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, pelo prazo de 5 anos, parcelas estas corrigidas pela variação do IPCA entre a Data do Fechamento até a data do seu efetivo pagamento. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Biogene concentra suas atividades operacionais.

## **CM Hospitalar S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **Aquisição da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”), uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar na grande São Paulo, Alto do Tiete, Baixada Santista e Sorocaba, há 25 anos. Foram adquiridos todas as 7.500.000 quotas de capital pelo valor de R\$ 22.638, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 20.669 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 500 pagos a título de ajuste de preço; (iii) 1.469 a título de parcela retida, que poderá ser pago integral ou parcialmente após cumprimento das cláusulas determinadas no contrato de compra e venda. A aquisição tem por objetivo aumentar a capilaridade e aumentar a presença da Companhia no mercado de distribuição de insumos e equipamentos médicos no sudeste do Brasil, região onde a Byogene concentra suas atividades.

#### **Aquisição da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.**

Em 30 de abril de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social (representado por 2.300.000 quotas) da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”), uma distribuidora autorizada da Roche credenciada para atuar no Distrito Federal, há 18 anos. O valor de aquisição foi de R\$ 21.780, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 19.431 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 333 pagos a título de parcela diferida conforme cronograma determinado entre as partes; (iii) R\$ 2.016 a título de parcela retida, que poderá ser pago, parcial ou integralmente após eventual ajuste de preço. A aquisição visa reforçar a capacidade da Companhia na distribuição de insumos e equipamentos médicos no centro-oeste do Brasil.

#### **Aquisição da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.**

Em 01 de junho de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu a integralidade do capital social (47.451.690 ações) da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”), uma empresa de Distribuição de Medicamentos com 34 anos de atuação, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor de aquisição foi de R\$ 359.125, a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$ 186.233 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 15.623 pagos por conta e ordem dos vendedores, diretamente assessores financeiros do vendedor, a título de comissão pela atuação na qualidade de assessor financeiro dos acionistas vendedores. (iii) R\$ 4.429 a ser pago após período de diligências; (iv) R\$ 120.000 a título de parcela retida que será pago no decorrer de seis anos em cumprimento das cláusulas determinantes no contrato de compra e venda; e (v) R\$ 9.560 a título de passivos contratuais assumidos relacionados a contraprestação contingente. Com a aquisição a Companhia espera reforçar sua capacidade de distribuição de medicamentos no centro-oeste do Brasil.

#### **Aquisição da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.**

Em 02 de outubro de 2020 a CM Hospitalar S.A. adquiriu 100% do capital social, representado por 526.316 ações, da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. (“Flexicotton”), uma empresa de terceirização de produtos para higiene pessoal localizada em Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis (SC). A contraprestação totaliza R\$ 67.782, sendo composta da seguinte forma:

- (i) R\$ 44.813, pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores;
- (ii) R\$ 5.187, pagos por conta e ordem dos vendedores, diretamente assessores financeiros do vendedor, a título de comissão pela atuação na qualidade de assessor financeiro dos Acionistas Vendedores;
- (iii) Parcela contingente, denominada contratualmente como “Preço de Aquisição Adicional”. Essa parcela será paga aos vendedores, com base no resultado futuro a ser auferido durante um “Período de Apuração” estabelecido em contrato. O valor será calculado da seguinte forma: “Preço de Aquisição Adicional = (EBITDA Ajustado x 7,0) – Preço de Aquisição Inicial – Dívida Líquida + / - Ajuste de Capital de Giro”. O

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

valor justo da contraprestação contingente foi determinado pela média ponderada de probabilidade de pagamentos associados a cada resultado possível ('abordagem de pagamento ponderada por probabilidade' / '*probability-weighted payout approach*') e totalizou numa contraprestação contingente, de R\$ 17.782, na data da aquisição.

A Flexicotton é uma Companhia que tem um portfólio de produtos de cuidados para a saúde ("*health care*") complementares aos da controlada Cremer, sendo uma aquisição relevante para aumentar a capacidade de produção do Grupo.

#### (b) Integralizações de capital na Companhia

Em 2 de abril de 2020 a Companhia aprovou por meio de ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital de R\$ 254.124 divididos em 156.686.924 ações, para R\$ 979.957, um aumento de R\$ 725.833, por meio de emissão de 91.392.436 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo acionista Genoma VI Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, integralizadas em moeda corrente nacional nesta data por meio de transferência eletrônica de recurso.

#### (c) Incorporação pela Companhia

Em janeiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Companhia, de um de seus acionistas, a Cromossomo Participações IV S.A., através da aprovação do Protocolo de incorporação e justificativa.

Devido a aprovação dessa incorporação, as 55.888.818 ações ordinárias sem valor nominal mantidas pela Cromossomo Participações IV S.A. foram destinadas ao seu único acionista, o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I. Não houve alteração no capital social da Companhia.

#### (d) Impactos COVID-19

Desde o início da crise do Covid-19, o Grupo Mafra se dedicou totalmente a apoiar a área da saúde no combate a essa doença. Continuamos honrando nosso compromisso de abastecimento das instituições de saúde, ampliamos o número de compras de produtos de distribuição, como máscaras, luvas, aventais, álcool gel e intensificamos a fabricação de frascos de nutrição, equipos, sondas, cateteres, compressas, algodão, campo operatório, entre outros.

Durante essa crise, a controlada Cremer, empresa fabricante de materiais hospitalares do Grupo, completou 85 anos no mercado e manteve 100% das suas operações, a fim de atender a alta demanda da sociedade em função do Coronavírus.

Nossas unidades fabris e centros de distribuição, desde o início da pandemia, trabalharam em período integral e receberam novos investimentos para garantir a capacidade máxima de produção e distribuição. Trabalhamos todo esse período com a proteção adequada aos nossos mais de 3.500 colaboradores, reforçando o nosso propósito, que é cuidar de cada vida. Como prioridade, trabalhamos incansavelmente em preservar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, adotando práticas severas de higiene e prevenção, em conformidade com as normas da OMS.

## CM Hospitalar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A crise causada pelo vírus provoca naturalmente muitas incertezas. O Grupo implementou diversas medidas para prevenir riscos relacionadas a pandemia e monitora constantemente potenciais riscos a ela associados.

#### Impacto nas atividades do Grupo

Como mencionado anteriormente mantivemos normalmente nossas atividades operacionais durante a crise. Não tivemos redução ou interrupção de fornecimento de insumos e matérias primas. Não tivemos redução de volumes vendidos e as margens operacionais de nossos segmentos não apresentam alterações relevantes. Postergamos alguns investimentos (capex) e o pagamento de determinados impostos, com facultado pelo Governo Federal, para reforçar nossa posição de caixa. A Administração entende que o atual nível de liquidez do Grupo é adequado em relação as demandas de nossas atividades.

#### Principais fatores de risco relacionados a Pandemia

Os principais riscos que pandemia representa aos nossos negócios são, na avaliação da Administração a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (lockdown) mais rigoroso; e o risco de impairment de ativos por conta dos fatores já citados. Até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado.

A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as operações da Companhia e de suas subsidiárias seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à nossa continuidade.

#### **(e) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)**

No ano de 2020 a Companhia tomou a decisão de realizar distribuição primária de ações para captação de recursos, a ser listada na Bolsa de valores B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sediada na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia atualmente se empenha para prestar as informações necessárias para listagem na B3, assim como avaliações externas. Até o momento, não é possível ser feita uma estimativa dos gastos com a oferta pública.



---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA  
RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CM Hospitalar S.A.**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS  
PRO FORMA NÃO AUDITADAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020

**Conteúdo**

Relatório do auditor independente sobre a compilação de informações financeiras pro forma	3
Informações financeiras pro forma não auditadas	5



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre a compilação de informações financeiras *pro forma*

Aos Conselheiros e Diretores da  
**CM Hospitalar S.A.**  
Ribeirão Preto - SP

Concluímos nosso trabalho de asseguarção para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* da **CM Hospitalar S.A. (Companhia)**, elaborada sob responsabilidade de sua administração. As informações financeiras *pro forma* compreendem a demonstração do resultado *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras *pro forma* estão especificados no OCPC 06 - Apresentação de Informações *Pro Forma* emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão descritas nas nota explicativas integrantes das informações financeiras *pro forma*.

As informações financeiras *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da combinação de negócios com a subsidiária Expressa Distribuidoras de Medicamentos Ltda. conforme apresentado na nota explicativa 1 sobre sua demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2020. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações contábeis da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais emitimos uma opinião de auditoria, sem modificações em 2 de fevereiro de 2021; e das demonstrações contábeis da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. para o período findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais emitimos uma opinião de auditoria, sem modificações em 2 de fevereiro de 2021.

### **Responsabilidade da administração da Companhia pelas informações financeiras *pro forma***

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras *pro forma* de acordo do Comunicado OCPC 06.

### **Independência e controle de qualidade**

Cumprimos os requisitos de independência e outros requisitos éticos das NBCs PG 100 e 200 e NBC PA 291, que se baseiam nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional, e que também consideram a confidencialidade e o comportamento dos profissionais.

Adotamos os padrões internacionais de controle de qualidade fornecidos pela NBC PA 01 e, portanto, mantemos um sistema de controle de qualidade apropriado que inclui políticas e procedimentos relacionados ao cumprimento dos requisitos éticos, padrões profissionais, requisitos legais e requisitos regulamentares.

### **Responsabilidade do auditor independente**

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base do Comunicado OCPC 06 – Apresentação de Informações *Pro Forma*.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 - Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras *Pro Forma* Incluídas em Prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras *pro forma* com base do OCPC 06 - Apresentação de Informações *Pro Forma*.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras *pro forma*, tampouco executamos, no curso deste trabalho, auditoria ou revisão das demonstrações contábeis e demais informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras *pro forma*.

A finalidade das informações financeiras *pro forma* é a de exclusivamente ilustrar o impacto do evento ou da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento ou da transação em 1º de janeiro de 2020 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras *pro forma* oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- os correspondentes ajustes *pro forma* proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- as informações financeiras *pro forma* refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras *pro forma*. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar uma base para nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base do OCPC 06 - Apresentação de Informações *Pro Forma*.

Joinville, 2 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

**CM HOSPITALAR S.A.**

Informações Financeiras Pro Forma

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

**Informações financeiras pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(não auditado)**

	Demonstração de resultados para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020		Ajustes Pro Forma		
	CM Hospitalar		Eliminações	Ajustes contábeis de combinação de negócios	Pro forma
	Consolidado	Expressa			
<i>(Em reais Mil)</i>	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2020</b>			
Receita líquida de vendas	4.413.421	1.465.123	(837.234)	-	5.041.310
Custo dos produtos vendidos	(3.774.950)	(1.354.438)	770.936	-	(4.358.452)
<b>Lucro bruto</b>	<b>638.471</b>	<b>110.685</b>	<b>(66.298)</b>	<b>-</b>	<b>682.858</b>
Despesas com vendas	(162.338)	(24.650)	13.041	(2.952) 2. (b)	(176.899)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.216)	(1.773)	(24)	-	(4.013)
Despesas gerais e administrativas	(258.004)	(59.970)	20.043	534 2.(e)	(297.397)
Outras receitas operacionais	96.905	1.397	(844)	-	97.458
Outras despesas operacionais	(115.546)	-	-	-	(115.546)
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	(251)	-	-	-	(251)
	<b>(441.450)</b>	<b>(84.996)</b>	<b>32.216</b>	<b>(2.418)</b>	<b>(496.648)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>197.021</b>	<b>25.689</b>	<b>(34.082)</b>	<b>(2.418)</b>	<b>186.210</b>
Receitas financeiras	344.009	49.133	(40.471)	-	352.671
Despesas financeiras	(351.445)	(115.129)	58.357	(1.869) 2.(c)	(410.086)
	<b>(7.436)</b>	<b>(65.996)</b>	<b>17.886</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(57.415)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>189.585</b>	<b>(40.307)</b>	<b>(16.196)</b>	<b>(4.287)</b>	<b>128.795</b>
Imposto de renda e de contribuição social correntes	(38.845)	162	-	-	(38.683)
Imposto de renda e de contribuição social diferidos	(28.974)	(1.732)	8.132	1.457 2.(d)	(21.117)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>121.766</b>	<b>(41.877)</b>	<b>(8.064)</b>	<b>(2.830)</b>	<b>68.995</b>

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras pro forma não auditadas

## **Informações financeiras pro forma não auditadas**

*(Em milhares de Reais – R\$)*

### **1. DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS**

#### **a) Descrição de transação**

Em 1º de junho de 2020 a Companhia adquiriu o controle da Expressa (“transação”), uma empresa sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal. A Companhia tem como objeto social a distribuição de medicamentos para hospitais e clínicas. A aquisição envolveu 100% das ações da Expressa.

As informações financeiras pro forma não auditadas da CM Hospitalar S.A. (“CM” ou “Companhia”) demonstram o efeito relativo à aquisição da participação societária da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa” ou “Controlada”), como se tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Estas informações financeiras pro forma não auditadas foram compiladas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras “Pro Forma”, conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela CVM.

#### **b) Base de preparação**

As informações financeiras pro forma não auditadas aqui apresentadas se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da CM Hospitalar S.A. e da controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. em 31 de dezembro de 2020, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As informações da demonstração do resultado pro forma não auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 combinam demonstrações do resultado consolidadas históricas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e da controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. adquirida durante o exercício de 2020, como se a data de aquisição dessa empresa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

As informações financeiras consolidadas históricas foram ajustadas para refletir os eventos pro forma que são (i) diretamente atribuíveis à aquisição, (ii) factualmente suportáveis, e (iii) e que se espera ter um impacto recorrente sobre os resultados consolidados das operações da Companhia. Informações sobre os possíveis ou esperados impactos de decisões tomadas pela administração atual em decorrência da transação, como se tivessem sido tomadas em períodos anteriores, são consideradas projeções e não fazem parte do alcance do OCPC 06.

As informações financeiras pro forma não auditadas foram compiladas, elaboradas, formatadas e são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de nossas futuras demonstrações financeiras consolidadas, nem como a nossa demonstração do resultado consolidada efetiva, caso a combinação de negócio acima mencionada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração, devendo ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da controlada, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As informações financeiras pro forma não auditadas foram preparadas usando o método de aquisição de negócios sendo a Companhia tratada como adquirente para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

As informações financeiras pro forma de demonstração de resultado não auditadas foram preparados aplicando o método de aquisição para contabilização de acordo com o CPC 15 (IFRS3) - combinação de negócios. O CPC 15 (IFRS 3) requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos devem ser registrados pelo valor justo na data de aquisição. A mensuração do valor justo pode ser altamente subjetiva, e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável para os mesmos fatos e circunstâncias, poderiam desenvolver e suportar outros valores alternativos estimados.



As informações financeiras pro forma não estão refletindo qualquer economia de custos, sinergias operacionais ou aprimoramento nas receitas, que a Companhia poderia alcançar como resultado das transações ou os custos para integrar as operações da Companhia e Expressa ou os custos necessários para alcançar tais economias de custos, sinergias operacionais, como eficiências nas estruturas de compras, distribuição e administração e aprimoramento de receitas.

### **c) Informações financeiras históricas**

Estas informações financeiras pro forma estão baseados em:

- **CM Hospitalar S.A. Consolidado 31/12/202**, significa a demonstração do resultado presente nas demonstrações financeiras consolidadas da CM Hospitalar S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da CM Hospitalar de 31 de dezembro de 2020 compreendem as operações da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. a partir da data de aquisição. A aquisição foi registrada de acordo com o IFRS3 / CPC 15 (R1) Combinação de negócios, onde são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

As informações contábeis históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas informações financeiras pro forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

- **Expressa 31 dezembro de 2020:** refere-se à demonstração do resultado da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras históricas referentes à , utilizadas na elaboração destas informações financeiras pro forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Essa demonstração financeira proforma deve se lida em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias.

## 2. AJUSTES PRO FORMA

### a) Eliminações

Significa o impacto nas demonstrações do resultado para o período de 1º de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020 da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. eliminados nessas informações financeiras pro forma que estão presentes nas demonstrações financeiras consolidadas após a data de aquisição.

### b) Amortização dos ativos identificáveis adquiridos na data de aquisição

Representa o aumento líquido relacionado à amortização dos ativos intangíveis. O aumento líquido da despesa de amortização é resultado da amortização do valor justo atribuído aos ativos identificáveis considerando sua vida útil, conforme descrito abaixo::

	Natureza	Método de avaliação	Valor justo estimado	Vida útil estimada	Amortização estimada pro forma aplicando o método linear	Alocação da despesa de amortização ao resultado pro forma
			(em milhares reais)		(em milhares reais)	
Marcas	Representa o valor justo da marca "Expressa"	<i>Relief from royalty method</i>	2.404	4,6 years	218	Despesas com vendas
Acordos de não competição	Representa o valor justo da marca "power brands"	<i>With and Without method</i>	5.485	5 years	457	Despesas com vendas
Carteira de clientes	Representa o valor justo de todos os clientes	<i>Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM</i>	74.318	13,6 years	2.277	Despesas com vendas
<b>Total</b>			<b>82.207</b>		<b>2.952</b>	

A amortização dos ativos identificados adquiridos na data de aquisição, cujo valor compreende a marca, o acordo de não competição e a carteira de clientes, e registrado pela Companhia com o valor justo mensurado. A amortização é calculada aplicando o método linear baseado na vida útil estimado destes ativos.

Na sequência encontram-se as considerações materiais para determinar os ajustes para o valor justo estimado dos ativos intangíveis.

### Intangível – Marca

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca. Como a propriedade da Marca existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (*royalties*), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos são evitados. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de *royalties* (*Royalties rate*) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA (*Weighted Average Return on Assets*) formado pelo WACC (*Weighted Average Capital Cost*) adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

Valor justo da marca 2,404

Principais considerações:

*Royalties rate* 0.1%  
 WARA 12.56%  
 Vida útil 4.6 anos

## CM HOSPITALAR S.A.

Informações Financeiras Pro Forma

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

### Intangível – Acordo de não competição

O método utilizado para a avaliação do acordo de não competição foi o *With and Without*. Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas à competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil, considerando o prazo contratual de não competição estabelecido em cada operação.

Valor justo de acordo de não competição	5,485
Principais considerações	
Porcentagem receita expostas à competição	29%
Probabilidade de competição	30%
WARA	12.56%
Vida útil	5 anos

### Intangível – Carteira de clientes

Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (*churn rate*), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil estimada.

Valor justo de carteira de clientes	74,318
Principais considerações:	
Taxa de retenção	17.97%
Rentabilidade média atribuída	5.8%
Representatividade média dos ativos contributivos	1.5%
WARA	12.56%
Vida útil econômica	13.6 years

### c) Despesas atribuíveis à transação

Representa o aumento nas despesas financeiras que foram resultado da atualização dos juros sobre a contraprestação transferido não paga..

O preço de aquisição foi de R\$ 335.845 pago da seguinte forma: (i) R \$ 201.856 pago na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 4.429 a pagar após a conclusão da due diligence; (iii) R\$ 120.000 como parcela fixa retida a ser paga em seis anos com base nas cláusulas do contrato de compra e venda; e (iv) R\$ 9.560 como obrigações contratuais assumidas a respeito de contas a receber de clientes, que serão reembolsadas aos vendedores.

O cálculo abaixo representa os juros sobre o saldo devedor a ser pago nos próximos seis anos de acordo com os contratos de compra e venda.

	Em reais mil
Consideração transferida (incluindo consideração contingente)	335.845
Valor pago em caixa	(206.285)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>129.560</b>

## CM HOSPITALAR S.A.

Informações Financeiras Pro Forma

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

---

Juros proforma considerados no período

1.869

Em 2020, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras históricas, como despesa financeira, o montante de R\$ 1.375 referente aos juros sobre o saldo a pagar pela aquisição do negócio, o cálculo acima representa o impacto dos juros financeiros de 1º de janeiro a 31 de maio de 2020, que foram incluídos no resultado proforma devido à sua natureza recorrente no valor de R\$ 1.869. Os juros foram calculados com base no índice CDI.

### **d) Imposto de Renda Diferido**

O imposto de renda diferido sobre os ajustes pro forma foi calculado utilizando-se a alíquota nominal do imposto de renda (34%). O valor de R\$1.457 representa o impacto fiscal positivo resultado dos ajustes nas informações financeiras pro forma.

### **e) Custos de transação**

A demonstração histórica consolidada dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 da Companhia inclui custos de transação relacionados a despesas de assessoria, jurídico, avaliação e outras taxas profissionais atribuíveis à Transação, que foram revertidas devido à sua natureza não recorrente no valor de R\$ 534.

### **f) Partes relacionadas**

Não há transações entre a Companhia e a Expressa a serem eliminadas nas informações financeiras pro forma não auditadas.

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA. REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Expressa  
Distribuidora de  
Medicamentos  
Ltda.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos diretores da  
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.**

*Distrito Federal – DF*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 2 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

## Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	96.949	20.450	Fornecedores - laboratórios		238.249	247.125
Contas a receber de clientes	5	271.890	286.669	Empréstimos e financiamentos	10	120.654	151.983
Estoques	6	200.727	179.019	Salários e encargos sociais		2.082	3.986
Impostos a recuperar	7	26.076	21.696	Tributos a recolher	12	12.192	12.660
Outras contas a receber		27.002	56.021	Mútuo com partes relacionadas	11	120.000	-
				Passivos de arrendamento	3.f	392	544
				Outras contas a pagar		4.274	1.669
		622.644	563.855			497.843	417.967
<b>Não circulante</b>							
Contas a receber de clientes	5	8.288	10.509	<b>Não circulante</b>			
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	23	55.599	Tributos a recolher	12	9.104	10.381
Imposto de renda e contribuição social diferido		34.366	32.566	Empréstimos e financiamentos	10	51.951	87.039
Instrumentos financeiros derivativos	15	4.467	-	Passivos de arrendamento	3.f	2.602	3.710
Outras contas a receber		741	541	Provisão para contingências	13	38.076	34.149
Ativos de direito de uso	3.f	2.809	4.070			101.733	135.279
Imobilizado	8	2.494	3.841	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	9	3.712	4.110	Capital social	14	137.996	137.996
		56.900	111.236	Prejuízos acumulados		(58.028)	(16.151)
		679.544	675.091	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		679.544	675.091

Total do ativo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações de resultados

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	15	1.465.123	1.537.415
Custo dos produtos vendidos	16	<u>(1.354.438)</u>	<u>(1.434.358)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>110.685</u></b>	<b><u>103.057</u></b>
Despesas de vendas	16	(24.650)	(24.359)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	(1.773)	593
Despesas administrativas	16	(59.970)	(61.547)
Outras receitas		1.397	7.457
Outras despesas		<u>-</u>	<u>(1.815)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>25.689</u></b>	<b><u>23.386</u></b>
Receitas financeiras	17	49.133	3.127
Despesas financeiras	17	<u>(115.129)</u>	<u>(42.664)</u>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b><u>(65.996)</u></b>	<b><u>(39.537)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>(40.307)</u></b>	<b><u>(16.151)</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e de contribuição social correntes	18	162	-
Imposto de renda e de contribuição social diferidos	18	<u>(1.732)</u>	<u>-</u>
		<u>(1.570)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<b><u>(41.877)</u></b>	<b><u>(16.151)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Resultado do exercício</b>	(41.877)	(16.151)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultados abrangentes total</b>	<u>(41.877)</u>	<u>(16.151)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros subvenção de investimento</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>47.452</b>	<b>90.544</b>	-	<b>137.996</b>
Aumento de capital	90.544	(90.544)	-	-
Resultado do exercício			(16.151)	(16.151)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>137.996</b>	-	<b>(16.151)</b>	<b>121.845</b>
Resultado do exercício	-	-	(41.877)	(41.877)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>137.996</b>	-	<b>(58.028)</b>	<b>79.968</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		(41.877)	(16.151)
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	8 e 9	2.272	4.082
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	1.797	(593)
Provisão para perdas nos estoques	6	384	201
Imposto de renda e contribuição social diferido		(1.732)	-
Resultado instrumentos financeiros derivativos	17	(24.411)	-
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	8 e 9	245	12.964
Provisão para contingências		3.929	15.871
Variação cambial e juros provisionados	10	21.222	23.722
		<u>(38.171)</u>	<u>40.096</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes		15.203	(29.591)
Estoques		(22.092)	(17.313)
Impostos a recuperar		(4.380)	(5.193)
Fornecedores		(8.876)	(8.083)
Recebíveis de partes relacionadas		55.576	(12.198)
Outras contas		27.707	(31.592)
		<u>63.138</u>	<u>(103.970)</u>
Juros pagos sobre empréstimos	10	<u>(12.549)</u>	<u>(14.355)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<u>12.418</u>	<u>(78.229)</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8 e 9	<u>(773)</u>	<u>(1.732)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<u>(773)</u>	<u>(1.732)</u>



<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Captação de mútuo com partes relacionadas	11	120.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	10	155.000	217.031
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos com ganho	17.e	19.944	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	(230.090)	(152.041)
		<u>64.854</u>	<u>64.990</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>			
		<u>76.499</u>	<u>(14.971)</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		20.450	35.421
No final do exercício		<u>96.949</u>	<u>20.450</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>76.499</u>	<u>(14.971)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## 1 Contexto operacional

A Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa” ou “Empresa”) é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada com sede no Distrito Federal, e tem como objeto social a comercialização, distribuição, armazenamento e a representação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de perfumaria e higiene, equipamentos e materiais para uso médico e outros produtos para saúde em geral.

Em 27 de dezembro de 2019, a controladora da Empresa assinou um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. para a CM Hospitalar S.A. A concretização da venda foi realizada no dia 25 de maio de 2020 após aprovação pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A partir de 01 de junho de 2020 a Expressa passou a estar sobre o controle da CM Hospitalar S.A.

### Corona Vírus (COVID-19)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Como a operação da Empresa está incluída como atividade essencial em todo o território nacional, a Empresa não apresentou mudanças ou impactos significativos nas suas operações em função da pandemia.

A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas suas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os potenciais impactos do surto, incluindo medidas para proteção dos seus colaboradores.

## 2 Base de preparação

### a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparada com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- **Nota Explicativa nº 5** - Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

A provisão foi estabelecida com base nos saldos pendentes de certos clientes que, na opinião da administração, apresentam um maior risco de inadimplência, com base nas perdas de crédito esperadas e análise individual delas. A despesa incorrida com a provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada no resultado em sua totalidade. Quando não há expectativa de recuperação da provisão, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do crédito.

- **Nota Explicativa nº 13** - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para processos tributários, cíveis e trabalhistas. A chance de perda é avaliada de acordo com as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões judiciais recentes e sua relevância no arcabouço jurídico, além da opinião dos assessores jurídicos independentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**d. Mudanças nas principais políticas contábeis**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, estão descritas a seguir:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Revisão do CPC 06/IFRS16 - Revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Não houve impacto relevante às demonstrações financeiras da Empresa com a entrada em vigor de tais normas.

**e. Mudanças nas normas contábeis**

Uma série de alterações ou novos requerimentos de normas entrarão em vigor nos próximos exercícios. A Empresa não adotou nenhuma dessas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações alteradas que são aplicáveis à Empresa estão abaixo relacionadas:

CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingências: modificações na forma de registrar e classificar os custos com passivos onerosos;

CPC 27 (IAS 16) – Ativo imobilizado: tratamento de receitas originadas antes que um ativo esteja concluso;

CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das demonstrações financeiras: modificações em critérios para classificação de passivos como circulante e não circulante.

Na avaliação da Administração os novos requerimentos não trarão impactos às demonstrações financeiras da Empresa. Além dessas modificações, entrará em vigor determinadas melhorias introduzidas após o ciclo de revisão (2018 – 2020) de normas realizado pelo IASB/CPC. A Administração também não identificou nenhum requerimento que trará impactos relevantes às demonstrações financeiras, até o presente momento.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

**a. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos até a data das demonstrações financeiras.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas, na medida em que são consideradas como uma extensão da gestão de caixa da Empresa.

**c. Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados

necessários para a realização da venda.

**d. Imobilizado**

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 8.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

A Empresa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

**e. Ativos intangíveis**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

**(ii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 9.

**f. Arrendamentos**

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía 3 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais foram classificadas como arrendamento mercantil operacional.

Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 8,80% a.a

(i) **Ativos de direito de uso**

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 5 a 8 anos.

	<b>Right- of-use assets</b>
31/12/2019	4.070
	-
<b>Amortization</b>	544
	-
Remeasurement	717
31/12/2020	2.809

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(iii) **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

		<b>Lease liabilities</b>
<b>31/12/2019</b>		<b>4.254</b>
Payments	-	844
Interest appropriated		301
Remeasurement	-	717
<b>31/12/2020</b>		<b>2.993</b>
Current		392
Noncurrent		2602

**(v) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**g. Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

**h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Empresa espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

**i. Receita de vendas**

A Empresa está no ramo de fornecimento e distribuição de medicamentos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Empresa conclui, de modo geral, que é o principal agente em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

**(i) Venda de produtos**

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. A Empresa considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, a Empresa considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

**(ii) Contraprestação variável**

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Empresa estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

**j. Tributos sobre o lucro**

***Imposto de renda e contribuição social - corrente***

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição



social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### ***Imposto de renda e contribuição social - diferido***

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

### **k. Contas a receber**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. A menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, ou seja, é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *perda esperada*, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de perda do contas a receber aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

### **l. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo

provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**m. Subvenções governamentais**

A Companhia recebeu subvenções governamentais na forma de redução das alíquotas de ICMS. Esses incentivos são usuais no mercado de medicamentos e suprimentos médicos, e têm sido concedidos pelos estados em que a Companhia está presente. As subvenções governamentais são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na receita líquida de vendas.

A Companhia cumpriu com todos os requisitos para a elegibilidade a essas subvenções governamentais, que incluem o cumprimento de todas as obrigações fiscais, manutenção de postos de trabalho acordados, manutenção de níveis mínimos de receita e manutenção de infraestrutura logística com espaço de armazenamento adequado para o poder concedente.

**n. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Empresa realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para

o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) ***Redução ao valor recuperável (impairment)***

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **(vi) Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Empresa são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

#### **o. Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento**

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Distrito Federal é registrada a crédito na conta “Impostos sobre vendas”. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à conta “Reserva de lucro - subvenção para investimentos” no patrimônio líquido até o limite do lucro apurado no exercício. Conforme descrito na Nota 13, a Empresa reconhece os incentivos referentes às subvenções do Distrito Federal, mensalmente na apuração do ICMS, uma vez que todas as condições foram atendidas para o reconhecimento do incentivo.

#### **p. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenham uma obrigação presente legal ou

construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e bancos	14.156	8.261
Aplicações financeiras	82.793	12.189
	<u>96.949</u>	<u>20.450</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e uma taxa média de remuneração de 3% a.a, equivalente a aproximadamente 99,7% do CDI em dezembro de 2020 (90% do CDI em dezembro de 2019).

#### 5 Contas a receber

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contas a receber	288.322	298.049
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(8.144)</u>	<u>(871)</u>
	<u>280.178</u>	<u>297.178</u>
Circulante	271.890	286.669
Não Circulante (a)	8.288	10.509

- (a) A Empresa possui valores a receber, registrados no ativo não circulante, referente a venda de medicamentos para órgãos públicos.

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
A vencer	265.635	273.198
Vencidos há 60 dias	4.141	12.884
Vencidos de 61 a 120 dias	521	587
Vencidos há mais de 120 dias	9.645	8.309
Vencidos há mais de 120 dias de órgãos públicos (b)	<u>8.380</u>	<u>8.547</u>
	<u>288.322</u>	<u>303.525</u>
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(8.144)</u>	<u>(6.347)</u>
	<u>280.178</u>	<u>297.178</u>

- (b) Referen-se à contas a receber de órgãos públicos, os quais encontram-se vencidos, mas não sujeitos a provisão para crédito de liquidação duvidosa porque a Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes.



## Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(6.347)	(6.940)
Adição	(1.797)	-
Reversão	-	593
	<u>(8.144)</u>	<u>(6.347)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(8.144)</u>	<u>(6.347)</u>

## 6 Estoques

	2020	2019
Produtos para revenda	<u>200.727</u>	<u>179.019</u>

A constituição e a baixa da provisão para perda dos estoques foram registradas no resultado do exercício, na rubrica "Custo de mercadoria vendida". A provisão para perda nos estoques contempla os estoques vencidos e/ou considerados inapropriados para a venda, reduzidos do valor de provisão os produtos que possuem direito a crédito conforme política de troca de cada laboratório e vigentes na época do vencimento ou avaria do produto.

## 7 Impostos a recuperar

	2020	2019
IRPJ e CSLL a compensar	15.388	13.466
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) a recuperar	1.400	2.567
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4.001	3.252
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	4.309	1.506
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar	897	716
Outros	81	189
	<u>26.076</u>	<u>21.696</u>

O saldo de IRPJ/CSLL a compensar refere-se aos valores recolhidos por estimativa e que serão recuperados com o IRPJ/CSLL gerados com lucros futuros e/ou compensados com outros tributos.

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos na compra de mercadorias para vendas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

## 8 Imobilizado

Custo	Veículos	Aeronave	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Outros ativos	Imobilizado total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	2.234	12.964	1.907	2.837	3.224	1.622	4.804	29.592
Aquisições	-	-	1	24	311	28	60	424
Baixas	-	(12.964)	-	-	-	-	-	(12.964)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	2.234	-	1.908	2.861	3.535	1.650	4.864	17.052
Aquisições	-	-	59	-	7	-	-	66
Baixas	-	-	(11)	(29)	(202)	(3)	-	(245)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	2.234	-	1.956	2.832	3.340	1.647	4.864	16.873
<b>Depreciação</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	(2.133)	(1.853)	(1.313)	(2.056)	(2.322)	(970)	(2.906)	(13.553)
Depreciações no exercício	(72)	-	(156)	(193)	(301)	(84)	(705)	(1.511)
Baixas	-	1.853	-	-	-	-	-	1.853
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	(2.205)	-	(1.469)	(2.249)	(2.623)	(1.054)	(3.611)	(13.211)
Depreciações no exercício	(25)	-	(137)	(196)	(263)	(102)	(445)	(1.168)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	(2.230)	-	(1.606)	(2.445)	(2.886)	(1.156)	(4.056)	(14.379)
Valor contábil em 31/12/2019	29	-	439	612	912	596	1.253	3.841
Valor contábil em 31/12/2020	4	-	350	387	454	491	808	2.494
<b>Taxa anual de depreciação</b>	20%	10%	10%	10%	20%	10%	20%	

Em 31 de dezembro de 2020, não havia bens do ativo imobilizado concedidos em garantia a terceiros. Os ativos são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o fechamento.

## 9 Intangível

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível total
<b>Custo</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	6.308	43	6.351
Aquisições	<u>1.308</u>	<u>-</u>	<u>1.308</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>7.616</u>	<u>43</u>	<u>7.659</u>
Aquisições	<u>707</u>	<u>-</u>	<u>707</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>8.323</u>	<u>43</u>	<u>8.366</u>
<b>Depreciação</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	(635)	-	(635)
Amortização	<u>(2.911)</u>	<u>(3)</u>	<u>(2.914)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>(3.546)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3.549)</u>
Amortização	<u>(1.101)</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.105)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>(4.647)</u>	<u>(7)</u>	<u>(4.654)</u>
Valor contábil em 31/12/2019	4.070	40	4.110
Valor contábil em 31/12/2020	3.676	36	3.712
<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	-

## 10 Empréstimos e financiamentos

	Encargos em 2020	2020	2019
<b>Moeda nacional:</b>			
Capital de giro	CDI + 1,57% a 1,9% a.a.	<u>151.438</u>	<u>40.500</u>
Total moeda nacional		<u>151.438</u>	<u>40.500</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Capital de giro	CDI + 1,01% a 3,04% a.a + Variação Cambial	<u>21.167</u>	<u>198.522</u>
Total moeda estrangeira		<u>21.167</u>	<u>198.522</u>
Total de empréstimos		<u>172.605</u>	<u>239.022</u>
Circulante		120.654	151.983
Não circulante		51.951	87.039

(a) **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	239.022	164.665
Captações	155.000	217.031
Pagamentos de principal	(230.090)	(152.041)
Juros e variação cambial pagos	(12.549)	(14.355)
Variação cambial	3.725	9.447
Encargos financeiros	17.497	14.275
	<u>172.605</u>	<u>239.022</u>

(b) Em 31 de dezembro de 2020 a parcela do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>2020</b>
2021	-
2022	18.835
2023 em diante	<u>33.116</u>
	<u>51.951</u>

(c) **Cláusulas financeiras restritivas (financial covenants)**

Os empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (financial covenants) relativo a nível de endividamento, total de endividamento e liquidez corrente. Para os empréstimos não existem garantias reais, somente aval dos acionistas.

## 11 Partes relacionadas

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. - CE	-	25.779
Patrimonial RB Ltda.	-	29.190
CM Hospitalar S.A	23	-
Outras	-	630
	<u>23</u>	<u>55.599</u>

Transações entre partes relacionadas divulgadas acima foram realizadas para suprir as necessidades de capital de giro, porém com a troca de controle da Empresa (veja nota explicativa 1) os valores foram todos liquidado em maio de 2020.

<b>Mútuos com partes relacionadas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Cremer S.A	40.000	-
CM Hospitalar S.A	80.000	-
	<u>120.000</u>	<u>-</u>

Os saldos mantidos com as empresas relacionadas referem-se a mútuos que possuem vencimentos em até 30 de junho de 2021 e não são remunerados. Os recursos obtidos foram

destinados para fazer frente às necessidades de caixa da Expressa. As transações com partes relacionadas não podem ser comparadas com aquelas realizados com terceiros não relacionados.

**a. Remuneração de pessoal - chave da administração**

Os diretores são pessoas chave que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa, em 31 de dezembro de 2020 foram pagos o montante de R\$ 2.104 e (R\$ 3.197 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, devido a troca de controles da Empresa, os contratos com os diretores foram rescindidos e foram pagos em junho de 2020 o montante de R\$ 4.261 referente aos custos de rescisões e R\$ 5.106 referente a participação nos resultados da Empresa.

A Empresa não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração.

**12 Tributos a recolher**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) parcelado (a)	9.509	10.420
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - DIFAL (b)	10.723	10.782
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recolher	9	413
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) parcelado (a)	725	922
Outros	330	504
	<u>21.296</u>	<u>23.041</u>
Circulante	12.192	12.660
Não circulante	9.104	10.381
	<u>21.296</u>	<u>23.041</u>

**a. A Empresa aderiu ao Programa de Parcelamento os quais apresentam a seguinte movimentação e estão assim resumidos:**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	11.342	11.961
Atualização monetária	115	588
Pagamentos efetuados	<u>(1.223)</u>	<u>(1.207)</u>
Saldo final	<u>10.234</u>	<u>11.342</u>

O saldo, substancialmente, será pago em 140 parcelas mensais e consecutivas, e está sendo atualizada pela taxa SELIC.

**b. ICMS DIFAL**

Em setembro de 2017, a Administração decidiu por ingressar com Medida Judicial em 25 estados da federação, pleiteando pagamento dos valores relativos ao Diferencial de Alíquota (DIFAL) das vendas interestaduais oriundas do seu Centro de Distribuição, localizado no Distrito Federal, via depósito judicial, uma vez que ainda não ocorreu o julgamento da ADIN 5439, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os assessores legais entendem como possível o êxito da ação relativo à declaração de

inconstitucionalidade da EC 87 - ADIN 5439.

Em 31 de dezembro de 2020, temos a seguinte composição:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS DIFAL (Passivo Não Circulante)	285.583	220.510
Deposito Judicial (Ativo Não circulante)	<u>274.860</u>	<u>209.728</u>
ICMS DIFAL a recolher (Passivo Circulante)	<u><b>10.723</b></u>	<u><b>10.782</b></u>

### **13 Provisão para contingências**

Empresa é parte envolvida em processos judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. Nas datas das demonstração financeira, a Empresa apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<i>Natureza dos processos</i>		
Tributários e outros (a)	36.157	34.049
Cíveis	109	-
Trabalhistas	<u>1.810</u>	<u>98</u>
	<u><b>38.076</b></u>	<u><b>34.147</b></u>

- (d) Anualmente a Administração efetua a provisão dos efeitos tributários relativos à medida judicial mencionada na Nota 12 b, os quais serão discutidos judicialmente em conjunto com esses mesmos processos.

#### **Contingências com perdas possíveis**

A Empresa está envolvida em outros processos tributários surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável. Em 31 de dezembro de 2020, as causas tributárias relativas ao IRPJ/CSLL e que possuem expectativa de perda possível e causas trabalhistas e cíveis que totalizam aproximadamente R\$ 67.582 (R\$ 20.695 em 2019).

#### **Outras contingências**

A Empresa é parte envolvida em outros processos tributários representativos, os quais possuem chance de perda remota. Especificamente, a Expressa foi envolvida em um processo tributário referente a diferença de base de cálculo nas importações, sendo considerada como parte solidária e não principal. Para esse processo em particular, a Empresa possui garantia do devedor principal.

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 137.996 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

### b. Reserva de lucro - Reserva de subvenção para investimento

Refere-se substancialmente à destinação do resultado do exercício do montante da subvenção governamental relacionada ao crédito presumido de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS/DF, cuja destinação é limitada ao resultado do exercício de acordo com a Lei 11.941/09.

## 15 Receita líquida

	2020	2019
Revenda de medicamentos	1.734.834	1.823.307
Deduções		
(-) Impostos (a)	(242.200)	(249.860)
(-) Abatimentos / devoluções	(27.511)	(36.032)
Total impostos e devoluções	<u>(269.711)</u>	<u>(285.892)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>1.465.123</u></b>	<b><u>1.537.415</u></b>

## 16 Despesas por natureza

	2020	2019
Compra de mercadoria para revenda	(1.354.438)	(1.434.358)
Salários e encargos	(40.024)	(24.218)
Serviços de terceiros	(12.778)	(18.069)
Frete	(19.833)	(19.160)
Comissão de vendas	(4.332)	(4.509)
Despesa com depreciação e amortização	(2.243)	(4.082)
Aluguel	(2.005)	(3.065)
Viagens e eventos	(579)	(1.968)
Impostos, contribuições e taxas	(368)	(1.167)
Outras despesas e receitas	<u>(2.458)</u>	<u>(9.668)</u>
	<u>(1.439.058)</u>	<u>(1.520.264)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(1.354.438)	(1.434.358)
Despesas com vendas	(24.650)	(24.359)
Despesas administrativas	<u>(59.970)</u>	<u>(61.547)</u>
	<b><u>(1.439.058)</u></b>	<b><u>(1.520.264)</u></b>

## 17 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2020	2019
Receitas financeiras		
Ganho em operações com derivativos (nota explicativa 19.e)	36.678	-
Variações monetárias e cambiais ativas	9.753	203
Rendimentos sobre aplicações financeiras	675	103
Juros	1.517	2.706
Descontos obtidos	510	115
	<u>49.133</u>	<u>3.127</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais passivas	(73.892)	(9.448)
Perdas em operações com derivativos (nota explicativa 19.e)	(12.267)	-
Juros sobre empréstimos e parcelamento	(17.362)	(24.369)
Despesas bancárias	(2.958)	(1.377)
Descontos concedidos	(6.967)	(4.982)
Outros	(1.683)	(2.488)
	<u>(115.129)</u>	<u>(42.664)</u>
	<u>(65.996)</u>	<u>(39.537)</u>

## 18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

### Conciliação da alíquota efetiva

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(40.307)	(16.151)
Alíquota Nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL - despesa nominal	13.704	5.491
Impostos diferidos não reconhecidos para provisão para contingências tributárias	(1.336)	(5.474)
Efeito sobre subvenção para investimento (a)	12.798	12.275
Impostos diferidos não reconhecidos para prejuízos fiscais (b)	<u>(26.736)</u>	<u>(12.292)</u>
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.570)</u>	<u>-</u>
	<u>3,9%</u>	<u>0%</u>

- (a) Trata-se da exclusão sobre o efeito do benefício fiscal conforme divulgado na nota 14.
- (b) A Companhia reconhece os ativos fiscais diferidos até o limite do lucro tributável futuro projetado. Dessa forma, a Companhia deixou de reconhecer a prejuízos fiscais a compensar.

## 19 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, e instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.



Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

**a. Instrumentos financeiros – valor justo**

O Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro são:

	<u>Controladora</u>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativo</b>		
<b>VJR</b>		
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	<u>4.467</u>	<u>-</u>
	<u>4.467</u>	<u>-</u>
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	96.949	20.450
Contas a receber de clientes	280.178	297.178
Outras contas a receber	27.002	56.021
Partes relacionadas	<u>23</u>	<u>55.599</u>
	<u>404.152</u>	<u>429.248</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Fornecedores	(238.249)	(247.125)
Empréstimos	(172.605)	(239.022)
Mútuo com partes relacionadas	<u>(120.000)</u>	<u>-</u>
	<u>(530.854)</u>	<u>(486.147)</u>

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Empresa são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Administração da Empresa tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para

monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**b.1 Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Empresa. A Empresa monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

*Contas a receber*

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 5.

*Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras*

A Empresa detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$96.949 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 20.450 em dezembro de 2019).

A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito, pois estão aplicadas em instituições financeiras com baixo risco de liquidez

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Empresa monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

**d. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

***Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio***

Esse risco advém da possibilidade da Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

A exposição contábil da Empresa e sua controlada estavam assim representadas:

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Passivo</b>		
Empréstimos	<u>(5.001)</u>	<u>(21.167)</u>
Exposição líquida	<u>(5.001)</u>	<u>(21.167)</u>

**e. Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Empresa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratações de dívidas em mercado externo.

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor de R\$21.167 (USD 5.001), que apresentaram a marcação ao valor justo de R\$ 4.467 em 31 de dezembro de 2020. Durante o exercício de 2020 a Empresa apresentou um ganho no resultado do exercício de R\$ 24.411, reconhecidos na rubrica contábil de receitas e despesas financeiras (nota explicativa 17) e realizou a liquidação de contratos que resultaram em um ganho de R\$ 19.944 para a Empresa.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

---

### 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

### 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

### 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	18
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	19
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	22
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	23
3.7 - Nível de Endividamento	24
3.8 - Obrigações	25
3.9 - Outras Informações Relevantes	26

### 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	27
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	74
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	77
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	123
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	125
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	126
4.7 - Outras Contingências Relevantes	128

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	129
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	130
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	141
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	144
5.4 - Programa de Integridade	150
5.5 - Alterações significativas	156
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	157
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	158
6.3 - Breve Histórico	159
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	161
6.6 - Outras Informações Relevantes	162
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	163
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	180
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	181
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	183
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	215
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	216
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	240
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	242
7.8 - Políticas Socioambientais	243
7.9 - Outras Informações Relevantes	249
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	250
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	251



## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	252
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	253
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	254
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	256
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	258
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	305
9.2 - Outras Informações Relevantes	311
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	312
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	348
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	353
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	354
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	359
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	367
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	368
10.8 - Plano de Negócios	369
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	372
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	382
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	383
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	384
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	399
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	408
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	413

## Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	414
12.7/8 - Composição Dos Comitês	420
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	422
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	423
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	424
12.12 - Outras informações relevantes	425
<b>13. Remuneração Dos Administradores</b>	
13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	427
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	439
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	443
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	445
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	458
13.6 - Opções em Aberto	460
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	461
13.8 - Precificação Das Ações/opções	462
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	464
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	465
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	466
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	468
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	469
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	470
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	471
13.16 - Outras Informações Relevantes	472
<b>14. Recursos Humanos</b>	
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	477

## Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	479
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	480
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	482
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	484
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	486
15.3 - Distribuição de Capital	500
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	501
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	502
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	509
15.7 - Principais Operações Societárias	510
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	516
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	517
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	520
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	524
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	526
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	527
17.2 - Aumentos do Capital Social	528
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	529
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	530
17.5 - Outras Informações Relevantes	531
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	532

## Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	533
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	537
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	538
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	539
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	541
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	542
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	543
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	544
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	545
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	546
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	547
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	548
<b>19. Planos de Recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	549
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	550
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	551
<b>20. Política de Negociação</b>	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	552
20.2 - Outras Informações Relevantes	554
<b>21. Política de Divulgação</b>	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	555
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	556
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	560
21.4 - Outras Informações Relevantes	561

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Leonardo Almeida Byrro**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

## **1.1 – Declaração do Diretor Presidente**

Não aplicável, tendo em vista que a declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores já se encontra descrita no item 1.3 abaixo.

## **1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores**

Não aplicável, tendo em vista que a declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores já se encontra descrita no item 1.3 abaixo.

### 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Eu, Leonardo Almeida Byrro, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 20.477.845 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 269.275.368-25, com endereço comercial na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na qualidade de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da **CM Hospitalar S.A.**, sociedade anônima, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.420.164/0001-57 ("CM Hospitalar" ou "Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Ribeirão Preto, 03 de fevereiro de 2020.



---

**Leonardo Almeida Byrro**  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores



**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/S		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Data início	07/11/2019		
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício de 2020:</li> <li>(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;</li> <li>(ii) Auditoria das demonstrações financeiras da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e</li> <li>• Asseguração do relatório proforma da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.</li> <li>• Exercício de 2019:</li> <li>(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</li> <li>• Revisão de tributos – ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.</li> </ul>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 985 mil, referentes a serviços de auditoria.</p> <p>Auditoria 31/12/2020 – R\$ 613.000 mil;  Auditoria Expressa 31/05/2020 – R\$ 144.000 mil  Asseguração Expressa 31/05/2020 – R\$ 45.000 mil  Revisão TAX - ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins – R\$ 183.000 mil</p> <p>Não aplicável, pois não houve substituição do auditor.</p>		
Justificativa da substituição	Não aplicável, pois não houve substituição do auditor.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, pois não houve substituição do auditor.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Felipe Brutti da Silva	31/12/2020	015.437.550-03	Rua São Paulo, 31, sl. 109, Bucarein, Joinville, SC, Brasil, CEP 89202-200, Telefone (47) 32057800, e-mail: fbsilva@kpmg.com.br

**Possui auditor?** SIM

**Código CVM** 287-9

**Tipo auditor** Nacional

**Nome/Razão social** PWC AUDITORES INDEPENDENTES

**CPF/CNPJ** 61.562.112/0001-20

**Data início** 19/11/2020

**Descrição do serviço contratado** Exercício de 2018:  
(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

**Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 1.243 mil, referentes a serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período.

**Justificativa da substituição** Troca de auditor ocorreu para unificar a empresa de auditoria para todo as sociedades da Viveo.

**Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor** Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Felipe Brutti da Silva	31/12/2018	015.437.550-03	Av. Antônio Diederichsen 400, 21º andar, Av. Antônio Diederic, Ribeirão Preto, SP, Brasil, CEP 14020-250, Telefone (016) 35166600, e-mail: rodrigo.camargo@pwc.com

## 2.3 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente ("Política de Contratação de Auditoria"), aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2020, que tem por objetivo estabelecer diretrizes e condições para contratação de serviços de auditoria independente.

Segundo a Política de Contratação de Auditoria, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, contando com o suporte da diretoria de suprimentos para obter e comparar orçamentos e negociar valores após aprovação. É função do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e de Recursos Humanos ("Comitê de Auditoria") monitorar, com frequência mínima anual, a qualidade, a efetividade e a independência dos auditores independentes recomendando a contratação ou a substituição do auditor independente, conforme necessário.

Somente poderão ser contratados pela Companhia empresas de auditoria com renome, qualificação e experiência inquestionáveis, devidamente constituídas e registradas e que atendam a todas as exigências legais aplicáveis aos auditores independentes.

As empresas de auditoria externa deverão ser contratadas pelo período de 1 (um) ano e eventual renovação ou prorrogação do contrato deverá ser precedida de cautelas para garantir a independência do serviço prestado. Independentemente de avaliação prévia, nenhum auditor independente poderá ser contratado por período superior a 5 (cinco) anos, bem como não serão contratados auditores que tenham prestado serviços de auditoria interna para a Companhia, suas controladas e coligadas, há menos de 3 (três) anos.

Os auditores independentes deverão fornecer, anualmente, declaração formal confirmando sua independência durante a execução dos trabalhos. Além disso, é vedada a prestação, pelos auditores independentes, de quaisquer serviços de consultoria durante o período de prestação de serviços de auditoria, salvo se (i) os serviços não afetarem a independência e objetividade da auditoria; e (ii) a contratação concomitante seja aprovada previamente, em conjunto, pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.201.028,00	381.853,00	354.596,00
Ativo Total	4.595.219,00	2.090.943,00	2.154.931,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.413.421,00	3.003.198,00	2.641.158,00
Resultado Bruto	638.471,00	469.447,00	399.001,00
Resultado Líquido	121.766,00	35.747,00	35.057,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	248.079.360	156.482.555	156.482.555
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	4,841306	2,440227	2,266042
Resultado Básico por Ação	0,543625	0,228441	0,224032
Resultado Diluído por Ação	0,54	0,23	0,22

### 3.2 - Medições Não Contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem adicional entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

#### a) Informar o valor das medições não contábeis.

#### **EBITDA E MARGEM EBITDA**

O EBITDA (*Earning before interest, taxes, depreciation and amortization*) ou LAJIDA (*Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades. Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os períodos indicados:

### 3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	279.286	116.923	138.470
MARGEM EBITDA	6,3%	3,9%	5,2%

#### **EBITDA AJUSTADO, MARGEM EBITDA AJUSTADO, DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA e DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA**

Para compreensão adicional da situação financeira, a Companhia utiliza o EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução CVM 527, que consiste no EBITDA e os ajustes relacionados a despesas com M&A, direito de reembolso / provisão de contingência, exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, Reestruturação (M&A desligamentos), *escrow account*, doações 2020, COVID, despesas acionistas, despesas bancárias, juros pagos / recebidos de clientes, baixa de imobilizado e frete Health Log, conforme descrito abaixo.

- Despesas com M&A: despesas relativas à contratação de consultorias, assessorias e outros gastos relativos a execução e integração das empresas adquiridas.
- Direito de Reembolso / Provisão de Contingência: ajuste do valor líquido no resultado da reversão do direito de reembolso financeiro dado pela Companhia em favor da Cromossomo Participações IV S.A. e não exercido tendo em vista a não materialização das contingências previstas em acordo de compra e venda de ações.
- Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: ajuste dos valores líquidos do direito de recuperação desses ativos e dos valores a pagar referente a esses ativos tendo em vista trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia que exclui de forma retroativa o ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, reduzindo, portanto, a base de cálculo para pagamento desses impostos e fazendo a Companhia jus à recuperação de PIS e COFINS pagos a maior no passado.
- Reestruturação (M&A desligamentos): ajuste de despesas referentes a sinergia após as aquisições com rescisão de funcionários, encerramento de contratos de prestação de serviços, encerramento de contratos de aluguel, etc.
- Escrow account: ajuste do resultado líquido dos valores referentes a despesas da Companhia que serão reembolsadas pelos vendedores das empresas adquiridas.
- Doações 2020 COVID: doações realizadas no contexto da pandemia da COVID 19.
- Despesas acionistas: despesas referentes aos acionistas anteriores incorridas pela Companhia. Não há mais nenhuma despesa dessa natureza atualmente.
- Despesas bancárias: adição das despesas bancárias que estavam contabilizadas no resultado financeiro, e que estão sendo consideradas pela Companhia como operacionais no EBITDA Ajustado.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

- Juros pagos / recebidos de clientes: ajuste dos juros pagos a fornecedores e juros recebidos de clientes que estavam contabilizadas no resultado financeiro, e que estão sendo considerados pela Companhia como operacionais no EBITDA Ajustado.
- Stock options: referente ao valor pago de stock options da venda da Cremer para a Companhia.
- Baixa de imobilizado: baixa de imobilizado e mais valia com impacto em resultado.
- Frete Health Log: despesas de frete da Health Log no ano de 2018 relacionadas a serviços contratados em 2017.

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é calculado dividindo a Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado.

A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida divulgados pela Companhia pode não ser comparável aos indicadores preparados por outras sociedades. Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA AJUSTADO	327.556	230.561	182.740
MARGEM EBITDA AJUSTADO	7,4%	7,7%	6,9%
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado</b>	0,34	1,80	2,71

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de (i) empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, (ii) debêntures circulante e não circulante. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo

### 3.2 - Medições Não Contábeis

não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Seguem abaixo os saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Dívida Bruta</b>	1.145.833	694.496	802.145
<b>Dívida Líquida</b>	110.999	415.767	494.898

#### ROIC

ROIC é o lucro operacional (EBIT) depois do imposto de renda e contribuição social dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o Capital Investido Total calculado pela soma de Capital de Giro e Ativo Fixo ("Capital Investido Total"). A título exemplificativo, Capital de Giro = Contas a Receber + Estoques + Tributos a Recuperar – Fornecedores – Salários e Obrigações Sociais a Pagar – Tributos a Recolher – Adiantamentos de Clientes, sendo as contas de Capital de Giro todas correntes e de curto prazo.

A alíquota padrão para cálculo do imposto de renda e contribuição social é de 34% sobre o lucro operacional.

No ano de 2020, o ROIC da Companhia consolidado *pro rata* à data de aquisição das participações societárias adquiridas pela Companhia nesse período foi de 19,6% e em 2019 o ROIC foi de 25,23%.

#### LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA

Para compreensão adicional da sua situação financeira, além do EBITDA Ajustado, a Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado serve como uma métrica para entender qual seria o lucro líquido da Companhia, caso não ocorresse algumas despesas não recorrentes e outros itens.

O Lucro Líquido Ajustado é o valor do lucro líquido descontando:

- Despesas não recorrentes conforme Ajustes do EBITDA;
- Amortização dos Ágios dos M&As realizados;
- Variação cambial das dívidas da Expressa, empresa adquirida em 2020, cujas dívidas com exposição cambial foram liquidadas no primeiro mês após aquisição;
- Receita financeira de processo envolvendo o ICMS na base do PIS e COFINS da Cremer, que foi transitado em julgado com ganho da Companhia
- Diferença entre alíquota efetiva de IR e CSLL e alíquota padrão de 34% aplicada sobre o EBT ajustado, se houver despesas de IR e CSLL no ano



### 3.2 - Medições Não Contábeis

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Margem Líquida Ajustada é calculada pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.

#### b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### EBITDA E MARGEM EBITDA

(R\$ mil) <sup>(1)</sup>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Variação 31/12/2020 x 31/12/2019	Variação 31/12/2019 x 31/12/2018
Lucro Líquido	121.766	35.747	35.057	240,6%	2,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	67.819	-53.104	17.764	-227,7%	-398,9%
Resultado Financeiro Líquido	7.436	79.259	56.229	-90,6%	41,0%
Depreciação e amortização <sup>(2)</sup>	82.265	55.021	29.420	49,5%	87,0%
<b>EBITDA</b>	<b>279.286</b>	<b>116.923</b>	<b>138.470</b>	<b>138,9%</b>	<b>-15,6%</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>2.641.158</b>	<b>47,0%</b>	<b>13,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>6,3%</b>	<b>3,9%</b>	<b>5,2%</b>	<b>62,5%</b>	<b>-25,7%</b>
<b>Ajustes EBITDA</b>	<b>48.270</b>	<b>113.637</b>	<b>44.270</b>	<b>-57,5%</b>	<b>156,3%</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>327.556</b>	<b>230.561</b>	<b>182.740</b>	<b>42,2%</b>	<b>26,1%</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>2.641.158</b>	<b>47,0%</b>	<b>13,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%) Ajustado</b>	<b>7,4%</b>	<b>7,7%</b>	<b>6,9%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>10,9%</b>

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados representam os saldos da Companhia consolidados, com base nas demonstrações financeiras de cada um dos exercícios apresentados, sendo que os montantes referentes às empresas adquiridas são consolidados na Companhia somente a partir da data de suas respectivas aquisições.

<sup>(2)</sup> Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com alugueis.

Os ajustes de EBITDA considerados no quadro anterior são detalhados conforme tabela a seguir:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com M&A	16.404	13.302	8.134
Direito de Reembolso / Provisão de Contingências	14.491	59.070	13.253
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	6.977	-	-
Reestruturação (M&As Desligamentos)	6.657	3.678	2.700
Escrow Account	6.082	3.134	4.486

### 3.2 - Medições Não Contábeis

Doações 2020 Covid	990	-	-
Despesas Acionistas	246	839	836
Despesas Bancárias	(1.078)	(74)	448
Juros pagos/recebidos de clientes	(2.852)	-	-
Stock Options	-	-	5.251
Baixa de Imobilizado	354	33.688	8.119
Frete Health Log	-	-	1.043
<b>TOTAL</b>	<b>48.271</b>	<b>113.637</b>	<b>44.270</b>

**Dívida Líquida / EBITDA Ajustado é calculado da seguinte forma:**

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA AJUSTADO	327.556	230.561	182.740
Dívida Líquida	110.999	415.767	494.898
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado</b>	<b>0,34</b>	<b>1,80</b>	<b>2,71</b>

**Conciliação da Dívida Bruta e da Dívida Líquida:**

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamento Circulante	599.285	84.055	105.647
Debentures Circulante	135.175	140.534	105.917
Empréstimos e Financiamento Não Circulante	164.362	159.774	155.954
Debentures Não Circulante	247.011	310.133	434.627
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.145.833</b>	<b>694.496</b>	<b>802.145</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(937.334)	(273.685)	(291.818)
Aplicações Financeiras Circulante	(97.500)	(5.044)	(10.304)
Aplicações Financeiras Não Circulante	-	-	(5.125)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>110.999</b>	<b>415.767</b>	<b>494.898</b>

### ROIC

(Em milhares de reais)	ROIC 2020 Consolidado (EBIT Ajust. - IR e CSLL)/(Ativo Circulante + Ativo Imobilizado - Passivo Circulante)	ROIC 2019 Consolidado (EBIT Ajust. - IR e CSLL)/(Ativo Circulante + Ativo Imobilizado - Passivo Circulante)
<b>ROIC</b>	<b>19,60%</b>	<b>25,23%</b>
<b>EBIT</b>	<b>197.021</b>	<b>61.902</b>
Ajustes de EBIT	48.270	113.637
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>245.291</b>	<b>175.539</b>
<b>IR e CSLL (34% sobre EBIT)</b>	<b>83.399</b>	<b>59.683</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.774.854</b>	<b>936.335</b>
Contas a Receber	978.549	515.383
Estoques	715.925	378.900
Tributos a Recuperar	80.380	42.052
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>223.035</b>	<b>131.584</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.173.391</b>	<b>608.684</b>
Fornecedores	1.020.645	487.842
Salários e Obrigações Sociais a Pagar	77.494	72.054
Tributos a Recolher	60.327	48.059
Adiantamentos de Clientes	14.925	729

A Companhia apresenta apenas o ROIC de 2020 e 2019, pois somente a partir de 2019 passou a utilizar tal metodologia.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### AJUSTES DE EBIT

A tabela abaixo refere-se a ajustes de EBIT indicado na tabela do ROIC acima, que são os mesmos ajustes do EBITDA indicados nesse capítulo:

(Em milhares de reais)	31/12/2020 Consolidado	31/12/2019 Consolidado
Despesas com M&A	16.404	13.302
Direito de Reembolso / Provisão de Contingências	14.491	59.070
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	6.977	-
Reestruturação (M&As Desligamentos)	6.657	3.678
Escrow Account	6.082	3.134
Doações 2020 Covid	990	-
Despesas com Acionistas	246	839
Despesas Bancárias	(1.078)	(74)
Juros pagos/recebidos de clientes	(2.852)	-
Stock Options	-	-
Baixa de Imobilizado	354	33.688
Frete Health Log	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>48.271</b>	<b>113.637</b>

#### LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA

(R\$ mil) <sup>(1)</sup>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Variação 31/12/2020 x 31/12/2019	Variação 31/12/2019 x 31/12/2018
Lucro Líquido	121.766	35.747	35.057	240,6%	2,0%
Ajustes do EBITDA Líquidos (Ajustes do EBITDA * (1-34%))	31.859	75.000	29.218	-57,5%	156,7%
Amortização do Ágio M&As <sup>2</sup>	10.391	4.302	314	141,6%	1270,7%
VC Dívidas Expressa <sup>2</sup>	3.800	0	0		
Receita Financeira (ICMS base PIS e COFINS Cremer) <sup>2</sup>	-39.360	0	0		
Diferença de alíquota 34%	3.360	0	793		-100,0%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>131.815</b>	<b>115.049</b>	<b>65.382</b>	<b>14,6%</b>	<b>76,0%</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>2.641.158</b>	<b>47,0%</b>	<b>13,7%</b>
<b>Margem Líquida Ajustada</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,8%</b>	<b>2,5%</b>	<b>-22,0%</b>	<b>54,8%</b>

(1) Os valores apresentados representam os saldos da Companhia consolidados, com base nas demonstrações financeiras de cada um dos exercícios apresentados, sendo que os montantes referentes às empresas adquiridas são consolidados na Companhia somente a partir da data de suas respectivas aquisições.

(2) Esses itens também são valores líquidos da alíquota de 34% (alíquota padrão de IR e CSLL)

Os ajustes de EBITDA considerados no quadro anterior são detalhados conforme tabela a seguir:

### 3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com M&A	16.404	13.302	8.134
Direito de Reembolso / Provisão de Contingências	14.491	59.070	13.253
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	6.977	-	-
Reestruturação (M&As Desligamentos)	6.657	3.678	2.700
Escrow Account	6.082	3.134	4.486
Doações 2020 Covid	990	-	-
Despesas Acionistas	246	839	836
Despesas Bancárias	(1.078)	(74)	448
Juros pagos/recebidos de clientes	(2.852)	-	-
Stock Options	-	-	5.251
Baixa de Imobilizado	354	33.688	8.119
Frete Health Log	-	-	1.043
<b>TOTAL</b>	<b>48.271</b>	<b>113.637</b>	<b>44.270</b>

**c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

A Companhia utiliza tais medições por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas no mercado brasileiro e por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

A utilização do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado, assim como a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustada e Margem Líquida Ajustada, é importante para mensurar a rentabilidade e a saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, uma vez que possibilita analisar seus resultados sem interferência de eventos não recorrentes ou então não condizentes com o curso natural dos negócios. Essa métrica é ainda mais importante em um momento como o que a Companhia está passando, com uma intensa atividade de aquisições que resultam na contratação de serviços de terceiros não recorrentes e despesas relevantes que ocorrem de forma única.

A utilização da métrica de Dívida Bruta ocorre pela necessidade de mensuração da exposição total dos valores a pagar para entidades financeiras como empréstimos, financiamentos e títulos de dívida.

A métrica de Dívida Líquida é utilizada para a mensuração da exposição líquida entre a Dívida Bruta e o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia, demonstrando a necessidade de geração de caixa para honrar seus empréstimos, financiamentos e títulos de dívida com instituições financeiras.

### **3.2 - Medições Não Contábeis**

O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é utilizado para mensurar quanto tempo a Companhia precisa para quitar quaisquer empréstimos, financiamentos e debêntures com sua geração de caixa operacional.

A Companhia utiliza o ROIC para monitorar a performance dos negócios e garantir que a alocação de capital que a Companhia faz é eficiente. Ele também é utilizado como ferramenta para corrigir eventuais excessos de capital de giro em produtos ou negócios específicos, ajustar preços de venda ou reavaliar prazos de venda a clientes ou de compra dos fornecedores de forma a que operação permaneça entregando retornos saudáveis.

### **3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras**

Em janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Companhia, de um de seus acionistas, a Cromossomo Participações IV S.A., através da aprovação do Protocolo de incorporação e justificativa.

Devido a aprovação dessa incorporação, as 55.888.818 ações ordinárias sem valor nominal mantidas pela Cromossomo Participações IV S.A. foram destinadas ao seu único acionista, o Fundo de Investimento em Participações Multiestrégia Genoma I. Não houve alteração no capital social da Companhia.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Período	2020	2019	2018
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
<b>(a.i) Valores retidos</b>	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do nosso lucro líquido no valor de R\$ 121.766.166,43, realizamos as seguintes retenções: (a) R\$ 6.088.308,32 para reserva legal; e (b) R\$ 115.677.858,11 para a reserva de lucros.	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do lucro líquido de R\$ 35.747.834,80, foram realizadas as seguintes retenções: (i) R\$ 1.787.391,74 a Reserva Legal; (ii) R\$ 33.960.443,06 foram destinados à reserva de lucros.	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, do lucro líquido de R\$ 34.091 mil, foram realizadas as seguintes retenções: (i) R\$ 1.828 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R\$ 32.263 mil foram destinados à reserva de lucros.
<b>(a.ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados</b>	Reserva Legal: 5% Reserva de Lucros: 95%	Reserva Legal: 5% Reserva de Lucros: 95%	Reserva Legal: 5,4% Reserva de Lucros: 94,6%
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício,	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Período	2020	2019	2018
	de lucros (excluída a reserva legal).	de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).	lucros (excluída a reserva legal).
	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do nosso lucro líquido no valor de R\$ 121.766.166,43, não foram pagos valores aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do nosso lucro líquido no valor de R\$ 35.747.834,80, não foram pagos valores aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, do nosso lucro líquido no valor de R\$ 34.090.538,31, não foram pagos valores aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.
	Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Anual	Anual	Anual
<b>(d) Restrições à distribuição de dividendos</b>	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.



### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<b>Período</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

### 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	115.677.858,11	33.960.443,06	32.161.668,23
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	10,138481	9,361456	9,886332
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	121.766.166,43	35.747.834,80	35.056.538,31
Data da aprovação da retenção	02/02/2021	29/04/2020	30/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas da Companhia nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2020</b>	3.394.191,00	Índice de Endividamento	2,82607150	

**3.8 - Obrigações**

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		10.047,00	14.748,00	4.755,00	0,00	29.550,00
Títulos de dívida	Quirografárias		81.540,00	19.850,00	0,00	0,00	101.390,00
Empréstimo	Quirografárias		157.373,00	91.794,00	3.013,00	0,00	252.180,00
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	Cessão fiduciária de Direitos Creditórios	62.203,00	107.902,00	119.651,00	0,00	289.756,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Outras garantias ou privilégios	423.297,00	0,00	49.660,00	0,00	472.957,00
Total			734.460,00	234.294,00	177.079,00	0,00	1.145.833,00

**Observação**

Observações: Sobre a categoria "Empréstimos" (A) em relação ao item "Outras garantias ou privilégios", inferior a um ano (a) R\$ 200.113 mil corresponde a Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; e (b) R\$ 223.184 corresponde a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (B) em relação ao item "Outras garantias ou privilégios", três a cinco anos, o valor corresponde a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Ainda, o item "Outras garantias ou privilégios" – Títulos de Dívida refere-se a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (preparada em IFRS). O montante total indicado acima corresponde à soma dos valores de: (i) empréstimos e financiamentos; (ii) debentures. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

### 3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures que preveem hipóteses de vencimento antecipado, as quais incluem, dentre outras, *cross-default* e *cross acceleration*, conforme padrão de mercado para esse tipo de operação. Para mais informações acerca do endividamento da Companhia, vide item 10.1, "f", deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia acredita que possam influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira, patrimonial, reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-la adversamente.

### a) Riscos relacionados à Companhia

**A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia, além do impacto na sua capacidade de continuar a operar referidos negócios.**

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que a Companhia opera, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, implementando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Nesse sentido, a pandemia afetou e pode, no futuro, também causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro, como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não puder comparecer, inclusive por motivo de doença, viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar sua capacidade de gerenciar e operar os negócios.

Nesse contexto, alguns produtos da Companhia sofreram queda no volume de vendas, diante da baixa demanda do mercado, como, por exemplo, produtos relacionados a cirurgias eletivas. A Companhia e suas controladas não podem garantir que conseguirão realocar a sua produção para atender as eventuais novas demandas do mercado, tais como anestésicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs, entre outros), e nem que tais produtos estarão de fato disponíveis para revenda pela Companhia. Ademais, em decorrência do aumento global de demanda por produtos diretamente relacionados com o aumento dos atendimentos hospitalares, os custos inerentes a tais produtos aumentaram de forma relevante, o que impactou adversamente a Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Nesse sentido, as novas variantes dos vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos para a Companhia, prolongando a queda no volume de vendas de determinados produtos da Companhia, conforme descrito neste fator de risco. Por fim, no contexto de calamidade gerado pela pandemia, com desabastecimento de determinados hospitais e forte demanda por determinados produtos necessários ao atendimento dos pacientes afetados pelo vírus, há um risco maior de que eventuais aumentos nos preços dos produtos distribuídos pela Companhia aos referidos hospitais sofram questionamentos e/ou fiscalizações.

Não há conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a presente data, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 nos negócios, além daquela apresentada no item 10.9, bem como não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia da COVID-19 ainda não estão totalmente dimensionados neste Formulário de Referência. A Companhia poderá ter seus resultados impactados negativamente.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes; e (iv) adversamente afetar a indústria de plano de saúde privado, reduzindo o número de segurados e adversamente impactando os principais clientes da Companhia (tal como hospitais e laboratórios privados), o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que oferecemos.

Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira.

Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Para mais informações, veja o item 10.9 deste Formulário de Referência.

**A estratégia de crescimento e de negócios da Companhia podem não ser executadas com sucesso, o que poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade.**

A Companhia não pode garantir que terá sucesso em sua estratégia de crescimento e em seus objetivos e pilares estratégicos, quais sejam: (i) expansão do portfólio de produtos da Companhia, nos atuais e novos canais, e aumento da cooperação com os fornecedores por meio de parcerias estratégicas, de forma a ampliar a liderança e a participação no mercado brasileiro de materiais e medicamentos especializados para saúde; (ii) desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções para os clientes; (iii) investimentos nos canais de distribuição existentes e aumento da participação da Companhia em novos canais que possuam potencial de mercado significativo, tais como D2P (canal direto ao paciente) e determinados segmentos do setor público de distribuição hospitalar; (iv) aquisições seletivas de empresas de médio e pequeno porte, com operações complementares às da Companhia e que possam agregar valor à oferta de serviços e aos produtos, focadas em (a) novas competências, áreas de atuação, serviços e expertise, (b) potencialização das oportunidades de cross-selling na base de clientes já adquirida, e (c) aumento das economias de escala; (v) crescimento das ofertas de serviços para clientes e fornecedores da Companhia por meio da inovação e desenvolvimento de novas tecnologias. O eventual insucesso na execução de qualquer dos referidos objetivos poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade, e conseqüentemente seus resultados e a cotação das ações da Companhia.

A Companhia poderá realizar aquisições de ativos e empresas ou consolidar alianças estratégicas com outras empresas, o que poderá implicar em dificuldades de natureza operacional, comercial, financeira, contratual e tecnológica no processo de eventual integração destes ativos e empresas nas operações da Companhia. Tais dificuldades poderão afetar adversamente os retornos sobre investimentos esperados relativos a estas aquisições e parcerias. Adicionalmente, o sucesso de referidas aquisições depende da capacidade da Companhia de estabelecer premissas apuradas e adequadas referentes à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento e outros fatores referentes aos respectivos negócios destas empresas. Poderão ser identificadas contingências e passivos nos ativos e empresas adquiridos, sendo que a Companhia poderá ser responsabilizada na qualidade de sucessora das empresas, bem como incorrer em custos adicionais não previstos.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por sua vez, a estratégia de negócios da Companhia depende, dentre outros aspectos, da sua capacidade de realizar expansões na comercialização e distribuição dos medicamentos, materiais e equipamentos hospitalares e/ou descartáveis, bem como de oportunidades de expansão dos nossos serviços em território nacional, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos e empréstimos concedidos em condições atrativas e aumento do consumo dos produtos da Companhia. A Companhia não pode garantir que sua estratégia de negócios será integralmente implementada ou conduzida com êxito, o que poderá gerar um crescimento menor do que o esperado ou, ainda, incorrer em um aumento dos gastos operacionais, tendo como consequência a redução da margem de lucros da Companhia.

Caso a Companhia não consiga executar com sucesso essas estratégias, sua capacidade de crescimento e de gerar novos negócios, bem como sua receita e rentabilidade, poderão ser afetadas negativamente.

Esta estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem: (a) avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar; (b) um processo de aquisição pode requerer recursos adicionais e usualmente demanda um tempo substancial; (c) adquirir negócios que não contribuam para a estratégia de crescimento da Companhia; (d) pagar mais do que o real valor do negócio; (e) a Companhia pode não ter o aumento previsto em suas receitas advindo de uma aquisição por razões exógenas ao seu controle; (f) eventual processo de auditoria conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os potenciais passivos contingentes da adquirida, tais como processos administrativos ou judiciais cíveis, fiscais, criminais, trabalhistas e previdenciários, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual, sendo que eventuais indenizações por tais passivos podem ser insuficientes; (g) as demonstrações financeiras das empresas adquiridas podem ter sido preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos que, ainda que não identificados podem, por estes ou por outros fatores, fazer com que as demonstrações financeiras não reflitam de forma verdadeira e adequada a condição financeira de referida empresa; (h) não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno; (i) eventual não cumprimento de condições precedentes para o fechamento; e (j) a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia.

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**Os centros de distribuição são essenciais para o desenvolvimento de nossas atividades e poderão sofrer prejuízos significativos que não estão no controle da Companhia.**

A Companhia possui, atualmente, 15 (quinze) centros de distribuição e 5 (cinco) operações de *cross-docking* espalhados em todo o território nacional.

Caso algum dos centros de distribuição da Companhia venha a sofrer prejuízos significativos, incluindo danos causados por vandalismo, roubo, desastres naturais, incêndio e alagamentos e/ou danos ambientais, ou caso as atividades venham a ser interrompidas ou reduzidas, seja em função de questões regulatórias e ambientais, problemas sanitários ou outros eventos similares, poderão ocorrer atrasos na liberação ou entrega dos produtos, ou, ainda, problemas de logística e infraestrutura. Nesse cenário, a Companhia, poderá incorrer em custos operacionais não previstos e poderá não atender a demanda de clientes localizados na região atingida pelos eventos danosos. Tal situação pode afetar adversamente a receita da Companhia e sua capacidade de atendimento aos clientes.

Além disso, eventuais danos ocorridos nos centros de distribuição da Companhia podem impactar negativamente a saúde dos colaboradores, ou até mesmo provocar invalidez ou mortes. Nesse cenário, a Companhia poderá sofrer reclamações trabalhistas e até danos reputacionais, com potenciais impactos financeiros negativos diante da possibilidade de desembolso de valores a título de indenizações.

**A frota de veículos da Companhia poderá sofrer prejuízos diversos que implicarão na necessidade de contratação de transportadoras terceirizadas.**

A Companhia não pode garantir que sua frota própria não sofrerá prejuízos diversos que não estão em seu controle, tais como desastres naturais (chuvas, enchentes, por exemplo) ou eventos grevistas de seus funcionários, ou que não precisará contratar, por qualquer outro motivo estratégico, transportadoras terceirizadas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de criar e manter relacionamentos com estas transportadoras, bem como não pode garantir que os serviços de transporte terceirizados estarão de acordo com as normas de qualidade e os preços aceitáveis praticados usualmente pela Companhia, o que poderia nos afetar adversamente.

Além disso, no que se refere aos outros produtos distribuídos e comercializados pela Companhia que não os do segmento hospitalar, a Companhia depende de transportadoras terceirizadas. Nesse cenário, eventuais interrupções parciais ou totais, tais como greves e paralisações, destas transportadoras terceirizadas poderão afetar adversamente nossos negócios.

Parte das transportadoras terceirizadas contratadas pela Companhia realizam a distribuição dos produtos via transporte aéreo, sendo que, nesses casos, a Agência

#### **4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco**

Nacional de Aviação Civil (ANAC) possui competência para fiscalizar os produtos transportados pela via aérea para garantir que estão sendo cumpridos todos os requisitos de segurança da aviação civil. Dessa forma, sempre que transportar seus produtos pelo modal aéreo, a Companhia pode estar sujeita à fiscalização e multa da ANAC nos casos em que forem descumpridas as normas aplicáveis, além de responder pela exatidão das informações e declarações que constarem nos conhecimentos aéreos e pode ser responsabilizada por eventuais danos decorrentes de declarações irregulares, inexatas ou incompletas. Dessa forma, a Companhia pode não conseguir assegurar que será capaz de garantir que as empresas terceirizadas contratadas prestem seus serviços de acordo com as normas de qualidade usualmente exigidas pela Companhia e pela legislação.

Ainda, foram aprovadas mudanças recentes na legislação trabalhista relativa à terceirização e a Companhia não pode prever como estas alterações serão regulamentadas ou interpretadas pelo Poder Judiciário e/ou demais autoridades competentes. Também não é possível prever os impactos que tais mudanças terão sobre o mercado de trabalho e a remuneração dos empregados terceirizados, que pode levar, a Companhia a ter que alterar a maneira com que os produtos são transportados, e conseqüentemente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia podem ser negativamente afetados de forma relevante.

Por fim, a Companhia pode ser solidariamente responsabilizada por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária requerida judicialmente por empregados das transportadoras terceirizadas.

##### **Os parques fabris da Companhia estão sujeitos a acidentes diversos.**

Os parques fabris da Companhia estão sujeitos a acidentes de incêndio, explosão, de trabalho, dentre outros, que podem afetar adversamente a reputação e os resultados financeiros da Companhia. Adicionalmente, os acidentes podem incorrer na necessidade de paralisação das atividades fabris naquela localidade e/ou região e conseqüente realocação de recursos financeiros e humanos, bem como, em caso de acidentes nos parques fabris, gerar passivos de natureza cível, trabalhista e ambiental contra a Companhia, hipóteses que poderão afetar o desempenho operacional, a reputação e os negócios da Companhia.

Além disso, eventual dano ocorrido nos parques fabris da Companhia e/ou suas controladas podem impactar negativamente a saúde dos colaboradores, ou até mesmo provocar invalidez ou mortes. Nesse cenário, a Companhia poderá sofrer reclamações trabalhistas e até danos reputacionais, com potenciais impactos financeiros negativos diante da possibilidade de desembolso de valores a título de indenizações.

##### **A Companhia pode vir a sofrer com estratégias de formação de preços adotadas por seus concorrentes.**

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A formação de preços adotada por cada empresa no setor farmacêutico segue uma estratégia que pode estar baseada, entre outras possibilidades, em custos de produção e/ou aquisição das mercadorias, na margem de contribuição e na pesquisa de preços. Portanto, as estratégias adotadas pelo mercado, incluindo o segmento de atuação da Companhia, seguem, em geral, uma racionalidade baseada em custos, despesas e lucros.

Os concorrentes da Companhia podem adotar estratégias na formação de preços não baseadas em tais critérios, os quais podem se tornar mais atrativos para os consumidores e clientes da Companhia, o que poderia resultar em perda, pela Companhia, de *market share* para os concorrentes. Além disso, caso a Companhia decida acompanhar os preços estipulados pelos concorrentes baseados em critérios não racionais, poderá perder margem de lucro.

**A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.**

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. Caso a Companhia venha a perder algum de seus profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação. O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, *marketing* e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

**A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.**

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, especialmente referentes a prestação de serviços, fornecimento de produto, locação, sendo que tais contratações, em virtude de potencial conflito de interesses entre as partes, podem impactar negativamente os negócios, as atividades e situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses de seus acionistas.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que a Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita no item 16 deste Formulário de Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados, e a Companhia poderá vir a sofrer um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados. Ainda, a Companhia ressalta que, quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que visassem demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações, o que potencializa o risco de conflito de interesses em relação aos referidos contratos.

Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas, verificar item 16.2 deste Formulário de Referência.

#### **Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.**

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, concorrencial, tributária, trabalhista e ambiental cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

O valor total das contingências consideradas como perdas prováveis e que estão provisionadas é de R\$ 338.841 mil e estão discriminadas no item 4.3 deste Formulário de Referência de acordo com a natureza do risco (tributário, cíveis e trabalhistas). Ainda, o valor total das contingências consideradas como perdas possíveis e que não foram objeto de provisionamento é de R\$ 292.365 mil.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores são e podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, ambiental e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que poderá causar efeito adverso relevante na sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Além disso, não é possível assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia ou suas controladas, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente a imagem e a reputação da Companhia perante clientes, fornecedores e investidores ou causar efeito adverso relevante em seus negócios.

No caso de eventuais processos envolvendo matérias administrativas relativas a contratações com o Poder Público, eventual decisão desfavorável poderá, no limite, impor sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. A título exemplificativo, a Companhia é parte de um processo judicial em fase de tramitação pelo qual a Prefeitura de Londrina/PR busca a imposição de penalidades à Companhia em conexão com contratos assinados com o Poder Público, o que pode resultar na inabilitação da Companhia para contratar com essa Prefeitura por um período de 3 anos. Maiores informações acerca desse litígio podem ser encontradas no item 4.3 deste Formulário de Referência. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras da Companhia, bem como sua imagem e reputação. Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

**Os procedimentos licitatórios de que a Companhia participa nas contratações com o Poder Público podem sofrer influência política ou ser alvo de investigações.**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 6% da receita líquida da Companhia foi em decorrência de contratações com o Poder Público.

Os procedimentos licitatórios para tais contratações podem ser afetados por fatores técnicos relativos à conveniência, oportunidade, disponibilidade e requisitos para participação, bem como por fatores políticos que podem levar à interrupção de um contrato de fornecimento ou atraso no pagamento. A não contratação ou a redução proporcional de um contrato de fornecimento ou até mesmo a impossibilidade de renovação de um contrato pode afetar os resultados e negócios da Companhia.



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, alguns medicamentos distribuídos pela Companhia, por sua característica exclusiva, podem ou não ensejar, a critério discricionário do Poder Público, a compra por inexigibilidade de licitação, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei Geral de Licitações"). Conforme previsto na Lei Geral de Licitações, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, bem como a aplicação ao contratado das seguintes sanções, garantida a defesa, prévia: advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

Mesmo após a conclusão de um processo licitatório, no caso de vendas ao Poder Público, ou de vendas por inexigibilidade de licitação que resultem em uma contratação da Companhia, a legalidade e regularidade dos procedimentos podem ser questionados por um competidor ou até mesmo por órgãos de controle interno ou externo da administração pública. Liminares concedidas pelo Poder Judiciário ou por órgãos internos de controle, como os Tribunais de Contas, podem suspender a exequibilidade dessas contratações. Quaisquer dessas hipóteses poderá vir a causar um impacto adverso nos negócios da Companhia.

**A Companhia pode falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.**

Os processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não assegurar que todos os membros da sua administração, colaboradores, terceiros agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia, bem como contrapartes, atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei nº 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Decreto nº 8.420/2015 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), Lei nº 12.850/2013 ("Lei da Organização Criminosa"), assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE e Convenção Interamericana contra a Corrupção (em conjunto, "Leis de Combate à Corrupção").

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, por atos contra a Administração Pública praticados por colaboradores ou quaisquer terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia,

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem resultar na aplicação de sanções, que incluem (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos administradores que concorreram para a infração); (ii) obrigação de reparação do dano causado; (iii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iv) perda dos benefícios ou ativos ilícitamente obtidos; (v) suspensão ou interdição parcial de atividades; (vi) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; e/ou (vii) dissolução compulsória, entre outras penalidades aplicáveis, que, se aplicadas, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais e a cotação das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de detectar (i) violações às Leis de Combate à Corrupção, ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício da Companhia, inclusive por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em seu nome, interesse ou benefício, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Companhia também poderá vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multas e pela obrigação de reparação integral de danos em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa. Adicionalmente, a Companhia não tem como assegurar que não surgirão futuras investigações ou alegações envolvendo a Companhia ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas, bem como de seus administradores, funcionários ou terceiros atuando em nome, interesse ou benefício da Companhia.

#### **A Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação dos imóveis nos quais realiza suas operações.**

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis de terceiros para a realização de parte de suas operações, tais como escritórios, galpões e centros de distribuição. Parte dos contratos de locação estão vigentes por prazo indeterminado, o que possibilita que referidos contratos sejam rescindidos por qualquer uma das partes a qualquer tempo, mediante notificação enviada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para desocupação, livre de quaisquer penalidades ou indenizações. Caso ocorra a rescisão dos contratos de locação de imóveis, por qualquer motivo, a Companhia terá que buscar no mercado novos imóveis que possam receber suas operações. Referida busca poderá incorrer na necessidade de paralisação temporária das atividades realizadas naquele imóvel e em custos de transição, sendo que o valor

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

do aluguel dos novos imóveis poderá ser superior ao valor anteriormente pago. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que obterá sucesso na renovação dos contratos de locação vigentes.

Ainda, se o imóvel locado pela Companhia for alienado a terceiros durante a vigência do contrato de locação, o terceiro adquirente não se encontrará obrigado a respeitar os mesmos termos e condições acordados com o antigo proprietário, salvo se, cumulativamente, (i) a locação for por prazo escrito e determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca competente. Tendo em vista que parte dos contratos não contém a cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios competentes, os requisitos mencionados acima poderão não ser preenchidos, possibilitando ao terceiro adquirente solicitar à Companhia a desocupação do imóvel, em um prazo de 90 dias, livre de qualquer penalidade.

Adicionalmente, na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 dias para exercer o direito de preferência. Caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Além disso, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada.

O locatário - empresário ou sociedade empresária - tem o direito de obter, por meio da ação renovatória, a renovação compulsória do contrato de locação para a proteção do fundo de comércio, que abrange o estabelecimento e as atividades ali realizadas. Esse direito será assegurado desde que estejam presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos na Lei de Locação: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de pelo menos 5 anos ininterruptos; e (iii) o locatário esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos. O locatário, seu cessionário ou seu sucessor são as pessoas dotadas de legitimidade ativa para ingressar com a referida ação renovatória. O

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sublocatário também pode ingressar com a ação renovatória, na hipótese de ser contratualmente permitida a sublocação total do imóvel.

A legislação dispõe que a ação renovatória deverá ser proposta, sob pena de decadência, no prazo de 1 (um) ano, no máximo, até 6 (seis) meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato de locação comercial. Caso a ação renovatória não seja proposta em tal prazo, o locador terá a faculdade de, findo o contrato, retomar o imóvel, independentemente de motivação. A observância do prazo para a propositura da ação renovatória é essencial para o regular exercício do direito. Se perdido tal prazo, não será assegurada ao locatário qualquer outra medida judicial que lhe garanta a prorrogação do prazo e a permanência no imóvel.

A Lei de Locação afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 (um) ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente.

Ressalta-se, entretanto, que parte dos contratos de locação dos imóveis ocupados pela Companhia foram celebrados com prazo inferior a 5 anos. Nesses casos, conforme a Lei de Locação, não é facultado ao locatário a possibilidade da propositura de ação renovatória, sendo certo que a renovação do prazo locatício destes imóveis dependerá de exclusiva negociação com o locador.

O insucesso nas negociações para renovação dos contratos de locação, seja por mera liberalidade do locador ou por divergências nas condições impostas que tornem inviável a manutenção da locação, pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia, incluindo a interrupção de suas operações e/ou o aumento do custo de suas operações.

Além disso, em caso de eventual infração contratual pela Companhia, é cabível a aplicabilidade de penalidades dispostas na Lei de Locações e nos respectivos Contratos celebrados, que podem se resumir a multas ou podem chegar a atingir a ocupação do imóvel, a depender da infração cometida, de forma a impactar adversamente o planejamento da Companhia, podendo impactar negativamente a sua imagem e seus resultados operacionais.

O reajuste dos aluguéis a valor de mercado também poderá resultar em impactos materiais não esperados nos custos operacionais da Companhia. Além disso, se decidir rescindir qualquer um de seus contratos de locação, antes do fim do prazo contratual determinado, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**É possível que existam gravames incidentes sobre os imóveis ocupados pela Companhia, o que poderia impactar negativamente a Companhia e seus negócios.**

A Companhia não pode assegurar que os imóveis por ela ocupados não são objetos de ônus, restrições e/ou estão gravados por garantias constituídas junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Eventual existência de ônus sobre tais imóveis poderá implicar em perda da propriedade, caso as obrigações garantidas não sejam cumpridas pelo proprietário e/ou pela Companhia, e a garantia seja executada, podendo comprometer a continuidade da ocupação exercida pela Companhia, o que poderia impactá-la negativamente.

**As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para garantir sua proteção contra perdas substanciais.**

Os negócios da Companhia estão sujeitos a riscos de diversas naturezas, tais como litígios trabalhistas, fiscais, cíveis, administrativo e ambientais, bem como aqueles decorrentes de fenômenos da natureza ou eventos similares que possam resultar em danos ou destruição dos ativos da Companhia, incluindo os centros de distribuição e parques fabris.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, ela conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis para a Companhia. Por fim, sinistros que não estejam cobertos por suas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

**A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.**

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 30% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei nº 6.404/76 e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei nº 6.404/76 permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

Nos últimos três exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não pagou dividendos aos seus acionistas.

**Em virtude da oferta pública inicial de ações da Companhia ("Oferta"), o prêmio devido aos beneficiários do programa de phantom shares da Companhia se tornará devido e será reconhecido como despesa no resultado da Companhia do exercício social corrente, o que poderá ter um impacto negativo no resultado do exercício.**

Conforme descrito no item 13.5 deste Formulário de Referência, os beneficiários do programa de phantom shares farão jus ao prêmio a eles devido no âmbito do programa com a realização da Oferta. O prêmio a ser pago aos beneficiários tem um valor bruto estimado de R\$250 milhões, calculado com base em uma estimativa do preço por ação da Oferta conforme item 13.2 deste Formulário de Referência. O valor bruto do prêmio será reconhecido como despesa no resultado da Companhia, o que poderá impactar negativamente o resultado da Companhia no exercício corrente e, conseqüentemente, a sua capacidade de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

**A Companhia está sujeita a certas obrigações, incluindo restrições financeiras ("Covenants") em seus contratos de dívidas (contratos bancários, títulos de dívida, financiamentos). O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode afetar adversamente a Companhia.**

A Companhia está sujeita a Covenants existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações, incluindo restrições à distribuição de dividendos e emissão de valores mobiliários), incluindo sem limitação, a manutenção de determinados níveis de alavancagem pela Companhia, com verificações usualmente trimestrais ou semestrais. Para maiores informações, ver item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de atender referidos Covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, como a retração do mercado em que atua, o que pode ocasionar o vencimento antecipado de suas dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-*

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

*default e cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira.

**A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e que entrarão em vigor, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial, invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter um ambiente seguro para os titulares de dados em virtude do investimento necessário para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais e também de falhas que podem ocorrer em tais sistemas. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s)



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

A partir de agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Como explorado, a Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

**Os movimentos grevistas dos sindicatos com os quais a Companhia mantém relações poderão afetar adversamente os seus resultados.**

A Companhia não pode garantir que não acontecerão movimentos grevistas por parte dos sindicatos aos quais ela ou seus funcionários são filiados, bem como que não terá suas operações e atividades parcialmente paralisadas durante o período de greve. Caso a Companhia tenha longos períodos de paralisação, sua capacidade de produção e distribuição poderá ser afetada adversamente e prejudicar seus resultados operacionais e financeiros.

**A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.**

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais e pode optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

**Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações (*phantom shares*) e podem participar de novos programas e planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.**

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de um programa de pagamento baseado em ações (*phantom shares*), aprovado em Assembleia Geral

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Extraordinária realizada em 02 de abril de 2018, e ajustado na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de setembro de 2020, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de emissão da Companhia. Além disso, eles podem ser beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2021 (“Plano de Incentivo”) e de novos planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.

O fato dos administradores e executivos participarem do referido programa e de programas futuros com base no Plano de Incentivo e outros planos que vierem a ser aprovados pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no médio prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Além disso, tendo em vista que o Plano de Incentivo outorga amplos poderes ao Conselho de Administração para fixar as condições e parâmetros dos programas a serem aprovados no âmbito do Plano de Incentivo, a aprovação dos programas, em decorrência de potencial conflito de interesses entre os administradores e os acionistas, pode impactar a situação financeira e resultados da Companhia, bem como prejudicar os interesses dos seus acionistas.

Para mais informações sobre referidos planos de pagamento baseado em ações, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

**Incidentes de segurança, incluindo ataques cibernéticos, violações de segurança, acessos não autorizados ou divulgação de dados confidenciais, interrupção de negócios ou a percepção de que dados pessoais e sensíveis armazenados pela Companhia não estão seguros podem afetar a Companhia de forma adversa.**

A Companhia administra e retém dados pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, incluindo dados pessoais sensíveis. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia, suas controladas e/ou seus colaboradores a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Além disso, os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância de suas políticas e a má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários ou terceiros, de modo que dados pessoais de beneficiários podem se tornar disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo reputacional e financeiro. A Companhia pode não ser capaz de impedir ou prevenir o descumprimento de suas políticas e a má conduta, negligência ou fraude de seus funcionários.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acessos aos sistemas da Companhia e outros eventos que possam ter um impacto na segurança da tecnologia de dados, pode sujeitá-la a litígios significativos, sanções regulatórias, perdas de clientes e danos à sua reputação.

Ainda, a Companhia mantém em sua base de dados informações confidenciais de seus clientes e colaboradores, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida. A LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia em caso de incidentes cibernéticos, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

Os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados devem ser observados pela Companhia e por suas subsidiárias, de modo a garantir a conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de riscos, as quais possa estar exposta, como ataques de vírus, softwares mal-intencionados, panes e outros problemas que podem vir a interferir inesperadamente nas operações da Companhia e resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de operar, além de falhas nos controles de segurança de rede. Qualquer interrupção em nossos sistemas poderá causar efeito material adverso sobre os negócios ou gerar perdas financeiras.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais de clientes da Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

##### **A Companhia pode ter as suas atividades prejudicadas em decorrência de falhas e interrupções de sistemas**

Devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores aumentaram, o que expõe a Companhia a um risco maior de interrupções, falhas ou ataques a seus sistemas. Assim, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **b. Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

#### **Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.**

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, elegerem a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações. Por fim, caso a Companhia deixe de ser controlada pelos atuais acionistas controladores, os novos controladores poderão possuir interesses e projetos diversos dos atuais e igualmente conflitante com os interesses dos demais acionistas.

### **c. Riscos relacionados a seus acionistas**

#### **Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos nas esferas criminal, ambiental, cível, tributária, regulatória e trabalhista envolvendo seus acionistas podem causar efeitos adversos para a reputação e os negócios da Companhia.**

Os acionistas da Companhia são ou podem vir a ser réus em processos judiciais e administrativos, nas esferas criminal, ambiental, cível, tributária, regulatória e trabalhista cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, prejudicando sua imagem e, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, negócios ou resultados da Companhia, incluindo impossibilidade de contratar com poder público, perda/inelegibilidade a benefícios fiscais e/ou afastamento de seus administradores.

### **d. Riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

#### **Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas controladas, os quais ela não pode assegurar que serão disponibilizados.**

A capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas. Suas controladas podem vir a não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, inclusive em decorrência dos impactos gerados no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2020 e que possam vir a ser gerados futuramente

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelo COVID-19. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Além disso, durante a campanha presidencial de 2018, o atual Governo Federal propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Tais discussões foram recentemente retomadas diante da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Caso essas medidas sejam, de fato, tomadas, a capacidade da Companhia de pagar e receber, de suas controladas, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro seria impactada adversamente.

Nos últimos três exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não pagou dividendos aos seus acionistas.

##### **e. Riscos relacionados a seus fornecedores**

**As atividades da Companhia dependem da boa relação comercial com seus fornecedores, havendo, dentre outros, o risco de substituição dos produtos comercializados.**

A Companhia atua, majoritariamente, na distribuição e comercialização de produtos médico-hospitalares, descartáveis, de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, bem como na embalagem e reembalagem de produtos para saúde. Alguns dos produtos comercializados pela Companhia são adquiridos de nossos fornecedores.

Caso a Companhia não seja capaz de manter relações com os atuais fornecedores ou os fornecedores passem a vender seus produtos em condições comercialmente desfavoráveis, ou, ainda, caso deixem de produzir ou entregar determinados produtos que usualmente são adquiridos pela Companhia, poderá ocorrer a substituição dos produtos que atualmente são distribuídos e comercializados.

Ademais, nossos fornecedores poderão enfrentar dificuldades em seu processo produtivo, o que poderá ter um impacto na cadeia logística em que a Companhia está inserida e gerar o desabastecimento dos produtos. Tais dificuldades poderão estar relacionadas à irregularidade de insumos farmacêuticos, à interrupção de fabricação para adequação às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), ao recolhimento de medicamentos ou lotes específicos (recall), à redução e à alteração na linha de produção ou o aumento abrupto da demanda de determinados produtos, o que pode gerar impactos adversos à Companhia.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A Companhia pode ser responsável por obrigações ambientais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.**

A Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente se seus fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, administrativas, ambientais e previdenciárias e da regulamentação aplicável ao setor de atuação da Companhia, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes dentro de suas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios. Quaisquer infrações trabalhistas, danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à responsabilidade solidária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores, ao meio ambiente e/ou a terceiros. A depender do envolvimento no evento danoso, a Companhia também estará exposta nas esferas administrativa e criminal e a risco de reputação, o que poderia, inclusive, impedir a Companhia de desenvolver suas atividades, se valer de determinados incentivos e/ou benefícios fiscais, contratar com o poder público e/ou ocasionar o afastamento de seus diretores, além de desvalorizar os valores mobiliários da Companhia que estejam em circulação.

**A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento de software. Ademais, incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI, podem resultar em danos à reputação e financeiros para a Companhia.**

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. A Companhia depende de um sistema de tecnologia de informação para processar, transmitir e proteger informações eletrônicas. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis ou do término ou rescisão das respectivas licenças, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros.

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento dos softwares por ela utilizados. Tais contratos poderão ser rescindidos

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), ou mesmo de forma imotivada pelo fornecedor ou em função de fatores alheios à vontade das partes, hipótese em que a Companhia ficará impedida de continuar utilizando referidos softwares. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tais softwares em tempo hábil e sem impactos às suas operações, de modo que ao término ou rescisão de algum contrato de licenciamento de software, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá sofrer impactos adversos relevantes nas atividades e resultados operacionais e financeiros da Companhia, podendo sofrer aplicações de multas em casos de não renovação e eventuais rescisões contratuais.

##### **A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.**

A Companhia e suas subsidiárias se utilizam de mão de obra terceirizada em suas atividades. A utilização de mão-de-obra terceirizada por parte da Companhia e de subsidiárias pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às subsidiárias, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias, independentemente de ser assegurado à ela e às suas subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização. Ainda, caso a Companhia venha a ser condenada por irregularidades no processo de terceirização, poderá ser incluída no "Cadastro de Empregadores" do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), perder benefícios fiscais, ficar impossibilitada de contratar com o Poder Público, além de restrições ao acesso de determinados financiamentos ou linhas de crédito.

##### **A descontinuidade das atividades e operações das empresas prestadores de serviços terceirizados pode prejudicar as atividades da Companhia**

Tendo em vista que a Companhia terceiriza uma parte de suas operações, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços, a Companhia pode não ser capaz de repor com tempo hábil os profissionais terceirizados, de modo que as operações da Companhia poderão ser prejudicadas, o que acarretaria um efeito adverso em seus resultados e em sua condição financeira.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A produção da Companhia pode ser impactada negativamente e ter seus custos aumentados em decorrência de concentração ou consolidação de fornecedores**

Caso haja concentração no mercado dos fornecedores da Companhia, tal concentração poderá reduzir sua margem de lucro em razão dos aumentos dos custos operacionais, uma vez que os fornecedores poderão vender insumos com valores aumentados. Além disso, em um cenário de concentração, a Companhia poderá sofrer impactos com matérias prima de baixa qualidade, ou até mesmo com a redução da oferta desses insumos, resultando em impactos diretos da sua capacidade e qualidade de produção, afetando de forma adversa os seus negócios e operações.

**A Companhia pode sofrer com eventuais indisponibilidade e/ou baixa qualidade de matérias-primas adquiridas de seus fornecedores para fabricação de seus produtos**

Caso os principais fornecedores da Companhia venham, por algum motivo, sofrer com baixa oferta ou baixa qualidade de matérias-primas necessárias para a manufatura dos produtos oferecidos pela Companhia, esta estará sujeita à impactos negativos, de modo que a ausência de insumos pode reduzir a produção e as operações da Companhia, com a consequente falta de capacidade de atendimento das demandas dos clientes e redução do faturamento.

**A Companhia e suas controladas possuem contratos de distribuição que apresentam cláusulas restritivas. O não cumprimento dessas obrigações pode causar a rescisão desses contratos.**

A Companhia está sujeita a determinadas condições restritivas impostas pelos contratos de distribuição celebrados com os seus fornecedores, tais como, obrigações de aquisição de quantidades mínimas, metas, ausência de exclusividade, restrições territoriais e vedações à distribuição de produtos concorrentes. A Companhia pode não ser capaz de atender referidas obrigações em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, o que pode ocasionar a rescisão destes contratos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia.

**A Companhia pode não ser capaz de manter sua relação com fornecedores.**

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus contratos com seus fornecedores ou que será capaz de renovar contratos vigentes em termos favoráveis. Caso a Companhia não seja capaz de reter tais fornecedores pode sofrer com atrasos no abastecimento de mercadorias, cancelamento de vendas e, conseqüentemente, dificuldade de comercialização de produtos. Qualquer dos eventos acima, se verificados, incluindo a falha em encontrar e manter os fornecedores certos para os produtos comercializados pela Companhia, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. Ainda, se a Companhia não conseguir obter anuência prévia dos fornecedores para a alteração



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no capital social em razão de oferta pública de ações, tais fornecedores poderão vencer de forma antecipada seus contratos o que pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

##### **f. Riscos relacionados a seus clientes**

###### **A Companhia pode sofrer com a inadimplência ou não cumprimento de disposições contratuais por parte de seus clientes.**

A Companhia está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento do produto entregue como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações com relação à compra dos produtos poderão resultar em perdas para a Companhia, bem como afetar o seu resultado operacional.

Adicionalmente, o recebimento dos pagamentos devidos pelo Poder Público depende da capacidade de crédito à época e da capacidade da Companhia de cobrá-los. O nível de inadimplência dos clientes do Poder Público pode atingir patamares elevados em um curto espaço de tempo em decorrência de motivos diversos, que estão fora do controle da Companhia, inclusive questões políticas e orçamentárias.

##### **g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

###### **A Companhia pode sofrer impactos negativos com os efeitos da volatilidade do câmbio nas variações de custos de matérias primas**

A cadeia de insumos hospitalares é globalizada e, portanto, está sujeita à efeitos cambiais e variações de custos de matérias primas importadas ou cuja fonte de abastecimento é restrita à algumas regiões. Nesse cenário, como a Companhia está inserida na cadeia de saúde, ela poderá sofrer impactos negativos caso haja um aumento do custo dos insumos relacionado a variações cambiais que eventualmente ela não seja capaz de repassar para os seus clientes.

###### **A mudança de determinados aspectos no setor de atuação da Companhia pode afetar adversamente seus negócios.**

A Companhia está inserida no setor da saúde, em especial no ramo de medicamentos e demais produtos hospitalares, descartáveis, de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar. Fatores diversos relacionados a este setor da economia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia, tais como alterações na política de controles de preços, mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos que impactem particularmente a utilização de distribuidoras atacadistas, tal qual a Companhia, ou mudanças em procedimentos de

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fabricação, estocagem, armazenamento, vendas, custo, distribuição e fornecimento e prazos de pagamentos dos fabricantes.

Alterações que venham a ocorrer no mercado de atuação da Companhia, no Brasil e nos países estrangeiros, poderão adversamente afetar o fornecimento, a demanda e os preços dos produtos e serviços, restringir a capacidade da Companhia de conduzir os negócios em mercados existentes e naqueles que pretende atuar, além de afetar adversamente os seus resultados operacionais e financeiros.

**A Companhia está exposta a certos riscos inerentes à produção, venda e distribuição de medicamentos e demais produtos relacionados à saúde.**

A produção, venda e distribuição de medicamentos e demais produtos relacionados à saúde expõem a Companhia a determinados riscos, tais como erros na produção, preservação e comercialização de produtos, que podem resultar em danos físicos para os pacientes. Nesse cenário, a Companhia também pode figurar em reclamações na esfera da responsabilidade civil. A Companhia pode, como resultado de tais ações ser obrigada a suspender ou interromper suas atividades e a produção, distribuição e prestação de determinados produtos e serviços. Caso eventuais ações judiciais referentes à responsabilidade por produtos comercializados ou ainda serviços prestados resultem em decisões desfavoráveis (em qualquer esfera de autoridade), a Companhia pode incorrer em danos à sua reputação e em indenizações financeiras não previstas, o que poderá acarretar efeitos adversos aos seus negócios.

**A exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos insumos poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.**

A Companhia depende da compra de insumos e, principalmente, de energia elétrica para a produção de seus produtos. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais se tem pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

As principais matérias-primas utilizadas, por exemplo, na embalagem e transporte dos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, particularmente os insumos cujos preços são denominados moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos e outros custos operacionais relacionados às suas atividades, o que poderá vir a diminuir sua margem de lucro e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **A Companhia atua em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais.**

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta concorrência de outras companhias sólidas, com forte presença no mercado nacional. Há concorrência, por exemplo, de outros distribuidores e atacadistas do setor da saúde de grande porte no Brasil, além de diversas empresas de logística de atacado de pequeno porte e com atuação concentrada em determinada região, bem como fabricantes que realizam a venda direta de seus produtos a clientes e com varejistas que compram e estocam os produtos comercializados pela Companhia. Ademais, algumas das empresas concorrentes oferecem uma grande variedade de serviços nos segmentos em que a Companhia atua, competindo, assim, com a maior parte da sua linha de serviços. Há uma crescente concorrência nos mercados nos quais a Companhia atua, seja pela expansão operacional ou surgimento de concorrentes.

Em termos de produção de descartáveis para o setor da saúde, a Companhia compete com pequenas empresas locais nas linhas de produtos "*low end*" e com empresas multinacionais nas linhas de produto "*high end*". A Companhia não pode assegurar que empresas locais não sofrerão uma expansão operacional, ou, ainda, que as empresas multinacionais ou outros concorrentes internacionais não decidam atuar de forma mais agressiva, de forma a consolidar sua atuação no Brasil, podendo ocorrer o investimento na criação de canais de distribuição próprios.

Adicionalmente, a eventual formação de grupos de compra para a aquisição de produtos de assistência à saúde (ou a consolidação dos clientes da Companhia) pode impor pressão sobre as margens de lucro da Companhia, em razão da impossibilidade de continuarmos negociando em condições favoráveis, caso a caso, os preços com os clientes.

Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

### **A Companhia está sujeita a riscos associados à paralisação de atividades em determinados setores das economias onde mantém suas operações.**

As operações da Companhia envolvem, dentre outras atividades, a exportação, importação e distribuição de medicamentos e outros produtos. Desta forma, greves de caminhoneiros, trabalhadores portuários, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária ou outros empregados públicos ou privados podem afetar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos nos contratos da Companhia.

Uma greve prolongada envolvendo qualquer um desses trabalhadores pode causar um efeito adverso relevante para os negócios da Companhia ou seus resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

**A Companhia está sujeita a extensa regulamentação no setor da saúde e produtos correlatos, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos, ou, ainda, atrasos do governo na emissão de licenças, alvarás ou registro de produtos, podem afetar de modo adverso a Companhia.**

A Companhia está sujeita a uma extensa regulamentação do setor da saúde nas esferas federal, estadual e municipal, sendo obrigada a cumprir determinadas exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registro de produtos. A Companhia também está sujeita a padrões operacionais e normas de segurança do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), das secretarias estaduais e municipais de saúde e vigilância sanitária e das agências federal, estaduais e municipais do meio ambiente. Entre as normas aplicáveis estão aquelas relacionadas a (i) medidas de saúde e segurança na entrega, manuseio e descarte de substâncias classificadas como "perigosas"; (ii) controle do comércio e distribuição de determinados medicamentos (inclusive remédios controlados); (iii) empacotamento e armazenamento de produtos; e (iv) vendas e atividades de marketing dos referidos produtos.

A Companhia não pode assegurar que o governo não irá tornar a regulamentação aplicável à Companhia mais rigorosa do que o cenário atual, ou, ainda, alterar as exigências para obter, manter ou renovar licenças, alvarás ou registro para produtos de terceiros ou para produtos fabricados, assim como atrasar a emissão destas licenças, alvarás ou registro de produtos. O ambiente regulatório também poderá ser alterado de forma a restringir as operações existentes, limitar a expansão dos negócios e regular atividades e segmentos de atuação não regulados anteriormente. Qualquer alteração relevante em tais normas ou exigências ou a incapacidade e/ou atraso da Companhia para atendê-las, bem como atrasos do governo para emitir licenças, alvarás ou registro de produtos, podem impedir a Companhia de vender e distribuir um determinado produto, causar atrasos no lançamento de produtos e/ou aumentar os custos para cumprir com a regulamentação ou para obter, manter ou renovar licenças, alvarás ou registro de produtos. Caso a Companhia não consiga repassar aos seus clientes estes aumentos de custos, poderá haver um impacto em sua rentabilidade e resultados financeiros.

A Companhia também poderá incorrer em despesas operacionais adicionais relacionadas à necessidade de pessoal devido a novas exigências ou a negociações trabalhistas desfavoráveis. Não é possível garantir que estes custos adicionais não sejam repassados aos respectivos preços.

Também, não é possível garantir que o Poder Público reconhecerá que a Companhia atende às normas e exigências impostas por tais leis e regulamentos ou que ela conseguirá cumprir as exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes. Ademais, as atividades poderão ser

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cobertas por regulamentação especial, municipal ou estadual, como leis de zoneamento e restrições a publicidade e comercialização. Qualquer alteração relevante em tais normas ou exigências ou a incapacidade e/ou atraso da Companhia para atendê-las, bem como atrasos do governo para emitir licenças, alvarás ou registro de produtos, podem impedir a Companhia de vender e distribuir um determinado produto, causar atrasos no lançamento de produtos e/ou aumentar os custos para cumprir com a regulamentação ou para obter, manter ou renovar licenças, alvarás ou registro de produtos.

**A Companhia está sujeita a regulamentações que impõem controles de preço sobre a maior parte dos produtos por ela comercializados.**

O setor de medicamentos comercializados pela Companhia está sujeito às leis e regulamentos federais que impõem controles de preços e dispõem sobre a forma como são realizadas as suas atividades. Essas regulamentações podem requerer aumentos nas despesas ou mesmo limitar as margens e a capacidade da Companhia de repassar custos aos clientes, o que poderá afetá-la adversamente. Os preços cobrados por tais produtos estão sujeitos a monitoramento pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ou ("CMED"), órgão interministerial responsável por regular o mercado e estabelecer critérios para a definição e o ajuste de preços. A oferta, promoção ou venda de produtos farmacêuticos sem um preço definido pelo CMED ou a um preço superior ao limite máximo estabelecido pelo CMED poderá acarretar a aplicação de sanções, como (i) ordem para correção da prática infrativa; (ii) e/ou multa, calculada de acordo com método específico, incluindo a duração da conduta irregular e a condição econômica do agente infrator. As multas aplicáveis podem variar de R\$ 670,00 a R\$ 10.000.000,00, sendo dobradas em caso de recorrência, o que pode afetar seus negócios e reputação. Mudanças nas atuais regras de controle de preços, poderão ser impostas e poderão resultar na redução das margens da Companhia, afetando adversamente e de forma relevante os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Não é possível garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos no futuro. Para informações adicionais sobre o controle de preços a que estamos submetidos, consulte a Seção 7.5 deste formulário de referência.

**O atraso no cumprimento ou o não cumprimento de exigências regulatórias poderá afetar a Companhia adversamente.**

O atraso no cumprimento ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia poderão incorrer, se comprovado, na aplicação de sanções de natureza administrativa, civil ou penal, causando efeitos adversos, tais como (i) a suspensão de pagamentos nos termos de programas governamentais; (ii) perda de licenças governamentais; (iii) perda de autorizações para participação ou exclusão de programas de recuperação fiscal; (iv) perda de licenças operacionais para condução de certas atividades comerciais; ou (v) a imposição de multas pecuniárias ou penalidades significativas. Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis às atividades da Companhia, ou a sua incapacidade de

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

manter, renovar ou obter os alvarás ou licenças necessárias poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

**A não obtenção, não renovação, atrasos ou cancelamentos de autorizações, registros, licenças, outorgas e alvarás necessários à instalação e operação de suas unidades e centros de distribuição poderá ter impacto negativo na Companhia e em seus negócios.**

As unidades fabris e centros de distribuição da Companhia dependem de diversos registros, autorizações, licenças municipais, licenças sanitárias, licenças ambientais, outorgas e alvarás concedidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e licenças de funcionamento emitidas pelas respectivas municipalidades. Tais documentos possuem prazos de validade e devem ser renovados ou reemitidos periodicamente, sendo possível a cobrança pelo Poder Público de taxas de renovação. Eventuais irregularidades ou alterações nos equipamentos e estruturas, e nas construções dos imóveis e terrenos da Companhia poderão impactar negativamente o atendimento, a manutenção e a renovação das licenças acima mencionadas. Qualquer expansão das operações da Companhia, bem como a alteração da legislação aplicável e, a depender do caso, alterações nos equipamentos e estruturas da Companhia, também poderão demandar novas licenças, outorgas, autorizações, averbações, alvarás e/ou registros perante as autoridades competentes. A Companhia poderá não ser capaz de obtê-las ou renová-las em tempo hábil ou, ainda, de mantê-las válidas, considerando o atendimento de suas respectivas condicionantes. A não obtenção, não renovação e/ou não atendimento das condicionantes das licenças poderá resultar em responsabilização nas esferas administrativa e criminal, sujeitando a Companhia ao pagamento de multas no valor de até R\$ 10 milhões na esfera ambiental e suspensão de suas atividades, conforme a legislação ambiental federal e à penalidade de detenção de um a seis meses e multa, respectivamente, e de multa de até R\$ 1,5 milhão na esfera sanitária, podendo afetar adversamente a reputação da Companhia. Caso não seja possível manter o funcionamento de suas unidades e centros de distribuição conforme estabelecido pela legislação, a Companhia poderá ser adversamente afetada em seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

**A Companhia pode ser afetada por ações governamentais que atinjam os mercados e a economia brasileira.**

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer uma influência relevante sobre diversos aspectos da economia brasileira e do setor privado. A conjuntura econômica e política tem impacto direto sobre as atividades da Companhia, sendo que o governo brasileiro por vezes altera significativamente as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas de controle da inflação e de influência de outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As companhias que atuam no setor hospitalar e farmacêutico são altamente suscetíveis a mudanças nas demandas dos consumidores e a controle de preços. Como exemplo, o governo brasileiro mantém controle do reajuste de preços para a maior parte das categorias de medicamentos no Brasil, e não é possível assegurar que esses controles não serão alterados no futuro. A Companhia pode, portanto, ser adversamente afetada em seus resultados por ações governamentais que atinjam os mercados e a economia brasileira.

##### **A perda de incentivos fiscais poderá prejudicar a capacidade da Companhia de operar com lucro e reduzir o valor do investimento nas ações.**

Atualmente, a Companhia se beneficia de incentivos fiscais federais e estaduais, comuns ao mercado em que atua, e que poderão ser revogados a qualquer tempo e impactar as empresas do setor, incluindo a Companhia e seus concorrentes. Certos incentivos fiscais têm prazo para expirar e outros podem ser descontinuados a qualquer momento, mediante alterações das leis aplicáveis ou em virtude de sua incapacidade de cumprir com os requisitos para sua obtenção. Além disso, podem ser mantidos incentivos em patamares inferiores aos atuais. A extinção ou redução de incentivos fiscais ou a alteração dos requisitos para obtenção de incentivos fiscais possuídos pela Companhia ou, ainda, a incapacidade da Companhia de cumprir com os requisitos para obtenção de tais incentivos poderá reduzir as receitas operacionais e margens, o que pode afetar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Entre os incentivos fiscais estaduais, há descontos sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") que é cobrado da Companhia. Nesse caso específico, os estados em que estão localizados os centros de distribuição da Companhia e os estados destinatários das mercadorias remetidas poderão questionar o reconhecimento dos créditos registrados por ocasião de sua aquisição. A Companhia não tem provisão para eventuais contingências relacionadas a glosa de créditos pelas autoridades fiscais. Não é possível assegurar que tais incentivos fiscais não terão sua legalidade questionada administrativa ou judicialmente por terceiros, incluindo, a título exemplificativo, o Ministério Público, outros estados e novos governantes dos estados em questão. O questionamento dos benefícios fiscais da Companhia por terceiros pode resultar no cancelamento de incentivos e na obrigação de pagamento retroativo de todo o valor do benefício utilizado até a data do julgamento, sujeito aos limites prescricionais. Ademais, há o risco de que todos os benefícios fiscais de ICMS concedidos a empresas comerciais sejam revogados em 31 de dezembro de 2022, caso não sejam editados novos convênios concessivos de benefícios, conforme previsão legal contida no artigo 3º, § 2º, da Lei Complementar nº 160/2017, que dispõe sobre a reinstituição de benefícios fiscais que não tenham sido editados no âmbito do CONFAZ, ou, ainda, que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos estados. A perda (ou a não fruição) de tais incentivos fiscais, bem como eventuais obrigações de que a Companhia pague valores retroativamente, por



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

qualquer razão, poderão acarretar um efeito adverso sobre os negócios, resultados e situação financeira da Companhia.

Se a Companhia perder os incentivos fiscais existentes, devido ao descumprimento de obrigações atuais e exigências futuras ou se os atuais programas e acordos fiscais dos quais atualmente se beneficia forem modificados, suspensos, cancelados ou não renovados, a Companhia poderá ser adversamente afetada. A Companhia não pode garantir que esses incentivos fiscais serão mantidos ou renovados ou que será capaz de obter novos incentivos fiscais, se existentes. Para garantir a continuidade desses incentivos fiscais durante os seus prazos aplicáveis, a Companhia deverá cumprir diversos requisitos

Além disso, dada a competição histórica entre os estados para atrair investimentos e novas empresas por meio da concessão de benefícios fiscais, a Companhia está sujeita ao risco de contestações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal com relação à constitucionalidade dos benefícios fiscais de ICMS concedidos, caso desses benefícios fiscais não tenham sido aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, ou "CONFAZ". O Supremo Tribunal Federal pode conceder efeitos retroativos ou prospectivos à declaração de inconstitucionalidade.

Os impactos da aplicação da Lei Complementar 160/2017, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/2017, no que diz respeito à validação dos benefícios fiscais, o estabelecimento de um período de transição a partir do qual os benefícios fiscais devem ser extintos, devem ser avaliados nos benefícios fiscais em curso. As legislações locais editadas pelos estados e pelo Distrito Federal estão indicando os benefícios fiscais sujeitos ao procedimento de validação. A validação dos benefícios fiscais depende de uma combinação de questões políticas e econômicas, em que diversas obrigações devem ser cumpridas pelos estados. Na falta de validação, esses benefícios fiscais deverão ser revogados, o que poderá afetar a Companhia de forma adversa.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações por parte das autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais inspeções, posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que as provisões para tais processos serão corretas, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional e que não será necessário determinar reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no valor da tributação como resultado de contestações das posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, resultados e situação financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram recentemente o número de fiscalizações. Existem várias questões fiscais que preocupam as autoridades brasileiras e em relação às quais as autoridades brasileiras fiscalizam regularmente as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

processos judiciais e administrativos relacionados a questões tributárias perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar adversamente a Companhia.

Por fim, a Companhia também não pode assegurar que não serão criados novos tributos ou majoradas as alíquotas dos tributos já existentes incidentes sobre os produtos por ela comercializados.

### i. **Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua de forma relevante em mercados estrangeiros.

### j. **Riscos relacionados a questões socioambientais**

**Incêndios ou outros desastres naturais podem afetar as instalações da Companhia e a sua estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

Incêndios, danos causados por desastres naturais e/ou danos ambientais podem danificar ou destruir os equipamentos, instalações e propriedades da Companhia. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica em suas unidades podem implicar em aumentos significativos de seus custos, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

**A Companhia e suas atividades estão sujeitas a leis e regulamentações ambientais.**

A Companhia e suas atividades estão sujeitas a leis e regulamentações nas esferas federal, estadual e municipal referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Na qualidade de fabricante de alguns de seus produtos, a Companhia está sujeita a rigorosas normas do Poder Público, entre outras, relacionadas ao descarte de resíduos sólidos e descarte de efluentes nos cursos de água. Dentre os possíveis impactos ambientais das atividades desenvolvidas pela Companhia, merece maior atenção a geração de resíduos especiais, tais como medicamentos vencidos, e resíduos de serviços de saúde, tais como algodão, já que tais resíduos são considerados perigosos pela legislação nacional e necessitam de atenção jurídica diferenciada, como a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos (“PGRS”) e Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (“PGRSS”) e a adesão ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Sólidos Perigosos ("CNORP"), junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), por exemplo.

O atraso no cumprimento ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia poderão acarretar, após o devido processo administrativo ou judicial, sanções de natureza administrativa, civil e penal, causando efeitos adversos, tais como a suspensão de pagamentos nos termos de programas governamentais; perda de licenças governamentais; perda de autorizações para participação ou exclusão de programas de recuperação fiscal; embargos e suspensão das atividades da Companhia, perda de licenças operacionais para uma ou mais unidades ou para condução de certas atividades comerciais, com possível interrupção de operação de unidades; ou a imposição de multas ou penalidades significativas que poderão prejudicar a Companhia. Ademais, as alterações de tais leis e regulamentos poderão restringir as operações existentes na Companhia, limitando sua expansão, e exigir que sejam alterados os sistemas ou a operação, o que pode ser difícil e/ou oneroso de ser implementado.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou "PNRS"), que viabiliza a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela Companhia, inclusive a ausência de elaboração, implementação e atualização de PGRS e/ou de PGRSS para suas unidades em que esses tipos de resíduos sejam gerados, pode incorrer em poluição ambiental e expor a Companhia à aplicação de sanções administrativas, civis e criminais. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia, não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades, sendo certo ainda que tais prestadores devem, em qualquer cenário, ser devidamente licenciados para as respectivas atividades pelo órgão ambiental competente. A Companhia não pode garantir que eventuais terceiros contratados terão todas as licenças necessárias e nem que tais prestadores não causarão danos. A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Existem três instrumentos a serem possivelmente usados para tornar obrigatória a implantação do sistema de logística reversa: regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso. Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias. No caso de medicamentos, em âmbito federal, a questão foi regulamentada

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelo Decreto nº 10.388/20, que entrou em vigor no dia 2 de dezembro de 2020. Normas de alguns estados já impunham certas obrigações ao setor, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos. Caso a Companhia e/ou prestadores de serviço terceirizados pela Companhia descumpram as regras vigentes, a Companhia estará sujeita a impactos reputacionais, sanções administrativas, incluindo suspensão de suas atividades e/ou dificuldades ou impossibilidade de obter, manter e renovar licenças ambientais, sanções criminais, impossibilidade de contratação com poder público e de se valer de benefícios fiscais, bem como ao dever de reparar e/ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

**As condições climáticas nas regiões em que estão localizadas suas fábricas poderão trazer prejuízos diversos e afetar adversamente a Companhia.**

A Companhia possui atividades, atualmente, em 3 (três) parques fabris em Blumenau, 1 (um) parque fabril em Brusque e 1 (um) parque fabril em Santo Amaro da Imperatriz, todos no Estado de Santa Catarina, e 1 (um) parque fabril em São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais.

Algumas dessas localidades já foram atingidas por desastres naturais, em especial provocados por chuvas, enchentes e deslizamentos de terras. Nestas ocasiões, a Companhia sofreu prejuízos com a questão do acesso ao local de trabalho por seus funcionários. A Companhia não pode garantir que não terá suas atividades prejudicadas pelas condições climáticas das regiões onde estão localizados seus parques fabris, de modo que, em caso de interrupção prolongada das atividades ou do acesso de seus funcionários ao local de trabalho, a Companhia poderá ser afetada adversamente em seus resultados.

**k. Riscos Macroeconômicos**

**O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e resultados da Companhia, bem como o valor das ações.**

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, conseqüentemente, os resultados operacionais e nas ações de emissão da Companhia.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

O Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Nesse sentido, as novas variantes dos vírus e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações dos valores mobiliários da Companhia negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

**O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.**

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas legais, administrativas e regulatórias;
- mudanças na regulamentação aplicável às operações da Companhia;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro sobre as políticas ou regras que envolvem os fatores macroeconômicos listados acima podem afetar adversamente as atividades da Companhia e a análise de sensibilidade a taxas de juros mais altas. Além disso, mudanças nos preços das ações ordinárias de companhias abertas, ausência de crédito disponível, redução de gastos, desaceleração da economia global, instabilidade da taxa de câmbio, aumento das taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem diretamente ou afetar adversamente e indiretamente a economia brasileira e os mercados de capitais, o que poderia reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, com um efeito adverso sobre as ações da Companhia, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios, resultados de operações e o preço de negociação das ações da Companhia.**

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em negócios da Companhia.

Ainda, o mercado brasileiro tem experimentado maior volatilidade e falta de liquidez devido às incertezas derivadas da investigação Lava Jato em andamento e outras investigações, que são conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e o impacto dessas investigações na economia brasileira e ambiente político. Membros do governo brasileiro e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e empresas de gás e construção, entre outras. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas políticas de partidos políticos que não foram contabilizados ou divulgados publicamente e serviram para promover o enriquecimento pessoal dos destinatários do esquema de suborno. Como resultado, vários políticos e oficiais de grandes empresas estatais e privadas no Brasil renunciaram e / ou foram presos e outros permanecem sob investigação por comportamento antiético e ilegal.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação das ações. Não é possível prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Recentemente, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todas as condenações impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava Jato, a qual investiga diversos esquemas de corrupção. Com a decisão, o ex-presidente recuperou os direitos políticos e se tornou elegível. A instabilidade das condenações no âmbito da Operação Lava Jato e as incertezas políticas podem afetar adversamente o mercado e o grau de confiança, afastando potenciais investidores no Brasil, de modo que a Companhia não pode prever se novas anulações poderão causar mais instabilidade política e econômica no país.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19, aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro e seus familiares. A recente troca de comando na Petrobras pelo presidente Jair Bolsonaro também impactou o mercado de modo negativo com forte queda das ações negociadas na B3, uma resposta adversa ao potencial risco de ingerência do presidente nos preços dos combustíveis.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o da Companhia. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

**Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.**

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da Companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não são possíveis prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Ainda, a pandemia da COVID-19 representa uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades de todo o mundo tomaram medidas para tentar conter a disseminação da doença, uma vez que o vírus se espalhou globalmente. As restrições provavelmente permanecerão em vigor, o que poderá suprimir a atividade, caso o contágio não diminua e se a vacinação em massa não for executada

A materialização desses riscos afetou o crescimento global e pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países. Por fim, essas



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

**A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.**

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de *commodities*, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes e conseqüentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

**A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.**

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, conseqüentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo pelos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, ou por eventuais fatores de riscos aqui não contemplados, e/ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de capitalização das companhias listadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) correspondia a aproximadamente R\$5,1 trilhões, segundo informações da própria B3, com um volume médio diário de R\$ 29,8 bilhões

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020. Ainda segundo a B3, foram realizados em seu pregão, durante o ano de 2020, 843,2 milhões de negócios, frente aos 394,3 milhões registrados no ano anterior. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos titulares de ações de emissão da Companhia de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

**A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.**

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 23,14% em 2020, 7,30% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária, ou COPOM, ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM reduziu as taxas de juros oficiais, que atingiram mínimas históricas, fechando no ano de 2020 com 2%. Não é possível garantir que as taxas de juros permanecerão, no futuro, nos níveis baixos atuais.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de eventuais empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.**

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, o que foi reafirmado e, fevereiro de 2019, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's revisou a classificação de crédito do Brasil para BB-negativo com perspectiva estável.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. Em maio de 2020, a agência manteve o rating com perspectiva de estabilidade.
- Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O rating BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019 e 2020.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto (PIB), flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB-com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o agravamento dos riscos para ambas as dimensões, dada a renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos.

Não é possível garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, que também será afetada adversamente em sua classificação

##### **A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.**

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 3,308 para US\$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R\$ 3,8748 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 4,0307 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 5,1961 para US\$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 29,33% do real em relação ao dólar americano no período de findo em 31 de dezembro de 2020.

Não é possível prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em seus resultados operacionais e em sua condição

#### **4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco**

financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. Não é possível prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e a Companhia pode ser adversamente afetada por essas políticas.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os negócios da Companhia compreendem principalmente (i) a exportação, importação, representação, armazenamento, distribuição e expedição de medicamentos, inclusive o controle especial e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no segmento de saúde; (ii) comércio atacadista de máquinas e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; (iii) comércio atacadista de vacinas para uso humano, dietas e leites nutricionais, cosméticos, produtos de higiene e limpeza; (iv) armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de produtos sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros; (v) embalagem e reembalagem de produtos para saúde e correlatas; (vi) transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias; (vii) locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares; (viii) prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; e (ix) participação no capital social de outras sociedades. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita estão detalhados abaixo:

### Risco de Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por seus produtos. Flutuações da taxa de juros poderão, em especial, aumentar o custo das dívidas da Companhia ocasionando efeitos adversos sobre seus negócios.

No encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava posição de dívida total de R\$ 1.145,8 milhões sendo que R\$ 1.132,8 milhões estava expressa em reais e atrelada substancialmente a taxas flutuantes, como o CDI, conforme detalhado no item "10.1.f" deste Formulário de Referência. Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre as despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de ações da Companhia, uma vez que não detém instrumentos financeiros de proteção (*hedge*) para seu endividamento atual.

A Companhia está exposta a riscos de taxa de juros, conforme abaixo demonstrado:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Consolidado 31/12/2020</u>
<b>Aplicação financeira</b>	<b>CDI</b>	<b>1.000.357</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>CDI</b>	<b>(735.837)</b>
<b>Debêntures</b>	<b>CDI</b>	<b>(386.573)</b>
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(122.053)</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(10.411)</b>
		<b>(132.464)</b>

### Análise de Sensibilidade

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Na data de encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros entre as taxas CDI e Selic em 3,77% ao ano, ao considerar que as taxas são mercadologicamente equivalentes. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50% (para cima), servindo de parâmetro para os cenários "A" e "B", respectivamente:

Consolidado		Saldo exposto	Cenário Provável	Cenário Possível Aumento 25%	Cenário Remoto Aumento 50%
Operação	Risco	31/12/2020			
Aplicação financeira	CDI	1.000.357	37.713	47.142	56.570
Empréstimos	CDI	(735.837)	(27.741)	(34.676)	(41.612)
Debêntures	CDI	(386.573)	(14.574)	(18.217)	(21.861)
<b>Total exposição CDI</b>		<b>(122.053)</b>	<b>(4.601)</b>	<b>(5.751)</b>	<b>(6.903)</b>
Empréstimos	TJLP	(10.411)	(465)	(582)	(698)
		<b>(132.464)</b>	<b>(5.067)</b>	<b>(6.333)</b>	<b>(7.601)</b>

### Risco de Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira.

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo		
Contas a receber de clientes	3.409	1.426
Adiantamentos	181	-
Instrumentos derivativos	11.737	723
Total do ativo	15.327	2.149
Passivo		
Fornecedores	(2.975)	(866)
Empréstimos e financiamentos	(166.970)	(93.696)
Total do Passivo	(169.945)	(94.562)
Exposição líquida	<b>(154.618)</b>	<b>(92.413)</b>

### Análise de sensibilidade de câmbio

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários de sensibilidade foram preparados com o agravamento do risco em 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos e euros, com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado em 31 de dezembro de 2020, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Operação	Risco	Saldo Exposto 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário possível Aumento 25%	Cenário Remoto Aumento 50%
<b>Ativos</b>	<b>USD</b>	2.912	<b>(91)</b>	<b>614</b>	<b>1.319</b>
<b>Passivos</b>	<b>USD</b>	(26.413)	<b>829</b>	<b>(5.567)</b>	<b>(11.963)</b>
		(23.501)	<b>738</b>	<b>(4.953)</b>	<b>(10.644)</b>
<b>Ativos</b>	<b>EUR</b>	7.985	<b>(345)</b>	<b>1.565</b>	<b>3.475</b>
<b>Passivos</b>	<b>EUR</b>	(143.532)	<b>6.205</b>	<b>(28.127)</b>	<b>(62.459)</b>
		(135.547)	<b>5.860</b>	<b>(26.562)</b>	<b>(58.984)</b>
		<b>(159.048)</b>	<b>6.598</b>	<b>(31.515)</b>	<b>(69.628)</b>



### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, trabalhistas, criminais e cíveis no curso normal dos negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados os processos nos quais, com base na análise e avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, bem como no julgamento de seus negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. Foram considerados relevantes os processos em razão do valor envolvido (acima de R\$ 3.000.000,00) ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida (i.e., riscos reputacionais).

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Com relação a processos de natureza trabalhista, nos casos em que há prolação de sentença de primeiro grau desfavorável à Companhia, é realizada uma avaliação detalhada dos pedidos realizados (liquidação), por perito especializado com base na qual é realizada a provisão.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre quando e o valor a ser provisionado.

As empresas controladas da Companhia também possuem processos judiciais que são de responsabilidade dos antigos controladores, os quais alienaram a participação societária para a Companhia por meio da celebração de contratos de compra e venda. Nesses casos, existe uma obrigação dos antigos controladores de indenizarem a sociedade e/ou a Companhia, conforme o caso, pelas perdas relacionadas à contingências cujo fato gerador tenha ocorrido antes da alienação do controle. Além disso, foram constituídas contas garantias (*Escrow Account*), nas quais os valores do preço de aquisição foram retidos exclusivamente para suportar eventuais materializações de contingências. Assim, essa informação foi inserida em todos os processos descritos abaixo relacionados com a aquisição das empresas controladas, conforme indicado na análise do impacto de perda das ações.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Adicionalmente, em relação aos três últimos exercícios sociais, a Companhia apresentou, em milhares, as seguintes provisões para ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, nas datas abaixo indicadas.

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Tributárias	R\$ 313.890	R\$ 8.221	R\$ 4.660
Trabalhistas	R\$ 15.967	R\$ 12.721	R\$ 12.143
Cíveis	R\$ 8.984	R\$ 7.207	R\$ 4.326
<b>Total</b>	<b>R\$ 338.841</b>	<b>R\$ 28.149</b>	<b>R\$ 21.129</b>

A variação de natureza tributária em 2020 refere-se a provisão oriunda da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. devido ao recolhimento em juízo dos valores referentes ao ICMS DIFAL – Emenda Constitucional n.º 87 pela administração anterior. A Companhia possui uma provisão no montante de R\$274.860 mil e, desde junho de 2020, o ICMS DIFAL da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. passou a não mais ser depositado em juízo. Essa provisão contra depósito em juízo não tem nenhum efeito caixa para a Companhia.

A seguir são descritos os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia está sujeita na data deste Formulário de Referência, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

#### Processos Tributários

<b>Auto de Infração nº 4011403583605</b>	
<b>a) Juízo</b>	Posto Fiscal de Catalão - CAT/GO
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	12/12/2014
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Autuado: CM Hospitalar S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 4.818.690,07
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de infração lavrado pelo Fisco por suposta omissão de pagamento de ICMS em razão de escrituração indevida de valores, atinente ao aproveitamento de Crédito Outorgado em percentual maior ao que teria direito. Em decisão administrativa, o valor do débito foi reduzido para R\$1,2 milhão, após revisão

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	efetuada em processo de diligência solicitado pelo Julgador de Primeira Instância.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia

<b>Auto de Infração nº 4011403585306</b>	
<b>a) Juízo</b>	Posto Fiscal de Catalão - CAT/GO
<b>b) Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	12/12/2014
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Autuado: CM Hospitalar S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 29.775.466,98
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de infração lavrado pelo Fisco em razão de falta de pagamento do ICMS em por suposta saída de mercadorias, no período de 01/01/2012 a 31/12/13, utilizando-se carga tributária inferior à estabelecida pela legislação Em sentença, após revisão em processo de diligência fiscal, o valor do débito foi reduzido para R\$7,9 milhões.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia.

<b>Auto de Infração nº 4.082.965-0</b>	
<b>a) Juízo</b>	DRT 6 RIBEIRÃO PRETO - TIT
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa - Especial
<b>c) Data da Instauração</b>	13/01/2017
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Fazenda Pública do Estado de São Paulo Autuado: CM Hospitalar S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 13.382.730,03
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de infração lavrado pelo Fisco por omissão de pagamento de ICMS em razão de escrituração de Notas Fiscais tributadas como isentas (desoneração oncológicos); e deixou de pagar ICMS em operações interestaduais de aquisição de bens para ativo imobilizado, nas quais não houve os lançamentos do imposto no livro de registro de apuração do ICMS. Em 23/05/19 foi proferida decisão em sede de Recurso Ordinário dando parcial provimento ao Recurso da CMH, cancelando o item I.1 do Auto de Infração. Em Dezembro/2020, em julgamento de Recurso Especial, houve anulação da decisão do Recurso Ordinário, por questões meramente formais da decisão. Aguarda-se o novo julgamento.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia

<b>Auto de Infração nº 6628966-4</b>	
<b>a) Juízo</b>	Secretaria da Fazenda do Paraná
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	30/11/2018
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Secretaria do Estado do Paraná Autuado: CM Hospitalar S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 52.672.776,56
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração lavrado alegando que a Contribuinte lançou crédito indevido referente à entrada de mercadorias provenientes de outros estados, os quais concederam benefício fiscal sem amparo de convênio celebrado no âmbito do CONFAZ. Teria a contribuinte creditado ICMS utilizando alíquota superior a 12% (doze por cento) em operações interestaduais, bem como em operações internas de alimentos; em operações de devolução, creditou-se indevidamente ICMS de produtos isentos com alíquota de 18%, ao passo que o correto seria de 12%; teria também ocorrido creditamento indevido de produtos de uso e consumo. O Estado do Paraná considerou que a CM Hospitalar, por efetuar vendas a não contribuintes de ICMS, na verdade se equipara a varejista e não é distribuidora para fins da legislação paranaense, de modo que a tomada de crédito de ICMS decorrente das operações da entrada oriundos de outro Estado, são, no entender das autoridades administrativas, indevidos. Contudo, há boas perspectivas de reversão do entendimento no Conselho de Contribuintes e Recusos Fiscais do Estado do Paraná.
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia

<b>Auto de Infração nº 6.632.157-6</b>	
<b>a) Juízo</b>	Secretaria da Fazenda do Paraná
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	06/09/2019
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Secretaria do Estado do Paraná Autuado: CM Hospitalar S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 193.940.728,69
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração lavrado em decorrência da Notificação nº 819/2019. Teria a contribuinte se beneficiado com a utilização

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>de créditos do imposto, em desacordo com o disposto na lei, originários das seguintes situações: a. lançou crédito indevido referente a entrada de mercadorias provenientes de outros Estados, os quais concederam benefício fiscal sem amparo em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ; b. utilizou alíquota superior a prevista, em operações internas de devolução de alimentos, efetuados por empresas não contribuintes do ICMS; c. em operações internas de devolução, entre empresas inscritas, utilizou a alíquota de 18% para crédito, infringindo o art. 108 do RICMS/PR, que concede o diferimento parcial, reduzindo a carga tributária para 12%; d. houve créditos lançados indevidamente referente a entrada de mercadorias regidas pela substituição tributária; e. em operações interestaduais de devolução de alimentos efetuadas por empresas não contribuintes de ICMS, deve ser utilizada alíquota interna, utilizou indevidamente alíquota superior para crédito; f. em operações interestaduais de devolução, efetuadas por empresas não contribuintes do ICMS, a partir de 01/2016, deve ser utilizada a alíquota interestadual, sendo que utilizou indevidamente a alíquota de 18%; g. em operações interestaduais de devolução entre empresas inscritas, creditou-se de ICMS, utilizando alíquota superior a 12%; h. em operações interestaduais de devolução de artigos de vestuário, efetuadas por empresas não contribuintes do ICMS, deve ser utilizada alíquota interna e utilizou-se indevidamente alíquota superior para crédito; i. em operações interestaduais de devolução de medicamentos e fármacos, efetuadas por empresas não contribuintes do ICMS, deve ser utilizada alíquota interna e utilizou-se indevidamente alíquota superior para crédito; j. em operações de devolução ou transferência, creditou-se indevidamente do ICMS de produtos isentos; k. creditou-se indevidamente de produtos de uso e consumo; l. em operações interestaduais com contribuintes que possuem inscrição estadual, creditou-se de ICMS utilizando alíquota superior; m. apropriação de valor de crédito de ICMS a maior. O Estado do Paraná considerou que a CM Hospitalar, por efetuar vendas a não contribuintes de ICMS, na verdade se equipara a varejista e não é distribuidora para fins da legislação paranaense, de modo que a tomada de crédito de ICMS decorrente das operações da entrada oriundos de outro Estado, são, no entender das autoridades administrativas, indevidos. Contudo, há boas perspectivas de reversão do entendimento no Conselho de Contribuintes e Recusos Fiscais do Estado do Paraná.</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia

<b>Auto de Infração nº 13971.721484/2016-64</b>	
<b>a) Juízo</b>	Delegacia da Receita Federal SC, Delegacia da Receita Federal de Blumenau
<b>b) Instância</b>	3ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	16/05/2016
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE BLUMENAU Autuado: CREMER ADMINISTRADORA DE BENS e

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 61.661.959,78
<b>f) Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Auto de infração lavrado para cobrança de supostas diferenças apuradas no recolhimento do IRPJ e da CSLL sobre resultado auferido na alienação de bens imóveis.</p> <p>A empresa adotou entendimento de que a alienação desses imóveis se deu no curso ordinário de seus negócios, de modo que a operação se sujeitaria à tributação com base no regime de lucro presumido. Já a RFB sustenta que os imóveis alienados estavam registrados no ativo não-circulante, de modo que deveriam ser tributados conforme regime de ganhos de capital, pois "(...) eram imóveis e/ou terrenos que faziam parte de seu parque fabril" e, a despeito de a atividade locação constar no objeto social, "(...) tais imóveis não eram destinados à venda, ou seja, não faziam parte de venda no curso ordinário de seu negócio."</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Auto de Infração nº 2009.000000765079-11</b>	
<b>a) Juízo</b>	Estado de Pernambuco, Secretaria da fazenda de Pernambuco
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	06/10/2020
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: ESTADO DE PERNAMBUCO Autuado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 3.805.916,53
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração cobrando ICMS em razão da falta do estorno previsto no art. 32, II da Lei nº 10.259/89
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Auto de Infração nº 2013.000010729766-49</b>	
<b>a) Juízo</b>	Estado de Pernambuco, Secretaria da fazenda de Pernambuco
<b>b) Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	6/10/2020
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: ESTADO DE PERNAMBUCO Autuado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 4.107.957,36
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração cobrando ICMS em razão da utilização irregular de crédito fiscal decorrente da incorreta aplicação de estorno previsto nos artigos 33 e 34, II, do Decreto 14.876/91 e alterações.
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Auto de Infração nº 14041.720.130/2018- 28</b>	
<b>a) Juízo</b>	Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>b) Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	08/08/2018
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: RECEITA FEDERAL DO BRASIL Autuado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 6.176.615,69
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração lavrado para cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF dos anos calendário 2014 a 2016, por supostas operações de mútuo realizadas entre as empresas do grupo.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>caso de perda do processo</b>	informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
----------------------------------	--

<b>Auto de Infração nº 11829.720050/2019-16</b>	
<b>a) Juízo</b>	Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>b) Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	6/10/2020
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: RECEITA FEDERAL DO BRASIL Autuado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$973.697.738,66
<b>f) Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em face de Alexion Farmaceutica Brasil Importação e Distribuição de Produtos e Serviços de Administração de Vendas Ltda. ("Alexion"), visando: (a) cobrança de tributos aduaneiros (Imposto de Importação e COFINS-Importação), acrescidos de multa de ofício qualificada (150% do valor dos tributos) supostamente recolhidos a menor com base no arbitramento efetivado na forma do art. 88 da Medida Provisória nº 2.158-35/01; e</p> <p>(b) aplicação da multa aduaneira de conversão (em razão do envio dos medicamentos para infusão nos pacientes) relativamente às Declarações de Importação listadas no respectivo lançamento, pertinentes às doações de frascos do medicamento Soliris® (Eculizumabe) no âmbito do programa humanitário internacional promovido pelo Grupo Alexion, no qual houve a imputação a este Grupo das condutas de ocultação do real importador e de fraude qualificada de valor.</p> <p>Neste processo, a RFB entendeu que a Expressa é corresponsável em relação a importação de medicamentos e a ocultação do real destinatário (importador). A Expressa argumenta que apenas prestou serviço de logística e armazenagem para o desembaraço e distribuição dos medicamentos que foram doados pelo Grupo Alexion. Na declaração de importação consta que os importadores são os pacientes que receberam a doação dos medicamentos. Entretanto, a RFB entendeu que houve ocultação do real importador e que os reais importadores eram a Multicare e a Expressa.</p> <p>Em 11 de fevereiro de 2021 a 8ª Turma da DRJ09/PR julgou procedente a impugnação no sentido de julgar nulo o lançamento, exonerando o crédito tributário exigido. O processo aguarda julgamento do recurso de ofício da Receita Federal.</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>caso de perda do processo</b>	informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação da Alexion de ressarcir 100% dos pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas desta demanda em específico.
----------------------------------	--

<b>Mandado de Segurança 0010713-89.2011.8.26.0053</b>	
<b>a) Juízo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
<b>b) Instância</b>	<b>2ª instância judicial</b>
<b>c) Data da Instauração</b>	01/04/2011
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO Autuado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 9.070.497,16
<b>f) Principais fatos</b>	Mandado de Segurança em que se questiona o Auto de Infração 3.073.008-9 lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo exigindo da empresa valores supostamente devidos a título de ICMS sob o argumento de que a empresa teria (i) deixado de recolher valores supostamente devidos a título de ICMS (itens 1 e 2), (ii) escriturado indevidamente créditos de ICMS (itens 3 e 4) e (iii) teria descumprido "obrigações tributárias acessórias" nos anos-calendário de 2005 e 2004 (item 5). As alegações fiscais residem em aplicação de isenção instituída em Convênio CONFAZ que não foi internalizado pela legislação paulista.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível (R\$4.824.906,42) Remota (R\$4.245.590,74)
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Valores referentes aos Itens 3, 4 e 5 do Auto de Infração foram inscritos em Dívida Ativa (CDA 1.257.258.808), sendo discutido o oferecimento de Seguro Garantia no Processo 1056366-53.2018.8.26.0053. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Auto de Infração nº 13971.723041/2013-65</b>	
<b>a) Juízo</b>	Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	24/09/2013

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>d) Partes do processo</b>	Autor: RECEITA FEDERAL Autuado: CREMER S.A.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 3.165.921,69
<b>f) Principais fatos</b>	Trata-se de processo administrativo decorrente de auto de infração no qual se exigem obrigações previdenciárias e as devidas a Outras Entidades (SESI, SENAI, INCRA, SEBRAE e Salário Educação), no período de 01/2010 a 12/2011, supostamente devidas em razão de plano de opção de compra de ações concedido a colaboradores da empresa.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Auto de Infração nº 10903-720.001/2017-19</b>	
<b>a) Juízo</b>	Secretaria da Fazenda, Receita Federal
<b>b) Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	31/03/2017
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: RECEITA FEDERAL Autuado: CREMER S.A. e
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 4.253.163,51
<b>f) Principais fatos</b>	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados em 31/03/2017, por meio dos quais foi constituído crédito tributário referente a contribuições previdenciárias relativas ao período compreendido entre janeiro de 2012 a outubro de 2014, cumuladas com juros de mora e multa de ofício. De acordo com as informações extraídas do Termo de Verificação Fiscal ("TVF") que acompanhou os referidos autos de infração, após a realização de trabalhos de auditoria fiscal, a Autoridade Fiscal concluiu, em resumo, que a Empresa teria remunerado seus administradores e empregados por intermédio da outorga de opções de compra de ações, no âmbito de um único "Plano de Opção de Compra de Ações".
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).
--	--

<b>Auto de Infração nº 4.092.093-8</b>	
<b>a) Juízo</b>	Comarca de São Paulo/SP, Secretaria da Fazenda
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa
<b>c) Data da Instauração</b>	30/03/2017
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO Autuado: CREMER S.A. e
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 9.583.025,55
<b>f) Principais fatos</b>	Auto de Infração questionando a falta de recolhimento do ICMS devido por Substituição Tributária em operações com Fraldas. Argumentam as autoridades fiscais que a classificação adotada pela empresa estava incorreta (62.20), sendo que a NCM 96.19, adotada pela fiscalização, sujeitaria as operações ao ICMS-ST, cujo recolhimento antecipado não teria sido realizado.
<b>g) Chance de perda</b>	Provável (R\$1.783.100,30) Possível (R\$638.741,78) Remota (R\$ 7.161.183,47)
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Auto de Infração nº 10166.731074/2014-66</b>	
<b>a) Juízo</b>	Receita Federal do Brasil
<b>b) Instância</b>	2ª Instância Administrativa - Especial
<b>c) Data da Instauração</b>	12/12/2014
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL Autuado: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 126.133.952,56
<b>f) Principais fatos</b>	Trata-se de exigência de valores supostamente devidos a título de IRPJ e CSL, acrescida de multa e juros, decorrentes de 3 (três) supostas infrações nos exercícios de 2010 a 2013: (i) indedutibilidade de despesas de juros supostamente desnecessárias, em empréstimos contraídos com instituições financeiras (Infração 01); (ii) a receita relativa à subvenção para investimento concedida pelo Distrito Federal deve estar sujeita

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>à incidência do IRPJ e da CSLL (Infração 02); e (iii) ausência de recolhimento de IRPJ e CSL por estimativa no ano-calendário de 2011, com exigência de multa isolada de 50% sobre o valor supostamente devido (Infração 03).</p> <p>Em 16/04/2019, o CARF cancelou a infração (ii). A empresa interpôs Recurso Especial quanto aos pontos (i) e (iii), sendo que apenas o ponto (iii) foi admitido. Dessa forma, a discussão administrativa quanto ao ponto (i) já se encerrou desfavoravelmente à empresa.</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Item de Infração 02: REMOTO Itens de Infração 01 e 03: POSSÍVEL, considerando recálculo que vier a ocorrer por conta do cancelamento da Infração 02 .
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Anulatória de Débito Fiscal nº 5010311-02.2018.4.04.7205</b>	
<b>a) Juízo</b>	Comarca de Blumenau/SC, Tribunal Regional Federal - 4ª Região
<b>b) Instância</b>	2ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	9/11/2018
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: CREMER S.A. Réu: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 48.528.217,82
<b>f) Principais fatos</b>	Ação ajuizada para cancelamento dos débitos discutidos no Processo Administrativo nº 13971.005209/2010-12, que também são objeto da Execução Fiscal nº 5013202-93.2018.4.04.7205, em trâmite perante a 5ª Vara Federal de Blumenau do TRF-4ª Região. Tais débitos decorrem de auto de infração lavrado para exigir o recolhimento de IRPJ e CSLL, em razão da amortização supostamente indevida de ágio registrado em razão da aquisição das ações que compunham o bloco de controle da empresa pela Cremerpar e da integralização de novas ações da empresa também pela Cremerpar.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso financeiro em caso de decisão desfavorável definitiva. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).
--	--

<b>Execução Fiscal nº 0002686-18.2019.4.01.3400</b>	
<b>a) Juízo</b>	Vara Federal, Brasília/DF
<b>b) Instância</b>	1ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	31/07/2020
<b>d) Partes do processo</b>	Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) Executada: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 10.191.835,54
<b>f) Principais fatos</b>	Execução Fiscal ajuizada para cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF dos anos calendário 2010 a 2013, por supostas operações de mútuo realizadas entre as empresas do grupo.
<b>g) Chance de perda</b>	Possível
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso financeiro em caso de decisão desfavorável definitiva. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Cautelar nº 23633-44.2015.4.01.3300</b>	
<b>a) Juízo</b>	Distrito Federal, Vara da Fazenda Pública
<b>b) Instância</b>	2ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	16/07/2015
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Réu: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 167.758.016,31
<b>f) Principais fatos</b>	Trata-se de Ação Cautelar Fiscal, com pedido de liminar, que visa a indisponibilidade dos bens dos requeridos até o limite de R\$ 112.889.552,91, valor este oriundo dos Processos Administrativos Fiscais nº 10166.727999/2014-11, 10166.731074/2014-66 e 10166.730981/2014-98. O processo Administrativo nº. 10166.727999/2014-11 foi encerrado no CARF. Os débitos de IRPJ e CSLL, relativos ao 3º e 4º trimestre do ano-calendário de 2009, objeto desse processo administrativo, estão sendo questionados por meio do Mandado de Segurança nº 1001730-19.2018.4.01.3400 (descrito no quadro abaixo), com sentença favorável julgando procedente o pedido, para anular os créditos tributários questionados. Em

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>relação ao Processo Administrativo nº 10166.730981/2014-98, já em primeira instância administrativa, foi desconstituído parcialmente o débito. Após as interposições dos Recursos de Ofício e Voluntário, foi mantida a decisão de primeira instância Administrativa, nos termos do Acórdão do CARF nº 3301-004.075. Logo, o débito que inicialmente era de R\$ 8.116.978,10, foi reduzido para R\$ 5.898.271,21.</p> <p>O processo 10166.731074/2014-66, trata de exigência de valores supostamente devidos a título de IRPJ e CSL, acrescida de multa e juros, decorrentes de infrações nos exercícios de 2010 a 2013: (i) indedutibilidade de despesas de juros supostamente desnecessárias, em empréstimos contraídos com instituições financeiras; (ii) a receita relativa à subvenção para investimento concedida pelo Distrito Federal deve estar sujeita à incidência do IRPJ e da CSLL; e (iii) ausência de recolhimento de IRPJ e CSL por estimativa no ano-calendário de 2011, com exigência de multa isolada de 50% sobre o valor supostamente devido.</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Indisponibilidade de bens da empresa. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b><u>Mandado de Segurança nº 1001730-19.2018.4.01.3400</u></b>	
<b>a) Juízo</b>	Vara Federal da Fazenda Pública, Distrito Federal/DF
<b>b) Instância</b>	2ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	25/01/2018
<b>d) Partes do processo</b>	Impetrante: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Impetrada: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 33.895.600,57
<b>f) Principais fatos</b>	Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de desconstituir débitos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao 3º e 4º trimestre do ano-calendário de 2009, com origem no Processo Administrativo nº 10166.727999/2014-11 descrito no quadro acima.
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso financeiro em caso de decisão desfavorável definitiva. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Mandado de Segurança Preventivo nº 5004518-08.2019.4.03.6128</b>	
<b>a) Juízo</b>	2ª Vara Federal de Jundiaí/SP
<b>b) Instância</b>	2ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	08/10/2019
<b>d) Partes do processo</b>	Impetrante: Health Logística Hospitalar S/A. Impetrado: Delegado da Receita Federal em Jundiaí/SP União - Fazenda Nacional
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 6.038.123,63
<b>f) Principais fatos</b>	Mandado de Segurança visando à exclusão ISS da base de cálculo do PIS/COFINS.
<b>g) Chance de perda</b>	Remota
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a Companhia deverá incluir o ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

<b>Processo 2005.01.1.130638-8 Ação Civil Pública nº 0014497-74.2005.807.0001</b>	
<b>a) Juízo</b>	6ª Turma do TJDF
<b>b) Instância</b>	2ª Instância
<b>c) Data da Instauração</b>	18/11/2005
<b>d) Partes do processo</b>	Autor: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ("MPDFT") Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
<b>e) Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$100.000,00
<b>f) Principais fatos</b>	Trata-se de Ação Civil Pública em que o MPDFT pretendeu declarar nulo o Termo de Acordo de Regime Especial nº 093/2004 SUREC-SEFP, ou, caso assim não se entenda o DD. Juízo que se declare a nulidade da cláusula primeira do referido termo, tornando ineficaz o crédito atribuído à Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA. Aduziu sua pretensão alegando que, ao firmar o Termo de Acordo nº 093/2004, o Secretário de Receita do DF se absteve de cumprir o mandamento do art. 26, §1º, da Lei Complementar Federal nº 87/96, e dos arts. 37 e 38 da Lei Estadual nº 1.254/96, já que não efetivou o ajuste com base na escrituração fiscal regular do Contribuinte, no caso, da Expressa. Assim, por essa omissão, alegou ter havido suposto prejuízo mensal ao Distrito Federal, em termos percentuais que variavam de 2,5% a 4% nas saídas interestaduais, e de 1% a 4,5% nas saídas internas, do ICMS devido. Neste ínterim, aduziu pela nulidade do acordo firmado, por este supostamente ter violado as normas vigentes acima dispostas. Alegou ainda que, por força do acordo supostamente nulo, a Expressa deixou de recolher o montante de R\$

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>264.139,15. Assim, em sede de pedidos, requer a declaração de nulidade do Termo de Acordo de Regime Especial nº 093/2004 – SUREC/SEFP, ou caso assim não entenda o DD. Juízo, que seja declarada a nulidade da cláusula primeira do termo, tornando, de qualquer forma, ineficaz o crédito fiscal atribuído à Expressa. Requer ainda a condenação da Expressa a recolher o ICMS não pago em decorrência do Termo de Acordo nº 093/2004, acrescido de juros e correção monetária, a partir da citação, ou que, caso não ocorra o recolhimento, que a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal efetue a constituição do crédito tributário.</p> <p>Em sentença prolatada em 4 de maio de 2010 a ação foi julgada procedente, sendo a Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA condenada a recolher os valores de ICMS decorrentes da utilização do TARE 093/2004. Em 23 de março de 2011, negou-se provimento ao recurso de apelação. Foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário, inadmitidos.</p> <p>Em 02/09/2014, foi determinado o sobrestamento da ACP até o trânsito em julgado da ADI 2012.00.2.014916-6 que discutia a constitucionalidade da Lei Distrital 4.732/2011, e que poderia impactar o objeto da ACP. Em tal ADI foi rejeitada a alegação de inconstitucionalidade da Lei Distrital, mantendo as disposições desta híidas.</p> <p>Assim, em nova sentença prolatada em 16/4/2015, a ação foi julgada extinta sem resolução do mérito, pois o julgamento da ADI nº 2012.00.2.014916-6 pugnou pela constitucionalidade da Lei Distrital nº 4.732/2011, que autorizou a remissão dos créditos tributários não recolhidos em razão de TARE. Neste sentido, houve perda do objeto e do interesse de agir do MPDFT. Houve recurso pelo MPDFT. Atualmente, os autos encontram-se sobrestados até julgamento de mérito do RE 851.421/DF pelo Supremo Tribunal Federal, que foi afetado pela repercussão geral (Tema 817). O RE 851.421/DF não discutirá mais o mérito da constitucionalidade da Lei Distrital nº 1.732/2011, mas sim a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no CONFAZ, perdoarem dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, reconhecidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, O processo mudou de número quando subiu para a 2ª Instância – Apelação nº 2015.01.1.097253-7.</p>
<b>g) Chance de perda</b>	Remoto
<b>h) Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**Processos Cíveis

<b>Processo Administrativo Punitivo nº 206/2014</b>	
a) Juízo	Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais
b) Instância	2ª Instância Administrativa
c) Data da Instauração	18/8/2014
d) Partes do processo	Autor: Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.007.208,22
f) Principais fatos	Trata-se de Processo Administrativo Punitivo, movido pela Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, por suposta venda de medicamentos com valores superiores aos definidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED. Em 10/09/2014, a Expressa apresentou defesa. A Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais manteve seu entendimento, determinando o ressarcimento do montante de R\$ 8.211.691,46 e aplicação da penalidade de advertência. A Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais retificou os valores, o que deu ensejo a novo Recurso Administrativo. Em 21/02/2019, a Expressa apresentou Recurso Administrativo. Em 03/05/2019 a CAIF/MG encaminhou os autos para análise técnica do recurso pela Assessoria Técnica do PMVG e posterior parecer pela Assessoria Jurídica da Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais. Até a presente data o recurso interposto não foi apreciado. Em 06/04/2020 houve informação de que o processo continuava aguardando possível recálculo e não foram observadas novas tramitações.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda os débitos serão inscritos em dívida ativa, sendo passíveis de cobrança pelas autoridades fiscais ou de questionamento judicial pela Companhia. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Ação de Cobrança nº 0007895-91.2013.8.24.0008</b>	
a) Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, TJSC.
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	11/04/2013
d) Partes do processo	Autor: BME Capão da Convenção Energia S.A.; Réu: Cremer S.A.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.982.921,40
f) Principais fatos	Trata-se de ação proposta pela BME pautada em rescisão de contrato de fornecimento de energia elétrica requerendo a condenação da Cremer ao pagamento de multa contratual. A ação foi contestada pela Cremer e foi realizada a fase instrutória, com produção de prova pericial. As partes apresentaram suas manifestações ao Laudo, tendo perito respondido com esclarecimentos. O processo aguarda prosseguimento. O processo passou a tramitar eletronicamente em junho de 2020, não havendo movimentações posteriores nos autos.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será apenas financeiro. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Ação de Cobrança nº 1027912-58.2014.8.26.0100</b>	
a) Juízo	29ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, TJSP
b) Instância	2ª Instância
c) Data da Instauração	26/03/2014
d) Partes do processo	Autor: Jones Lang Lasalle Réu: Cremer S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.713.115,77
f) Principais fatos	Trata-se de ação de cobrança pautada em pedido de condenação da Cremer ao pagamento de comissão sobre venda de planta têxtil. Cremer apresentou contestação, e em 06/03/2015 foi proferida sentença de total improcedência dos pedidos. Jones apresentou apelação contra a sentença, e em 18/10/2017 o Tribunal de Justiça de São Paulo converteu o julgamento em diligência, determinando a oitiva dos compradores do imóvel. Foram inquiridas testemunhas, restando pendente a realização de oitivas, suspensas em razão da pandemia da Covid-19. Em 24/08/2020 os autos foram impulsionados para intimar as partes a informar a existência de interesse na produção de prova oral. As partes manifestaram interesse e a Cremer pugnou pela realização de audiência presencial. O processo aguarda andamento.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será apenas financeiro. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).
--	---

<b>Ação Civil Pública nº 3000439-59.2012.8.26.0609</b>	
a) Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Taboão da Serra, TJSP
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	05/10/2012
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Estadual; Réu: Cremer S.A. (sucessora da Embramed Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.)
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.474.761,82
f) Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública pautada em supostos atos de improbidade administrativa relacionados a Concorrência Pública nº P-07/2009, aberta pelo Município de Taboão da Serra (inquérito civil nº 79/2011) para aquisição de produtos médico-hospitalares. O MPE/SP requereu, em suma: (i) o ressarcimento integral do dano causado ao Município de Taboão da Serra, no importe de R\$ 3.936.166.25, com juros e atualização monetária; (ii) pagamento de multa civil de até 2 vezes o valor do dano e (iii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 anos, nos termos do art. 12, incisos II e III da Lei nº 8.429/1992. Em 13.12.2018 o juízo prolatou decisão recebendo a petição inicial e afastando as alegações preliminares, determinando assim a citação dos réus e intimação do município para, querendo, ingressar no feito. Em 07.02.2019 a Embramed (Cremer) protocolou embargos de declaração contra a decisão, que restou não acolhido em 27/08/2019.</p> <p>Foi ainda apresentado Agravo de Instrumento contra a decisão que recebeu a inicial, e em 16/12/2019 foi julgado e negado seu provimento. A Cremer interpôs REsp contra referida decisão que restou não admitido em 18/05/2020. A Cremer interpôs AREsp contra a decisão que inadmitiu seu recurso, e em 30/07/2020 o processo foi encaminhado ao STJ. O processo foi encaminhado à conclusão em 01/09/2020.</p> <p>Não foram fornecidas atualizações posteriores deste caso.</p>
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais. Ademais, há possível impacto decorrente de aplicação de penalidade de vedação a contratar com o poder público. Ademais, cabe informar que, em caso de eventual condenação financeira decorrente desse processo, a Companhia

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	poderá pleitar que tal condenação seja suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores, nesse caso, é de R\$61,9 milhões).
--	---

<b>Ação Indenizatória nº 0008113-47.2014.8.26.0229</b>	
a) Juízo	2º Vara Cível da Comarca de Hortolândia, TJSP
b) Instância	2ª Instância
c) Data da Instauração	02/07/2014
d) Partes do processo	Autor: Plaspath Indústria e Comércio de Plástico Ltda.; Réu: Cremer S.A. (Escrow EMS)
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.498.221,63
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória movida pela Plaspath contra a Cremer pautada em alegação de descumprimento de contrato de fornecimento de embalagens requerendo indenização por danos emergentes e lucros cessantes. A sentença de primeiro grau julgou os pedidos parcialmente procedentes, reconhecendo que o contrato entre as partes perdurou entre outubro de 2010 e fevereiro de 2012. A Cremer e a corré Nature's Plus foram condenadas a ressarcimento de valores, a serem calculados em liquidação de sentença. Foram apresentados recursos pelas partes, sendo acolhido o apelo da Plaspath, reconhecendo a contratação desta para produção de embalagens em série pelo período de 5 anos. Neste sentido, somaram-se à condenação as embalagens que seriam produzidas nos anos em que reconhecido o vínculo contratual, descontadas as efetivamente produzidas. O Acórdão foi publicado em 15/09/2020 e a Cremer já interpôs o recurso cabível.
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será apenas financeiro. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Ação Indenizatória nº 0047717-63.2011.8.21.0001 (001/1.05.0099202-2)</b>	
a) Juízo	5ª Vara Cível da Comarca do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, TJRS
b) Instância	1ª Instância

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

c) Data da Instauração	31/01/1996
d) Partes do processo	Autor: Waldemar E. Höher & CIA Ltda.; Réu: Cremer S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.726.217,96
f) Principais fatos	<p>Trata-se de ação indenizatória pautada em suposta quebra de cláusula de exclusividade em contrato de representação comercial. Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes em primeira instância, e a sentença foi confirmada pelo TJRS e pelo STJ, havendo apenas algumas modificações quanto a critérios de cálculo. Foi iniciada a liquidação de sentença, sendo realizada prova pericial para precificar a condenação. As partes apresentaram manifestação ao laudo pericial, gerando necessidade de elaboração de Laudo Complementar pelo perito. As partes também apresentaram manifestação ao referido Laudo Complementar, tendo a Cremer também apresentado nos autos parecer técnico complementar. A irresignação da Cremer sobre os cálculos cinge-se, em resumo, em discordância sobre valores, índice de correção monetária, aplicação de juros e erros de cálculo. As partes apresentaram manifestação ao laudo pericial. O processo aguarda prosseguimento, sendo a última atualização datada de 01/09/2020.</p> <p>Conforme decisão de fls. 2516, foi deferida nestes autos a hipoteca legal sobre imóvel de propriedade da Cremer, registrado perante o 2º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob matrícula nº 1.494, situado à Rua Ewaldo Jensen, 777, com área de 53.330,50m2. Segundo informações dos autos, nesta propriedade se encontra parte do parque industrial da Cremer (fábrica de produtos adesivos).</p>
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será apenas financeiro. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Cremer, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Cremer e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Cremer (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$88,5 milhões).

<b>Ação Civil Pública nº 0066364-66.2015.8.16.0014</b>	
a) Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Seção Judiciária de Londrina/PR, TRF4
b) Instância	Instâncias Superiores - STJ
c) Data da Instauração	15/10/2015
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado do Paraná Réu: CM Hospitalar S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 111.183,22

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

f) Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, advinda do Inquérito Civil nº 0078.13.000582-6, pautada na alegação que servidores públicos teriam favorecido a contratação da empresa Cirúrgica Mafra Ltda. em contrato firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Londrina para aquisição de "seringas de insulina" em caráter emergencial indevidamente dispensando o processo licitatório. Alegou-se também fraude à concorrência por ter a Cirúrgica Mafra apresentado segundo orçamento de menor valor após suas concorrentes já terem apresentado seus orçamentos. Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando a Cirúrgica Mafra ao pagamento de multa civil e proibindo-a de contratar com o Poder Público ou dele receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 3 anos. A CM e outros Réus apelaram da sentença, sendo o recurso da CM parcialmente provido. Foram apresentados Embargos de Declaração e Recurso Especial com a finalidade de questionar a abrangência da proibição de contratação com o poder público. Foi negado seguimento ao REsp, oportunidade em que a CM interpôs Agravo em Recurso Especial. Em 27/08/2020 o Agravo foi conhecido de forma a delimitar a referida proibição à esfera municipal do local do dano. Houve interposição de Agravo Interno por um dos réus, ao qual foi negado provimento. Contra a decisão que negou provimento, o Agravante moveu Embargos de Declaração, que aguardam julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando a decisão desfavorável, seu trânsito em julgado trará impacto financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública que reconheceu favorecimento indevido em contratação com poder público, sendo tal impacto agravado pela proibição de contratar novamente com a Administração Pública de Londrina/PR, ressalvado o fato de que a região objeto da proibição tem baixa representatividade nos negócios da Companhia.

<b>Ação Civil Pública nº 0048214-85.2019.8.25.0001</b>	
a) Juízo	18ª Vara Cível da Comarca de Aracajú, TJSE
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	09/12/2019
d) Partes do processo	Autor: Município de Aracaju/SE Réu: CM Hospitalar S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 521.567,89
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Aracaju contra empresas farmacêuticas para obrigá-las ao fornecimento do medicamento BRINZOLAMIDA, uma vez que o Município se encontrava desabastecido de tal medicamento. Atualmente o processo encontra-se em fases iniciais, aguardando a apresentação de defesa prévia por todas as Rés. De acordo com pedido autoral, foi parcialmente deferida tutela antecipada para obrigar às Rés ao fornecimento do medicamento BRINZOLAMIDA. A decisão foi agravada pela Companhia, e em

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	decisão favorável, foi obtida uma liminar suspendendo a obrigação de fornecer o medicamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública.

<b>Ação Civil Pública nº 1004266-97.2017.8.26.0428</b>	
a) Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia, TJSP
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	27/07/2017
d) Partes do processo	Autor: Município de Paulínia/SP Réu: CM Hospitalar S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.750.915,26
f) Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa movida pelo município de Paulínia contra o ex-prefeito responsável pela gestão entre os anos de 2012 e 2016, assim como contra o antigo secretário de saúde e contra 25 empresas do ramo do comércio atacadista e distribuição de equipamentos médico-hospitalares, sob alegação de superfaturamento na aquisição dos produtos e consequente lesão ao erário. A CM apresentou defesa prévia em 17/09/2018, contudo, devido à citação tardia de algumas das Rés, ainda se aguarda a apresentação de defesa prévia por todas as Rés. Atualmente o processo encontra-se suspenso para apreciação de pedido de habilitação apresentado nos autos. Além disso, a avaliação dos advogados da CM Hospitalar identificou que no período constatado sequer fora realizada venda do medicamento supostamente superfaturado para a Prefeitura de Paulínia, podendo tratar-se de erro do Ministério Público na análise das compras efetuadas.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais.

<b>Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 5007367-42.2019.8.13.0145</b>	
a) Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora, TJMG
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	06/05/2019
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. e outros
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 114.381,89.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa na compra de medicamentos. De acordo com os autos da Ação Civil Pública, houve instauração de inquérito civil para apuração de conduta do antigo prefeito, Sr. Custódio Antônio de Mattos. O Tribunal de Contas não aprovou as contas apresentadas pela gestão e apurou que houve pagamento de valores acima do teto legalmente fixado pela CMED no montante histórico de R\$75.124,88, atualizado pelo próprio acórdão condenatório até agosto de 2015 a R\$ 92.845,17. Neste sentido, o Ministério Público requereu a nulidade da contratação e a condenação dos requeridos ao ressarcimento do valor reconhecido a maior devidamente atualizado e a condenação às penalidades previstas na lei de licitações, sendo o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. O processo encontra-se em fases iniciais, tendo as rés apresentado manifestação prévia e estando pendente a notificação da ré Help Farma. Em 16 de outubro de 2020 o Ministério Público requereu a notificação da ré em novo endereço e o processo aguarda andamento.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0800307-55.2015.4.05.8200</b>	
a) Juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de João Pessoa/PB, TRF5
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	02/02/2015
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal; Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. e outros.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.880.041,00
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. De acordo com os Autos da Ação Civil Pública, foi instaurado o Inquérito Civil Público nº 1.24.000.001542/2010-92 na Procuradoria da República na Paraíba, cujo escopo era apurar supostas irregularidades envolvendo superfaturamento na aquisição de medicamentos



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>pela Secretária de Estado da Saúde da Paraíba, notadamente medicamentos excepcionais, nos moldes de investigação desenvolvida no âmbito do Ministério Público Federal em Goiás, haja vista a participação das mesmas empresas em procedimentos licitatórios em ambos os Estados e a suspeita de que as irregularidades observadas no Estado de Goiás estavam se reproduzindo na Paraíba. Foi instaurada auditoria no TCU que concluiu pela existência das seguintes irregularidades: sobrepreço e superfaturamento decorrente do não cumprimento das disposições contidas no Convênio CONFAZ 87/2002, referentes à isenção de ICMS; Insuficiência de justificativa e/ou fundamentação legal para a realização de dispensa ou inexigibilidade de licitação para a aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Realização de compras sem o devido processo licitatório; Sobrepreço e superfaturamento resultante da aquisição de medicamentos a preços superiores ao máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/Anvisa); Ausência ou precariedade do registro e controle de estoque dos medicamentos excepcionais adquiridos pela SES/PB; Perda de medicamentos do setor de estoque da SES/PB, por desaparecimento ou por expiração de validade, sem adoção de providências para apuração dos fatos e realização de empréstimos e doações de medicamentos excepcionais a outros órgãos ou entidades sem respaldo legal ou processo administrativo; Inexistência de mecanismos externos implementados pelos gestores da SES/PB para fiscalizar a atuação do setor responsável pelo registro e controle de estoque de medicamentos do CEAF; e, Ausência de planejamento das aquisições de medicamentos do CEAF, acarretando descontinuidade na dispensação de fármacos. O Ministério Público Federal requereu a condenação dos requeridos nas sanções previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92 ou, subsidiariamente, nas sanções previstas no art. 12, III, da mesma lei, naquilo que lhes for aplicável. O processo se encontra em fases iniciais e ainda não houve decisão apta a receber ou rejeitar a ação. As rés apresentaram suas defesas prévias, e foi alegada ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal para atuar no caso. A Alegação ainda não foi apreciada e o processo aguarda andamento.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Ação Civil Pública nº 0072896-34.2014.4.01.3800</b>	
a) Juízo	16ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte/MG, TRF1
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	23/09/2014
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.235.856,70
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra o Estado de Minas Gerais e empresas do setor farmacêutico, incluindo a Expressa, visando a condenação solidária dos Réus ao pagamento do valor de histórico de R\$28.038.406,01, e condenação das empresas em danos morais, por suposto superfaturamento nos fornecimentos de medicamentos à SES/MG. O processo encontra-se em fase pericial, sendo que em 22 de janeiro de 2020 a Expressa apresentou sua manifestação ao Laudo Pericial e parecer técnico. Em 29 de janeiro de 2020 os autos foram remetidos ao Estado de Minas Gerais para manifestação sobre o Laudo, e permaneceram com a AGE até 09 de outubro de 2020, dada a suspensão de prazos dos processos físicos como decorrência das medidas adotadas pelo Estado de Minas Gerais para contenção da propagação da COVID-19. Em 23 de outubro de 2020 os autos foram remetidos à central de digitalização. Ainda pendente a manifestação dos MPF sobre o Laudo Pericial. Não há outras movimentações informadas sobre este caso.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Ação Civil Pública nº 0036283-32.2011.8.11.0041</b>	
a) Juízo	6ª Vara Especializada da Comarca de Cuiabá, TJMT
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	07/10/2011
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Estadual de Cuiabá Réu: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.618.269,73
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública, movida contra a Expressa e outros réus, cujo objeto cinge-se na responsabilização dos Réus por supostos atos de improbidade, praticados, em suma, em decorrência da aquisição superfaturada do medicamento "Teicoplamina", pela Secretaria Estadual de Saúde - SES/MT, mediante o Fundo Estadual de Saúde - FES. Em sua defesa a Companhia identificou que o comparativo para a conclusão de superfaturamento foi realizado entre medicamentos diferentes, ou seja, o medicamento vendido pela Companhia era de "referência" e o medicamento comparado, por outro lado, era do tipo "genérico". Em 04 de setembro de 2020 a ação foi julgada improcedente. Foram apresentados recursos contra a decisão de improcedência, sendo Embargos de Declaração com efeitos infringentes por um dos réus e Apelação pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Os recursos aguardam julgamento.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública pautada em alegação de improbidade administrativa. Poderá ainda advir eventual condenação a proibição de nova contratação com o poder público e proibição de usufruir de benefícios fiscais. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Ação Civil Pública nº 0115316-53.2004.8.07.0001</b>	
a) Juízo	3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, TRF1
b) Instância	2ª Instância
c) Data da Instauração	25/11/2004
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Réu: CM Hospitalar S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (valor histórico)
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública, movida contra a CM Hospitalar e outros réus, cujo objeto cinge-se ao ressarcimento aos cofres públicos de suposto ICMS não recolhido em razão de regime especial. O processo foi extinto por ausência de condições da ação, mas houve recurso pelo Ministério Público. Atualmente, os autos encontram-se sobrestados até julgamento de mérito do RE 851.421/DF pelo Supremo Tribunal Federal.
g) Chance de perda	Possível

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será financeiro e potencialmente reputacional, haja vista tratar-se de ação civil pública.
--	---

<b>Inquérito Civil nº 02053.000.121/2020</b>	
a) Juízo	17ª PJDCC em Recife/PE
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	23/04/2020
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado do Pernambuco Réu: CM HOSPITALAR S/A e outros
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de denúncia apresentada no Ministério Público de Pernambuco pela Fundação Altino Ventura, pautando-se no suposto aumento abusivo do valor de máscaras cirúrgicas entre os meses de fevereiro e março do ano de 2020, com base no art. 6º do Código de Defesa do Consumidor. Diante à denúncia, o Ministério Público de Pernambuco abriu o prazo de 10 dias úteis para manifestar acerca da denúncia, encaminhando documentos que comprovem o valor da comercialização do produto indicado na denúncia, nos últimos 90 (noventa) dias. Os documentos foram encaminhados em 08/05/2020. A Companhia forneceu as informações visando demonstrar a realização de vendas sem aumento abusivo de preço.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração de ação judicial.

Processos Penais

<b>Peça de Informação nº 2020.00279630</b>	
a) Juízo	1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada do Núcleo do Rio de Janeiro.
b) Instância	1ª Instância
c) Data da Instauração	11/08/2020
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: CM Hospitalar S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de solicitação de esclarecimentos feita pelo Ministério Público para apuração de suposta prática de preços abusivos desde o surto da pandemia de COVID-19. Foram requeridos os seguintes esclarecimentos: Informar se é produtora ou

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>fornecedora dos insumos; informar por quanto se dá a aquisição de cada produto, qual a margem de lucro aplicada e, por fim, por quanto são vendidos ao destinatário final; juntar tabelas dos preços praticados na venda de luvas de borracha e máscaras desde o início de 2020; informar o motivo do aumento nos preços praticados a partir de fevereiro/2020 em razão da pandemia; e indicar administradores para eventual oitiva em sede policial.</p> <p>Manifestação e documentos fornecidos pela CM foram protocolados perante o MPRJ em 13/10/2020. A Companhia forneceu as informações visando demonstrar a realização de vendas sem aumento abusivo de preço.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração de ação judicial. Em caso de decisão desfavorável, o impacto será apenas financeiro.

<b>Inquérito Policial nº 135/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de Inquérito Policial ("IPL") que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), instaurado em decorrência do Inquérito Civil ("IC") 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório. Foi determinada a instauração de Inquéritos Policiais individuais, um para cada procedimento licitatório, sendo que este passou a tratar do Pregão 19/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação da Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então encarregada do caso. No curso do IPL, foi elaborado laudo pelo setor técnico em que se analisaram fornecimentos da Expressa e de outras empresas, ao que se concluiu pela ocorrência de superfaturamento. Foi determinada a identificação dos responsáveis das empresas, mas, pelo que consta das cópias, ainda não houve sua intimação para oitiva.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	--

<b>Inquérito Policial nº 137/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 29/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. No curso do IPL, determinou-se a análise de preços praticados pela empresa Norprod Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda. apenas, não tendo havido análise dos preços de fornecimentos praticados pela Expressa. O laudo pericial não apontou sobrepreço e foi elaborado relatório pelo Delegado responsável, informando o encerramento dos trabalhos da Polícia Federal. Em 26/05/2020, o Delegado proferiu relatório final concluindo pela ausência de superfaturamento por sobrepreço na aquisição de medicamentos realizada pela adesão a ata de registro de preço do Pregão 029/2009 e deu por encerradas as investigações, com remessa ao Ministério Público Federal.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Inquérito Policial nº 138/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 35/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. No curso do IPL, foi determinada a análise dos preços de dois medicamentos fornecidos pela Expressa e outros medicamentos fornecidos pela empresa Droguistas Potiguares Reunidos. O laudo pericial concluiu que os preços praticados pela Expressa respeitaram o PMVG, ou seja, não houve sobrepreço, no entanto, utilizou referencial de PMVG equivocado, porque aparentemente utilizou o PMVG de outra data base e desonerou o ICMS. Diante disso, foi apresentada manifestação informando que a conclusão do laudo quanto à observância do PMVG e a inexistência de sobrepreço está correta, mas que, na verdade, o preço da Expressa foi ainda inferior ao PMVG, pois este foi calculado de forma equivocada. O laudo apontou sobrepreço para os fornecimentos da empresa Droguistas Potiguares e foi determinada a identificação dos seus responsáveis, para realização da oitiva. Em 27/11/2020, foi enviado à Polícia Federal a manifestação elaborada pela Expressa.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Inquérito Policial nº 139/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor:Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL, que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 45/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Foi determinada a análise de preços praticados em fornecimentos da Expressa e o laudo produzido pelo setor técnico da Polícia apontou sobrepreço por inobservância ao PMVG. Foi determinada a oitiva do sr. Moacir, ex-funcionário da Expressa, em 22/10/2020. Em 27/11/2020, foi enviado à Polícia Federal a manifestação elaborada para o caso.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 140/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL, que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 58/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. No curso do IPL foi determinada a análise dos preços praticados em fornecimentos feitos pela empresa Oncoprod, não tendo havido essa determinação com relação a fornecimentos da Expressa. Na análise, concluiu-se pela regularidade dos preços praticados por essa empresa, e foi elaborado Relatório Final pelo Delegado em 26/05/2020, que concluiu pela ausência de superfaturamento por sobrepreço na aquisição e medicamentos realizada pela adesão a ata de registro de preço do Pregão e deu por encerradas as investigações, com remessa ao Ministério Público Federal.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 141/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 67/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. No curso do IPL, foi determinada a análise dos preços constantes em nota fiscal emitida pela empresa Exata, não tendo havido determinação de análise de preços praticados pela Expressa. De acordo com o relatório dos advogados responsáveis pela condução do caso, o laudo ainda está pendente de elaboração.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 142/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades nas aquisições de medicamentos excepcionais sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 142/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Após elaboração de laudo pelo setor técnico da Polícia, indicando a ocorrência de superfaturamento em fornecimento feito pela Expressa, houve a intimação do sr. Alexandre Magno, ex-funcionário da Expressa, para prestar esclarecimentos, o que ocorreu em 21/10/2020. Foi elaborada manifestação para demonstrar a regularidade do preço praticado pela Expressa e a inoocorrência de superfaturamento, a qual foi enviada à Polícia Federal em 27/11/2020.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 143/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA,

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 171/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. No curso do IPL, foi determinada apenas a análise de preços praticados em fornecimentos feitos pela empresa Exata, não havendo determinação com relação à Expressa. O laudo concluiu pela inobservância de PMVG e por sobrepreço. Foi determinada a identificação dos representantes da empresa, para oitiva.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 145/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A  Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 489/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Ao obter as cópias atualizadas do IPL, foi possível constatar que apenas foi determinada análise dos

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	fornecimentos realizados pela empresa Majela Hospitalar Ltda., não tendo havido tal determinação com relação a fornecimentos da Expressa. O laudo apontou sobrepreço por inobservância ao PMVG, e foi determinada a identificação dos responsáveis da empresa para oitiva.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Inquérito Policial nº 146/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL, que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 528/2009. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Após elaboração de laudo pelo setor técnico da Polícia, indicando inobservância do PMVG e superfaturamento, foi determinada a oitiva do sr. Moacir, ex-funcionário da Expressa, em 22/10/2020.
g) Chance de perda	Remota

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Inquérito Policial nº 147/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público Federal da Paraíba Réu: N/A  Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão 42/2010. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação pela Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Após elaboração de laudo pelo setor técnico da Polícia, indicando a ocorrência de superfaturamento em fornecimento feito pela Expressa, houve a intimação do sr. Alexandre Magno, ex-funcionário da Expressa, para prestar esclarecimentos, o que ocorreu em 21/10/2020. Foi elaborada manifestação tratando da regularidade do preço praticado pela Expressa e a incoerência de superfaturamento, a qual foi enviada à Polícia Federal em 27/11/2020.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

<b>Inquérito Policial nº 148/2017</b>	
a) Juízo	Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba
b) Instância	1ª Instância - Fase Investigativa
c) Data da Instauração	31/05/2017
d) Partes do processo	Autor: Estado da Paraíba, por meio de sua Secretaria de Saúde Réu: N/A Parte Interessada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f) Principais fatos	Trata-se de IPL que investiga o crime de estelionato qualificado (artigo 171, §3º, do Código Penal), decorrente do desmembramento do IPL 135/2017, instaurado em decorrência do IC 1.24.000.001542/2010-92, cujo objetivo é apurar eventuais irregularidades por meio de superfaturamento nas aquisições de medicamentos excepcionais pela Secretaria de Saúde da Paraíba com preços acima do máximo fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da ANVISA, sem o devido processo licitatório, especificamente com relação ao Pregão n. 61/2010. Em 23/07/2017, foi apresentada manifestação da Expressa e, na sequência, também realizada audiência com a Delegada Luciana Paiva Barbosa, então responsável pelo caso. Foi determinada análise dos fornecimentos realizados apenas pela empresa Droguistas Potiguares, não tendo havido análise dos preços da Expressa. No laudo elaborado pela Polícia Federal, se concluiu que os preços praticados pela referida empresa foram regulares, e o Delegado elaborou Relatório Final em 11/08/2020, concluindo pela ausência de superfaturamento por sobrepreço na aquisição de medicamentos realizada pela adesão a ata de registro de preço do Pregão 61/2010 e deu por encerradas as investigações, com remessa ao Ministério Público Federal.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de procedimento administrativo que, a depender de seu resultado, poderá dar ensejo a instauração Ação Penal. O crime em tela prevê pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos e multa para os indivíduos em caso de condenação. Ademais, cabe informar que eventual condenação financeira decorrente desse processo poderá ser suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	--

<b>Inquérito Policial nº 0721390-85.2014.8.13.0024</b>	
a) Juízo	Vara de Inquéritos de Belo Horizonte/MG
b) Instância	Em fase de investigação policial
c) Data da Instauração	06/05/2013
d) Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Réu: N/A Envolvida: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. e outros.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Não informado
f) Principais fatos	Os antigos representantes da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (administradores da Expressa antes da Companhia adquiri-la) figuram como investigados após notícia de crime apresentada por Opem Representação Importadora Exportadora e Distribuidora Ltda, tendo imputado a si o crime previsto no artigo 273 do Código Penal de "falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais". Em 11/07/2019, o antigo representante da Expressa Distribuidora de Medicamentos, Sr. Gilberto Freire Leal Filho, foi ouvido pela autoridade policial e apresentou documentos que descaracterizaram a imputação de venda de medicamento sem autorização da ANVISA. Atualmente, o procedimento aguarda despacho da delegada de polícia responsável.
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, o impacto será reputacional e financeiro. Além de prever pena de reclusão de 10 a 15 anos para os indivíduos envolvidos no crime descrito, o Código Penal prevê a aplicação de multa contra o autor do crime. Ainda, há risco de medidas cautelares e assecuratórias criminais como busca e apreensão e bloqueio de ativos, além de risco reputacional.

Processos Trabalhistas

<b>Processo nº 0020755-27.2019.5.04.0007</b>	
a) Juízo	Vara do Trabalho de Porto Alegre
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	15/07/2019
d) Partes do processo	Reclamante: F.A.E. Reclamada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.091.083,20
f) Principais fatos	<p>Reclamação trabalhista cujos principais pedidos são: Vínculo empregatício, Verbas rescisórias diversas, Horas extras e Cobrança de comissão.</p> <p>Principais andamentos do Processo: 15/07/2019 - Distribuição da Ação. 25/09/2019 - Apresentação de Contestação. 25/09/2019 - Realizada audiência inicial, sem possibilidade de acordo. Designada Audiência de Instrução: 13.10.2020. Audiência de Instrução Cancelada. Designada perícia para apuração das diferenças de comissões. Prazo 05.11.2020. 14/10/2020 - Requerimento do Reclamante para realização de perícia contábil a fim de demonstrar a procedência dos pedidos da inicial, bem como requerimento para produção de prova oral (depoimento pessoal do representante da ré e oitiva de testemunhas). 19/10/2020 - Deferimento da perícia contábil. 04/11/2020 - Apresentação de Quesitos.</p>
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor envolvido, indicado acima. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Processo nº 1002079-88.2017.5.02.0023</b>	
a) Juízo	23ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) Instância	2ª instância
c) Data da Instauração	10/11/2017
d) Partes do processo	Reclamante: J.A.A. Reclamada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.519.265,13
f) Principais fatos	<p>Reclamação trabalhista cujos principais pedidos são: Salário e reflexos, adicional noturno, adicional de periculosidade, Sobreaviso, Férias vencidas indenizadas.</p> <p>Principais andamentos do Processo: 17/09/2019 - publicação de sentença parcialmente condenado a Expressa 28/01/2020 - publicação de decisão rejeitando os Embargos de Declaração do Reclamante e acolhendo em parte os Embargos de Declaração da Reclamada. 10/02/2020 - interposição de Recurso Ordinário pelo Reclamante. 11/02/2020 - interposição de Recurso Ordinário pela</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>Reclamada.</p> <p>17/03/2020 – juntada de procuração ad judicia et extra pelo escritório DDSA que passou a assumir a responsabilidade do caso e protocolo de contrarrazões pelas partes.</p> <p>25/05/2020 – autos remetidos ao Tribunal para julgamento.</p> <p>25/09/2020 – publicação de acórdão julgando o Recurso Ordinário interpostos pelas partes tiveram provimento parcial reformando a sentença. Foram mantidas as condenações no tocante ao adicional de periculosidade e ao adicional de sobreaviso. Os pedidos relativos à aplicação dos reajustes salariais e multas normativas e a condenação em horas extras pela redução da hora noturna, objeto de Recurso Ordinário do Reclamante, foram novamente negados.</p> <p>29/09/2020 – Oposição de Embargos de Declaração pelo Reclamante.</p> <p>02/10/2020 – Oposição de Embargos de Declaração pela Expressa.</p>
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro. O valor apontado acima é referente ao valor total da demanda, o valor de risco está em torno de R\$1,7 milhão. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).

<b>Processo nº 0101127-55.2018.5.01.0047</b>	
a) Juízo	47ª Vara do Trabalho de São Paulo
b) Instância	2ª instância
c) Data da Instauração	01/11/2018
d) Partes do processo	Reclamante: R.T. Reclamada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.593.439,60
f) Principais fatos	<p>Reclamação trabalhista cujos principais pedidos são: Vínculo empregatício, Verbas rescisórias diversas. Julgado improcedente em primeira instância.</p> <p>Principais andamentos do Processo: Processo Julgado Totalmente Improcedente. Embargos de Declaração não conhecidos. Prazo para Recurso Ordinário 08.06.2020. Interposição de Recurso Ordinário. Intimação para apresentação de Contrarrazões ao Recurso Ordinário. O processo está aguardando julgamento.</p>
g) Chance de perda	Possível

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente de valor de condenação. O caso foi julgado improcedente em 1ª instância e aguarda apreciação de 2ª instância. Ademais, cabe informar que eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Expressa, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Expressa e/ou pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Expressa (o valor agregado máximo a ser suportado pelos vendedores é de R\$250 milhões).
--	---

Processos Ambientais

<b>Processo nº 10101201850902 (Auto de Infração nº 7620-D)</b>	
a) Órgão	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina ("IMA")
b) Instância	1ª instância (esfera administrativa)
c) Data da instauração	16/03/2018
d) Partes do processo	Autor: IMA Autuado: Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 60.000,00
f) Principais fatos	O IMA lavrou o referido Auto de Infração em face da Flexicotton em função de suposta implantação e operação de atividade sem as devidas licenças ambientais, supressão de vegetação sem licenciamento ambiental e intervenção em Área de Preservação Permanente (nascente com aterro). Houve a espontânea procura pelo órgão ambiental para regularização, com pedido de reversão da multa em medidas de correção, preservação e melhorias, bem como a concessão de desconto de 30% sobre o valor da multa. Após apresentação de defesa prévia, em 19/11/2018, e de alegações finais, em 28/02/2020, o processo foi encaminhado para a Coordenadoria Regional de Meio Ambiente da Grande Florianópolis (CODAM/CRF) em 03/03/2021, onde aguarda julgamento.
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente de valor de condenação e potencialmente reputacional.

Processos Concorrenciais

<b>Processo Administrativo nº 08012.002222/2011-09</b>	
a) Juízo	Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE")
b) Instância	N/A

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

c) Data da Instauração	02/04/2015
d) Partes do processo	Investigados: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda., Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., Dimaci Material Cirúrgico Ltda., Drogafonte Medicamentos e Material Hospitalar Ltda., Dupatri Hospitalar Comercial Importação e Exportação Ltda., Hipolabor Farmacêutica Ltda., Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Macromed Comércio de Material Médico e Hospitalar Ltda., CM Hospitalar S.A., Merriam Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Netfarma Comercial Ltda - ME, Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda., Prodiel Farmacêutica Ltda. (atual Profarma Specialty S.A), Rhamis Distribuidora Farmacêutica Ltda, Sanval Comércio e Indústria Ltda., Torrent do Brasil Ltda., Altisberto Martins Ferreira, André Neves de Magalhães, Apolônio Fernandes dos Santos, Armando Pedro Tortelli, Eugênio José Gusmão da Fonte Filho, Felipe de Melo Campos Chaves, Gustavo Neves de Magalhães, Júlio Issao Miyaka, Lucio Mauro dos Santos Broseguini, Luiz Eustáquio Silva, Renato Alves da Silva, Akauan de Lucas Virtuoso, Dilma Mendes Luz, Douglas Peres de Araújo, Carlos Eduardo Ramirez, Fernando Luís Prochnow, Leonardo Teixeira Alves de Oliveira, Lígia Balestra de Pina Medeiros e Paulo César Prochnow. Autor: CADE
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	No caso de uma eventual condenação, os valores envolvidos poderiam incluir uma sanção pecuniária de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa em 2014, no ramo de atividade da conduta.
f) Principais fatos	<p>A investigação que visa averiguar a existência de um cartel em licitações públicas promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado de MG para aquisição de medicamentos (em especial nos procedimentos licitatórios Pregões nº 26/2007 e 58/2008) se iniciou a partir de informações apresentadas pelo Ministério Público de Minas Gerais e foram complementadas pelas interceptações telefônicas realizadas e pelo material apreendido nas diligências de busca e apreensão ocorridas nas sedes das empresas investigadas. Entretanto, nenhuma das empresas da Viveo sofreu busca e apreensão ou interceptação telefônica ou sequer foi investigada pelo Ministério Público de Minas Gerais. O próprio CADE reconhece que a Companhia não participou da licitação, de modo que somente foi citada nesse processo porque na busca e apreensão da Ipolabor constava a Companhia como participante de uma certa reunião. Mas já foi constatado que nessa reunião foi tratado somente assuntos relacionados a compra de produtos para o mercado privado, visto que a Companhia não revendia e não revende produtos desta empresa para o setor público.</p> <p>Desde 2015, o processo teve o polo passivo aditado diversas vezes a fim de incluir novos representados conforme a instrução evoluía, tendo sido instaurado, por último, em 22 de outubro de 2018, com a inclusão de Rhamis Distribuidora Farmacêutica Ltda., Lucio Mauro dos Santos Broseguini, Luiz Eustáquio Silva e Renato Alves da Silva.</p> <p>Os representados Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda. e Dilma Mendes Luz celebraram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) perante o CADE, de modo o processo encontra-se, atualmente, suspenso perante ambos.</p> <p>O caso está em sede de instrução pela Superintendência-Geral do CADE. Não há previsão, por ora, de julgamento pelo Tribunal do CADE.</p>
g) Chance de perda	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável.

### **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

### **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

#### **4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Os processos descritos no item 4.3 acima têm como valor total de provisão o montante de R\$ 12.023 milhões, em 31 de dezembro de 2020.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

A Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos neste item 4.4 deste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.



#### **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não figuram no polo passivo de processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

##### **4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6**

Não aplicável, uma vez que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não figuram no polo passivo de processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

#### **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

A Companhia considera que não há outras contingências relevantes.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, aprovada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de setembro de 2020 e alterada em 15 de março de 2021 e em 07 de abril de 2021, sendo esta última a versão vigente ("Política de Gestão de Riscos"). Essa política tem por objetivo implementar e orientar o processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a permitir a correta e tempestiva identificação de riscos, a avaliação adequada do cenário e a subsequente adoção das medidas cabíveis, bem como a correta comunicação aos responsáveis pela gestão e posterior monitoramento dos riscos encontrados.

A Companhia também possui políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Política de Negociação de Valores Mobiliários, Código de Conduta, Política de Anticorrupção, Política de Contratação de Auditoria Independente, Política de Transações com Partes Relacionadas, Publicação de Ato ou Fato Relevante e Política de Proteção de Dados Pessoais, disponíveis no website da Viveo ([www.viveo.com.br](http://www.viveo.com.br)).

**b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

### ***i. Os riscos para os quais se busca proteção***

A Política de Gestão de Riscos busca gerenciar os riscos inerentes ao negócio da Companhia e aumentar a probabilidade do atingimento dos objetivos e metas da Companhia, a fim de assegurar a proteção contra os tipos e fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimentos. Nesse sentido, a Companhia estruturou seu mapa de riscos em 4 (quatro) categorias principais, sendo essas: Estratégico, Financeiro, Operacional e Compliance. Dentro dessas categorias, a Companhia identifica 10 (dez) tipos de riscos que permeiam os processos de negócio, entre os quais:

#### Categoria: Estratégicos

- Riscos estratégicos: são aqueles associados à tomada de decisões pela alta administração da Companhia, cuja materialização possa gerar perda substancial de valor econômico da Companhia ou de suas controladas, de capital ou de participação de mercado, como consequência de planejamento e/ou decisões falhas, usualmente relacionados a estratégias de negócio e participação no mercado, investimentos, sucessão, inovação e competição.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Riscos de imagem/reputação: são aqueles decorrentes de eventos que possam gerar em partes interessadas a perda de confiança na idoneidade e/ou na integridade da Companhia ou de suas controladas, ou na capacidade da Companhia ou de suas controladas cumprir com seus compromissos.
- Satisfação do Clientes: Riscos decorrentes de eventos de exposição negativa perante os clientes, mercado de atuação e aos órgãos reguladores (público externo), e/ou a falha na excelência do atendimento a prestação de serviço e qualidade de produção dos insumos ofertados ao mercado, ocasionando possíveis perdas de clientes estratégicos/chave com transações e/ou operações significativas para a Companhia.
- Dependência de Parceiros: Riscos decorrentes de eventos negativos envolvendo fornecedores críticos e/ou estratégicos (público externo), ocasionando dependência do fornecimento de insumos e/ou serviços que possam impactar as operações da Companhia, como a falta de capacidade de atendimento de nossas demandas ou perda de ganhos nas negociações comerciais por ausência de fornecedores concorrentes.

### Categoria: Financeiro

- Gestão de Recursos Financeiros: são aqueles cuja materialização possa gerar perdas financeiras para a Companhia ou para suas controladas, prejudicando ou inviabilizando suas atividades mediante a redução dos recursos financeiros necessários. Envolve, entre outros, os riscos de liquidez, de mercado (decorrentes da variação de preços de ativos e passivos, em razão da variação de taxas de juros, variações cambiais, preço de mercadorias e outros insumos) e de crédito (decorrente do não recebimento de valores devidos por terceiros);

### Categoria: Operacional

- Falha Operacional: Riscos referentes às possíveis perdas de eficiência e eficácia das operações da organização por razões ligadas à própria infraestrutura da Viveo, tais como pessoas, processos, estrutura física e/ou tecnológica.
- Cibernéticos: Riscos cuja materialização possa expor os ativos de informação da Viveo a ameaças conhecidas ou desconhecidas por meio de ataques cibernéticos por hackers. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Viveo, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais).

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Continuidade do Negócio: Riscos cuja materialização possa gerar lentidão e/ou indisponibilidade total ou parcial na infraestrutura tecnológica que impacte processos críticos e não críticos do negócio da Companhia (pessoas/ eventos internos e externos - PCN), podendo gerar danos nos níveis de serviços acordados com os clientes.

### Categoria: Compliance

- Riscos regulatórios/legais: são aqueles cuja materialização possa gerar sanções legais ou regulatórias e possível perda financeira (multas, impedimentos de atuação e outras possibilidades) e/ou de reputação, decorrentes do descumprimento de leis, acordos, políticas e regulamentos, ou, ainda, de alterações nas normas pertinentes, previstas ou não, que possam comprometer as atividades da Companhia ou de suas controladas;
- Riscos socioambientais: são aqueles cuja materialização possa gerar dano ou inviabilização econômica da Companhia ou de suas controladas, tais como ações de reparação, multas, interdições, entre outras possibilidades, em razão de danos ao meio ambiente, às pessoas ou às regiões nas quais a Companhia ou suas controladas atue.

### **ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco**

Os procedimentos adotados no gerenciamento de riscos seguem os princípios dos frameworks COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada e ISO 31000:2009 Gestão de riscos — Princípios e diretrizes, no qual o processo de gestão segue 6 (seis) etapas, conforme descrição a seguir:

#### (1) Avaliação do contexto

A estruturação da classificação adequada de riscos passa necessariamente por uma prévia avaliação dos ambientes internos e externos em que as partes interessadas estão inseridas.

O ambiente interno é conjunto de fatores controlados pela Companhia que pode de alguma forma aumentar ou reduzir riscos, ou o impacto de riscos materializados, tais como, mas não limitados à existência e observância de processos e controles internos, estrutura de governança e compliance, políticas internas, regulamentos e procedimentos, situação econômico-financeira, cultura da organização, sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomadas de decisão (formais e informais), relações contratuais, relações com as partes interessadas e suas percepções e valores, capacidades em termos de recursos e conhecimentos (por exemplo, capital, tempo, pessoas, processos), entre outros.



## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O ambiente externo é o conjunto de fatores alheios à Companhia e não controlados por ele que pode de alguma forma aumentar ou reduzir riscos, ou o impacto de riscos materializados, tais como (mas não limitados) ao contexto político, jurídico, cultural, ambiental, econômico ou social em que a Companhia está inserida, bem como as percepções e valores de terceiros com os quais o Grupo tenha qualquer tipo de relação, comercial ou não.

### (2) Identificação dos riscos

É necessário que se identifique, formalize e documente, periodicamente e de forma estruturada, os riscos a que a Companhia está sujeita, de forma a permitir o tratamento adequado desses riscos segundo o Plano de Ação estabelecido. Nesse processo, devem ser considerados todos os tipos de riscos, entre os quais os Estratégicos, Operacionais, Financeiros e de Compliance.

### (3) Análise e avaliação de riscos

Essa etapa envolve a identificação dos riscos, suas causas, possíveis consequências, áreas afetadas e probabilidade de geração efetiva de consequências.

Identificadas essas características, os riscos devem ser priorizados conforme a razão entre i) a probabilidade de concretização do dano em um dado intervalo de tempo e ii) o impacto da concretização do risco, assim entendido o dano concreto decorrente da materialização do risco, tal como o valor de indenizações e multas devidos, o impacto dessas no fluxo de caixa, o impacto no meio ambiente, o eventual dano à imagem/reputação (e suas consequências financeiras) etc.

Anualmente é realizada uma avaliação geral dos riscos da Companhia, liderada pelo Conselho de Administração, com participação do Diretor Presidente, Comitê de Auditoria e do principal time executivo (diretores) da Companhia, por meio de reuniões e entrevistas, com a missão de realizar o diagnóstico da estrutura da Companhia, identificação dos riscos, priorização no tratamento dos riscos identificados, elaboração de novo mapa de risco, definição da estratégia do gerenciamento de risco da Companhia e, conseqüentemente, as necessidades dos recursos humanos e financeiros necessários para operacionalizar a estrutura de gestão de risco da Companhia.

Além disso, o Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação específica acerca da suficiência da estrutura e do orçamento da Auditoria Interna para o desempenho regular de suas funções, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### (4) Tratamento dos riscos e determinação do Plano de Ação

O tratamento dos riscos identificados nas atividades desempenhadas pela Companhia será priorizado conforme criticidade.

O tratamento de riscos é responsabilidade da 1ª linha de defesa, cabendo às áreas de negócio o gerenciamento dos riscos, de forma que quando identificado um novo risco que não esteja coberto por controles que mitiguem a sua materialização, esse risco deverá ser reportado para a área de Controles Internos e Compliance para adoção de medidas que configurem o seu gerenciamento para adequá-los ao apetite a riscos da Companhia, conforme alternativas a seguir:

- **Evitar:** Não correr os riscos, determinando a descontinuação das atividades que os geram, sejam eles decorrentes da produção de um bem específico, da manutenção de uma linha de negócios ou de processos da empresa. Essa alternativa deve ser aplicada quando não houver alternativa viável ou suficiente para reduzir o impacto ou a probabilidade de ocorrência de risco que possa ter consequências relevantes e /ou irreversíveis, justificando a descontinuação;
- **Aceitar:** Não adotar nenhuma providência para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco. Essa alternativa deve ser aplicada quando o custo do gerenciamento/mitigação não compensar, se comparado com o impacto possível. Nesse caso, o risco deverá ser monitorado continuamente, para garantir novo tratamento adequado caso haja mudança na situação que possa aumentar o impacto e/ou probabilidade do risco – gerando alteração de sua criticidade;
- **Reduzir:** Determinar medidas para reduzir a probabilidade de concretização do risco e/ou seu impacto em caso de concretização. Essa alternativa deve ser aplicada quando a redução da probabilidade ou do impacto forem suficientes para tornar o risco assumível, segundo o apetite a riscos da Companhia;
- **Compartilhar:** Determinar medidas para reduzir a probabilidade de concretização do risco e/ou seu impacto em caso de concretização mediante transferência e/ou compartilhamento de parte do risco por meio de seguros, hedge, associações, terceirização de atividades e outros.

Após determinar em conjunto com as áreas responsáveis e/ou afetadas as estratégias de tratamento a serem adotadas, o Plano de Ação será documentado e comunicado às áreas envolvidas, para assegurar a efetivação tempestiva das medidas determinadas.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A área de Controles Internos e Compliance irá dar suporte às áreas na elaboração dos Planos de Ação que corrigem as falhas de controle identificadas na causa raiz e mitigam os riscos afetados.

### (5) *Monitoramento de riscos*

O monitoramento de riscos é o acompanhamento dos riscos identificados e priorizados e da efetividade da implementação dos processos de gestão de riscos da Companhia e das medidas de tratamento de riscos determinadas.

O monitoramento deve ser realizado pela 1ª linha de defesa, buscando avaliar de forma contínua a eficácia de seus controles e melhoria no gerenciamento de seus riscos. A área de Controles Internos e Compliance (2ª linha de defesa) apoiará as áreas de negócio no monitoramento dos riscos, com o objetivo de contribuir para o atingimento dos objetivos e metas da Companhia.

### (6) *Comunicação dos riscos*

Os riscos devem ser comunicados de forma clara e objetiva, com todas as informações relevantes possíveis, a todas as partes afetadas e/ou responsáveis, e, principalmente, às responsáveis pela determinação e efetivação das medidas de tratamento de riscos.

Igualmente, uma vez determinadas as medidas a serem adotadas para tratamento dos riscos, essas deverão ser comunicadas de forma precisa e célere às áreas responsáveis pela implementação das medidas determinadas.

Além dos procedimentos descritos na Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota como instrumento de proteção aos riscos inerentes aos seus negócios a estruturação e a execução, pela área de Controles Internos e Compliance, de estratégias de avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles dos processos da Companhia. A área de Controles Internos e Compliance também garante o suporte à 1ª linha de defesa no gerenciamento dos riscos. A partir da avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles com as revisões dos processos, há, entre outros instrumentos, a elaboração de matriz de controle, a execução dos testes de efetividade, a elaboração das recomendações de melhoria, o monitoramento da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas com reuniões periódicas junto aos gestores, a garantia da implementação dos planos por meio de Follow-up e os reportes consolidados de resultados ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos.

### ***iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos***

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia encontra-se estruturado e regulamentado pela Política de Gestão de Riscos, a qual descreve a metodologia de gestão de riscos e contempla a estrutura de modelo dos agentes de defesa, segregados em três linhas, com papéis distintos a serem desempenhados na estrutura de governança da Companhia:



- **1ª Linha de Defesa:** Gestores das áreas responsáveis pelos processos, riscos e controles inerentes aos negócios. Os gestores dos processos possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com o objetivo de resolver as deficiências de controle e de processo, mitigando os riscos relacionados;
- **2ª Linha de Defesa:** Área de Controles Internos e Compliance, a qual possui como responsabilidade suportar a 1ª linha de defesa prática da gestão de riscos da Companhia, em especial em aspectos de controles internos, procedimentos, normas, apoio das políticas de gestão, definição de papéis e responsabilidades, identificação de mudanças de apetite de risco da Companhia, auxílio na construção de processos, controles e procedimentos;
- **3ª Linha de Defesa:** Área de Auditoria Interna, a qual possui como responsabilidade avaliar de forma independente a eficácia da gestão de riscos e controles internos da Companhia. Dessa forma, fornece à alta gestão e aos órgãos de governança avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, provendo avaliações sobre o status de governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta nos objetivos da Companhia. Vale ressaltar que os integrantes da área de Controles Internos e Compliance não acumulam suas funções com atividades operacionais.

A Política de Gestão de Riscos define as atribuições de cada agente no controle e gerenciamento de riscos:

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### **Conselho de Administração**

- Aprovar a Política de Riscos e suas revisões; e
- Aprovar o apetite e mapa de riscos da Companhia.

### **Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos**

- Recomendar a aprovação a Política de Riscos da Companhia e suas revisões;
- Recomendar a aprovação do apetite e mapa de riscos da Companhia;
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos e aprovar eventuais sugestões de alterações, caso entenda necessário;
- Garantir a implementação da Política de Riscos, com suas estratégias e diretrizes, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- Reportar-se para o Conselho de Administração e mantê-lo atualizado sobre monitoramento e exposição a riscos.

### **Gestores de Processos (1ª Linha de Defesa)**

- Gerir os riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade a partir da identificação, avaliação, monitoramento e tratamentos aos riscos, com a participação das demais áreas a serem envolvidas, conforme divisão de competências aqui estabelecida;
- Reportar tempestivamente as informações à 2ª linha de defesa (área de Controles Internos e Compliance) sobre os riscos inerentes ao processo que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto;
- Implementar e monitorar seus planos de ação para tratamento das deficiências identificadas em seus respectivos processos; e
- Reportar a ocorrência de materialização dos riscos para a 2ª linha de defesa (área de Controles Internos) de imediato para tratamento elaboração dos planos de ação.

### **Controles Internos e Compliance (2ª Linha de Defesa)**

- Suportar a 1ª linha de defesa no gerenciamento dos riscos inerentes aos negócios da Companhia;
- Manter a Política de Riscos da Companhia atualizada;
- Avaliar vulnerabilidade do ambiente de controles dos processos da Companhia através dos testes de efetividade;
- Monitorar a implementação dos planos de ação para as falhas identificadas;
- Realizar a asseguuração da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas (*Follow-up*); e
- Elaborar o relatório de consolidação de riscos e reportá-los periodicamente ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos.
- Analisar e recomendar a conformidade do Código de Conduta da Companhia às leis e regulamentações pertinentes, bem como os procedimentos vigentes para a verificação de sua efetividade, inclusive as políticas aprovadas;
- Monitorar o cumprimento e a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e às políticas da Companhia e das demais empresas da Viveo;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Analisar os resultados e as respostas de quaisquer exames efetuados pelas autoridades regulatórias;
- Avaliar recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre administradores, colaboradores e partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário, ou quando apresentadas por colaboradores ou terceiros, ou por solicitação da Diretoria, do Conselho de Administração;
- Realizar um acompanhamento próximo junto às outras funções de conformidade, controle e monitoramento (Jurídico, Prevenção de Perdas, Segurança Patrimonial e Segurança da Informação) da Companhia;
- Avaliar os reportes recebidos pelos gestores de processo da 1ª linha de defesa de como a administração conduz e garante a segurança dos sistemas de informação em meio eletrônico para processar as informações financeiras no caso de falha nos sistemas ou para proteger contra fraudes ou uso inadequado dos equipamentos da Companhia; e
- Responsável pelo treinamento do Código de Conduta.

### **Auditoria Interna (3ª Linha de Defesa)**

- Responsável por aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia reportando-se diretamente ao Conselho de Administração;
- Avalia a eficácia da governança corporativa;
- Elabora o planejamento da gestão de riscos;
- Elabora e operacionaliza o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados;
- Avalia a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles;
- Avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos; e
- Reporta aos órgãos de governança da Companhia.

### **Da estrutura e funcionamento para o gerenciamento dos riscos**

O gerenciamento dos riscos da Companhia é formado mediante a participação das três linhas de defesa, conforme descrito acima, permeando os processos avaliação, identificação, análise, tratamento, monitoramento e comunicação dos eventos que afetem adversamente a realização dos objetivos da Companhia.

A área de Controles Internos encontra-se estruturado com reporte direto ao Diretor Financeiro (CFO) e ao Comitê de Auditoria, e Compliance ao Diretor Financeiro (CEO) e ao Comitê de Auditoria. A área foi internalizada na Companhia em janeiro de 2020 e durante o referido ano houve a execução dos trabalhos de gerenciamento de riscos, através da avaliação da vulnerabilidade dos ambientes de controles e dos procedimentos executados pelas áreas de processo, por meio da execução de testes de efetividade através da avaliação de evidências e documentações que corroboram com a implementação dos controles e procedimentos existente.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Os trabalhos executados pela Auditoria Interna são efetuados de forma independente, considerando a integridade, confidencialidade e independência em sua execução, os quais possuem abordagem na identificação e cobertura de seus riscos, mapeamento dos controles, execução de testes baseado em evidências, apuração das falhas de controle e consolidação dos relatórios. A Auditoria Interna possui reporte direto ao Conselho de Administração da Companhia.

Os relatórios de demonstrações financeiras são estruturados pela área de Contabilidade e Controladoria, que elabora o referido relatório de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos determinados como necessário.

Os trabalhos aferidos para o gerenciamento dos riscos são todos reportados para alta gestão e ao Comitê de Auditoria, dando total transparência sobre seus resultados. Para as deficiências identificadas, falhas de controles ou recomendação de melhoria, a área de Controles Internos e Compliance elabora juntamente com os gestores dos processos os planos de ação, efetua o acompanhamento de sua implementação, executa os testes de follow-up e após sua conclusão e reporta os resultados ao Comitê de Auditoria.

### ***c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A Companhia possui a área de Controles Internos e Compliance estruturada, a qual é responsável pelo gerenciamento de riscos da Companhia por meio da avaliação, identificação, tratamento, monitoramento e comunicação dos eventos que afetem adversamente a realização dos objetivos da Companhia e de suas controladas. A área de Controles Internos e Compliance tem como função ser o apoio às áreas de negócios na gestão dos riscos inerentes aos processos e reportar os resultados obtidos por meio dos controles ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos.

A área de Controles Internos e Compliance efetua o gerenciamento de riscos a fim de garantir as práticas dos procedimentos contemplados na Política de Gestão de Riscos, por meio da avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles com as revisões dos processos, consolidação da matriz de controles, execução dos testes de efetividade, elaboração das recomendações de melhoria, monitoramento e assecuração da implementação das ações e reportes consolidados de resultados ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos, bem como suporte e revisão das Políticas da Companhia, manuais de procedimentos internos e avaliação e revisão de mudanças nos processos.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Como parte do gerenciamento dos riscos, a Companhia adota a disseminação do conhecimento e aculturação de Gestão de Riscos, por meio dos treinamentos da referida política da Companhia, sendo esses aplicáveis a todos os colaboradores da Companhia.

Em linha com a prática dos procedimentos para o gerenciamento dos riscos e conduta esperada dos colaboradores, listamos a políticas e as respectivas responsabilidades dos colaboradores:

- **Política de Gestão de Riscos:** Gestão dos riscos inerentes aos processos a partir da identificação, avaliação, monitoramento e tratamentos aos riscos sob os processos de sua responsabilidade, com o suporte da área de Controles Internos e Compliance, bem como o reporte tempestivo das informações à área de Controles Internos e Compliance sobre os riscos inerentes ao processo que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto.

- **Código de Conduta:** Durante o exercício de qualquer atividade profissional, os colaboradores da Companhia e de suas controladas devem sempre observar e cumprir todas as determinações previstas no Código de Conduta, de modo a garantir a sua estrita conformidade com todas as legislações pertinentes e com os princípios da Companhia.

- **Política de Anticorrupção:** O exercício das atividades profissionais e os assuntos comerciais devem sempre respeitar as legislações e as normas vigentes, bem como as normas e políticas internas da Companhia.

- **Canal de Denúncia:** É essencial que qualquer pessoa relate imediatamente quaisquer atos ou suspeitas de não conformidade com o Código de Conduta, com as políticas internas da Companhia ou, ainda, com a legislação e regulamentação aplicáveis, prevenindo atos antiéticos e de corrupção e preservando a imagem da Companhia no mercado e frente a seus stakeholders. A Companhia disponibiliza canais de acesso para dúvidas, consultas, denúncias anônimas e demais comunicações, as quais serão recebidas e tratadas pelo Comitê de Auditoria.

A Companhia realiza bianualmente o treinamento de seus colaboradores sobre o Código de Conduta da Companhia.

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta e Ética da Companhia no momento de sua contratação, e os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta e Ética, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.



## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. No entanto, a Companhia não possui uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado aprovada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que abrange todos os processos, áreas e colaboradores da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a identificação, tratamento e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de setembro de 2020, alterada em 1º de fevereiro de 2021, em 15 de março de 2021 e em 07 de abril de 2021, sendo esta última a versão vigente.

**b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i) Os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia não possui política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gestão de Riscos (conforme discutido na seção 5.1(b) deste Formulário de Referência).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de taxa de juros e câmbio.

Para mais informações sobre riscos de mercado, ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### **ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A estratégia para proteção patrimonial está interligada com as medidas de gestão proativa e contínua dos riscos financeiros. A Companhia realiza captações de recursos financeiros com proteção cambial, como swap, com o objetivo da proteção cambial.

### **iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Instrumentos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são SWAP, termo de moeda (NDF) e Opções contratada com bancos de primeira linha.

### **iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Os riscos são gerenciados de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela administração.

A Companhia faz o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantém comunicação com diversos *stakeholders*, em relação às tendências de mercado.

Com relação ao risco de taxa de juros, a Companhia não faz um *hedge* específico para a flutuação das taxas. Já a exposição cambial será coberta através de operações de swap e termo de moeda (NDF) contratada com bancos de primeira linha. Os limites de exposição estão descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia, vide item 10 deste Formulário de Referência.

### **v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia utiliza as operações de proteção patrimonial (*hedge*) exclusivamente como um meio de proteção contra as oscilações de câmbio, não possuindo, portanto, propósito especulativo.

### **vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado**

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Apesar de não possuir uma Política de Gestão de Riscos de Mercado formalmente aprovada, o gerenciamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta é efetuado pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira, a fim de aferir a efetividade dos processos e orientar, se necessários, alterações nas estratégias financeiras da Companhia ao Conselho de Administração. Referida área, em conjunto com a área de Controles Internos e Compliance, mapeia os planos de ação e os controles necessários para mitigação dos riscos de mercado, avaliando mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas os quais são apresentados e acompanhados pelo Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos.

A área de Tesouraria e Diretoria Financeira em conjunto com a área de Controles Internos encontra-se estruturada com reporte direto ao Diretor Financeiro (CFO), e Compliance ao Diretor Presidente (CEO) e ao Comitê de Auditoria, internalizada na Companhia desde janeiro de 2020, efetua o gerenciamento dos riscos de mercado, a partir do mapeamento das vulnerabilidades, e estruturação dos planos de ação e dos controles necessários para mitigação dos riscos de mercado, avaliando mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas, resultados esses que são reportados e acompanhados pelo Comitê de Auditoria.

O Conselho de Administração tem papel relevante no gerenciamento de riscos da Companhia, ao fornecer a percepção de tolerância da exposição a riscos que a Companhia está exposta a incorrer (visão do acionista) e dar visibilidade da priorização dos riscos a serem tratados.

### **c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Tendo em vista que a Companhia não possui uma política específica para gerenciamento dos riscos de mercado formalizada, não há atualmente qualquer estrutura implementada para verificação da efetividade da política.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**a) *As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.***

A Companhia possui a área de Controles Internos e Compliance estruturada, a qual é responsável pelo gerenciamento de riscos inerentes ao negócio por meio da avaliação, identificação, tratamento, monitoramento e comunicação dos eventos que afetem adversamente a realização dos objetivos da Companhia, suportando as áreas de processos na gestão dos riscos inerentes e reportando os resultados das avaliações obtidos ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos ("Comitê de Auditoria").

A Companhia acredita que os procedimentos de controles gerenciais adotados são adequados para suprir as necessidades no desenvolvimento dos seus negócios. Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão.

Em relação à gestão de riscos, a área de Controles Internos e Compliance efetua o gerenciamento dos riscos inerentes aos negócios, a fim de garantir a prática dos procedimentos contemplados na Política de Gestão de Riscos, que considera impacto e vulnerabilidade de materialização dos riscos, observando os eventos de ocorrências e a categoria do risco, podendo esse ser Estratégicos, Financeiros, Operacional e/ou Compliance.

Observando a avaliação de ocorrências dos eventos e a categoria relacionada, o risco é aplicado a um mapa de calor e esse risco poderá ser classificação em Alto, Médio e Baixo. A metodologia de classificação dos riscos tem por objetivo orientar a criticidade das falhas identificadas e a priorização de execução das ações necessárias para mitigação dos riscos afetados. O monitoramento e reporte ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos, é efetuado periodicamente considerando os resultados de falhas de controle (GAPs) identificadas, classificados em grau Alto, Médio e Baixo para dar visibilidade da sua criticidade e direcionar a priorização de execução e conclusão das ações.

Desta forma, destaca-se algumas iniciativas que ilustram a busca pela aplicabilidade das prerrogativas da governança corporativa:

- Gerenciamento de riscos inerentes ao negócio, suportado pela Política de Gestão de Riscos;
- Formalização de diretrizes e procedimentos aplicáveis aos processos, documentadas e instituídas por meio de políticas corporativas e demais documentos internos;

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Avaliação dos processos executados pela 1ª linha de defesa, considerando o mapeamento de riscos existentes e a consolidação de controles necessários para mitigação;
- Execução periódica de testes de efetividade de controle de riscos;
- Elaboração de recomendação de melhoria para as falhas identificadas;
- Auditoria externa das demonstrações financeiras do grupo e de controles do escopo, respaldada pela Carta de Controles Internos emitida pelos auditores independentes;
- Monitoramento e implementação de ações pelos gestores de processos;
- Reportes consolidados de resultados ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos; e
- Estruturação de canal de denúncias independente e terceirizado com aprimoramento contínuo.

#### **b) As estruturas organizacionais envolvidas**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia é documentada e regulamentada pela Política de Gestão de Riscos e é suportada pelo modelo dos agentes de defesa, segregados em três linhas, com papéis distintos a serem desempenhados na estrutura de governança:

##### **1ª linha de defesa (Gestores de Processos)**

Gestores das áreas responsáveis pelos processos, riscos e controles inerentes ao negócio. Os gestores dos processos possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com o objetivo de resolver as deficiências de controle e de processo, mitigando os riscos relacionados. Têm como atribuição reportar tempestivamente à 2ª linha de defesa (área de Controles Internos e Compliance) sobre os riscos inerentes ao processo que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto. Além disso, são os gestores de processos que implementam e monitoram os planos de ação para tratamento de deficiências identificadas em seus respectivos processos. Por fim, devem reportar a ocorrência da materialização dos riscos para a 2ª linha de defesa (área de Controles Internos e Compliance) de imediato para tratamento e elaboração dos planos de ação.

##### **2ª linha de defesa (Controles Internos e Compliance)**

No âmbito da Gestão de Riscos da Companhia, a área de Controles Internos e Compliance, possui como responsabilidade suportar a 1ª linha de defesa prática da gestão de riscos da Companhia, em especial, em aspectos de controles internos, procedimentos, normas, apoio das políticas de gestão, definição de papéis e responsabilidades, identificação de mudanças de apetite de risco da Companhia,

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

auxílio na construção de processos, controles e procedimentos. A área de Controles Internos e Compliance é responsável por suportar a 1ª linha de defesa (Gestores dos Processos) no gerenciamento de riscos inerentes aos negócios da Companhia. Além disso, tem como atribuições: (i) manter a Política de Gestão de Riscos atualizada, (ii) avaliar a vulnerabilidade do ambiente de controle dos processos da Companhia através de testes de efetividade, (iii) monitorar a implementação dos planos de ação para as falhas identificadas; (iv) realizar a asseguarção da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas (Follow-up); (v) elaborar o relatório de consolidação de riscos e reportá-los periodicamente ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos; (vi) analisar e recomendar a conformidade do Código de Conduta da Companhia às leis e regulamentações pertinentes, bem como os procedimentos vigentes para a verificação de sua efetividade, inclusive as políticas aprovadas; (vii) monitorar o cumprimento e a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e às políticas da Companhia e das demais empresas da Viveo; (viii) analisar os resultados e as respostas de quaisquer exames efetuados pelas autoridades regulatórias; (ix) avaliar recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre administradores, colaboradores e partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário, ou quando apresentadas por colaboradores ou terceiros, ou por solicitação da Diretoria, do Conselho de Administração; (x) realizar um acompanhamento próximo junto às outras funções de conformidade, controle e monitoramento (Jurídico, Prevenção de Perdas, Segurança Patrimonial e Segurança da Informação) da Companhia; e (xi) avaliar os reportes recebidos pelos gestores de processo da 1ª linha de defesa de como a administração conduz e garante a segurança dos sistemas de informação em meio eletrônico para processar as informações financeiras no caso de falha nos sistemas ou para proteger contra fraudes ou uso inadequado dos equipamentos da Companhia.

Além disso, em relação ao Código de Conduta da Companhia, a área de Controles Internos e Compliance tem como responsabilidades zelar pelo seu cumprimento; elaborar e conduzir treinamentos bianuais a respeito do Código de Conduta, receber, documentar e tratar as sugestões e reclamações internas e externas; receber e investigar denúncias internas e externas sobre irregularidades, cabendo ao Comitê de Auditoria aplicar as devidas medidas cabíveis; e esclarecer dúvidas de qualquer pessoa sobre o Código de Conduta da Companhia.

#### ***3ª linha de defesa (Auditoria Interna)***

Auditoria Interna, a qual possui como responsabilidade avaliar de forma independente a eficácia da gestão de riscos e controles internos da Companhia. Dessa forma, fornece à alta gestão e aos órgãos de governança avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, provendo avaliações sobre o status de governança, dos controles internos estruturados e de

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

que forma este cenário impacta nos objetivos da Companhia. A área de Auditoria Interna é responsável por: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia reportando-se diretamente ao Conselho de Administração; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia; e (viii) conduzir suas atividades com objetividade e independência.

Atualmente, a área de Auditoria Interna é internalizada pela Companhia. Os resultados gerados pelos projetos de Auditoria Interna, bem como as falhas de controle identificadas nos trabalhos emitidos, são reportados e acompanhados pelo Conselho de Administração e compartilhados com o Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos.

A área de Controles Internos e Compliance acompanha as ações realizadas pelas áreas dos pontos identificados pelos trabalhos da Auditoria Interna e Externa e dos órgãos reguladores, registrado em ata e deliberando sobre a efetividade das ações realizadas para mitigação destes pontos e propondo novas medidas para garantir a efetividade do processo de mitigação dos riscos.

#### ***Conselho de Administração***

Na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, compete ao Conselho de Administração (i) aprovar a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e futuras alterações, conforme necessário; e (ii) aprovar o Mapa de Riscos da Companhia.

#### ***Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos***

O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e de Recursos Humanos é responsável pelas rotinas de conformidade e controles da Companhia, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração, tendo como principais responsabilidades: (i) recomendar a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e futuras alterações, conforme necessário; (ii) recomendar a aprovação do apetite e mapa de riscos da Companhia; (iii) manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos e aprovar eventuais sugestões de alterações, caso entenda necessário; (iv) garantir a implementação da Política de Riscos, com suas estratégias e diretrizes, conforme aprovadas pelo Conselho de

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Administração; e (v) reportar-se para o Conselho de Administração e mantê-lo atualizado sobre monitoramento e exposição a riscos.

Quanto à área de Controles Internos encontra-se estruturado com reporte direto ao Diretor Financeiro (CFO) e ao Comitê de Auditoria, e Compliance ao Diretor Presidente (CEO) ao Comitê de Auditoria. A área foi internalizada na Companhia em janeiro de 2020 e durante o referido ano houve a execução dos trabalhos de gerenciamento de riscos, através da avaliação da vulnerabilidade dos ambientes de controles e dos procedimentos executados pelas áreas de processo, por meio da execução de testes de efetividade através da avaliação de evidências e documentações que corroboram com a implementação dos controles e procedimentos existente.

Os relatórios de demonstrações financeiras são estruturados pela área de Contabilidade e Controladoria, que elabora o referido relatório de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos determinados como necessário.

Para as deficiências identificadas, falhas de controles ou recomendação de melhoria, a área de Controles Internos e Compliance elabora juntamente com os gestores dos processos os planos de ação, efetua o acompanhamento de sua implementação, executa os testes de follow-up e após sua conclusão e reporta os resultados ao Comitê de Auditoria.

***c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento***

A área de Controles Internos encontra-se estruturado com reporte direto ao Diretor Financeiro (CFO) e ao Comitê de Auditoria, e Compliance ao Diretor Presidente (CEO) e ao Comitê de Auditoria.

A efetividade dos trabalhos realizados pela área de Controles Internos e Compliance é acompanhada pelo Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e de Recursos Humanos da Companhia, através dos reportes periódicos ocorridos nas reuniões do referido Comitê.

Em relação à supervisão, a Companhia entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica. Dessa forma, fica definido que a gestão dos riscos e dos controles sob os processos da Companhia é de responsabilidade de todos, bem



### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

como sob a disseminação e acultramento das regras, políticas e normas da Companhia.

***d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***

Na auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores selecionam e executam procedimentos de auditoria para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, os auditores obtiveram o entendimento do ambiente da Companhia, o que inclui os controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Ao final de cada auditoria, os auditores emitem o relatório de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, não apresentaram fraquezas materiais ou deficiências significativas no que tange aos seus controles internos.

***e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.***

As recomendações apontadas, não significativas sobre o ambiente de controle são acompanhadas para a adequada correção. A correção é acompanhada pela área de Controles Internos e Compliance em conjunto com os gestores dos processos. É elaborado plano de ação para as falhas identificadas, que contém a avaliação da suficiência da ação.

Posteriormente, a área de Controles Internos e Compliance acompanha a implementação das respectivas ações, a fim de assegurar que os controles necessários sejam tempestivamente implementados para a mitigação das falhas identificadas pelos auditores independentes.

## 5.4 - Programa de Integridade

**a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Buscando fomentar a transparência relativa às atividades, proteger o patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa a Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 1º de fevereiro de 2021, conforme atualizado em 15 de março de 2021 e em e em 07 de abril de 2021, sendo esta última a versão vigente, o seu Código de Conduta ("Código de Conduta") em atenção à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013. O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. O Código de Conduta busca, ainda, minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos da Companhia.

Além disso, foi criada pelo Conselho de Administração o Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e de Recursos Humanos que tem como finalidade (a) supervisionar e monitorar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias externas e internas das empresas da Viveo; (b) examinar questões tributárias de interesse da Viveo; (c) monitorar e revisar, antes da publicação, o conjunto de demonstrações contábeis; (d) acompanhar as diretrizes para a gestão de riscos; (e) monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios vigentes para adequação das operações da Viveo; e (f) monitorar o desenvolvimento de pessoas e políticas de remuneração. As informações sobre a estrutura desse comitê estão descritas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Por fim, além do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e de Recursos Humanos, foi criada pelo Conselho de Administração uma área de auditoria interna, conforme detalhado no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente***

## 5.4 - Programa de Integridade

### ***aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

A Companhia possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade (*Compliance*), bem como a aplicação de treinamentos e avaliações periódicas de riscos. Os treinamentos são realizados de acordo com a necessidade, com frequência mínima bianual.

As denúncias são encaminhadas a uma empresa terceirizada especializada para o tratamento e apuração das denúncias e posteriormente, são encaminhados para a área de Controles Internos e Compliance para garantir uma maior diligência na condução do processo. A apuração de qualquer denúncia é realizada com a garantia de confidencialidade, imparcialidade, objetividade, razoabilidade e celeridade nos trabalhos.

Ao denunciante é garantido o sigilo e a proteção contra qualquer atitude de colaboradores e terceiros que possa ser caracterizada como retaliação. Ademais, faculta-se a ele a possibilidade de realizar o acompanhamento dos resultados da apuração caso informe número de telefone ou e-mail.

### ***iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

***• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

A Companhia possui desde 1º de fevereiro de 2021, conforme atualizado em 15 de março de 2021 e em 07 de abril de 2021, sendo esta última a versão vigente, o Código de Conduta, aplicável a todos os administradores, diretores, conselheiros, empregados, estagiários, prestadores de serviços, e todas e quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas relacionadas direta ou indiretamente com a Companhia.

***• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta e Ética da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta e Ética, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores,

## 5.4 - Programa de Integridade

colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

A reciclagem deste treinamento é bianual, contado a partir da data do último treinamento realizado, ou em caso de revisão do código atual. Ações anuais são realizadas para reforço ao tema e mensalmente nas integrações aos novos colaboradores.

Os últimos treinamentos aconteceram ao longo do ano de 2019 para atualização do Código de Conduta. Ainda, a quantidade de colaboradores treinados no exercício 2020 e 2021 e que estão ativos atualmente na organização foi de 1.008 e 652, respectivamente.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta e Ética da Companhia, o Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e de Recursos Humanos poderá ser acionado, para avaliação dos fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; (d) exclusão do fornecedor ou prestador de serviços; e/ou (e) ajuizamento de ações judiciais cabíveis.

Quando a infração envolver membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, dos comitês ou Conselho Fiscal, se instalado, o tema deverá ser levado ao Conselho de Administração para avaliação e deliberação sobre a aplicação de sanções

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta e Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de abril de 2021, e está disponível para consulta nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e do grupo da Companhia ([www.viveo.com.br](http://www.viveo.com.br).)

## 5.4 - Programa de Integridade

### **b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

#### **• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui três canais de denúncia disponíveis, independentes e terceirizados para receber as denúncias, tanto de colaboradores como de terceiros, caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia:

- **Telefone:** 0800-721-9152 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 7h às 20h, e, fora desse horário, via secretária eletrônica.
- - Contato pessoal com integrantes da área de Controles Internos e Compliance
- **Compliance Helpline:** <https://ethicsdeloitte.com.br/viveo>
- **E-mail:** [eticaviveo@deloitte.com.br](mailto:eticaviveo@deloitte.com.br)
- - **Endereço de correspondência:** Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Distrito Empresarial Luiz Roberto Jábali, CEP 14.072-055, Ribeirão Preto/ SP (A/C Área de Controles Internos e Compliance)

#### **• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo, sendo colaboradores, fornecedores, clientes ou terceiros.

#### **• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia garante o anonimato aos colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, sendo gerido por empresa terceira e especializada, garantindo o sigilo e o correto direcionamento das denúncias à área de Controles Internos e Compliance, a fim de facilitar o cumprimento e a efetividade do Código de Conduta.

O denunciante pode, a seu critério, realizar a denúncia de forma totalmente anônima e poderá ter acesso ao resultado final da apuração caso disponibilize telefone ou e-mail para contato. Caso o relato envolva algum integrante do Comitê de Ética, o envolvido não receberá a ocorrência e os demais integrantes analisarão o caso.

#### **• órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

## 5.4 - Programa de Integridade

Todos os casos reportados são apurados pela empresa externa contratada para esse fim e, posteriormente pela área de Controles Internos e Compliance.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em operações societárias que envolvem fusão, cisão, aquisição de sociedades ou ações, ou outros tipos de reestruturação, a Companhia deverá adotar todos os mais altos padrões de diligência jurídica e contábil para avaliar as contrapartes envolvidas nas operações, com escopo dedicado a identificar vulnerabilidades e riscos de práticas irregulares em relação a temas relacionados às diretrizes de *compliance*, previamente às operações de M&A. Entre elas, aplicam-se verificações de integridade das sociedades alvo e de seus acionistas e administradores. Após a concretização das operações, o programa de *compliance* da Companhia, incluindo suas rotinas de monitoramento, é implantado nas pessoas jurídicas envolvidas, onde o processo de diligência é executado pela área jurídica e *compliance* da Companhia, com assessoramento de escritório de advocacia especializado e do Comitê de Auditoria, Riscos, *Compliance* e Recursos Humanos.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui o Código de Conduta e Ética que contempla regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública bem como os riscos correspondentes ao volume das interações da Companhia com entes públicos e agentes do governo.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política Anticorrupção, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de março de 2021. A Política Anticorrupção foi elaborada em consonância com todas as leis e regulamentações aplicáveis contra suborno e corrupção, incluindo, mas não se limitando a: Lei Brasileira Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/13) e seu Decreto nº 8.420/15; Lei Antitruste (Lei nº 12.529/11); Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93); Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.249/92) e suas regulamentações, Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (FCPA); Lei contra Subornos do Reino Unido ("UKBA"); Convenção das Nações Unidas contra à Corrupção ("UNCAC"); Pacto Global das Nações Unidas. e outras leis nacionais e internacionais relacionadas ao suborno e à corrupção aplicáveis ao grupo, e tem como foco principal a adoção de medidas éticas e de anticorrupção que visem a prevenção, detecção e

#### **5.4 - Programa de Integridade**

remediação dos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e demais leis vigentes, além da ocorrência de suborno e também fraudes contra a administração pública, nacional e/ou estrangeira.

### **5.5 - Alterações significativas**

Não aplicável, pois no último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.



## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência, não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	09/08/2010
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	Registro Sendo Requerido

### 6.3 - Breve Histórico

Com 25 anos de história no setor da saúde, o Grupo Mafra (atual Viveo) foi fundado em 1996, por Carlos Mafra, com a constituição da Mafra Cirúrgica para atuação no segmento de distribuição de materiais e medicamentos hospitalares. A Companhia, por sua vez, foi constituída em 09 de agosto de 2010 na cidade de Catalão, Estado de Goiás, se tornando parte integrante do Grupo Mafra.

Primariamente, sua atividade principal era a exportação, importação, distribuição e representação de medicamentos, exercendo, direta ou indiretamente, o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e outros produtos correlatos à saúde.

Em janeiro de 2013, a Companhia alterou sua sede para a cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e, em dezembro de 2015, foi transformada de uma sociedade limitada para uma sociedade por ações de capital fechado.

Ao curso de suas operações, as sociedades ligadas direta ou indiretamente ao grupo, inclusive a Companhia, cresceram por meio de investimentos realizados pelos acionistas, pela geração de capital próprio e por meio da aquisição de ativos. Em 2016, a Companhia e o grupo revisaram estratégias de crescimento e o fortalecimento de sua governança corporativa, por meio do planejamento de implementação gradual de um Código de Conduta e de políticas específicas, tais como Política Anticorrupção, novas regras para o Comitê de Auditoria, Riscos, Compliance e Recursos Humanos, e oferecimento de treinamento de *compliance* aos colaboradores.

Em 2017, a Companhia adquiriu da Tecnocold – Promoção de Vendas e Participações Ltda. ("Tecnocold Vacinas"), empresa especializada em soluções para vacinas.

Em 2018, a Companhia acelerou processo de transição da administração para executivos de mercado e promoveu a consolidação de aquisições de ativos do setor da saúde, bem como a integração de modelos de cultura e de negócios destes ativos à Companhia e às sociedades do grupo. Em abril do mesmo ano, a Companhia adquiriu 91,09% do capital social da Cremer S.A. ("Cremer"), empresa com 84 anos de história e com atividades preponderantes no fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene e operações fabris na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, no estado de São Paulo e no estado de Minas Gerais, com 5 centros de distribuição em diferentes estados do Brasil. Em outubro de 2018, a Companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações que culminou na aquisição do saldo residual das ações da Cremer, de forma que, a partir desta data, se tornou detentora de 100,00% do capital social da Cremer.

Em 2019, deu-se a continuidade na execução de sinergias entre as empresas do grupo e a busca de estratégias de negócio focadas na simplificação, inovação e integração das operações. Em dezembro desse mesmo ano, foi assinado o contrato de compra de 100,00% das quotas da Expressa

### 6.3 - Breve Histórico

Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("Expressa"), empresa que atua há mais de 30 anos na distribuição de medicamentos hospitalares.

Em 2020, a Companhia experimentou um crescimento acelerado, com a aquisição da totalidade do capital social da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. ("Flexicotton"), da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. ("Biogenetix"), da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. ("Vitalab"), da Expressa e da Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. ("Byogene") e de 35,71% do capital social da Far.Me Farmacoterapia Otimizada S.A. ("Far.Me"), por meio da qual se deu a expansão do portfólio de produtos distribuídos e comercializados pela Companhia e pelas empresas do grupo. A Companhia também realizou investimentos na malha logística para aumentar a capilaridade e melhorar a prestação de serviços, o que resultou no crescimento da oferta de serviços para clientes e fornecedores através de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias. Maiores informações a respeito da aquisição das controladas podem ser encontradas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia anunciou um novo projeto de reorganização de todo seu ecossistema de saúde. Com tal mudança, nasceu a Viveo, marca institucional que passa a reunir todas as empresas do referido grupo, atuando de forma integrada, desde a cadeia de produção, passando pela distribuição até o consumidor final.

A Viveo é um ecossistema de produtos e serviços que conecta soluções de saúde que reúne mais de 10 empresas que atuam desde a produção e distribuição de materiais e medicamentos hospitalares. A Viveo tem como objetivo a democratização do acesso à saúde e a garantia de suporte e manutenção para toda a cadeia hospitalar, para que pessoas ajudem a cuidar de outras pessoas.

**6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

A Viveo é um ecossistema de produtos e serviços em saúde cujo propósito é “cuidar de cada vida” com a missão de simplificar o mercado de produtos e serviços para o setor de saúde, por meio da oferta de soluções ágeis, confiáveis e inovadoras. A Viveo opera em um ambiente altamente complexo e ainda com muitas ineficiências, mas está sempre buscando ser um agente transformador do mercado em que atua para promover, cada vez mais, a democratização do acesso a saúde.

A formação do ecossistema Viveo teve origem na Mafra Hospitalar, que em 2016 era uma das líderes de mercado, conforme relatório *Integration do Carlyle Group*, considerando sua receita bruta, na distribuição de materiais médicos/hospitalares e medicamentos no Brasil, atendendo hospitais, clínicas e laboratórios pelo país.

A partir de 2017, a Companhia tomou a decisão estratégica de expansão de seus negócios em diversas direções. A Viveo mantém tradição e pioneirismo na distribuição de materiais médicos/hospitalares e medicamentos, oferecendo um serviço diferenciado para os seus diversos clientes e mantém a sua tradição que, desde o início de suas atividades empresariais, em 1996, já inovava no mercado, utilizando tecnologia diferenciada no seu relacionamento comercial e na prestação de serviços de qualidade. A Companhia acredita ser uma das únicas empresas do setor a investir em frota própria de caminhões para garantir o controle, confiabilidade e a qualidade das entregas.

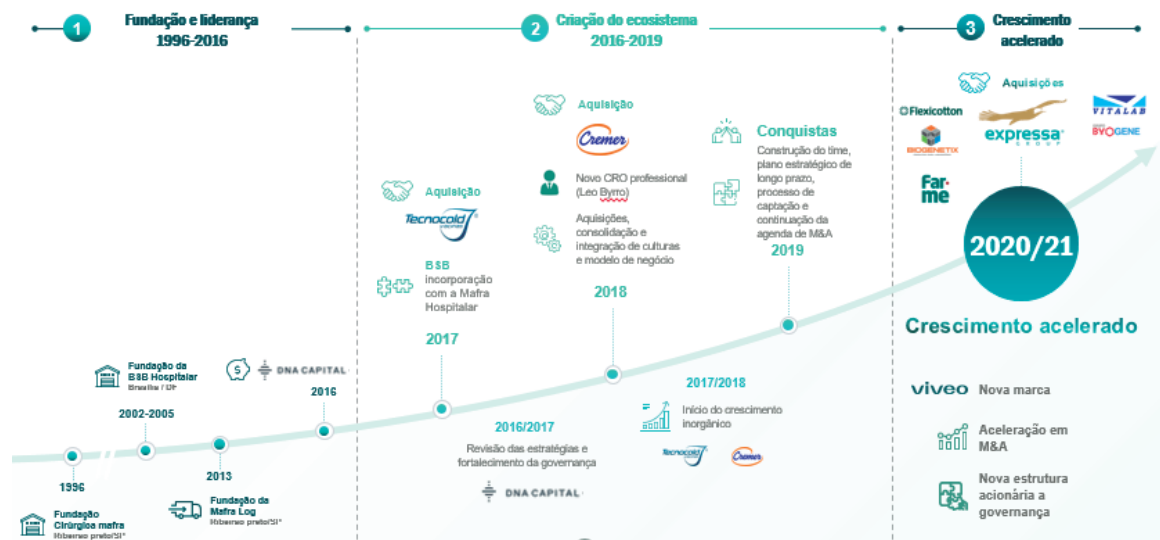
Ao longo de sua história, a Companhia foi pioneira em diversas iniciativas, como a criação da Mafra Log, atual Health Logística Hospitalar S.A. (“[HealthLog](#)”), para elevar o nível e a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus clientes, melhorando o controle de toda a cadeia logística. Isso porque a Companhia passou a ter uma frota própria para entrega dos produtos, bem como oferecer serviços de armazenagem para hospitais e a utilização de *Vendor Management System* (VMI) junto a clientes e fornecedores.

Ao longo de sua trajetória de mais de 25 anos, a Viveo se tornou referência no setor de saúde brasileiro ao expandir sua atuação para todo o território nacional, atendendo aos principais hospitais e clínicas do Brasil, adicionando ao seu portfólio os medicamentos e materiais médicos dos principais laboratórios farmacêuticos e indústrias reforçando sempre uma cultura centrada na qualidade e inovação e amplo conhecimento do negócio de saúde.

O ecossistema da Viveo atua em um mercado de saúde que movimenta anualmente mais de R\$223 bilhões em nível nacional, segundo estimativas internas, composto pelos mais variados prestadores de serviços de saúde (mercado institucional privado e público), varejo, serviços e logística. Este mercado apresentou rápido crescimento nos últimos anos (segundo dados do

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

IQVIA mais recentes, do período de setembro de 2019 a agosto de 2020 em comparação com o ano de 2017, o mercado de medicamentos cresceu em média 10,3% a.a. e, considerando apenas o segmento não-varejo, 12,0% a.a. ao ano), superando a economia brasileira que, no período de 2019 a 2020 apresentou crescimento pouco superior a 1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Companhia acredita ter um grande potencial de crescimento, tendo em vista que atua em um mercado altamente fragmentado com diversas oportunidades de consolidação. Nos últimos 3 anos (2018-2020), a Companhia apresentou um CAGR (taxa de crescimento anual composta) de receita líquida de 29,3% e de EBITDA Ajustado de 33,9%. Esse crescimento inclui não somente o crescimento orgânico da Companhia, mas também sua expansão via aquisições.



### Surgimento do Ecossistema Viveo

O ecossistema da Viveo surgiu a partir da decisão de expansão do negócio fundamental da Mafra, de distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos para hospitais, para um escopo muito mais amplo capaz de atender ao propósito de “cuidar de cada vida” e a missão de simplificar o mercado de saúde, mantendo no seu DNA o foco no atendimento ao cliente e a prestação de serviço superior. A Companhia identificou inúmeros desafios na gestão de materiais médico-hospitalares e medicamentos no mercado brasileiro, de modo que definiu que sua missão é a de simplificar toda essa cadeia complexa para melhorar o acesso a saúde e prover soluções aos seus clientes e fornecedores. Muito mais do que uma companhia que fornece apenas produtos, a Viveo está se consolidando como o parceiro na resolução dos maiores desafios do setor de saúde, possibilitando, por exemplo, que hospitais dediquem muito mais tempo ao cuidado ao paciente ou que fornecedores se preocupem cada vez mais com o desenvolvimento de seus produtos e menos em como distribuí-los aos seus clientes e pacientes com alto nível de serviço em todo o Brasil.



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Atualmente, o ecossistema de serviços e produtos para a saúde da Viveo integra desde a fabricação dos produtos até a entrega ao cliente, colaborando em escala nacional com prestadores de serviço de saúde e a indústria farmacêutica para um maior acesso e melhor prestação de serviço aos pacientes. A Companhia oferece uma gama de serviços diferenciados para facilitar a gestão de materiais e medicamentos e atua em canais de venda diferenciados como hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias e atendimento direto ao paciente.

O braço de distribuição hospitalar e clínicas da Companhia conta com a Distribuidora Mafra Hospitalar e a recém adquirida Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Expressa”) que se juntou ao ecossistema Viveo em junho de 2020 e faturou R\$1,7 bilhão (2020) em vendas para mercado institucional privado, tendo sua maior fortaleza na relação de proximidade com a indústria farmacêutica, time comercial e liderança nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. O segmento de distribuição da Companhia constitui um elo entre as indústrias e os hospitais, clínicas, convênios, *home cares* e instituições de saúde no mercado privado e público, estando presente em todo o Brasil, pronta para atender o mercado com alto nível de serviço e qualidade. A Companhia também se destaca por ser a única que possui um portfólio diversificado de materiais médico-hospitalares e medicamentos, frota própria para principais capitais do País e a maior força de vendas entre todos os seus concorrentes. Esses diferenciais permitiram à Companhia alcançar a liderança de mercado com 7% de *market share* no mercado de distribuição

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de materiais médico-hospitalares e medicamentos que, em 2020, foi de aproximadamente R\$84 bilhões, segundo dados do IQVIA e análises internas.

Em 2017, a Companhia adquiriu a Tecnocold – Promoção de Vendas e Participações Ltda. (“Tecnocold Vacinas”), empresa especializada em soluções para vacinas que tem vasto *expertise* na gestão e distribuição de vacinas para o mercado privado. Esse movimento não só expandiu o portfólio de produtos para uma das categorias que mais crescem globalmente, como também deu acesso ao canal de clínicas de vacinação onde a Companhia até então tinha pouca presença.

A Tecnocold Vacinas cresceu de forma acelerada após a aquisição pela Viveo, passando de R\$ 155 milhões de faturamento em 2017 para R\$ 368 milhões em 2020 (crescimento de 137%), crescimento que ressalta o potencial do ecossistema da Companhia em impulsionar os negócios de companhias adquiridas.

Na sequência, em 2018, a Companhia fez um importante movimento de integração vertical ao realizar a aquisição da Cremer S.A. (“Cremer”), empresa brasileira líder na fabricação de itens para as mais diversas necessidades incluindo materiais médicos, produtos aplicados em cirurgias, primeiros socorros, trato urinário, diagnósticos, esterilização, gerenciamento de feridas, higiene e proteção, infusão de medicamentos, nutrição clínica, ortopedia e trato respiratório, entregando mais de 3.200 produtos a mais de 12 mil clientes todos os anos.

A Companhia busca atender às mais altas certificações de qualidade na fabricação de seus produtos, submetendo-se a constantes auditorias que garantem a gestão de segurança e eficácia dos produtos e serviços prestados. A Companhia adquiriu, em 2020, a Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A (“Flexicotton”), sendo essa um braço industrial de produtos para cuidados pessoais e higiene. A Flexicotton se consolidou ao longo dos últimos anos como uma das maiores empresas fabricantes de produtos de saúde de marca própria para os grandes varejistas do Brasil, na opinião da Companhia. Hoje a Companhia acredita possuir liderança nos seus segmentos de atuação, oferecendo aos clientes uma gama de opções de produtos que atendem diferentes necessidades.

O mercado de medicina diagnóstica também é altamente fragmentado, contando hoje com mais de 15.000 laboratórios espalhados pelo Brasil. Esse segmento ainda carece de fornecedores com alcance nacional de portfólio amplo e nível de serviço diferenciado. Nossa estratégia é oferecer uma solução *one-stop-shop* para esses clientes não apenas no portfólio pré-analítico (produtos utilizados na coleta e manipulação de amostras), mas também em reagentes para processo de análises clínicas. A Companhia é também uma das principais fornecedoras relevantes do mercado de medicina diagnóstica com presença tanto em produtos pré-analíticos quanto em produtos para processo de análises clínicas.

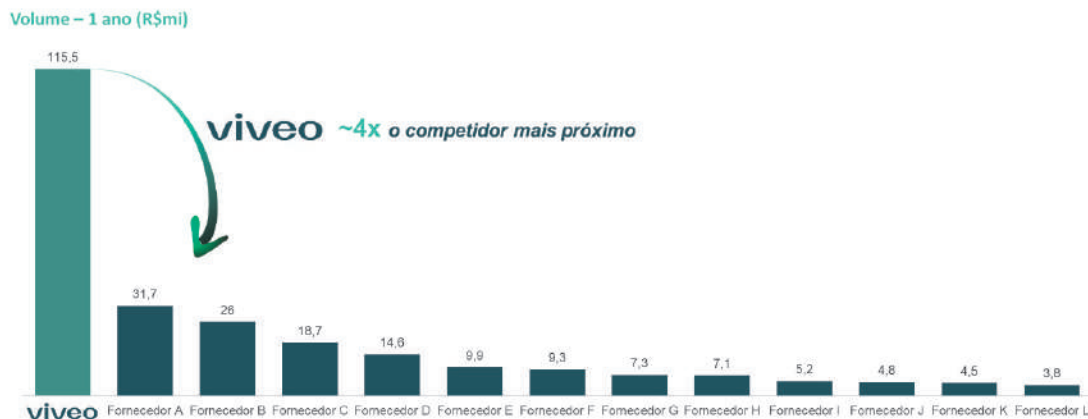
## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O segmento da Companhia de atendimento a medicina diagnóstica cresceu organicamente 76% em 2020 e foram adquiridas 3 distribuidoras de reagentes da Roche Farmacêutica, a Byogene Comércio de Produtos Laboratório Clínico Hospitalar Ltda. (“Byogene”), a Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (“Biogenetix”) e a Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (“Vitalab”). Com essas aquisições, a Companhia atingiu nessa divisão um patamar de R\$196 milhões de faturamento em um mercado potencial estimado de mais de R\$3.5 bilhões, segundo estimativas internas da Companhia.

A Companhia oferece, ainda, serviços e soluções de alto valor agregado, que possibilitam que prestadores de serviços de saúde e fabricantes de medicamentos melhorem sua eficiência na gestão de materiais e medicamento que proporcionam um melhor atendimento aos pacientes. Mais especificamente, a HealthLog, sua operadora especializada em serviços logísticos, busca aumentar a eficiência e atender às necessidades de seus clientes com o diferencial de ter alcance nacional amplo e nível de serviço diferenciado, fator este que representa uma significativa barreira de entrada, colocando a Companhia em uma posição vantajosa perante seus clientes pela dificuldade em se replicar seu modelo de negócios e toda a sua capilaridade.

A Companhia possui diversos casos de serviços de gestão para clientes e fornecedores e foi pioneira na oferta desse tipo de serviços no mercado de saúde como por exemplo o VMI (*vendor managed inventory*). A Companhia se consolidou na liderança desse serviço, conforme informações de portais de compras de mercado, como Bionexo, Fidelize, dentre outros:

### Faturamento das empresas da Viveo com VMI no período de 1 ano



Fonte: Plataformas de marketplace

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Dentro do pilar de inovação e soluções, a Companhia desenvolveu a plataforma D2P (*Direct to Patient*) visando oferecer alternativas ágeis, simples e baratas para pacientes terem acesso a medicamentos e materiais médico-hospitalares em casa ou onde desejarem. A Companhia acredita que com o advento da tecnologia e mudanças regulatórias recentes durante a pandemia da COVID-19 será possível haver uma rápida mudança na forma como esses produtos são consumidos atualmente.

Em 6 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu uma participação relevante de 35,71% na Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda. ("Far.Me"), com a opção de compra de até 100% do capital social da Far.Me. O objetivo dessa aquisição é atender um mercado altamente fragmentado de distribuição de medicamentos para o consumidor final. A Companhia acredita estar em uma posição diferenciada para capturar esta oportunidade devido aos relacionamentos comerciais existentes e sua capacidade ampla de distribuição.

A Far.Me se posiciona como uma farmácia *on-line* e tem um modelo de negócio baseado em uma assinatura mensal para pacientes crônicos e idosos que precisam de medicamentos recorrentes. A empresa foi fundada em Belo Horizonte e expandiu suas operações no final de 2020, abrindo uma farmácia em São Paulo e iniciando o trabalho de divulgação. A Companhia acredita muito que o entendimento do mercado de saúde e relacionamento com principais *stakeholders* serão fundamentais para ajudar a criar soluções que facilitem acesso e ajudem na eficácia dos tratamentos.

### **Benefícios da estratégia de ecossistema**

A Companhia acredita que a estratégia de atuar como um ecossistema de produtos e serviços de saúde proporciona vantagens competitivas relevantes que incluem:

**Maior mercado endereçável:** A Companhia possui acesso a um mercado muito mais amplo em comparação, por exemplo, às companhias exclusivamente focadas em distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos. A Companhia acredita que o mercado de sua atuação engloba uma receita anual total de R\$223 bilhões de reais, versus um mercado de distribuição de medicamentos e materiais de R\$ 84 bilhões de reais.

**Maior resiliência:** A diversificação de atuação da Companhia em diferentes vertentes e segmentos provou-se uma estratégia vencedora na pandemia do COVID-19. Uma forte performance, por exemplo, de vendas de EPI (luvas) e vacinas, compensaram a queda da venda de outros materiais.

**Maiores retornos:** a atuação diversificada da Companhia em segmentos de alto retorno permite-a atingir resultados consolidados mais atrativos em comparação à, por exemplo,

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

companhias exclusivamente focadas no segmento de distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos.

**Acesso amplo a dados, conhecimento e expertise ao longo da cadeia:** A Companhia acredita que existam grandes oportunidades de monetização de dados, advindos de uma presença ao longo da cadeia de saúde, que a permite ter visibilidade e identificar tendências e oportunidades de negócios.

### VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que as seguintes vantagens competitivas a diferenciam dos seus concorrentes e contribuem para seu sucesso:

**Modelo de negócios diferenciado, integrado, que proporciona alto crescimento, rentabilidade e retorno sobre o capital investido, além de uma experiência diferenciada aos seus clientes**



A Companhia atua de forma integrada desde a fabricação de produtos médico-hospitalares, até a entrega final ao cliente, incluindo unidades médicas e pacientes, sempre amparada pelo seu amplo portfólio de produtos e à sua capilaridade. Além disso, segundo estimativas internas da Companhia, a Viveo é líder no fornecimento de materiais médico-hospitalares e medicamentos no Brasil, com presença significativa em hospitais, clínicas, laboratórios e farmácias em todo o país, entregando seus produtos com agilidade e eficiência. Seu modelo integrado de negócios permite que a Companhia capture maiores oportunidades em seus mercados de atuação.

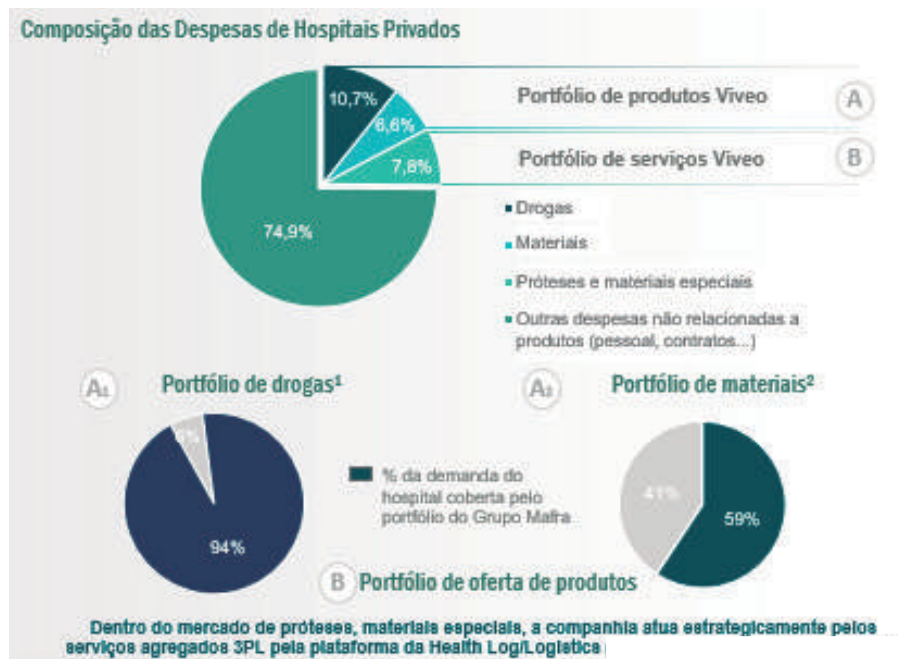
A Companhia também oferece a seus clientes serviços e soluções de alto valor agregado, buscando sempre entender suas necessidades e possibilitando que prestadores de serviços de saúde e fabricantes de medicamentos melhorem sua eficiência na gestão de materiais e medicamentos. Essas soluções incluem gestão de caixa, capital de giro, redução de tempo médio e de custo de estoque e redução de espaço para armazenamento de produtos, permitindo, portanto, a ampliação de leitos e maior geração de receita, redução na falta de materiais e

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

medicamentos, melhora da rastreabilidade e redução de perdas de produtos e medicamentos e das rupturas de estoques.

A Companhia acredita que o seu alto nível de serviços e sua capilaridade, aliados à sua frota própria e flexível e ao conhecimento amplo da cadeia de valor dos seus clientes a posicionam de forma única para prover esses serviços ao mercado.

**A Companhia oferece uma solução *one-stop shop* diferenciada para seus clientes e possui uma equipe de vendas robusta para atender diferentes canais e clientes**



\*3PL significa Operador Logístico terceirizado que faz os serviços de armazenagem, separação, expedição e transporte dos contratantes

A gestão de fornecimento de um hospital é altamente complexa devido à extensa variedade de itens e produtos necessários. Estima-se que um hospital consuma, em média, mais de 12.000 SKUs (*Stock Keeping Unit* ou unidade de manutenção de estoque) anualmente – mas com uma limitada disponibilidade de espaço de armazenagem. Além disso, insumos, apesar de críticos para a operação do hospital, representam uma parcela pequena do total dos custos, o que representa um desafio para os administradores de hospitais. Cada vez mais, esses clientes buscam reduzir o número de fornecedores, devido à suas limitações de infraestrutura para recebimento, gestão e armazenagem.



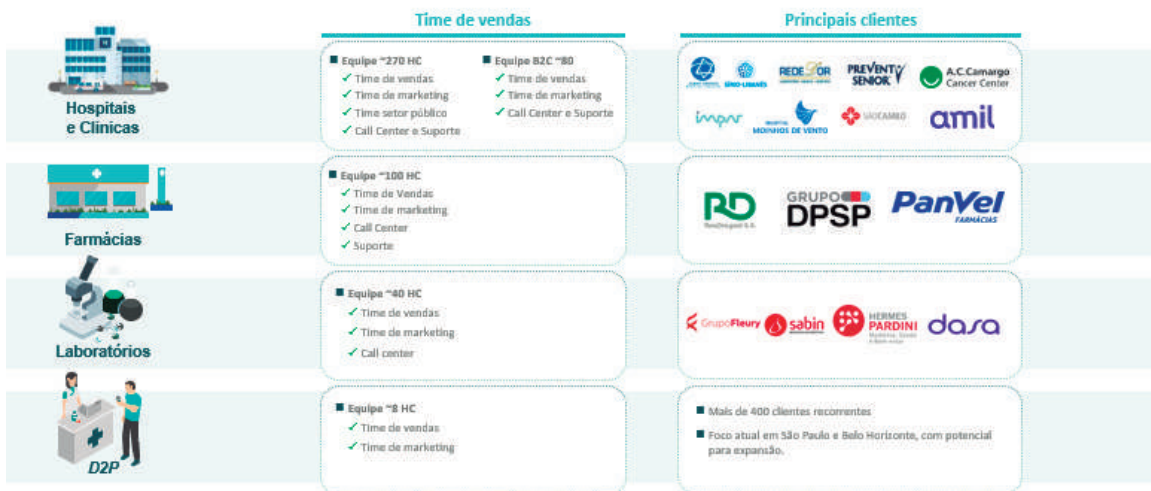
## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A proposta de valor da Companhia endereça de forma precisa tal desafio. A Viveo possui o mais amplo portfólio de produtos hospitalares, oferecendo medicamentos e materiais médico-hospitalares capazes de atender aproximadamente 94% e 59%, respectivamente, das demandas de um hospital. A solução simplifica significativamente a gestão dos hospitais permitindo reduzir o número de fornecedores.

Essa vantagem é apenas possível como resultado da escala de sua operação e qualidade na prestação de seus serviços. A Companhia acredita ter um dos melhores níveis de serviço na distribuição de produtos hospitalares, oferecendo aos seus clientes uma experiência única e totalmente multicanal. Ter o cliente em primeiro lugar é um dos seus principais valores.

A Companhia possui equipes de vendas dedicadas para os diferentes canais nos quais atua o que permite atender de forma diferenciada as necessidades de seus diferentes clientes.

A Companhia acredita que tem a maior força de vendas nacional e em janeiro de 2020 era composta por mais de 450 pessoas, apoiadas por especialistas técnicos para cada plataforma de negócios, canal e terapia, além de uma equipe de *call center* e suporte para atender às demandas de seus clientes.



Notes: Cross sales figures refer to 2020 and are presented on a pro-forma basis; Other channels are not included in the page and represent R\$88mm in sales (2% of total) and R\$9mm in EBITDA (3% of total); <sup>1</sup> Only considers parent companies; <sup>2</sup> Source: Nielsen; <sup>3</sup> Source: IBGE.

### Solução logística proprietária diferenciada com cobertura nacional e altos níveis de serviço compatível com os maiores distribuidores hospitalares dos Estados Unidos

A Companhia conta com um dos maiores sistemas logísticos para a saúde do país, com 15 centros de distribuição, totalizando mais de 90.000 m<sup>2</sup> de área, e 5 operações de *crossdocking* espalhados estrategicamente pelos principais estados do Brasil, com alta cobertura geográfica e

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

nível de capilaridade, que lhe permitem realizar entregas em todas as cidades do Brasil, com maior agilidade e eficiência. Com uma frota de mais de 200 veículos próprios exclusivamente focados no mercado hospitalar, a Viveo possui alcance nacional, podendo servir, segundo estimativas internas, 98% dos leitos privados no país em menos de 48 horas (sendo 81% em um período menor que 24 horas).

A HealthLog conta com uma moderna frota própria, monitorada e rastreada durante todo o percurso, para garantir segurança e pontualidade em suas entregas. A Companhia conta com frota de mais de 200 veículos, avaliados constantemente nos programas de manutenção preventiva, limpeza e renovação de frota.

A Companhia possui uma infraestrutura tecnológica que permeia todas as suas soluções inovadoras. Além de possuir uma frota própria, a Companhia emprega tecnologia de ponta no controle da distribuição dos produtos, incluindo WMS (*Warehouse Management System*) utilizado em todos os seus centros de distribuição, uso de aparelhos smartphone em todos os veículos de sua frota.

### **Liderança nos segmentos de atuação, com reconhecimento no setor de saúde do Brasil.**

A Viveo é líder na distribuição de materiais médico-hospitalares e medicamentos no Brasil, com uma participação de mercado de 7%, conforme dados da IQVIA e análises internas da Companhia, atendendo aos principais hospitais, clínicas e laboratórios do país. A Companhia também acredita ser a maior fabricante de materiais médico-hospitalares com uma participação de mercado de 10%, segundo dados da IQVIA e análises internas, atendendo tanto empresas, quanto consumidores finais.

A posição de liderança garante à Companhia um maior poder de negociação na compra de produtos médico-hospitalares e medicamentos, além de melhores condições de vendas aos clientes. A Viveo possui relacionamento de longo prazo com os maiores fornecedores de materiais médico-hospitalares e medicamentos, desenvolvendo planejamentos conjuntos de negócio (*joint business plans*) não apenas para o portfólio atual de produtos, como para futuros lançamentos. A Companhia também segue padrões elevados de segurança e qualidade dos produtos que distribui, acompanhando o cumprimento de todas as determinações sanitárias da ANVISA e as certificações exigidas pelos seus fornecedores.

A escala e posição de liderança no mercado da Companhia, bem como sua capacidade de atendimento em nível nacional, proporcionou, nos últimos anos, uma posição favorável em um mercado de clientes fragmentado e em processo de consolidação. Consolidadores de mercado, ao passo que ampliam sua robustez operacional, necessitam de um parceiro comercial com escala nacional como a Viveo. Entre os anos de 2018 e 2020, o crescimento agregado de receita



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

da Companhia e da Cremer advindo de consolidadores de mercado (i.e. Grupo Fleury, DASA, Rede Impar, NotreDame Intermédica, Amil, Rede D'or) foi de 19% ao ano, enquanto o crescimento advindo de outros clientes foi de 10% ao ano.

### **Sistema proprietário de gerenciamento de ROIC que possibilita uma precificação correta de seus produtos, possibilitando à Companhia manter atrativo nível de retorno sobre o capital investido**

A Companhia desenvolveu ao longo dos anos um sistema proprietário que garante a correta precificação de seus produtos para atingimento de metas internas de retorno que utiliza a metodologia de retorno sobre o capital investido (ROIC).

A Companhia realiza cálculos mensais para garantir, tanto em um nível macro quanto micro, que todas as unidades de negócios da Companhia estão utilizando a metodologia de precificação de forma aderente. O crescimento da Companhia e direcionamento das unidades de negócios segue um processo disciplinado de retorno sobre o capital investido que são determinados e acompanhados nos comitês da Companhia. A Companhia monitora e ajusta frequentemente esse processo, inclusive com relatórios detalhados por produto e cliente, simuladores e sistema de *rating* que ponderam risco e retorno, para garantir um desvio baixo e consistência nos seus resultados.

Com isso o ROIC de 2019 foi de 19,6% enquanto o ROIC dos distribuidores *Non Retail* é de 11% (utilizando como proxy o cálculo do ROIC da Expressa em 2020).

### **Resiliência a condições adversas da economia brasileira e do setor de saúde**

A Companhia acredita ser mais resiliente a condições macroeconômicas gerais que outras sociedades atuantes no setor de saúde no Brasil, na medida em que as recentes desaceleração e estagnação da economia brasileira, o conseqüente aumento na taxa de desemprego, a redução do número de beneficiários de planos de saúde privados, bem como a redução da taxa de ocupação de hospitais em meio a pandemia do COVID-19, afetaram a Companhia em menor proporção em relação às demais empresas que atuam no setor de saúde no Brasil.

Enquanto seus clientes e prestadores de serviços apresentaram resultados negativamente impactados por toda a crise relacionada a pandemia da COVID-19, a Companhia conseguiu enfrentar toda a perda de volumes de certos medicamentos e produtos médico-hospitalares e conseqüente piora em sua performance operacional de forma eficiente, ajustando rapidamente sua oferta de produtos, o que possibilitou melhor desempenho operacional independentemente dos desafios relacionados à crise.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A diversidade de portfólio de produtos e serviços do setor de distribuição de medicamentos e produtos médico-hospitalares da Viveo, aliado a multicanalidade, constituiu-se como um *hedge* natural. Em 2020, o crescimento orgânico da receita da Companhia foi de 17%, em comparação à uma mediana de 6% de crescimento esperado de companhias de saúde selecionadas, segundo dados do Factset.

Apesar da atual volatilidade na economia brasileira, entre 2018 e 2020, a Companhia apresentou um CAGR de 29,3% em sua receita líquida, 33,9% em seu EBITDA Ajustado e 86,4% em seu lucro líquido, enquanto o PIB do Brasil apresentou modesto crescimento entre 2017 e 2019 e retração considerável em 2020. Adicionalmente, a Companhia acredita que (i) a escala e a relevância de suas operações; (ii) a capacidade de desenvolver e manter relacionamentos de longo prazo mutuamente benéficos com os prestadores de serviços à saúde e com a indústria farmacêutica; (iii) a efetividade dos serviços prestados; (iv) a qualidade técnica e profissional dos colaboradores da Companhia; (v) os investimentos em pesquisa e tecnologia realizados; (vi) o potencial de aumento no número de beneficiários de planos privados de assistência à saúde no Brasil em relação à população brasileira; (vii) o envelhecimento da população brasileira; e (viii) a elevada fragmentação do mercado de distribuição de produtos hospitalares brasileiro, contribuíram de forma significativa para seu crescimento sustentável e sua resiliência à volatilidade geral do mercado. A Companhia acredita que competidores menores se mostraram mais sensíveis a oscilações e desacelerações econômicas, em função de, entre outros, contarem com acesso mais restrito a crédito e possuírem menos relações consolidadas com prestadores de serviços à saúde e a indústria farmacêutica.

### **Administração com alto conhecimento do setor de saúde e da Companhia, formada por profissionais qualificados e cultura diferenciada.**

A Companhia conta com uma administração composta por profissionais qualificados, com reconhecida experiência no setor de saúde brasileiro, além de profissionais com formações complementares e extensa experiência em sociedades líderes de diferentes setores da economia. Alguns são profissionais que trabalham juntos há muitos anos na Viveo.

A cultura organizacional e de recursos humanos da Companhia é baseada na meritocracia e mentalidade empreendedora, com foco na atração e retenção de profissionais altamente qualificados em todos os níveis, com a consequente valorização dos executivos que apresentem melhor performance baseada em métricas qualitativas e quantitativas, conforme Política de Remuneração da Companhia aprovada em 15 de março de 2021 pelo Conselho de Administração (para mais informações sobre a Política de Remuneração, acessar o site de Relações com Investidores da Companhia ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), categoria "Política de Remuneração").

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além disso, os interesses dos administradores da Companhia estão altamente alinhados com os de seus acionistas, uma vez que todos os diretores e principais executivos são acionistas ou beneficiários de planos de Phantom Shares da Companhia.

Isso demonstra profunda consistência e forte comprometimento com o propósito da Companhia, além de serem alicerces para a manutenção de uma forte cultura corporativa e grande referências para os seus funcionários.

A Companhia acredita que essa gestão próxima, eficiente e experiente com uma visão estratégica consistente contribui para o seu crescimento, lucratividade e para fortalecer sua proposta de valor.

Para mais informações sobre o plano de Phantom Shares da Companhia, veja seção 13.4 deste Formulário de Referência.

A administração da Companhia foi responsável pelo sólido crescimento das operações e pelo forte desempenho operacional e financeiro percebido pela Companhia no passado, estando bem posicionada para continuar implementando, de maneira bem-sucedida, sua estratégia de negócio.

Para mais informações sobre a administração da Companhia, veja seção 12 deste Formulário de Referência.

### **Alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com sua experiência no setor de saúde no Brasil, bem como forte comprometimento com as melhores práticas de ESG**

A Companhia conta com uma base de acionistas bastante alinhada e com visão de longo prazo. Muitos deles tem profundo conhecimento do mercado de saúde e contribuem com os executivos na definição de estratégias de longo prazo para o negócio. O Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Genova VI") e o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Genoma I"), maiores acionistas da Companhia, são fundos geridos pela DNA Capital Consultoria Ltda. ("DNA Capital"), um experiente investidor no setor, detendo participações em mais de 20 empresas de referência do setor incluindo prestadores de serviços, empresas de tecnologia aplicadas à saúde e produção e distribuição de medicamentos, o que propicia oportunidades únicas de intercâmbio e parcerias mutuamente benéficas para as empresas que participam de seu ecossistema.

Adicionalmente, a Companhia possui alto padrão de governança corporativa, incluindo um "Código de Ética e Conduta" formal e canal de denúncia confidencial.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ademais, a Companhia busca estar alinhada com as principais práticas de responsabilidade ambiental e social. Para mais informações sobre tais programas, vide o item “7.8 Políticas socioambientais” do Formulário de Referência.

### **ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO**

A Companhia pretende continuar expandindo seu ecossistema, ampliando sua oferta de produtos, nos atuais e novos canais, prestando, sempre, o melhor serviço e incrementando suas vantagens competitivas e aproveitando sua escala, sólida situação financeira e geração de caixa. O desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções para os clientes também é parte importante da nossa visão de crescimento.

A Companhia pretende estruturar o crescimento futuro em 4 pilares:

1. Consolidar e expandir a sua liderança nos seus principais mercados de atuação;
2. Reforçar o ecossistema da Viveo e se posicionar de maneira única na cadeia de valor;
3. Continuar a diversificar seu portfólio de produtos para uma maior resiliência e margem;
4. Alavancar-se em suas vantagens competitivas para reduzir a complexidade de execução.

### **Ampliar a liderança e participação no mercado brasileiro de materiais e medicamentos especializados para a saúde, continuamente aumentando seu portfólio de produtos e sua cooperação com os fabricantes por meio de parcerias estratégicas**

A Companhia acredita ser o parceiro preferencial para o lançamento de novos medicamentos e terapias especializadas que virão a mercado nos próximos anos. A receita bruta da Companhia nos últimos 5 anos com lançamento de novos produtos totalizou R\$580 milhões o que demonstra sua capacidade de parceria no lançamento de novas medicações.

Ainda, a Companhia pretende desenvolver plano de negócios conjunto com outros *players* da indústria farmacêutica, de forma colaborativa, visando maximizar o potencial comercial de novos lançamentos de produtos comercializados no Brasil, garantindo alinhamento estratégico da indústria e distribuidores, além de aumentar a diversidade de materiais que fabrica para disponibilizar a seus clientes um completo portfólio de produtos descartáveis, fortalecendo sua plataforma *one-stop shop*. Essa atuação diferenciada através de parcerias chamadas de JBP (*Joint Business Plans*) com os fornecedores.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### **Alavancar a sua liderança nos canais de distribuição existentes e aumentar sua participação em novos canais que apresentam um potencial de mercado significativo**

A distribuição de materiais e medicamentos ancora o crescimento da Companhia e reflete sua relevância na cadeia na qual atua. A Companhia continuará investindo para consolidar sua posição de liderança no canal hospitalar e fortalecendo a distribuição nos canais atuais e também fortalecendo os canais nos quais possui participação menor.

A Companhia continuará envidando esforços para manter a sua liderança no segmento de distribuição para clínicas de oncologia, um segmento que movimenta em medicamentos anualmente R\$14 bilhões, segundo estimativas da Companhia baseadas em informações da IQVIA.

Recentemente, a Companhia introduziu estratégias para aumentar sua participação no atrativo setor de distribuição de insumos para laboratórios, um segmento do mercado que movimentou R\$ 3,5 bilhões de reais anualmente e cresceu cerca de 9% ao ano durante o período de 2012 a 2018, de acordo com estimativas internas baseadas em estudo realizado pela Termo Fisher. A Companhia acredita que pode aumentar sua participação neste mercado de forma acelerada nos próximos anos.

Ainda, a Companhia acredita que determinados segmentos do setor público de distribuição hospitalar representam uma oportunidade relevante de crescimento, mantendo níveis atrativos de retorno. Este segmento de mercado movimentou R\$26 bilhões em 2020, de acordo com dados da IQVIA e estimativas internas feitas pela Companhia, sendo que a participação das vendas para o setor público na receita bruta da Companhia para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 era de apenas 6%. Dessa forma, a Companhia vai atuar de forma disciplinada nas licitações governamentais, com o objetivo de aumentar sua participação neste segmento.

A Companhia ainda espera capturar uma fatia do canal direto ao paciente (D2P), mercado que fatura anualmente mais de R\$80 bilhões (incluindo medicamentos Rx, OTC e *Não medicamentos*), de acordo com IQVIA, e deve representar uma avenida de crescimento significativa para a Companhia no médio e longo prazo. Para acelerar sua participação neste mercado, a Companhia liderou em novembro de 2020 a rodada series A de investimento na Far.Me, uma start-up que continua se destacando no cenário farmacêutico nacional com sua proposta de facilitar a rotina de quem usa remédios todos os dias. Além do aporte financeiro, a parceria viabilizará novas possibilidades à Far.me, seu relacionamento com a indústria e sua logística em nível nacional permite que a Companhia auxilie a operação da empresa, garantindo maior fluidez para entrega de medicamentos e fortalecendo a operacionalização de todo o negócio.

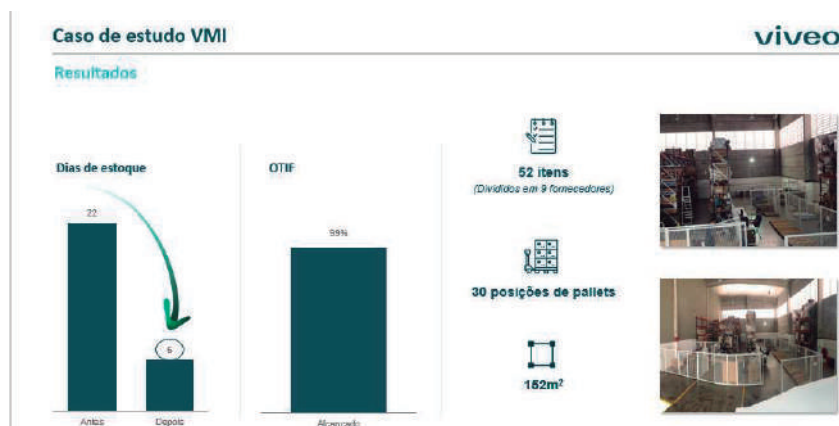
## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### **Ampliação da oferta de serviços para agregar novas soluções e expandir os serviços existentes para um número maior de clientes**

A Companhia espera continuar oferecendo soluções e serviços inovadores que vão além da venda de produtos hospitalares e medicamentos, buscando continuamente ser uma prestadora de serviços para seus clientes. Suas amplas variedades de soluções são customizadas para a necessidade logística de cada cliente. A Companhia espera aumentar a penetração dos diversos serviços já prestados incluindo (i) Central de Unitarização, (ii) solução VMI (*Vendor Managed Inventory*), (ii) Outsourcing Operacional e (iv) Projeto Home Care nos próximos anos.

O VMI é um exemplo de solução completa que inclui acordos comerciais, políticas de estoque, troca de informações, monitoramento e reposição contínua. O serviço proporciona diversos benefícios para seus clientes incluindo, redução de espaço de armazenagem no hospital para o estoque pulmão da Companhia, menor custo dos estoques e necessidade de capital de giro, redução do tempo médio de estoque dentro do hospital, melhoria da rastreabilidade, redução de perda com material e medicamentos vencidos e faltas nos estoques além de possibilitar uma otimização do espaço para abertura de leitos e consequente geração de mais receita para seus clientes.

A Companhia foi pioneira na implementação desta solução e espera continuar a penetração da solução VMI para os atuais clientes. A Companhia é pioneira na implementação de VMI em hospitais do Brasil tendo em sua carteira mais de 7,8 mil leitos que se beneficiam de uma gestão inteligente para o planejamento e fornecimento de suas operações. No VMI, a Health Log, empresa de serviços da Companhia, tem acesso a dados relativos à movimentação dos estoques de seus clientes e assume o compromisso sobre os reabastecimentos. Alguns dos principais clientes da Companhia já rodam com a solução de VMI, conforme estudo de caso abaixo elaborado pela Companhia:



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Continuar com sua estratégia de crescimento por meio de aquisições seletivas

A Companhia acredita que as aquisições foram e continuarão sendo um meio de atingir seus objetivos de crescimento. Consideramos aquisições como um meio para acelerar nossa estratégia, porém não um pilar de crescimento em si. A Companhia espera continuar sua estratégia de aquisições seletivas no Brasil, com três objetivos: (i) agregar novas competências, áreas de atuação, serviços e expertise; (ii) potencializar as oportunidades de *cross-selling* na base de clientes das companhias adquiridas e (iii) aumentar economias de escala. A Companhia pretende focar em aquisições de empresas de médio e pequeno porte, com operações complementares às da Companhia e que possam agregar valor à sua oferta de serviços e produtos, ao mesmo tempo em que minimizam os riscos de integração. Contudo, a Companhia não descarta realizar aquisições de maiores portes oportunísticas para o seu negócio.

A Companhia atua em um mercado altamente fragmentado que oferece diversas oportunidades de consolidação.

Além disso, para implementar essa estratégia, a Companhia conta com uma equipe dedicada responsável por analisar as oportunidades de aquisição, com profissionais com extensa experiência na avaliação e negociação de tais transações.

Sua experiência em adquirir e integrar operações permite que a Companhia integre rapidamente novas companhias à sua estrutura operacional, ao mesmo tempo em que mantém níveis adequados de alavancagem. Como exemplo, em 2020, a Companhia adquiriu 5 empresas que foram rapidamente integradas ao ecossistema Viveo adicionando R\$928 milhões de receita líquida no resultado da Companhia no mesmo ano.

A Companhia também tem um histórico de boa performance de integração das empresas adquiridas e extração de sinergias conforme demonstrado abaixo em alguns movimentos recentes.



### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.



## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A Companhia atua exclusivamente nos seguintes segmentos:

- **Material** – distribuição e fabricação de materiais das categorias: cardíaca, cirúrgica, urinários, diagnósticos, esterilização, paramentação, higiene e proteção entre outros.
- **Medicamento** – distribuição de medicamentos, analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatório, oncológico, anestésico, vacinas, entre outros.
- **Outros:** o segmento classificado como “outros” é relacionado a operações da controlada Health Logística Hospitalar S.A., cuja atividade compreende a logística de produtos médicos e hospitalares e operações da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., cuja atividade compreende a administração das propriedades do Grupo

### a) Produtos e serviços comercializados

As receitas operacionais da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 decorreram principalmente da distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares e fabricação de materiais médico-hospitalares.

### b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

R\$ milhões	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2020	2019	2018
<b>Receita líquida</b>			
<b>Medicamento</b>	<b>3.156</b>	<b>1.991</b>	<b>1.786</b>
<b>Material</b>	<b>1.243</b>	<b>961</b>	<b>837</b>
<b>Outros</b>	<b>14</b>	<b>51</b>	<b>18</b>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro bruto da Companhia

**7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais**

R\$ milhões	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro Bruto</b>			
<b>Medicamento</b>	<b>286</b>	<b>184</b>	<b>176</b>
<b>Material</b>	<b>344</b>	<b>264</b>	<b>221</b>
<b>Outros</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>2</b>

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### a) características do processo de produção

O processo de produção da Companhia é focado em suas controladas Cremer S.A. ("Cremer") e Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. ("Flexicotton").

#### **CREMER**

##### Linha Têxtil

A Companhia possui 1 fábrica localizada em Blumenau, no Estado de Santa Catarina, que se dedica à produção têxtil. Os principais produtos manufaturados nesta unidade são gazes, ataduras gessadas, campos operatórios, ataduras de crepom, fraldas de pano, hastes flexíveis e algodão para uso. A unidade têxtil possui uma capacidade instalada para produção anual de 144 milhões de metros quadrados de tecidos e 3 milhões de quilogramas de produtos de algodão hidrófilo, em 2020

O processo de produção da linha têxtil tem como principal matéria-prima o algodão em pluma e é composto pelos principais estágios abaixo detalhados:

- (i) Fiação:** Processo de transformação do algodão em pluma em fios, por meio de máquinas têxteis especializadas. A sequência de etapas nesta fase inclui sala de abertura, cardas, passadores, maçaroqueiras, filatórios convencionais (anel), filatórios "open-end" (rotor), bobinadeiras e retorcedeiras;
- (ii) Preparação:** Processo no qual os fios são usados para formar rolos de urdume que alimentarão os teares. Dependendo da necessidade do produto, os rolos podem ou não passar por engomadeiras. Nestas engomadeiras, uma goma é aplicada sobre os fios para formar uma película de proteção, dando-lhes maior resistência mecânica para suportar o processo de tecimento. Processo similar ocorre nas urdideiras de crepom, sendo que neste caso os rolos de urdume são utilizados diretamente no processo de tecelagem, sem necessidade de passar pelas engomadeiras.
- (iii) Tecelagem:** Processo no qual as camadas de fios são entrelaçadas, formando os tecidos de gaze, tecidos para campo operatório e fraldas, bem como tecidos para a linha de adesivos industriais e hospitalar. São usados nesta etapa do processo teares planos com inserções a jato de ar, projétil e pinças. Pode-se dizer que é nesta etapa em que os filamentos são transformados nos diferentes tipos de tecidos para uso na fabricação de produtos descartáveis para a saúde.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- (iv) **Beneficiamento:** Processo no qual são realizados a desengomagem, o alveamento e/ou o tingimento e secagem dos tecidos. Pode-se afirmar que é nesta etapa em que o tecido é tratado quimicamente e/ou recebe aplicação de resinas ou outro material necessário para transformação no produto desejado.
- (v) **Manufatura e Embalagem:** Processos nos quais os produtos são cortados, costurados (se necessário) e embalados para a venda. Nesta etapa são confeccionadas as compressas de gaze, curativos cirúrgicos, compressas algodoadas, ataduras de crepom, compressas cirúrgicas e fraldas. Os produtos são embalados em máquinas termo-formadoras e recebem a identificação de produto finalizado, com código de barras, data de fabricação e lote. Grande parte dos produtos é destinada à esterilização, por meio de exposição dos produtos a raios gama ou a óxido de etileno. A esterilização dos produtos e o acabamento de fraldas de pano e campo operatório são serviços terceirizados pela Companhia.

Ainda, no que se refere à produção de gessos e ataduras gessadas, o processo se inicia com a preparação de massas e soluções, as quais são aplicadas sobre o tecido base. Após a aplicação, o tecido é seco e cortado em bobinas, conforme larguras determinadas. Por fim, o processo de fabricação de algodão hidrófilo, as fibras de algodão passam por processos de alveamento ou tingimento, sendo depois centrifugadas e secas em estufas. Na etapa seguinte, passam por um batedor formador de mantas, e tais mantas vão para as cardas. Na saída das cardas, são formados pavios ou mantas cardadas que alimentam 3 linhas de produção. Nestas linhas de produção, são fabricados algodões que poderão ser de 25, 50, 100, 250 e/ou 500 gramas. O processo é semi-automatizado e em fluxo contínuo. Os pavios são transformados em bolas, rolos dentais, disco e hastes flexíveis. Os produtos que passam por estes processos produtivos também são embalados e identificados com código de barras, data de fabricação e lote.

A Companhia utiliza tecnologia própria para a fabricação destes produtos e contrata seguro, bem como toma todas as cautelas, para os riscos inerentes à atividade.

#### Adesivos

A Companhia possui uma fábrica localizada em Blumenau, no Estado de Santa Catarina, na qual são produzidos todos os produtos adesivos, tanto para o segmento de produtos descartáveis para a saúde quanto para o segmento industrial. Os principais produtos desta linha são Esparadrapos, Fita Microporosa, Curativos, Fitas Crepes e Fitas de aplicação industrial. A Companhia possui uma capacidade instalada para produção anual de 25,2 milhões de metros quadrados de fitas adesivas, em 2020

O processo produtivo é composto de 5 estágios principais:

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- (i) **Formulação de Químicos:** etapa na qual são misturados os componentes químicos que farão o tratamento do dorso tais quais produtos químicos com características ligantes, saturantes e impermeabilizantes;
- (ii) **Preparação de Dorso:** Preparação e tratamento do papel ou tecido (saturação, envernizamento, aplicação de primer, hidrofugação, impermeabilização) para o posterior recebimento da massa adesiva. Conforme a necessidade, são preparadas receitas de soluções ou pastas, empregando-se matérias-primas que são agitadas em tanques específicos. Para cada produto, os processos são ajustados conforme as especificidades de cada máquina;
- (iii) **Preparação de Massa Adesiva:** Preparação de massa adesiva, que consiste na adição de matérias-primas misturadas conforme quantidades e tempos pré-determinados, dependendo de cada tipo de produto a ser produzido;
- (iv) **Aplicação de Massa Adesiva:** Uma vez preparadas, as massas adesivas são armazenadas em reservatórios específicos, para posterior uso no processo de aplicação. Os Dorsos, antes preparados, recebem então a aplicação da massa adesiva, em equipamentos específicos de aplicação. Os processos são ajustados conforme as especificações de cada produto e da massa a ser aplicada; e
- (v) **Manufatura (Corte e Embalagem):** Após a liberação dos produtos intermediários aplicados, estes são rebobinados e cortados de acordo com os tamanhos comercializados. Nessa fase, os produtos são embalados com as devidas identificações.

A Companhia utiliza tecnologia própria para a fabricação destes produtos e contrata seguro, bem como toma todas as cautelas, para os riscos inerentes à atividade.

#### Plásticos

A Companhia possui 3 fábricas localizadas respectivamente em Blumenau, no estado de Santa Catarina, São Paulo, no Estado de São Paulo e São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais na qual são produzidos os produtos da plataforma plásticos.

Na unidade de Blumenau são produzidos componentes plásticos que posteriormente serão utilizados nas outras duas plantas de montagem de produto acabado.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nas fábricas de São Paulo e Minas Gerais, é feita a montagem final dos produtos através de processos manuais, semiautomáticos e automáticos, a depender do tipo de produto. Posteriormente estes produtos são enviados para esterilização em fornecedor terceiro. Os principais produtos desta linha são Equipos de Infusão, Sondas, Cateteres, Bisturis e Coletores de Secreção. A Companhia possui uma capacidade instalada para produção anual de 120 milhões de peças plásticas, em 2020

O processo produtivo destes produtos envolve 5 estágios principais:

- (i) **Preparação de Matéria-Prima:** Preparação dos polímeros a serem transformados nas máquinas injetoras. Nos silos misturadores são realizadas as composições de cores, de acordo com cada produto. Após este processo, o material é enviado ao setor de injeção para transformação do polímero em produto acabado;
- (ii) **Setor de Injeção:** Transformação dos polímeros por meio de fundição do material na temperatura adequada a cada tipo de material e injeção dentro do molde de cada produto;
- (iii) **Setor de Extrusão:** Extrusão do tubo de PVC, que como processo inicial a transformação dos granulados de PVC em tubos. Após a extrusão contínua, é realizado o corte de acordo com a especificação do tamanho. Os tubos passam por um processo de secagem antes de serem embalados e identificados. Após tal processo, os itens encontram-se disponíveis em estoque para distribuição nas unidades de manufatura, que procederão à montagem dos produtos acabados para posterior esterilização e venda;
- (iv) **Setor de Sopro:** transformação dos polímeros por meio de fundição do material na temperatura adequada e posterior sopro dentro do molde de cada produto; e
- (v) **Área de Montagem Automática (Dispositivos):** Montagem de subconjuntos em máquinas automáticas que tem interação do operador. Após a montagem dos subconjuntos, estes são pesados e identificados e ficam disponíveis em estoque para distribuição nas unidades de manufatura, que procederão à montagem destes subconjuntos em produtos acabados para posterior esterilização e venda.

A Companhia utiliza tecnologia própria para a fabricação destes produtos e contrata seguro, bem como toma todas as cautelas, para os riscos inerentes às suas atividades.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### **FLEXICOTTON**

A Companhia possui um parque fabril localizado em Santo Amaro da Imperatriz, no Estado de Santa Catarina, que se dedica à produção da linha Flexicotton. Os principais produtos manufaturados nesta unidade são hastes flexíveis e produtos de algodão hidrófilo para uso (discos, quadrados, bolas, rolos). A unidade possui uma capacidade instalada para produção anual de 3.000.000 quilogramas de algodão hidrófilo, em 2020

O processo de produção da linha algodão hidrófilo tem como principal matéria-prima o algodão penteadeira e é composto pelos principais estágios abaixo detalhados:

- (i) **Alvejamento:** Nesta etapa, o tecido algodão penteadeira é tratado quimicamente e/ou recebe aplicação alvejado através de resinas ou outro material necessário para transformação no banho de produtos químicos dentro de Autoclaves com temperatura e pressão determinadas, submetendo o produto desejado ao branqueamento das fibras de algodão.
- (ii) **Estufa/Secagem:** Após o processo de alvejamento, o algodão é levado à estufa para secagem.
- (iii) **Enfardamento:** O algodão alvejado e seco é acondicionado em fardos para posterior uso no processo produtivo.
- (iv) **Blendomat:** Processo de abertura de fardos para produção de flocos uniformes.
- (v) **Cardas:** Processo mecânico pelo qual a matéria-prima passa, que se destina, em síntese, à desembaraçar, limpar e misturar fibras, de forma a produzir um véu ou fita adequada aos próximos passos do processo fabril.
- (vi) **Embalagem:** Processo no qual o produto é embalado para a venda. Após a embalagem, o produto recebe a identificação de produto finalizado, com código de barras, data de fabricação e lote.

A Companhia utiliza tecnologia própria para a fabricação destes produtos e toma todas as cautelas para os riscos inerentes à atividade.

#### **OUTROS PRODUTOS**

Os demais produtos distribuídos e comercializados pela Companhia são fabricados pelos fornecedores. Referidos fabricantes detêm as fórmulas e tecnologias de produção dos produtos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### **b) características do processo de distribuição**

A principal atividade da Companhia consiste na distribuição e comercialização de um amplo portfólio de serviços e produtos de saúde, dividido nos seguintes segmentos:

- Materiais médico-hospitalares e cirúrgicos;
- Medicamentos;
- Produtos de primeiros-socorros;
- Produtos de consumo (tratamento/higiene/bem-estar);
- Produtos laboratoriais; e
- Vacinas.

Os clientes da Companhia são compostos por hospitais privados e públicos, clínicas, farmácias e laboratórios de todo o Brasil.

O processo de distribuição e comercialização dos produtos da Companhia é realizado por meio das seguintes etapas: (i) compra; (ii) gestão de estoques; (iii) logística; e (iv) vendas.

A integração entre todas as etapas do processo distributivo permite à Companhia captar sinergias em suas atividades, de forma a obter ganhos de escala e maximizar sua rentabilidade.

#### Canais de Venda

Os segmentos contam com dois canais de distribuição e comercialização, que operam de forma diferente:

(a) Distribuição física, por meio do qual a Companhia atende clientes institucionais privados e públicos, por meio da distribuição de materiais médico-hospitalares e cirúrgicos, medicamentos, produtos laboratoriais, produtos de primeiros-socorros, produtos de consumo (tratamento, higiene e bem-estar) e vacinas; e

(b) *E-Commerce*, canal online destinado à distribuição e comercialização de produtos de consumo, conforme descrito abaixo neste item.



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### Compras

A política de compras dos produtos acabados e prontos para o comércio, bem como de insumos para a produção dos produtos fabricados pela Companhia, é viabilizada por meio de um sistema interno, respaldado por planejamento detalhado de estoques, com reuniões semanais lideradas pelas áreas internas da Companhia que atuam nesta parte do processo distributivo.

Na aquisição de produtos, a Companhia tem como principais objetivos preços acessíveis e materiais de qualidade, de forma a perpetuar em seu mercado de atuação o reconhecimento e a posição de liderança. Para tanto, conta com uma base extensa e capilar de fornecedores, mas também preza pelo estabelecimento de parcerias comerciais sólidas e de longo prazo.

A frequência de compras pode variar conforme o fornecedor e a necessidade de volume de cada produto. Além disso, o planejamento de compras leva em consideração (i) o histórico de compras dos clientes da Companhia para cada determinado produto; (ii) as previsões de venda no curto e médio prazo, ajustadas conforme circunstâncias e cenários de venda de cada produto; e (iii) os níveis de estoque desejados pela Companhia, para que esta possa atender às demandas em tempo ágil e suficiente.

#### Gestão de Estoques

A gestão de estoques da Companhia tem por objetivo disponibilizar aos clientes institucionais privados e públicos os produtos comercializados com alto nível de serviço e qualidade, sem ruptura, equilibrando níveis saudáveis de estoque com o capital de giro da Companhia, e mantendo os preços acessíveis e competitivos, bem como as margens operacionais da Companhia.

A gestão dos estoques é realizada por um sistema integrado aos processos de compras e vendas dos produtos comercializados pela Companhia, que aponta a necessidade de reposição de determinado produto quando seus níveis estocados sofrem uma baixa e/ou queda.

Por atuar em um setor extremamente regulado, e conseqüentemente altamente criterioso com relação ao controle de qualidade, rastreamento e normas sanitárias, o sistema de gestão de estoques da Companhia também foi especialmente designado para permitir, em tempo real, o *tracking* do lote e da data de vencimento de todos os produtos (medicamentos e vacinas) distribuídos pela Companhia, permitindo, assim, uma gestão ativa e a redução dos riscos de perdas.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### Logística

A logística é um dos pontos fortes dos negócios da Companhia, o que certamente a diferencia dos outros concorrentes inseridos no mercado hospitalar, de medicamentos e de produtos laboratoriais e de consumo.

Com 15 centros de distribuição e 5 operações de *cross-docking* estrategicamente posicionados em todo o território nacional, a Companhia garante o controle logístico eficiente da entrega dos produtos, a capilaridade dos serviços prestados e a capacidade de ágil atendimento de clientes em todo o país.

São mais de 90.000 m<sup>2</sup> de área para armazenamento (36.500 m<sup>2</sup> Mafra, 35.000 m<sup>2</sup> Cremer, 3.000 m<sup>2</sup> Expressa, 18.000 m<sup>2</sup> HealthLog) e, aproximadamente, 4.500 mil pedidos de clientes atendidos por dia.

Abaixo, segue breve fluxograma operacional dessa etapa do processo distributivo:

- **Recebimento de produtos:** Quando uma ordem de pedido realizada pela Companhia, ou quando um dos produtos fabricados pela Companhia, chega aos centros de distribuição, é iniciada uma conferência da respectiva mercadoria, auferindo questões técnicas e de qualidade (condições sanitárias, temperatura, estabilidade, quantidade, integridade, lotes e qualidades), para que se possa verificar a possibilidade de disponibilização para venda imediata. Após a checagem inicial e encontrando condições adequadas e conformes, o produto é remetido ao armazém correto no estoque da Companhia.
- **Armazenamento e estocagem:** É realizado o controle exato dos itens armazenados em seu estoque por meio de sistema ERP/WMS de controle de PEPS (Primeiro que Expira é o Primeiro que Sai), possibilitando o acompanhamento e auditorias que são realizadas periodicamente. Adicionalmente, a Companhia possui infraestrutura de última geração para estocagem armazenamento de produtos especiais que necessitam de condições adequadas de manuseio e armazenamento (câmaras frias qualificadas e com monitoramento contínuo de temperatura e umidade e área dedicada para medicamentos controlados, por exemplo). Tais medicamentos especiais, materiais médico-hospitalares e vacinas, de forma a atender todas as normas exaradas pela ANVISA e outros órgãos de vigilância sanitária.
- **Seleção dos produtos:** Além das ordens de pedido que poderão ser recebidos pela Companhia de seus clientes institucionais, também contamos com um sistema diferenciado de gestão compartilhada de estoques, denominado VMI (*Vendor Managed*

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

*Inventory*), isto é, um inventário gerido em conjunto por fornecedores e clientes, propiciando uma visão *End 2 End* de toda a cadeia. Trata-se de um sistema de parceria desenvolvido entre a Companhia e alguns de seus clientes institucionais privados, que possui por objetivo a gestão de estoques e o controle de informações sobre compra e venda de produtos em tempo real. Dessa forma, o estoque de tais clientes institucionais é realizado pela própria Companhia, que, ao ser sinalizada pelo sistema de queda no estoque de um determinado produto utilizado pelo seu cliente, automaticamente já inicia o processo de reposição. Essa facilidade oferecida pela Companhia tem em vista a baixa capacidade de armazenamento de muitos de seus clientes, em especial hospitais, de forma que a reposição de diversos produtos é realizada diariamente. Da mesma forma a companhia iniciou a integração neste mesmo formato com seus fornecedores, sendo a pioneira neste modelo de ressuprimento (primeiro case no Brasil da indústria farmacêutica/distribuidor – Sanofi/Mafra).

- **Transporte e entrega:** O forte crescimento da Companhia está sedimentado no pilar de serviços, sendo extremamente eficiente no que se refere ao transporte e entregas das mercadorias comercializadas. De forma a otimizar suas rotas, aumentar a segurança e agilidade do transporte, reduzir os custos operacionais e prestar um serviço de excelência nesta etapa do processo distributivo, a Companhia conta com uma operadora logística própria, a Health Log, que mantém a maior frota de veículos dedicados ao segmento hospitalar. Para os demais materiais produzidos pelas fábricas do Grupo que são destinados ao mercado farmacêutico e alimentar, a Companhia contrata transportadoras terceirizadas, de alto padrão, para a prestação deste serviço. Os pedidos são atendidos com a máxima velocidade possível, sendo que, após o recebimento do pedido por um determinado produto, a Companhia é capaz de atender as capitais de todo o território nacional em até 24 horas.

#### Distribuição – Privado

Para o atendimento dos clientes institucionais do setor privado, a Companhia possui duas modalidades de atendimento: (i) por meio de vendedor externo ou representante comercial; e (ii) por meio de um consultor de vendas interno.

No caso do vendedor externo ou representante comercial, são realizadas visitas presenciais aos clientes institucionais, de forma a verificarmos as necessidades específicas de atendimento e a mantermos uma relação de proximidade com estes clientes. Por sua vez, no caso do consultor de vendas interno, entramos em contato com os clientes que desejamos prestar atendimento para apresentar as propostas da Companhia.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em ambos os casos, há uma negociação de preços, condições comerciais e prazos para o fechamento e faturamento dos pedidos e/ou ordens de compras.

#### Distribuição – Público

A Companhia participa de licitações que, em sua grande parte, são realizadas na modalidade de pregão eletrônico.

Para definir as licitações das quais deseja participar, a Companhia analisa aquelas que fazem sentido para os seus negócios e atuação, levando em consideração alguns critérios, tais como o produto, a localidade, o órgão licitante, o prazo de entrega, entre outros. A partir dessas considerações, é possível identificar os editais de licitação em que a Companhia concorrerá, participando ativamente do pregão e oferecendo lances na plataforma utilizada. Nas licitações em que a Companhia vence a concorrência, é iniciado o processo de homologação e celebração do contrato com o órgão público licitante.

Durante a relação comercial com o Poder Público e vigência do contrato celebrado, a Companhia realiza o faturamento dos produtos ao órgão público mediante o recebimento das ordens de empenho.

A Companhia cumpre integralmente a legislação em vigor referente a licitações e concorrência.

A distribuição ao setor público representou 6% da receita bruta da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

#### **c) características dos mercados de atuação, em especial:**

##### **Industria e setor farmacêutico global**

O mercado farmacêutico global vem crescendo de forma acelerada devido principalmente ao envelhecimento da população e constante investimento da indústria farmacêutica no desenvolvimento de novos medicamentos. Em 2019, este mercado alcançou US\$ 1,3 trilhão segundo o IQVIA que destacou, dentre os maiores mercados mundiais, os Estados Unidos com aproximadamente 43% de participação, seguido pela China com aproximadamente 11% e o Japão com 7,1%. A Alemanha, França, Itália, Espanha e Reino Unido, combinados, representaram 15,1% de participação neste mesmo período, enquanto o Brasil ocupa a décima posição com 1,6% do mercado global de medicamentos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

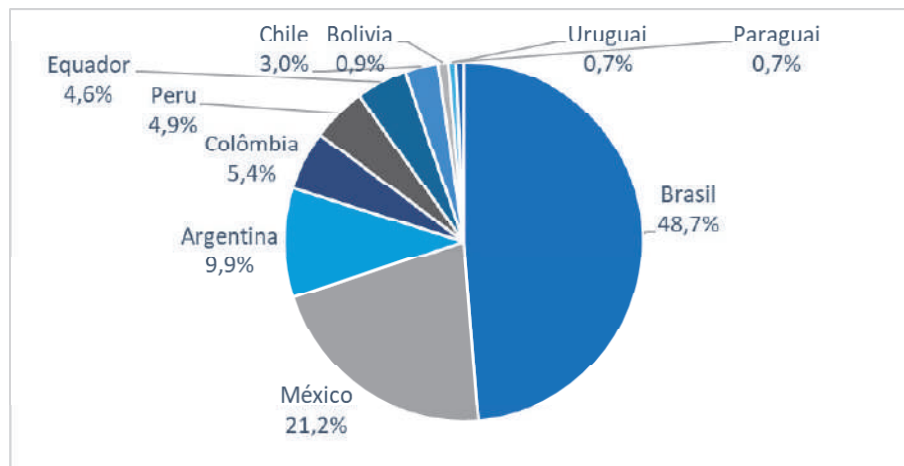
**Ranking dos Maiores Mercados Globais 2019**

Ranking	2019	Vendas (USD bi)
1	EUA	508.1
2	China	138.0
3	Japão	90.3
4	Alemanha	51.6
5	França	35.0
6	Itália	32.7
7	Reino Unido	28.9
8	Espanha	27.4
9	Canadá	23.5
<b>10</b>	<b>Brasil</b>	<b>20.1</b>

Fonte: IQVIA Midas 2020

Dentre os países da América Latina, o Brasil é o que apresenta o maior tamanho de mercado farmacêutico, e também apresenta o maior crescimento nominal com uma taxa de 12,0% em 2020, segundo o relatório da Close Up.

Até agosto de 2020, o mercado farmacêutico havia faturado US\$ 44.7 bilhões na América Latina, com um aumento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com relatório da Close Up. Grande parte desse mercado está concentrado no Brasil (48,7%) e no México (21,2%) que apresentaram um crescimento de 12,0% e 2,4%, respectivamente.



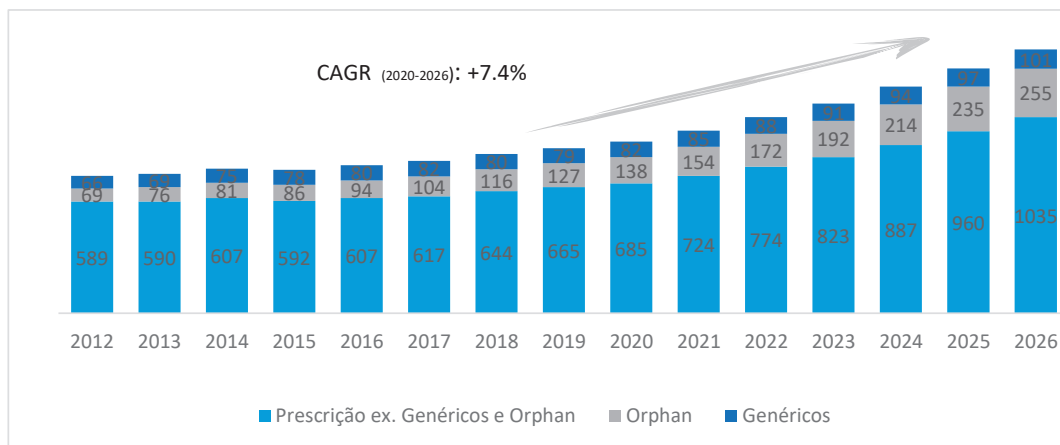
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os medicamentos podem ser divididos em dois grupos, os que exigem prescrição médica (Rx) e os que não exigem chamados de MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição também conhecidos como OTC, *Over the Counter*). Também são classificados quanto ao tipo de fabricante, sendo chamado de referência quando fabricado pelo laboratório que lançou o produto e similar ou genérico quando fabricado por outros laboratórios.

Os MIPs somaram aproximadamente US\$ 125 bilhões de dólares em vendas no mundo em 2019, sendo comercializados majoritariamente no varejo farmacêutico. Devido a sua maior facilidade de compra, estes medicamentos são diretamente impactados pelo maior acesso à informação e consequente automedicação e tem como principais categorias de produto os medicamentos para tosse, resfriados, dor, desconforto e as vitaminas e minerais que somadas representaram mais de 50% das vendas globais em 2019.

Já medicamentos que exigem prescrição médica (Rx) compõem o grupo mais representativo (segundo a EvaluatePharma chegaram a US\$ 870 bilhões em vendas em 2019 e espera-se que as vendas continuem acelerando). A projeção é que as vendas dos medicamentos Rx cheguem a US\$ 1,4 trilhões no mundo em 2026, um crescimento de 60% em comparação ao ano de 2019 potencializado principalmente pelo envelhecimento da população e constante investimento da indústria farmacêutica no desenvolvimento de novos medicamentos.

**Gráfico: Venda total de medicamentos controlados no mundo**



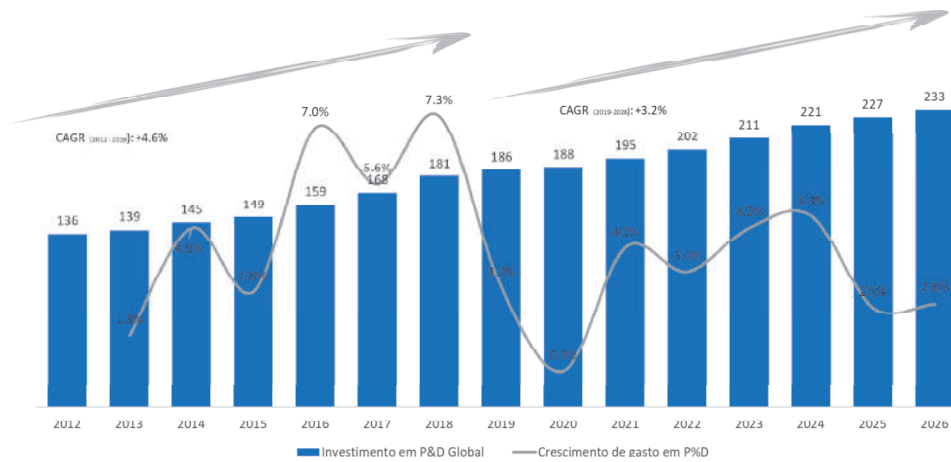
Fonte: EvolutionPharma (junho 2020)

Os lançamentos de novas drogas estão diretamente relacionados com os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizado pelos laboratórios farmacêuticos. Estes investimentos atingiram a marca de US\$ 188 Bilhões em 2020 e espera-se que continuem

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

crescendo até 2026 chegando a US\$ 233 bilhões conforme projeção realizada pelo EvaluatePharma.

**Gráfico: Gasto total farmacêutico mundial (2012 – 2026)**



Fonte: EvaluatePharma (junho 2020)

Os esforços no desenvolvimento de novos medicamentos estão concentrados em 13 categorias terapêuticas que representam 97% dos gastos com desenvolvimento. Dentre as 13 categorias terapêuticas, a oncologia é a maior recebendo aproximadamente 37% dos recursos, seguida pelos investimentos no desenvolvimento de drogas para o Sistema Nervoso Central, que recebem 12% dos recursos. A oncologia irá representar com 21,7% do total das vendas de medicamentos em 2026, segundo a EvaluatePharma.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Tabela: Gastos com desenvolvimento clínico vs. aprovações do FDA do risco ajustado por área da terapia no atual pipeline dos EUA**

Ranking	Categoria Terapêutica	Gasto com desenvolvimento clínico (USD bi)	Aprovação do risco ajustado do FDA	Total VPN (USD bi)	% Gasto em desenvolvimento clínico	% Aprovação do risco ajustado do FDA	% VPN	Gasto com desenvolvimento clínico por aprovação (USD bi)	NPV por aprovação (USD bi)	Risco ajustado aprovação first-in-class	Taxa first-in-class (%)
1	Oncologia	82.0	152	188.2	37.4%	28.7%	34.8%	0.5	1.2	69	45%
2	Sistema nervoso central	26.5	55	76.0	12.1%	10.4%	14.1%	0.5	1.4	27	49%
3	Imunomoduladores	15.9	34	49.2	7.3%	6.4%	9.1%	0.5	1.4	19	57%
4	Muscu	14.0	22	24.6	6.4%	4.2%	4.6%	0.6	1.1	10	44%
5	Cardiovascular	13.8	19	32.8	6.3%	3.6%	6.1%	0.7	1.7	12	61%
6	Gastrointestinal	12.7	23	15.5	5.8%	4.3%	2.9%	0.6	0.7	14	61%
7	Sistema anti-infecciosos	11.9	54	34.7	5.4%	10.2%	6.4%	0.2	0.6	18	34%
8	Sanguíneo	8.4	24	26.0	3.8%	4.5%	4.8%	0.4	1.1	9	40%
9	Respiratório	7.3	16	19.6	3.3%	3.0%	3.6%	0.5	1.2	9	54%
10	Endócrino	7.2	14	15.6	3.3%	2.6%	2.9%	0.5	1.1	5	35%
11	Dermatológico	6.9	29	15.2	3.1%	5.5%	2.8%	0.2	0.5	13	44%
12	Órgãos sensoriais	4.4	26	20.9	2.0%	4.9%	3.9%	0.2	0.8	13	48%
13	Urinária	2.5	13	7.8	1.1%	2.5%	1.4%	0.2	0.6	5	40%
	Outros	5.8	49	14.3	2.6%	9.2%	2.6%	0.1	0.3	22	45%
	<b>Total</b>	<b>219.3</b>	<b>530</b>	<b>540.4</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>244</b>	-

Fonte: EvaluatePharma (junho 2020)

Os medicamentos biológicos, desenvolvidos a partir de organismos vivos também devem ganhar cada vez mais espaço frente os convencionais sintéticos, desenvolvidos por meio da manipulação química de substâncias em laboratórios. Os medicamentos biológicos tendem a oferecer tratamentos mais eficazes e em alguns casos, são o único tratamento existente para determinadas enfermidades, porém seu desenvolvimento é mais complexo.

Tecnologia	Receita Global (\$ bi)			%		
	2012	2019	2026	2012	2019	2026
Biocologia	99	167	230	39%	53%	55%
Convencional	158	151	189	61%	47%	45%
Total	257	318	419	100%	100%	100%

Fonte: EvaluatePharma

Existem muitos laboratórios farmacêuticos que fabricam e desenvolvem medicamentos no mundo, porém destacam-se 10 que atuam globalmente e representam em conjunto mais de 40% das vendas de medicamentos Rx. Eles também lideram o desenvolvimento de produtos sendo os grandes responsáveis pela evolução do setor.



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

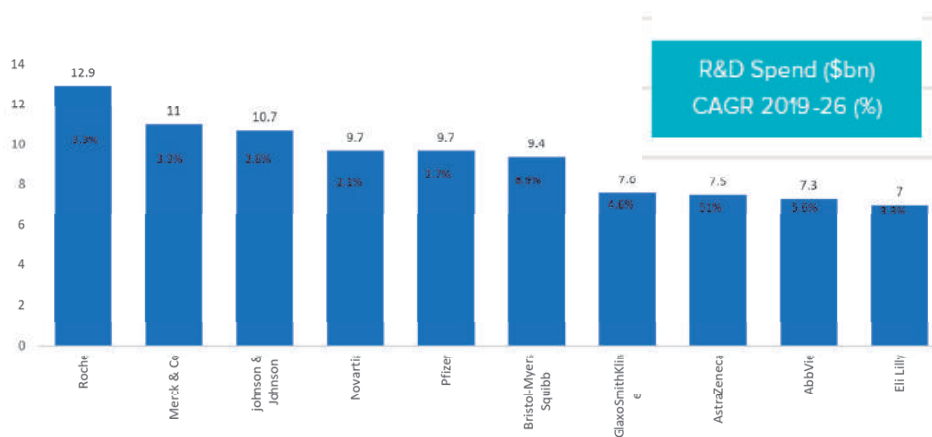
#### Venda globais de medicamentos com prescrição 2019 – 2026 (\$ bilhões):

Ranking	Companhia	Receita de Medicamentos com Prescrição		
		2019	2026	CAGR
1	Roche	48.2	61.0	3.4%
2	Johnson & Johnson	40.1	56.1	4.9%
3	Novartis	46.1	54.8	2.5%
4	Merck & Co	40.9	53.2	3.8%
5	AbbVie	32.4	52.7	7.2%
6	Pfizer	43.8	51.1	2.2%
7	Bristol-Myers Squibb	25.2	44.7	8.6%
8	Sanofi	34.9	41.7	2.6%
9	AstraZeneca	23.2	41.0	8.5%
10	GlaxoSmithKline	31.3	40.8	3.9%
	Total Top 10	366.1	497.1	4.5%
	Outros	505.8	893.1	8.5%
	Total	871.8	1,390.3	6.9%

Fonte: EvolutePharma (junho 2020)

Para estes laboratórios permanecerem na liderança, é fundamental que eles continuem evoluindo seus produtos e lançando novas drogas. Após o vencimento das patentes, o preço dos produtos tende a cair de forma drástica com o aumento da concorrência dos medicamentos genéricos e similares, "cópias" dos produtos referência vendidos a preços mais baixos.

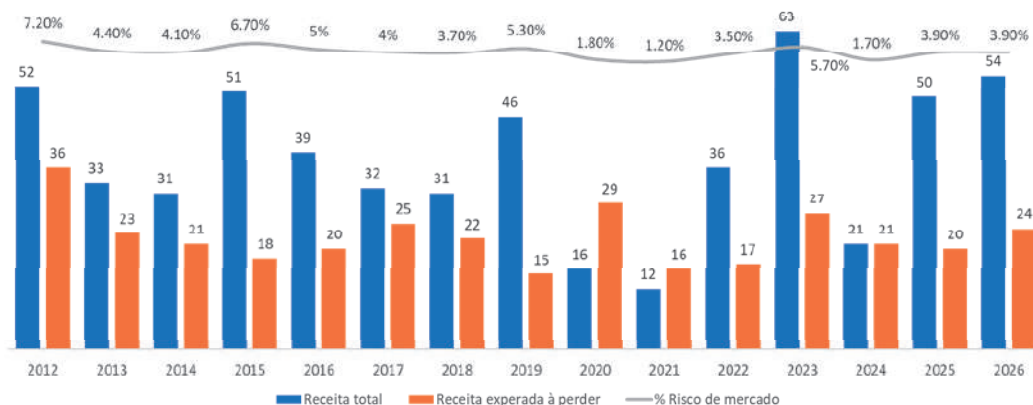
#### Gasto em P&D em farmacêutica em 2026: Top 10 companhias (U\$ bi):



Fonte: EvolutePharma (junho 2020)

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2019, US\$ 46 Bilhões de vendas do mercado global vinham de produtos cuja patente se expirou em 2020. A projeção anual de vencimento de patentes e as respectivas vendas associadas a elas é apresentada abaixo:



Fonte: EvaluatePharma (junho 2020)

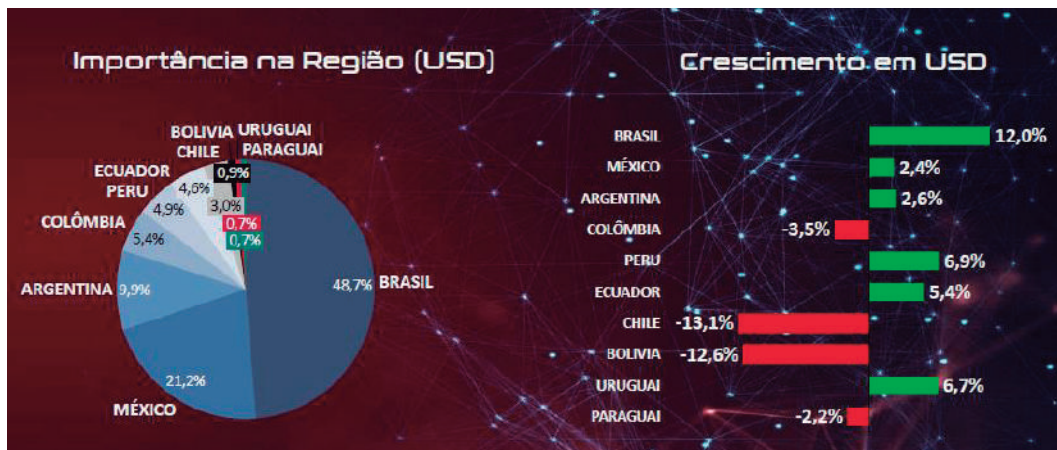
Por outro lado, os lançamentos de novos produtos previstos para os próximos anos são bastantes promissores. Os projetos que atualmente estão em fase final de desenvolvimento têm vendas esperadas superiores a US\$ 240 bilhões em 2026, segundo o EvaluatePharma, o que mostra a robustez, capacidade de investimento e crescimento do setor farmacêutico.

O mercado farmacêutico também é dividido em dois segmentos de mercado, o do varejo farmacêutico e o mercado institucional. O mercado de varejo farmacêutico ou *Retail* é caracterizado pelas vendas de medicamentos realizadas por farmácias aos consumidores e pacientes, já o segmento Institucional ou *Non Retail* é formado pelas vendas para instituições tais como hospitais, clínicas, médicos e seguradoras onde são utilizados os medicamentos mais complexos e que exigem maior cuidado no consumo e aplicação, como por exemplo os medicamentos Oncológicos.

#### Indústria e setor farmacêutico Brasileiro

O mercado farmacêutico brasileiro alcançou R\$ 121 bilhões em 2020 (IQVIA MAT/Ago), tendo crescido mais de 10% em relação ao mesmo período de 2019. É com folga, o maior mercado da América Latina, tendo 48% de participação na região, mais de duas vezes o tamanho do mercado mexicano, segundo colocado. Além de ser o maior mercado, ele é também o que mais cresce segundo os dados da IQVIA e assumirá até 2024 a sexta posição no ranking global, ganhando 4 posições frente a 2019, passando na frente de países como Itália, Inglaterra e Canadá.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Diversos fatores contribuíram para esse crescimento e devem continuar sendo as principais alavancas de crescimento do setor farmacêutico brasileiro nos próximos anos, sendo alguns deles: (i) o crescimento populacional, (ii) o aumento na expectativa de vida, (iii) a expansão no acesso a assistência médica, (iv) a adoção de campanhas governamentais para prevenção de doenças, (v) a inovação no desenvolvimento de terapias e tratamentos de referência, e (vi) a expansão da disponibilidade de tratamentos genéricos e biosimilares com a queda de patentes.

Segundo a Close-Up, os gastos com medicamentos representam aproximadamente 18% dos gastos por desembolso direto saúde do setor privado.

Participam do mercado brasileiro todos os principais laboratórios farmacêuticos mundiais bem como laboratórios nacionais. Os laboratórios nacionais ocupam posição de destaque, principalmente nos medicamentos genéricos e similares, desempenhando um papel chave para aumentar o acesso da população aos produtos proporcionando maior oferta de produtos a preços mais baixos.

Os preços dos medicamentos são regulados no Brasil pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), é o órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil, ela estabelece os limites para preços de medicamentos e define regras para estimular a concorrência no setor, também tem a função de monitorar a comercialização e aplicar penalidades quando suas regras são descumpridas. É responsável também pela definição dos reajustes anuais dos medicamentos e fixação e monitoramento da aplicação do desconto mínimo obrigatório para compras públicas.

O varejo farmacêutico (*Non Retail*) alcançou R\$ 74 Bilhões (IQVIA MAT Ago/2020), representando 61% do mercado total do mercado com um crescimento de aproximadamente

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

10% em relação ao ano anterior. Já o mercado institucional alcançou aproximadamente R\$ 47 Bilhões no mesmo período crescendo aproximadamente 9%

No varejo farmacêutico os medicamentos Rx representam a maior fatia do mercado, respondendo por 66% das vendas. Do ponto de vista geográfico, a distribuição das vendas no país está diretamente ligada a população e seu poder de compra. Segundo estudo realizado pela Integration, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte representam 25% do mercado. Também há uma concentração das vendas nas grandes redes de farmácia que, segundo a Close Up, representaram mais de 54% das vendas do varejo farmacêutico em 2019. A pandemia do COVID-19 impactou negativamente o setor, porém, as vendas dos medicamentos Rx se mostraram resilientes principalmente nas terapias de uso crônico, já nos MIPs o impacto foi maior como mais categorias apresentando queda nas vendas segundo estudo do IQVIA. Por outro lado, vem acelerando a adoção de novas tecnologias que impactam desde a propaganda médica até o atendimento do paciente.

No canal institucional, o mercado privado se destaca por representar a maior parcela demanda de medicamentos em valor, embora o público tenha a participação em volume (unidades). No mercado público, o governo federal é o principal comprador respondendo por 68% da demanda, seguido pela esfera municipal com 20% e a estadual com 12%. Oncologia representa a principal área terapêutica e deve manter a sua predominância para os próximos anos impulsionada pelos altos investimentos da indústria no desenvolvimento de novas drogas. As empresas multinacionais prevalecem no canal, representando aproximadamente 70% das vendas. A pandemia do COVID-19, desacelerou o crescimento do mercado impactando principalmente as grandes empresas multinacionais que cresceram abaixo da média do ano anterior, já as empresas nacionais mantiveram o ritmo de crescimento ou até mesmo aceleraram em 2020 devido ao aumento do consumo de anestésicos e medicamentos associados ao tratamento da infecção pelo Coronavírus que na sua maioria são genéricos e similares.

Devido ao desafio imposto pelo tamanho do território brasileiro e a grande pulverização do mercado, o setor de distribuição desempenha um papel chave no setor farmacêutico atuando como um importante elo entre a indústria e o mercado, viabilizando toda a cadeia logística dos medicamentos num nível bastante granular que é fundamental para o abastecimento do setor.

No segmento institucional, em específico, muitos produtos exigem condições especiais de temperatura para armazenagem e transporte dos medicamentos, além de um controle rigoroso e rastreabilidade completa da cadeia logística.

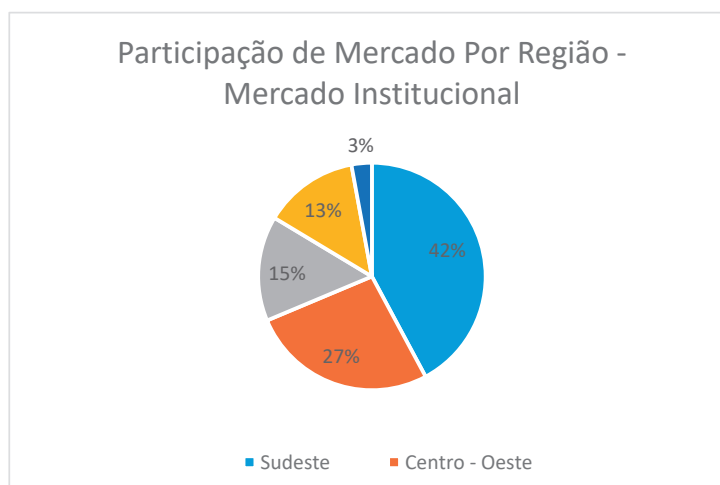
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### Segmento Institucional de produtos farmacêuticos

O segmento institucional ou *Non Retail* é formado pelas vendas para instituições tais como hospitais privados, hospitais públicos e demais entidades públicas, clínicas médicas e seguradoras. De acordo com a EMIS Insights, em outubro de 2019, o segmento servia cerca de 6,8 mil hospitais, 170,4 mil consultórios médicos e 90,1 mil clínicas (divididas entre clínicas especializadas e policlínicas). Segundo a Close Up, podemos citar como características do mercado institucional:

- Participação muito baixa no mercado de gastos por desembolso direto (out of pocket), sendo comercializados produtos de alto valor financeiro e que não estão disponíveis em farmácias;
- Grande participação de doenças de alta complexidade que exigem protocolos clínicos e diretrizes terapêuticos;
- Alta dependência das fontes pagadoras, tanto privadas quanto públicas com índice relevante de judicialização; e
- Canais de distribuição B2B específicos como hospitais e clínicas, distribuidores deliveries, programas governamentais, planos e operadoras de saúde.

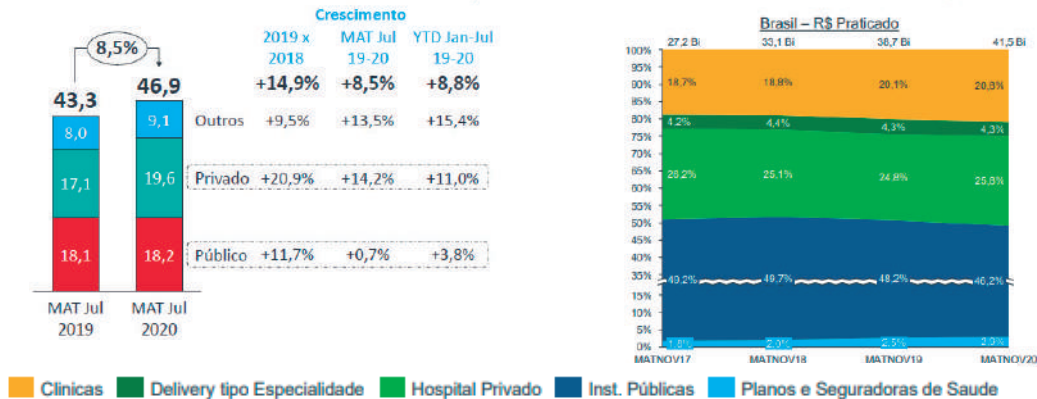
O mercado institucional alcançou R\$ 47 bilhões em 2020, tendo crescido aproximadamente 9% frente ao ano anterior. Geograficamente, está concentrado nas regiões Sudeste e Centro Oeste conforme apresentado abaixo. Na região Centro Oeste, destaca-se a relevância do mercado público que representa mais de 82% das compras da região, enquanto na região Sudeste o mercado privado prevalece, com 68% de representatividade – considerando valores dos doze meses findos em novembro de 2020.



Fonte: IQVIA

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado privado detém mais de 60% de participação no segmento institucional, alcançando aproximadamente R\$ 29 Bilhões em 2020 (inclui o canal "Outros"). Além de apresentar resultados mais relevantes, também apresentou o maior crescimento em 2020, 14% frente a menos de 4% do público. Historicamente, os gastos privados com saúde vêm aumentando sua participação perante os gastos públicos conforme apresentado abaixo.



Fonte: IQVIA

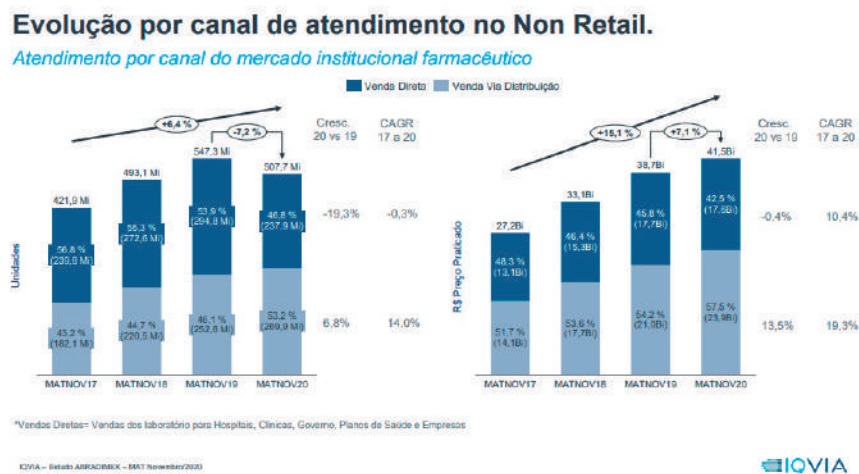
Analisando a performance dos canais ao longo dos últimos anos, também pode-se observar um aumento da participação de mercado dos canais clínicas e dos planos de saúde. Este movimento está relacionado ao crescimento do mercado de oncologia que impacta diretamente as clínicas de infusão. No caso dos planos de saúde, o avanço no desenvolvimento dos medicamentos orais e de produtos que facilitam a aplicação em casa, tem impulsionado o crescimento do canal que deve a continuar crescendo de forma acelerada nos próximos anos.

O mercado público detém aproximadamente 40% de participação no segmento institucional em valor, alcançando aproximadamente R\$ 18 bilhões em 2020. O maior consumo está concentrado na esfera federal que detém 68% do mercado, seguida pela esfera municipal com 20% e a estadual com 12%. Embora o mercado público seja menor em faturamento, ele responde 65% do volume em unidades. Isso se deve a maior participação dos genéricos e similares na esfera pública. Devido a alta concorrência imposta no mercado de genéricos e similares, a participação das vendas diretas da indústria é elevada, ficando com a distribuição uma menor parcela do mercado, 26%.

No mercado privado, o cenário da distribuição é o oposto do mercado público. Os distribuidores realizam aproximadamente 74% das vendas, uma vez que a indústria utiliza a distribuição para conseguir atender o mercado com alto nível de serviço e ampla cobertura de tal forma a acompanhar o crescimento de canais mais pulverizados como clínicas e planos de saúde, bem como suportar os hospitais no desafio de reduzir cada vez mais seus estoques e por

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

consequência a sua necessidade de capital de giro. Os hospitais muitas vezes demoram mais de 100 dias para receber o ressarcimento dos planos de saúde, o que somado ao estoque que precisam carregar para a sua operação diária, pode acarretar um comprometimento de caixa importante, principalmente quando se leva em conta medicamentos de alto custo que podem chegar a custar mais de R\$ 50 mil por unidade. Diante deste quadro, os hospitais vêm buscando novas formas de otimizar seus estoques para reduzir a necessidade de capital de giro e liberar espaço de armazenamento para abrir novos leitos. Esse contexto vem fazendo com que os distribuidores ganhem cada vez mais relevância no mercado, conforme apresentado abaixo:



Dentre as principais áreas terapêuticas do mercado institucional destacam-se a oncologia, vacinas, imunologia e antibacterianos. A oncologia cresceu 250% nos últimos 10 anos no Brasil e atualmente responde por mais de 50% dos gastos com terapias avançadas no setor privado.





### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Segundo a ANAHP – Associação Nacional de Hospitais Privados, as despesas com medicamentos responderam, em média, por 10,6% do total de despesas dos hospitais associados no ano de 2019, sendo o terceiro item de despesa mais relevante, ficando atrás apenas de custo de pessoal e contratos técnicos e operacionais. Do ponto de vista de receita, os medicamentos figuram como o item mais relevante, respondendo, em média, por 25,7% da receita bruta dos associados ficando à frente inclusive das receitas advindas de diárias e taxas. Esses dados ressaltam a relevância dos medicamentos na gestão financeira dos hospitais e justificam o grande esforço que eles dedicam para melhorar performance e eficiência em toda a cadeia de suprimentos.



#### Setor de Distribuição de Produtos Hospitalares

O setor de distribuição desempenha um papel chave no mercado hospitalar, conectando os fabricantes de materiais médicos, importadores e indústria farmacêutica aos prestadores de serviço em saúde, viabilizando a cadeia logística do setor que precisa atuar de forma bastante granular, com alto nível e serviço e de forma segura para garantir o abastecimento dos produtos.

Para melhor entender o setor de distribuição de produtos hospitalares, faz-se necessário segmentá-lo em pelo menos dois grupos: distribuição de medicamentos e vacinas (mercado institucional) e distribuição de materiais de consumo e equipamentos médicos. As competências exigidas para atuar na distribuição de cada grupo de produto é bastante distinta, o que fica evidente quando se verifica a escassez de *players* que atuam de forma integrada e relevante com ambos os grupos de produto.



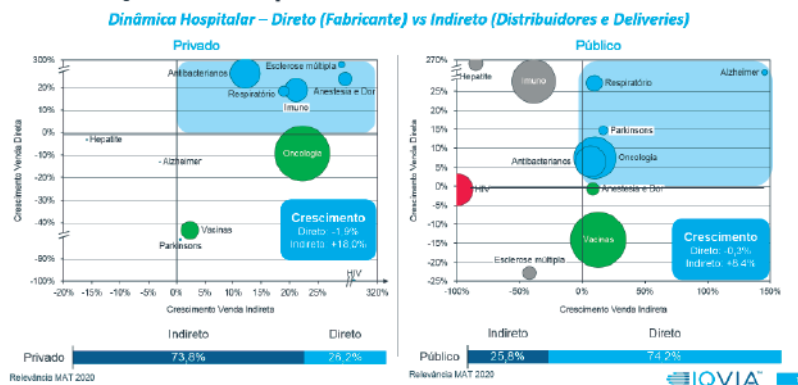
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Se considerarmos todo o setor de distribuição hospitalar, estima-se um mercado de aproximadamente R\$ 84 bilhões, que engloba vendas diretas e indiretas para os mercados públicos e privados de medicamentos, vacinas, materiais descartáveis, produtos para diagnóstico em análises clínicas, ortoses próteses e materiais especiais, nutrição clínica e equipamentos.

#### **Distribuição de Medicamentos e Vacinas no Mercado Institucional**

Devido ao maior valor agregado e menor volume dos produtos, a distribuição de medicamentos é caracterizada pela ampla utilização do modal aéreo para a entrega dos produtos aos clientes. Isso possibilita que os distribuidores possam atuar de forma nacional, com entregas rápidas, sem a necessidade de possuírem centros de distribuição próximos aos seus clientes. Por outro lado, muitos medicamentos oncológicos, vacinas, dentre outros produtos exigem temperaturas controladas tanto na armazenagem quanto no transporte adicionando um conjunto de competências técnicas importantes que a infraestrutura do distribuidor deve proporcionar para garantir a comercialização segura dos medicamentos. A atuação do distribuidor está focada em garantir alto nível de serviço para os clientes, ficando a cargo da indústria realizar a promoção dos produtos junto aos médicos prescritores.

Os distribuidores responderam por 74% das vendas de medicamentos para o mercado privado e 26% para o público, segundo dados do IQVIA, e vem ganhando mais relevância ao longo dos anos, impulsionados pela crescente necessidade do mercado de redução de estoques e otimização do capital de giro. Os distribuidores movimentaram aproximadamente R\$ 24 bilhões em vendas nos doze meses findos em novembro de 2020. Durante a pandemia da COVID-19, os distribuidores tiveram papel chave para o abastecimento do mercado institucional devido a sua maior flexibilidade e capacidade logística ganhando ainda mais relevância junto o setor farmacêutico.



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A ABRADIMEX - Associação Brasileira dos Distribuidores de Medicamentos Especializados, Excepcionais e Hospitalares, concentra os principais distribuidores do país. Os 12 associados em conjunto representam 64% das vendas realizadas via distribuição e aproximadamente 41% do mercado institucional total o que indica que ainda há espaço para consolidação do setor embora já seja mais consolidado que o de distribuição e equipamentos médicos.

Dentre os principais players estão Viveo via Mafra Hospitalar e Tecncold, Oncoprod, Elfa e a Profarma Specialty.

#### ***Distribuição de Materiais de Consumo e Equipamentos Médicos***

A distribuição de materiais de consumo e equipamentos médicos é caracterizado pela grande complexidade do portfólio de produtos distribuídos. São diversos fabricantes nacionais e internacionais, com características muito distintas envolvendo grau de risco, volume, exigências sanitárias para transporte e armazenamento dentre outras. Exige muito mais espaço de armazenagem do que a distribuição de medicamentos e o custo do transporte aéreo é inviável na grande maioria dos casos devido ao menor valor agregado e alto volume dos produtos, prevalecendo o modal terrestre no transporte. Por causa disso a distribuição de materiais e equipamentos exige uma maior proximidade do mercado consumidor para garantir entregas rápidas o que fez com que o mercado evoluísse para uma descentralização ainda maior.

Em 2017, a Integration estimou a existência de aproximadamente 200 distribuidores atuando no mercado de distribuição de materiais e equipamentos. Vale destacar que diferente da distribuição de medicamentos, os distribuidores de materiais e equipamentos exercem papel chave não só na logística como também na promoção técnica dos produtos. É relativamente comum existirem distribuidores especializados em categorias específicas de produto, onde toda força comercial tem o papel de treinamento técnico, padronização e instalação dos produtos além da responsabilidade da venda. Há casos em que o distribuidor tem a sua própria equipe de enfermeiros dedicada a promoção técnica dos produtos.

Os laboratórios também são parte relevante do mercado de distribuição de produtos hospitalares. Atualmente, são aproximadamente 15 mil laboratórios no Brasil que consomem produtos chamados pré-analíticos, utilizados na coleta e manipulação de amostras e analíticos, reagentes aplicados diretamente nas amostras para obtenção dos resultados dos exames. Dadas as características bastante distintas da distribuição destes dois tipos de produto, apenas a Viveo foi identificada como sendo capaz de oferecer para seus clientes tanto produtos pré-analíticos quando analíticos.

Estima-se que o mercado total de materiais de consumo e equipamentos médicos seja de aproximadamente R\$ 37 bilhões, incluindo as esferas privada e pública e englobando materiais

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

descartáveis, produtos para diagnóstico em análises clínicas, ortoses próteses e materiais especiais, nutrição clínica e equipamentos. Não existem dados auditados sobre a distribuição de materiais e equipamentos que estimem o valor comercializado apenas pelos distribuidores excluindo as vendas diretas.

Dentre os principais players estão a Viveo, via Maфра Hospitalar, Cremer, Cremer Diagnóstica e Byogene, Biogenetics e Vitalab, Cirúrgica Fernandes, CBS e Macromed.

#### Crescimento do Setor

##### Setor Farmacêutico

O varejo farmacêutico cresceu 9,8%, 10,8% e 7% nos anos 2018, 2019 e 2020, respectivamente, atingindo R\$ 74 bilhões segundo os dados do IQVIA. A perspectiva é que o mercado continue crescendo de acordo com a projeção apresentada abaixo:

##### Mercado de Varejo Farmacêutico

Crescimento (%)	2020	2021	2022	2023	2024
Unidades Padrão	8.6%	6.6%	6.6%	6.5%	6.3%
Unidades	8.7%	4.7%	4.9%	5.4%	5.4%
R\$ Preço Listado	11.5%	8.8%	8.7%	8.6%	8.3%
R\$ Preço de Farmácia	9.9%	9.4%	9.3%	8.9%	8.4%

Fonte: IQVIA

O mercado de medicamentos institucional cresceu 16,3%, 14,9% e 9,9% nos anos 2018, 2019 e 2020 respectivamente atingindo R\$ 47 bilhões segundo os dados do IQVIA. A perspectiva é que o mercado continue crescendo de acordo com a projeção apresentada abaixo:

##### Mercado de Medicamentos Institucional

##### Mercado de Varejo Farmacêutico

Crescimento (%)	2020	2021	2022	2023	2024
R\$ Segundo Nível de Preço	9.9%	13.7%	9.3%	10.7%	10.3%

Fonte: IQVIA

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

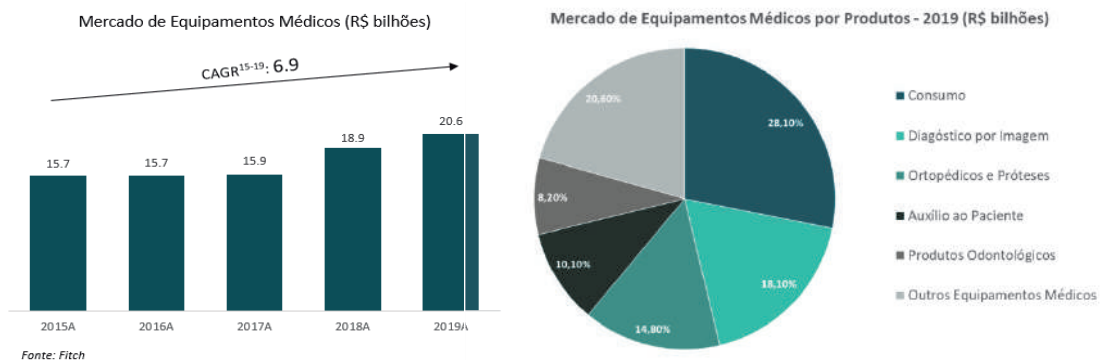
Desta forma, o mercado farmacêutico total cresceu 12,2%, 12,4% e 9,9% nos anos 2018, 2019 e 2020, respectivamente, atingindo R\$ 121 bilhões. A perspectiva é que continue crescendo muito próximo a dois dígitos para os próximos 4 anos conforme apresentado abaixo:

<b>Varejo + Institucional</b>					
<b>Crescimento (%)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>R\$ Preço de Farmácia /Segundo Nível de Preço</b>	9.9%	10.8%	9.3%	9.5%	9.1%

Fonte: IQVIA

#### Setor de Materiais Médicos

O setor de materiais médicos não é auditado, portanto não é possível apresentar dados históricos precisos do seu crescimento. Abaixo apresentamos o resultado de um estudo da Fitch que levantou a evolução de uma parcela do mercado entre 2015 e 2019 mostrando um crescimento histórico próximo 7%.



Estima-se que o mercado continue crescendo a taxas superiores a 5% ao ano para os próximos anos, seguindo a tendência de crescimento do mercado de saúde.

#### Principais Tendências

- O envelhecimento da população somado ao crescimento exponencial dos gastos com saúde nas faixas etárias mais avançadas deverá acelerar o crescimento dos gastos com saúde no Brasil, principalmente gastos associados a doenças crônicas como câncer e diabetes.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Mercado brasileiro de medicamentos deve continuar crescendo acima de 10% ao ano passando a ocupar a 6 posição no ranking global até 2024, de acordo com projeções da Companhia. Oncologia e vacinas se destacam como áreas terapêuticas de alto crescimento.
- Distribuição deverá seguir a tendência dos anos anteriores e continuar aumentando a participação nas vendas da indústria farmacêutica seguindo o movimento dos hospitais de buscarem cada vez mais alternativas para otimizar espaço e capital de giro.
- Movimento de consolidação seguirá avançando nos diferentes elos da cadeia de saúde, prestadores de serviço em saúde, indústria e distribuição devem seguir se consolidando tendo em vista ganhos de eficiência operacional e acesso a novos mercados.
- Movimento de digitalização deverá continuar a impactar a saúde com o avanço da telemedicina, utilização de IA para a aceleração do desenvolvimento de novas drogas e análise de exames; aumento da penetração dos canais digitais na comercialização dos produtos dentre outras aplicações.
- Aumento da utilização de EPI's e produtos para higiene das mãos como legado da pandemia do COVID-19.

#### I. Participação da Viveo nos Mercados

A Viveo divide seus negócios nos mercados de Distribuição, Fabricação e Importação e Serviços.

Estima-se que a participação da Viveo no mercado de distribuição de medicamentos materiais e equipamentos médicos seja de aproximadamente 7% num mercado de aproximadamente R\$ 84 bilhões que engloba vendas diretas e indiretas para os mercados públicos e privados de medicamentos, vacinas, materiais descartáveis, produtos para diagnóstico em análises clínicas, ortoses próteses e materiais especiais, nutrição clínica e equipamentos. A Viveo atua neste mercado por meio das empresas Mafra Hospitalar, Tecnocold, Expressa, Cremer Diagnóstica, Byogene, Biogenetix e Vitalab.

O negócio de fabricação e importação engloba apenas categorias que a Viveo fabrica por meio da Cremer e da Flexicotton. São produtos para cirurgias, primeiros socorros, trato urinário, diagnósticos, esterilização, gerenciamento de feridas, higiene e proteção, infusão de medicamentos, nutrição clínica, ortopedia que a Viveo fabrica dedicadas a cirurgia e tratamento de feridas. Estima-se que o mercado destas categorias seja de aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, sendo R\$ 3,9 bilhões B2B e R\$ 8,3 bilhões B2C e que a Viveo detenha 10% de participação.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O negócio de serviços engloba a atuação da Viveo no mercado de serviços logísticos prestados por meio da HealthLog e da Far.me nas vendas de medicamentos no varejo. Estima-se que a participação da HealthLog em serviços logísticos seja de aproximadamente 3%, num mercado de R\$ 1,9 bilhão. A Far.me é uma *Start-up* que atualmente detém uma participação muito pequena no varejo farmacêutico. O mercado farmacêutico retail é estimado em R\$ 74 bilhões (IQVIA MAT Ago/2020) para medicamentos e para não medicamentos R\$ 57,1 bilhões (estimativa extrapolando os dados mensais do IQVIA Julho/2020).

Distribuição (não varejo) <sup>1</sup>				Produtos de cuidado ao paciente <sup>2</sup>			Serviços e DZP <sup>3</sup>			
	Clinicas e Hospitais	Laboratórios	Participação de mercado	B2B	B2C	Participação de mercado	Serviços	Medicamentos	Não medicamentos	Participação de mercado
	R\$80.5bi	R\$3.5bi	R\$84.0bi	R\$3.9bi	R\$8.3bi	R\$12.2bi	R\$1.9bi	R\$74.0bi	R\$57.1bi	R\$133bi
<b>viveo</b>	✓	✓	<b>7%</b> <sup>1</sup>	✓	✓	<b>10%</b>	✓	✓		<b>3%</b> <sup>2</sup>
Competidor 1	✓	✓	6.1%	✓	✓	9.8%				
Competidor 2	✓	✓	2.7%	✓	✓	3.0%				
Competidor 3	✓		1.5%							
Competidor 4	✓		1.2%							
Competidor 5	✓		0.4%							
Competidor 6	✓		0.3%							
Competidor 7	✓	✓	0.7%							
Competidor 8	✓	✓	0.5%							
Competidor 9	✓	✓	0.6%							
Competidor 10				✓	✓	9.8%				
Competidor 11				✓	✓	3.0%				
Competidor 12 <sup>4</sup>					✓	2.8%				
Competidor 13				✓		2.0%				
Competidor 14				✓		1.2%				
Competidor 15				✓		0.7%				
Competidor 16 <sup>4</sup>					✓	0.6%				
Competidor 17				✓	✓	0.5%				
Competidor 18				✓	✓	0.5%				
Competidor 19				✓	✓	0.2%				
Competidor 20					✓	0.1%				
Competidor 21				✓						n.a.

Fonte: Estimativas da companhia. <sup>1</sup> Mercado de distribuição. <sup>2</sup> Serviços B2B. <sup>3</sup> Participação de Mercado relacionada a serviços (não considera medicamentos e outros). <sup>4</sup> Participação de Mercado dos competidores foi estimada pela companhia. <sup>5</sup> Participação de mercado relacionada às categorias que competem.

## II. Condição de competição nos mercados

### Mercado de Distribuição

Para melhor entender o setor de distribuição de produtos hospitalares, faz-se necessário segmentá-lo em pelo menos dois grupos: distribuição de medicamentos (mercado institucional) e distribuição de materiais de consumo e equipamentos médicos. As competências exigidas para atuar na distribuição de cada grupo de produto é bastante distinta, o que fica evidente quando se verifica a escassez de players que atuam de forma integrada e relevante com ambos os grupos de produto.

Distribuição de Medicamentos e Vacinas: Devido ao maior valor agregado e menor volume dos produtos, a distribuição de medicamentos é caracterizada pela ampla utilização do modal aéreo para a entrega dos produtos aos clientes. Isso possibilita que os distribuidores possam atuar de forma nacional, com entregas rápidas, sem a necessidade possuírem centros de distribuição próximos aos seus clientes. Por outro lado, muitos medicamentos oncológicos, vacinas dentre outros produtos exigem temperaturas controladas tanto na armazenagem quanto no transporte adicionando um conjunto de competências técnicas importantes que a infraestrutura do

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

distribuidor deve proporcionar para garantir a comercialização segura dos medicamentos. A atuação do distribuidor está focada em garantir alto nível de serviço para os clientes ficando a cargo da indústria realizar a promoção dos produtos junto aos médicos prescritores. A ABRADIMEX - Associação Brasileira dos Distribuidores de Medicamentos Especializados, Excepcionais e Hospitalares, concentra os principais distribuidores do país. Os 12 associados em conjunto representam 61% das vendas realizadas via distribuição e aproximadamente 41% do mercado institucional total o que indica que ainda há espaço para consolidação do setor embora já seja mais consolidado que o de distribuição e equipamentos médicos. Dentre os principais players estão Viveo via Maфра Hospitalar, Oncoprod, Elfa e a Profarma Specialty.

Distribuição de Materiais e Equipamentos Médicos: A distribuição de materiais de consumo e equipamentos médicos é caracterizado pela grande complexidade do portfólio de produtos distribuídos. São diversos fabricantes nacionais e internacionais, com características muito distintas envolvendo grau de risco, volume, exigências sanitárias para transporte e armazenamento dentre outras. Exige muito mais espaço de armazenagem do que a distribuição de medicamentos e o custo do transporte aéreo é inviável na grande maioria dos casos devido ao menor valor agregado e alto volume dos produtos, prevalecendo o modal terrestre no transporte. Por causa disso a distribuição de materiais e equipamentos exige uma maior proximidade do mercado consumidor para garantir entregas rápidas o que fez com que o mercado evoluísse para uma descentralização ainda maior. A Integração estimou a existência de aproximadamente 200 distribuidores atuando no mercado de distribuição de materiais e equipamentos. Vale destacar que diferente da distribuição de medicamentos, os distribuidores de materiais e equipamentos exercem papel chave não só na logística como também na promoção técnica dos produtos. É relativamente comum existirem distribuidores especializados em categorias específicas de produto, onde toda força comercial tem o papel de treinamento técnico, padronização e instalação dos produtos além da responsabilidade da venda. Há casos em que o distribuidor tem a sua própria equipe de enfermeiros dedicada a promoção técnica dos produtos. Os laboratórios também são parte relevante do mercado de distribuição de produtos hospitalares. São aproximadamente 15 mil laboratórios no Brasil que consomem produtos chamados pré-analíticos, utilizados na coleta e manipulação de amostras e analíticos, reagentes aplicados diretamente nas amostras para obtenção dos resultados dos exames. Dadas as características bastante distintas da distribuição destes dois tipos de produto, a Companhia identifica apenas a Viveo como sendo capaz de oferecer para seus clientes tanto produtos pré-analíticos quanto analíticos. Dentre os principais players estão a Viveo, via Maфра Hospitalar, Cremer, Cremer Diagnóstica e Byogene, Biogenetics e Vitalab, Cirúrgica Fernandes, CBS e Macromed.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### *Mercado de Fabricação*

O negócio de fabricação e importação engloba apenas categorias que a Viveo fabrica ou importa por meio da Cremer e da Flexicotton. São produtos para cirurgias, primeiros socorros, trato urinário, diagnósticos, esterilização, gerenciamento de feridas, higiene e proteção, infusão de medicamentos, nutrição clínica, ortopedia. Competem nesse mercado um número elevado de empresas que tendem a se especializar na fabricação ou importação de categorias específicas portanto, dependendo do produto, o perfil do concorrente por variar significativamente. Desta forma, pode-se destacar como principais concorrentes da Viveo a Neve, Polarfix, MedHouse, J&J e Sanfarma nas categorias de produtos Têxteis, Missner e 3M nas categorias de produto adesivos, Bioteq, Hartmann e B.Braun nas categorias de produtos plásticos e a Descarpack, Supermax e Labor Import nos produtos importados.

#### *Mercado de Serviços*

A Viveo atua no mercado de serviços por meio HealthLog e da Far.me. A HealthLog é especializada em logística na área da saúde, em especial no segmento hospitalar e concorre com inúmeras transportadoras que podem ou não ser especializadas no setor de saúde. Devido ao número elevado de transportadoras que atuam no setor, é difícil apontar um concorrente em especial. A especialização da HealthLog a coloca em posição vantajosa para competir no segmento de saúde.

Nas atividades de operação de armazém que envolvem toda a cadeia logística desde o recebimento, passando pela armazenagem e até o faturamento do produto, a HealthLog concorre principalmente com a DHL e o Bomi Group sendo esta última também especializada no setor de saúde.

A Far.me, por ser uma *Start-up*, ainda não tem um concorrente que possa competir dentro da mesma atividade; porém, ela concorre indiretamente com o varejo farmacêutico tradicional no que refere a venda de medicamentos direto aos pacientes.

A Viveo se diferencia de seus concorrentes por ser a única que atua de forma relevante nesses três mercados o que lhe confere a oportunidade de explorar sinergias operacionais ao longo de toda a cadeia de valor e oferecer mais produtos e serviços a seus clientes.

#### **d) Sazonalidade**

De forma geral, não se observa movimentos sazonais de alta relevância, mas cabe mencionar:

1. Antecipação das compras de medicamentos em março devido ao aumento anual dos medicamentos que entra em vigor no mês de abril. Esta antecipação faz com que as vendas do



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mês de março sejam artificialmente aumentadas pela antecipação da demanda do mês de abril. Em contrapartida as vendas do mês de abril são normalmente mais baixas, como correção normal das antecipações.

2. No período que vai de março a junho existe uma procura muito intensa das clínicas de vacinação e empresas por vacinas da prevenção contra a gripe. Esse aumento de demanda se dá pelo fato de que o aumento dos casos de gripe historicamente acontece no inverno, quando as pessoas estão mais suscetíveis às complicações por vírus que acometem o sistema respiratório, dessa forma a vacinação é indicada no outono, estação que antecede o inverno.

#### **e) principais insumos e matérias primas, informando:**

##### ***(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável***

A Companhia adquire insumos e matérias-primas, em especial o algodão e o látex, para a fabricação e industrialização de produtos destinados à saúde, principalmente produtos descartáveis de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. Além disso, a Companhia também adquire produtos finais, prontos para distribuição e comercialização. A Companhia, considerando tanto fornecedores de insumos e matérias-primas quanto fornecedores de produtos acabados e prontos para a distribuição, possui uma base de mais de 2 mil fornecedores.

De maneira geral, a Companhia mantém relacionamentos de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados para a tomada de decisão por sua manutenção ou substituição na cadeia de fornecimento da Companhia. Alguns fatores são levados em consideração para a avaliação da relação comercial, tais como: (i) termos e condições da aquisição de produtos, insumos e matérias-primas; (ii) preço; (iii) qualidade dos materiais; e (iv) capacidade de atendimento à demanda.

Os pedidos de compra são realizados junto aos fornecedores baseados em (i) histórico de compra dos clientes; (ii) previsões de venda no curto prazo; e (iii) níveis de estoque desejados.

Para o armazenamento e distribuição de medicamentos e outros materiais do setor da saúde, a Companhia necessita de autorização de funcionamento expedida pela ANVISA. Para mais informações sobre a referida autorização, bem como controle de preços e demais regulamentações aplicáveis que possam afetar a relação com os fornecedores, bem como preços de compra e venda de produtos, disposição, autorização de comercialização, distribuição, estocagem e armazenamento de produtos, verificar item 7.5 deste Formulário de Referência.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia acredita que os fornecedores possuem interesse comercial em vincular seus produtos à sua marca e modelo de negócios, tendo em vista a abrangência nacional da prestação de serviços e da distribuição e comercialização de produtos da Companhia, a diversificação de seus produtos e a sua liderança no segmento de atuação.

#### **(ii) eventual dependência de poucos fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2020, nenhum dos fornecedores da Companhia representava mais de 15% do faturamento consolidado. Dessa forma, a Companhia acredita não possuir dependência de nenhum de seus fornecedores individualmente.

A Companhia conta com mais de 2 mil fornecedores e evita depender de um único ou poucos fornecedores, minimizando, assim, os riscos decorrentes de eventual descumprimento de obrigações contratuais por parte de algum fornecedor ou de rompimento de quaisquer relações comerciais estabelecidas com estes mesmos fornecedores.

#### **(iii) eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia considera que não sofre com a volatilidade dos preços de mercado de insumos e matérias-primas como o algodão e o látex, tendo em vista a grande oferta no mercado doméstico e estrangeiro destes insumos.

Os preços dos medicamentos que a Companhia adquire, distribui e comercializa não estão sujeitos à intensa volatilidade, uma vez que estão sujeitos à regulamentação governamental. Para mais informações, verificar item 7.5 deste Formulário de Referência.

No que se refere aos demais produtos que integram o portfólio da Companhia e para os quais não há regulamentação governamental de controle de preços, a Companhia possui a capacidade de determinar preços competitivos e repassar aos seus clientes, embutidos nos preços praticados e/ou negociados, os custos adicionais decorrentes de eventos de qualquer natureza que não tenham sido previstos no curso normal de suas atividades. Não obstante, a Companhia entende que alterações relevantes não são características no setor de saúde e que tais produtos não estão sujeitos à intensa volatilidade, uma vez que os preços são autorregulados pela demanda e pela concorrência.

Ademais, é importante ressaltar que as margens da Companhia dependem de fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle, incluindo, sem limitação, câmbio, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações, políticas tributárias e governamentais e relação entre oferta e demanda.

#### **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

**a. montante total de receitas provenientes do cliente.**

Não aplicável, tendo em vista que nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita total da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis individualmente por mais de 10% de sua receita.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### **a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

#### **(a.1) Regulamentação relativa ao setor da saúde**

A Companhia necessita efetivamente de autorizações sanitárias onde opera seus negócios, em todos os níveis de governo, incluindo a obtenção, manutenção e renovação das licenças da Companhia.

A Companhia cumpre com todas leis e normas, principalmente, mas não se limitando, às sanitárias, em todos os seus aspectos relevantes.

#### Regulação de Vigilância Sanitária

O sistema de vigilância sanitária é regulado, no âmbito federal, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), a qual consiste em uma autarquia sob regime especial ligada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Referida lei também criou o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, o qual é formado pela ANVISA, pelo Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e Centros de Vigilância Sanitária Federal, Estadual e Municipal.

A ANVISA tem como objetivo proteger a saúde da população, bem como controlar os riscos relacionados à produção e uso dos produtos sujeitos ao controle de vigilância sanitária, em coordenação com os estados, municípios e Distrito Federal. Para atingir tal objetivo, a ANVISA é responsável por, dentre outras atividades: (i) coordenar todas as autoridades responsáveis que estão relacionadas aos assuntos de vigilância sanitária em todos os níveis federativos; (ii) regular, desenvolver e executar políticas de vigilância sanitária; (iii) conceder registros para produtos alimentícios, farmacêuticos, cosméticos, materiais e equipamentos de uso médico e saneantes; (iv) impor penalidades devido a infrações da lei e da regulamentação federal; e (v) supervisionar o cumprimento da regulação aplicável à vigilância sanitária.

Dessa forma, as empresas interessadas em atuar com produtos de interesse à saúde devem obedecer à legislação aplicável ao serviço a ser fornecido, no âmbito federal, estadual e municipal.

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, somente as empresas autorizadas pela ANVISA podem fabricar, armazenar, distribuir, transportar, despachar, embalar e comercializar os produtos de interesse sanitário.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O artigo 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, aduz que as empresas que realizam atividades de interesse da saúde sem obter o devido registro, licença ou autorização junto à ANVISA e à autoridade sanitária local, estão sujeitas às seguintes penalidades: advertência, interdição, cancelamento da autorização e de licença e/ou imposição de multa. A multa pode variar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 1.500.000,00, a depender da gravidade da infração.

No âmbito da legislação municipal, o instrumento básico necessário para a regularidade sanitária de um estabelecimento é a licença sanitária ou o alvará sanitário, denominações estas que variam de acordo com a legislação do estado ou município.

A licença sanitária pode ser definida como o ato administrativo da autoridade sanitária que comprova que o estabelecimento atendeu às exigências regulatórias, inclusive por meio de inspeção e avaliação pela autoridade sanitária competente, sendo materializado por meio de publicação em Diário Oficial ou emissão de documento próprio. Assim, caso o estabelecimento tenha cumprido com a legislação sanitária vigente, o que é demonstrado mediante a comprovação de sua capacidade técnica e operacional (estrutura física, fluxos, procedimentos, responsabilidade técnica, recursos humanos e condições higiênico-sanitárias em geral), recebe autorização para desempenhar a atividade requerida.

A Companhia possui os seus estabelecimentos devidamente regularizados junto aos órgãos sanitários competentes.

### Regulação do uso de substâncias químicas controladas

O uso de certas substâncias químicas é controlado pelo Exército Brasileiro, pela Polícia Federal e/ou pela Polícia Civil, de modo que as empresas que exercem atividades envolvendo o uso de substâncias controladas devem ser licenciadas por tais autoridades.

Com relação ao Exército, o Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados, dispõe em seu regulamento sobre as normas de fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército ("PCE"), que são aqueles que apresentam poder destrutivo, propriedades que possam causar danos às pessoas ou ao patrimônio ou indicação de necessidade de restrição de uso por motivo de incolumidade pública, bem como os de interesse militar, cabendo ao Comando do Exército a elaboração da lista dos PCE e suas alterações.

De acordo com o artigo 6º do referido regulamento do Decreto, compete ao Comando do Exército regulamentar, autorizar e fiscalizar o exercício, por pessoas físicas ou jurídicas, das atividades relacionadas com PCE de fabricação, comércio, importação,

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

exportação, utilização, prestação de serviços, colecionamento, tiro desportivo ou caça.

Conforme disposto no artigo 8º do Regulamento de Produtos Controlados anexo ao referido Decreto, os órgãos estaduais e distritais com poder de polícia judiciária e aqueles subordinados ou vinculados ao Comando do Exército cuidarão das ações de fiscalização de PCE.

As empresas que cometeram infrações administrativas em face às determinações do Regulamento de Produtos Controlado do Exército, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal, estarão sujeitas à: (i) advertência; (ii) multa simples; (iii) multa pré-interditória; (iv) interdição; ou (v) cassação.

Com relação à Polícia Federal, a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001 ("Lei nº 10.237/2001") estabelece as normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependências física ou psíquica. Assim, compete ao Departamento de Polícia Federal o controle e a fiscalização dos produtos químicos, de modo que, para exercer atividades de fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização, a pessoa jurídica deve cadastrar e requerer a licença de funcionamento ao Departamento de Polícia Federal, de modo que todas as partes envolvidas devem possuir a licença de funcionamento quando os limites forem superiores aos permitidos.

No mais, a Portaria nº 240, de 12 de março de 2019, estabelece os procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal. Para o regular exercício das atividades com produtos químicos controlados, as pessoas jurídicas deverão se cadastrar na Polícia Federal a fim de obter o Certificado de Registro Cadastral ("CRC"), bem como requerer o Certificado de Licença de Funcionamento ("CLF") ou a Autorização Especial ("AE").

O descumprimento das normais estabelecidas pela Lei nº 10.357/2001, sem prejuízo da responsabilidade penal, acarretará nas seguintes medidas administrativas: (i) advertência formal; (ii) apreensão do produto químico encontrado em situação irregular; (iii) suspensão ou cancelamento de licença de funcionamento; (iv) revogação da autorização especial; e/ou (v) multa de R\$ 2.128,20 a R\$ 1.064.100,00.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Por fim, conforme exposto acima, os demais órgãos da polícia judiciária estaduais e distritais (Polícia Civil) têm competência para auxiliar a fiscalização das atividades com produtos controlados, sendo realizada de diversas formas, como a emissão e fiscalização de licenças para empresas, devendo ser observada a legislação estadual pertinente.

A Companhia possui todas as licenças necessárias para o uso de substâncias químicas controladas.

### Regulação das inscrições junto a Conselhos Profissionais

A Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, determina em seu artigo 1º, que o registro de empresas e a anotação dos profissionais delas encarregados, legalmente habilitados, serão obrigatórios nos Conselhos Profissionais de Classe.

O critério legal para a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa.

As sociedades que prestam serviços ou realizam atividades da área farmacêutica devem, obrigatoriamente, se inscrever no Conselho Federal e Regional de Farmácia do Estado onde se localizam, sob risco de penalização pelo Conselho Regional de Farmácia competente. Tais sociedades devem, ainda, contar com um responsável técnico, que deverá ser um farmacêutico devidamente registrado.

As sociedades que estiverem irregulares perante o Conselho Federal e Regional de Farmácia competente estão sujeitas à aplicação das penalidades previstas pela Resolução nº 596/2014 do Conselho Federal de Farmácia, quais sejam: (i) advertência com ou sem o emprego da palavra "censura"; (ii) multa entre os valores de 1 e 3 salários mínimos regionais; (iii) suspensão de 3 meses a 1 ano; e (iv) eliminação da sociedade do Conselho.

A Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que cria os conselhos federal e regionais de química e dispõe sobre o exercício da profissão de químico, estabelece em seus artigos 27 e 28 que o registro de pessoas jurídicas é obrigatório no conselho regional de química competente, em razão da atividade básica do estabelecimento ou pelos serviços prestados a terceiros. O descumprimento dessa disposição acarreta ao infrator o pagamento de multa de 1 a 10 salários-mínimos regionais, que será aplicada em dobro, pelo conselho regional de química competente, em caso de reincidência.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia possui todas as inscrições necessárias para as suas sociedades, junto aos Conselhos de Farmácia e Química.

### Regulação do Setor Farmacêutico no Brasil

No Brasil, a regulamentação do setor farmacêutico está dividida entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. O Governo Federal dispõe de leis e regulamentos de aplicação geral, os quais são reforçados e complementados por ações dos estados e municípios.

No âmbito federal, quanto ao setor farmacêutico, a ANVISA realiza o registro dos medicamentos, emite a autorização de funcionamento, realiza inspeção nos laboratórios farmacêuticos e demais empresas da cadeia farmacêutica e realiza a análise de pedidos de patentes relacionados a produtos e processos farmacêuticos.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED") é o órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil, exercendo a ANVISA o papel de Secretaria-Executiva da CMED. Sendo assim, a CMED estabelece limites para os preços de medicamentos, adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas.

Os estados e os municípios realizam a inspeção de fabricantes, o controle de qualidade dos medicamentos e a vigilância pós-comercialização, destacando-se a farmacovigilância e a regulação da propaganda de medicamentos.

### Produtos do Setor Farmacêutico

Nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das unidades federativas em que se localizem.

Os medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, inclusive os importados, não podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados na ANVISA, que define, por ato próprio, o prazo para renovação do registro desses produtos, não superior a 10 anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização. A revalidação do registro deverá ser requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, considerando-se automaticamente revalidado, independentemente de decisão, se não houver sido esta proferida até a data do término daquela. Será



## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

declarada a caducidade do registro do produto cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo indicado.

É vedada a importação de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável da ANVISA.

Nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998, todos os estabelecimentos que comercializam, distribuem, produzem, e/ou dispensam medicamentos/substâncias de controle especial devem fazer o registro da movimentação de tais produtos em livro próprio. Todos os medicamentos e insumos constantes nas listas do Regulamento Técnico aprovado pela Portaria SVS/MS nº 344/1998 deverão ser escriturados.

Consoante determina o artigo 71 da Portaria SVS/MS nº 344/1998, a Relação Mensal de Venda de Medicamentos Sujeitos a Controle Especial - RMV destina-se ao registro das vendas de medicamentos à base de substâncias constantes das listas do regulamento técnico estabelecido na referida portaria e de suas atualizações, excetuando-se por determinadas substâncias, efetuadas no mês anterior, por indústria ou laboratório farmacêutico e distribuidor, e serão encaminhadas à autoridade sanitária, pelo farmacêutico responsável, até o dia 15 de cada mês, em 2 vias, sendo uma das vias retida pela autoridade sanitária e a outra devolvida ao estabelecimento depois de visada.

Todos os produtos exportados, importados, armazenados, distribuídos, comercializados e transportados pela Companhia estão regulares junto aos órgãos aplicáveis.

### Política de Regulação para Monitoração de Preços de Medicamentos

A Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, conforme alterada, estabelece regras sobre o monitoramento do mercado de medicamentos, competindo à CMED a adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos, voltados a promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.

As disposições contidas na Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, são aplicadas às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Assim, as farmácias e drogarias, os laboratórios, os distribuidores e os importadores, não podem cobrar pelos medicamentos preços acima dos permitidos pela CMED. A lista de preços máximos permitidos para a venda de medicamentos é disponibilizada para consulta dos consumidores e é atualizada mensalmente. Existem dois tipos de preços máximos: (i) o Preço Fábrica ("PF"); e (ii) o Preço Máximo ao Consumidor ("PMC"). O PF é o preço máximo de venda que deve ser praticado pelas empresas produtoras, importadoras ou distribuidoras de medicamentos para as farmácias, drogarias, hospitais, clínicas e para os governos, já o PMC, é o preço máximo pelo qual as farmácias e drogarias podem praticar ao vender para o consumidor.

O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, sujeitam os infratores às seguintes sanções administrativas previstas no artigo 56 da Lei no 8.078, de 1990: (i) multa; (ii) apreensão do produto; (iii) inutilização do produto; (iv) cassação do registro do produto junto ao órgão competente; (v) proibição de fabricação do produto; (vi) suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; (vii) suspensão temporária de atividade; (viii) revogação de concessão ou permissão de uso; (ix) cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; (x) interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; (xi) intervenção administrativa; e (xii) imposição de contrapropaganda.

Ademais, a recusa, omissão, falsidade ou retardamento injustificado de informações ou documentos requeridos pela CMED, sujeitam o infrator à multa diária de R\$ 10.000,00, podendo ser aumentada em até 20 vezes, se necessário, para garantir eficácia.

A Companhia cumpre de forma criteriosa todas as regras definidas pela política de regulação econômica do mercado farmacêutico descrita acima.

### Restrições às propagandas e mensagens publicitárias e promocionais de medicamentos

A RDC nº 96, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a propaganda, a publicidade, a informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão.

Como regras gerais estabelecidas na referida resolução, somente é permitida a propaganda ou publicidade de medicamentos regularizados na ANVISA, devendo tais propagandas ou publicidades serem procedentes de empresas regularizadas perante o órgão sanitário competente.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Todas as alegações presentes na peça publicitária referentes à ação do medicamento, indicações, posologia, modo de usar, reações adversas, eficácia, segurança, qualidade e demais características do medicamento devem ser compatíveis com as informações registradas na ANVISA.

É proibida a utilização de técnicas de comunicação que permitam a veiculação de imagem e/ou menção de qualquer substância ativa ou marca de medicamentos, de forma não declaradamente publicitária, de maneira direta ou indireta, em espaços editoriais na televisão; contexto cênico de telenovelas; espetáculos teatrais; filmes; mensagens ou programas radiofônicos; entre outros tipos de mídia eletrônica ou impressa. Ademais, as empresas não podem outorgar, oferecer, prometer ou distribuir brindes, benefícios e vantagens aos profissionais prescritores ou dispensadores, aos que exerçam atividade de venda direta ao consumidor, bem como ao público em geral.

É vedado na propaganda ou publicidade de medicamentos: (i) estimular e/ou induzir o uso indiscriminado de medicamentos; (ii) sugerir ou estimular diagnósticos ao público em geral; (iii) incluir imagens de pessoas fazendo uso do medicamento; (iv) anunciar um medicamento como novo, depois de transcorridos dois anos da data de início de sua comercialização no Brasil; (v) incluir selos, marcas nominativas, figurativas ou mistas de instituições governamentais, entidades filantrópicas, fundações, associações e/ou sociedades médicas, organizações não-governamentais, associações que representem os interesses dos consumidores ou dos profissionais de saúde e/ou selos de certificação de qualidade; (vi) sugerir que o medicamento possua características organolépticas agradáveis, tais como: "saboroso", "gostoso", "delicioso" ou expressões equivalentes; bem como a inclusão de imagens ou figuras que remetam à indicação do sabor do medicamento; (vii) empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo de medicamentos, tais como: "tenha", "tome", "use", "experimente"; (viii) fazer propaganda ou publicidade de medicamentos e (ou) empresas em qualquer parte do bloco de receituários médicos; (ix) criar expectativa de venda; (x) divulgar como genéricos os medicamentos manipulados ou industrializados que não sejam genéricos; e (xi) usar expressões ou imagens que possam sugerir que a saúde de uma pessoa poderá ser afetada por não usar o medicamento.

É permitido na propaganda ou publicidade de medicamentos: (i) utilizar figuras anatômicas, a fim de orientar o profissional de saúde ou o paciente sobre a correta utilização do produto; (ii) informar o sabor do medicamento; (iii) utilizar expressões tais como: "seguro", "eficaz" e "qualidade", em combinação ou isoladamente, desde que complementadas por frases que justifiquem a veracidade da informação, as quais devem ser extraídas de estudos veiculados em publicações científicas e devem estar devidamente referenciadas; (iv) utilizar expressões tais como: "absoluta", "excelente", "máxima", "ótima", "perfeita", "total" relacionadas à eficácia e à

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

segurança do medicamento, quando fielmente reproduzidas de estudos veiculados em publicações científicas e devidamente referenciadas; (v) quando constar das propriedades aprovadas no registro do medicamento na ANVISA, informar que o medicamento pode ser utilizado por qualquer faixa etária, inclusive por intermédio de imagens; (vi) quando determinado pela ANVISA, publicar mensagens tais como: "Aprovado", "Recomendado por especialista", "o mais frequentemente recomendado" ou "Publicidade Aprovada pela Vigilância Sanitária", pelo "Ministério da Saúde", ou mensagem similar referente a órgão congênere Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e (vii) fazer menção à quantidade de países onde o medicamento é comercializado e/ou fabricado, desde que os países sejam identificados na peça publicitária.

### Regulação do Setor de Produtos para Saúde no Brasil

Os produtos para saúde consistem em equipamentos, aparelhos, materiais, artigos ou sistemas de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinados à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou anticoncepção e que não utilizam meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios.

A RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, apresenta o Regulamento Técnico que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na ANVISA.

Os produtos médicos são enquadrados segundo o risco intrínseco que representam à saúde do consumidor, paciente, operador ou terceiros envolvidos, nas Classes I, II, III ou IV. Para enquadramento do produto médico em uma destas classes, devem ser aplicadas as regras de classificação descritas no Anexo II da RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

De modo geral, os produtos médicos precisam ser registrados perante a ANVISA, estando isentos de registro os produtos médicos submetidos à pesquisa clínica, cumpridas as disposições legais da autoridade sanitária competente para realização desta atividade, estando proibida sua comercialização e uso para outros fins.

O registro de produtos para saúde terá validade por 10 anos, contados a partir do dia da sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser revalidado sucessivamente por igual período.

Todas as atividades realizadas pela Companhia com produtos para saúde estão regulares.

### Regulação do Setor de Produtos Saneantes no Brasil

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir produtos saneantes, as empresas autorizadas pelo Ministério da Saúde para tal fim e cujos estabelecimentos tenham sido licenciados pelo órgão sanitário das unidades federativas em que se localizem. De acordo com a referida Lei, produtos saneantes são substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo: (i) inseticidas; (ii) raticidas; (iii) desinfetantes; e (iv) detergentes.

Os produtos saneantes não podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados na ANVISA, que define, por ato próprio, o prazo para renovação do registro desses produtos, não superior a 10 (dez) anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização. A revalidação do registro deverá ser requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, considerando-se automaticamente revalidado, independentemente de decisão, se não houver sido esta proferida até a data do término daquela. Será declarada a caducidade do registro do produto cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo indicado.

A RDC nº 59, de 17 de dezembro de 2010, dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes. Essa resolução estabelece que os produtos de risco 1 somente podem ser comercializados após a notificação realizada por meio do peticionamento eletrônico e divulgada na página da ANVISA, ao passo que os produtos de risco 2 somente podem ser comercializados após a concessão do registro publicada em Diário Oficial da União.

A RDC nº 42, de 13 de agosto de 2009 dispõe sobre os procedimentos para a notificação à ANVISA de saneantes de risco 1.

Todas as atividades realizadas pela Companhia com produtos saneantes estão regulares.

### Regulação do Setor de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal no Brasil

Nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir cosméticos e produtos de higiene pessoal, as empresas autorizadas pelo Ministério da Saúde para tal fim e cujos estabelecimentos tenham sido licenciados pelo órgão sanitário das unidades federativas em que se localizem.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os cosméticos e produtos de higiene pessoal não podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados na ANVISA. O registro dos referidos produtos terá validade por 10 (dez) anos, contados a partir do dia da sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser revalidado sucessivamente por igual período. A revalidação do processo de regularização do produto deverá ser requerida no primeiro semestre do último ano do decênio de validade, sendo declarada a caducidade do processo cuja revalidação não tenha sido solicitada no referido prazo.

A RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, dispõe sobre os requisitos técnicos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes. Esses produtos são classificados em "Produtos Grau 1" e "Produtos Grau 2". Os critérios para esta classificação foram definidos em função da probabilidade de ocorrência de efeitos não desejados devido ao uso inadequado do produto, sua formulação, finalidade de uso, áreas do corpo a que se destinam e cuidados a serem observados quando de sua utilização.

Os Produtos Grau 1 se caracterizam por possuírem propriedades básicas ou elementares, cuja comprovação não seja inicialmente necessária e não requeiram informações detalhadas quanto ao seu modo de usar e suas restrições de uso, devido às suas características intrínsecas.

Os Produtos Grau 2 consistem nos produtos que possuem indicações específicas, cujas características exigem comprovação de segurança e/ou eficácia, bem como informações e cuidados, modo e restrições de uso.

A rotulagem dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes não deve conter indicações e menções terapêuticas, nem denominações e indicações que induzam a erro, engano ou confusão quanto à sua procedência, origem, composição, finalidade ou segurança. A rotulagem também deve conter o número de autorização de funcionamento da empresa emitida pela ANVISA e o número do processo na rotulagem do produto, gerado no sistema da ANVISA, que corresponderá ao número de registro.

Para os produtos Grau 1 e Grau 2, isentos de registro, a comercialização poderá ocorrer após a publicidade no portal da ANVISA. Para os produtos Grau 2 sujeitos a registro, a comercialização somente poderá ocorrer a partir da concessão do registro publicado em Diário Oficial da União.

Todas as atividades realizadas pela Companhia com cosméticos e produtos de higiene pessoal estão regulares.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### (a.2) Regulamentação relativa ao setor ambiental

#### Responsabilidade Ambiental

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas à Companhia por eventual inobservância e devem comunicar ao Ministério Público caso esta inobservância se enquadre como crime ambiental e/ou cause danos ambientais, para as devidas providências de responsabilização nas esferas penal e civil, se for o caso.

As leis e regulamentos ambientais são rigidamente estabelecidos e controlados e sua violação pode ensejar responsabilização, de forma independente, nas esferas administrativa, criminal e civil. Na esfera administrativa, poderão ser aplicadas penalidades como multas de até R\$ 50 milhões, que podem ter seu valor dobrado ou triplicado na hipótese de reincidência, além de penalidades de embargo e suspensão de atividades. A violação de normas ambientais pode, ainda, sujeitar os infratores à responsabilização criminal, com a aplicação de penas privativas de liberdade (para pessoas naturais) e/ou restritivas de direitos (para pessoas físicas e pessoas jurídicas).

Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente das obrigações de reparar e compensar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados, tratadas na esfera civil da responsabilização ambiental.

A legislação ambiental também prevê a possibilidade de descon sideração da personalidade jurídica sempre que esta representar um obstáculo para a recuperação dos danos causados à qualidade do meio ambiente. De acordo com a legislação brasileira, pode haver a descon sideração da personalidade jurídica da Companhia para assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis para a reparação e/ou a compensação dos danos causados ao meio ambiente. A teoria da descon sideração da personalidade jurídica prevê que, não obstante a limitação de responsabilidade aplicável às sociedades limitadas e anônimas, os bens dos acionistas podem ser utilizados como meios de compensação dos danos ambientais causados pela Companhia em caso de estado de insolvência da Companhia, o que pode gerar prejuízos financeiros aos seus acionistas.

Também na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva. Isto significa que a obrigação de reparar e compensar a degradação ambiental causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, incluindo distribuidoras e drogarias, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Não obstante, a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos e pelas

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

etapas do gerenciamento de todos os resíduos gerados pela Companhia é compartilhada, ou seja, envolve atribuições individualizadas e encadeadas de fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, nos termos da PNRS. Como consequência, os danos ambientais ocasionados, ainda que realizados por empresas contratadas, podem gerar a responsabilidade da Companhia pela reparação e compensação dos danos ao meio ambiente e/ou a terceiros. Apesar de não haver previsão legal, a doutrina e a jurisprudência têm entendimento majoritário de que a reparação e/ou indenização de danos ambientais não é passível de prescrição.

Considerando o exposto, a Companhia busca atuar em conformidade com a legislação vigente e melhores práticas relacionadas ao meio ambiente, fazendo levantamentos frequentes sobre a legislação aplicável de modo a cumpri-la de forma satisfatória.

### Licenciamento Ambiental

De acordo com a legislação federal, a instalação, ampliação, modificação e operação de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, que utilizem recursos naturais e que possam vir a causar danos ambientais, estão sujeitos a licenciamento ambiental, que pode ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal.

O processo de licenciamento, engloba, em regra, três diferentes etapas: (i) a Licença Prévia (“LP”), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; (ii), a Licença de Instalação (“LI”), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, depois de cumpridas as condicionantes da Licença Prévia e de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e, por fim, (iii) a Licença de Operação (“LO”), que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e determinadas condicionantes para o funcionamento do empreendimento. Referidas licenças possuem validade limitada, de modo que deverão ser periodicamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade. As licenças ambientais possuem condicionantes técnicas de validade para o desenvolvimento de atividades, e o descumprimento dessas condicionantes pode impactar negativamente as operações da Companhia, sujeitando a Companhia a responsabilização ambiental.



## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental. Nesse sentido, o cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, em âmbito municipal, estadual e federal, conforme o caso. As violações à legislação ambiental podem, ainda, caracterizar crime ambiental, atingindo inclusive os administradores da Companhia.

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais e/ou de indenizar por tais danos, a não obtenção e/ou renovação das licenças ambientais necessárias ou o não cumprimento das condicionantes das licenças, das leis e das regulamentações ambientais aplicáveis, poderá sujeitar os infratores a penalidades administrativas, de acordo com as legislações federal, estaduais e municipais, que podem incluir advertências, multas de R\$ 500,00 a R\$ 10 milhões, interdição temporária ou permanente das atividades, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento. Na esfera criminal, tal conduta sujeita os infratores à pena de detenção, de um a seis meses e multa.

### Resíduos de Serviços de Saúde

Dentre os possíveis impactos ambientais das atividades desenvolvidos pela Companhia, além dos resíduos especiais, tais como medicamentos vencidos, merece maior atenção a geração de resíduos de serviços de saúde, tais como algodão, agulha e seringas. Com relação a estes resíduos, a legislação federal (Resolução da Diretoria Colegiada nº 222/2018, da ANVISA, bem como a Resolução nº 358/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – “CONAMA”, que dispõem sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde) estabeleceu regras gerais sobre a matéria, além da Lei Federal nº 12.305/ 2010 e de seu Decreto Regulamentador nº 7.404/2010, que instituiu a necessidade de elaboração de PGRS e PGRSS e inscrição no CNORP.

A periculosidade de um resíduo é a característica por ele apresentada segundo a qual, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, podem apresentar risco à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando manuseado ou destinado de forma inadequada.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 358/2005, os resíduos de serviços de saúde, conforme sua composição e características, são classificados em: (i) Grupo A: resíduos com a possível presença de agentes biológicos que podem apresentar risco de infecção, os quais se dividem de A1 a A5; (ii) Grupo B: resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente; (iii) Grupo C: quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e para os quais

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a reutilização é imprópria ou não prevista; (iv) Grupo D: resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares; e (v) Grupo E: materiais perfuro cortantes ou escarificantes, todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório e outros similares.

O armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo depende da classe a que pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que as atividades de armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos são/podem ser passíveis de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essas atividades devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental, quando for o caso.

O armazenamento e a disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte e tratamento desses resíduos, podem ser um fator de contaminação de solo e águas subterrâneas e ensejar a aplicação de penalidades nas esferas administrativa e penal, independentemente da responsabilização civil e obrigação de recuperar e compensar o dano. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra (em casos de reincidência), e, ainda, multas de até R\$ 50 milhões, em casos de maior relevância e/ou quando houver significativo dano ao meio ambiente.

O Poder Público deve credenciar áreas para a destinação de resíduos, bem como os seus transportadores e as empresas responsáveis pelo tratamento e demais etapas do gerenciamento dos resíduos. Ademais, existe a obrigação, para os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, de elaborar, implementar e atualizar um PGRSS. Buscamos obter e atender o PGRSS para todas as unidades, devidamente elaborado para cada unidade, assim como buscamos proceder ao armazenamento, à coleta, ao tratamento e à destinação final dos resíduos gerados com empresas que possuem licenças ambientais válidas. Não efetuamos o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos diretamente, sendo que buscamos contratar terceiros qualificados para tanto. Em algumas localidades, o recolhimento desses resíduos é feito diretamente pela Prefeitura Municipal, onde é estabelecido o pagamento de uma taxa fixa de acordo com a quantidade de resíduo gerado pelo estabelecimento.

Além disso, o descarte de medicamentos foi recentemente regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.388/2020, que entrou em vigor no dia 2 de dezembro de 2020. Normas de alguns estados já impunham certas obrigações ao setor, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos. A Companhia deve observar normas de logística reversa nos estados em que atua e,

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

desde dezembro de 2020, deve também observar as regras de logística reversa estabelecidas em nível federal. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas, incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter, manter e/ou renovar licenças ambientais, e criminais, bem como ao dever de reparar e/ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

A Companhia busca contratar empresas licenciadas para a execução das etapas de gerenciamento e destinação final ambientalmente adequados de seus resíduos.

### Uso de Recursos Hídricos

No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97) estabelece que a utilização de água por meio da derivação de cursos d'água ou captação de poços, ou, ainda, o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água estão sujeitos à prévia obtenção, pelo usuário, da respectiva autorização de direito de uso de recursos hídricos.

No âmbito federal, a ausência da referida outorga e/ou a não observância de suas condicionantes são consideradas infração administrativa, podendo sujeitar a pessoa física ou jurídica às penalidades de multa simples e diária, de R\$ 100,00 a R\$ 50 milhões advertência, embargo e interdição, além de serem tipificadas como crime ambiental, podendo sujeitar a pessoa jurídica e seus dirigentes à aplicação de pena de detenção de seis meses a um ano e multa. Estão dispensadas da outorga as empresas cuja captação ou lançamento sejam efetuados diretamente por meio da rede pública.

A Companhia possui outorgas de direito de uso de recursos hídricos para uma das unidades da Cremer. Para as demais unidades, não há necessidade de obtenção de outorgas, uma vez que o abastecimento de água é feito por meio da utilização da rede pública de distribuição de água.

### **(a.3) Regulamentação relativa ao setor imobiliário**

#### Licenças de funcionamento das unidades operacionais

O Licenciamento Municipal para Funcionamento (LIF) é o documento expedido pela Prefeitura competente, autorizando o exercício de certa atividade em determinado local, sendo certo que a operação de atividades não residenciais sem as respectivas licenças imobiliárias implica no risco de interdição do estabelecimento, com aplicação de multas cumulativas. Ainda, a interdição pode ser determinada pelo período necessário à obtenção da licença, ou, em caso de impossibilidade, pode haver a lacração definitiva. O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) atesta a

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

observância das posturas de combate ao fogo, nos termos das normas estaduais vigentes. A apresentação do AVCB, via de regra, é condição para a expedição da LIF.

Tais documentos são aplicáveis a qualquer imóvel operacional. A ausência desses documentos pode ensejar, em caso de fiscalização, notificação para sua regularização, geralmente no prazo de 15 a 30 dias, bem como aplicação de multa administrativa, caso o estabelecimento não tenha sido regularizado no prazo inicial, com concessão de novo prazo (geralmente de mais 15 a 30 dias) para a adequação do imóvel, sob pena de fechamento do estabelecimento (e, conseqüentemente, a paralisação das atividades) até que seja regularizado.

A Companhia não pode assegurar que mantém atualizadas licenças válidas para operar para todos os estabelecimentos, que atende plenamente as condicionantes das licenças e autorizações, e/ou que obterá, no futuro, a renovação destas licenças e autorizações sempre em prazos adequados, sendo certo que reconhece que a ausência de regularização poderá gerar óbices às atividades e ocupações atualmente exercidas, e, por conseguinte, está sujeita a eventuais prejuízos financeiros advindos por multas, bem como procedimentos de realocação das atividades para outros imóveis em caso de impossibilidade de permanência nos imóveis devido a irregularidade dos referidos licenciamentos.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades não tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás e autorizações.

A não obtenção ou a não renovação das LIFs e dos AVCBs pode resultar na impossibilidade do regular funcionamento das unidades da Companhia, sem prejuízo dos riscos mencionados anteriormente, problemas relacionados a seguro em caso de acidentes, e, sobretudo, possíveis danos à imagem da Companhia.

Por fim, a Companhia não pode assegurar a regularidade da situação cadastral dos Imóveis perante as Prefeituras locais (IPTU) bem como a inexistência de débitos que possam afetar as ocupações exercidas. Considerando que débitos tributários imobiliários possuem natureza *propter rem*, ou seja, recaem sobre o próprio bem, eventual perda dos Imóveis oriunda de decisão de execução fiscal afetaria as ocupações atualmente exercidas, gerando óbice à permanência da Companhia em tais Imóveis, podendo afetar o desenvolvimento de suas atividades.

### **(a.4) Regulamentação relativa ao setor concorrencial**

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As normas concorrenciais brasileiras são versadas pela Lei nº 12.529/2011 (“Lei de Defesa da Concorrência”), responsável pela estruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. O CADE, como autarquia federal, possui jurisdição em todo território nacional e tem como premissa básica a prevenção e a repressão às violações a referida lei.

Sendo constituído pelos órgãos do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, da Superintendência-Geral e do Departamento de Estudos Econômicos, o CADE atua, primordialmente, na análise de atos de concentração, na abertura e instrução de investigações de condutas anticompetitivas, além da aplicação de penalidades em casos de infrações contra a ordem econômica.

Condutas praticadas pela Companhia podem configurar infrações à ordem econômica caso violem a Lei de Defesa da Concorrência, sendo passíveis de punição na esfera administrativa pelo CADE.

### **(a.5) Regulamentação relativa ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”)**

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019 e pela Lei nº 14.010/2020, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsas e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e entrarão em vigor posteriormente a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, e será aplicável a toda e qualquer operação envolvendo dados pessoais, que estarão sujeitas às hipóteses de tratamento previstas na LGPD.

Além disso, em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 (“MP 869”), que altera certas disposições da LGPD e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”). Entre as suas diversas competências, cabe à ANPD (i) editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD; (ii) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos; (iii) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; (iv) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento; e (v) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A Lei 13.853/2019 também prevê autoridade para a ANPD avaliar as penalidades previstas pela LGPD. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá de adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. Nesse sentido, a Companhia já está tomando as providências necessárias com terceiros para a realização de projeto de adequação à LGPD neste ano

Nesse sentido, o projeto de adequação perante a LGPD conta com o apoio de uma consultoria técnica e jurídica. Foram realizadas atividades ainda em 2020, visando a produção de um plano de ação para execução durante o ano de 2021. Nesta etapa inicial foram realizadas as atividades de conscientização de usuários perante a LGPD, o mapeamento dos dados pessoais e seu fluxo de processamento, a nomeação de um DPO responsável por conduzir o tema de proteção e privacidade de dados, bem como a implantação de canal de comunicação com os titulares de dados.

Na fase 2 que está se iniciando agora, a Companhia realizará todas as adequações necessárias com base na legislação, produção e revisão de políticas, revisão contratual incluindo cláusulas de proteção e privacidade de dados, implantação de medidas técnicas para mitigação de riscos, implementação de processos de gerenciamento, governança e funções para responder demandas de usuários, clientes e órgãos de controle.

**b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Um dos pilares da nossa Política de Sustentabilidade está na responsabilidade ambiental e consiste na busca constante de soluções que colocam em prática o compromisso e a responsabilidade com o meio ambiente.

Valorizamos operações ambientalmente responsáveis, considerando os impactos de nossas atividades ao longo da cadeia de valor sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, o uso sustentável dos recursos naturais e as alterações climáticas.

Nessa linha, implementamos um conjunto de melhores práticas ambientais que detalhamos abaixo:

Reciclagem de resíduos sólidos:

- Buscamos separar os resíduos sólidos, como plásticos, papéis, vidros, madeiras e fibras de algodão, para reciclagem.

Melhoria contínua dos processos industriais visando redução na geração de resíduos e otimização do consumo de matérias-primas:

- A Companhia utiliza sistemas trocadores de calor para redução do consumo de combustíveis na geração de vapor;
- equipamentos de recuperação de insumos químicos para reutilização nos processos;
- reaproveitamento de água das chuvas.

Descarte de resíduos sólidos não recicláveis:

- A Viveo preocupa-se também com a destinação dos resíduos sólidos não recicláveis originados em seus parques fabris. A Companhia busca contratar prestadores de serviços devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes para a execução das etapas de gerenciamento e destinação ambientalmente adequados de seus resíduos.

Além das práticas acima detalhadas, todos os nossos ambientes operacionais passíveis de licenciamento ambiental, nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), devem elaborar, implementar e revisar periodicamente um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) contemplando:

- Análise da Situação Atual do Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Levantamento dos Insumos;
- Determinação dos Pontos de Geração de Resíduos Sólidos;
- Classificação dos Resíduos Sólidos;
- Segregação;
- Manuseio;
- Transporte Interno;
- Acondicionamento Temporário;
- Transporte Externo;
- Destinação Final dos Resíduos Sólidos.

**c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### Marcas

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas e em processo de registro junto ao INPI, tais como CM HOSPITALAR, EXPRESSA e CREMER, as quais são extremamente relevantes para suas atividades.

Não obstante, é importante ressaltar que a Companhia celebrou acordo extrajudicial resultante de procedimento de arbitragem, o qual impõe restrições relevantes ao uso da marca Cremer em algumas categorias.

### Contratos de Licenciamento de Marcas de Terceiros

A Companhia licencia, por meio de contratos privados, marcas de terceiros para a reprodução destas marcas em seus produtos. As marcas licenciadas incluem as



## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

pertencentes às franquias “Baby Shark”, “Powerpuff Girls”, “Adventure Time”, “Meu Malvado Favorito” e “Patrulha Canina”.

Em resumo, estes contratos dispõem que a Companhia tem o direito de utilizar as marcas dos terceiros em seus produtos e, em contrapartida, devem pagar percentual da receita a título de royalties e se comprometer a investir certos recursos no marketing dos produtos.

Os contratos de licenciamento foram celebrados por prazo determinado, de modo que a Companhia poderá não ser capaz de renová-los ou mantê-los em vigor. Em caso de rescisão ou não renovação dos contratos de licenciamento, a Companhia ficará impedida de continuar utilizando e explorando comercialmente referidas marcas. Vale destacar, ainda, que alguns dos contratos de licenciamento de marca estão próximos de sua data de expiração e, embora já estejam em curso discussões acerca de sua renovação, a Companhia não pode garantir que será capaz de renovar tais contratos e/ou que as condições jurídicas e comerciais hoje vigentes serão mantidas.

### Patentes

Patentes são títulos de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente. Todos os pedidos tramitam no mais estrito sigilo durante o período de 18 meses (salvo pedido de publicação antecipada pelo depositante) até o período da publicação na Revista de Propriedade Industrial.

As patentes podem ser de (i) invenção (PI) que são os produtos ou processos que atendem aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial (sua validade é de 20 anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 10 anos a contar da data da concessão do registro); (ii) modelo de utilidade (MU) que são os objetos de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação (sua validade é de 15 anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 7 anos a contar da data da concessão do registro); ou (iii) certificado de adição de invenção (C) que são os aperfeiçoamentos ou desenvolvimentos introduzidos no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, porém ainda dentro do mesmo conceito inventivo (o certificado será acessório à patente e com mesma data final de vigência desta).

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Uma vez concedido o registro, o titular da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. Terceiros podem fazer uso da invenção somente com a permissão do titular (licença).

Já o depositante de pedido de registro de patente possui apenas uma "expectativa de direito" que somente se confirmará caso venha a obter a patente. Caso o depositante esteja sofrendo prejuízos por concorrência desleal de alguém que esteja produzindo o mesmo objeto de sua invenção, o depositante poderá contatar tal concorrente notificando-o de que, caso o concorrente insista na prática desleal ele poderá, quando obtiver a Carta-Patente, impetrar uma ação judicial de indenização por perdas e danos, que poderão ser contabilizados a partir da data de publicação do pedido de patente.

O pedido de registro de patente poderá ser inferido se o INPI considerar que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo (ou seja, não obvio para um especialista na área) e ter aplicação industrial.

O depositante do pedido e o titular da patente estarão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, denominadas anuidades. As anuidades deverão ser pagas a partir do segundo aniversário do pedido.

Uma vez concedido o registro da patente, este poderá ser extinto no seguintes casos: (i) pelo término do prazo de validade, (ii) pela renúncia pela Companhia; (iii) pela declaração de caducidade; (iv) pela falta de pagamento da retribuição anual; (v) pela inobservância de disposições legais; (vi) pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial; ou (vii) em razão de processo administrativo de nulidade e/ou processo judicial quando: (a) não tiver sido atendido qualquer dos requisitos legais; (b) o relatório e as reivindicações não atenderem ao disposto na lei; (c) o objeto da patente se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado; ou (d) no seu processamento, tiver sido omitida qualquer das formalidades essenciais, indispensáveis à concessão. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 meses contados da concessão da patente.

Atualmente, a Companhia é titular de algumas patentes registradas e em processo de registro junto ao INPI, as quais são relevantes para suas atividades.

### Nomes de Domínio

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Atualmente, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio, dentre os quais se destacam: mafrahospitalar.com.br, cremer.com.br e viveo.com.br.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b.

## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

As receitas da Companhia são provenientes tanto de vendas realizadas no mercado interno 99,8% da receita líquida da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando de vendas realizadas para o exterior 0,2% da receita líquida da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes atribuídos ao seu país sede (Brasil) totalizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$4.404 milhões ou 99,8% da receita líquida da Companhia para o exercício.

### (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Abaixo, apresentamos tabela contendo a receita da Companhia proveniente de clientes estrangeiros:

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
País	Receita Líquida (R\$ mil)	% da Receita Líquida
PARAGUAI	R\$ 4.818.366	30,18%
MEXICO	R\$ 1.521.018	9,53%
PERU	R\$ 1.239.202	7,76%
ITALIA	R\$ 1.159.820	7,27%
BOLIVIA	R\$ 1.222.695	7,66%
ALEMANHA	R\$ 688.677	4,32%
CHINA	R\$ 929.555	5,82%
URUGUAI	R\$ 852.522	5,34%
COLOMBIA	R\$ 488.503	3,06%
HONDURAS	R\$ 505.512	3,17%
PORTUGAL	R\$ 383.936	2,41%
EQUADOR	R\$ 477.919	2,99%
COSTA RICA	R\$ 440.089	2,76%
ARGENTINA	R\$ 422.264	2,65%
VENEZUELA	R\$ 234.331	1,47%
TURQUIA	R\$ 181.533	1,14%
DINAMARCA	R\$ 162.321	1,02%
HONG KONG	R\$ 129.617	0,81%
REPÚBLICA TCHECA	R\$ 66.206	0,41%
REPÚBLICA DOMINICANA	R\$ 30.549	0,19%
CHILE	R\$ 4.364	0,03%
<b>Total</b>	<b>R\$ 15.958.999</b>	<b>100%</b>

## **7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

### **(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em 31 de dezembro de 2020, a receita total proveniente de clientes estrangeiros totalizou R\$15.959 mil ou 0,3% da receita líquida total da Companhia no exercício.

### **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

Medidas como restrições e quotas ou suspensões à importação adotadas por determinados países ou regiões em que a Companhia atua poderão afetar substancialmente os volumes de exportação da Companhia e, conseqüentemente, o desempenho de suas exportações e de seus resultados operacionais, conforme disposto no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Além do mencionado acima, não existem outros efeitos relevantes decorrentes das regulamentações provenientes de outros países que não o Brasil.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### (a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia reconhece a relevância estratégica e a capacidade de proteção e geração de valor da integração de aspectos ESG. Possui uma Política de Sustentabilidade, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, que tem por objetivo estabelecer e difundir a filosofia de sustentabilidade da Companhia, bem como definir os compromissos, diretrizes e orientações para gerir suas atividades de forma sustentável, considerando os pilares da responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

Neste sentido, a Companhia encontra-se em um intenso processo de aceleração deste tema, no qual divulgou em 21 de janeiro de 2021 a sua nova estratégia de sustentabilidade com objetivos e compromissos traçados para 2030 que consideram como ponto de partida as práticas de sustentabilidade já incorporadas pela Companhia atualmente.

No entanto, a Companhia ainda não possui o relatório de sustentabilidade publicado oficialmente.

A Viveo, tem o objetivo de levar o cuidado de cada vida para todos, dos colaboradores aos pacientes, passando por todos os profissionais de saúde. A organização tem como prioridade oferecer soluções íntegras, eficientes e mais sustentáveis.

Com base em um estudo profundo de materialidade deste setor, a organização optou por destacar dois objetivos, para os próximos 10 anos, que estão relacionados a democratização do acesso a saúde, saúde e segurança dos profissionais do setor e formação de profissionais da saúde:

- Garantir, até 2030, 100% de disponibilidade de EPIS no Brasil; e
- Equalizar a relação de profissionais de saúde por 1.000 habitantes em todas as regiões do país.

Além dos objetivos, mapeamos 12 temas distribuídos em 4 pilares que serão a base para este trabalho.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### Pensar de forma integrada nos fortalece ESG

**Nossa Razão** Queremos levar este cuidado para todos, dos colaboradores aos pacientes, passando por todos os profissionais de saúde. Ser e oferecer soluções integras, eficientes e mais sustentáveis. Esse é o nosso jeito de cuidar de cada vida, simples assim.

---

**Nossos principais objetivos**

Equalizar até 2030 a relação de profissionais de saúde/ 1000 habitantes em todas as regiões do país	Garantir até 2030 100% de disponibilidade de EPIS no Brasil
---	---

---

**Nossos pilares de atuação**

GESTÃO INTEGRAL	DESENVOLVIMENTO HUMANO	ECOEFICIÊNCIA	SOLUÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE
ÉTICA E GESTÃO RESPONSÁVEL	DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR DOS COLABORADORES	ENERGIA	LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
QUALIDADE DOS PRODUTOS	DIVERSIDADE E INCLUSÃO	ÁGUA	RESÍDUOS DO SETOR
COMPRAS SUSTENTÁVEIS	GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO	RESÍDUOS	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

Todos os temas elencados estão relacionados ao setor da saúde e refletem o papel socioambiental da Companhia em todo o seu ecossistema. São 12 temas que seguem padrões gerenciais de conformidade e que passarão, mesmo que gerenciados em suas respectivas áreas de responsabilidade, por uma governança corporativa centralizada. Todos os temas serão revisitados em 2021.

Veja abaixo mais detalhes sobre estes temas e melhores práticas já estabelecidas:

### **GESTÃO INTEGRAL:**

Ética e gestão responsável: para a organização, ética e gestão responsável são prioridades para colaboradores e administradores. Em referência ao item 5.1, a Viveo apresenta um programa de treinamento em Política Anticorrupção, Código de Conduta e Ética da Companhia no momento de sua contratação, e os administradores, no momento de sua eleição, bem como reciclagem periódica sempre que houver atualização. A Viveo investe em gestão e melhoria contínua do controle e combate de práticas antiéticas, incluindo monitoramento, transparência e disponibilidade de informações relevantes para o controle externo dos públicos de interesse.

Contempla também um canal de denúncias externo, uma área de gestão dedicada e um acompanhamento mensal de um Comitê de Compliance com conselheiros independentes.

Qualidade dos produtos e serviços: o tema que trata do controle da cadeia de custódia de medicamentos a gestão da qualidade dos processos, produtos e serviços



## 7.8 - Políticas Socioambientais

oferecidos é destaque por sua gestão de certificações, licenças e autorizações asseguradas pelo atendimento integral à todas as legislações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes aplicáveis. Para garantir a padronização e entrega íntegra de produtos e serviços, o grupo apresenta dois conjuntos de manuais, cujos colaboradores envolvidos são treinados periodicamente: Boas Práticas de Fabricação para unidades fabris e Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição para os Centros Logísticos.

A Companhia possui um robusto e eficaz Sistema de Gestão de Qualidade, devidamente traduzido nos Manuais de Boas Práticas, que norteiam a padronização de todos os processos e meios pelos quais promovem melhoria contínua e satisfação dos parceiros.

Compras sustentáveis: compras sustentáveis engloba a gestão da cadeia de suprimentos e de seus riscos e oportunidades, incluindo riscos de corresponsabilidade legal e reputacional, qualificação dos fornecedores e adoção de critérios de fornecimento local. A Companhia hoje possui Política de Compras e Contratações estruturada e divulgada, que avalia documentações necessárias do novo fornecedor, sua aderência a política de compliance e anticorrupção da organização, bem como o acompanhamento do fornecedor ativo. Para 2021, a Companhia busca potencializar aspectos de sustentabilidade no ciclo de relacionamento com os fornecedores, desde a homologação até a gestão do contrato.

### **DESENVOLVIMENTO HUMANO:**

Desenvolvimento e Bem estar dos colaboradores: a Viveo possui uma série de ações de desenvolvimento e bem estar de seus colaboradores, pois entende que cuidar de cada vida, parte por um cuidado especial a quem evolui a organização.

Os Programas "VIVEO + SEGURA" e "VIVEO + SAÚDE", são um conjunto de iniciativas que envolvem ferramentas de gestão e atividades, desenvolvidas para serem a base de ações da Companhia com o objetivo de criar uma cultura do bem estar, reduzir, gerenciar e/ou eliminar riscos à saúde e segurança dos colaboradores. A organização possui time dedicado de segurança, bem como médicos e enfermeiros que apoiam nestas ações.

A empresa tem uma série de programas de desenvolvimento presencial e via EAD (plataforma de estudo e disseminação de conhecimento à distância). Os programas são desenvolvidos anualmente para desenvolvimento de temas como liderança e técnico.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

O processo de Recrutamento Interno, intensificado em 2020, tem como objetivo ampliar as oportunidades dos colaboradores. Para vagas elegíveis, o grupo já alcança 29% de aproveitamento interno.

Diversidade e inclusão: Para a Viveo cada vida é única e as individualidades são complementares e fortalecem a empresa e a sociedade. Abraçar a diversidade, respeitá-la, incluí-la e potencializá-la faz parte do propósito da empresa que é: cuidar de cada vida, isso inclui dentro e fora da organização.

Para isso a Viveo estruturou um comitê de Inclusão e Diversidade que abrange 4 pilares: LGBTQIA+, Raça, Gênero e PCDs. Os pilares são compostos por executivos como *sponsors* destes pilares, líderes e voluntários.

As ações têm o objetivo promover um ambiente diverso, onde todas as pessoas se sintam incluídas e respeitadas, potencializar a diversidade interna com base na diversidade da sociedade em que estamos inseridos, ser referência em marca empregadora internamente e externamente e ser propulsor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) vinculados a Diversidade e Inclusão.

Geração e disseminação de conhecimento: como ecossistema da saúde, temos o objetivo de proporcionar atividades de conscientização e disseminação de informação relacionadas a prevenção e educação para a saúde. A geração de conhecimento que já ocorre internamente através de palestras pelo programa Mafra + Saúde, e externamente com um time técnico especializado, tem como meta ser ampliada ao longo dos próximos anos.

### **ECOEFIÊNCIA:**

Energia e emissões: definição de metas de longo prazo e adoção de práticas de ecoeficiência com foco na redução da intensidade energética, redução da intensidade de geração de gases de efeito estufa e aumento da participação de energias renováveis nos processos industriais.

Em especial, para redução, a nossa maior planta industrial (Têxtil – Blumenau) conta com 1 caldeira movida a cavaco de madeira (recurso renovável, oriundo de reflorestamento e sobras industriais), obedecendo todos os processos necessários para filtragem de materiais particulados e reduzindo emissões que impactam para o efeito estufa.

A Viveo realiza os processos de alveijamento através do reaquecimento da água utilizada no próprio processo, dessa forma reduz o consumo de combustível e o gasto com tratamento do efluente, já que este fica em temperatura menor.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

Outra forma de reaproveitamento de energia térmica é dos compressores de ar comprimido para produção de água pré-aquecida, nos processos de alvejaria, reduzindo o gasto com combustível para gerar vapor.

A plantas têxtil passam por modernização da tecelagem com equipamentos mais eficientes e produtivos e substancial redução do gasto de energia elétrica.

Água: são realizados o tratamento dos efluentes industriais nas plantas Cremer Têxtil e Adesivos, devolvendo o recurso ao leito do rio Itajaí-Açui devidamente tratado de forma mais limpa em relação ao momento da captação, obedecendo os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. A Companhia busca implementar planos de ação que visem a redução do consumo de água nos processos industriais e a implementação de processos de reutilização em circuito fechado; bem como a utilização de águas pluviais para utilização em instalações sanitárias.

Aproximadamente 70% dos solventes utilizados nos processos das aplicadoras de massa adesiva e de gesso, são recuperados através de instalações específicas chamadas de recuperadoras de solventes e, para isso, a fábrica têxtil possui duas recuperadoras: cloreto e metanol e a fábrica adesivos, duas recuperadoras de hexano.

Resíduos: A Companhia busca contratar prestadores de serviços devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes para execução das etapas de gerenciamento e destinação final ambientalmente adequados de seus resíduos sólidos, bem como elaborar, implementar e atualizar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) das suas unidades sujeitas a licenciamento ambiental, onde são contempladas a classificação dos resíduos e suas condições de segregação, manuseio, movimentação interna, acondicionamento temporário, transporte externo e destinação final.

Esforços são conduzidos para garantir a reciclagem dos rejeitos, sendo que no ano de 2020 foram recicladas 405 toneladas de resíduos sólidos pelas Unidades Industriais do Grupo.

### **SOLUÇÕES PARA SUSTENTABILIDADE:**

Logística sustentável (emissões e clima): a frota própria atende ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve versão 7) criado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) através dos veículos que utilizam o sistema EURO V. O sistema EURO V é um conjunto de normas regulamentadoras que possibilita a redução em média de 60% de emissão de óxido de nitrogênio e 80% a emissão de partículas no ar de veículos movidos a diesel. A Companhia busca o desenvolvimento de soluções de logística sustentável que contemple a redução das

## 7.8 - Políticas Socioambientais

emissões de gases do efeito estufa emitidos nos processos de logística e a possibilidade de oferta de produtos eco-eficientes aos clientes.

Resíduos do setor de saúde: refere-se ao desenvolvimento de soluções para redução ou gestão sustentável dos resíduos gerados pelo setor de saúde e que impactam além das próprias operações. A Companhia busca o desenvolvimento de um plano de ação para gerar impacto positivo nesse tema.

Produtos sustentáveis: desenvolvimento de produtos ou aprimoramento dos produtos existentes para que sejam mais sustentáveis, envolvendo todo o escopo da vida útil do produto/serviço. Atualmente, o grupo possui dois produtos sustentáveis de haste flexível marca Topz e Bellacotton, entretanto um dos planos de ação do ano é a busca pelo desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos produtos existentes para ampliar sua representatividade neste tema.

Como Responsabilidade Social, a Companhia entende que o tema permeia todos os pilares acima citados, o objetivo da organização é de apoiar instituições e projetos que promovam a transformação da saúde no Brasil, com foco no desenvolvimento humano e visando o benefício da sociedade. A Viveo incentiva o engajamento e à participação voluntária dos colaboradores nos projetos de responsabilidade social apoiados pela Companhia.

Para isso, a Companhia contribui com projetos beneficiários das Leis de Incentivos Fiscais, com priorização daqueles que tenham como base fundamental o oferecimento para as comunidades e populações concentradas em situação de vulnerabilidade social e, nas cidades em que a Companhia tem operação, a oportunidade de exposição à cultura, esporte, cidadania, saúde e educação.

Dessa forma, a Companhia está focada no processo de evolução dos temas acima, com construção de planos de ação e estabelecimento de metas para que os objetivos de sustentabilidade sejam alcançados e os impactos positivos das atividades sejam potencializados.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

Não aplicável, considerando que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios.

Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.



#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório na R. Osasco, nº 949	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
Escritório na R. Abraão de Souza e Silva, nº 1240	Brasil	SC	Brusque	Alugada
Fábrica e escritório na Rodovia BR 282, km 32, s/nº	Brasil	SC	Santo Amaro da Imperatriz	Alugada
Sede na R. Manoel Francisco Mendes, nº 310 e 320	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Galpão na SCIA, quadra 08, conjunto nº 12, lote nº 11	Brasil	DF	Brasília	Própria
Galpão na Av. Luiz Maggioni, nº 2727	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Galpão na R. Riachão, nº 807	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Galpão na Av. Tiradentes, nº 6.640	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Armazém na Rod. DF-290, s/nº	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Galpão na Quadra 9A, Eixo 3, s/nº	Brasil	GO	Catalão	Alugada
Escritório na R. Ministro Jesuíno Cardoso, cj 42	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório na Av. Gov. Agamenon Magalhães, nº 4775	Brasil	PE	Recife	Alugada
Galpão na Av. Marginal do Ribeirão dos Cristais, nº 500	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
Área de Preservação Permanente na R. Bahia	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Escritório na R. Ewald Jansen, nº 777	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Avenida Anhanguera, KM 15, CLA 15, Módulo 1, Bairro Parque Sao Domingos	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Imóvel para captação de água na Rua Otto Berner	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Fábrica na R. Rudolf Roedel, nº 871	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Fábrica na R. Ewald Jansen, nº 715	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Terreno na R. Rudolf Roedel	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Terrenos na R. Ewald Jansen	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Terreno/Imóvel na Rodovia SC 108	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Fábrica na R. Zezé Amaral, nº 108	Brasil	SC	Blumenau	Própria
Fábrica na R. Francisco Passold, nº 250	Brasil	MG	São Sebastião do Paraíso	Arrendada
Fábrica na R. Iguaçú, nº 291/363	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Fábrica na R. Teresópolis	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Estacionamento na R. Iguaçú	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Escritório na R. Iguaçú, nº 444	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Escritório na R. Min. Jesuíno Cardoso nº 454, Cj 43 e 44	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Galpão na R. Zezé Amaral, nº 85	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
	Brasil	MG	São Sebastião do Paraíso	Alugada

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Galpão na Av. Nações Unidas, nº 3644	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Galpão na R. Bertolina May Kechele, nº 125	Brasil	SC	Indaial	Alugada
Galpão na Av. das Quaresmeiras, 200	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
Galpão na Rod. BR 020, KM 12, s/nº	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Galpão na Av. Netinho Prado, nº 1000	Brasil	SP	Jaú	Alugada
Galpão na Av. Netinho Prado, nº 1000	Brasil	SP	Ribeirão Pires	Alugada
[Sem operação] na R. João Arcadepani Filho, nº 250, sala 06	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
[Sem operação] na R. Ademair Ferrugem, nº 999, sala 02.	Brasil	GO	Catalão	Alugada
Galpão na Av. Marginal do Ribeirão dos Cristais, nº 800	Brasil	SP	Cajamar	Alugada

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921664184 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(35)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Pedido de Registro nº 921664206 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(39)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921664257 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(44)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Nome de domínio na internet	expressa.com	Até 07/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mafrahospitalar.com.br	Até 02/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mafrahospitalar.com.br	Até 02/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
			A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cmhospitalar.com.br	Até 07/02/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	grupomafra.com	Até 29/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	flexicotton.com.br	Até 19/09/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	bellacotton.com.br	Até 05/01/2026	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.  A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mafraticos.com.br	Até 03/11/2025	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.  A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mafrahealthsolutions.co m.br	Até 20/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.  A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	babybellacotton.com.br	Até 05/04/2027	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	bellacottonbaby.com.br	Até 05/04/2027	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	bellacottonprofissional.com.br	Até 01/08/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	bellacottonprofissional.com.br	Até 01/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	cotomed.com.br	Até 14/05/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	cotinho.com.br	Até 02/02/2027	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cottonpet.com.br	Até 14/05/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p> <p>Até 14/05/2023</p>	<p>Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	ecoton.ind.br	Até 09/06/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	mybellacotton.com.br	Até 05/04/2027	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	diagnosticacremervet.com.br	Até 14/07/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	dc3log.com.br	Até 03/02/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	healthlog.com.br	Até 26/01/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	portalcardinal.com.br	Até 22/06/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	portalcardinalhealth.co m.br	Até 22/06/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tecnocold.com.br	Até 21/01/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tecnovacim.com.br	Até 21/01/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	vacinas-express.com.br	Até 15/06/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	cremer.com.br	Até 10/10/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cremer.net.br	Até 19/10/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	diagnosticacremet.com.br	Até 19/02/2025	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	cremerfraldas.com.br	Até 29/06/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	curativoscremer.com.br	Até 03/02/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	topzbaby.com.br	Até 27/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	traineecremer.com.br	Até 27/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	palestrascramer.com.br	Até 05/08/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	experienciacramer.com.br	Até 27/09/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mafracramer.com.br	Até 14/12/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cremerindustrial.com.br	Até 03/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	aquavera.com.br	Até 19/05/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.  No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	bandy.com.br	Até 26/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.  Até 19/05/2022  No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	bandy.com.br	Até 26/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cuidadoscremer.com.br	Até 05/06/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	salvelox.com.br	Até 20/01/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	salved.com.br	Até 24/01/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento; (iv) não atendimento em tempo hábil, da apresentação de documentos; (v) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio. Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	topz.ind.br	Até 26/11/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	topzcosmeticos.com.br	Até 30/06/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	topztomejerry.com.br	Até 24/01/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	embramed.com.br	Até 08/09/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	byogene.com.br	Até 26/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	farme.com.br	Até 21/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	farmebox.com.br	Até 27/05/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	biogenetix.com.br	Até 10/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	vitalabdf.com.br	Até 22/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	capitaldiagnostica.com.br	Até 21/08/2025	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	viveo.com.br	08/09/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	grupoviveo.com.br	04/12/2021	<p>No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.</p> <p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	viveosaude.com.br	04/12/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Patentes	Registro nº 0106133-0 Máquina automática para corte longitudinal, enrolamento e corte transversal	Até 14/12/2021	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p> <p>As patentes podem ser extintas nas seguintes situações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Falta de pagamento das taxas oficiais dos escritórios nacionais de patentes;</li> <li>2) Falta de resposta da empresa aos pareceres dos escritórios nacionais;</li> <li>3) Expiração do prazo de vigência;</li> <li>4) Renúncia de seu titular;</li> <li>5) Caducidade;</li> <li>6) Inobservância de disposições legais;</li> <li>7) Pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro e nas outras jurisdições em que a Companhia é titular de direitos de propriedade intelectual;</li> <li>8) Processo administrativo de nulidade; ou</li> <li>9) Decisão Judicial</li> </ol>	<p>Caso o pedido de registro de patente seja indeferido pelo examinador, abandonado pelo titular, ou objeto de nulidade por terceiros, ou caso o registro da patente seja extinto, a tecnologia nele descrita não poderá ser utilizada de forma exclusiva pela Companhia, ou seja, a Companhia poderá utilizá-la, mas não poderá impedir que terceiros utilizem a tecnologia em questão. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de patente, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais patentes, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p> <p>Indeferimento do pedido de patentes – Ocorre quando o examinador considera que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Registro nº 0800065-4 Curativo auto-adesivo para punções em hemodíalise	Até 17/04/2028	<p>As patentes podem ser extintas nas seguintes situações:</p> <p>1) Falta de pagamento das taxas oficiais dos escritórios nacionais de patentes;</p> <p>2) Falta de resposta da empresa aos pareceres dos escritórios nacionais;</p> <p>3) Expiração do prazo de vigência;</p> <p>4) Renúncia de seu titular;</p> <p>5) Caducidade;</p> <p>6) Inobservância de disposições legais;</p> <p>7) Pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro e nas outras jurisdições em que a Companhia é titular de direitos de propriedade intelectual;</p> <p>8) Processo administrativo de nulidade; ou</p> <p>9) Decisão Judicial</p> <p>Indeferimento do pedido de patentes – Ocorre quando o examinador considera que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo</p>	<p>Caso o pedido de registro de patente seja indeferido pelo examinador, abandonado pelo titular, ou objeto de nulidade por terceiros, ou caso o registro da patente seja extinto, a tecnologia nele descrita não poderá ser utilizada de forma exclusiva pela Companhia, ou seja, a Companhia poderá utilizá-la, mas não poderá impedir que terceiros utilizem a tecnologia em questão. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de patente, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais patentes, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
Patentes	Registro nº 1102387-2 Processo de manufatura de malha e produtos derivados	Registro ainda não concedido.	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, ainda não concedido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.</p> <p>A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904206262 para a marca "CM HOSPITALAR", marca nominativa, na Classe NCL(9) 10	Até 22/09/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 004060148 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe NCL(03) 20	Até 03/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 002129949 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 25/10	Até 25/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 002460912 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Nd(7) 25	Até 14/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 002491516 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 24</p>	Até 21/03/2031	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 004510631 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 24</p>	Até 16/08/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 004511794 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl 8(05)</p>	Até 18/08/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 007531214 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 25/10.20.40</p>	Até 18/08/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 007573251 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 03/20</p>	Até 18/08/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 007573308 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl 8(21)</p>	Até 21/12/2022	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 200064916 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl 08(10)</p>	<p>Até 18/08/2022</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 608547123 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl 08(24)</p>	<p>Até 27/10/2031</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 760304963 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl 08(17)</p>	<p>Até 14/12/2022</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 770271073 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 40/15</p>	<p>Até 28/02/2024</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 811392074 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 17/10.20</p>	<p>Até 18/06/2025</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 815422873 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 05/50</p>	<p>Até 25/02/2022</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 818013931 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20</p>	Até 15/10/2026	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 818751363 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20</p>	Até 07/10/2027	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818751371 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20	Até 07/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 818751380 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20	Até 07/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818751398 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20	Até 07/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 818751401 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe 03/20	Até 07/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 819819174 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe 03/20</p>	<p>Até 31/08/2029</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 822552485 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(7)03</p>	<p>Até 19/09/2026</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>

### 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 822552493 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe Ncl(7)03</p>	<p>Até 19/09/2026</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 824630742 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 10</p>	<p>Até 29/05/2027</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 824665600 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 03	Até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 824665619 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 03	Até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 824676017 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 03</p>	<p>Até 12/08/2024</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 824676033 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 05</p>	<p>Até 29/05/2027</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 827713983 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(8) 05</p>	<p>Até 04/12/2027</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 829696563 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(9) 37</p>	<p>Até 17/08/2030</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840083521 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(10) 05	Até 12/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 840083530 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(10) 05	Até 12/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903388731 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(9) 10	Até 01/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 903388812 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(9) 10	Até 01/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 903389142 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(9) 25</p>	<p>Até 01/07/2024</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	
<p>Marcas</p> <p>Registro nº 903389169 para a marca "CREMER", marca nominativa, na Classe Ncl(9) 25</p>	<p>Até 01/07/2024</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.</p>	

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914309323 para a marca "BASTONETES TOPZ", marca nominativa, na Classe Ncl(11) 03	Até 06/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 914600630 para a marca "Cremer", marca nominativa, na Classe Ncl(11) 05	Até 09/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916619192 para a marca "TOPZ BABY", marca nominativa, na Classe Ncl(11) 05	Até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 904206190 para a marca "CM HOSPITALAR", marca nominativa, na Classe NCL (9) 5	Até 22/09/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840083530 para a marca "TOPZ", marca nominativa, na Classe NCL(10) 05	Até 12/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 906892210 para a marca "FLEXICOTTON", marca mista, na Classe NCL(10) 35	Até 12/07/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921664141 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(05)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 840094671 para a marca "TECNOCOLD MEDICAMENTOS E VACINAS", marca mista, na Classe NCL (10)	Até 31/03/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840094680 para a marca "TECNOCOLD MEDICAMENTOS E VACINAS", marca mista, na Classe NCL (10)	Até 31/03/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Registro nº 840094698 para a marca "TECNOCOLD MEDICAMENTOS E VACINAS", marca mista, na Classe NCL (10)	Até 31/03/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906891891 para a marca "BELLACOTTON", marca mista, na Classe NCL(10) 05	Até 12/07/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.
Marcas	Pedido de Registro nº 921664176 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(10)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921664184 para a marca "VIVEO", marca nominativa, na Classe NCL(35)	Pedido de registro em 21/12/20	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a concessão da marca se dá quando todas as vias recursais se esgotam. Geralmente, após o pedido realizado junto ao INPI, estima-se um prazo de 7 a 8 meses para que seja analisado o pedido e intimado terceiros para oposição e, caso não haja, a marca é registrada em nome do Requerente. Após a concessão do registro, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Biogenetix Importação e Exportação Ltda.	08.427.422/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Comércio e assessoria comercial de produtos hospitalares, laboratoriais, suas peças e acessórios, medicamentos, kits e equipamentos para diagnósticos em análises, clínicas, assistência técnica, importação e exportação.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000		0,00	31/12/2020	29.545.000,00		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Biogenetix é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Viveo para complemento de portfólio.								
Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda	02.856.983/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Pires	Comércio de produtos e materiais para laboratório clínico e hospitalar, serviços de manutenção, locação e comodato de equipamentos em geral; representações comerciais de instrumentos e materiais médico-cirúrgicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000		0,00	31/12/2020	25.254.000,00		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Byogene é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Viveo para complemento de portfólio.								

### 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cremer S.A.	82.641.325/0001-18	-	Controlada	Brasil	SC	Blumenau	Exploração da indústria e do comércio de produtos para a saúde, instrumentos, equipamentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios, produtos têxteis (tecidos e não tecidos), adesivos cirúrgicos e fitas adesivas industriais, cosméticos, de perfumaria e higiene e limpeza, comércio de medicamentos, de saneantes e de produtos de uso veterinário, produtos alimentícios em geral, de papelaria e de escritório, além de atividades florestais, agropastoris, de informática, imobiliárias (administração, aluguel, compra e venda de bens imóveis próprios), e de prestação de serviços, bem como deter participação em outras sociedades.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020	12,200000	0,000000	17,322,000,00	31/12/2020	660.037.000,00			
31/12/2019	-1,700000	0,000000	3,758,000,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Diagnóstica Serviços Ltda.	35.375.188/0001-37	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Pires	Comércio e prestação de serviços tecnológicos, assistência técnica e assessoria científica de equipamentos para laboratório clínico e hospitalar e materiais para uso médico-cirúrgico, odontológicos e laboratoriais em geral.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Diagnóstica Serviços Ltda. é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Vivevo para complemento de portfólio. A Companhia é a única fornecedora relevante do mercado com presença em produtos pré-analíticos e em produtos para processo de análises clínicas. A intenção é ampliar a atuação no segmento de atendimento a medicina diagnóstica pois é complementar no ecossistema Vivevo. Em 2020 foram adquiridas 3 distribuidoras de reagentes da Roche.								

### 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	06.234.797/0001-78	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Comércio, distribuição, armazenamento, expedição, importação, exportação, representação e transporte de produtos, tais como medicamentos (inclusive sujeitos a controle especial), drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e produtos de perfumaria, produtos de higiene, instrumentos, equipamentos e materiais para uso odontológico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório, farmacêuticos em geral e produtos para saúde em todas as modalidades; alimentos nutricionais, produtos alimentícios em geral, produtos em geral sem predominância de alimentos ou de insumos.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020		0,000000		0,00	31/12/2020	339.770.000,00		
31/12/2019		0,000000		0,00				
31/12/2018		0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Expressa é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Vivevo para complemento de portfólio. A aquisição da Expressa significou a ampliação do braço de distribuição hospitalar e clínicas da Companhia, observada a sua proximidade com a indústria farmacêutica, time comercial e liderança nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.								
Far.Me Farmacoterapia Otimizada S.A.	25.228.539/0001-23	-	Coligada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, produtos alimentícios embalados e industrializados, produtos de higiene e cosméticos, produtos ortopédicos, serviços de entrega rápida e dispensação remota de medicamentos, atividades de atenção ambulatorial, administração de medicamentos injetáveis e outras atividades de atenção humana como aferição de parâmetros fisiológicos e bioquímicos, atenção farmacêutica domiciliar, atividades de profissionais da área de saúde, consultório farmacêutico, educação em saúde, revisão da farmacoterapia, conciliação de medicamentos, acompanhamento da farmacoterapia e gestão em saúde.	35,710000
<b>Valor mercado</b>								

### 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Brasil	31/12/2020	4.925.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
<p>A Far.me é uma empresa coligada da Companhia (35,71% de participação no capital social), e está inserida no ecossistema Vívoo para complemento de portfólio. Tem como objetivo atender um mercado altamente fragmentado de distribuição de medicamentos para o consumidor final e se posiciona como uma farmácia on-line com um modelo de negócio baseado em uma assinatura mensal para pacientes crônicos e idosos que precisam de medicamentos recorrentes. A Companhia acredita estar em uma posição diferenciada para capturar esta oportunidade devido aos relacionamentos comerciais existentes e sua capacidade ampla de distribuição.</p>								
Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A.	02.003.095/0001-22	-	Controlada	Brasil	SC	Santo Amaro da Imperatriz	Industrialização, distribuição, importação, exportação, comércio atacadista e varejista de produtos de higiene pessoal, cosméticos, produtos de perfumaria e para saúde; transporte rodoviário de cargas; armazenagem de produtos; indústria de alvejamento de algodão e fios; beneficiamento de algodão; comércio atacadista de algodão.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00		31/12/2020	88.187.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
<p>A Flexicotton é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Vívoo para complemento de portfólio. Braço industrial de produtos para cuidados pessoais e higiene que se consolidou ao longo dos últimos anos como uma das maiores empresas fabricantes de produtos de saúde de marca própria para os grandes varejistas do Brasil e amplia/complementa o portfólio de produtos para saúde.</p>								



### 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Health Logística Hospitalar S.A.	18.320.396/0001-10	-	Controlada	Brasil	SP	Cajamar	Transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de cargas em geral, atuando principalmente no transporte de cargas médico-hospitalares, inclusive realizando o transporte de produtos perigosos, incluídos material biológico humano em geral, como sangue, excrementos, sêmen, materiais para biópsias, entre outros; atividades de operador de transporte multimodal, envolvendo a organização do transporte de carga nacional e internacional por mais de uma modalidade; participação em outras sociedades, como sócia controladora ou não; organização logística do transporte de cargas e o depósito de mercadorias para terceiros, exceto guarda móveis, podendo, inclusive, exercer a atividade de armazen geral, com emissão de Warrants.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020	0,000000	0,000000		0,00	31/12/2020	606.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Health Logística Hospitalar S.A. é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Vívoo para complemento de portfólio e para elevar o nível e a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus clientes, melhorando o controle de toda a cadeia logística.								
<b>Valor mercado</b>								
Tecnocold – Promoção de Vendas e Participações Ltda.	04.212.286/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Atividades de escritório de promoção de vendas, sem comercialização, bem como participação em outras sociedades.	99,990000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2020	-3,800000	0,000000		0,00	31/12/2020	11.562.000,00		
31/12/2019	84,800000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Tecnocold é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Vívoo para complemento de portfólio. Empresa especializada em soluções para vacinas e com expertise na gestão e distribuição para o mercado privado. Além da expansão do portfólio para uma das categorias que mais crescem globalmente, garante acesso à Companhia ao canal de vacinação onde a Companhia até então tinha pouca presença.								

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	08.767.786/0001-89	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Comércio atacadista, varejista, importação e representação de equipamentos, instrumentos, peças, acessórios e materiais para uso hospitalar e de laboratório, serviços de transporte rodoviário de carga, serviços de locação, instalação, manutenção, parametrização, interfaceamento de equipamentos hospitalares e laboratoriais.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000		0,00	31/12/2020	23.100.000,00		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A Vitalab é 100% controlada pela Companhia, e está inserida no ecossistema Viveo para complemento de portfólio.								

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia celebrou contratos de licenciamento de marca relevantes, os quais lhe autorizam a utilizar marcas de terceiros, dentre as quais destacam-se as pertencentes às franquias "Baby Shark", "Powerpuff Girls", "Adventure Time", "Meu Malvado Favorito" e "Patrulha Canina".

Em resumo, estes contratos dispõem que a Companhia tem o direito de utilizar as marcas dos terceiros em seus produtos e, em contrapartida, devem pagar percentual da receita a título de royalties e se comprometer a investir certos recursos no marketing dos produtos. Também cabe ressaltar que as hipóteses de rescisão destes contratos não são claras, de forma que existe risco de rescisão antecipada pelos terceiros licenciadores.

Ademais, alguns destes contratos estão aproximando-se do vencimento. Entretanto, a Companhia informa que está negociando sua renovação junto aos licenciadores.

Por fim, a Companhia ressalta que estes contratos não representam faturamento significativo nos negócios da Companhia.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Introdução**

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Cabe ressaltar que, em 30 de abril de 2020, a Companhia adquiriu a Biogenetix Importação e Exportação Ltda. ("Biogenetix"), a Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. ("Byogene") e Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. ("Vitalab"). Em 01 de junho de 2020, a Companhia adquiriu a Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("Expressa") e em 2 de outubro de 2020 adquiriu a Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. ("Flexicotton"), passando a consolidar os balanços e seus resultados apenas a partir das referidas datas.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, ressalvado o disposto no item 10.9.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores do grupo da Companhia ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamento Circulante	599.285	84.055	105.647
Debentures Circulante	135.175	140.534	105.917
Empréstimos e Financiamento Não Circulante	164.362	159.774	155.954
Debentures Não Circulante	247.011	310.133	434.627
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.145.833</b>	<b>694.496</b>	<b>802.145</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(937.334)	(273.685)	(291.818)
Aplicações Financeiras Circulante	(97.500)	(5.044)	(10.304)
Aplicações Financeiras Não Circulante	-	-	(5.125)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>110.999</b>	<b>415.767</b>	<b>494.898</b>

(R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
<b>Dívida Líquida</b>	110.999	415.767	494.898
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado</b>	0,34	1,80	2,71
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.201.028	381.853	354.596

A Companhia apresentou uma redução de 78% em sua Dívida Líquida de 2018 (R\$494.898 mil) para 2020 (R\$110.999 mil). Adicionalmente, apresenta nível de endividamento que seus diretores consideram baixo e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades que surjam no setor, e acredita ter uma geração de caixa suficiente para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os diretores entendem que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para suas atividades operacionais.

Avaliando a Companhia pelo índice de liquidez corrente, é possível demonstrar que nos últimos três exercícios sociais, o montante do ativo circulante era superior ao montante do passivo circulante em mais de 1,39 vezes.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Em 31 de dezembro de (R\$ milhares)	2020	2019	2018
Ativo Circulante	2.870.295	1.273.332	1.318.385
Passivo Circulante	2.064.600	886.494	895.163
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,39	1,44	1,47

**b. Estrutura de capital**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$979.957, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 248.079.360 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

(R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de:		
	2020	2019	2018
Passivo Circulante (a)	2.064.600	886.494	895.163
Passivo Não Circulante (b)	1.329.591	822.596	905.172
Patrimônio Líquido e participação dos não controladores (c)	1.201.028	381.853	354.596
Total (d)	4.595.219	2.090.943	2.154.931
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	73,86%	81,74%	83,54%
Capital Próprio (c/d)	26,14%	18,26%	16,46%

Nos últimos três anos, a Companhia apresentou aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com redução significativa do endividamento líquido, principalmente em razão de geração de caixa operacional e aumento do capital social da Companhia (por meio de aportes de capital pelos seus sócios).

As principais contas que compunham Capitais de Terceiros, na data de 31 de dezembro de 2020, eram R\$1.020.645 mil referentes a Fornecedores e R\$1.145.833 mil referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures. À data de 31 de dezembro de 2020, R\$979.957 mil eram referentes a Capital Social.

(R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Dívida Bruta	1.145.833	694.496	802.145
Dívida Líquida	110.999	415.767	494.898
Lucro Líquido	121.766	35.747	35.057
EBITDA Ajustado	327.556	230.561	182.740
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,3x	1,8x	2,7x

## **10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação dívida líquida sobre o EBITDA, conforme demonstrado na tabela acima, continua em nível que acreditam ser confortável.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em milhares de R\$	Exercício Encerrado em		
	2020	2019	2018
<b>Balço Consolidado</b>			
<b>Total do ativo circulante</b>	2.870.295	1.273.332	1.376.221
<b>Total do ativo não circulante</b>	1.724.924	817.611	778.710
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.595.219</b>	<b>2.090.943</b>	<b>2.154.931</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	2.064.600	886.494	895.163
<b>Total do passivo não circulante</b>	1.329.591	822.596	905.172
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.394.191</b>	<b>1.709.090</b>	<b>1.800.335</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	1.201.028	381.853	354.596
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.595.219</b>	<b>2.090.943</b>	<b>2.154.931</b>
<b>Índice de Liquidez Geral <sup>(1)</sup></b>	1,4x	1,2x	1,2x
<b>Índice de Liquidez Corrente <sup>(2)</sup></b>	1,4x	1,4x	1,5x

(1) O índice de liquidez geral é representado pela divisão do ativo total pelo passivo total.

(2) O índice de liquidez corrente é representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, os diretores acreditam que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros. À mesma data, R\$734.460 mil em Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estavam no Passivo Circulante. A posição de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras da Companhia era de R\$1.034.834 mil, superando em 40,9% as obrigações de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures no Passivo Circulante.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia é ativa no mercado de capitais no sentido de buscar linhas de financiamento atrativas para financiar o seu crescimento, investimentos e reduzir o seu custo de dívida. Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram (informações do consolidado):



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Em 2018:

Emissão de ACC no valor de R\$ 8.500.000,00

Captação de NCE no valor de R\$ 20.000.000,00

Captação de CCE no valor de R\$ 17.000.000,00

Captação de 4131 – empréstimo estrangeiro no valor de R\$ 50.000.000,00

### Em 2019:

Captação 4131 – empréstimo estrangeiro no valor de R\$ 60.000.000,00

Captação de FRN no valor de R\$ 17.000.000,00

### Em 2020:

Captação 4131 – empréstimo estrangeiro no valor de R\$ 50.000.000,00

Captação 4131 – empréstimo estrangeiro no valor de R\$ 80.000.000,00

2ª Emissão de Debentures no valor de R\$ 65.000.000,00

Captação de CCBs no valor de R\$ 375.000.000,00

Aumento de Capital Social integralmente subscrito pelo acionista Genoma VI Fundo de Investimento em Participações no montante de R\$725.830 mil efetuado em abril de 2020

Maior detalhamento das linhas de financiamento em aberto da Companhia pode ser encontrado no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

### ***e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

A Companhia não apresentou deficiências de liquidez nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. No entanto, no caso de um cenário no qual a necessidade de recursos não possa ser suportada com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

### ***f. Níveis de endividamento e características das dívidas***

#### **i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 763.647 mil, enquanto o de debêntures era de R\$ 382.186 mil, os quais somados totalizam o montante de R\$ 1.145.833 mil; enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$1.034.834 mil. Em 31 de dezembro de 2020, 36% da dívida bruta tinha perfil de longo prazo, comparado a 68% e 74% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

<b>(R\$ milhares)</b>	<b>Saldo</b>
<b>Ano de vencimento</b>	
2021	734.460
2022 e 2023	234.294
2024 em diante	177.079
<b>Total</b>	<b>1.145.833</b>

Os diretores da Companhia acreditam que o perfil da dívida é confortável face seus compromissos e geração de caixa, e que a mesma está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se e conforme necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição da dívida bruta da Companhia para as datas indicadas:

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros incidentes</b>	<b>Consolidado</b>	
		<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Moeda nacional</b>			
Aquisição de imobilizado (Finame e Finimp)	2,00 a 12,00% a.a.	4.699	6.731
Crédito rural	8,00% a 8,60% a.a.	-	10.268
Aquisição do imobilizado	5,00% a 15,00% a.a.	221	2.129
Capital de giro	CDI + VC USD	71.088	17.392
Capital de giro	CDI + 1,90 % a.a.	172.605	-
Capital de giro	6,00% a 16,00% a.a.	83.480	-
ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	4,78% a.a.	-	1.036
Crédito à exportação	CDI +1,70% a.a.	14.377	27.141
Nota de taxa de flutuação	CDI +1,51% a.a.	20.171	40.695
Notas comerciais	CDI +1,79% a.a.	31.909	44.682
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	6,00% a 16,00% a.a.	692	58
CCB – Cédula de Crédito Bancário	CDI + 1,90% a.a.	207.133	-
		<b>606.375</b>	<b>150.132</b>
<b>Moeda estrangeira</b>			
Capital de giro em moeda estrangeira (EUR)	CDI + 2,00% a 18,00% a.a.	23.438	33.079
Capital de giro em moeda estrangeira (USD)	CDI +1,93% a.a.	133.834	60.618
		<b>157.272</b>	<b>93.697</b>
<b>Total</b>		<b>763.647</b>	<b>243.829</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Circulante	599.285	84.055
Não circulante	164.362	159.774

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos nas seguintes modalidades, a saber:

### **FINAME e Leasing:**

Estas modalidades de empréstimos têm por finalidade financiar investimentos em máquinas e equipamentos utilizados no processo construtivo da Companhia. As taxas de juros aplicáveis a estes empréstimos são: (i) para FINAME, conforme a operação, juros fixos de 3,0% a 6,0% ao ano; e (ii) para Leasing, conforme a operação, juros variáveis com margens sobre o CDI de 3,8% a 12% ao ano. Estas operações são garantidas pelas próprias máquinas e equipamentos adquiridos com os empréstimos e foram contratadas junto, principalmente, aos bancos Bradesco e Banco do Brasil. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$4.699 mil.

### **Cédula de Crédito Bancário:**

Operações contratadas com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia. As taxas de juros são variáveis de acordo com o CDI variam de 1,72% a 5,16% e os prazos de vencimento, de 1 a 6 anos. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$207.133 mil.

### **Debêntures:**

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Os recursos captados pela Companhia possuem a finalidade de reforçar o capital de giro e/ou caixa. Segue a descrição das debêntures vigentes do grupo:

#### **1ª emissão de Debêntures - Controladora**

Em 27 de dezembro de 2017, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de março de 2026, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 400.000 mil;

Datas: (a) emissão: 27 de dezembro de 2017 e (b) vencimento: 27 de março de 2026;

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Amortização: trimestral, com início de pagamento ao final do 24º mês, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,40%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos trimestralmente, a partir da data da emissão com carência de 24 meses, sendo o primeiro pagamento em 27 de dezembro de 2019 e o último pagamento devido na data do vencimento.

### 2ª emissão de Debêntures - Controladora

Em 27 de maio de 2020, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de maio de 2021, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2020. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 65.000 mil;

Datas: (a) emissão: 27 de maio de 2020 e (b) vencimento: 27 de maio de 2021;

Amortização: não estão sujeitas à amortização extraordinária

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 1,56%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos em parcela única, na data de vencimento.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2020 era de R\$382.186 mil.

### Empréstimos em Moedas Estrangeiras:

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Em dezembro de 2018 a controlada Cremer S.A. contratou com o Banco do Brasil um empréstimo de € 11.000 mil. Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de SWAP foi contratado na mesma data, com mesmo vencimento e com valor nocional também de € 11.000 mil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de nocional do contrato era de € 3.666 mil (€ 7.333 mil em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Expressa mantém com o Banco Santander um empréstimo de USD 5.884 mil e outro de USD 1.685 mil. Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de SWAP foi contratado na mesma data, com mesmo vencimento e com valor nocional também de USD 5.884 mil e USD 1.685 mil respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de nocional dos contratos eram de USD 4.119 mil e USD 842 mil, respectivamente.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob a modalidade de empréstimos em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2020 era de R\$157.272 mil.

Abaixo, uma breve descrição dos instrumentos de empréstimo da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

Empréstimos, Financiamentos e Dívidas							
#	Linha de Crédito	Instituição Financeira	Indexador	Garantia	Amortização	Vencimento	Valor Captado (em R\$ milhares)
1	CCB nº 1023779	Santander	CDI+1,09% a.a.	Standby Letter of Credit Avalista: Cremer S.A.	bullet	06/03/2020 – 08/03/2021	50.000
2	Proposta de Financiamento BNDES Finame nº 8906831	Bradesco	3,00% a.a.	Phenom 300 / VLJ - 505 (Bem financiado)	mensal	25/01/2013 – 25/01/2023	20.800
3	CCB nº 1015565	Santander	CDI + 1,80% a.a.	Standby Letter of Credit Avalista: Cremer S.A.	trimestral	02/08/2019 – 31/08/2021	17.000
4	CCB nº 7347920	ABC Brasil	CDI + 1,90% a.a.	Cessão fiduciária de títulos Avalista: Cremer S.A.	bullet	29/06/2020 – 24/06/2021	50.000
5	CCB 006476213	Safra	CDI + 1,95% a.a.	Cessão fiduciária de Aplicações Financeiras Avalista: Cremer S.A.	bullet	29/06/2020 – 29/06/2021	65.000
6	1ª Emissão de Debêntures	N/A	CDI + 2,40% a.a.	Cessão fiduciária de duplicatas Fiadora: Health Logística Hospitalar S.A.	trimestral	21/12/2017 – 27/12/2025	400.000
7	2ª Emissão de Debêntures	N/A	CDI + 1,56% a.a.	Garantia Fidejussória Fiadora: Cremer S.A.	bullet	14/05/2020 – 27/05/2021	65.000
8	Contrato de Empréstimo	Banco do Brasil	CDI + 1,60% a.a.	Standby Letter of Credit	semestral	14/12/2018 – 14/12/2021	48.510

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

	Externo nº 18L01306802						
9	CCB nº 1016368	Santander	CDI + 1,27% a.a.	Standby Letter of Credit Avalista: CM Hospitalar S.A.	semestral	24/09/2019 – 05/09/2023	60.000
10	CCB nº 1025756	Santander	CDI + 1,85% a.a.	Cessão fiduciária de Direitos Creditórios Avalista: CM Hospitalar S.A	bullet	09/04/2020 – 09/03/2021	80.000
11	CCE nº 1291496	China Construction Bank	CDI + 1,70% a.a.	Cessão fiduciária de Duplicatas	trimestral	13/04/2018 – 13/04/2021	17.000
12	Contrato de Câmbio nº 00018619247 1	Santander	CDI + 2,01% a.a.	Cessão fiduciária de Duplicatas	semestral	05/09/2018 – 10/08/2021	50.000
13	CCB nº 1297406	China Construcion Bank	CDI + 1,90% a.a.	Cessão fiduciária de Direitos Creditórios Avalista: CM Hospitalar S.A	bullet	30/06/2020 – 01/07/2021	40.000
14	NCE nº 201800068	Bradesco	CDI + 1,93% a.a.	Avalista: CM Hospitalar S.A	semestral	13/04/2018 – 21/03/2023	20.000
15	Nota Promissória	Safra	CDI + 1,79% a.a.	Avalista: CM Hospitalar S.A	semestral	10/10/2018 – 10/10/2023	50.000
16	CCB nº 7347820	ABC Brasil	CDI + 1,90% a.a.	Cessão fiduciária de Aplicações Financeiras Avalista: CM Hospitalar S.A	bullet	29/06/2020 – 24/06/2021	80.000
17	CCB nº 34340143	Banco do Brasil	CDI + 1,57% a.a.	Avalista: CM Hospitalar S.A.	mensal	18/06/2019 – 28/05/2021	20.000
18	CCB nº 343401367	Banco do Brasil	CDI + 1,81% a.a.	Avalista: CM Hospitalar S.A.	anual	18/10/2019 – 16/10/2022	18.700
19	CCB nº 1022460	Santander	4,51% a.a.	Avalista: CM Hospitalar S.A. e Cremer S.A.	trimestral	06/02/2020 – 25/07/2020	25.000

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 10.1(f) acima.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

A Companhia contrata outras modalidades de financiamento que contam com garantias reais, a saber:

Operações de Leasing: o ativo objeto do financiamento é oferecido como garantia à instituição financeira.

FINAME: o ativo objeto do financiamento é oferecido como garantia à instituição financeira.

Exceto por tais situações, de acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhum tem precedência com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) alienação de ativos da Companhia;
- (c) emissão de novas dívidas e valores mobiliários;
- (d) distribuição de dividendos; e
- (e) descumprimento de determinados índices financeiros, conforme se segue:

Índice de Endividamento: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0.

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- (a) Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA, calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,5;
- (b) Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 todos os índices e demais obrigações foram cumpridas.

### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados.

### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## **10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

As variações relevantes nos itens das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as IFRS.



**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****BALANÇO PATRIMONIAL**

**Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019.**

Ativo

Ativo (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 31/12/2020 X 31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>					
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	937.334	20,4%	273.685	13,1%	242,5%
<b>Aplicações financeiras</b>	97.500	2,1%	5.044	0,2%	1833,0%
<b>Contas a receber de clientes</b>	978.549	21,3%	515.383	24,6%	89,9%
<b>Estoque</b>	715.925	15,6%	378.900	18,1%	88,9%
<b>Tributos a recuperar</b>	80.380	1,7%	42.052	2,0%	91,1%
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	11.737	0,3%	723	0,0%	1.523,4%
<b>Direito de reembolso</b>	1.998	0,0%	27.829	1,3%	-92,8%
<b>Outros Ativos</b>	46.423	1,0%	29.716	1,4%	56,2%
<b>Transação com partes relacionadas</b>	449	0,0%	-	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	2.870.295	62,5%	1.273.332	60,9%	125,4%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Contas a receber de clientes</b>	9.155	0,2%	1.222	0,1%	649,2%
<b>Tributos a recuperar</b>	152.433	3,3%	4.357	0,2%	3398,6%
<b>Depósitos judiciais</b>	280.589	6,1%	5.309	0,3%	5185,2%
<b>Ativo fiscal diferido</b>	38.927	0,8%	37.734	1,8%	3,2%
<b>Direito de reembolso</b>	1.093	0,0%	15.879	0,8%	(93,1%)
<b>Outros ativos</b>	891	0,0%	3.508	0,2%	(74,6%)
<b>Investimentos</b>	4.397	0,1%	-	-	-
<b>Imobilizado</b>	223.035	4,9%	131.584	6,3%	69,5%
<b>Intangível</b>	880.391	19,2%	498.198	23,8%	76,7%
<b>Direito de uso de ativo</b>	134.013	2,9%	119.820	5,7%	11,8%
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	1.724.924	37,5%	817.611	39,1%	111,0%
<b>Total do Ativo</b>	4.595.219	100,0%	2.090.943	100,0%	119,8%

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o somatório das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$1.034.834 mil, apresentando um aumento de 271,3% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 278.729 mil. Este aumento do caixa deveu-se, principalmente, a geração de caixa operacional e ao aumento do capital social da Companhia integralmente subscrito pelo acionista Genoma VI Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia no valor de R\$725.830 mil, para fazer frente às aquisições realizadas em 2020 e potenciais aquisições futuras.

Contas a Receber de Clientes (circulante e não circulante)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes, circulante e não circulante, era de R\$987.704 mil, 91,2% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$516.605mil. Esse aumento deveu-se, principalmente a aquisição da Expressa, cujo saldo de contas a receber de clientes era de R\$271.890 mil em 31 de dezembro de 2020, e ao crescimento orgânico da receita, que foi de 17,0% do ano de 2019 para 2020.

### Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de estoques era de R\$715.925 mil, 88,9% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$378.900 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente a aquisição da Expressa, cujo saldo de estoque era de R\$200.727 mil em 31 de dezembro de 2020, e ao crescimento orgânico da receita líquida, que foi de 17,0% do ano de 2019 para 2020.

### Tributos a Recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos a recuperar era de R\$232.813 mil, 401,7% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$46.409 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao ganho do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS no valor de R\$137.936 mil (transitado em julgado), em 31 de dezembro de 2020, na controlada Cremer.

### Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Depósitos Judiciais era de R\$280.589 mil, 5.185,2% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$5.309 mil. O aumento apresentado deveu-se principalmente pela aquisição da Expressa. Essa subsidiária tem recolhido em juízo o Diferencial de Alíquota (DIFAL) de ICMS sobre vendas interestaduais de seu Centro de Distribuição no Distrito Federal, com base na ADI 5439<sup>1</sup>. O saldo do depósito judicial referido era de R\$274.860 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Direito de reembolso (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de direito de reembolso era de R\$3.091 mil, 92,9% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$43.708 mil. O direito de reembolso foi constituído em 2016 após o primeiro investimento na Companhia (investimento realizado pela Cromossomo Participações IV S.A.). À data da aquisição, foram levantadas potenciais contingências não materializadas, e, conforme o Acordo de Compra e Venda de Ações, foi registrado o direito de reembolso em favor da Companhia em caso de materialização das contingências. A redução

---

<sup>1</sup> Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5439

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

apresentada deveu-se, principalmente pela não materialização das contingências, e, portanto, houve a reversão do direito de reembolso.

### Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de instrumentos financeiros derivativos atingiu R\$11.737 mil, 1.523,4% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 723 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente a aquisição da Expressa, que possuía em 31 de dezembro de 2020 R\$4.467 mil em instrumentos financeiros ativos, e R\$7.270 mil de instrumentos financeiros ativos na controlada Cremer, referente a endividamento em moeda estrangeira, com 100% de Swap cambial.

### Outros Ativos (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outros ativos era de R\$47.314 mil, 42,4% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$33.224 mil. Esse aumento deveu-se principalmente às aquisições das empresas que foram feitas em 2020, que contribuíram para que o saldo de adiantamento a fornecedores saísse de R\$ 2.822 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 16.816 em 31 de dezembro de 2020.

### Imobilizado

O ativo imobilizado totalizou R\$223.035 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 69,5% em relação ao valor de R\$131.584 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, principalmente às aquisições realizadas ao longo de 2020, que adicionaram ao imobilizado da Companhia R\$63.858 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Intangível

O ativo intangível totalizou R\$880.391 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 76,7% em relação ao valor de R\$498.198 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, principalmente a aquisição da Expressa, que gerou um ágio de aquisição no valor de R\$181.730 mil.

### Direito de Uso de Ativo

O direito de uso de ativo totalizou R\$134.013 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 11,8% em relação ao valor de R\$119.820 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, principalmente a aquisição de Flexicotton, cujo saldo de Direito de Uso de Ativo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$10.224 mil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 31/12/2 020 X 31/12/2 019
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	955.882	20,8%	477.951	22,9%	100,0%
Fornecedores – <i>reverse factoring</i>	64.763	1,4%	9.891	0,5%	554,8%
Empréstimos e financiamentos	599.285	13,0%	84.055	4,0%	613,0%
Debêntures	135.175	2,9%	140.534	6,7%	-3,8%
Salários e obrigações sociais a pagar	77.494	1,7%	72.054	3,4%	7,5%
Tributos a recolher	60.327	1,3%	48.059	2,3%	25,5%
Tributos a recolher parcelados	2.873	0,1%	-	0,0%	N/A
Adiantamentos de clientes	14.925	0,3%	729	0,0%	1.947,3%
Dividendos a pagar	49.081	1,1%	8.856	0,4%	454,2%
Passivo de arrendamento	50.785	1,1%	29.342	1,4%	73,1%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.551	0,1%	-	0,0%	N/A
Outros passivos	51.459	1,1%	15.023	0,7%	242,5%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.064.600</b>	<b>44,9%</b>	<b>886.494</b>	<b>42,4%</b>	<b>132,9%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	164.362	3,6%	159.774	7,6%	2,9%
Debêntures	247.011	5,4%	310.133	14,8%	(20,4%)
Obrigações por aquisição de investimento	362.231	7,9%	179.818	8,6%	101,4%
Tributos a recolher	405	0,0%	2.389	0,1%	(83,0%)
Tributos a recolher parcelados	12.702	0,3%	-		
Tributos diferidos	29.271	0,6%	41.875	2,0%	(30,1%)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	336.290	7,3%	28.149	1,3%	1094,7%
Passivo de arrendamento	101.125	2,2%	99.799	4,8%	1,3%
Outros passivos	76.194	1,7%	659	0,0%	11461,8 %
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.329.591</b>	<b>28,9%</b>	<b>822.596</b>	<b>39,3%</b>	<b>61,6%</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.201.028</b>	<b>26,1%</b>	<b>381.853</b>	<b>18,3%</b>	<b>214,5%</b>
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>4.595.219</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.090.943</b>	<b>100,0 %</b>	<b>119,8%</b>

### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R\$955.882 mil, um aumento de 100,00% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$477.951 mil. Esse aumento se deu principalmente pela aquisição da Expressa, cujo saldo de fornecedores era de R\$238.249 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Fornecedores – *reverse factoring*

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta "Fornecedores – *reverse factoring*" correspondeu a R\$64.763 mil, um aumento de 554,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$9.891 mil. Esse aumento se deu principalmente pela aquisição da Expressa, cujo saldo de fornecedores era de R\$238.249 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta "Empréstimos e Financiamentos" correspondeu a R\$763.647 mil, um aumento de 213,2% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$243.829 mil. Esse aumento deveu-se principalmente à aquisição da Expressa, cujo saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$172.605 mil e a captação de uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) em 2020, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$207.133 mil, como estratégia para rolagem de dívida.

### Debêntures (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta "Debêntures" correspondeu a R\$382.186 mil, uma redução de 15,2% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$450.667 mil. Essa redução deveu-se, principalmente à amortização de R\$120.000 mil e emissão de R\$65.000 mil de debêntures em 2020.

### Tributos a recolher (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta "Tributos a recolher" correspondeu a R\$60.732 mil, um aumento de 20,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$50.448 mil. Esse aumento se deu principalmente pela aquisição da Expressa, cujo saldo de tributos a recolher era de R\$21.296 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta "Tributos diferidos" correspondeu a R\$29.271 mil, uma redução de 30,1% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$41.875 mil. À data do primeiro investimento na Companhia, realizado pela Cromossomo Participações IV S.A. em 2016, a Companhia reconheceu uma Receita Não Caixa de Direito de Reembolso em caso de Materialização de Contingências identificadas. Sobre essa Receita, incidiram tributos de IRPJ e CSLL, os quais foram diferidos. Com a não materialização das contingências identificadas, é reconhecida uma despesa de reversão do direito de reembolso, e o saldo de Tributos Diferidos relativos ao Direito de Reembolso é baixado. No ano de 2020 a variação de Tributos Diferidos relativos ao Direito de Reembolso foi de R\$14.861 mil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de "adiantamento de clientes" totalizava R\$14.925 mil, correspondendo a um aumento de 1.947,3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, de R\$729 mil. A Companhia entende que essa variação faz parte do curso normal dos negócios, no qual a depender do perfil do cliente, é exigido um adiantamento para entrega futura de materiais e medicamentos.

### Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Durante o curso normal de negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, relacionados a causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e assessorados por consultores legais, a Companhia avalia a necessidade de constituir ou não provisões.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de provisão para contingências totalizava R\$338.841 mil, 1.103,7% acima do valor provisionado em 31 de dezembro de 2019, de R\$28.149 mil. Essa diferença se deu, principalmente, em razão da aquisição da Expressa. A subsidiária tem recolhido em juízo o Diferencial de Alíquota (DIFAL) de ICMS sobre vendas interestaduais de seu Centro de Distribuição no Distrito Federal, com base na ADI 5439<sup>2</sup>. O saldo provisionado era de R\$274.860 mil em 31 de dezembro de 2020.

### Dividendos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos "Dividendos a Pagar" correspondeu a R\$49.081 mil, um aumento de 454,2% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$8.856 mil, principalmente em decorrência do cumprimento do estatuto da Companhia em relação a distribuição de dividendos obrigatório.

### Outros passivos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o item "outros passivos" correspondeu a R\$127.653 mil, um aumento de 714,0% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$15.682 mil, principalmente em decorrência da ação movida pela Companhia para Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$73.891 mil.

### Obrigações por Aquisição de Investimento

---

<sup>2</sup> Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5439

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por aquisição de investimento atingiram R\$362.231 mil, um aumento de 101,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$179.818 mil, principalmente em decorrência das aquisições da Expressa, Flexicotton, Vitalab, Byogene e Biogenetix.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$1.201.028 mil, 214,5% superior aos R\$381.853 mil apresentados em 31 de dezembro de 2019. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao aumento do capital social da Companhia em R\$725.830 mil, realizado pelo Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o qual passou a ser acionista controlador da Companhia, para pagamento das aquisições realizadas em 2020 e potenciais aquisições futuras.

### **Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018.**

### Ativo

Ativo (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 31/12/2019 X 31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	273.685	13,1%	291.818	13,5%	(6,2%)
Aplicações financeiras	5.044	0,2%	10.304	0,5%	(51,0%)
Contas a receber de clientes	515.383	24,6%	459.008	21,3%	12,3%
Estoques	378.900	18,1%	376.853	17,5%	0,5%
Tributos a recuperar	42.052	2,0%	34.288	1,6%	22,6%
Direito de reembolso	27.829	1,3%	135.213	6,3%	(79,4%)
Instrumentos financeiros derivativos	723	0,0%	1.172	0,1%	(38,3%)
Outros ativos	29.716	1,4%	9.729	0,5%	205,4%
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	57.836	2,7%	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>1.273.332</b>	<b>60,9%</b>	<b>1.376.221</b>	<b>63,9%</b>	<b>(7,5%)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras restritas	-	-	5.125	0,2%	(100,0%)
Contas a receber de clientes	1.222	0,1%	1.933	0,1%	(36,8%)
Tributos a recuperar	4.357	0,2%	10.260	0,5%	(57,5%)
Depósitos judiciais	5.309	0,3%	5.611	0,3%	(5,4%)
Ativo fiscal diferido	37.734	1,8%	37.268	1,7%	1,3%
Direito de reembolso	15.879	0,8%	72.151	3,3%	(78,0%)
Outros ativos	3.508	0,2%	2.991	0,1%	17,3%
<b>Investimentos</b>					
Imobilizado	131.585	6,3%	136.438	6,3%	(3,6%)
Intangível	498.198	23,8%	506.932	23,5%	(1,7%)
Direito de uso de ativo	119.820	5,7%	-	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>817.611</b>	<b>39,1%</b>	<b>778.710</b>	<b>36,1%</b>	<b>5,0%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.090.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.154.931</b>	<b>100,0%</b>	<b>(3,0%)</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, o somatório das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$278.729 mil, apresentando uma redução de 7,7% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 302.122 mil. Esta redução do caixa foi consequência do curso normal dos negócios.

### Contas a Receber de Clientes (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes, circulante e não circulante, era de R\$ 516.605 mil, 12,1% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 460.941 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao crescimento da receita líquida de 13,7% de 2018 para 2019.

### Tributos a Recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos a recuperar era de R\$46.409 mil, 4,2% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$44.548 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente ao crescimento da receita líquida de 13,7% de 2018 para 2019.

### Direito de reembolso (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o somatório do direito de reembolso totalizou R\$43.708 mil, apresentando uma redução de 78,9% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 207.364 mil. O direito de reembolso foi constituído em 2016 após o primeiro investimento na Companhia (investimento realizado pela Cromossomo Participações IV S.A.). À data da aquisição, foram levantadas potenciais contingências não materializadas, e, conforme o Acordo de Compra e Venda de Ações, foi registrado o direito de reembolso em favor da Companhia em caso de materialização das contingências. A redução apresentada deveu-se, principalmente pela não materialização das contingências, e, portanto, houve a reversão do direito de reembolso.

### Ativo Permanente

O ativo permanente totalizou R\$629.782 mil em 31 de dezembro de 2019, redução de 2,1% em relação ao valor de R\$ 643.370 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta conta é composta, principalmente, por investimentos, imobilizado e intangível, sendo que a redução verificada no período é decorrente da depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Outros Ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de outros ativos era de R\$ 33.224 mil, 161,2% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 12.720 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente à venda de imóvel no valor de R\$18.961 mil.

### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos instrumentos financeiros derivativos era de R\$ 723 mil, 38,3% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 1.172 mil. Essa redução deveu-se, principalmente a amortização de endividamento com derivativos que eram detidos pela Companhia.

### Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 31/12/2019 X 31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	477.951	22,9%	430.124	20,0%	11,1%
Fornecedores – reverse factoring	9.891	0,5%	7.311	0,3%	35,3%
Empréstimos e financiamentos	84.055	4,0%	105.647	4,9%	-20,4%
Debêntures	140.534	6,7%	105.917	4,9%	32,7%
Salários e obrigações sociais a pagar	72.054	3,4%	69.855	3,2%	3,1%
Tributos a recolher	48.059	2,3%	140.991	6,5%	-65,9%
Adiantamentos de clientes	729	0,0%	25.471	1,2%	-97,1%
Dividendos a pagar	8.856	0,4%	-	-	-
Passivo de arrendamento	29.342	1,4%	-	-	-
Outros passivos	15.023	0,7%	9.847	0,5%	52,6%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>886.494</b>	<b>42,4%</b>	<b>895.163</b>	<b>41,5%</b>	<b>-1,0%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	159.774	7,6%	155.954	7,2%	2,4%
Debêntures	310.133	14,8%	434.627	20,2%	-28,6%
Obrigações por aquisição de investimento	179.818	8,6%	170.123	7,9%	5,7%
Tributos a recolher	2.389	0,1%	2.819	0,1%	-15,2%
Tributos diferidos	41.875	2,0%	120.077	5,6%	-65,1%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28.149	1,3%	21.129	1,0%	33,2%
Passivo de arrendamento	99.799	4,8%	-	-	-
Outros passivos	659	0,0%	443	0,0%	48,8%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>822.596</b>	<b>39,3%</b>	<b>905.172</b>	<b>42,0%</b>	<b>-9,1%</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>381.853</b>	<b>18,3%</b>	<b>354.596</b>	<b>16,4%</b>	<b>8,0%</b>
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>2.090.943</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.154.931</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3,0%</b>

### Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta "Empréstimos e Financiamentos" correspondeu a R\$243.829 mil, uma redução de 6,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$261.601 mil, acompanhando o cronograma de amortização do endividamento da Companhia.

### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta "Fornecedores" correspondeu a R\$477.951 mil, um aumento de 11,1% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$430.124 mil, ocasionado pelo aumento do prazo médio de pagamento de 69 para 86 dias.

### Fornecedores – reverse factoring

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta "Fornecedores – reverse factoring" correspondeu a R\$9.891 mil, um aumento de 35,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$7.311 mil, ocasionado pelo aumento do prazo médio de pagamento de 69 para 86 dias.

### Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de "adiantamento de clientes" totalizava R\$ 729 mil, correspondendo a uma redução de 97,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 25.471 mil, principalmente em decorrência do atendimento de determinadas condições precedentes de contrato de intenção de venda de terrenos e edificações assinado em 6 de março de 2017. Até 31 de dezembro de 2018, a Cremer Administradora havia recebido R\$25 mil a título de adiantamento referente a esse acordo, os quais foram registrados na rubrica "Adiantamento de clientes" no passivo circulante.

### Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Durante o curso normal de negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, relacionados a causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e assessorados por consultores legais, a Companhia avalia a necessidade de constituir ou não provisões.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de provisão para contingências totalizava R\$ 28.149 mil, 33,2% acima do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018, de R\$21.129 mil. Essa diferença se deu, principalmente, em razão do aumento das provisões tributárias.

### Tributos a recolher (circulante e não circulante)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de “tributos a recolher” totalizava R\$ 50.448 mil, correspondendo a uma redução de 64,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 143.810 mil. Na rubrica de tributos a recolher foi registrada a contrapartida ao direito de reembolso que foi constituído em 2016, no contexto do primeiro investimento na Companhia (investimento realizado pela Cromossomo Participações IV S.A.). À data da aquisição, foram levantadas potenciais contingências não materializadas, e, conforme o Acordo de Compra e Venda de Ações, foi registrado o direito de reembolso em favor da Companhia em caso de materialização das contingências. A redução apresentada deveu-se, principalmente pela não materialização das contingências, e portanto, houve a reversão do direito de reembolso e a baixa na rubrica de tributos a recolher.

### Tributos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de “tributos diferidos” totalizava R\$41.875 mil, correspondendo a uma redução de 65,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 120.077 mil. À data do primeiro investimento na Companhia realizado pela Cromossomo Participações IV S.A., em 2016, a Companhia reconheceu uma Receita Não Caixa de Direito de Reembolso em caso de Materialização de Contingências identificadas. Sobre essa Receita, incidiram tributos de IRPJ e CSLL, os quais foram diferidos. Com a não materialização das contingências identificadas, é reconhecida uma despesa de reversão do direito de reembolso, e o saldo de Tributos Diferidos relativos ao Direito de Reembolso é baixado. Em 31 de dezembro de 2019 o valor de Tributos Diferidos referentes ao Direito de Reembolso era de R\$14.861 mil, uma redução de 78,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$70.504 mil.

### Outros Passivos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de “outros passivos” totalizava R\$ 15.682 mil, correspondendo a um aumento de 58,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 10.290 mil, principalmente em decorrência de Provisão de Fretes a Pagar, que em 31 de dezembro de 2019 contabilizava R\$2.121 mil. Em 31 de dezembro de 2018 não haviam valores contabilizados para essa rubrica.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$381.853 mil, 8,0% superior aos R\$354.596 mil apresentados em 31 de dezembro de 2018. A variação desta conta deve-se, principalmente, a incorporação do lucro líquido após distribuição de dividendos obrigatórios ao resultado do período.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO****Demonstrações do Resultado Consolidado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

<b>Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)</b>	<b>Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>% Receita</b>	<b>Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>% Receita</b>	<b>Variação 2020 X 2019</b>
Receita	4.413.421	100,0%	3.003.198	100,0%	47,0%
Custos das mercadorias e dos produtos vendidos	(3.774.950)	(85,5%)	(2.533.751)	(84,4%)	49,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>638.471</b>	<b>14,5%</b>	<b>469.447</b>	<b>15,6%</b>	<b>36,0%</b>
Despesas com vendas	(162.338)	(3,7%)	(137.567)	(4,6%)	18,0%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.216)	(0,1%)	(1.982)	(0,1%)	11,8%
Despesas gerais e administrativas	(258.004)	(5,8%)	(177.451)	(5,9%)	45,4%
Outras Receitas	96.905	2,2%	27.914	0,9%	247,2%
Outras Despesas	(115.546)	(2,6%)	(118.459)	(3,9%)	(2,5%)
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	(251)	(0,0%)	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>197.023</b>	<b>4,5%</b>	<b>61.902</b>	<b>2,1%</b>	<b>218,3%</b>
Receitas financeiras	344.009	7,8%	42.146	1,4%	716,2%

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Despesas financeiras	(351.445)	(8,0%)	(121.405)	(4,0%)	189,5%
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	189.585	4,3%	(17.357)	(0,6%)	(1192,3%)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes</b>	(38.845)	(0,9%)	(25.565)	(0,9%)	51,9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos</b>	(28.974)	(0,7%)	78.669	2,6%	(136,8%)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	121.766	2,8%	35.747	1,2%	240,6%

Receita

A receita totalizou R\$4.413.421 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, um crescimento de 47,0% em relação aos R\$3.003.198 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2019. As variações na receita são explicadas a seguir:

- i) Aquisição da Expressa em 1º de junho de 2020, adicionando R\$837.234 mil de Receita de 01 de junho a 31 de dezembro de 2020
- ii) Aumento da receita da Cremer em 20% de 2019 para 2020, de R\$754.010 mil em 2019 para R\$904.989 mil em 2020, em linha com a estratégia da Companhia de focar na identificação e implementação de sinergias operacionais nos dois primeiros anos após a aquisição, e foco no crescimento de receita bruta a partir do 3º ano, integrando a Cremer à força de vendas do Grupo.

Custos das mercadorias e produtos vendidos

Os custos das mercadorias e dos produtos vendidos totalizaram R\$3.774.950 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, um crescimento de 49,0% em relação aos R\$2.533.751 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deu, principalmente, pela aquisição da Expressa, cujo saldo de Custo dos produtos vendidos em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$770.936 mil.

Lucro Bruto

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como resultado desse desempenho, no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto chegou a R\$638.471 mil, 36,0% superior ao valor atingido no ano anterior, que correspondeu a R\$469.447 mil, devido, principalmente, a aquisição da Expressa em 1º de junho de 2020, que adicionou R\$66.298 mil de Lucro Bruto de 01 de junho a 31 de dezembro de 2020. A queda na Margem Bruta de 15,6% em 2019 para 14,5% em 2020 é explicada, principalmente, pela aquisição da Expressa, cuja Margem Bruta de 01 de junho a 31 de dezembro de 2020 foi de 7,9%, por ser focada na distribuição, cujas margens são menores que as de fábrica.

### Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$162.338 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, aumento de 18,0% quando comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando correspondeu a R\$137.567 mil. Esse aumento se deu principalmente pela aquisição da Expressa, que apresentou R\$13.041 mil em despesas de vendas de 01 de junho a 31 de dezembro de 2020 e pelas despesas com vendas da Health Log, que somaram R\$19.302 mil em 2020, sendo certo que em 2019 os números da Health Log não eram consolidados aos números da Companhia e passaram a ser consolidados em 2020.

### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (incluindo a remuneração da Administração) totalizaram R\$258.004 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, aumento de 45,4% quando comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando correspondeu a R\$177.451 mil. Esse aumento se deu pelas aquisições realizadas em 2020, que contabilizaram R\$36.647 mil em despesas gerais e administrativas em 2020, e R\$22.787 mil referente a amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos, cujo valor em 2019 foi de R\$6.518 mil.

### Outras receitas

As outras receitas totalizaram R\$96.905 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, aumento de 247,2% quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando correspondeu a R\$27.914 mil, principalmente pelo reconhecimento de créditos de impostos relacionados ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS e COFINS, que em 2020 foi de R\$82.067 mil. Esse valor foi referente a ações judiciais que pleiteavam o direito de excluir da base de cálculo da apuração do PIS e COFINS o ICMS incidente sobre as vendas da Companhia. As controladas Cremer e Flexicotton tiveram trânsito em julgado favorável em suas ações em 2020.

### Outras Despesas

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As outras despesas totalizaram R\$115.546 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, diminuição de 2,5% quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando correspondeu a R\$118.459 mil. As principais variações na conta de outras despesas foram: (i) com o reconhecimento de créditos de impostos relacionados ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS e COFINS, foi reconhecido a despesa para o pagamento de valor aos antigos acionistas de Cremer, com base no Acordo de Compra e Venda de Ações, totalizando R\$73.891 mil em 2020, (ii) despesa com reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões, que em 2020 totalizaram R\$14.491 mil, enquanto em 2019 totalizaram R\$59.070 mil e (iii) despesas de mensuração ao valor justo dos bens destinados a venda que em 2019 totalizaram R\$31.943 mil, enquanto não apresentou valor em 2020. O direito de reembolso foi constituído em 2016 após o primeiro investimento na Companhia (investimento realizado pela Cromossomo Participações IV S.A.). À data da aquisição, foram levantadas potenciais contingências não materializadas, e, conforme o Acordo de Compra e Venda de Ações, foi registrado o direito de reembolso em favor da Companhia em caso de materialização das contingências. A não materialização das contingências acarreta na reversão do direito de reembolso, impactando a rubrica de outras despesas.

### Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$197.021 mil, 218,3% superior ao valor apresentado no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, que correspondeu a R\$61.902 mil.

### Receitas Financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras totalizaram R\$344.009 mil, comparado com R\$42.146 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 716,2%. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo aumento da receita financeira oriunda de variação cambial ativa, de R\$125.163 mil em 2020, em relação a R\$19.285 mil em 2019 e ao aumento na rubrica de ganhos com derivativos (para mais detalhes vide Item 10.(f)), de R\$131.584 mil em 2020 frente a R\$7.997 mil em 2019. Ambas as variações estão relacionadas às linhas de empréstimos denominadas em Euros (saldo de R\$23.438 mil em 31 de dezembro de 2020) e Dólares Americanos (saldo de R\$133.834 mil em 31 de dezembro de 2020), sendo certo que ambas as linhas possuem 100% de Swap cambial, em linha com a política da Companhia de proteção a variações cambiais.

### Despesas Financeiras

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras totalizaram R\$351.445 mil, um aumento de 189,5% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, que totalizaram R\$121.405 mil. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo aumento das despesas financeiras com variação cambial passiva, de R\$195.908 mil em 2020, em relação a R\$30.783 mil em 2019 e ao aumento na rubrica de perdas com derivativos, de R\$102.244 mil em 2020 frente a R\$6.311 mil em 2019. Ambas as variações estão relacionadas às linhas de empréstimos denominadas em Euros (saldo de R\$23.438 mil em 31 de dezembro de 2020) e Dólares Americanos (saldo de R\$133.834 mil em 31 de dezembro de 2020), sendo certo que ambas as linhas possuem 100% de Swap cambial, em linha com a política da Companhia de proteção a variações cambiais.

### Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi um lucro de R\$189.585 mil, valor superior em R\$206.942 mil em relação ao valor apresentado no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, que correspondeu a um prejuízo de R\$17.357 mil.

### Imposto de renda e Contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou uma despesa de R\$67.819 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução frente à receita de R\$53.104 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação pode ser explicada, principalmente, pelo Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social positivo de R\$189.585 mil em 2020, frente resultado negativo de R\$17.357 mil em 2019, e à Reversão de Tributos referente ao direito de reembolso, que gerou Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social no Valor de R\$32.732 mil em 2019.

### Lucro Líquido do Exercício

Como resultado dos fatores mencionados acima, o Lucro Líquido do Exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi um lucro de R\$121.766 mil, 240,6% maior que o Lucro reportado em 2019, de R\$35.747 mil.



**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****Demonstrações do Resultado Consolidado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

<b>Demonstrações de Resultados Consolidada (milhares)</b>	<b>de Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>% Receita</b>	<b>Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>% Receita</b>	<b>Variação 2019 X 2018</b>
Receita	3.003.198	100,0%	2.641.158	100,0%	13,7%
Custos das mercadorias e dos produtos vendidos	(2.533.751)	(84,4%)	(2.242.157)	(84,9%)	13,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>469.447</b>	<b>15,6%</b>	<b>399.001</b>	<b>15,1%</b>	<b>17,7%</b>
Despesas com vendas	(137.567)	(4,6%)	(140.524)	(5,3%)	(2,1%)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.982)	(0,1%)	(1.204)	(0,0%)	64,6%
Despesas gerais e administrativas	(177.451)	(5,9%)	(106.062)	(4,0%)	67,3%
Outras Receitas	27.914	0,9%	8.130	0,3%	243,3%
Outras Despesas	(118.459)	(3,9%)	(50.295)	(1,9%)	135,5%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>61.902</b>	<b>2,1%</b>	<b>109.050</b>	<b>4,1%</b>	<b>(43,2%)</b>
Receitas financeiras	42.146	1,4%	40.242	1,5%	4,7%
Despesas financeiras	(121.405)	(4,0%)	(96.471)	(3,7%)	25,8%
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(17.357)</b>	<b>(0,6%)</b>	<b>52.821</b>	<b>2,0%</b>	<b>(132,9%)</b>

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(25.565)	(0,9%)	(27.260)	(1,0%)	(6,2%)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	78.669	2,6%	9.496	0,4%	728,4%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>35.747</b>	<b>1,2%</b>	<b>35.057</b>	<b>1,3%</b>	<b>2,0%</b>

Receita

A receita totalizou R\$3.003.198 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, um crescimento de 13,7% em relação aos R\$2.641.158 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. As variações na receita são explicadas a seguir:

O crescimento consolidado de 13,7% foi oriundo, principalmente, do crescimento orgânico da Companhia e da consolidação da receita oriunda da Cremer, cujos saldos em 2018 são consolidados a partir de abril de 2018.

Custos das mercadorias e dos produtos vendidos

Os custos das mercadorias e dos produtos vendidos totalizaram R\$2.533.751 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, um crescimento de 13,0% em relação aos R\$2.242.157 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, em linha com o crescimento de 13,7% da receita líquida da Companhia.

Lucro Bruto

Como resultado desse desempenho, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto chegou a R\$469.447 mil, 17,7% superior ao valor atingido no ano anterior, que correspondeu a R\$399.001 mil, devido, principalmente, pelos números da Cremer passarem a ser consolidados nos números da Companhia a partir de abril de 2018.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$137.567 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, redução de 2,1% quando comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando correspondeu a R\$140.524. Essa redução se deu principalmente pela captura de sinergias quando da aquisição da Cremer.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (incluindo a remuneração da Administração) totalizaram R\$177.451 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 67,3% quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando correspondeu a R\$106.062 mil, em decorrência da aquisição da empresa Cremer (impacto do ano completo de 2019 em comparação com 8 meses de 2018) e no crescimento de estrutura da Companhia, seja de equipe como de processos e sistemas. Em decorrência disso, Despesas com pessoal aumentaram em R\$38.395 mil de 2018 para 2019.

### Outras receitas

As outras receitas totalizaram R\$27.914 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 243,3% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando correspondeu a R\$8.130 mil. Esse aumento se deu, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários na Cremer, no valor de R\$8.430 mil em 2019.

### Outras Despesas

As outras despesas totalizaram R\$118.459 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 135,5% quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando correspondeu a R\$50.295 mil. A variação se deu, principalmente, pelo aumento na despesa de reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões, de R\$16.559 mil em 2018 para R\$59.070 mil em 2019. Esse aumento se deu, principalmente, pela não materialização das contingências e a reversão do direito de reembolso. Houve, também, despesa em 2019 de R\$31.943 mil referente a mensuração ao valor justo dos bens destinados a venda, despesa inexistente em 2018.

### Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$61.902 mil, 43,2% inferior ao valor apresentado no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, que correspondeu a R\$109.050 mil.

### Receitas Financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as receitas financeiras totalizaram R\$42.146 mil, comparado com R\$40.242 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2018, um aumento de 4,7%. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo aumento da receita financeira oriunda de variação cambial ativa, de R\$19.285 mil em 2019, em relação a R\$16.219 mil em 2018. Ambas as variações estão relacionadas às linhas de empréstimos denominadas em Euros (saldo de R\$33.079 mil em 31 de dezembro de 2019) e Dólares Americanos (saldo de R\$60.618 mil em 31 de dezembro de 2019), ambas as linhas possuem 100% de Swap cambial, em linha com a política da Companhia de proteção a variações cambiais.

### Despesas Financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras totalizaram R\$121.405 mil, um aumento de 25,8% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este desempenho é explicado, principalmente, pelos juros de arrendamento em função da adoção do IFRS 16 para a linha de despesas financeiras (R\$10.331 mil em 2019), reclassificado de Despesas Gerais e Administrativas, e pelo aumento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, de R\$56.907 mil em 2018 para R\$72.136 mil em 2019. Esse aumento é explicado pela aquisição da Cremer, cujos números foram consolidados aos da Companhia a partir de abril de 2018.

### Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R\$17.357 mil, em relação ao valor apresentado no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, que correspondeu a um lucro de R\$52.821 mil.

### Imposto de renda e Contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição corrente e diferido social totalizou uma receita de R\$53.104 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento frente ao imposto de renda e contribuição social de R\$17.764 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social negativo de R\$17.357 mil em 2019, frente Resultado positivo de R\$52.821 mil em 2018, e à Reversão de Tributos referente ao Direito de Reembolso, que gerou Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social no Valor de R\$32.732 mil em 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Lucro Líquido do Exercício

Como resultado dos fatores mencionados acima, o Lucro Líquido do Exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi um lucro de R\$35.747 mil, 2,0% maior que o Lucro reportado em 2018, de R\$35.057 mil.

### **FLUXO DE CAIXA**

#### **Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

(em R\$ milhares)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de	
	2020	2019
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	185.611	162.616
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento</b>	(406.406)	(18.689)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	884.444	(162.060)
<b>Aumento (diminuição) das Disponibilidades</b>	663.649	(18.133)

### Atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais passou de R\$162.616 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$185.611 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais deveu-se, principalmente, ao crescimento de 240,6% no Resultado Líquido do exercício de 2020 quando comparado ao Resultado Líquido do exercício de 2019.

### Atividades de investimentos

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de (R\$406.406 mil), comparado com o mesmo período de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi R\$18.689 mil. O aumento na utilização do caixa líquido nas atividades de investimento deveu-

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

se principalmente às aquisições da Expressa, Flexicotton, Biogenetix, Vitalab e Byogene realizadas em 2020 pela Companhia.

### Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$884.444 mil para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o caixa aplicado de R\$162.060 mil para os doze meses findo em 31 de dezembro de 2019. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi impactado principalmente pelo aumento de capital social integralmente subscrito pelo acionista Genoma VI Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, de R\$725.830 mil no ano de 2020. O aumento também foi impactado pelo maior saldo de empréstimos e financiamentos contraídos em 2020.

### **Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

(em R\$ milhares)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	162.616	85.758
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento</b>	(18.689)	86.256
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	(162.060)	57.543
<b>Aumento (diminuição) das Disponibilidades</b>	(18.133)	229.557

### Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais passou de R\$85.758 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$162.616 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é reflexo, principalmente, da diminuição na conta de juros pagos sobre empréstimos e debêntures de R\$62.531 mil em 2018 para R\$29.034 mil em 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Atividades de investimentos

O caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento passou de um caixa líquido gerado de R\$86.256 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido aplicado de R\$18.689 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal variação pode ser justificada pelos investimentos para aquisição de imobilizado (R\$ 20.530 mil) e para aquisição de intangível (R\$ 5.523 mil) em 2019. Em 2018, com a aquisição de Cremer, foi consolidado à Companhia um Caixa no valor de R\$111.111 mil, que impactou o caixa líquido gerado nas atividades de investimento nesse ano.

### Atividades de financiamento

O resultado de financiamento passou de caixa líquido gerado de R\$57.543 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido aplicado no valor de R\$162.060 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal posicionamento, deve-se principalmente ao pagamento, em 2019, de empréstimos e debêntures no montante de R\$229.259 mil.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### **(a) Resultados das operações da Companhia e suas controladas, em especial:**

#### ***(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita***

A Companhia atua na distribuição de medicamentos especiais de alto valor agregado, como analgésicos, antibióticos, oncológicos, antieméticos, distribuição de vacinas, e distribuição de materiais médico-hospitalares para hospitais, clínicas, planos de saúde, laboratórios e farmácias por meio da CM Hospitalar (Controladora), e das controladas Expressa, Vitalab, Biogenetix, Byogene e Tecnocold.

A Companhia também atua na fabricação e comercialização de materiais médico-hospitalares, por meio das controladas Cremer e Flexicotton, com foco tanto em clientes institucionais (hospitais, clínicas, planos de saúde e laboratórios) quanto para o cliente final (produtos comercializados em farmácias).

Os três segmentos de atuação da Companhia são:

**Medicamento:** no qual a Companhia atua na distribuição de medicamentos, analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatórios, oncológicos, anestésicos, vacinas, reagentes, dentre outros. O segmento de medicamentos contribuiu no exercício social de 2020 com R\$3.155.646 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 71,5% da receita líquida total.

**Material:** no qual a Companhia atua na produção e distribuição de materiais médico-hospitalares tanto para clientes institucionais (hospitais, clínicas, planos de saúde e laboratórios) quanto para o cliente final (produtos comercializados em farmácias). Na produção de materiais médico-hospitalares a Companhia atua por meio das controladas Cremer e Flexicotton. O segmento de materiais contribuiu no exercício social de 2020 com R\$1.243.283 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 28,2% da receita líquida total.

**Outros:** no qual a Companhia presta serviços logísticos, controle de estoque, unitarização e de Vendor-Managed Inventory (VMI) para hospitais, clínicas e laboratórios de análises. A Companhia também passou a atuar no segmento de Direct to Patient por meio do investimento na Far.Me, realizado em 06 de outubro de 2020. Somados, tais segmentos contribuíram no exercício social de 2020 com R\$14.492 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 0,3% da receita líquida total.

### **1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado em 2018, 2019 e 2020:**



**10.2 - Resultado Operacional E Financeiro**

<b>(R\$ mil)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Variação 31/12/2020 x 31/12/2019</b>	<b>Variação 31/12/2019 x 31/12/2018</b>
Lucro Líquido	121.766	35.747	35.057	240,6%	2,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	67.819	-53.104	17.764	-227,7%	-398,9%
Resultado Financeiro Líquido	7.436	79.259	56.229	-90,6%	41,0%
Depreciação e amortização	82.265	55.021	29.420	49,5%	87,0%
<b>EBITDA</b>	<b>279.286</b>	<b>116.923</b>	<b>138.470</b>	<b>138,9%</b>	<b>-15,6%</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>2.641.158</b>	<b>47,0%</b>	<b>13,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>6,3%</b>	<b>3,9%</b>	<b>5,2%</b>	<b>62,5%</b>	<b>-25,7%</b>
<b>Ajustes EBITDA</b>	<b>48.270</b>	<b>113.637</b>	<b>44.270</b>	<b>-57,5%</b>	<b>156,3%</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>327.556</b>	<b>230.561</b>	<b>182.740</b>	<b>42,2%</b>	<b>26,1%</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.413.421</b>	<b>3.003.198</b>	<b>2.641.158</b>	<b>47,0%</b>	<b>13,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%) Ajustado</b>	<b>7,4%</b>	<b>7,7%</b>	<b>6,9%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>10,9%</b>

Os valores apresentados representam os saldos da Companhia consolidados, com base nas demonstrações financeiras de cada um dos exercícios apresentados, sendo que os montantes referentes às empresas adquiridas são consolidados na Companhia somente a partir da data de suas respectivas aquisições.

Os ajustes de EBITDA considerados no quadro anterior são detalhados conforme tabela a seguir:

<b>(Em milhares de reais)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Despesas com M&A	16.404	13.302	8.134
Direito de Reembolso / Provisão de Contingências	14.491	59.070	13.253
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	6.977	-	-
Reestruturação (M&As Desligamentos)	6.657	3.678	2.700
Escrow Account	6.082	3.134	4.486
Doações 2020 Covid	990	-	-
Despesas Acionistas	246	839	836
Despesas Bancárias	(1.078)	(74)	448
Juros pagos/recebidos de clientes	(2.852)	-	-
Stock Options	-	-	5.251
Baixa de Imobilizado	354	33.688	8.119
Frete Health Log	-	-	1.043
<b>TOTAL</b>	<b>48.271</b>	<b>113.637</b>	<b>44.270</b>

Os ajustes no EBITDA são referentes a despesas com M&A, direito de reembolso / provisão de contingência, exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, Reestruturação (M&A desligamentos), *escrow account*, doações 2020 COVID, despesas acionistas, despesas bancárias, juros pagos / recebidos de clientes, baixa de imobilizado e frete Health Log. Para o detalhamento desses ajustes ao longo dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, vide item 3.2 (b) desse Formulário de Referência.

**(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em junho de 2020 a Companhia adquiriu a Expressa, uma das maiores distribuidoras de medicamentos do Brasil. Com receita líquida de R\$1.465.123 mil em 2020, sendo R\$ 837.234 mil consolidados à receita líquida da Companhia, aumentando significativamente o market share no setor brasileiro de distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares para clientes institucionais. Ainda em 2020, a Companhia também adquiriu a Flexicotton, que apresentou receita líquida no exercício de 2020 de R\$78.819 mil, dos quais R\$23.557 mil foram consolidados aos números da Companhia nesse período.

Antes de março de 2020, nossa controlada Health Log era uma empresa independente da Companhia que possuía o mesmo quadro societário. A partir de março de 2020, a Health Log foi incorporada à Companhia, sendo seus números consolidados às demonstrações financeiras da Companhia. De março a dezembro de 2020, a Receita Líquida reportada pela Health Log foi de R\$47.819 mil.

Adquirimos a Cremer em 2018, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram impactadas pela aquisição a partir de abril de 2018, sendo que a Receita Líquida de Cremer de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$691.249 mil e para o período de abril a dezembro de 2018 foi de R\$536.539 mil.

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como a retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

O mercado de atuação da Companhia é afetado por fatores como: (1) crescimento populacional; (2) aumento no indicador de expectativa de vida; (3) variações na taxa de desemprego, diretamente relacionada à taxa de cobertura da população por planos de saúde privados; e (4) queda de patentes e desenvolvimento de novos tratamentos, expandindo a quantidade de tratamentos disponíveis, aumentando a população atendida.

### **(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

#### Política de Regulação para Monitoração de Preços de Medicamentos

Ainda, a receita da Companhia é afetada por variações de preço atribuíveis ao câmbio nos seguintes casos:

- Em materiais médicos importados e em algumas matérias primas utilizadas nas fábricas. Materiais médicos importados representaram menos de 6% da

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Receita Líquida da Companhia em 2020, enquanto o total das importações para suprir as fábricas da Companhia representou aproximadamente 2% da Receita Líquida em 2020. Em ambos os casos a Companhia busca ajustar os preços no mercado de acordo com os aumentos de custo advindos da variação cambial de tal forma a manter a rentabilidade estável.

- Em medicamentos, no reajuste de preços anual da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), afetando principalmente o fator Y que compõe a fórmula de reajuste:  $VPP = IPCA - X + Y + Z$ . Sendo (1) VPP a variação percentual no preço; (2) IPCA o índice de preços ao consumidor, calculado pelo IBGE; (3) X o fator de produtividade repassado ao consumidor, calculado pela SEAE/MF; (4) Y é o fator de ajuste de preços entre setores, calculado pela SEAE/MF e ; (5) Z o fator de ajuste de preços intrasetor, estipulado pela CMED. O fator Y é composto por duas variáveis, a primeira é a variação do custo de importação de insumos e se utiliza a variação cambial como proxy dessa variação, e a segunda é a variação das tarifas públicas e como proxy se utiliza a variação da tarifa de energia elétrica.
- A Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, conforme alterada ("Lei nº 10.742"), estabelece regras sobre o monitoramento do mercado de medicamentos, competindo à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED") a adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos, voltados a promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.
- As disposições contidas na Lei nº 10.742, são aplicadas às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico. Portanto, a receita da Companhia está sujeita à política de monitoração de preços de medicamentos praticada pela CMED.

A inflação impacta principalmente os custos relacionados a mão de obra das fábricas pois serve como base para a negociação dos dissídios coletivos. Os custos de mão de obra representam a menor parcela dos custos de produção. As variações de custo produtivo são constantemente avaliadas e, quando necessário, a Companhia reajusta seus preços no mercado de tal forma a reestabelecer a sua rentabilidade.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Novos produtos são constantemente lançados pela indústria farmacêutica e a incorporação desses novos produtos e velocidade de implementação no mercado, dependendo do produto, podem afetar positivamente o crescimento da Companhia nas suas atividades de distribuição de medicamentos.

### **(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor**

As operações e resultados operacionais e financeiros da Companhia são afetados pelas condições econômicas no Brasil. As receitas, custos e despesas da Companhia são majoritariamente denominadas em moeda nacional. A Companhia faz hedge cambial em todos os empréstimos captados em moeda estrangeira, em linha com sua política interna de não ficar exposta a variações cambiais. Nossos custos são impactados pela taxa de câmbio, principalmente luvas de látex e insumos para a fábrica de adesivos, porém a Companhia geralmente consegue repassar no preço de venda esse impacto da taxa de câmbio. Variações na taxa de juros nacional tem impactos diretos em nossos resultados operacionais e financeiros, afetando a capacidade dos clientes de financiarem seus negócios, e afetando as despesas financeiras da Companhia, com a variação do seu custo de dívida.

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

#### ***Introdução ou alienação de segmento operacional***

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

#### **a) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% das ações da Cremer S.A. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, não houve evento de aquisição, constituição ou alienação de participação societária. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foram adquiridas pela Companhia a totalidade das ações/quotas das seguintes empresas:

- BYOGENE – COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO CLÍNICO E HOSPITALAR LTDA (transação consumada em 30 de abril de 2020);
- BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (transação consumada em 30 de abril de 2020);
- VITALAB – COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA (transação consumada em 30 de abril de 2020);
- EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (transação consumada em 01 de junho de 2020); e
- FLEXICOTTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL S.A (transação consumada em 02 de outubro de 2020);

Em 06 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu 35,75% das ações/quotas da Far.Me Farmacoterapia Otimizada Ltda.

#### **b) *Eventos ou operações não usuais***

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram registrados quaisquer eventos ou operações não usuais.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as únicas mudanças significativas nas práticas contábeis estão descritas abaixo.

Todos os efeitos estão refletidos nas Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

#### IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC06 (R2) / IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data.

A principal norma aplicável para a Companhia para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, foi a do CPC06 (R2) / IFRS 16 – Leases (Arrendamentos). A Companhia aplicou essa alteração na preparação das suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

CPC06 (R2) / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada foi permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicavam a IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada.

<b>2019</b>	<b>1º de janeiro de 2019</b>
<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>

#### 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

<b>Ativos</b>		
Direito de uso de ativo	119.820	143.244
<b>Passivos</b>		
Passivo de Arrendamento	129.141	143.244
Circulante	29.342	
Não circulante	99.799	

##### Adoção de Novos Pronunciamentos Contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 47/ IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS 11- "Contratos de Construção", CPC 30 / IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A adoção dessa norma não teve impactos materiais para a Companhia.

CPC 48/ IFRS 9 - "Instrumentos financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38/ IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A adoção dessa norma não teve impactos materiais para a Companhia.

ICPC 22 / IFRC 23- Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (i) Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente, suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- (ii) Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

de imposto.

(iii) Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Administração determinou, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às controladas) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 47 – Receitas de contrato com cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, correspondente ao IFRS 15 – Revenue from contracts with costumers, emitido pelo International Accounting Standard Board.

O CPC 47 / IFRS 15 têm como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio.

O Grupo possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos:

- (i) Identificar o contrato com o cliente;
- (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) Determinar o preço das transações;
- (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A Companhia atua no mercado com um grande portfólio de produtos de fabricação



#### 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

própria e revenda no ramo de distribuição de produtos de grandes laboratórios, indústrias farmacêuticas (medicamentos), e indústrias de materiais médico-hospitalares.

As controladas diretas e indiretas da Companhia atuam na distribuição e/ou na produção de materiais descartáveis e de consumo para cuidado com a saúde, com inúmeros produtos nas linhas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, compressas de gaze, compressas cirúrgicas, ataduras gessadas, esparadrapos, algodão hidrófilo, fralda de pano, equipos e sondas. Também produz e vende adesivos industriais para as indústrias calçadista, automobilística e eletroeletrônicos.

As entregas de mercadorias são feitas via terrestre por transportadoras contratadas e também de forma aérea

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS16, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como "arrendamentos operacionais" de acordo com o CPC 06 (R1) / IFRS 16. Até a demonstração financeira de 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial variou de 6,78% a 8,80%. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- (i) Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido; e
- (ii) Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices.

A Companhia introduziu a metodologia única de contabilização de arrendamentos em seu balanço patrimonial, cujo reflexo foi reconhecido no balanço de abertura de 2019, para fins de atendimento à IFRS 16 - Arrendamentos. Esses reflexos e a posição em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados no quadro abaixo:

	<b>2019</b>	<b>1º de janeiro de 2019</b>
	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativos</b>		
Direito de uso de ativo	119.820	143.244
<b>Passivos</b>		

#### 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Passivo de Arrendamento	129.141	143.244
Circulante	29.342	
Não circulante	99.799	

##### Impacto na Demonstração do Resultado conforme tabela abaixo:

	<u>Consolidado</u>
<b>Demonstração do resultado</b>	
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	23.425
Despesas financeiras – juros e atualização monetária de arrendamentos	10.331

##### Impacto financeiro conforme tabela abaixo:

	<u>Consolidado</u>
<b>Arrendamento mercantil</b>	
Pagamentos realizados em 2019	24.434

Todos os efeitos estão refletidos nas Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

As práticas acima mencionadas estão de acordo com as respectivas normas brasileiras (BR GAAP) e internacionais de contabilidade (IFRS). Tais alterações não impactaram de forma significativa os resultados e os negócios da Companhia, que continua suas operações normalmente sem nenhuma mudança material que deva ser observada.

#### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores de 2019 e 2020. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na CVM e com o processo de abertura de capital, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM em relação ao exercício de 2018, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim. Em conexão com a reemissão das demonstrações financeiras mencionadas acima, a Companhia e o Grupo realizaram determinadas reclassificações para correção de erros de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Neste item, os diretores da Companhia indicaram e comentaram as políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados da Companhia e que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Portanto, as demonstrações financeiras incluem diversas estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de redução do valor recuperável de ativos.

### ***Estoques***

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### ***Direito de reembolso***

A Companhia possui um direito de reembolso por potenciais contingências, que surjam nas operações das empresas adquiridas, que, caso se materializem, a Companhia será reembolsada e não terá nenhum tipo de ônus financeiro ou tributário. Os valores a título de direito de reembolso são suficientes para garantir que a Companhia não tenha nenhum tipo de prejuízo em caso de necessidade de desembolso de caixa de qualquer contingência garantida por esse direito.

## **10.5 - Políticas Contábeis Críticas**

### ***Ativos intangíveis***

#### ***Reconhecimento e mensuração***

##### ***Carteira de clientes***

Refere-se as carteiras de clientes identificadas em continuação de negócios.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, têm vida útil finita. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

##### ***Marca***

As marcas adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente são contabilizadas pelo seu valor de custo. As marcas com vida útil definidas são amortizadas com base na expectativa estabelecidas em estudo de especialistas. As marcas com vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testados para fins de impairment anualmente.

##### ***Ágio***

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

##### ***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

##### ***Arrendamentos***

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### ***Ativos de direito de uso***

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Propriedades com prazo determinado: Utilizado o prazo do contrato que varia 3 a 25 anos  
Propriedades com prazo determinado (onde o ativo é considerado indispensável): 25 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

### ***Provisão para perda de crédito esperada***

A provisão foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

### ***Passivos de arrendamento***

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### ***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente no final do exercício ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no final do exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Durante o exercício de 2020, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

### ***Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos em nota explicativa.

Os direitos de reembolso são reconhecidos quando se espera que os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte. O reembolso é reconhecido quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão é apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso

### ***Venda de produtos***

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

### ***Contraprestação variável***

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

### ***Serviços de transporte e distribuição***

A Companhia realiza o transporte de produtos cirúrgicos e hospitalares, produtos nutricionais, dermocosméticos e medicamentos. As receitas de serviços são reconhecidas quando o controle sobre



## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos transportados para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. As receitas são realizadas com prazo de recebimento de 60 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas receitas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando o transporte é finalizado, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

### ***Abatimentos por volume***

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber de clientes. A Companhia aplica o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. O método do valor mais provável é utilizado em contratos que incluem uma única meta, enquanto o método do valor esperado é utilizado para contratos que incluem mais de uma meta de volume de vendas. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, conseqüentemente, reconhecida a receita.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### ***Imposto de renda e contribuição social – diferidos***

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.**

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, os Diretores entendem que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados no seu balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

**a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**b) *natureza e o propósito da operação***

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 10.8 - Plano de Negócios

### a) *Investimentos*

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado, como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 2020, 2019 e 2018, em milhares de Reais:

	2020	2019	2018
<b>Aquisição de Imobilizado</b>	<b>49.358</b>	<b>20.530</b>	<b>19.775</b>

### (i) **Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2021 a Companhia pretende investir em R\$ 44 milhões nas operações fabris, conforme segue:

- R\$ 14 milhões para projetos de melhoria e produtividade que alavancam capacidade produtiva e/ou provocam boas reduções de custo
- R\$ 6 milhões em MOB (Maintenance of Business)
- R\$ 7 milhões em melhorias relacionadas a segurança dos equipamentos/processos (NR12).
- R\$ 17 milhões de investimento, serão destinados para 2 grandes projetos de melhoria. Sendo um deles a nova planta de alvejamento de algodão, que irá aumentar capacidade produtiva além de proporcionar redução de custo. O outro é relacionado a internalização da fabricação de Absorvente para Seios, que hoje é fabricado em terceiros, trazendo maior flexibilidade produtiva e também redução de custo na produção do item.

Em 2021 a Companhia pretende investir R\$ 25 milhões em logística transporte e qualidade, conforme segue:

- R\$ 19,5 milhões em transporte e logística para sustentar o crescimento e qualidade de entrega
- R\$ 4,2 milhões em melhorias de qualidade, câmara fria, etc.

Em 2021 serão investidos R\$ 20 milhões em melhorias tecnológicas, automação e sustentabilidade tecnológica de todo o Grupo

## 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia, seguindo sua estratégia de fortalecer o ecossistema e de ampliar o portfólio de produtos oferecidos, dessa vez com fabricação própria, assinou, no dia 15 de março de 2021, 2 (dois) contratos de compra e venda de ações ("Contratos"). Os Contratos foram celebrados com as empresas Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A., com sede na cidade de São Paulo-SP ("Daviso") e FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene S.A., com sede na cidade de Blumenau-SC ("FW" e, em conjunto com Daviso, "Sociedades").

As Sociedades são especializadas na fabricação de lenços e toalhas umedecidas e contam com produtos direcionados a higiene infantil, adulta, hospitalar e se dedicam aos segmentos de varejistas, atacadistas e marcas próprias. As Sociedades apresentaram, em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receita líquida de R\$249 milhões, sendo que o preço de aquisição das participações societárias foi estipulado em R\$300,7 milhões (preço sem *earn-out*). O fechamento das transações está sujeito às condições precedentes usuais de mercado, dentre elas a obtenção de autorização do CADE.

### **(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:**

A Companhia pretende financiar majoritariamente seus investimentos futuros de ativo imobilizado através de sua própria geração de caixa. Além disso, os recursos provenientes da oferta de ações primária serão utilizados para crescimento inorgânico, isto é, em operações de M&A, além de reforçar o caixa para os investimentos nos negócios atuais.

### **(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos

### ***b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia***

Não aplicável, tendo em vista que não há aquisições relevantes.

### ***c) Novos produtos e serviços, indicando:***

#### **(i) Pesquisas em andamento**

Não aplicável, tendo em vista que há pesquisas relevantes em andamento.

## **10.8 - Plano de Negócios**

### **(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas relevantes em andamento.

### **(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

### **(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há investimentos relevantes no desenvolvimento de novos produtos.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### **IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA**

#### **Impactos nas condições financeiras da Companhia**

A pandemia da COVID-19 e as medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo o território nacional como forma de conter a disseminação da COVID-19 afetaram os negócios, condição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia. Como forma de diminuir os impactos da COVID-19 nas operações, a Companhia adotou uma série de medidas administrativas e operacionais envolvendo os colaboradores, clientes e fornecedores da Companhia. Contudo, até a data deste Formulário de Referência, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando os negócios, conforme demonstrado nos números apresentados neste item 10. Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, será avaliada a evolução dos efeitos da atual pandemia nas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas da Companhia. As análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Os principais riscos que a pandemia representa aos nossos negócios são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (lockdown) mais rigoroso; e o risco de impairment de ativos por conta dos fatores já citados. Até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado.

A Companhia manteve normalmente suas atividades operacionais durante a crise. Não houve redução ou interrupção de fornecimento de insumos e matérias primas, tampouco, redução de volumes vendidos e as margens operacionais não apresentaram alterações relevantes. Alguns investimentos foram postergados, e o pagamento de determinados impostos, como facultado pelo Governo Federal, para reforçar a posição de caixa.

Até o presente momento, os Diretores entendem que a pandemia não causou alterações nas atividades da Companhia e não revelou nenhum potencial risco à continuidade de nossos negócios por segmento.



## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### **Medidas adotadas pela Companhia**

As principais medidas tomadas pela Companhia em resposta à pandemia estão descritas a seguir:

- Redução de jornada de trabalho em situações pontuais;
- Instalação de serviço *home office* e a disponibilização de ferramentas que possibilitassem o bom andamento das atividades operacionais da Companhia com essa nova realidade;
- Adesão aos pacotes de incentivos e postergações disponibilizados pelo Governo; e
- Postergação de parte dos investimentos previstos para o ano de 2020.

No entendimento dos diretores da Companhia, as medidas tomadas até o momento – e que estão em constante reavaliação – buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que a Companhia preza nas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas impostas pelas autoridades públicas. A Companhia continuará atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos para ajustar as iniciativas conforme a evolução da situação. Para mais informações sobre riscos relacionados à pandemia da COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

### **Publicidade, Patrocínio, Parcerias e Convênios**

As ações de Responsabilidade Social do Grupo consideram como principal pilar a colaboração com a transformação da saúde do Brasil. Tem como efeito a mobilização, engajamento e contribuição que apoie o desenvolvimento de entidades de saúde e comunidades em vulnerabilidade, preferencialmente nas cidades e regiões que estamos presentes.

Todas e quaisquer doações devem seguir as normas éticas e legais, inclusive respeitando o disposto no Código de Conduta e Política Anticorrupção do Grupo e todas as demais Políticas vigentes.

A Companhia e/ou suas empresas não realizam, sob qualquer hipótese, direta ou indiretamente, doações eleitorais, isto é, destinadas a partidos políticos, candidatos a cargos eletivos, comitês de campanha, coligações, pessoas físicas/jurídicas relacionadas, entre outros, nos termos da legislação eleitoral.

A Companhia e/ou suas empresas não realizam, sob qualquer hipótese, direta ou indiretamente, doações a empresas que tenham envolvimento com exploração de trabalho infantil ou análogo à escravidão; prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente; descumprimento de leis

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

trabalhistas, ambientais, administrativas, regulatórias e/ou de qualquer natureza; corrupção e/ou quaisquer problemas éticos ou envolvimento com ilegalidades.

### Informações financeiras pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)

	Demonstração de resultados para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020		Ajustes Pro Forma		
	CM Hospitalar		Eliminações	Ajustes contábeis de combinação de negócios	Pro forma
	Consolidado	Expressa			
(Em reais Mil)	31.12.2020	31.12.2020	Nota 2.(a)	Ajustes contábeis de combinação de negócios	31.12.2020
Receita líquida de vendas	4.413.421	1.465.123	(837.234)	-	5.041.310
Custo dos produtos vendidos	(3.774.950)	(1.354.438)	770.936	-	(4.358.452)
<b>Lucro bruto</b>	<b>638.471</b>	<b>110.685</b>	<b>(66.298)</b>	<b>-</b>	<b>682.858</b>
Despesas com vendas	(162.338)	(24.650)	13.041	(2.952) 2. (b)	(176.899)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.216)	(1.773)	(24)	-	(4.013)
Despesas gerais e administrativas	(258.004)	(59.970)	20.043	534 2.(e)	(297.397)
Outras receitas operacionais	96.905	1.397	(844)	-	97.458
Outras despesas operacionais	(115.546)	-	-	-	(115.546)
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	(251)	-	-	-	(251)
	<b>(441.450)</b>	<b>(84.996)</b>	<b>32.216</b>	<b>(2.418)</b>	<b>(496.648)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>197.021</b>	<b>25.689</b>	<b>(34.082)</b>	<b>(2.418)</b>	<b>186.210</b>
Receitas financeiras	344.009	49.133	(40.471)	-	352.671
Despesas financeiras	(351.445)	(115.129)	58.357	(1.869) 2.(c)	(410.086)
	<b>(7.436)</b>	<b>(65.996)</b>	<b>17.886</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(57.415)</b>

**10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>189.585</b>	<b>(40.307)</b>	<b>(16.196)</b>	<b>(4.287)</b>		<b>128.795</b>
Imposto de renda e de contribuição social correntes	(38.845)	162	-	-		(38.683)
Imposto de renda e de contribuição social diferidos	(28.974)	(1.732)	8.132	1.457	2.(d)	(21.117)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>121.766</b>	<b>(41.877)</b>	<b>(8.064)</b>	<b>(2.830)</b>		<b>68.995</b>

**1. DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS****a) Descrição de transação**

Em 1º de junho de 2020 a Companhia adquiriu o controle da Expressa ("Transação"), uma empresa sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal. A Companhia tem como objeto social a distribuição de medicamentos para hospitais e clínicas. A aquisição envolveu 100% das ações da Expressa.

As informações financeiras pro forma não auditadas da Companhia demonstram o efeito relativo à aquisição da participação societária da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., como se tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Estas informações financeiras pro forma não auditadas foram compiladas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras "Pro Forma", conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela CVM.

**b) Base de preparação**

As informações financeiras pro forma não auditadas aqui apresentadas se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da CM Hospitalar S.A. e da controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. em 31 de dezembro de 2020, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações da demonstração do resultado pro forma não auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 combinam demonstrações do resultado consolidadas

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

históricas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e da controlada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. adquirida durante o exercício de 2020, como se a data de aquisição dessa empresa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

As informações financeiras consolidadas históricas foram ajustadas para refletir os eventos pro forma que são (i) diretamente atribuíveis à aquisição, (ii) factualmente suportáveis, e (iii) e que se espera ter um impacto recorrente sobre os resultados consolidados das operações da Companhia. Informações sobre os possíveis ou esperados impactos de decisões tomadas pela administração atual em decorrência da transação, como se tivessem sido tomadas em períodos anteriores, são consideradas projeções e não fazem parte do alcance do OCPC 06.

As informações financeiras pro forma não auditadas foram compiladas, elaboradas, formatadas e são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de nossas futuras demonstrações financeiras consolidadas, nem como a nossa demonstração do resultado consolidada efetiva, caso a combinação de negócio acima mencionada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração, devendo ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da controlada, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As informações financeiras pro forma não auditadas foram preparadas usando o método de aquisição de negócios sendo a Companhia tratada como adquirente para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

As informações financeiras pro forma de demonstração de resultado não auditadas foram preparados aplicando o método de aquisição para contabilização de acordo com o CPC 15 (IFRS3) - combinação de negócios. O CPC 15 (IFRS 3) requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos devem ser registrados pelo valor justo na data de aquisição. A mensuração do valor justo pode ser altamente subjetiva, e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável para os mesmos fatos e circunstâncias, poderiam desenvolver e suportar outros valores alternativos estimados.

As informações financeiras pro forma não estão refletindo qualquer economia de custos, sinergias operacionais ou aprimoramento nas receitas, que a Companhia poderia alcançar como resultado das transações ou os custos para integrar as operações da Companhia e Expressa ou os custos necessários para alcançar tais economias de custos, sinergias operacionais, como eficiências nas estruturas de compras, distribuição e administração e aprimoramento de receitas.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### c) Informações financeiras históricas

Estas informações financeiras pro forma estão baseados em:

- **CM Hospitalar S.A. Consolidado 31/12/2020**, significa a demonstração do resultado presente nas demonstrações financeiras consolidadas da CM Hospitalar S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da CM Hospitalar de 31 de dezembro de 2020 compreendem as operações da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. a partir da data de aquisição. A aquisição foi registrada de acordo com o IFRS3 / CPC 15 (R1) Combinação de negócios, onde são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

As informações contábeis históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas informações financeiras pro forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

- **Expressa 31 dezembro de 2020:** refere-se à demonstração do resultado da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras históricas referentes às utilizadas na elaboração destas informações financeiras pro forma foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Essa demonstração financeira proforma deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias.

## 2. AJUSTES PRO FORMA

### a) Eliminações

Significa o impacto nas demonstrações do resultado para o período de 1º de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020 da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. eliminados nessas

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

informações financeiras pro forma que estão presentes nas demonstrações financeiras consolidadas após a data de aquisição.

### b) Amortização dos ativos identificáveis adquiridos na data de aquisição

Representa o aumento líquido relacionado à amortização dos ativos intangíveis. O aumento líquido da despesa de amortização é resultado da amortização do valor justo atribuído aos ativos identificáveis considerando sua vida útil, conforme descrito abaixo:

	Natureza	Método de avaliação	Valor justo estimado (em milhares reais)	Vida útil estimada	Amortização estimada pro forma aplicando o método linear (em milhares reais)	Alocação da despesa de amortização ao resultado pro forma
Marcas	Representa o valor justo da marca "Expressa"	<i>Relief from royalty method</i>	2.404	4,6 years	218	Despesas com vendas
Acordos de não competição	Representa o valor justo da marca "power brands"	<i>With and Without method</i>	5.485	5 years	457	Despesas com vendas
Carteira de clientes	Representa o valor justo de todos os clientes	<i>Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM</i>	74.318	13,6 years	2.277	Despesas com vendas
<b>Total</b>			<b>82.207</b>		<b>2.952</b>	

A amortização dos ativos identificados adquiridos na data de aquisição, cujo valor compreende a marca, o acordo de não competição e a carteira de clientes, e registrado pela Companhia com o valor justo mensurado. A amortização é calculada aplicando o método linear baseado na vida útil estimado destes ativos.

Na sequência encontram-se as considerações materiais para determinar os ajustes para o valor justo

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

estimado dos ativos intangíveis.

### Intangível – Marca

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca. Como a propriedade da Marca existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (*royalties*), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos são evitados. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de *royalties* (*Royalties rate*) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA (*Weighted Average Return on Assets*) formado pelo WACC (*Weighted Average Capital Cost*) adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

Valor justo da marca	2,404
----------------------	-------

Principais considerações:

<i>Royalties rate</i>	0.1%
WARA	12.56%
Vida útil	4.6 anos

### Intangível – Acordo de não competição

O método utilizado para a avaliação do acordo de não competição foi o *With and Without*. Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas à competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil, considerando o prazo contratual de não competição estabelecido em cada operação.

Valor justo de acordo de não competição	5,485
---	-------

Principais considerações

Porcentagem receita expostas à competição	29%
---	-----

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Probabilidade de competição	30%
WARA	12.56%
Vida útil	5 anos

### Intangível – Carteira de clientes

Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (*churn rate*), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil estimada.

Valor justo de carteira de clientes	74,318
-------------------------------------	--------

#### Principais considerações:

Taxa de retenção	17.97%
Rentabilidade média atribuída	5.8%
Representatividade média dos ativos contributivos	1.5%
WARA	12.56%
Vida útil econômica	13.6 anos

### c) Despesas atribuíveis à transação

Representa o aumento nas despesas financeiras que foram resultado da atualização dos juros sobre a contraprestação transferido não paga. O preço de aquisição foi de R\$ 335.845 pago da seguinte forma: (i) R \$ 201.856 pago na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 4.429 a pagar após a conclusão da *due diligence*; (iii) R\$ 120.000 como parcela fixa retida a ser paga em seis anos com base nas cláusulas do contrato de compra e venda; e (iv) R\$ 9.560 como obrigações contratuais assumidas a respeito de contas a receber de clientes, que serão reembolsadas aos vendedores.

O cálculo abaixo representa os juros sobre o saldo devedor a ser pago nos próximos seis anos de acordo com os contratos de compra e venda.



**10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

	Em reais mil
Consideração transferida (incluindo consideração contingente)	335.845
Valor pago em caixa	<u>(206.285)</u>
<b>Saldo a pagar</b>	<b><u>129.560</u></b>
Juros proforma considerados no período	<u>1.869</u>

Em 2020, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras históricas, como despesa financeira, o montante de R\$ 1.375 referente aos juros sobre o saldo a pagar pela aquisição do negócio, o cálculo acima representa o impacto dos juros financeiros de 1º de janeiro a 31 de maio de 2020, que foram incluídos no resultado proforma devido à sua natureza recorrente no valor de R\$ 1.869. Os juros foram calculados com base no índice CDI.

**d) Imposto de Renda Diferido**

O imposto de renda diferido sobre os ajustes pro forma foi calculado utilizando-se a alíquota nominal do imposto de renda (34%). O valor de R\$1.457 representa o impacto fiscal positivo resultado dos ajustes nas informações financeiras pro forma.

**e) Custos de transação**

A demonstração histórica consolidada dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 da Companhia inclui custos de transação relacionados a despesas de assessoria, jurídico, avaliação e outras taxas profissionais atribuíveis à Transação, que foram revertidas devido à sua natureza não recorrente no valor de R\$ 534 mil.

**f) Partes relacionadas**

Não há transações entre a Companhia e a Expressa a serem eliminadas nas informações financeiras pro forma não auditadas.

### **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A administração da Companhia é exercida por: (i) um Conselho de Administração; e (ii) uma Diretoria. O Conselho de Administração conta, ainda, com o

### **a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:**

#### **i. Informar se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Será considerado conselheiro independente aquele Conselheiro que atender aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado") para tal (ou norma que vier a substituir o Regulamento do Novo Mercado). Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

(i) declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias;

(ii) o estabelecimento de qualquer obrigação sobre os ativos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal de seus negócios e não estabelecida no orçamento, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia, ressalvadas as obrigações assumidas

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

no âmbito de novos investimentos, aquisições ou associações realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, observadas as demais limitações previstas no Estatuto Social;

(iii) a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, exceto pela concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital em favor de qualquer das subsidiárias;

(iv) a aprovação da aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de suas próprias ações, quotas ou outros valores mobiliários de sua emissão, observada a regulamentação aplicável;

(v) investimentos, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture, associação ou aliança similar com terceiros, aquisição, promessa de aquisição, investimento ou promessa de investimento no capital social de qualquer outra pessoa jurídica, ou a constituição de ônus ou alienação de participação no capital social de qualquer sociedade;

(vi) a aprovação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer investimento de capital (capex) não previsto no orçamento, que, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;

(vii) a aprovação de contratação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de despesas ou compras não previstas no orçamento, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses, exceto pelas aquisições de produtos e/ou estoque realizadas no curso normal de seus negócios;

(viii) a venda ou alienação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer ativo não circulante não previsto no orçamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;

(ix) a aprovação de qualquer operação de contratação de dívida (incluindo contratos financeiros, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, *comprar*, *vender* e desconto de recebíveis), celebração de contrato ou negócio jurídico que resulte na assunção direta ou indireta de quaisquer obrigações (incluindo de passivos fiscais e/ou trabalhistas), pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias cujo

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

valor, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

(x) a aprovação da emissão de debêntures não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e quaisquer outros títulos de dívida de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre a recompra, repactuação, resgate e/ou cancelamento de quaisquer dos títulos e valores mobiliários referidos neste item;

(xi) a contratação de operações com partes relacionadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

(xii) a modificação da política de remuneração e/ou da remuneração individual dos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xiii) manifestação sobre as contas anuais da diretoria, das demonstrações financeiras anuais e intermediárias auditadas e/ou revisadas pelo auditor independente, da proposta de retenção de lucros com base em orçamento de capital, recomendando à assembleia geral sua aprovação ou não;

(xiv) a aprovação e a alteração de política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia e das suas subsidiárias, incluindo bônus, distribuição de lucros, *phantom stock* e programas de incentivo à remuneração, caso referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;

(xv) a eleição, substituição e destituição do auditor independente da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xvi) a aprovação do plano de negócios e do orçamento da Companhia, bem como as eventuais alterações em relação ao orçamento aprovado e em vigor, sempre que os valores indicados no orçamento ou nas eventuais alterações representem desvios superiores a 20% (vinte por cento) em relação aos valores previstos no plano de negócios;

(xvii) a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias a qualquer terceiro, desde que abordem negócios jurídicos relacionados à consecução do interesse social da Companhia;

(xviii) a aprovação da celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou similar envolvendo qualquer de suas subsidiárias;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xix) a aprovação da celebração, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer contrato que represente cessão ou transferência de tecnologia, *know how* e assistência técnica com terceiros, não contemplado no orçamento;

(xx) a aprovação da contratação dos seguros para administradores, bem como seus termos e condições das respectivas apólices;

(xxi) a aprovação para a outorga de mandato para representação da Companhia (a) perante qualquer instituição financeira (incluindo para movimentação de contas, investimentos ou desinvestimentos, emissão de cheques ou outros títulos, contratação de capital de giro, empréstimo ou outras dívidas); e/ou (b) para assunção de obrigações fora do curso normal dos negócios; e/ou (c) para cessão, transferência, oneração ou alienação de ativos (exceto com relação ao estoque no curso normal dos negócios da Companhia);

(xxii) aprovação do voto da Companhia, na qualidade de acionista, quotista ou participante das subsidiárias, associações ou joint ventures, em relação às matérias listadas no Parágrafo 1º do Artigo 15 do Estatuto Social;

(xxiii) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, exceto pelo disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, item (ii), do Estatuto Social;

(xxiv) aprovação e alteração de programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, diretores ou funcionários da Companhia, de acordo com os planos de opção de compra de ações aprovados pela assembleia geral da Companhia; e

(xxv) outorgar opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração, Diretores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral e de programas aprovados pelo Conselho de Administração, conforme item (xxiv) acima, em todos os casos respeitada a remuneração global aprovada em Assembleia Geral; e.

(xxvi) elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado.

As principais regras e atribuições do Conselho de Administração estão previstas no Estatuto Social da Companhia e em seu regimento interno, o qual foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021 e alterado em 07 de abril de 2021 ("Regimento Interno do Conselho de Administração").

A íntegra do Regimento Interno do Conselho de Administração poderá ser acessada no site de relações com investidores do Grupo ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Regimento Interno do Conselho de Administração".

### **COMITÊS E COMISSÕES**

#### **Comitê de Auditoria**

Em reunião realizada em 15 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração deliberaram a instalação do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance e Recursos Humanos ("Comitê de Auditoria"), bem como elegeram os seus respectivos membros, com mandato até 30 de abril de 2022.

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação aos demais órgãos da Companhia. O Comitê de Auditoria tem como finalidade (a) supervisionar e monitorar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias externas e internas das empresas da Viveo; (b) examinar questões tributárias de interesse da Viveo; (c) monitorar e revisar, antes da publicação, o conjunto de demonstrações contábeis; (d) acompanhar as diretrizes para a gestão de riscos; (e) monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios vigentes para adequação das operações da Viveo; e (f) monitorar o desenvolvimento de pessoas e políticas de remuneração.

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração, sendo que, ao menos: (i) 1 (um) membro será conselheiro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. O mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Ainda, somente podem integrar o Comitê de Auditoria as pessoas que atendam às seguintes qualificações: (i) tenham idade superior a 25 (vinte e cinco) anos; (ii) possuam ilibada reputação e notórios conhecimentos do funcionamento dos mercados administrados pela Companhia e/ou por suas controladas; (iii) não sejam cônjuges ou parentes até segundo grau de membros da administração da Companhia ou de pessoas que possuam vínculo empregatício com a Companhia ou com suas controladas; e (iv) não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas.

Nenhum dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser controlador da companhia, nem diretor da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

O Comitê de Auditoria conta também com um coordenador indicado pelo Conselho de Administração.

As principais regras e atribuições do Comitê de Auditoria estão previstas no Estatuto Social da Companhia em no regimento interno do Comitê de Auditoria, o qual foi devidamente aprovado pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021 ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") e descritas no item 12.1(iii) deste Formulário de Referência. Ainda, a Companhia ressalta que o Comitê de Auditoria não é aderente à Instrução CVM n.º 308 de 14 de maio de 1999, a qual dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes

A íntegra do Regimento Interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no site de relações com investidores da Viveo ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Regimento Interno de Comitês".

### **ii. Informar se possui comitê estatutário de auditoria, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se ele atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

A Companhia possui um Comitê de Auditoria estatutário, vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

As principais atribuições do Comitê de Auditoria previstas no Estatuto Social são: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria, por sua vez, prevê com relação à auditoria, as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) analisar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, os pareceres de auditoria externa e informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores; (ii) avaliar, monitorar e fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia relacionadas à elaboração e à auditoria das demonstrações financeiras; (iii) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a contratação, supervisão, avaliação, substituição, destituição e remuneração de empresa de auditoria para fins de realização de auditoria externa independente ou qualquer outro serviço, analisando eventuais conflitos de interesse; (iv) acompanhar e discutir com a auditoria externa e da área de controles internos da Companhia (a) os procedimentos e controles internos da Companhia, (b) os procedimentos de revisão do auditor independente, (c) eventuais questionamentos de autoridades governamentais e de órgãos reguladores, e (d) eventuais relacionamentos adicionais que ocorram entre a auditoria externa e a Companhia; (v) acompanhar os ajustes propostos pela auditoria externa e pela auditoria interna da Companhia, discutindo com o Conselho de Administração as eventuais limitações identificadas para o cumprimento das medidas propostas, inclusive em relação às contingências judiciais e administrativas; e (vi) analisar a carta de recomendações de controles internos emitida anualmente pelos auditores independentes, discutir com o Conselho de Administração as fragilidades reportadas e acompanhar o plano de ações corretivas ou de melhoria proposto.

Com relação à gestão de riscos, o Comitê de Auditoria deverá: (i) acompanhar os trabalhos de auditoria interna, a qualidade e a eficiência dos controles internos, bem como normas e procedimentos internos, sugerindo, conforme o caso, aprimoramentos; (ii) acompanhar e avaliar as exposições de riscos da Companhia, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal nos mercados operados pela Companhia, podendo, inclusive,

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a utilização de ativos da Companhia, e (b) as despesas incorridas em nome da Companhia; (iii) analisar e recomendar as diretrizes e políticas da gestão de risco, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas, principalmente na estimação do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse, bem como avaliar as medidas adotadas pela Companhia para mitigação de cada caso; (iv) acompanhar as iniciativas e medidas necessárias para receber, analisar e endereçar denúncias e reclamações, inclusive sigilosas e anônimas, internas e externas à Companhia, em especial a matérias referentes às demonstrações financeiras, controles internos e auditoria externa, bem como do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos. O Comitê de Auditoria deve assegurar que os mecanismos de denúncia garantam sigilo e o anonimato, quando aplicável, daqueles que tomam iniciativa do uso do canal, incluindo a previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Com relação ao cumprimento das leis e regulamentações (*compliance*), o Comitê de Auditoria deverá acompanhar e monitorar as atividades da área de Controles Internos e *Compliance* da Companhia, inclusive a organização, a equipe, as responsabilidades, os planos de trabalho e resultados da função de *compliance*.

Com relação à gestão de pessoas e às políticas de recursos humanos, o Comitê de Auditoria deverá: (i) acompanhar regularmente as políticas de recursos humanos, gestão de pessoas, treinamento, incentivos e retenção de talentos; (ii) avaliar planos de sucessão de colaboradores que ocupem posições chaves na Companhia; e (iii) reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, bem como submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência.

Caberá, ainda, ao Comitê de Auditoria: (i) reportar, por intermédio de seu Coordenador, os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria e comunicar os principais fatos ao Conselho de Administração; (ii) reavaliar periodicamente a adequação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e propor ao Conselho de Administração as alterações identificadas como necessárias ou convenientes; e (iii) atuar sobre quaisquer divergências entre a Diretoria da Companhia e seus auditores independentes e mediar eventuais conflitos e controvérsias que possam existir.

O Comitê de Auditoria também poderá analisar o teor dos relatórios emitidos pela área de *Compliance* acerca das denúncias internas e externas à Companhia recebidas e, conforme o caso, recomendar a adoção das medidas cabíveis e necessárias para a apuração dos fatos e informações objeto das denúncias, bem como emitir relatório complementar àqueles emitidos pela área de *Compliance* e recomendar à área competente a revisão do Programa de Integridade e demais políticas vigentes.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Auditoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias, sempre com antecedência de, pelo menos, 2 (dois) dias úteis contados da reunião do Conselho de Administração da Companhia, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer dos demais membros do Comitê de Auditoria, ou, ainda, quando solicitado pelos auditores internos ou independentes.

As reuniões do Comitê instalar-se-ão com a presença da maioria dos seus respectivos membros. Estes poderão comparecer pessoalmente à reunião ou serão considerados presentes às reuniões do Comitê se: (i) nomearem qualquer outro membro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Coordenador; (ii) enviarem seu voto por escrito ao Coordenador, via fac-símile, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento), carta registrada ou carta entregue em mãos, com protocolo de entrega; ou (iii) participarem das reuniões do Comitê por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados. No caso de reunião realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, o membro do Comitê que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta, correio eletrônico (mediante confirmação automática de recebimento) ou fac-símile entregue ao Coordenador, imediatamente após a reunião.

Independentemente das formalidades previstas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e na legislação vigente, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria reunir-se-á separadamente com os auditores independentes pelo menos uma vez ao ano. As reuniões com a auditoria interna também deverão ocorrer separadamente e pelo menos uma vez a cada semestre.

O Comitê de Auditoria da Companhia atende a todos os requisitos de regulamentação exigidos não só pela CVM, mas também pelo Regulamento do Novo Mercado.

**iii. Informar de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data de sua aprovação, e caso ela seja divulgada, os locais onde ela pode ser consultada**

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente, aprovada em 28 de abril de 2020 pelo Conselho de Administração, a qual tem por objetivo estabelecer as diretrizes e condições para a contratação de serviços de auditoria independente.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Conselho de Administração, com o suporte da Diretoria de Suprimentos, selecionar e destituir os auditores independentes, sendo que o monitoramento anual da qualidade, da efetividade e da independência dos auditores selecionados, bem como a recomendação de contratar ou substituir, conforme necessário, um auditor independente, será de responsabilidade do Comitê de Auditoria.

Somente poderão ser contratadas como auditores independentes pessoas jurídicas com renome, qualificação e experiências inquestionáveis, que estejam devidamente constituídas e registradas, e que atendam a todas as exigências legais. As auditorias externas serão contratadas pelo período de 1 (um) ano e a eventual renovação do contrato deverá ser precedida de todas as cautelas para garantir a independência da prestação dos serviços, sendo que nenhuma empresa de auditoria poderá ser contratada por período superior a 5 (cinco) anos consecutivos ou ser contratada novamente dentro de um período de 3 (três) anos desde a última prestação desse tipo de serviço.

O trabalho dos auditores independentes será acompanhado, ao longo do ano, por meio de reuniões periódicas, que serão realizadas pelo Comitê de Auditoria, Riscos, *Compliance* e Recursos Humanos.

Para garantia de independência dos serviços, é vedada a prestação, por qualquer firma de Auditoria Independente ou qualquer de seus funcionários, de serviços quaisquer de consultoria concomitantemente aos serviços de auditoria independente (serviços extra auditoria). Ainda, para fins da Política de Contratação de Auditoria Independente, entende-se como atividades de consultoria sujeitas à restrição: (a) assessoria à reestruturação organizacional; (b) avaliação de empresas; (c) reavaliação de ativos; (d) a determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências; (e) o planejamento tributário; (f) a reestruturação dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou (g) qualquer outro serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração do Grupo, enquanto durar a auditoria independente; (h) o suporte em litígios, perícia judicial ou extrajudicial; i) Serviços relacionados a finanças corporativas e assemelhados; (j) serviços de seleção de executivos; e (k) serviços de registro (escrituração) contábil.

Somente será possível abrir exceções com relação à vedação descrita acima desde que, cumulativamente: (i) a Companhia certifique-se de que tais serviços não afetem ou possam afetar a independência e objetividade tanto da auditoria quanto dos serviços adicionais; e (ii) a contratação concomitante seja aprovada previamente pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria, Riscos, *Compliance* e Recursos Humanos.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A íntegra da Política de Contratação de Auditoria Independente poderá ser acessada no site de relações com investidores ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Contratação de Auditoria Independente".

**b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 8 (oito) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, permitida a cumulação de cargos e a reeleição. Expirado o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos.

A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, emitir e endossar cheques, abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias que dependem de aprovação do Conselho de Administração e as competências específicas do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e do Diretor de Relação com Investidores.

Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, ao:

(i) **Diretor Presidente:** (a) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (b) dirigir e supervisionar as políticas de estratégia organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e (c) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

(ii) **Diretor Financeiro:** (a) gestão financeira e do sistema de custos da Companhia; (b) elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração; (c) controle das obrigações tributárias e fiscais; (d) planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

projetos e investimentos, análise de ambiente macroeconômico e projeções de longo prazo; (e) supervisão e envio de informações à auditoria externa; (f) representar a Companhia perante órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais.

(iii) **Diretor de Relações com Investidores:** (a) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e (b) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição. Nesse sentido, os atuais Diretores da Companhia possuem as seguintes atribuições definidas pelo Conselho de Administração no ato de suas respectivas eleições:

(iv) **Diretor Comercial:** O Diretor Comercial é responsável por gerir a área comercial da Companhia, atuando na frente de comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelas sociedades da Viveo.

(v) **Diretor Diagnóstica:** O Diretor Diagnóstica é responsável por gerir a área comercial da Companhia relacionada à comercialização dos produtos e serviços oferecidos no segmento de laboratórios de diagnósticos.

(vi) **Diretor de Operações:** O Diretor de Operações é responsável por executar os planos de negócios da Companhia de acordo com o modelo de negócios que foi traçado antecipadamente, atuando na logística de distribuição e no controle de qualidade dos produtos da Companhia.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno, estando seus procedimentos e atribuições previstos no Estatuto Social.

A Companhia somente será representada, (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador; (iii) pela assinatura isolada de um Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração para assinatura de determinados documentos, nos termos de ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

no livro próprio; (iv) pela assinatura isolada de um procurador; e (v) pela assinatura conjunta de dois ou mais procuradores.

Os instrumentos de mandado outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

**c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não dispõe de um Conselho Fiscal de caráter permanente.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e o órgão não possui regimento interno próprio.

**d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração**

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria conforme políticas e práticas adotadas internamente.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

***i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros***

Conselho de Administração e Diretoria

O Presidente do Conselho de Administração realiza, anualmente, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia, a qual é realizada anualmente e cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Diretor que foi objeto de avaliação.

Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação anual do Conselho de Administração, tanto do órgão como de cada conselheiro, bem como pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia, que também possui funções no departamento de recursos humanos, realiza avaliações anuais do órgão colegiado, bem como de seus respectivos membros, de forma individual. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia. A avaliação dos comitês deverá ser realizada prioritariamente pelos órgãos internos da Companhia, sendo que a contratação de consultoria externa poderá ser feita em caráter excepcional, conforme aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

***ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação***

A Companhia adota metodologia avaliação de sua administração levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e dos Diretores, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nesse sentido, os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês são: (i) participação nos debates das matérias deliberadas; (ii) interação frequente com os demais membros da administração e proatividade no processo de tomada de decisão; e (iii) comprometimento com as atividades desempenhadas. Para fins da avaliação dos Diretores, deverão ser avaliados pelo mesmo mecanismo que os demais colaboradores da Companhia, que é baseado em indicadores de desempenho corporativo e metas individuais, que são definidos pelo Conselho de Administração, além daqueles previstos na Política de Remuneração.

### ***iii. como os resultados da avaliação são utilizados pela Companhia para aprimorar o funcionamento deste órgão***

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e dos Diretores são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados pela Administração como um todo, o que possibilita o mapeamento e definição de estratégias para aprimoramento do funcionamento da administração da Companhia. A partir dos resultados obtidos, a Companhia desenvolve e implementa planos de ações, como reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

### ***iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos***

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação de Assembleias Gerais em relação ao disposto na legislação societária.

Nesse sentido, observado o disposto na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e na regulamentação da CVM, em regra, das reuniões das Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e com 08 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária ou, ainda, no prazo determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei ou regulamentação aplicável exigir quórum mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Nota-se, ainda, que, no caso da Assembleia Geral Ordinária, em regra o edital de convocação é divulgado juntamente com a proposta da administração, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembleia.

### b. Competências

Sem prejuízo às outras matérias previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral terá as seguintes atribuições:

- (i) quaisquer alterações ao Estatuto Social;
- (ii) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (iii) a participação em grupo de sociedades;
- (iv) a dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (v) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidante;
- (vi) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia;

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (vii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia;
- (viii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia;
- (ix) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se drop down) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia;
- (x) aumento do capital social acima do limite do capital autorizado ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xi) emissão de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, acima do limite do capital autorizado; e
- (xii) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia.

### **c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e no site de relações com investidores da Companhia ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)).

### **d. identificação e administração de conflitos de interesses**

De acordo com o Código de Conduta, os colaboradores da Companhia e demais controladas e coligadas (Viveo) não devem se envolver em qualquer atividade ou situação que entre em conflito com ou interfira no desempenho de seus deveres para com a Companhia, ou seja, os colaboradores não devem competir ou permitir que interesses pessoais ou familiares exerçam influência direta ou indireta sobre os negócios da Viveo.

Um conflito de interesses pode surgir em qualquer relacionamento pessoal que possa influenciar a capacidade de agir no melhor interesse da Companhia, ou quando uma circunstância possa ou pareça ser afetada pela possibilidade de um benefício pessoal.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Pode existir um conflito quando o colaborador (ou um membro de sua família): (i) possuir participação individual ou familiar (parentes de primeiro grau como pais, irmãos, cônjuges e filhos) nos negócios de, ou participar da administração ou gestão de, qualquer fornecedor, prestador de serviço, cliente, concorrente ou em qualquer outra organização que faça negócios ou deseje fazer negócios com a Viveo; (ii) tomar uma decisão de negócios motivada por um interesse pessoal; (iii) receber um benefício pessoal de um fornecedor, prestador de serviço, cliente ou concorrente, como presentes, pagamento de refeições, transporte ou hospedagem, independentemente do valor; e (iv) usar os ativos da Companhia ou seu cargo para fins particulares.

Os colaboradores da Companhia não podem participar de processos decisórios de contratações e/ou parcerias com empresas e/ou organizações das quais participem do quadro societário ou as quais tenham, como sócios ou dirigentes, pessoas com quem mantenham relação de parentesco natural ou civil, exceto se devidamente reportados ao Comitê de *Auditoria* e autorizados pela diretoria da Companhia.

A Companhia, ainda, não tolera qualquer tipo de favorecimento, sendo expressamente vedado aos colaboradores: usar indevidamente de sua posição na Companhia para apropriar-se de oportunidades de negócios empresariais para seu benefício, de membros de sua família ou de terceiros, desenvolver atividades paralelas e conflitantes com o negócio da Companhia; e; contratar fornecedor com interesse particular.

Adicionalmente disposições previstas no Código de Conduta da Companhia, os conflitos de interesse também são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, hipótese na qual serão administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A Lei das Sociedades por Ações dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. No momento, não há projetos de implantação de novas práticas sobre o assunto.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Transação com Partes Relacionadas, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente nos termos dos artigos 155 e 156, que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Nos termos desta política, o administrador da Companhia que estiver envolvido em transações com partes relacionadas ou outra situação que represente potencial conflito de interesse deverá manifestar o seu conflito de interesse por escrito ao Conselho de Administração e ao departamento da Companhia que esteja negociando com a parte relacionada, bem como se abster de tomar qualquer providência, buscar qualquer informação ou participar de qualquer negociação que envolva a Companhia e/ou qualquer empresa da Viveo e a parte relacionada.

Neste cenário, o administrador também não poderá, de maneira alguma, administrar a execução do contrato de prestação de serviços ou de fornecimento que vier a ser assinado com a parte relacionada.

### **e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas formalizadas para solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto em suas Assembleias Gerais.

### **f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procurações outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação em vigor, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, dos seguintes documentos:(a) comprovante expedido pela instituição

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas.

O acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade: (a) documento de identificação com foto, para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições.

A Companhia solicita o depósito prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com até 24 horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail [ri@viveo.com.br](mailto:ri@viveo.com.br).

Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador"), nos termos do convênio firmado com a Companhia, receberá em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, conforme normas divulgadas pelo escriturador, o boletim de voto de seus acionistas, que não detenham ações objeto de depósito centralizado. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Agente Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

- (i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, 04544-051, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: [ri@viveo.com.br](mailto:ri@viveo.com.br), devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral;



## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato;

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação (conforme o subitem "f" acima) não será considerado válido, e, em consequência, não poderá ser processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

### **h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Também não disponibiliza mecanismos de participação a distância ou um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais. Ressalta-se que, considerando o disposto no artigo 21-C da Instrução CVM 481, tais sistemas não são obrigatórios à Companhia, ainda que, se verificada a necessidade de sua implementação em um futuro próximo, a Companhia poderá implementá-los.

### **i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia não adota prática diferenciada para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, aplicando-se o previsto na legislação societária.

Dessa forma, nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

ao cargo de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como a inclusão de matérias na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia deverão observar o disposto no art. 21-G da Instrução CVM 481 e serem encaminhadas diretamente à Companhia, endereçadas aos cuidados do Departamento de Relação com os Investidores, nos endereços informados no item "g" acima, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055, ou quando enviado por e-mail, para o endereço: Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 454, Edifício The One, Conjunto 42, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, 04544-051, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes do termo final dos prazos previstos na Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter: local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso, toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da documentação comprobatória de representação do acionista indicada na alínea "f" deste item 12.2

Ainda, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

Por fim, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481.

**j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. Caso se verifique a existência dessa demanda em momento futuro, a Companhia avaliará os melhores métodos de implementação de sistemas como os mencionados.

**k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito ao voto a distância**

Outras informações relativas à participação à distância nas assembleias da Companhia serão divulgadas por ocasião de sua convocação. A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de nossos acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às Assembleias Gerais de acionistas.

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

**a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias:**

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, ao menos mensalmente, mediante convocação de seu Presidente, ou, se os interesses sociais da Companhia assim exigirem, por convocação de qualquer de seus membros, podendo, ainda, os membros do Conselho de Administração determinar periodicidade inferior, caso julguem necessário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas 23 reuniões do Conselho de Administração, sendo:

<b>Reuniões do Conselho de Administração – Exercício Social 2020</b>	
Número de Reuniões Ordinárias	1
Número de Reuniões Extraordinárias	22
<b>Número Total de Reuniões</b>	<b>23</b>

**b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

A Companhia não possui acordo de acionistas vigente.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2021, visa a estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. A Política de Transações com Partes Relacionadas interpreta conflito de interesses como uma situação em que os interesses particulares próprios ou de seus relacionamentos mais próximos, de alguma maneira real ou aparente, interfiram ou possam potencialmente interferir nos interesses da Companhia. É o evento ou a circunstância em que uma pessoa que possuir qualquer tipo de negócio ou potencial transação com a Companhia, encontra-se envolvido em processo decisório e tenha o poder de influenciar ou direcionar o resultado deste processo, assegurando um ganho e/ou benefício para si, amigo ou outra pessoa, em detrimento da Companhia. Dessa forma, a Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Os administradores ou os administradores das controladas envolvidos no processo de aprovação de qualquer transação com partes relacionadas que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e explicar seu envolvimento na transação e fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Uma vez determinadas como transações com partes relacionadas, as transações devem ser submetidas pelo Departamento Jurídico para apreciação do Comitê de Auditoria, contendo, no mínimo, as seguintes informações: parte relacionada envolvida, objeto da transação, características dos montantes envolvidos, preços, prazos, condições de rescisões, e demais condições gerais relevantes, indicando operações de mercado semelhantes, sempre que possível, e em todos os casos, a justificativa comercial e econômica e como será reportada nas demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia.

Quando exigido pela legislação aplicável, a transação com Parte Relacionada deverá ser embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

O Comitê de Auditoria deverá avaliar previamente se as referidas transações estão sendo realizadas de forma adequada, observando os interesses da Companhia e dos acionistas, as condições de mercado usualmente aplicáveis a quaisquer terceiros com os quais a Companhia se relacione e emitir uma recomendação ao Conselho de Administração.

Ainda, vale ressaltar que o administrador conflitado deverá se ausentar do processo de votação da matéria, quando aplicável.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas.

**d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

***(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e***

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Em reunião realizada em 15 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram a Política de Indicação dos administradores, a qual foi alterada em 07 de abril de 2021, sendo esta última a versão vigente, aplicável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento. A íntegra da Política de Indicação pode ser acessada no site de relações com investidores ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Indicação".

#### ***(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros***

A Política de Indicação estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a indicação de membros ao Conselho de Administração, Diretoria e membros de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, visando atender a legislação em vigor e as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado. Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

Os principais procedimentos estabelecidos pela Política de Indicação estão descritos abaixo:

#### **Conselho de Administração:**

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia: (a) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta; (b) reputação ilibada; (c) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta; (d) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; (e) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (f) experiência profissional em temas diversificados; (g) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e (h) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da

### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos desta Política.

#### **Diretoria**

O Conselho de Administração deverá indicar para composição da Diretoria, profissionais que saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, gestores e associados, bem como a responsabilidade social e ambiental da Companhia, pautados pela legalidade e pela ética. A indicação deve visar também à formação de um grupo alinhado com os princípios e valores da Companhia tendo em vista a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia.

A indicação dos Diretores da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, de acordo com sua função: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições de diretor ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de Diretor ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (iv) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; (v) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de

### **12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração**

administrador de companhia aberta; (vi) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; e (vii) isenção de conflito de interesse com a Companhia.

#### **Comitês**

Os membros dos Comitês poderão ser membros do Conselho de Administração ou terceiros que não sejam administradores ou associados da Companhia, por exemplo, especialistas ou outras pessoas cuja contribuição seja útil ao desempenho dos trabalhos dos Comitês, desde que observada a regulamentação aplicável.

A eleição dos membros dos Comitês pelo Conselho de Administração, sejam conselheiros ou não conselheiros, deverão obedecer aos seguintes critérios, além daqueles previstos nos respectivos regimentos internos: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições do comitê ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas como membro do Comitê ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia; (iv) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (v) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões e da leitura prévia da documentação.



#### **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Cargo eletivo ocupado	Data de posse		
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>							
LEONARDO ALMEIDA BYRRO	23/01/1980		Pertence apenas à Diretoria	26/11/2020	1 ano	4	
269.275.368-25	ENGENHEIRO		13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	26/11/2020	Não	0.00%	
Não há							
GUILHERME FONSECA GOULART	08/09/1979		Pertence apenas à Diretoria	26/11/2020	1 ano	3	
279.285.928-86	CONTADOR		19 - Outros Diretores	26/11/2020	Sim	0.00%	
Não há			DIRETOR FINANCEIRO				
RENAN DE ALMEIDA HERVELHA	22/08/1984		Pertence apenas à Diretoria	26/11/2020	1 ano	3	
333.637.448-03	ENGENHEIRO		13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	26/11/2020	Sim	0.00%	
Não há							
THIAGO LISKA	30/10/1979		Pertence apenas à Diretoria	26/11/2020	1 ano	3	
020.058.649-19	FARMACÊUTICO		19 - Outros Diretores	26/11/2020	Sim	0.00%	
Não há			DIRETOR DIAGNÓSTICA				
LÚCIO FLÁVIO BUENO	11/11/1970		Pertence apenas à Diretoria	26/11/2020	1 ano	4	
855.987.046-68	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/11/2020	Sim	0.00%	
Não há							
PAULO SÉRGIO CRUZ DORTAS MATOS	30/01/1961		Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2021	01 ANO	0	
219.961.055-15	CONTADOR		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2021	Não	0.00%	
NÃO HÁ							
THAYAN NASCIMENTO HARTMANN	24/04/1988		Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/02/2021	1 ano	4	
072.009.506-96	Engenheiro		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/02/2021	Sim	100.00%	
Não há							
LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA	27/04/1980		Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/02/2021	1 ano	2	

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Data de posse	Foi eleito pelo controlador		
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>							
220.001.658-18	ADVOGADO		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/02/2021	Sim		100.00%
<b>MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>							
RICARDO PECHINHO HALLACK	16/03/1979		Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/04/2020	1 ano	0	
082.237.447-16	ADMINISTRADOR		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/04/2020	Não	0.00%	
Não há							
MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO	12/08/1978		Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/02/2021	1 ano	3	
073.477.007-36	ECONOMISTA		20 - Presidente do Conselho de Administração	02/02/2021	Sim	100.00%	
Não há							

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

LEONARDO ALMEIDA BYRRO - 269.275.368-25

O Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO, CEO da Companhia, possui 20 anos de experiência no ramo da engenharia e da administração de empresas, tendo iniciado seu percurso na Microsoft (2002-2003), onde foi gerente de produtos. Exerceu também cargo de gerente de vendas na Anheuser-Busch InBev por 4 anos e 4 meses. Foi Diretor Geral e vice-presidente de Global Supply da BRF entre os anos de 2016 e 2017, além de ter se tornado sócio da Tarpon Investimentos (2010-2017). Também foi CEO da Cremer S.A., de 2013 a 2016, onde também foi chefe de operações, de 2012 a 2013.

Das empresas em que o Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO atuou, apenas a Cremer S.A. integra o grupo econômico da Companhia e é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO possui formação em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia Mauá, fez pós graduação em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e possui MBA em Administração pela Northwestern University.

O Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. LEONARDO ALMEIDA BYRRO declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

GUILHERME FONSECA GOULART - 279.285.928-86

O Sr. GUILHERME FONSECA GOULART, Diretor Financeiro do Grupo Mafra, possui mais de 20 anos de experiência na área de contabilidade, tendo exercido cargo de Controladoria na AmbVev de 1999 a 2002, Controlador na Valspar de 2002 a 2013 e superintendente na Cremer S.A., entre os anos de 2013 e 2019. Suas principais competências envolvem planejamento empresarial e previsão estatística. Das empresas em que o Sr. GUILHERME FONSECA GOULART atuou, apenas a Cremer S.A. integra o grupo econômico da Companhia e é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. GUILHERME FONSECA GOULART é formado em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA em Finanças pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O Sr. GUILHERME FONSECA GOULART declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. GUILHERME FONSECA GOULART declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. GUILHERME FONSECA GOULART declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

RENAN DE ALMEIDA HERVELHA - 333.637.448-03

O Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA, Diretor Comercial do Grupo Mafra, possui trajetória profissional plural, tendo exercido cargo de Diretor Coordenador na Danone S.A., em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, de Diretor de Vendas Globais na mesma companhia, em sua sede na França e no Brasil. Trabalhou na Flora Cosméticos e Limpeza, onde exerceu o cargo de Gerente Nacional de Vendas para o canal de farmácia e varejo, e na Johnson & Johnson, onde exerceu o cargo de Gerente Nacional.

Nenhuma das empresas em que o Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA possui formação em administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). O Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. RENAN DE ALMEIDA HERVELHA declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

THIAGO LISKA - 020.058.649-19

O Sr. THIAGO LISKA, diretor executivo do Grupo MAFRA, é um profissional com sólida experiência em desenvolvimento de negócio e área comercial, com mais de 12 anos de experiência em companhias nacionais e multinacionais de grande porte, como Unilever, Credit Suisse, Whirpool e Dasa. Possui conhecimentos em atividades ligadas a desenvolvimentos e gestão de negócios, como estratégia comercial, desenvolvimento de categorias, pricing, planejamento de demanda, planejamento estratégico, práticas de gestão e controles financeiros.

Nenhuma das empresas em que o Sr. THIAGO LISKA atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. THIAGO LISKA declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. THIAGO LISKA declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. THIAGO LISKA declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

LÚCIO FLÁVIO BUENO - 855.987.046-68

O Sr. LÚCIO FLÁVIO BUENO é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Gama Filho, pós-graduado em Gestão de Finanças pela IAG PUC Rio e Gestão Empreendedora pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de mais de 36 anos de trabalho, sendo 16 anos no Banco do Brasil onde gerenciou diversas agências, chegando a Superintendente Regional, 10 anos na Aloés Ind. Com. Ltda (fábrica de descartáveis) atuando como CFO e Operações, e 10 anos na Mafra Hospitalar.

Nenhuma das empresas em que o Sr. LÚCIO FLÁVIO BUENO atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Na Vivo, liderou algumas áreas como a Diretoria Financeira, Diretoria de Tecnologia e Sistemas e a Diretoria de Operações. Atualmente é COO da Vivo. Acompanhou o desenvolvimento da Mafra na última década com os principais destaques: a) implantação do ERP Protheus e integração do CRM Money em 2011; b) criação da Health Log como operadora logística do Grupo em 2013; c) conquista da liderança na distribuição hospitalar em 2015; d) estruturação das operações logísticas. Armazém e Transporte, nas regiões Nordeste e Sul do Brasil; e) atuação junto aos Governos dos Estados de GO, PR e DF, com suporte jurídico/fiscal, para estruturação de benefícios fiscais vigentes no Grupo; f) atuação junto a indústria farmacêutica apoiando os processos de suprimentos da Mafra; g) participação de reuniões internacionais junto a Argon, onde o grupo passou a atuar como Master Dealer e detentor das licenças na Anvisa para todas as linhas de produtos; h) condução das tratativas junto à DNA Capital para a venda de 37% do capital social; i) participação ativa na aquisição da Tecnocold, cuidando de toda a integração operacional daquela empresa ao Grupo Mafra; j) participação na estruturação de Funding, através de debêntures, junto ao Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, para aquisição da Cremer.

Na CCM, empresa de fraldas descartáveis com capital 100% nacional, atua como membro do Conselho de Administração.

O Sr. LÚCIO FLÁVIO BUENO declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. LÚCIO FLÁVIO BUENO declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. LÚCIO FLÁVIO BUENO declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS - 219.961.055-15**

O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria externa em companhias globais, sendo expert em contabilidade societária. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi responsável pela Divisão de Auditoria da Grant Thornton do Brasil e na Ernst & Young foi o sócio líder da área de Strategic Growth Markets (SGM) com foco na preparação de empresas para a entrada de fundos de Private Equity e para a abertura de capital (IPOs). Atualmente atua como consultor independente e como membro de comitês de vários segmentos em empresas de capital aberto e fechado. No terceiro setor, o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS dedica parte de seu tempo como mentor da ONG Endeavor que atua junto a empresas com alto potencial de crescimento. Além disso, também é membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e, para fins de cumprimento do Regulamento do Novo Mercado, é o membro especialista em contabilidade do Comitê de Auditoria

Nenhuma das empresas em que o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Além disso, o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou do acionista controlador; (v) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vii) não tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e (ix) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

**THAYAN NASCIMENTO HARTMANN - 072.009.506-96**

THAYAN NASCIMENTO HARTMANN é sócio-diretor responsável pela prática de Private Equity na DNA Capital Consultoria Ltda. Previamente, atuou como membro dos conselhos de administração das empresas Grupo Maifra, Cremer, GSC, Laveabras e Ellis Brasil.

Antes de se juntar à DNA Capital, trabalhou na Angra Partners, como Associate do time de Private Equity.

Nenhuma das empresas em que o Sr. THAYAN NASCIMENTO HARTMANN atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Thayan Hartmann é detentor da certificação CFA (Chartered Financial Analyst), é Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM e detém a certificação CGA pela ANBIMA.

Sua formação é em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de São Paulo.

O Sr. THAYAN NASCIMENTO HARTMANN declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. THAYAN NASCIMENTO HARTMANN declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. THAYAN NASCIMENTO HARTMANN declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA - 220.001.658-18**

LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA é sócio e diretor jurídico da DNA Capital Consultoria Ltda., assim como membro do conselho de administração, baseado em São Paulo.

Antes de juntar-se à DNA Capital, Luiz Felipe foi sócio fundador do Stocche Forbes Advogados e sócio do Machado Meyer Advogados, com mais de 20 anos de experiência no setor.

Atualmente é membro do conselho de administração da GSC Integradora de Saúde.

Nenhuma das empresas em que o Sr. LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Previamente, Luiz Felipe Costa foi integrante do conselho de administração de diversas empresas e participou de uma ampla gama de fusões e aquisições internacionais.

LUIZ FELIPE é formado e mestre em direito pela Universidade de São Paulo.

O Sr. LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**RICARDO PECHINHO HALLACK - 082.237.447-18**



RICARDO PECHINHO HALLACK se juntou à Temasek em Dezembro de 2010 como Diretor de investimentos no escritório do Brasil. Atualmente atua como membro dos conselhos do Grupo Mafra e Neoway. Antes de se juntar à Temasek, Ricardo trabalhou em private equity no The Rohatyn Goup com foco em mercados emergentes, primeiro baseado em Nova Iorque e depois São Paulo (2004-2010). Ricardo começou a carreira na divisão de banco de investimentos do Morgan Stanley (Nova Iorque) onde focou em transações de telecom, mídia e tecnologia entre 2001-2004.

Nenhuma das empresas em que o Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

RICARDO PECHINHO HALLACK declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ainda, o Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do acionista controlador; (v) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vii) não tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e (ix) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO - 073.477.007-36

MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO é cofundador e sócio na DNA Capital Consultoria Ltda. Já foi membro do Conselho de Administração de empresas como Dasa, GSC e Beep Saúde.

Antes de se juntar à DNA Capital, Mário foi CEO da One Health, plano de saúde premium da UnitedHealth Brazil (anteriormente conhecida como Grupo Amil) e Diretor Comercial da UnitedHealth Brazil. Ele iniciou sua carreira na divisão de Asset Management do Banco Bozano.

Nenhuma das empresas em que o Sr. MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Mário é graduado em Economia pelo IBMEC/RJ e possui MBA pela FIA/USP. Também é graduado pelo INSEAD - Executive Program in Strategy.

O Sr. MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

<b>Tipo de Condenação</b>	<b>Descrição da Condenação</b>
LEONARDO ALMEIDA BYRRO - 269.275.368-25	
N/A	N/A
GUILHERME FONSECA GOULART - 279.285.928-86	
N/A	N/A
RENAN DE ALMEIDA HERVELHA - 333.637.448-03	
N/A	N/A
THIAGO LISKA - 020.058.649-19	
N/A	N/A
LÚCIO FLÁVIO BUENO - 855.987.046-68	
N/A	N/A
PAULO SÉRGIO CRUZ DORTAS MATOS - 219.961.055-15	
N/A	N/A
THAYAN NASCIMENTO HARTMANN - 072.009.506-96	

N/A	N/A
LUIZ FELIPE DUARTE MARTINS COSTA - 220.001.658-18	N/A
N/A	N/A
RICARDO PECHINHO HALLACK - 082.237.447-16	N/A
N/A	N/A
MÁRIO SÉRGIO AYRES CUNHA RIBEIRO - 073.477.007-36	N/A
N/A	N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO	Comitê de Auditoria	ADVOGADO	Membro do Comitê (Efetivo)	04/06/1963	15/03/2021	Até 30/04/2022
052.393.918-31				15/03/2021	3	100.00%
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS	Comitê de Auditoria	CONTADOR	Outros	30/01/1961	15/03/2021	Até 30/04/2022
219.961.055-15			ESPECIALISTA EM CONTABILIDADE	15/03/2021	3	100.00%
RICARDO PECHINHO HALLACK	Comitê de Auditoria	ADMINISTRADOR	Membro do Comitê (Efetivo)	16/03/1979	15/03/2021	Até 30/04/2022
082.237.447-16				15/03/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>						
<p>JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO - 052.393.918-31</p> <p>O Sr. JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO conta com mais de 39 anos de experiência na prática de advocacia sendo sócio fundador do escritório Miguel Neto Advogados, fundado em 1990. Durante sua carreira, atuou como advogado, tendo participado do Baker &amp; Mackenzie Brasil, entre os anos de 1989 e 1990. Foi gerente da área de Contencioso Tributário na Johnson &amp; Johnson S/A, de 1986 a 1989 e advogado na Nestle S/A, atuando na área de Direito Tributário de 1983 a 1986. Atuou como advogado no KSB Bombas Hidráulicas S/A entre os anos de 1982 e 1983 e é ex-Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.</p> <p>O Sr. JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (1985), com especialização em Direito Tributário – Parker School da Columbia University of New York New York, 1989, especialização em Jurisprudência Aplicada no Planejamento Fiscal – Coopers &amp; Lybrand, São Paulo, especialização em Direito Internacional – Parker School of Foreign and Comparative Law, Columbia Law School, New York e especialização em Arbitragem – Associação dos Advogados de São Paulo.</p> <p>Nenhuma das empresas em que o Sr. JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.</p> <p>O Sr. JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>						
PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS - 219.961.055-15						



O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria externa em companhias globais, sendo expert em contabilidade societária. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi responsável pela Divisão de Auditoria da Grant Thornton do Brasil e na Ernst & Young foi o sócio líder da área de Strategic Growth Markets (SGM) com foco na preparação de empresas para a entrada de fundos de Private Equity e para a abertura de capital (IPOs). Atualmente atua como consultor independente e como membro de comitês de vários segmentos em empresas de capital aberto e fechado. No terceiro setor, o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS dedica parte de seu tempo como mentor da ONG Endeavor que atua junto a empresas com alto potencial de crescimento. Além disso, também é membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e, para fins de cumprimento do Regulamento do Novo Mercado, é o membro especialista em contabilidade do Comitê de Auditoria

Nenhuma das empresas em que o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Ainda, o Sr. PAULO SERGIO DORTAS MATOS é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vii) não tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e (ix) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

RICARDO PECHINHO HALLACK - 082.237.447-16

RICARDO PECHINHO HALLACK se juntou à Temasek em Dezembro de 2010 como Diretor de investimentos no escritório do Brasil. Atualmente atua como membro dos conselhos do Grupo Mafra e Neoway. Antes de se juntar à Temasek, Ricardo trabalhou em private equity no The Rohatyn Goup com foco em mercados emergentes, primeiro baseado em Nova Iorque e depois São Paulo (2004-2010). Ricardo começou a carreira na divisão de banco de investimentos do Morgan Stanley (Nova Iorque) onde focou em transações de telecom, mídia e tecnologia entre 2001-2004.

Nenhuma das empresas em que o Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK atuou (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Ricardo é formado em Economia e Relações Internacionais pela Georgetown University, é também um CFA Charterholder e membro do São Paulo Society of Security Analysts.

O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Ainda, o Sr. RICARDO PECHINHO HALLACK é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não é afim até segundo grau do acionista controlador; de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vii) não tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e (ix) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO - 052.393.918-31
N/A	N/A
N/A	PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS - 219.961.055-15
N/A	N/A
N/A	RICARDO PECHINHO HALLACK - 082.237.447-16
N/A	N/A

## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administração da Companhia, controladas e controladores.

## **12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não havia qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

**12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O)

A Companhia mantém apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores ("D&O") em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

A apólice atualmente vigente foi contratada junto à Chubb Seguros Brasil S.A., e tem validade até 1º de novembro de 2021. O prêmio líquido total é de R\$ 209.869,08, e limite máximo de garantia é de R\$ 170.000.000,00, que cobre o pagamento de indenização ou reembolso aos Administradores e/ou à Companhia, por perda resultante de uma reclamação em decorrência de um ato danoso, práticas trabalhistas indevidas, custos de defesa por dano ambiental, despesas com publicidade e despesas emergenciais que tenham como objetivo minorar ou evitar os efeitos de uma reclamação, entre outras.

**12.12 - Outras informações relevantes**

**Data e quórum de instalação das Assembleias Gerais realizada nos últimos três exercícios sociais:**

<b>DATA:</b>	<b>TIPO DA ASSEMBLEIA:</b>	<b>QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:</b>
22.01.2018	Ordinária	100%
29.01.2018	Extraordinária	100%
08.03.2018	Extraordinária	100%
22.03.2018	Extraordinária	100%
02.04.2018	Extraordinária	100%
30.04.2018	Extraordinária	100%
03.12.2018	Extraordinária	100%
23.01.2019	Extraordinária	100%
06.02.2019	Extraordinária	100%
06.02.2019	Extraordinária	100%
14.03.2019	Extraordinária	100%
30.04.2019	Ordinária	100%
12.07.2019	Extraordinária	100%
14.07.2019	Extraordinária	100%
02.10.2019	Extraordinária	100%
20.11.2019	Extraordinária	100%
09.12.2019	Extraordinária	100%
09.12.2019	Extraordinária	100%
29.01.2020	Extraordinária	100%
07.02.2020	Extraordinária	100%
12.03.2020	Extraordinária	100%
02.04.2020	Extraordinária	100%

**12.12 - Outras informações relevantes**

29.04.2020	Ordinária	100%
11.05.2020	Extraordinária	100%
30.09.2020	Extraordinária	100%

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 15 de março de 2021 ("Política de Remuneração"), que pode ser acessada no site de relações com investidores (viveo.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Remuneração".

A Política de Remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e os comitês de assessoramento do Conselho de Administração ("Membros da Administração") tem por finalidade estabelecer as diretrizes e regras que deverão ser observadas para a determinação da remuneração dos Membros da Administração da Companhia e suas subsidiárias. O objetivo da Política de Remuneração é fazer com que o sistema de remuneração da Companhia promova uma cultura de superação de resultados, por meio da contratação e retenção dos melhores profissionais.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

#### **Conselho de Administração**

##### Remuneração Fixa

Os conselheiros independentes e eleitos pelos acionistas minoritários fazem jus a uma remuneração mensal, a título de pró-labore.

A Companhia ressalta que, de acordo com a sua Política de Remuneração, poderá (faculdade) ser instituída a remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração, sem exceção.

##### Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não inclui nenhum benefício.

A Companhia reembolsará despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

#### Participação em Comitês.

Conforme previsto na Política de Remuneração, os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

#### Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.

#### Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

#### Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

#### Remuneração Baseada em Ações

Os membros do Conselho de Administração podem ser contemplados pelo Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, tratando-se de unidades representativas do direito ao pagamento baseado em ações de emissão da Companhia, baseadas e calculadas no efetivo cumprimento de metas e desempenho. Ainda, os membros do Conselho de Administração da Companhia também podem ser contemplados no Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado pela assembleia geral da Companhia. Contudo, atualmente nenhum membro do Conselho de Administração foi contemplado no programa de Phantom Shares ou no Plano de Incentivo como contrapartida pelo exercício do cargo.



## **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

### **Diretoria Estatutária**

#### Remuneração Fixa

A remuneração fixa anual dos membros da Diretoria Estatutária tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria, sendo essa remuneração mensal, a título de pró-labore.

#### Benefícios Diretos e Indiretos.

Complementam a remuneração da Diretoria os benefícios de assistência médica e odontológica, previdência complementar, seguro de vida e vale refeição.

#### Participação em Comitês

Em regra, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

#### Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (ICP) anual, com base nas metas e estratégias do negócio fixadas pela Assembleia Geral de Acionistas, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da Companhia, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

#### Benefícios Pós-Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária podem aderir opcionalmente, enquanto no exercício dos respectivos cargos, aos Planos Geradores de Benefícios Livres e Vida Geradores de Benefícios Livres, respectivamente conhecidos como PGBL e VGBL instituídos pela Zurich Vida e Previdência S.A. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições da Companhia e dos participantes. No caso de pós emprego, não há participação da Companhia. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Zurich Vida e Previdência S.A.

#### Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Em regra, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

#### Remuneração Baseada em Ações

Os membros da Diretoria Estatutária podem ser contemplados pelo Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, tratando-se de unidades representativas do direito ao pagamento baseado em ações de emissão da Companhia, baseadas e calculadas no efetivo cumprimento de metas e desempenho. Ainda, os membros da Diretoria Estatutária também podem ser contemplados no Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado pela assembleia geral.

#### **Comitês Estatutários**

Os membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração não recebem remuneração específica por tal função, exceto se for membro externo especialista que não integre o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal.

#### **Conselho Fiscal**

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal farão jus a remuneração a ser deliberada em sede de assembleia geral de acionistas da Companhia. Em consonância com o disposto no art. 162, §<sup>3º</sup> da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, contempla, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, uma remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

#### **Diretoria Não – Estatutária**

##### Remuneração Fixa

A remuneração fixa anual dos membros da Diretoria Não Estatutária tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à função, sendo essa remuneração mensal, a título de pró-labore.

##### Benefícios Diretos e Indiretos

Complementam a remuneração da Diretoria Não Estatutária os benefícios de assistência médica e odontológica, previdência complementar, seguro de vida e vale refeição.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

#### Participação em Comitês

Em regra, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

#### Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Não Estatutária podem fazer jus à remuneração variável (ICP) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

#### Benefícios Pós-Emprego

Os membros da Diretoria Não Estatutária podem aderir opcionalmente, enquanto no exercício dos respectivos cargos, aos Planos Geradores de Benefícios Livres e Vida Geradores de Benefícios Livres, respectivamente conhecidos como PGBL e VGBL instituídos pela Zurich Vida e Previdência S.A. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições da Companhia e dos participantes. No caso de pós emprego, não há participação da Companhia. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Zurich Vida e Previdência S.A.

#### Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Em regra, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo.

#### Remuneração Baseada em Ações

Os membros da Diretoria Não Estatutária podem ser contemplados pelo Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, tratando-se de unidades representativas do direito ao pagamento baseado em ações de emissão da Companhia, baseadas e calculadas no efetivo cumprimento de metas e desempenho. Ainda, os membros da Diretoria Estatutária também podem ser contemplados no Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado pela assembleia geral da Companhia.

ii. ***Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:***

**13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitês</b>
Remuneração Fixa	84,36%	69,99%	74,30%	N/A	N/A
Benefício Diretos e Indiretos	15,64%	6,11%	8,68%	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	NA	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	16,06%	6,8%	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	7,84%	10,22%	N/A	N/A
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	0%	0%	N/A	N/A
<b>TOTAL</b>	100,00%	100,00%	100,00%	N/A	N/A

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitês</b>
Remuneração Fixa	95,59%	68,01%	68,75%	N/A	N/A
Benefício Diretos e Indiretos	4,41%	4,77%	6,63%	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	22,19%	19,63%	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	5,02%	4,99%	N/A	N/A
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	0%	0%	N/A	N/A
<b>TOTAL</b>	100%	100,00%	100,00%	N/A	N/A

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Diretoria não Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitês</b>
Remuneração Fixa	92,43%	76,22%	35,71%	N/A	N/A
Benefício Diretos e Indiretos	7,57%	5,44%	3,46%	N/A	N/A

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	18,34%	60,83%	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	0%	0%	N/A	N/A
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	0%	0%	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	0%	0%	N/A	N/A
<b>TOTAL</b>	100,00%	100,00%	100,00%	N/A	N/A

#### ***iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas medianas adotadas pelo mercado brasileiro para administradores que exerçam funções semelhantes em empresas que tenham operações iguais ou parecidas com aquelas desempenhadas na Companhia.

O departamento de Recursos Humanos da Companhia é o responsável por consultar e realizar pesquisas de mercados, recomendado aos acionistas ou aos membros do Conselho de Administração os valores de remuneração a serem pagos aos Administradores e os critérios para cálculo dos valores variáveis. Em consideração também são observados os resultados das metas e diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item "c" abaixo.

#### ***iv. razões que justificam a composição da remuneração***

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos Diretores, estatutários e não estatutários, se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais competentes, idôneos e que atendam os valores adotados pela Companhia.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

A Companhia acredita que o pagamento de remuneração variável baseado em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus diretores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de “dono”, conforme sejam remunerados pelos resultados positivos da Companhia.

#### ***v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato***

Os membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos pelos acionistas controladores e dos comitês de assessoramento não fazem jus à remuneração pelo exercício dos seus respectivos cargos, exceto os conselheiros independentes e os conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários.

O motivo pelo qual esses administradores não recebem remuneração consiste no fato de serem representantes dos acionistas controladores da Companhia.

#### ***c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:***

##### **Remuneração Fixa:**

A remuneração fixa e os benefícios (diretos, indiretos, pós emprego) dos Diretores, estatutários ou não, dos membros independentes ou eleitos pelos acionistas minoritários do Conselho de Administração não está vinculada ou condicionada diretamente a indicadores de desempenho.

##### **Remuneração Variável:**

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas, que leva em consideração: (i) indicadores estratégicos da Companhia, como EBITDA, receita, crescimento, satisfação do cliente, volume de vendas e despesas (ii) projetos estratégicos, retenção de talentos e aderência a padrões.

O sistema de gestão de metas utilizado para determinar a parcela variável da remuneração da Administração possui como critérios: (i) atingimento das metas da Companhia como um todo; (ii) atingimento das metas relacionadas aos Administradores individualmente considerados; e (iii) atingimento dos critérios mínimos. =

O cálculo tem como gatilho as metas EBITDA para elegibilidade do pagamento da bonificação, tendo definido o valor de 80% para o mínimo de atingimento para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Estes indicadores também servem de base para determinar o múltiplo salarial máximo a

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

ser distribuído, acrescentando os indicadores de nível de Serviço e Despesas. Caso haja elegibilidade no pagamento de bonificação para o exercício em questão, os diretores recebem a remuneração variável de acordo com o atingimento de metas coletivas e metas individuais de performance.

As metas coletivas dos exercícios sociais de 2017, 2018, 2019 e 2020 foram construídas a partir de uma composição dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia, incluindo: Ciclo de caixa consolidado, Dias de contas a receber, Dias de contas a pagar, Plano de desenvolvimento, Custo de planta, Lucro bruto, Benefício fiscal/Receita Líquida, Custo de planta, Lucro bruto, Market share, Receita líquida de serviços/receita total, Receita líquida, percentual de reclamações SAC, prazo de entrega, eficiência industrial, despesas com vendas e implantação de projetos de sistemas. A remuneração ligada a avaliação de desempenho é constituída de acordo com as competências exigidas para função, e é avaliada em 360º anualmente.

O atingimento de metas e dos desempenhos descritos acima também serão utilizados para que os administradores, quando aplicável, possam ser beneficiados pelo Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares e pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

#### ***d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

A remuneração dos administradores é estruturada para evolução dos indicadores da Companhia, através da composição fixo e variável, onde a remuneração fixa tem como estratégia a compatibilidade com mercado e a remuneração variável composta pelos indicadores do descritos no item anterior, tendo como estratégia incentivar a busca para os resultados até acima do planejado pela companhia.

#### ***e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo***

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

Ainda, apesar dos membros do Conselho de Administração (exceto os conselheiros independentes e conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários) não receberem remuneração fixa, essa condição ainda assim estaria alinhada com os interesses da Companhia, uma vez que, por serem representantes dos controladores, deverão sempre contribuir para o atingimento de metas que visem o crescimento da Companhia e a valorização dos seus ativos.

***f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo diretores e membros do Conselho de Administração, paga em contrapartida ao exercício do respectivo cargo na Companhia, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

***g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor***

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

***h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:***

***i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam***

A remuneração é o conjunto de compensações salariais e benefícios oferecidos aos membros da Administração da Companhia pela reciprocidade aos serviços prestados.

Os acionistas, no caso dos membros do Conselho de Administração ou de Comitês a ele vinculado, ou o Conselho de Administração, no caso dos membros da Diretoria,



### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

deverão determinar a remuneração do Administrador dentro do segundo ou terceiro quartil apontado na pesquisa de mercado usada como base para fixar a remuneração, sempre considerando a remuneração global fixada pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício social.

O departamento de Recursos Humanos da Companhia é o responsável por consultar e realizar pesquisas de mercados, recomendado aos acionistas ou aos membros do Conselho de Administração os valores de remuneração a serem pagos aos Administradores e os critérios para cálculo dos valores variáveis.

Nenhuma remuneração poderá ser proposta ou prometida a nenhum Administrador das empresas que compõem o grupo societário da Companhia para que o Administrador se comprometa com os fornecedores, clientes, acionistas ou instituições financeiras, com volumes de operações, rentabilidade de ações ou títulos emitidos pela empresa da Viveo na qual o Administrador exerce a sua função.

Nenhuma remuneração poderá ser proposta ou prometida a um Administrador que possa, de alguma forma, com base em metas ou desempenho que ponha em risco a saúde financeira de uma empresa da Viveo ou que não esteja vinculada a metas e desempenhos alinhados com o plano estratégico das empresas da Viveo determinado pelos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social a Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e o Conselho de Administração deverá distribuir tal montante entre os membros da administração.

***ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos***

A remuneração fixa, variável e baseada em ações é estabelecida pelo Conselho de Administração, no caso dos Diretores estatutários e não estatutários, e pelos acionistas, no caso dos membros do Conselho de Administração que receberem remuneração, com base na pesquisa elaborada pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia, utilizando como referência a faixa mediana paga pelo mercado brasileiro para administradores exercendo funções semelhantes em empresas que tenham operações iguais ou parecidas com a Companhia e as sociedades da Viveo.

***iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor***

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

A Política de Remuneração deverá ser revisada e analisada a cada 02 (dois) anos ou, ainda, quando houver alteração na legislação que regulamenta a matéria. A revisão será realizada pelo Comitê de Auditoria e sua aprovação será deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia.

## 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,16	5,75	0,00	10,91
Nº de membros remunerados	2,00	5,75	0,00	7,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	273.000,00	4.791.000,00	0,00	5.064.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	611.592,36	0,00	611.592,36
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS 64.600,00	INSS 1.774.785,07		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.082.925,37	0,00	4.082.925,37
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	552.600,00	0,00	552.600,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	250.000.000,00	0,00	250.000.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. O valor no item "Baseada em ações (incluindo opções)" refere-se ao valor bruto estimado do pagamento do prêmio aos diretores da Companhia que são beneficiários do Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, que se tornará devido em virtude da realização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Oferta"). Tal montante foi calculado com base em um valor estimado do preço por ação para a Oferta, o qual somente será definido após a realização do procedimento de bookbuilding.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. O valor no item "Baseada em ações (incluindo opções)" refere-se ao valor bruto estimado do pagamento do prêmio aos diretores da Companhia que são beneficiários do Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, que se tornará devido em virtude da realização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Oferta"). Tal montante foi calculado com base em um valor estimado do preço por ação para a Oferta, o qual somente será definido após a realização do procedimento de bookbuilding.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	
Total da remuneração	337.600,00	261.812.902,80	0,00	262.150.502,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,75	5,00	0,00	5,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	915.504,00	4.082.000,00	0,00	4.997.504,00
Benefícios direto e indireto	169.724,23	356.085,23	0,00	525.809,46
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	936.680,64	0,00	936.680,64
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	457.200,00	0,00	457.200,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.085.228,23</b>	<b>5.831.963,87</b>	<b>0,00</b>	<b>6.917.194,10</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,66	0,00	8,66
Nº de membros remunerados	3,00	3,66	0,00	6,66
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	3.662.061,00	3.095.348,80	0,00	6.757.409,80
Benefícios direto e indireto	169.116,40	217.310,20	0,00	386.426,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.010.000,00	0,00	1.010.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	228.559,24	0,00	228.559,24
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	
<b>Total da remuneração</b>	3.831.132,40	4.551.218,24	0,00	8.382.350,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,75	0,00	7,75
Nº de membros remunerados	3,00	1,75	0,00	4,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.058.491,00	1.870.000,01	0,00	3.928.491,01
Benefícios direto e indireto	168.518,16	133.548,59	0,00	302.066,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- .Circular CVM/SEP nº 01/2021	
<b>Total da remuneração</b>	2.227.009,16	2.453.548,90	0,00	4.680.558,06

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

<b>Previsão para o Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	5,16	5,75	N/A	10,91
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	0,00	5,75	N/A	5,75
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.444.000,00	N/A	3.444.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.922.250,00	N/A	4.922.250,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	4.082.925,37	N/A	4.082.925,37

(1) Corresponde ao número de diretores a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	5	5	N/A	10
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	0	5	N/A	5
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.640.000,00	N/A	3.640.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.640.000,00	N/A	3.640.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	936.680,64	N/A	936.680,64

(2) Corresponde ao número de diretores a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

#### **Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	5	3,66	N/A	8,66
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	0	3,66	N/A	3,66
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.640.000,00	N/A	3.640.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.640.000,00	N/A	3.640.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	1.010.000,00	N/A	1.010.000,00

(3) Corresponde ao número de diretores, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	5	2,75	N/A	7,75
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	0	1,75	N/A	1,75
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.100.000,00	N/A	2.100.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	2.100.000,00	N/A	2.100.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	450.000,00	N/A	450.000,00

(4) Corresponde ao número de diretores a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.



## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

### a) *Termos e Condições Gerais*

Atualmente a Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações: (i) Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares (“Programa”) da Companhia, aprovado em assembleia geral de acionistas realizada em 02 de abril de 2018 e ajustado em assembleia geral de acionistas realizada em 30 de setembro de 2020; e (ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2021 (“Plano de Incentivo”)

### **Programa**

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia nos respectivos Instrumentos Particular de Outorga de Phantom Shares celebrado entre a Companhia e cada um dos beneficiários, que estabelecerá os termos e condições da transação com pagamento baseado em ações (“Contrato de Outorga”), os Beneficiários contemplados pelo Programa farão jus à outorga de Phantom Shares, as quais assegurarão ao Beneficiário o direito a eventual Prêmio apurado nos termos do Programa e do Contrato de Outorga. As Phantom Shares não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Phantom Shares outorgadas, exceto conforme previsto no Programa e indicado abaixo.

Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. A outorga de Phantom Shares aos Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

O Programa será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa, incluindo:

- (a) a fixação de condições a serem cumpridas pelo Beneficiário para fazer jus às Phantom Shares e, conseqüentemente, ao Prêmio<sup>1</sup>; e
- (b) a solução de dúvidas e interpretação relativas ao Programa e também aos Contratos de Outorga, bem como sua implementação.

---

<sup>1</sup> Significa montante a que o Beneficiário tem direito a receber da Companhia, calculado nos termos do Programa e dos Contratos de Outorga.

### 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo voluntariamente mediante celebração de um Contrato de Outorga com a Companhia, o qual estabelecerá, dentre outras condições e respeitados os termos do Programa, a quantidade de Phantom Shares a que cada Beneficiário fará jus na hipótese de (i) cumprimento da Condição de Serviço<sup>2</sup> e ocorrência de um Evento de Liquidez<sup>3</sup> ou (ii) seu Desligamento<sup>4</sup>.

A Companhia, a seu exclusivo critério, terá o direito de pagar o valor líquido do Prêmio ao Beneficiário mediante a entrega de ações de emissão da Companhia que estejam em tesouraria. Neste caso, o preço por ação a ser considerado pela Companhia para o cálculo do número total de ações a serem entregues ao Beneficiário corresponderá ao Valor Referencial Final. O Beneficiário terá o direito de receber uma quantidade de ações correspondente ao valor líquido do Prêmio, após todas as retenções e deduções. A quantidade total de ações a ser entregue ao Beneficiário será obtida através da divisão do Prêmio líquido pelo valor referencial final, sendo que quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima.

Contudo, a Companhia ressalta que o pagamento do Prêmio mediante a entrega de ações aos Beneficiário é uma mera faculdade, podendo ocorrer ou não. Em vista do IPO em andamento, a Companhia optou por realizar parte do pagamento do Prêmio em ações, conforme detalhado no item 13.5 deste Formulário de Referência.

As regras do Programa de Phantom Shares determinam um “Valor Referencial Inicial” e um “Valor Referencial Final”, que é a forma de cálculo para apurar a valorização das ações da Companhia e, com isso, os valores a serem pagos para os Beneficiários sobre essa valorização.

“Valor Referencial Inicial” significa o valor correspondente (A) a avaliação realizada em 02 de abril de 2020, após o investimento na Companhia pelo Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.964.232/0001-81; mais (x) aumentos de capital realizados a partir daquela data; menos (y) Proventos Acumulados a partir daquela data; dividido (B) pelo total de ações da Companhia na Data de Apuração.

---

<sup>2</sup> Significa a condição a ser cumprida pelo Beneficiário, de manter-se continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, conforme o caso, conforme previsto no Programa

<sup>3</sup> Significa quaisquer das operações a seguir: (a) uma oferta pública de ações de emissão da Companhia que resulte na listagem e efetiva negociação das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, após a liquidação financeira da oferta (“IPO”), ou (b) a consumação de uma operação ou uma série de operações correlatas que façam com que um terceiro, que não os atuais acionistas ou suas Afiliadas, passe a deter 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital social total votante da Companhia.

<sup>4</sup> Significa o término da relação jurídica do Beneficiário e a Companhia ou sociedades sob o seu controle, conforme o caso, por qualquer motivo incluindo, sem limitação, renúncia ou destituição do cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

"Valor Referencial Final" significa o valor, expresso em Reais, de 1 (uma) ação de emissão da Companhia na Data de Apuração, sendo que: (i) a qualquer momento antes da consumação de um Evento de Liquidez, corresponderá ao preço da ação obtido através da (A) multiplicação do EBITDA LTM pelo múltiplo de (x) 8,33 (oito vírgula trinta e três) ou (y) caso, desde a presente data até a Data de Apuração, ocorra uma ou mais capitalizações da Companhia, o múltiplo utilizado para avaliação da Companhia na sua capitalização mais recente, menos (B) a Dívida Líquida da Companhia, dividido (C) pelo número total de ações de emissão da Companhia na Data de Apuração; ou (ii) na hipótese de um Evento de Liquidez, o preço por ação da Companhia praticado no Evento de Liquidez.

As Phantom Shares não foram reconhecidas no resultado de 2020, pois o valor justo das ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020 é praticamente zero. Isso ocorre porque, em 30 de setembro de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou um aditivo ao Programa outrora estabelecido, no qual foi ajustado o *valuation* base do Programa para que estivesse de acordo com o valor que foi capitalizado na Companhia em 2020. Portanto, o "Valor Referencial Inicial" do Programa foi redefinido, sendo o ponto de partida o ano de 2020.

#### **Plano de Incentivo**

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga aos Participantes (diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Ações Restritas) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia sujeitas às restrições previstas no Plano de Incentivo e nos seus respectivos programas e/ou contratos de outorga, elegendo os Participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as Ações Restritas, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos a elas relacionados.

O Plano de Incentivo será administrado pelo Conselho de Administração, o qual, obedecidas as condições gerais e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, terá, dentre outros, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Incentivo e dos eventuais programas a ele vinculado; (b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (d) definir metas relacionadas ao desempenho da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Ações Restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia; (e) propor eventuais alterações ao Plano de Incentivo a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; (f) a criação, alteração e/ou cancelamento dos programas vinculados ao Programa de Incentivo a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada Programa. Para informações acerca de eventuais riscos relacionados ao Plano de Incentivo, consultar no item 4.1 deste Formulário de Referência o fator de risco “Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações, uma vez que participam de um programa de pagamento baseado em ações (phantom shares) e podem participar de novos programas e planos de remuneração baseado em ações que vierem a ser aprovados.”

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

#### ***b) Principais objetivos do plano***

##### **Programa**

O Programa tem por objetivo outorgar a determinados Beneficiários da Companhia direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa ou em instrumentos patrimoniais conforme previsto no Programa, como parte do pacote de remuneração destes e visando alinhamento entre administradores e acionistas da Companhia.

##### **Plano de Incentivo**

O Plano de Incentivo tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia e de suas Controladas; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas.

#### ***c) Forma como o plano contribui para esses objetivos***

Tanto o Programa quanto o Plano de Incentivo contribuem para os seus objetivos estimulando a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia,

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

alinhando os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários e/ou Participantes contemplados pelo Programa e/ou pelo Plano de Incentivo, conforme o caso, possibilitando à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados neles contemplados.

#### ***d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia***

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios. A Política de Remuneração da Companhia prevê a remuneração baseada em plano de opção de compra de ações ou de "phantom shares", isto é, unidades representativas do direito ao pagamento baseado em ações de emissão da Companhia, baseadas e calculadas no efetivo cumprimento de metas e desempenho.

#### ***e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo***

Tanto o Programa quanto o Plano de Incentivo alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo por meio de benefícios de acordo com a performance das ações de emissão da Companhia. Por meio deles, a Companhia busca: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários e/ou Participantes contemplados pelo Programa e/ou pelo Plano de Incentivo; e (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores e empregados neles contemplados.

#### ***f) número máximo de ações abrangidas***

##### ***Programa***

A quantidade total de Phantom Shares que se pretende outorgar nos termos do Programa visa proporcionar aos Beneficiários um potencial de Prêmio equivalente a até 6% (seis por cento) da (A) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial multiplicado (B) pelo total de ações da Companhia na Data de Outorga.

##### ***Plano de Incentivo***

Ainda, durante a vigência do Plano de Incentivo, poderão ser entregues aos Participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

social total (*fully diluted*) da Companhia imediatamente após a liquidação da oferta pública inicial de ações (IPO). A Companhia ressalta que a entrega das Ações Restritas não provocará qualquer diluição no seu capital social, uma vez que referidas ações deverão ser adquiridas no mercado secundário.

#### **g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável, tendo em vista que, no âmbito do Programa e do Plano de Incentivo, não haverá outorga de opções de ações.

#### **h) condições de aquisição de ações**

##### **Programa**

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas no Programa e nos respectivos Contratos de Outorga, leia-se, a ocorrência: (i) de um Evento de Liquidez e o cumprimento da Condição de Serviço, ou (ii) de uma das hipóteses de Desligamento; ou (iii) da hipótese de cumprimento integral do Prazo de Vesting pelo Beneficiário, conforme o caso.

Caso o Beneficiário cumpra integralmente o Prazo de *Vesting*<sup>5</sup> acordado para manter 100% (cem por cento) das Phantom Shares, sem que ocorra o Desligamento do Beneficiário ou Evento de Liquidez, a critério do Beneficiário, essas passarão a ser consideradas como Phantom Shares vestidas, devendo a Companhia, mediante requerimento prévio e por escrito do Beneficiário, pagar o valor líquido do prêmio ao Beneficiário.

##### **Plano de Incentivo**

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo, nos seus respectivos programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Participantes permanecerem continuamente vinculados como diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes ou empregados da Companhia, pelo período estabelecido no respectivo programa e Contrato de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá transferir as referidas Ações Restritas ao Participante após as devidas retenções de tributos,

---

<sup>5</sup>Significa o prazo de carência em que os Beneficiários deverão permanecer na Companhia, a fim de adquirir o direito ao recebimento do pagamento baseado em ações de emissão da Companhia.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo estabelecido nos respectivos programas e/ou em cada Contrato de Outorga.

As Ações Restritas entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidos neste Plano e no respectivo Programa e Contratos de Outorga, sendo certo que o Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de transferência das Ações Restritas para os Participantes.

Não obstante, o Conselho de Administração poderá estabelecer nos programas o pagamento do montante equivalente a tais dividendos ou juros sobre capital próprio em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

#### ***i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício***

##### **Programa**

Cada Phantom Share concedida ao Beneficiário representará o direito à valorização de uma ação de emissão da Companhia, tendo como base a variação entre o Valor Referencial Inicial e o Valor Referencial Final, chegando-se, assim, ao valor de eventual Prêmio devido ao Beneficiário na hipótese de verificação de um Evento de Liquidez ou conforme previsto no Programa.

Caso verifique-se (i) a ocorrência de um Evento de Liquidez e o cumprimento da Condição de Serviço, ou (ii) na hipótese de Desligamento; ou (iii) na hipótese de cumprimento integral do Prazo de Vesting pelo Beneficiário, conforme o caso; o potencial Prêmio a ser pago pela Companhia ao Beneficiário será calculado na data de apuração prevista no Programa e no Contrato de Outorga.

Caso a variação entre, de um lado, (A) o valor referencial inicial, corrigido por uma taxa de 15% (quinze por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis*, e, de outro, (B) o valor referencial final, seja negativa ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao recebimento de qualquer Prêmio. Em contrapartida, caso a variação seja positiva e superior a zero, a Companhia deverá proceder com o seguinte cronograma de pagamentos, obrigatoriamente na ordem indicada abaixo:

- (i) primeiro será distribuído aos acionistas da Companhia 100% (cem por cento) do Valor Referencial Inicial;
- (ii) segundo, será distribuído aos acionistas da Companhia um montante suficiente para garantir que os mesmos auferam uma taxa interna de

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

retorno de 15% (quinze por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis* sobre o Valor Referencial Inicial;

- (iii) terceiro, será distribuído aos Beneficiários um montante suficiente para garantir que os Beneficiários tenham recebido, em conjunto, o resultado de (A) 6% (seis por cento) dividido por 94% (noventa e quatro por cento), multiplicado pelo (B) montante cumulativo das distribuições realizadas aos acionistas da Companhia conforme o item (ii) acima; e
- (iv) por último, o remanescente do Valor Referencial Final será distribuído com base em uma proporção de 6% (seis por cento) aos Beneficiários e 94% (noventa e quatro por cento) aos acionistas da Companhia.

A quantidade total de Phantom Shares que se pretende outorgar nos termos do Programa visa proporcionar aos Beneficiários um potencial de Prêmio equivalente a até 6% (seis por cento) da (A) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial multiplicado (B) pelo total de ações da Companhia na Data de Outorga<sup>6</sup>.

O Prêmio que cada Beneficiário fará jus, individualmente, será calculado a partir da porcentagem representativa de Phantom Shares que lhe foi outorgada no âmbito do Programa, multiplicada pelo valor total da distribuição a ser realizada aos Beneficiários, conforme aplicável.

O montante do Prêmio apurado através do cálculo previsto corresponderá ao valor bruto que o Beneficiário terá direito a receber, sobre o qual incidirão todas as retenções de tributos e descontos/deduções legais aplicáveis, ficando a Companhia desde já autorizada a realizar as referidas deduções e descontos legais aplicáveis, o que poderá diminuir a quantidade de ações a serem entregues aos Beneficiários, caso a Companhia opte por essa forma de liquidação.

#### **Plano de Incentivo**

Os critérios de precificação do preço de aquisição das ações serão definidos em programas aprovados pelo Conselho de Administração no âmbito do Plano de Incentivo.

#### **j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

---

<sup>6</sup> Significa a data de outorga das Phantom Shares nos termos do Programa, que é a data de assinatura do respectivo Contrato de Outorga com o Beneficiário, ou outra data estabelecida no Contrato de Outorga.



### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

As ações e/ou prêmio a serem outorgados nos termos do Programa ou do Plano de Incentivo, conforme o caso, somente serão transferidos, total ou parcialmente, após o prazo mínimo estabelecido no Contrato de Outorga correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

#### **k) Forma de liquidação**

##### **Programa**

A Companhia deverá pagar ao Beneficiário o valor líquido do Prêmio em moeda corrente nacional, após as deduções aplicáveis, dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes à data de apuração ou outra data acordada entre as partes.

A Companhia, a seu exclusivo critério, terá o direito de pagar o valor líquido do Prêmio ao Beneficiário mediante a entrega de ações de emissão da Companhia que estejam em tesouraria. Neste caso, o preço por ação a ser considerado pela Companhia para o cálculo do número total de ações a serem entregues ao Beneficiário corresponderá ao valor referencial final. O Beneficiário terá o direito de receber uma quantidade de ações correspondente ao valor líquido do Prêmio, após todas as retenções e deduções. A quantidade total de ações a ser entregue ao Beneficiário será obtida através da divisão do Prêmio líquido pelo valor referencial final, sendo que quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima.

Na hipótese de um IPO e caso a Companhia decida pagar o valor líquido do Prêmio em ações de emissão da Companhia, o Beneficiário receberá a quantidade total de ações a que tem direito no prazo aplicável. A depender da data de realização do IPO, as ações recebidas pelo Beneficiário poderão estar sujeitas a um período de *lock-up*, sendo que tal restrição será liberada anualmente a cada aniversário do IPO, proporcionalmente ao período compreendido entre o ano base de realização do IPO e 12 (doze) meses contados após o ano base do Prazo Integral de Vesting<sup>7</sup> conforme disposições da Cláusula 6.4.2 do Programa.

##### **Plano de Incentivo**

Uma vez satisfeitas as condições precedentes estabelecidas nos respectivos Contratos de Outorga, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá transferir as referidas Ações Restritas ao Participante após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo estabelecido nos respectivos programas e/ou em cada Contrato de Outorga.

---

<sup>7</sup> Significa o Prazo de Vesting acordado para manter 100% das Phantom Shares.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

#### ***l) Restrições à transferência de ações***

##### **Programa**

As Phantom Shares concedidas nos termos do Programa e dos Contratos de Outorga aos Beneficiários são pessoais e intransferíveis e, exceto conforme expressamente previsto no Contrato de Outorga, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Phantom Shares adquiridas, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

##### **Plano de Incentivo**

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato de Outorga.

#### ***m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***

Qualquer alteração legal significativa poderá levar à revisão integral do Programa e/ou do Plano de Incentivo, independentemente de aviso prévio ou notificação ao Beneficiário e/ou Participante, conforme o caso, que também não terá direito a qualquer indenização.

#### ***n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

##### **Programa**

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, as Phantom Shares a ele conferidas de acordo com o respectivo Contrato de Outorga poderão ser canceladas.

Na hipótese de (A) o Beneficiário ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo de administrador sem violação dos deveres e atribuições de administrador, (B) o Beneficiário se desligar da Companhia por vontade própria, pedindo demissão ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou (C) o Beneficiário se desligar da Companhia mediante

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

acordo entre as partes ou por falecimento ou invalidez permanente, o disposto abaixo será aplicável:

- (i)** se o Desligamento ocorrer antes do segundo aniversário da Data de Outorga, o Beneficiário nada receberá a título de Prêmio e todas as Phantom Shares outorgadas no referido Contrato de Outorga serão consideradas automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a indenização ou benefício de qualquer natureza, restando o Contrato de Outorga automaticamente resolvido;
- (ii)** se o Desligamento ocorrer entre o segundo aniversário da Data de Outorga (inclusive) e o terceiro aniversário da Data de Outorga (inclusive), o Beneficiário terá o direito de manter 40% (quarenta por cento) das Phantom Shares, as quais passarão a ser consideradas como "Phantom Shares Vestidas" , sendo que o saldo restante de Phantom Shares outorgadas será considerado automaticamente cancelado, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a Prêmio, indenização ou benefício de qualquer natureza em relação a tais Phantom Shares;
- (iii)** se o Desligamento ocorrer após o terceiro aniversário da Data de Outorga mas até o quarto aniversário da Data de Outorga (inclusive), o Beneficiário terá o direito de manter 55% (cinquenta e cinco por cento) das Phantom Shares, as quais passarão a ser consideradas como Phantom Shares Vestidas, sendo que o saldo restante de Phantom Shares outorgadas será considerado automaticamente cancelado, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a Prêmio, indenização ou benefício de qualquer natureza em relação a tais Phantom Shares;
- (iv)** se o Desligamento ocorrer após o quarto aniversário da Data de Outorga mas até o quinto aniversário da Data de Outorga (inclusive), o Beneficiário terá o direito de manter 70% (setenta por cento) das Phantom Shares, as quais passarão a ser consideradas como Phantom Shares Vestidas, sendo que o saldo restante de Phantom Shares outorgadas será considerado automaticamente cancelado, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a Prêmio, indenização ou benefício de qualquer natureza em relação a tais Phantom Shares;
- (v)** se o Desligamento ocorrer após o quinto aniversário da Data de Outorga mas até o sexto aniversário da Data de Outorga (inclusive), o Beneficiário terá o direito de manter 85% (oitenta e cinco por cento) das Phantom

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Shares, as quais passarão a ser consideradas como Phantom Shares Vestidas, sendo que o saldo restante de Phantom Shares outorgadas será considerado automaticamente cancelado, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a Prêmio, indenização ou benefício de qualquer natureza em relação a tais Phantom Shares; e

- (vi) se o Desligamento ocorrer após o sexto aniversário da Data de Outorga, o Beneficiário terá o direito de manter 100% (cem por cento) das Phantom Shares, as quais passarão a ser consideradas como Phantom Shares Vestidas. O sexto aniversário da Data de Outorga será considerado o Prazo de Vesting acordado para manter 100% (cem por cento) das Phantom Shares para os fins do disposto na Cláusula 6.5 do Programa.

Se o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, nos termos do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador tais como (a) os previstos nos artigos. 153 a 157 da Lei 6.404/76; (b) desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (c) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (d) a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; (e) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; (f) violação material do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle, se aplicável; (g) o descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis; o Beneficiário nada receberá a título de Prêmio e todas as Phantom Shares outorgadas serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário tenha direito a indenização ou benefício de qualquer natureza, restando o Contrato de Outorga automaticamente resolvido.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá conferir tratamento mais benéfico ao Beneficiário, caso julgue que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida.

#### **Plano de Incentivo**

Na hipótese de Desligamento do Participante, o direito às Ações Restritas a ele conferidas de acordo com o Plano de Incentivo poderá ser extinto ou modificado,

**13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

conforme vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração nos respectivos programas e Contratos de Outorga.

Para fins do Plano de Incentivo, "Desligamento" significa o término da relação jurídica do diretor, membro do Conselho de Administração, gerente ou empregado da Companhia, por qualquer motivo, incluindo, mas não limitando, renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente e falecimento

### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

#### Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares

De acordo com o Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, a Companhia, a seu exclusivo critério, terá o direito de pagar o valor líquido do Prêmio ao Beneficiário do Programa mediante a entrega de ações de sua emissão que estejam em tesouraria. Não se trata de uma opção de compra de ações, nem mesmo de uma opção de compra de phantom shares. O pagamento do Prêmio com ações de emissão da Companhia é uma faculdade, que dependerá da decisão do Conselho de Administração.

Na hipótese de um IPO e caso a Companhia decida pagar o valor líquido do Prêmio em ações de sua emissão, conforme descrito no item 13.4 acima, o Beneficiário receberá a quantidade total de ações a que tem direito, respeitando os respectivos períodos de lock up conforme regras do Programa.

Nesse sentido, a Companhia informa que, em razão do IPO em andamento, optou por realizar o pagamento de parte do Prêmio aos Beneficiários mediante a entrega de ações por meio de aumento de capital, conforme descrito abaixo. No caso, todos os atuais membros da Diretoria Estatutária receberão parte do valor do Prêmio em ações da Companhia, em conjunto com determinados executivos também Beneficiários do Programa.

Será aprovado aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, na mesma data de precificação do IPO, com cessão do direito de preferência pelos atuais acionistas da Companhia, de forma a viabilizar a entrega, aos Beneficiários do Programa, de parte do Prêmio que a Companhia optou por pagar em ações. As ações serão emitidas pelo preço por ação fixado no IPO e serão integralizadas com os créditos detidos pelos Beneficiários contra a Companhia pelo direito ao recebimento do Prêmio, que passa a ser devido com a realização do IPO. Considerando a parcela do Prêmio a ser paga em ações aos Beneficiários, a diluição em decorrência de emissão das ações será de até 6%, sem considerar o aumento de capital resultante do IPO, conforme indicado no Programa.

Abaixo, segue tabela com o resumo das *phantom shares* outorgadas no âmbito do Programa aos administradores da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
--	--------------------------------------	------------------------------

### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

<b>N.º total de membros</b>	5,00	5,00
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	5,00
<b>Phantom Shares <sup>(1)</sup></b>	0%	4,1%
<b>Ações Entregues</b>	0	0

<sup>(1)</sup> Conforme estabelecido no Programa a quantidade total de *Phantom Shares* outorgadas aos Beneficiários representa um percentual do potencial de Prêmio que os Beneficiários farão jus e que será equivalente a (A) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial (conforme definidos no item 13.4 deste Formulário de Referência) multiplicado (B) pelo total de ações da Companhia na Data de Outorga.

Em 28 de fevereiro de 2021, o número total de *Phantom Shares* concedidas aos membros da diretoria estatutária equivale ao percentual de 4,85%.

#### Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia

De acordo com o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia, anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas no lançamento de cada programa vinculado ao Plano de Incentivo, elegendo os Participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as Ações Restritas, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. Não se trata de uma opção de compra de ações, e sim da outorga efetiva de ações aos Participantes do Plano de Incentivo, desde que cumpridas as condições previstas no Contrato de Outorga.

A Companhia informa que, para o exercício social vigente, nenhuma ação foi ou será outorgada para os Participantes do Plano de Incentivo.

### **13.6 - Opções em Aberto**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de opção de compra de ações.



### **13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de opção de compra de ações.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

### a. **Modelo de precificação**

#### **Programa**

Cada Phantom Share concedida ao Beneficiário representará o direito à valorização de uma ação de emissão da Companhia, tendo como base a variação entre o Valor Referencial Inicial, atualizado por uma taxa de 15% ao ano, e o Valor Referencial Final, chegando-se, assim, ao valor de eventual Prêmio devido ao Beneficiário na hipótese de verificação de um Evento de Liquidez ou conforme previsto no Programa.

Caso (i) verifique-se a ocorrência de um Evento de Liquidez e o cumprimento da Condição de Serviço, ou (ii) na hipótese de Desligamento; ou (iii) na hipótese de cumprimento integral do Prazo de Vesting pelo Beneficiário, conforme o caso; o potencial Prêmio a ser pago pela Companhia ao Beneficiário será calculado na data de apuração prevista no Programa e no Contrato de Outorga.

Caso a variação entre, de um lado, (A) o valor referencial inicial, corrigido por uma taxa de 15% (quinze por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis*, e, de outro, (B) o valor referencial final, seja negativa ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao recebimento de qualquer Prêmio. Em contrapartida, caso a variação seja positiva e superior a zero, a Companhia deverá proceder com o seguinte cronograma de pagamentos, obrigatoriamente na ordem indicada abaixo:

- (i) primeiro será distribuído aos acionistas da Companhia 100% (cem por cento) do Valor Referencial Inicial;
- (ii) segundo, será distribuído aos acionistas da Companhia um montante suficiente para garantir que os mesmos auferam uma taxa interna de retorno de 15% (quinze por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis* sobre o Valor Referencial Inicial;
- (iii) terceiro, será distribuído aos Beneficiários um montante suficiente para garantir que os Beneficiários tenham recebido, em conjunto, o resultado de (A) 6% (seis por cento) dividido por 94% (noventa e quatro por cento), multiplicado pelo (B) montante cumulativo das distribuições realizadas aos acionistas da Companhia conforme o item (ii) acima; e
- (iv) por último, o remanescente do Valor Referencial Final será distribuído com base em uma proporção de 6% (seis por cento) aos Beneficiários e 94% (noventa e quatro por cento) aos acionistas da Companhia.

### 13.8 - Precificação Das Ações/opções

A quantidade total de Phantom Shares que se pretende outorgar nos termos do Programa visa proporcionar aos Beneficiários um potencial de Prêmio equivalente a até 6% (seis por cento) da (A) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial multiplicado (B) pelo total de ações da Companhia na Data de Outorga<sup>1</sup>.

#### **Plano de Incentivo**

Os critérios de precificação do preço de aquisição das ações serão definidos em programas aprovados pelo Conselho de Administração no âmbito do Plano de Incentivo.

Poderão ser entregues aos Participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total (*fully diluted*) da Companhia imediatamente após a liquidação da oferta pública inicial de ações (IPO).

***b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco***

Ver alínea "a" acima.

***c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado***

Ver alínea "a" acima.

***d. Forma de determinação da volatilidade esperada***

Ver alínea "a" acima.

***e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo***

Ver alínea "a" acima.

---

<sup>1</sup> Significa a data de outorga das Phantom Shares nos termos deste Programa, que é a data de assinatura do respectivo Contrato de Outorga com o Beneficiário, ou outra data estabelecida no Contrato de Outorga.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

<b>CM Hospitalar S.A.</b>		
<b>Órgão</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

### 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

A Companhia possui contrato de adesão aos Planos Geradores de Benefícios Livres e Vida Geradores de Benefícios Livres, respectivamente conhecidos como PGBL e VGBL instituídos pela Zurich Vida e Previdência S.A. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida, que permite a adesão por opção. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições da Companhia e dos participantes. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Zurich Vida e Previdência S.A.

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>b. número total de membros</b>	5	5
<b>c. número de membros remunerados</b>	0	5
<b>d. nome do plano</b>	N/A	Zurich Vida e Previdência S.A.
<b>e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar<sup>1</sup></b>	N/A	0
<b>f. condições para se aposentar antecipadamente</b>	N/A	N/A
<b>g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores<sup>2</sup></b>	N/A	827.057,35
<b>h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	N/A	457.200,00
<b>i. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</b>	N/A	Conforme regras de adesão PGBL e VGBL

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros remunerados	5,00	3,66	2,75	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,66	1,75	0,75	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.077.760,24	2.230.597,06	1.327.958,08	646.124,23	2.074.716,40	1.067.518,16
Valor da menor remuneração(Reais)	789.278,96	1.065.684,00	1.327.958,08	406.716,00	406.716,00	406.716,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.166.393,17	1.243.502,25	1.402.027,94	1.446.970,97	1.277.044,13	742.336,39

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2020</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2019</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2018</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
Conselho de Administração	
<b>31/12/2020</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2019</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2018</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.



### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



### 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
<b>Remuneração total do órgão (R\$)</b>	1.085.228,23	0	5.831.965,87
<b>Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)</b>	0	0	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas aos controladores em relação ao total pago</b>	0%	0	0%

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
<b>Remuneração total do órgão (R\$)</b>	3.831.132,40	0	4.551.218,24
<b>Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)</b>	0	0	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas aos controladores em relação ao total pago</b>	0%	0	0%

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
<b>Remuneração total do órgão (R\$)</b>	2.227.009,16	0	2.453.548,90
<b>Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)</b>	0	0	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas aos controladores em relação ao total pago</b>	0%	0	0%

**13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

Diretoria Estatutária

**a) Número total de membros**

Previsão para 2021

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	6
<b>Maió</b>	6
<b>Junho</b>	6
<b>Julho</b>	6
<b>Agosto</b>	6
<b>Setembro</b>	6
<b>Outubro</b>	6
<b>Novembro</b>	6
<b>Dezembro</b>	6
<b>Total</b>	69
<b>Média</b>	5,75

Em 2020:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Maió</b>	5
<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	60
<b>Média</b>	5

Em 2019:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	2
<b>Fevereiro</b>	3
<b>Março</b>	3
<b>Abril</b>	3
<b>Maió</b>	3
<b>Junho</b>	3
<b>Julho</b>	3
<b>Agosto</b>	4
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	44

Em 2018:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	2
<b>Maió</b>	2
<b>Junho</b>	2
<b>Julho</b>	2
<b>Agosto</b>	2
<b>Setembro</b>	2
<b>Outubro</b>	2
<b>Novembro</b>	2
<b>Dezembro</b>	2
<b>Total</b>	33

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

<b>Média</b>	3,66
--------------	------

<b>Média</b>	2,75
--------------	------

**b) Número de membros remunerados**

Previsão para 2021

Em 2020:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	6
<b>Mai</b>	6
<b>Junho</b>	6
<b>Julho</b>	6
<b>Agosto</b>	6
<b>Setembro</b>	6
<b>Outubro</b>	6
<b>Novembro</b>	6
<b>Dezembro</b>	6
<b>Total</b>	69
<b>Média</b>	5,75

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Mai</b>	5
<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	60
<b>Média</b>	5

Em 2019:

Em 2018:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	2
<b>Fevereiro</b>	3
<b>Março</b>	3
<b>Abril</b>	3
<b>Mai</b>	3
<b>Junho</b>	3
<b>Julho</b>	3
<b>Agosto</b>	4
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	1
<b>Fevereiro</b>	1
<b>Março</b>	1
<b>Abril</b>	2
<b>Mai</b>	2
<b>Junho</b>	2
<b>Julho</b>	2
<b>Agosto</b>	2
<b>Setembro</b>	2
<b>Outubro</b>	2

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	<b>44</b>
<b>Média</b>	<b>3,66</b>

<b>Novembro</b>	2
<b>Dezembro</b>	2
<b>Total</b>	<b>21</b>
<b>Média</b>	<b>1,75</b>

Conselho de Administração**a) Número total de membros**

Previsão para 2021

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	6
<b>Fevereiro</b>	6
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Maio</b>	5
<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	62
<b>Média</b>	5,16

Em 2020:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Maio</b>	5
<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	60
<b>Média</b>	5

Em 2019:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Maio</b>	5

Em 2018:

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	5
<b>Fevereiro</b>	5
<b>Março</b>	5
<b>Abril</b>	5
<b>Maio</b>	5

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	60
<b>Média</b>	5

<b>Junho</b>	5
<b>Julho</b>	5
<b>Agosto</b>	5
<b>Setembro</b>	5
<b>Outubro</b>	5
<b>Novembro</b>	5
<b>Dezembro</b>	5
<b>Total</b>	60
<b>Média</b>	5

**b) Número de membros remunerados***Previsão para 2021*

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	2
<b>Fevereiro</b>	2
<b>Março</b>	2
<b>Abril</b>	2
<b>Maio</b>	2
<b>Junho</b>	2
<b>Julho</b>	2
<b>Agosto</b>	2
<b>Setembro</b>	2
<b>Outubro</b>	2
<b>Novembro</b>	2
<b>Dezembro</b>	2
<b>Total</b>	24
<b>Média</b>	2

*Em 2020:*

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	3
<b>Fevereiro</b>	3
<b>Março</b>	3
<b>Abril</b>	0
<b>Maio</b>	0
<b>Junho</b>	0
<b>Julho</b>	0
<b>Agosto</b>	0
<b>Setembro</b>	0
<b>Outubro</b>	0
<b>Novembro</b>	0
<b>Dezembro</b>	0
<b>Total</b>	9
<b>Média</b>	0,75

*Em 2019:*

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	3
<b>Fevereiro</b>	3
<b>Março</b>	3
<b>Abril</b>	3

*Em 2018:*

<b>Meses</b>	<b>Nº de Membros</b>
<b>Janeiro</b>	3
<b>Fevereiro</b>	3
<b>Março</b>	3
<b>Abril</b>	3

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

<b>Maio</b>	3
<b>Junho</b>	3
<b>Julho</b>	3
<b>Agosto</b>	3
<b>Setembro</b>	3
<b>Outubro</b>	3
<b>Novembro</b>	3
<b>Dezembro</b>	3
<b>Total</b>	<b>36</b>
<b>Média</b>	<b>3</b>

<b>Maio</b>	3
<b>Junho</b>	3
<b>Julho</b>	3
<b>Agosto</b>	3
<b>Setembro</b>	3
<b>Outubro</b>	3
<b>Novembro</b>	3
<b>Dezembro</b>	3
<b>Total</b>	<b>36</b>
<b>Média</b>	<b>3</b>

*Cálculo da Remuneração – Itens 13.1 e 13.2*

A Companhia informa que os valores informados como remuneração nas demonstrações financeiras incluem também a remuneração recebida pelos administradores das controladas, enquanto os valores informados nos itens 13.1 e 13.2 consideram apenas a remuneração dos administradores da Companhia.



## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

**a. número de empregados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, divididos por localização geográfica.

<b>Empregados por Localização Geográfica</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Sudeste	1.281	1.120	1.074
Sul	1.908	1.934	1.909
Norte	0	0	0
Nordeste	62	44	39
Centro Oeste	250	166	159
<b>Total</b>	<b>3.501</b>	<b>3.264</b>	<b>3.181</b>

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, divididos por atividade.

<b>Empregados por Atividade</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Administrativo	767	668	633
Comercial	425	308	333
Operacional	2.309	2.288	2.215
<b>Total</b>	<b>3.501</b>	<b>3.264</b>	<b>3.181</b>

Ainda, a Companhia informa que o número de empregados envolvidos nas atividades de auditoria interna, *compliance*, controles internos e riscos corporativos totaliza 6 pessoas, distribuídos conforme tabela abaixo:

<b>Auditoria Interna</b>	1
<b>Compliance</b>	3
<b>Controles Internos</b>	1
<b>Riscos Corporativos</b>	1

**b. número de terceirizados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

### 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, divididos por localização geográfica.

<b>Terceiros por Localização Geográfica</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Sudeste	41	38	36
Sul	106	103	105
Norte	0	0	0
Nordeste	4	3	3
Centro Oeste	21	18	19
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>162</b>	<b>163</b>

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, divididos por atividade.

<b>Terceiros por Atividade</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Administrativo	3	3	3
Operacional	120	113	114
Segurança	49	46	46
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>162</b>	<b>163</b>

**c. Índice de Rotatividade apurado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:**

Fórmula cálculo de rotatividade:  $[(\text{Número de Admissões} + \text{Número de Desligamentos})/2] / \text{número de funcionários}$ .

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Índice de Rotatividade	1,80	1,90	1,96

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

### 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

#### **a. política de salários e remuneração variável**

A Companhia adota uma prática salarial que acredita estar alinhada à sua estrutura organizacional, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor.

Aumentos salariais podem ser concedidos em bases anuais, assim como gratificações por méritos espontâneos que visam demonstrar o reconhecimento do desempenho de seus colaboradores.

Além disso, a Companhia possui um programa de Participação nos Lucros e Resultados, com premissas definidas que contemplam seus empregados.

#### **b. política de benefícios**

A Companhia concede aos seus funcionários os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho, celebrados com os sindicatos da categoria. Adicionalmente, a Companhia oferece benefícios espontâneos, conforme Política de Benefícios.

#### **c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.**

A Companhia possui um Programa de Pagamento Baseado em Ações – Phantom Shares (“Programa”), aprovado em assembleia geral de acionistas realizada em 02 de abril de 2018 e ajustado em 30 de setembro de 2020, que contempla empregados não-administradores da Companhia.

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia nos respectivos Contratos de Outorga, os Beneficiários contemplados pelo Programa farão jus à outorga de Phantom Shares, as quais assegurarão ao Beneficiário o direito a eventual Prêmio apurado nos termos do Programa e do Contrato de Outorga. As Phantom Shares não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Phantom Shares outorgadas, exceto conforme previsto neste Programa.

Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. A outorga de Phantom Shares aos Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

### **14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração elegerá os Beneficiários em favor dos quais serão concedidas as Phantom Shares nos termos do Programa. O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo voluntariamente mediante celebração de um Contrato de Outorga com a Companhia, o qual estabelecerá, dentre outras condições e respeitados os termos do Programa, a quantidade de Phantom Shares a que cada Beneficiário fará jus na hipótese de (i) cumprimento da Condição de Serviço e ocorrência de um Evento de Liquidez ou (ii) seu Desligamento.

Cada Phantom Share concedida ao Beneficiário representará o direito à valorização de uma ação de emissão da Companhia, tendo como base a variação entre o Valor Referencial Inicial e o Valor Referencial Final, chegando-se, assim, ao valor de eventual Prêmio devido ao Beneficiário na hipótese de verificação de um Evento de Liquidez ou conforme previsto no Programa.

Para mais informações sobre o Programa, consultar a Seção 13 – Item 13.4 deste Formulário de Referência.

#### 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

As relações entre a Companhia e os sindicatos da categoria se dão através de parceria, respeito e transparência, visando alinhar as diretrizes e cláusulas que envolvam seus colaboradores.

Não houve paralisações e greves dos empregados da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

São sindicatos representativos da categoria:

1. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE FIACAO E TECELAGEM DE BLUMENAU
2. SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LOGISTICA E DE TRANSPORTE DE CARGA E PASSAGEIROS DE BLUMENAU
3. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE SC
4. SINDICATO TRAB.IND.Q.PLASTICOS P.B.G.I.T.
5. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE SP
6. SINDICATO FARMACEUTICOS SC - SINDFAR
7. SINDICATO FARMACEUTICOS SP - INDUSTRIA
8. SINDICATO FARMACEUTICOS COMERCIO DE MG
9. SINDICATO FARMACEUTICOS PERNAMBUCO
10. SINDICATO EMPREGADOS COMERCIO - RECIFE
11. SINDICATO EMPREGADOS COMERCIO - NOVO HAMBURGO
12. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DA BAHIA
13. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO RJ
14. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE MG
15. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO RS
16. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO PARA
17. SINDICATO FARMACEUTICOS GOIANIA
18. SINDICATO FARMACEUTICOS CEARA
19. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO AM
20. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE GO
21. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE PE
22. SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DE CE
23. SINDICATO TRAB IND QUIM FARM PLAST E SIMILARES SP
24. SINDICATO FARMACEUTICOS SP - UND SP
25. SINDICATO EMPREGADOS DO COMERCIO ATACADISTA BNU/INDAIAL
26. SINDICATO EMPREGADOS LOGISTICA - JUNDIAI

**14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

27. CNTI (CONF. NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA)
28. SINDICATO EMPREGADOS LOGISTICA POUSO ALEGRE
29. SINDICATO EMPREGADO TRANSPORTE POUSO ALEGRE
30. SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO JABOATAO DOS GUARARAPES - PE
31. SINDICATO EMPREGADOS COMERCIO - CAUCAIA
32. SINDICATO TRABALHADORES NO COMERCIO VAREJISTA FARMCEUTICOS BNAU
33. SINDICATO DOS FARMACEUTICOS PR
34. SINDICATO COMERCIO DE CATALAO
35. SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ATACADISTA DF
36. SINDICATO DOS MOTORISTAS RIBEIRAO PRETO
37. SINDICATO DOS MOTORISTAS MARILIA
38. SINDICATO DOS TRAB. TRANSP. ROD. CATALAO
39. SINDICATO DO COMERCIO DE LONDRINA
40. SINDICATO DOS MOTORISTAS DE CURITIBA
41. SINDICATO SIMOSASCO MOTOCICLISTA
42. SINPRAFARMA - SP
43. SINDICATO DOS TRANSPORTES CAJAMAR
44. SINPRAFARMA - RIBEIRAO PRETO
45. SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DE BRASILIA
46. SINDICATO DOS MOTORISTAS RIBEIRAO PRETO
47. SINDICATO DOS MOT E TRAB DO RAMO DE TRANSP DE EMPRESAS DE CARGAS DE OSASCO E REGIAO
48. SINDICATO EMP VEND VIAJ COM PROP VEND PROD FARM MS E MT
49. SINFES e SINCADES - FARMACEUTICO ES
50. SETCEPAR - Motoristas Paraná
51. SINDICATO TRAB EMP CONSERV E ASSIST
52. SINDICATO EMPREGADOS COMERCIO CAMPINAS
53. SINDICATO TRABALHADORES COMERCIO ABC
54. SINDICATO TRAB TRANSP RODOV GRANDE ABC
55. SINDICATO DOS FARMACEUTICOS RS
56. SINDICATO DOS COMERCIARIOS BA

### **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.



## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Consolação Goulart Terra</b>						
122.470.508-40	Brasileiro	Sim	Sim	Sim	27/01/2021	
Não						
43.739.702	17,790%	0	0,000%		43.739.702	17,790%
<b>CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA</b>						
065.818.678-52	Brasileira	Sim	Sim	Sim	27/01/2021	
Não						
17.343.416	7,050%	0	0,000%		17.343.416	7,050%
<b>Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
34.964.232/0001-81	Brasileira	Sim	Sim	Sim	27/01/2021	
Não						
128.918.008	52,430%	0	0,000%		128.918.008	52,430%
<b>FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA GENOMA I</b>						
17.588.142/0001-14	Brasileira	Sim	Sim	Sim	27/01/2021	
Não						
55.888.818	22,730%	0	0,000%		55.888.818	22,730%
<b>OUTROS</b>						
0	0,000%	0	0,000%		0	0,000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000%	0	0,000%		0	0,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>TOTAL</b>	245.889.944	100,000%	0	0,000%	245.889.944	100,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
17.588.142/0001-14						
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA GENOMA I						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
CSHG 1122C Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior						
28.364.587/0001-37	Brasileira	Não	Não	25/05/2020		
	Não					
140.598	25.500	0	0,000	140.598		25.500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
CSHG 1122P Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior						
28.036.828/0001-19	Brasileira	Não	Sim	25/05/2020		
	Não					
140.598	25.500	0	0,000	140.598		25.500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
CSHG 3921 Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior						
15.693.787/0001-91	Brasil	Não	Sim	25/05/2020		
	Não					
270.188	49.000	0	0,000	270.188		49.000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
17.588.142/0001-14						
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA GENOMA I						
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0		0,000
551.384	100,000	0	0,000	551.384		100,000
<b>TOTAL</b>						

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
						34.964.232/0001-81
<b>ACÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
<b>Aldebaran S.A.R.L SPF</b>						
30.551.489/0001-50	Luxemburgo	Não	Sim	01/04/2020		
	Não					
1.049.286	10,010	0	0,000	1.049.286		10,010
<b>Classe ação</b>						
TOTAL	0	0,000				
<b>ARABELLA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO</b>						
35.754.218/0001-16	Brasil	Não	Não	01/04/2020		
	Sim		Jurídica		05.389.174/0001-01	
410.585	3,920	0	0,000	410.585		3,920
<b>Classe ação</b>						
TOTAL	0	0,000				
<b>CSHG 1122P Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior</b>						
28.036.828/0001-19	Brasileira	Não	Sim	01/04/2020		
	Não					
1.049.286	10,010	0	0,000	1.049.286		10,010
<b>Classe ação</b>						
TOTAL	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %						
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia									
CPF/CNPJ acionista									
34.964.232/0001-81									
<b>DROSERA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO</b>									
32.308.398/0001-14	Brasil	Não	Não	01/04/2020					
Sim	MODAL D.T.V.M. LTDA		Jurídica		05.389.174/0001-01				
883.401	8,430	0	0,000	883.401					8,430
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
<b>NEPENTHES FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO</b>									
32.273.391/0001-04	Brasil	Não	Não	01/04/2020					
Sim	MODAL D.T.V.M. LTDA		Jurídica		05.389.174/0001-01				
1.262.065	12,040	0	0,000	1.262.065					12,040
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
<b>Orjen Investments Pte. Ltd.</b>									
24.608.573/0001-60	Singapura	Não	Não	30/03/2020					
Sim	Credit Suisse Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.		Jurídica		61.809.182/0001-30				
4.200.451	40,060	0	0,000	4.200.451					40,060
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
<b>OUTROS</b>									
0	5,140	0	0,000	0					5,140

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %						
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia									
34.964.232/0001-81									
<b>RNX 20 Holding S.A.</b>									
20.052.530/0001-90	Brasil	Não	Sim		01/04/2020				
	Não								
1.088.979	10,390	0	0,000		1.088.979			10,390	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
<b>TOTAL</b>									
9.944.053	100.000	0	0,000		9.944.053			100.000	



**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
30.551.489/0001-50						
Aldebaran S.A.R.L SPF						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Dulce Pugliesi de Godoy Bueno						
097.403.417-72	Brasil	Não	Sim			
Não						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CSHG 1122C Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior						
						28.364.587/0001-37
Composição capital social						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Camila de Godoy Bueno Grossi						
108.523.377-44		Não	Não			
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação						
TOTAL	0				0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CSHG 1122P Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior									
28.036.828/0001-19									
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
Pedro de Godoy Bueno									
126.861.457-22									
Brasil									
Não									
Não									
1	100,000	0	0,000	1	100,000				
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
TOTAL									
1	100,000	0	0,000	1	100,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CSHG 1122P Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior									
				28.036.828/0001-19					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
Pedro de Godoy Bueno									
126.861.457-22	Brasil	Não	Sim						
Não									
1	100,000	0	0,000	1	100,000				
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
TOTAL									
1	100,000	0	0,000	1	100,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CSHG 3921 Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado Investimento no Exterior									
CPF/CNPJ acionista									
15.693.787/0001-91									
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
<b>Aldebaran S.A.R.L SPF</b>									
30.551.489/0001-50	Luxemburgo	Não	Sim	01/04/2020					
Sim		Aldebaran S.A.R.L SPF	Jurídica		30.551.489/0001-50				
100	100,000	0	0,000	100	100,000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
<b>TOTAL</b>									
100	100,000	0	0,000	100	100,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Orjen Investments Pte. Ltd.						
24.608.573/0001-60						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0		0,000
0	0,000	0	0,000	0		0,000
OUTROS						
<b>Temasek Holdings (Fundo soberado de Singapura)</b>						
17.743.967/0001-66	Singapura	Não	Não		01/04/2020	
Sim	Temasek Holdings (Fundo soberado de Singapura)		Jurídica			17.743.967/0001-66
100	100,000	0	0,000	100		100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100		100,000

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RNX 20 Holding S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
20.052.530/0001-90						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Pedro de Godoy Bueno</b>						
126.861.457-22	Brasil	Não	Sim			
Não						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
<b>TOTAL</b>						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	27/01/2021
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	2
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	1

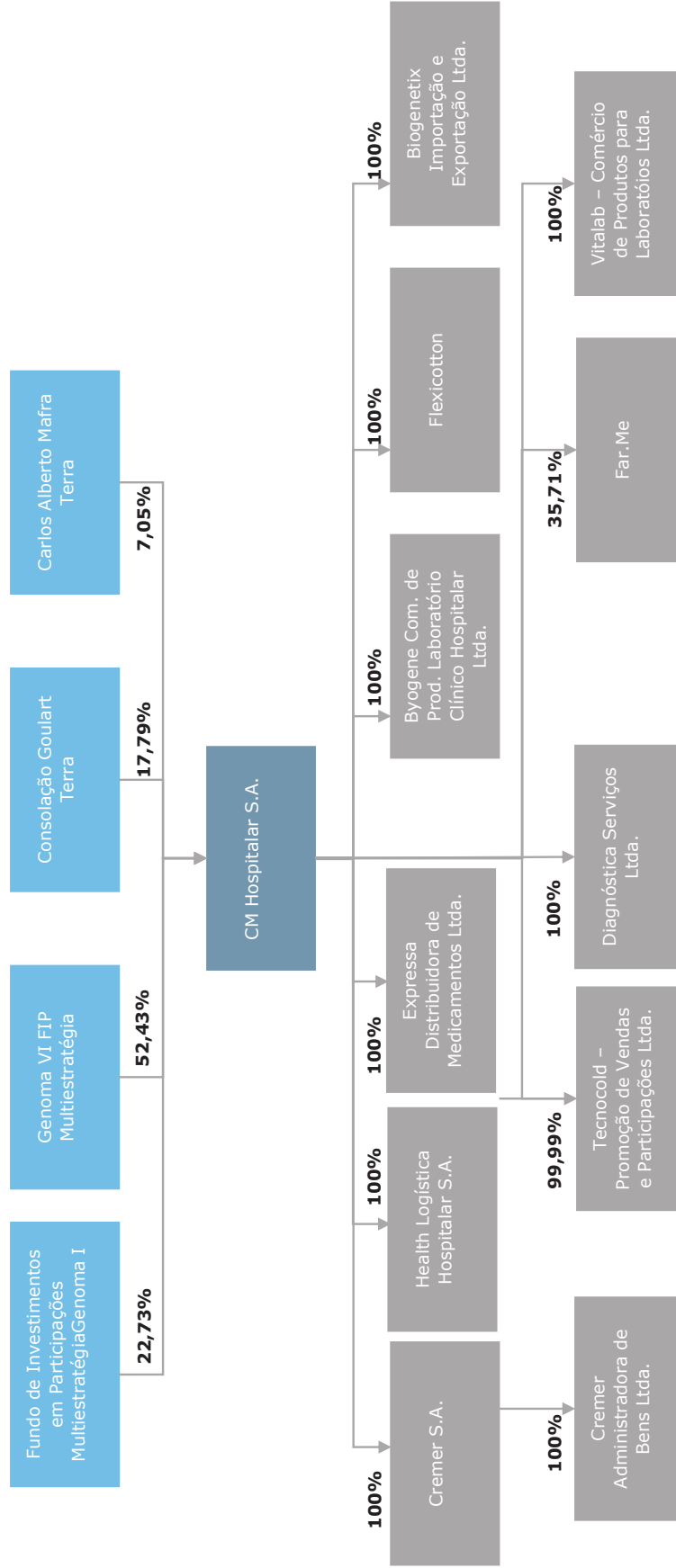
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%



### 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

<b>Acordo de Acionistas da CM Hospitalar S.A. ("Acordo de Acionistas")</b>	
<b>Partes</b>	(i) Carlos Alberto Mafra Terra ("Carlos"); (ii) Consolação Goulart Terra ("Consolação" e, em conjunto com Carlos, "Acionistas Originais"); (iii) Cromossomo Participações IV S.A. ("Cromossomo IV"); (iv) Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Novo Investidor", e, em conjunto com a Cromossomo IV, "Investidores", e os Investidores, em conjunto com os Acionistas Originais, "Acionistas"); e (v) CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), Health Logística Hospitalar S.A., Cremer S.A., Cremer Administradora de Bens Ltda., Tecnocold - Promoção de Vendas e Participações Ltda. ("Intervenientes")
<b>Data de celebração</b>	1º de março de 2016 ("Acordo de Acionistas Original"), conforme aditado e consolidado em 02 de abril de 2020 ("Acordo de Acionistas").
<b>Prazo de vigência</b>	O Acordo de Acionistas Original vigorou de 01 de março de 2016 até 01 de abril de 2020 e, o Acordo de Acionistas vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados de 02 de abril de 2020, renovável automaticamente por mais 20 (vinte) anos, exceto se houver manifestação em sentido contrário por qualquer dos Acionistas com 6 (seis) meses de antecedência ao vencimento do prazo inicial ou em caso de realização de uma Oferta pública inicial ("IPO"), nos termos da Cláusula 16.6. do Acordo de Acionistas. Na data de 15 de março de 2021 foi firmado um distrato ao Acordo de Acionistas, cuja eficácia está condicionada a consumação do IPO.
<b>Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle</b>	<p>Os Acionistas concordam em (a) exercer seus respectivos direitos de voto nas assembleias gerais de acionistas da Companhia, (b) providenciar para que a Companhia exerça seu direito de voto em assembleias e reuniões de sócios de suas subsidiárias, bem como (c) instruir seus respectivos representantes nos órgãos administrativos da Companhia e das suas subsidiárias a atuar, em todos os casos, sempre em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas.</p> <p>Os Acionistas Originais e qualquer terceiro que adquira Ações Vinculadas<sup>1</sup> de titularidade dos Acionistas Originais e venha a integrar o Acordo de Acionistas ("Bloco Acionistas Originais") deverão ser considerados, para fins do exercício de direito de voto, como um único bloco, de modo que somente poderão exercer e cumprir o direito de voto desta forma, restando impossibilitados de fazê-lo de forma isolada. Da mesma forma, os Investidores e qualquer terceiro que adquira Ações Vinculadas e venha a integrar o Acordo de Acionistas deverão ser considerados como um único bloco ("Bloco Cromossomo"), de modo que somente poderão exercer e cumprir o direito de voto desta forma, restando impossibilitados de fazê-lo de forma isolada.</p> <p>Caso o Bloco Cromossomo venha a ser composto por outros acionistas além da Cromossomo e do Novo Investidor, os integrantes do Bloco Cromossomo deverão se reunir, em reunião prévia a cada assembleia geral ou reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar acerca: (a) do exercício uniforme do direito de voto das Ações Vinculadas detidas pelos seus integrantes com relação às matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral; ou (b) da orientação de voto aos membros do Conselho de Administração indicados pelo Bloco Cromossomo, sempre respeitados os termos do Acordo de Quotistas Novo Investidor<sup>2</sup>.</p> <p>A cada Ação Vinculada corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. Todas e quaisquer resoluções ou deliberações das assembleias gerais da Companhia dependerão do voto afirmativo de Acionistas representando, no mínimo, metade das ações com direito de voto de sua emissão, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e o quanto disposto abaixo:</p> <p>A aprovação em assembleia geral da Companhia das seguintes matérias dependerá de aprovação dos Acionistas titulares de Ações Vinculadas representativas de, pelo menos, 80% do capital social votante: alterações no Estatuto Social, (ii) alteração do dividendo mínimo obrigatório; (iii) aprovação da distribuição de dividendos em montante inferior ao mínimo obrigatório; (iv) aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para formação do capital social da Companhia; (v) transformação em outro tipo</p>

<sup>1</sup> Todas e quaisquer ações ordinárias, preferenciais de titularidade dos Acionistas, incluindo ações que doravante venha a ser subscritas e/ou adquiridas, a qualquer título, incluindo em decorrência de compra, subscrição, desdobramentos, distribuição de bonificações e distribuição de dividendos com pagamento em bens, ou que passem a ser detidas por qualquer dos Acionistas como resultado de incorporações, fusões, cisões ou outro tipo de reorganização societária ou em decorrência do exercício de opções de compra, bônus de subscrição, ou títulos e valores conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, bem como todos os direitos e prerrogativas a estas inerentes.

<sup>2</sup> Acordo de quotistas celebrado pelos Quotistas Novo Investidor, conforme aditado de tempos em tempo.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>societário; (vi) participação em grupos de sociedades; (vii) dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia; (viii) autorização para administradores confessarem falência ou requererem recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (ix) criação de novas classes ou espécies de ações de emissão da Companhia, extinção de qualquer classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; e (x) decisões relacionadas à incorporação de qualquer outro veículo de investimento do Bloco Cromossomo ou de seus membros na Companhia.</p> <p>A aprovação em assembleia geral da Companhia das seguintes matérias dependerá de aprovação dos Acionistas titulares de Ações Vinculadas representativas de, pelo menos, 80% do capital social votante: (i) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia, exceto se referida remuneração global for determinada de acordo com parâmetros de mercado, com base em estudos realizados por consultoria independente; (ii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (iii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia; (iv) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se drop down) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia, exceto (a) no caso de absorção do acervo resultante de reorganizações societárias envolvendo subsidiárias integrais da Companhia; e (b) nos demais casos previstos no Acordo de Acionistas; (v) aumento ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações, assim como a emissão de partes beneficiárias ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, exceto em relação a (a) hipóteses previstas no Acordo de Acionistas; e (b) para realizar um Saneamento Financeiro. Para fins deste item, "Saneamento Financeiro" significa: significa o saneamento necessário em relação às obrigações correntes da Companhia, quando esta (i) não disponha de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações correntes; (ii) não consiga a obtenção de novos financiamentos e/ou linhas de crédito junto a terceiros, incluindo instituições financeiras, necessários à satisfação das suas obrigações correntes; ou (iii) não esteja cumprindo com covenants financeiros assumidos perante credores; observado que a chamada de capital para fazer frente a um Saneamento Financeiro deverá ser em montante suficiente para (1) reduzir o endividamento líquido da Companhia para um montante necessário para que a Companhia não descumpra nenhum covenant financeiro, cujo descumprimento configure um evento de vencimento antecipado de qualquer contrato ou compromisso financeiro da Companhia e suas subsidiárias; e/ou (2) fazer frente às necessidades de caixa da Companhia para os 6 (seis) meses subsequentes ao evento que ensejou o aumento de capital para fazer frente a um Saneamento Financeiro, conforme projeções e fluxo de caixa apresentados pela administração da Companhia, o que representar o menor valor de aporte entre os dois; (vi) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, da constituição de reservas de capital ou de lucros pela Companhia, que sempre deverá observar o orçamento aprovado da Companhia; e (vii) a adoção, estabelecimento, alteração ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários ou membros do Conselho de Administração ou da diretoria da Companhia, que envolvam de qualquer forma direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia por tais funcionários, membros do conselho de administração ou diretores, incluindo opções de compra de ações de emissão da Companhia, caso referidos planos de opções de compra de ações representem um percentual superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia ou referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem.</p>
<p><b>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</b></p>	<p>Na medida em que os Acionistas sejam titulares da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, o conselho de administração será formado por 6 (seis) membros, obrigatoriamente eleitos pelos Acionistas com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Na medida em que o Bloco de Acionistas Originais seja titular de Ações Vinculadas representativas de, pelo menos, 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, o Bloco de Acionistas Originais terá o direito de indicar e eleger 2 (dois) dos 6 (seis) membros do conselho de administração. Na medida em que o Bloco dos Acionistas Originais passe a ser titular de Ações Vinculadas representativas de percentual igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, o Bloco dos Acionistas Originais terá o direito de indicar e eleger apenas 1 (um) dos 6 (seis) membros do conselho de administração.</p>

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>O Bloco Cromossomo terá o direito de eleger os demais membros do conselho de administração da Companhia. Entre os membros do conselho de administração indicados pelo Bloco Cromossomo, um destes será indicado por Orjen, nos termos do Acordo de Quotistas Novo Investidor.</p> <p>Os Acionistas pertencentes ao Bloco Cromossomo obrigam-se a exercer seu poder de controle e seus votos nas assembleias gerais da Companhia para eleger os membros do conselho de administração indicados pelo Bloco dos Acionistas Originais.</p> <p>O Bloco Cromossomo terá o direito de indicar observadores para participar das reuniões do Conselho de Administração, sendo certo que o Novo Investidor poderá indicar que tais observadores permaneçam durante o restante do determinado exercício social.</p> <p>O Bloco de Acionistas Originais terá o direito de indicar para qualquer comitê do conselho de administração ou outros órgãos consultivos já existentes ou que eventualmente venham a ser criados para auxílio ao conselho de administração, 01 (um) representante para cada comitê, enquanto permanecer titular de Ações Vinculadas representativas de, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social total e votante da Companhia, observado que, caso o Bloco de Acionistas Originais deixe de ter direito a indicar membros ao conselho de administração da Companhia, deixará de ter direito de indicar membros aos comitês. Os demais membros dos comitês ou outros órgãos consultivos serão indicados pelo Bloco Cromossomo.</p>
<p><b>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</b></p>	<p>Qualquer Alienação de Ações Vinculadas sem a observância expressa dos termos e condições estabelecidos nas Cláusulas 12 a 15 do Acordo de Acionistas será nula e ineficaz em relação à Companhia, aos Acionistas e eventuais terceiros.</p> <p><u>Cessão e Transferência de Ações:</u></p> <p>Os Acionistas Originais deverão ser considerados, para os fins do exercício dos direitos de cessão e transferência de ações, como um único bloco, de modo que somente poderão exercer e cumprir tal direito desta forma, restando impossibilitados de fazê-los de forma isolada. Exceto conforme disposto na Cláusula 11.1.1, e observada a Cláusula 11.3.1, os Acionistas Originais somente poderão alienar suas Ações Vinculadas em conjunto e de forma proporcional à participação de cada um deles nas Ações Vinculadas, inclusive mediante exercício de Tag Along. Exceto conforme disposto na Cláusula 12.3, os Investidores deverão ser considerados, para os fins do exercício dos direitos de cessão e transferência de ações, como um único bloco, de modo que somente poderão exercer e cumprir tal direito desta forma, restando impossibilitado de fazê-lo de forma isolada, ressalvada a possibilidade de cessão dos direitos para Afiliadas dos Investidores, para os fins previstos no Acordo de Acionistas. Conforme disposto na Cláusula 11.1.1, qualquer Acionista Original poderá vender suas Ações Vinculadas de forma isolada a qualquer terceiro que não seja uma Parte do Acordo de Acionistas, ou seja, sem que os outros Acionistas Originais também vendam suas Ações Vinculadas, incluindo no âmbito da Cláusula 14, desde que a Cláusula 11.3.1 e todas as demais restrições de transferência previstas no Acordo de Acionistas aplicáveis sejam respeitadas.</p> <p><u>Alienações Permitidas:</u></p> <p>As restrições previstas nas Cláusulas 11, 12 e 13 do Acordo de Acionistas não se aplicam em caso de (a) Alienação de Ações Vinculadas realizadas entre os Investidores e qualquer de suas Afiliadas, ou entre Investidores; (b) Alienação de Ações Vinculadas realizadas entre qualquer dos Acionistas Originais e qualquer de suas respectivas Afiliadas, ou entre os Acionistas Originais; e (c) Alienação de quotas ou ações, conforme aplicável, de emissão dos Investidores, (i) desde que os Investidores permaneçam sob gestão da DNA Capital Consultoria Ltda., ou qualquer outra gestora que venha a ser gestora dos Investidores na data da Alienação, ou a Alienação das quotas seja feita para outra Pessoa sob gestão da DNA Capital; e (ii) desde que não haja Alienação por parte dos quotistas do Novo Investidor que sejam Afiliados à Cromossomo ("Alienações Permitidas").</p> <p><u>Direito de Preferência na Alienação de Ações e na Subscrição de Ações:</u></p> <p>Caso o Bloco dos Acionistas Originais deseje Alienar, direta ou indiretamente, parcial ou totalmente, as suas Ações Vinculadas, o Bloco dos Acionistas Originais deverá dar preferência sobre tais Ações Vinculadas ("Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Preferência") aos Investidores, que terão o direito de adquiri-las, na proporção de suas participações na Companhia, de acordo com as condições descritas no Acordo de Acionistas ("Direito de Preferência").</p> <p><u>Direito de Primeira Oferta na Alienação de Ações:</u></p>

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>Caso um ou mais Acionistas pertencentes ao Bloco Cromossomo pretenda Alienar a um terceiro as suas Ações Vinculadas, no todo ou em parte ("Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Primeira Oferta"), o Bloco Cromossomo deverá primeiramente notificar, por escrito, tal intenção aos Acionistas Originais, informando o número de Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Primeira Oferta, com cópia para a Companhia ("Notificação de Primeira Oferta"). Os Acionistas Originais, então, terão o direito de realizar uma primeira oferta para a aquisição da totalidade (e não menos que a totalidade) das Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Primeira Oferta ("Direito de Primeira Oferta"), observados os termos e condições do Acordo de Acionistas. Caso os dois Acionistas Originais decidam exercer o Direito de Primeira Oferta, deverão fazê-lo na proporção de suas participações na Companhia, exceto se outra forma acordado entre o Bloco Cromossomo e o Bloco de Acionistas Originais; se, por outro lado, apenas um dos Acionistas Originais exercer o Direito de Primeira Oferta, deverá adquirir a totalidade das Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Primeira Oferta.</p> <p><u>Direito de Venda Conjunta (Tag Along):</u></p> <p>Sem prejuízo do Direito de Primeira Oferta previsto na Cláusula 12 e das demais disposições do Acordo de Acionistas, caso o Bloco Cromossomo receba uma oferta de terceiro nos termos da Cláusula 13.4, os Acionistas Originais terão o direito de, na proporção de suas participações no capital social da Companhia (desconsideradas, para este fim, a participação dos Acionistas que não participarem do Tag Along), Alienar suas Ações Vinculadas ao potencial adquirente, na proporção do total de ações adquiridas pelo potencial adquirente, pelo mesmo preço e sob os mesmos termos e condições previstos na referida oferta de terceiro ("Tag Along").</p> <p><u>Direito de Obrigar a Venda Conjunta (Drag Along):</u></p> <p>Caso qualquer Acionista ou grupo de Acionistas cuja participação seja equivalente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do capital social total da Companhia receba, de um terceiro interessado, uma oferta para adquirir a totalidade (e não menos que a totalidade) das Ações Vinculadas desse Acionista, e desde que os demais Acionistas não exerçam os direitos descritos nas Cláusulas 12 a 14, o(s) Acionista(s) Alienante(s) poderá(ão) exigir que os Acionistas Não-Alienantes também Alienem a totalidade de suas Ações Vinculadas para o terceiro interessado nos mesmos termos da oferta aceita pelo(s) Acionista(s) Alienante(s), desde que o preço da Alienação a ser pago aos Acionistas seja igual ou superior ao Preço Mínimo do Drag Along ("Drag Along").</p>
<p><b>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</b></p>	<p>Os Acionistas concordam que o conselho de administração da Companhia decidirá a respeito do exercício do direito de voto da Companhia em qualquer decisão societária relativa às suas respectivas subsidiárias (cuja participação seja detida direta ou indiretamente pela Companhia), inclusive no tocante à eleição de membros do conselho de administração, dos diretores e/ou dos administradores de tais subsidiárias, conforme o caso, sempre observada a necessidade de aprovação das matérias previstas nas Cláusulas 5.3.1, 5.3.2, 7.5.1, 7.5.2 e 7.5.3 do Acordo de Acionistas.</p> <p>O conselho de administração da Companhia reunir-se-á previamente a uma assembleia geral, reunião de sócios, reunião da administração ou outra forma de deliberação ou aprovação societária de qualquer das subsidiárias, emitindo, por escrito, nos termos da respectiva ata, redigida pelo presidente do conselho ou por secretário que o presidente do conselho vier a indicar, suas determinações relativas à forma como a Companhia, uma das demais subsidiárias, em caso de participação indireta da Companhia, ou os administradores indicados pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias, conforme o caso, deverá votar ou se manifestar, respeitado o disposto no Acordo de Acionistas, devendo os diretores da Companhia (e demais representantes da Companhia ou de qualquer das suas subsidiárias) seguir obrigatoriamente tais determinações, e quaisquer instrumentos de mandato para a constituição de procuradores deverão especificar que seu exercício será condicionado à observância das disposições da Cláusula 9.1 do Acordo de Acionistas.</p>
<p><b>IPO</b></p>	<p>Na data de 15 de março de 2021 foi firmado um distrato ao Acordo de Acionistas, cuja eficácia está condicionada a consumação do IPO. Após o IPO, apenas a Cláusula 18 (Confidencialidade), Cláusula 19 (Não Competição, Não Contratação e Não Solicitação) e Cláusula 27 (Lei Aplicável e Arbitragem) do Acordo de Acionistas permanecerão em vigor.</p>

<b>Quotaholders' Agreement of Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Acordo de Cotistas")</b>	
<p><b>Partes</b></p>	<p>(i) CSHG 1122P Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior ("CSHG");  (ii) Aldebaran S.A.R.L SPF ("Aldebaran" e, em conjunto com CSHG, "Família Bueno");  (iii) Orjen Investments Pte. Ltd. ("Orjen");  (iv) Nepenthes Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Longo Prazo ("Nopenthes");</p>

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>(v) Arabella Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Arabella");</p> <p>(vi) DNA Capital Consultoria Ltda. ("DNA Capital");</p> <p>(vii) Modal Asset Management Ltda. ("Modal");</p> <p>(viii) Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Genoma VI", como interveniente anuente).</p> <p>Ainda, Cotistas minoritários do Genoma VI também aderiram ao Acordo de Cotistas mediante celebração de joinders agreements.</p>
<b>Data de celebração</b>	17/12/2019
<b>Prazo de vigência</b>	O Acordo de Cotistas permanecerá vigente durante o seu Prazo de Duração, qual seja período correspondente a cinco anos a partir da Data de Início (quando o compromisso de investimento dos cotistas alcançar um valor agregado R\$1,000,000,000.00), sujeito a duas extensões potenciais de um ano, sendo a primeira e a segunda extensões de um ano sujeitas à aprovação dos Cotistas de acordo com o Regulamento e o Acordo de Cotistas.
<b>Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle</b>	<p>•<b>Assembleia Geral de Cotistas.</b></p> <p>Os quóruns de aprovação das matérias a serem aprovadas em assembleia geral de cotistas estão previstos no Regulamento do Genoma VI e no Acordo de Cotistas. Nenhum Cotista do Genoma VI detém a maioria das suas quotas.</p> <p>Matérias sujeitas a voto por maioria dos presentes: aprovação das demonstrações financeiras do Genoma VI e demais matérias cujo quórum qualificado não esteja presente no Acordo de Cotistas.</p> <p><u>Matérias sujeitas a 50%+1 das cotas subscritas:</u> destituição ou alteração da gestora do fundo (com justa causa).</p> <p><u>Principais Matérias sujeitas a voto qualificado de 2/3 das quotas subscritas:</u> (i) alteração do regulamento; (ii) destituição ou alteração da gestora do fundo (sem justa causa); (iii) fusão, cisão, incorporação e transformação do Genoma VI; (iv) emissão e distribuição de novas cotas; (v) aumento da remuneração do administrador ou da gestora do Genoma VI; (vi) redução ou extensão do prazo de duração do Genoma VI; (vii) qualquer modificação nos quóruns de instalação e de aprovação da assembleia geral de cotistas; (viii) investimento nas investidas por meio de debentures conversíveis; (ix) instalação, composição, organização e operação do Comitê de Investimentos ou de qualquer outro comitê do Genoma VI; (x) pedido dos cotistas por informações, nos termos do art. 20 do Regulamento; (xi) concessão de qualquer garantia à terceiros; (xii) aprovação de atos com potencial conflito de interesse entre o Genoma VI, o administrador, a gestora e/ou seus cotistas que detêm mais de 10% das cotas subscritas; (xiii) aprovação da amortização de quotas em espécie e liquidação do fundo; (xiv) mudança no tipo de fundo; (xv) concessão de qualquer autorização/renúncia que possa representar um risco para o Genoma VI maior do que R\$ 100 milhões de reais; (xvi) mudança na definição de "Outros Ativos" com a intenção de incluir, remover ou modificar a lista de ativos incluída nesse conceito; (xvii) investimento dos recursos do Genoma VI em valores mobiliários; (xviii) dispensa da participação do Genoma VI nas decisões das companhias investidas quando o valor contábil líquido do investimento foi reduzido a zero, devido ao reconhecimento do ajuste ao valor justo ou provisão para ajuste ao valor recuperável; (xix) inclusão nas despesas do Genoma IV não previstas em seu regulamento.</p> <p><u>Matérias com quórum de aprovação de 90%:</u> liquidação antecipada do Genoma VI.</p> <p><u>Matérias com quórum de aprovação de 100%:</u> perdão de dívidas.</p> <p><u>Destituição da Gestora.</u> A Gestora poderá ser destituída como gestora do Genoma VI por justa causa, mediante o voto favorável de mais da metade dos quotistas, sendo que os cotistas com conflitos de interesse não participarão da votação. A gestora poderá ser destituída sem justa causa, com o voto favorável de 2/3 dos quotistas, sendo permitida a participação dos fundos ligados à família Bueno.</p>
<b>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</b>	Direitos de Governança da Orjen. Enquanto a Orjen detiver ao menos 10% do capital social, direto ou indireto, da Companhia, ela terá o direito de eleger (i) 1 membro do Conselho de Administração da companhia; (ii) 1 observador do Conselho de Administração; e (iii) 1 membro do comitê de partes relacionadas da companhia.
<b>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</b>	<p>• <u>Direito de Preferência da Companhia e Direito de Primeira Recusa.</u> No caso de (i) qualquer aumento de capital da companhia ao qual o Genoma VI tenha direito de preferência, ou (ii) qualquer acionista original da Companhia decidir vender as ações de emissão da Companhia, o que acionaria o exercício do direito de primeira recusa do Genoma VI, a DNA Capital deverá decidir se deseja exercer tais direitos a seu critério e, caso decida fazê-lo, deverá, simultaneamente, (a) convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a emissão de novas cotas a serem subscritas por cada cotista; e (b) enviar</p>



## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>uma notificação à Orjen para confirmar sua intenção de participar de tal aumento de capital e/ou exercer sua parcela indireta pro rata do direito de preferência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Preferência na Aquisição de Sobras da Orjen.</u> No caso de Orjen decidir efetuar tal investimento adicional, nos termos do item acima, e (i) a assembleia geral não aprova a emissão de novas cotas para fins de exercício de tais direitos de preferência, ou (ii) existirem quaisquer valores remanescentes não adquiridos e/ou subscritos pelo Genoma VI e pela Cromossomo, Orjen terá o direito de subscrever tais valores remanescentes, até um limite de 40% de todas as quotas emitidas e em circulação.</li> <li>• <u>Período de Lock-up.</u> Os cotistas não terão o direito de transferir quaisquer cotas do Genoma VI antes de (i) 2 anos contados da data de início do fundo, ou (ii) um IPO, o que ocorrer primeiro, sendo certo que tal período de lock-up não se aplica: (a) às cotas detidas pela RNX 20 Holding S.A., as quais poderão ser transferidas livremente; e (b) às transferências permitidas entre cotistas e suas afiliadas (conforme definido no Acordo de Cotistas).</li> <li>• <u>Direitos de Preferência.</u> Os cotistas terão direito de preferência para subscrever quaisquer cotas a serem emitidas pelo Genoma VI na proporção de participação no fundo. Os cotistas que tiverem exercido o seu direito de preferência poderão adquirir também eventuais sobras na proporção de sua participação no fundo. Adicionalmente, a Orjen terá o direito de exercer um direito residual de subscrever as sobras até o valor representativo de 40% do total das cotas emitidas e em circulação.</li> <li>• <u>Direito de primeira oferta.</u> Na hipótese de uma transferência, direta ou indireta, de cotas detidas por qualquer dos cotistas a um terceiro, o cotista ofertante somente terá direito de fazê-lo após oferecer as respectivas cotas aos demais cotistas. Os cotistas ofertados terão o direito de fazer oferta para aquisição de todas as cotas ofertadas.</li> <li>• <u>Direito de Venda Conjunta (Tag Along).</u> Observado o direito de primeira oferta, no caso de uma transferência direta ou indireta de cotas detidas por um veículo de investimento da Família Bueno ou suas afiliadas para um terceiro que não seja parte do Acordo de Cotistas e (i) que resulte em uma transferência inferior a 50% da participação indireta do veículo de investimento da Família Bueno e suas afiliadas na companhia, então cada cotista terá o direito de incluir cotas de sua titularidade na respectiva transferência na mesma proporção, sem reduzir o número de cotas a serem vendidas por tal veículo de investimento da Família Bueno; (b) que resulte em uma transferência igual ou superior a 50% da participação indireta do veículo de investimento da Família Bueno e suas afiliadas na companhia, então cada cotista terá o direito de transferir a totalidade de suas cotas ao potencial comprador.</li> <li>• <u>Direito de Obrigar a Vender.</u> Caso os veículos de investimento da Família Bueno receberem em conjunto uma oferta vinculativa de um terceiro de boa-fé para adquirir todas, e não menos que todas, as cotas de sua titularidade, e os demais quotistas não exercerem seu direito de venda conjunta, os veículos de investimento da Família Bueno terão o direito de exigir que os demais quotistas transfiram todas as suas quotas ao adquirente terceiro, desde que, se tal transferência ocorrer até o 3º aniversário de na data de início do fundo (i.e., 1 de abril de 2020), o preço de compra a pagar a cada quotista deverá ser igual ou superior ao Valor Mínimo (i.e., um retorno inferior a 2,0x o valor do capital total integralizado pelos cotistas nos termos das chamadas de Capital).</li> <li>• <u>IPO.</u> Após o 3º aniversário da data de início do Genoma VI, a Orjen pode enviar uma solicitação por escrito à DNA Capital para solicitar o IPO da Companhia. Mediante o recebimento de uma solicitação da Orjen, a DNA Capital deverá enviar seus melhores esforços para realizar o IPO no prazo 180 dias corridos contados do recebimento de tal solicitação.</li> </ul> <p><u>Transferências Autorizadas.</u> As transferências de cotas entre seus respectivos cessionários autorizados, conforme definido no Acordo de Cotistas, não estarão sujeitas às restrições de transferências descritas acima, e nem o período de lock-up. Os cotistas que efetuarem qualquer transferência autorizada permanecerão vinculados ao Acordo de Cotistas.</p> <p>Nação Mais Favorecida. Antes do final do Período de Sindicalização<sup>3</sup>, a gestora deverá informar a Orjen por escrito o conteúdo de todos os acordos ou entendimentos semelhantes com qualquer Cotista que alterem ou complementem os direitos econômicos estabelecidos no Regulamento, em cada Suplemento ou no Acordo de Cotistas. A Orjen</p>
--	---

<sup>3</sup> período de 12 meses após a Data de Início (data em que o número total de Cotas integralizadas for igual ou superior ao capital inicial mínimo do Genoma VI).

### 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>terá o direito de eleger, dentro de 30 (trinta) dias do recebimento dessa notificação por escrito, receber os direitos e benefícios (e, conseqüentemente, todas as restrições, condições ou termos prejudiciais que estejam razoavelmente relacionados a esses direitos e benefícios) relacionados a referido entendimento ou acordo celebrado com um Cotista, desde que a Orjen (i) tenha seus direitos e obrigações econômicos estabelecidos plena e incondicionalmente substituídos por direitos econômicos que reflitam plena e incondicionalmente os direitos econômicos desse outro Cotista; e (ii) não tenha nenhum direito de renegociar, modificar ou descumprir suas obrigações de investir no fundo de acordo com os termos e condições previstos no compromisso de investimento, no Regulamento do fundo ou no Acordo de Cotistas, fora do escopo do item "(i)" acima; e desde que, além disso, as Cotas subscritas pela gestora, seus sócios (que não as Cotas a serem subscritas pelos veículos de investimento da família Bueno), diretores e funcionários estejam sujeitas a termos e condições mais favoráveis do que os termos e condições atribuídos à Orjen ou a qualquer outro Cotista.</p>
<p><b>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</b></p>	<p>Os membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos pelos cotistas deverão observar as orientações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas.</p>



**15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos três últimos exercícios sociais.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A. ("Daviso")
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 15 de março de 2021, a Companhia celebrou, na qualidade de compradora, contrato de compra e venda de ações da Daviso, por meio do qual a Companhia se comprometeu a adquirir 100% do capital social da Daviso.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Daviso
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento. O fechamento e a conclusão da transação estão sujeitos às condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, como, por exemplo, a obtenção de autorização perante o CADE.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Sujeito às condições precedentes do contrato de compra e venda de ações celebrado, a Daviso poderá se tornar controlada direta da Companhia.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene S.A. ("FW")
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 15 de março de 2021, a Companhia celebrou, na qualidade de compradora, contrato de compra e venda de ações da FW, por meio do qual a Companhia se comprometeu a adquirir 100% do capital social da FW.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar FW
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento. O fechamento e a conclusão da transação estão sujeitos às condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, como, por exemplo, a obtenção de a autorização perante o CADE.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Sujeito às condições precedentes do contrato de compra e venda de ações celebrado, a FW poderá se tornar controlada direta da Companhia.

<b>Evento</b>	Incorporação da controladora Cromossomo Participações IV S.A.
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou a incorporação, via Assembleia Geral Extraordinária, de uma de suas controladoras, a Cromossomo Participações IV S.A., por meio da celebração do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Cromossomo Participações IV S.A. pela CM Hospitalar S.A.".
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Cromossomo
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Em razão da incorporação aprovada, as 55.888.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia e detidas pela Cromossomo foram atribuídas à sua única acionista, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Genoma I. Não houve alteração do capital social da Companhia.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	A Cromossomo foi extinta e o FIP Genoma I passou a ser acionista direto da Companhia.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável, por tratar-se de incorporação de controladora.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia assinou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., que foi concluída em junho de 2020.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar S.A. Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Com a aquisição da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

<b>Evento</b>	Cisão parcial da Companhia
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 27 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, via Assembleia Geral Extraordinária, uma cisão parcial, por meio da qual a empresa <b>Charlie Mike Juliet Participações S.A.</b> incorporou a parcela cindida composta, essencialmente, por uma aeronave, no valor total de R\$ 10.363.343,00, conforme laudo de avaliação e o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CM Hospitalar S.A. com Incorporação da Parcela Patrimonial Cindida pela <b>Charlie Mike Juliet Participações S.A.</b> ".
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Charlie Mike Juliet Participações S.A.
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Com a realização da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no mesmo montante da parcela cindida, passando de R\$ 979.957.432,51, divididos em 248.079.360 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 969.594.089,51, dividido em 245.889.944 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. As ações foram canceladas proporcionalmente às respectivas participações no capital social dos acionistas da Companhia.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o</b>	Redução do capital social de acordo com , com o devido reembolso de valores.

**15.7 - Principais Operações Societárias**

<b>tratamento equitativo entre os acionistas</b>	
<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Cremer S.A. ("Cremer")
<b>Principais condições do negócio</b>	<p>Em 26 de novembro de 2017, a Companhia celebrou, na qualidade de compradora, contrato de compra e venda de ações da Cremer, através do qual a Companhia se comprometeu a adquirir 91,09% do capital social da Cremer.</p> <p>Em 04 de abril de 2018 foi realizada transferência das ações e conclusão da aquisição pela Companhia.</p> <p>Em decorrência da aquisição do controle da Cremer, a Companhia registrou uma oferta pública obrigatória para a aquisição das ações de emissão da Cremer detidas pelos acionistas minoritários e para cancelamento de registro de companhia aberta. Após a finalização do procedimento de oferta e resgate das ações remanescentes, passou a deter 100% do capital social da Cremer S.A.</p>
<b>Sociedades envolvidas</b>	<p>CM Hospitalar Cremer Cremer Administradora de Bens Ltda. ("<u>Cremer Administradora de Bens</u>") Embramed Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. ("<u>Embramed</u>")</p>
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	A Cremer e suas controladas, Cremer Administradora e Embramed se tornaram controladas diretas e indiretas da Companhia.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Realização de oferta pública de aquisição de ações dos acionistas minoritários da Cremer S.A., nos termos do artigo 254-A e do § 4o do art. 4º da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Evento</b>	Incorporação da Embramed pela Cremer
<b>Principais condições do negócio</b>	<p>Em 01 de outubro de 2019, a Cremer Administradora cedeu e transferiu à Cremer, a totalidade de sua participação na Embramed Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., ou seja, 1 (uma) quota. Em razão dessa cessão, a Cremer passou a deter 100% do capital social da Embramed.</p> <p>Em 01 de outubro de 2019 a Cremer, em sede de assembleia geral extraordinária, decidiu pela incorporação da Embramed, com a consequente extinção da sociedade. Não houve aumento de capital social da Cremer e nem substituição de quotas, por tratar-se de incorporação de empresa controlada.</p>
<b>Sociedades envolvidas</b>	<p>Cremer Cremer Administradora Embramed</p>
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>administradores da Companhia</b>	
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Extinção da Embramed.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

<b>Evento</b>	Cisão parcial da Health Logística Hospitalar S.A. (" <u>Health Logística</u> ") com incorporação da parcela patrimonial pela SF 163 Participações Societárias Ltda. (" <u>SF 163</u> ")
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 28 de fevereiro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da Health Logística com a incorporação da parcela patrimonial cindida pela SF 163
<b>Sociedades envolvidas</b>	Health Logística Hospitalar SF 163 Participações Societárias Ltda.
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Não aplicável.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Health Logística e a SF 163 eram sociedades coligadas, com presença em quadro acionário dos mesmos sócios à época da operação.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda. (" <u>Vitalab</u> ") pela Companhia
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 13 de março de 2020, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das quotas da Vitalab por meio do qual adquiriu 100% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar. Vitalab
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Com a aquisição da Vitalab – Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda., a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. (" <u>Biogenetix</u> ") pela Companhia.
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 13 de março de 2020, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das ações da Biogenetix e por meio do qual adquiriu 100% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Biogenetix

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Com a aquisição da Biogenetix, a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Byogene – Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. (“Byogene”) pela Companhia
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 13 de março de 2020, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das ações da Byogene por meio do qual adquiriu 100% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Byogene
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Com a aquisição da Byogene a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Diagnóstica Serviços Ltda. (“Diagnóstica”) pela Companhia.
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 13 de março de 2020 a Companhia celebrou contrato de compra e vendas das ações da Diagnóstica por meio do qual adquiriu 100% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Diagnóstica
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Com a aquisição da Diagnóstica Serviços Ltda., a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social. da Companhia.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

**15.7 - Principais Operações Societárias**

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. ("Flexicotton") pela Companhia.
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 13 de maio de 2020 a Companhia celebrou contrato de compra e venda das ações da Flexicotton por meio do qual adquiriu 100% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Flexicotton
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Com a aquisição da Flexicotton a Companhia passou a ser detentora de 100% do seu capital social.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Nos termos do acordo de acionistas da Flexicotton vigente à época da operação, caso os vendedores pretendessem transferir suas ações a terceiros interessados, os seguintes direitos e obrigações deveriam ser observados: (a) direito de preferência do acionista Lemoine para adquirir até a totalidade das ações dos vendedores (direito de preferência); (b) direito de venda conjunta do acionista Lemoine, para vender suas ações aos terceiros interessados na mesma proporção dos vendedores (direito de venda conjunta); e (c) o direito dos acionistas titulares de, no mínimo, 75% das ações de obrigar os demais acionistas que não tenham exercido o direito de preferência ou o direito de venda conjunta a alienar, em conjunto com os acionistas vendedores, suas ações de emissão da Flexicotton, nos mesmos termos e condições da oferta realizada aos acionistas vendedores (direito de venda forçada).

<b>Evento</b>	Aquisição de participação societária da Far.Me Farmacoterapia Otimizada S.A. ("Far.me") pela Companhia
<b>Principais condições do negócio</b>	Em 06 de outubro de 2020, a Companhia subscreveu e integralizou 3.284 novas ações ordinárias da Far.Me, de modo que passou a deter 35,71% do seu capital social.
<b>Sociedades envolvidas</b>	CM Hospitalar Far.Me
<b>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia</b>	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
<b>Quadro societário antes e depois da operação</b>	Com a aquisição da participação societária da Far.Me, mediante o aumento de capital da Far.Me, a Companhia passou a ser detentora de 35,71% do seu capital social.
<b>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### **Posição acionária do Genoma VI**

Em complementação às informações descritas nos itens 15.1/15.2 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que, considerando a definição de controle da Lei nº 6.404/76, não há, nesta data, um cotista que possa ser considerado controlador do Genoma VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Genoma VI").

O Genoma VI é composto por 4 cotistas, entre investidores qualificados e profissionais. Atualmente, as cotas do Genoma VI são detidas, em sua maioria, por Orjen Investments Pte. Ltd e o maior cotista do Genoma VI detém 39,79% de suas cotas. A gestão da carteira do Genoma VI está a cargo do DNA Capital Consultoria Ltda.



## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de março de 2021, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política de Partes Relacionadas"). O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

Desta forma, nenhuma contratação com Parte Relacionada poderá ser feita sem que a empresa da Viveo que está efetuando a contratação tenha observado as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviço e fornecedores. É condição precedente também, que, de acordo com esta Política, as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, respeite as Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas.

Ainda, as transações e operações eventualmente realizadas junto a Partes Relacionadas deverão sempre estar pautadas, principalmente, nos interesses da Companhia seguindo um procedimento transparente, ético e em plena conformidade com a legislação vigente.

É vedada a concessão de empréstimos em favor dos controladores, diretos ou indiretos, ou dos administradores. No caso de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas, as transações devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.

Periodicamente o Pessoal Chave da Administração (conforme definido na Política de Partes Relacionadas), colaboradores e os acionistas controladores da Companhia deverão informar à Companhia sobre as potenciais Partes Relacionadas das quais tenham conhecimento, de acordo com as definições constantes desta Política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência. A Companhia manterá um cadastro com a identificação das Partes Relacionadas que tenham sido reportadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis pela celebração de quaisquer transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação pode ser uma Transação com Parte Relacionada, sem prejuízo da obrigação de informar abaixo.

O Pessoal Chave da Administração, colaboradores e os acionistas controladores da Companhia serão orientados a respeito da obrigação de informar ao Departamento Jurídico da Companhia sobre qualquer potencial Transação com Parte Relacionada (conforme definido na Política de Partes Relacionadas) de que tenham conhecimento.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Uma vez reportada uma potencial Transação com Parte Relacionada, ela será analisada pelo Departamento Jurídico para identificação das Partes Relacionadas e classificação das operações como Transações com Partes Relacionadas, utilizando as definições previstas nesta Política, e submissão aos órgãos competentes para análise e aprovação nos termos desta Política.

Quando assim solicitado pelo Departamento Jurídico, a área interna responsável pela operação deverá fornecer as informações adicionais necessárias à análise do seu enquadramento como uma Transação com Parte Relacionada.

Uma vez determinadas como Transações com Partes Relacionadas, as transações devem ser submetidas pelo Departamento Jurídico para apreciação do Comitê de Auditoria, contendo, no mínimo, as seguintes informações: parte relacionada envolvida, objeto da transação, características dos montantes envolvidos, preços, prazos, condições de rescisões, e demais condições gerais relevantes, indicando operações de mercado semelhantes, sempre que possível, e em todos os casos, a justificativa comercial e econômica e como será reportada nas demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia.

Quando exigido pela legislação aplicável, a transação com Parte Relacionada deverá ser embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros,

O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, *Compliance* e Recursos Humanos ("Comitê de Auditoria") deverá avaliar previamente se as referidas transações estão sendo realizadas de forma adequada, observando os interesses da Companhia e dos acionistas, as Condições de Mercado usualmente aplicáveis a quaisquer terceiros com os quais a Companhia se relacione e emitir uma recomendação ao Conselho de Administração.

Independentemente do valor, todas as transações com Partes Relacionadas, após análise prévia do Comitê de Auditoria, deverão ser submetidas para aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

A aprovação da Transação com Parte Relacionada pelo Conselho de Administração será comunicada ao Departamento Jurídico, o qual determinará o prosseguimento da contratação e informará sua aprovação ao departamento que esteja na linha de frente da negociação com determinada Parte Relacionada.

### **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Caberá ao Comitê de Auditoria fiscalizar os contratos com Partes Relacionadas e monitorar anualmente as Transações com Partes Relacionadas com bases contínuas entre a Companhia e suas Partes Relacionadas.

A Política de Partes Relacionadas da Companhia poderá ser acessada, em sua íntegra, no site de relações com investidores da Companhia ([viveo.com.br/ti](http://viveo.com.br/ti)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Transações com Partes Relacionadas".

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Far.Me	05/05/2020	450.000,00	449.000,00	N/A	48 meses	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade coligada da Companhia.						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de mútuo concedido pela Companhia à coligada Far.Me, de modo que os recursos deverão ter a destinação estabelecida no contrato.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O mútuo extingue-se pelo pagamento integral do valor do contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Mútuo concedido à Far.me para realização de investimentos nas atividades exercidas pela coligada. Taxa de juros cobrados: Taxa DI						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
CM Medicamentos Especiais	01/12/2020	0,00	339.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Carlos Maíra é acionista da Companhia e da CM Medicamentos Especiais.						
<b>Objeto contrato</b>	Fornecimento de produtos e medicamentos pela Companhia à CM Medicamentos Especiais Ltda. na modalidade spot.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica, venda de produtos na modalidade spot.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A Companhia realiza a venda spot de medicamentos.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Vendedora						
Consolação Goulart Terra	31/12/2015	0,00	3.091 mil	N/A	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista da Companhia.						
<b>Objeto contrato</b>	Direito de reembolso decorrente de cláusula de indenização assinada entre os acionistas da Companhia para cobrir possíveis contingências e passivos fiscais, que foram originados em períodos anteriores a 1º de março de 2016 e que poderão vir a ser liquidados após aquela data. São partes indenizadora, além da Consolação Goulart Terra, Carlos Alberto Maíra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro e CAMT Empreendimentos e Participações Ltda.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de juros cobrados	Taxa de juros
<b>Garantia e seguros</b>	Como garantia ao cumprimento de tais obrigações de reembolso, os acionistas alienaram fiduciariamente a integralidade de suas participações societárias remanescentes ou 63% do capital social da Companhia, além, também da integralidade de suas participações societárias na empresa CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Indenização prevista no âmbito do Acordo de Investimento celebrado com a Cromossomo Participações IV S.A.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Parte Indenizada						
CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA	01/04/2017	101.000,00	101.000,00	101.000,00	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista da Companhia						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a pagar						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Dividendos a pagar						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Consolação Goulart Terra.	01/04/2017	101.000,00	101.000,00	101.000,00	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista da Companhia						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a pagar						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Dividendos a pagar						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cromossomo Participações IV S.A.	01/04/2017	135.000,00	135.000,00	101.000,00	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Objeto contrato	Acionista da Companhia (a Cromossomo foi incorporada pela Companhia em 28/01/2021).						
Garantia e seguros	Dividendos a pagar						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Dividendos a pagar						
Especificar	Devedor						
Cleber Aparecida Ribeiro.	01/04/2017	28.000,00	28.000,00	28.000,00	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Objeto contrato	Antigo Acionista da Companhia						
Garantia e seguros	Dividendos a pagar						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Dividendos a pagar						
Especificar	Devedor						
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	31/12/2020	0,00	6.632.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Objeto contrato	A CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda. é uma sociedade sob controle comum da Companhia.						
Garantia e seguros	Fornecimento de produtos e medicamentos para a Companhia na modalidade spot.						
Rescisão ou extinção	N/A.						
	Não se aplica, compra de fraldas na modalidade spot.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A Companhia realiza a compra spot de fraídas.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Compradora						
Acionistas vendedores - Vitalab	01/04/2017	11.328.000,00	11.328.000,00	11.328.000,00	N/A	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Antigos acionistas da sociedade controlada da Companhia, a Vitalab.						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a pagar						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Dividendos a pagar						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado****(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antes de sua celebração, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, Política de Transações com Partes Relacionadas e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos, Compliance e Recursos Humanos, além de observarem as instruções emitidas pela CVM.

Em situações em que qualquer transação com Partes Relacionadas exija a aprovação prévia nos termos da Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a Política de Transações com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

**(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Todas as transações com Partes Relacionadas celebradas pela Companhia são efetuadas de acordo com as condições específicas pactuadas entre as partes. As principais transações mantidas entre a Companhia, empresas ligadas e seus acionistas referem-se à compra e venda de produtos para revenda e prestação de serviços.



**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

Em relação a aquisição de fraldas e medicamentos para revenda, a Companhia sempre observa as práticas de mercado antes de contratar qualquer serviço ou fornecedor, mediante cotação no mercado antes da celebração de qualquer acordo ou transação comercial, independentemente de ser uma transação entre partes relacionadas ou com terceiros. As mesmas condições devem ser observadas nas hipóteses em que a Companhia realiza a venda de seus produtos para partes relacionadas, de modo que nenhum fornecedor, seja ele parte relacionada ou não, é beneficiado com condições de venda diferenciadas. Todos os produtos são vendidos de acordo com os preços estipulados pela Companhia para todo o mercado.

Em relação ao mútuo celebrado com a Far.Me, a Companhia esclarece que o mútuo foi necessário à época, uma vez que a Far.me em breve não conseguiria fazer frente as suas obrigações de curto prazo, tendo em vista uma potencial falta de caixa. Considerando que já estava em negociação o investimento da Companhia na Far.Me e o fechamento não havia ocorrido ainda, por questão de pontos pequenos a serem superados entre as partes da negociação, a Companhia optou por realizar essa operação de mútuo como uma antecipação do aporte que já seria realizado dentro de alguns dias. Tanto assim o é que, no fechamento da operação, tal crédito foi capitalizado na Far.me, o que conseqüentemente reduziu o desembolso de caixa da Companhia. Caso o mútuo não fosse realizado, a Far.me começaria e não cumprir com suas obrigações, o que prejudicaria o andamento do negócio que a Companhia estava prestes a ingressar como investidora.

Como indicado no item 16.2 acima, o mútuo foi concedido pela Companhia com taxa de juros fixada na DI, além de terem sido estipuladas multas para o caso de mora e qualquer inadimplemento por parte da Far.Me. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, considerando o seu rendimento de caixa de aproximadamente 100% do CDI e o curtíssimo prazo entre o desembolso do valor para a Far.Me e o fechamento da operação de aquisição de participação societária, a Companhia entende que não faria sentido cobrar juros superior ao CDI. Cabe ressaltar que a Companhia não emitiu dívida para repassar o valor para Far.Me e, desta maneira, a melhor condição de mercado a ser considerada é o rendimento do caixa da Companhia. Por fim, o plano de negócios da Companhia já previa a destinação de recursos do aporte que seria realizado no fechamento, sendo que, caso fosse cobrado juros muito altos, a consequência seria a diminuição da injeção de capital na Far.Me e potencial necessidade de novo aporte de capital para cumprimento do plano de negócios acordado entre as partes.

Atualmente, a Companhia detém 35,71% de participação no capital social da Far.Me, sendo que o restante do capital é detido por 7 outros acionistas, sendo duas pessoas jurídicas e cinco pessoas físicas. Nenhum desses acionistas é parte relacionada à Companhia.

#### **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>					
<b>Capital Autorizado</b>					
01/02/2021	0,00	N/A	1.289.221.800	0	1.289.221.800
<b>Tipo de capital</b>					
<b>Capital Emitido</b>					
27/01/2021	969.594.089,51	N/A	245.889.944	0	245.889.944
<b>Tipo de capital</b>					
<b>Capital Subscrito</b>					
27/01/2021	969.594.089,51		245.889.944	0	245.889.944
<b>Tipo de capital</b>					
<b>Capital Integralizado</b>					
27/01/2021	969.594.089,51		245.889.944	0	245.889.944

### 17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/03/2020	Assembleia Geral Extraordinária	12/03/2020	498.706,61	Subscrição particular	204.369	0	0	0,19000000	2,44	R\$ por Unidade
<p><b>Critério para determinação do preço de emissão</b> Valor patrimonial das ações apurado por meio de livros contábeis da Health Logística Hospitalar S.A.</p>										
<p><b>Forma de integralização</b> (i) conferência de 89.201 ações representativas de 100% do capital social da Health Logística Hospitalar S.A.</p>										
02/04/2020	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2020	725.833.144,71	Subscrição particular	91.392.436	0	0	385,62000000	7,94	R\$ por Unidade
<p><b>Critério para determinação do preço de emissão</b> Valor patrimonial das ações</p>										
<p><b>Forma de integralização</b> Moeda corrente nacional</p>										

### **17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como no exercício social corrente, não foram aprovados desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações da Companhia.

**17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
27/01/2021	27/01/2021	10.363.343,00	2.189.416	0	2.189.416	1,00000000	4,73

**Forma de restituição**

Dinheiro, moeda corrente nacional

**Razão para redução**

Cisão parcial

## **17.5 - Outras Informações Relevantes**

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.

## 18.1 - Direitos Das Ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Tal distribuição não é obrigatória no exercício em que ela for incompatível com a situação financeira da Companhia. No exercício em que o dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ou do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre as condições de resgate de ações.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsão no Estatuto Social sobre condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
<b>Outras características relevantes</b>	Direito a participação em oferta pública por alienação de controle  Qualquer Acionista Comprador (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo (a) de ações de emissão da Companhia; ou (b) de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia, e conforme descrito no item 18.2 deste Formulário de Referência.  Não há outras características relevantes além das mencionadas acima.



## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

**O Estatuto Social da Companhia dispõe, em seu artigo 29, que, qualquer Acionista Comprador (conforme definido abaixo) que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo (a) de ações de emissão da Companhia; ou (b) de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social ("Participação Relevante") deverá, salvo dispensa da assembleia geral por maioria absoluta de votos, efetivar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e no Estatuto Social da Companhia.**

A OPA deverá ser (a) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (b) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (c) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, e (d) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação ("Valor Econômico"); (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia e (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo Acionista Comprador por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

As exceções para não realização da OPA aplicam-se:

(i) aos acionistas controladores da Companhia e aos acionistas ou quotistas indiretos dos acionistas controladores, identificados como tal na Seção 15 do Formulário de Referência da Companhia divulgado como anexo do prospecto definitivo da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Data Base") (em conjunto, "Acionistas Controladores");

(ii) aos Sucessores de qualquer Pessoa referida no item (i) deste Parágrafo, bem como aos seus respectivos Sucessores e assim sucessivamente;

**18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

(iii) a qualquer transferência de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos (a) entre qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) acima, e (b) para qualquer Sucessor de qualquer Pessoa referida nos itens (i) e (ii) acima;

(iv) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que: (a) adquira ou receba, direta ou indiretamente, a qualquer título, por meio de operação cursada fora de ambiente de bolsa, qualquer quantidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de qualquer das Pessoas identificadas nos itens (i) e (ii) acima nos termos de contrato celebrado com um ou mais Acionistas Controladores; ou (b) celebre, a partir da Data Base, novo acordo de acionistas do qual também seja(m) parte Acionista(s) Controlador(es) que, em conjunto com tal Pessoa ou Grupo de Pessoas, representem mais da metade das ações de emissão da Companhia, ou (c) adquira ações de emissão da Companhia no âmbito de oferta pública exclusivamente secundária, na qual apenas Acionista(s) Controlador(es) aliene(m) ações de emissão da Companhia, observadas, nas hipóteses das alíneas (a), (b) e (c) deste item (iv), as regras aplicáveis relativas à alienação de controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia

(v) a qualquer caso de aquisição de Participação Relevante dispensado de OPA prevista no Estatuto Social da Companhia por maioria absoluta de votos de acionistas reunidos em Assembleia Geral, em que o Acionista Comprador não terá direito a voto;

(vi) a qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que, em tal oferta pública, tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao preço da OPA por atingimento de Participação Relevante;

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate, cancelamento, recompra ou grupamento de ações;

(c) por meio de subscrição de ações de emissão da Companhia, seja via direito de preferência ou prioridade ou por meio da cessão desses direitos pelos acionistas, no contexto de uma única emissão primária de ações, aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou reunião do Conselho de Administração, ou ainda no rateio e/ou leilão de sobras relativos a essa emissão primária, se for o caso;

(d) por meio de aquisição de ações de emissão da Companhia no contexto de uma única oferta pública de ações de emissão da Companhia, quando tal oferta for exclusivamente primária;

(e) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

(f) em decorrência de: (x) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, ou (y) transferência para trust ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário a própria Pessoa ou Grupo de Pessoas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge; e

(g) em decorrência de dissolução e liquidação de participação ou qualquer outra hipótese de sucessão universal.

Para fins exclusivos deste item 18.2, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Afiliada" significa, em relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, controle tal Pessoa, seja controlada por tal Pessoa ou esteja sob controle comum com tal Pessoa (i.e., mesmo controlador), e, especificamente com relação a qualquer entidade sem personalidade jurídica ou fundo de investimento, cujas quotas sejam detidas em sua maioria pela Pessoa em questão ou Afiliada sua ou em que a Pessoa em questão ou Afiliada sua detenha poderes de influenciar de modo determinante a gestão do respectivo fundo de investimento/entidade sem personalidade jurídica. Em relação aos Acionistas Controladores, qualquer Afiliada de um deles será considerada como sendo igualmente de todos os demais.

"Acionista Comprador" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Pessoas.

"Grupo de Pessoas" significa o conjunto de duas ou mais Pessoas: (i) vinculadas por acordos de voto, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, direta ou indiretamente; (ii) entre as quais haja relação de controle, direto ou indireto; (iii) que estejam sob controle comum, direto ou indireto; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando interesse comum, sendo certo que os Acionistas Controladores não serão considerados integrantes de qualquer Grupo de Pessoas. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma Pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra Pessoa; e (b) duas Pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas Pessoas. Quaisquer sociedades, associações, joint-ventures, fundações, clubes de investimento, condomínios, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento serão considerados parte de um mesmo Grupo de Pessoas sempre que tiverem os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda,

## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

cujos administradores ou gestores estejam sob controle comum, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como um Grupo de Pessoas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor, em caráter discricionário.

“Outros Direitos” significa qualquer (a) usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia; (b) opção ou direito de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possa resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (c) derivativo referenciado em ações de emissão da Companhia que preveja a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (d) outro direito que assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia, observado que não são considerados "Outros Direitos" (1) a titularidade de bônus de subscrição ou de debêntures conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, até o seu efetivo exercício, conversão ou permuta (quando quaisquer ações recebidas em decorrência de seu exercício, conversão ou permuta serão computadas para fins deste Artigo), e (2) a constituição de garantia sobre ações de emissão da Companhia

“Pessoa” significa qualquer pessoa natural ou jurídica, sociedade, associação, joint venture, fundação, clube de investimento, condomínio, cooperativa, trust, fundo ou carteira de investimentos, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior; e

“Sucessor(es)” significa, com relação a qualquer Pessoa, seus respectivos herdeiros, sucessores e cônjuges ou companheiros, cotistas, sócios e investidores, a qualquer título, incluindo como resultado de reorganizações societárias, em sucessão legítima ou testamentária, antecipação de legítima, doações, meações ou partilhas (inclusive por divórcios ou separações consensuais) ou planejamentos sucessórios (tais como transferência para trust ou entidade fiduciária similar), bem como as respectivas Afiliadas de tais Pessoas.

**18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei.

## **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem ações de emissão da Companhia admitidas à negociação em mercados brasileiros.

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CMHP12
<b>Data de emissão</b>	27/05/2020
<b>Data de vencimento</b>	27/05/2021
<b>Quantidade (Unidades)</b>	65.000
<b>Valor total (Reais)</b>	65.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	66.410.977,56
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Qualificados; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Na Oferta de Resgate Antecipado Total, o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares que desejarem aderir à oferta será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas pela Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará o direito de recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso de recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
<b>Outras características relevantes</b>	A emissão das Debêntures se deu com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão. As Debêntures poderão ser automaticamente consideradas vencidas de forma antecipada, bem como imediatamente exigíveis caso ocorra qualquer um dos eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática. As Debêntures também poderão ser não automaticamente consideradas vencidas de forma antecipada caso ocorra qualquer um dos eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Não Automática.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CMHP11
<b>Data de emissão</b>	27/12/2017
<b>Data de vencimento</b>	27/12/2025
<b>Quantidade (Unidades)</b>	400.000
<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	315.774.877,10
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures têm como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir, inclusive, de 27 de dezembro de 2018, e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de 3 dias úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, com o consequente cancelamento de tais debêntures, mediante pagamento do valor nominal unitário das Debêntures ou saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data de integralização ou a data de pagamento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescida de prêmio flat.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas pela Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia não lhe dará o direito de recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso de recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
<b>Outras características relevantes</b>	A emissão das Debêntures se deu com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão. As Debêntures poderão ser automaticamente consideradas vencidas de forma antecipada, bem como imediatamente exigíveis caso ocorra qualquer um dos eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática. As Debêntures também poderão ser não automaticamente consideradas vencidas de forma antecipada caso ocorra qualquer um dos eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Não Automática.



### 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	3	0

### **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

Os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em especial no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários.

## **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

**18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

Em 27 de maio de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 65.000 debêntures, com um valor total de R\$ 65.000.000,00. Para mais informações sobre as debêntures, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 400.000 debêntures, com um valor total de R\$ 400.000.000,00. Para mais informações sobre as debêntures, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

### **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados para reforço de capital de giro e/ou de caixa, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

### **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cremer S.A. ("Cremer") após, em 04 de abril de 2018, ter adquirido seu controle. A oferta também teve por objetivo cancelar o registro de companhia aberta da Cremer.

Por meio da oferta, a Companhia adquiriu as 3.615.649 (três milhões, seiscentas e quinze mil, seiscentas e quarenta e nove) ações da Cremer detidas por seus acionistas minoritários, correspondentes a, aproximadamente, 11,27% (onze inteiros e vinte e sete centésimos por cento) do capital social total e votante da Cremer e também obteve o quórum necessário para efetivação do seu cancelamento de registro de companhia aberta. Nos termos do edital da oferta, os acionistas puderam livremente aderir a duas alternativas de preço (o preço da oferta, que contemplava um pagamento futuro, e o preço alternativo, que contemplava apenas um pagamento à vista). Os acionistas que optaram pelo preço alternativo, titulares de 3.054.149 (três milhões, cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e nove) ações, receberam um preço à vista de R\$ 15,06 (quinze reais e seis centavos). Por sua vez, os acionistas que optaram pelo preço da oferta, titulares de 561.500 (quinhentos e sessenta e um mil e quinhentas) ações, receberam uma parcela à vista de R\$ 12,67 (doze reais e sessenta e sete centavos), podendo ainda vir a receber no futuro um montante de até R\$ 5,61 (cinco reais e sessenta e um centavos) por ação, equivalente a saldo da parcela do preço de aquisição retida, sujeito à atualização e aos mecanismos de ajuste, conforme detalhadamente previstos nos itens 4.8.4 e seguintes do edital da oferta.

Atualmente, a Companhia detém 100% das ações representativas do capital social da Cremer.

## **18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.



## **19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não realizou nenhuma movimentação de ações em tesouraria nos últimos três exercícios sociais.

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

**Data aprovação** 07/04/2021

**Órgão responsável pela aprovação** Conselho de Administração

**Cargo e/ou função** A Companhia, os Acionistas Controladores (acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça poder de controle sobre a Companhia, direta ou indiretamente, nos termos da LSA) os Administradores (membros do CA/Diretoria), os Conselheiros Fiscais, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas; as sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração, do conselho fiscal e de órgãos com funções técnicas ou consultivas; gerentes, empregados, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política e obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, mesmo não tendo aderido à Política, tenha acesso permanente ou eventual da informação relativa a Ato ou Fato Relevante em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em seus Acionistas Controladores, ou em suas controladas ou coligadas.

### Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação, por parte das Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia sempre que realizadas por pessoas a esta relacionadas.

A íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia pode ser consultada nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia ([viveo.com.br/ri](http://viveo.com.br/ri)), além de estar disponível fisicamente na sede da Companhia, localizada na de Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2727, Bairro Distrito Empresarial, CEP 14072-055.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** As Pessoas Vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão não poderão negociar seus valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, nos períodos de impedimento à negociação por determinação regulamentar ou do Diretor de Relações com Investidores.

É vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, por parte das Pessoas Vinculadas que possam ter conhecimento de informação acerca de ato ou fato relevante sobre a Companhia, até que seja divulgado o ato ou fato relevante, aplicando-se esta vedação também quando (A) (i) estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, suas sociedades controladas ou outra sociedade sob controle comum, ou (ii) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados; e (B) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Mesmo após a divulgação de ato ou fato Relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas também não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, bem como no próprio dia da divulgação, das (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); ou de (ii) suas demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP).

Adicionalmente, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, em período a ser determinado pelo Diretor de Relação com Investidores, compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados: (a) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (b) antes de completados 6 meses de seu afastamento, até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado.

As vedações disciplinadas na Política de Negociação também se aplicam às negociações realizadas pelas Pessoas Vinculadas, inclusive nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (a) sociedade por elas controlada; (b) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (c) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de informação acerca de ato ou fato relevante, por intermédio de qualquer das pessoas impedidas a negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado.

---

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

### **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

Em conformidade com a Instrução CVM 358, a Companhia mantém Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que trata da divulgação de Ato ou Fato Relevante, expectativas de desempenho futuro, bem como, do período de silêncio que antecede as divulgações de seu resultado ("Política de Divulgação").

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação") da Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de fevereiro de 2021 e estabelece as regras que devem ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Ato ou Fato Relevante e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.

As Pessoas Vinculadas são os acionistas controladores, diretos e indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que aderem à Política de Divulgação, sendo que todos assinam um termo de adesão.

A divulgação e a comunicação de Ato ou Fato Relevante deverão ser realizadas pelo Diretor de Relações com Investidores, da maneira mais eficiente possível e tendo em vista os interesses de caráter político-administrativo, técnico, negocial e/ou econômico-financeiro da Companhia.

Neste sentido, cabe ao Diretor de Relações com Investidores:

- i. analisar com rigor as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não I Ato ou Fato Relevante;
- ii. enviar à CVM, por meio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação;
- iii. caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou outros a eles referenciados, inquirir as pessoas com acesso à Ato ou Fato Relevante para averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado e, em caso positivo, providenciar para que as informações sejam imediatamente divulgadas ao mercado na forma desta Política; e
- iv. caso constate a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação privilegiada ou a veiculação de notícia que acrescente fato novo sobre uma informação já divulgada, analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio do Sistema de Divulgação de Informações da CVM.



## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Por sua vez, os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais e Profissionais deverão:

- (i) comunicar ao Diretor de Relações com Investidores qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento;
- (ii) certificar-se de que todos os documentos relacionados com a Ato ou Fato Relevante circulam com aviso de sigilo e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas cientes do caráter sigiloso; e
- (iii) comunicar ao Diretor de Relações com Investidores sobre a necessidade de divulgação imediata de Ato ou Fato Relevante mantida em sigilo, caso haja suspeita ou verificação de divulgação fora do controle da Companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Viveo ou a eles referenciados.

Os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais e Profissionais que tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante e, após comunicarem o Diretor de Relações com Investidores, constatarem a omissão injustificada no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar à CVM o Ato ou Fato Relevante em questão.

Não será injustificada a omissão se se tratar de situação em que, a juízo dos acionistas controladores e do Diretor de Relações com Investidores, haja razões para a manutenção do sigilo do Ato ou Fato Relevante que resguardem interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro.

O Diretor de Relações com Investidores comunicará o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado com os negócios da Companhia à CVM e, se for o caso, às entidades do mercado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, bem como promoverá sua divulgação nos jornais utilizados habitualmente pela Companhia para publicações societárias, ou em pelo menos um portal de notícias com página na rede mundial de computadores. O Diretor de Relações com Investidores deverá zelar pela ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão do Grupo Viveo sejam admitidos à negociação, bem como, de forma precedente a eventual divulgação ou veiculação a imprensa.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, quando aplicável, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

Cumpra às Pessoas Vinculadas da Companhia guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada ao público investidor, originada de Ato ou Fato Relevante, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento, ressalvada a revelação da informação quando necessária para a Companhia conduzir seus negócios de maneira eficaz e, ainda, somente se não houver motivos ou indícios para presumir que o receptor da informação a utilizará erroneamente.

Para tal propósito, de modo a observar e zelar pelo sigilo das informações privilegiadas, as Pessoas Vinculadas devem adotar medidas concretas, tais como:

- (i) divulgar Ato ou Fato Relevante estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;
- (ii) não discutir Ato ou Fato Relevante na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- (iii) não discutir Ato ou Fato Relevante em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar;
- (iv) manter documentos de qualquer espécie referentes a Ato ou Fato Relevante, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário, arquivo fechado, ao qual tenham acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação, ou meio eletrônico protegido por senha pessoal ou outro meio criptográfico ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- (v) circular internamente documentos que contenham Ato ou Fato Relevante em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente à pessoa do destinatário, ou por meio eletrônico protegido e restrito aos servidores internos da Companhia, ao qual tenha acesso apenas o destinatário da mensagem e seja possível rastrear e/ou restringir encaminhamentos e/ou reproduções;
- (vi) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo o Ato ou Fato Relevante, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que terceiro reconhece o seu caráter confidencial,

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia antes da divulgação da informação ao mercado.

As Pessoas Vinculadas devem ainda:

- (i) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de Valores Mobiliários;
- (ii) zelar para que a violação do disposto neste artigo não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo, perante a Companhia, solidariamente com estes na hipótese de descumprimento;
- (iii) caso verifiquem quaisquer violações desta Política, comunicá-las imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores; e
- (iv) caso inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comuniquem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada nem submetida a dever de sigilo, informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

Por fim, ressalta-se que a Política de Divulgação da Companhia poderá ser acessada, em sua íntegra, no site de relações com investidores da Companhia ([viveo.com.br/ti](http://viveo.com.br/ti)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante".

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia a implementação da Política de Divulgação, bem como zelar pela sua manutenção, avaliação e fiscalização.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.